

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**MÚSICA E HISTÓRIA: A FORMAÇÃO DO ROCK EM JATAÍ**

Jonathan Evangelista Martins (UFJ) <sup>1</sup>

**Resumo:** Para compreender a relação da História com a Música este artigo vai mapear o surgimento de bandas de rock na cidade de Jataí, Goiás, nas duas últimas décadas do século XX. O propósito desse estudo não é a mera comprovação de fatos históricos, mas sim uma análise sobre a experiência do indivíduo em uma dada circunstância. A música está presente na sociedade desde as antigas civilizações e ao longo do tempo vem se tornando uma importante fonte histórica, a música é uma expressão artística com vasto poder de comunicação. As canções populares que ilustram o cotidiano dos segmentos subalternos são importantes documentos para se pesquisar a história destas populações. As canções estão intimamente conectadas as relações humanas, sejam elas individuais ou coletivas.

**Palavras-chave:** História, música, rock.

Sons e ruídos sempre estiveram em nosso cotidiano desde as primeiras civilizações e trabalham como autêntica trilha sonora de nossas vidas, através de nossas experiências individuais e/ou coletivas. Entre as inúmeras formas do fenômeno sonoro musical, a música popular<sup>2</sup> certamente é a que mais expressa as trajetórias e experiências dos setores marginalizados pela sociedade. Alcântara Machado, em seu texto, *Lira Paulista*, publicado na *Revista do Arquivo Municipal*, traz uma abordagem importante para compreender essa relação da música popular com esses setores da sociedade, além de afirmar o que “toda gente sabe: verso e música são as expressões de arte mais próximas do analfabeto. Conjugados assumem um poder de comunicação que fura a sensibilidade mais dura” (MACHADO, 1935, p, 10).

<sup>1</sup> Graduando em História na Universidade Federal de Jataí. [jonathanpaulista95@hotmail.com](mailto:jonathanpaulista95@hotmail.com)

<sup>2</sup> É qualquer gênero musical acessível ao público em geral. Distingue-se da música tradicional ou erudita por ser escrita e comercializada como muita facilidade. Música popular seria a evolução natural da música tradicional, que seria a música de um povo transmitida ao longo das gerações. Como o nome mesmo já diz, é a música do povo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Assim, a música popular desponta com grande contribuição para compreender dimensões da realidade social, ou seja, a música pode ser encarada como uma rica fonte para analisar e compreender várias facetas culturais da história de uma sociedade. Ao tratarmos da história e sua relação com a música, certamente observaremos a pouca frequência desses trabalhos pelos profissionais da história, pois há uma série de obstáculos encontrados por produções teóricas metodológicas. Tal investigação raramente tem ocorrido devido ao pouco conhecimento dos historiadores sobre o campo musical. José Vinci de Moraes destaca alguns obstáculos enfrentados nas produções historiográficas sobre música:

“Normalmente, os trabalhos historiográficos que tratam de desvendar as relações entre história, música e produção do conhecimento enfrentam uma série interminável de dificuldades (que de maneira geral também são aquelas enfrentadas por boa parte dos historiadores). Isto é, a dispersão das fontes, a desorganização dos arquivos, a falta de especialistas e estudos específicos, escassez de apoio institucional etc” (MORAES, 2000, p. 205)

Hobsbawm, em seu trabalho *História Social do Jazz*, identificou descrédito dos pesquisadores em relação às transformações culturais, principalmente na música popular urbana no final do século XIX. Para ele, “a segunda metade do século XIX foi, em todo o mundo, um período revolucionário nas artes populares, embora este fato tenha passado despercebido daqueles observadores eruditos mais esnobes e ortodoxos” (HOBSBAWM, 1990, 59).

A bibliografia da música, infelizmente, apenas reforçou essa postura. A música popular, por exemplo, geralmente é esquecida pela historiografia, e, quando há referência, ela se relaciona à perspectiva romântica nacionalista ou folclórica. Essa análise está relacionada a um paradigma historiográfico ligado à uma concepção tradicional.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Marcos Napolitano (2002), em estudo sobre história e música, salienta a necessidade de abandonarmos as dicotomias entre música erudita e música popular<sup>3</sup>. Segundo ele, essa dicotomia foi ao longo do tempo se estruturando na sociedade, não para sobrepor a importância da música erudita ou popular, mas para refletir as próprias estratégias e dinâmicas de uma e outra, baseando em sua realidade histórica e social.

No Brasil, os trabalhos que tratam a música popular como fonte ou objeto têm crescido exponencialmente na área da história desde os anos 1990, mas grande parte da contribuição no estudo da música popular veio de outras áreas do conhecimento como letras, sociologia, antropologia, ou seja, os estudos sobre música popular têm uma natureza interdisciplinar.

Ao pensarmos a música como objeto cultural, podemos afirmar que a música/canção<sup>4</sup> é uma fonte documental que traz à tona novas perspectivas exploratórias ao revisar e analisar determinados períodos e realidades socioeconômicas. Historiadores e pesquisadores, que seguem o caminho na exploração da música como fonte de pesquisa, enfrentarão uma série de dificuldades metodológicas no trato com o objeto. Dificuldades que perpassam o momento de utilizar a música como fonte, cabendo ao historiador/pesquisador, determinar os métodos e critérios ao analisar este tipo de documentação.

A canção/música popular desponta na maior parte da produção historiográfica. Napolitano (2002) ressalta que o Brasil é um país onde se escuta e estuda música. O Brasil é de fato um país sonoro e musical; a música está no cerne da população brasileira. “Pode-

<sup>3</sup> Erudito e Popular, termo usando por Napolitano ao mencionar o surgimento da Revolução Burguesa, que estimulou a criação de editores musicais, promotores de concertos, proprietários de teatros e casas de concerto público. O gosto burguês na música tem seu auge por volta de 1850, com o predomínio de formas musicais sinfônicas e valores culturais consagrados, por volta de 1890 o panorama começa a mudar com o surgimento da cultura de massa, ler mais em: *História & música – história cultural da música popular* /Marcos Napolitano. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>4</sup> Segundo Napolitano (2002, p. 8) a “canção é um produto do século XX, aquilo que hoje chamamos de música popular, em seu sentido mais amplo”.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

se afirmar com veemência que somos uma das maiores usinas sonoras do planeta.”

(NAPOLITANO, 2002, p. 41).

Estudos com características híbridas, caso da música, com vários, elementos encontrados nas letras e performances do gênero se tornam um objeto de análise com muita nas abordagens. Ao utilizar se a música como fonte, e possível compreender as expressões sociais vivenciados por diferentes povos.

José Wisnik, pesquisador e músico, em sua obra *O som e sentido* reforça a discussão da música como fonte documental, dizendo que “[...] as canções absorvem frações do momento histórico, os gestos e o imaginário, as pulsões latentes e as contradições, das quais ficam impregnadas, e que poderão ser moduladas em novos momentos, por novas interpretações” (WISNIK, 1999, p. 214). Podemos observar que tal afirmação sustenta e reforça a utilização da canção como fonte documental, sendo a música um objeto impregnado de informações relevantes para a época de sua produção, transformando-se em algo passível de ser interpretado.

Na década de 1960, houve uma grande ampliação da canção popular como fonte. Segundo Marcos Napolitano, “a história, no seu frenesi contemporâneo por novos objetos e novas fontes, tem-se debruçado sobre o fenômeno da música popular” (NAPOLITANO, 2002, p. 07).

Ao compreendermos a música como objeto e/ou fonte passível de ser questionado, passamos para um processo de desafios para os pesquisadores: cercar as indagações, pois a própria historiografia ressalta a necessidade de indagar as fontes para compreendermos o reflexo das informações que a mesma proporciona. March Bloch salienta que “[...] os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH2002, p.79). Ao trabalhar com música popular, na área da pesquisa, torna-se necessário questionar as fontes e objetos de estudo com criteriosa e cuidadosa atenção.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

### **O Rock pelo mundo e seus principais períodos**

O rock, como música popular, surge em meados de 1940 nos Estados Unidos onde o gênero carregou o espírito de rebeldia e se identificou com os jovens que não compartilhavam admiração por uma série de acontecimentos da época: avanços tecnológicos, o consumismo, o imperialismo norte americano que provocava guerras mundo afora. A satisfação não atingia todas as camadas, as minorias não compartilhavam do enriquecimento dos setores da sociedade americana (a mais desenvolvida no século XX), e a inquietude da juventude foi alicerce para a revolução da música jovem. No cenário musical norte americano dos anos 1950, muitos jovens começavam a experimentar uma nova e vibrante música *underground*<sup>5</sup> chamada *rock and roll*.

Essa geração trazia como temática a decepção com o mundo do pós-guerra e celebrava as experiências do amor livre e, no que concerne à coreografia, esta exibia passos obscenos para a época, fazendo alusão ao sexo e ao próprio *rock and roll*. Segundo Friedlander (2002), além do caráter rebelde, a princípio, a oposição dos adultos ao rock também estava ligada a questões raciais, uma vez que naquele período a segregação social era forte e apoiada por lei, e a nova música trazia elementos da cultura negra. Nomes importantes para o rock surgem nesta época como Elvis Presley, Jerry Lee Lewis, Little Richard e outros.

O movimento de contracultura na década de 1960<sup>6</sup>, no qual o protagonismo jovem ganha força, influencia a música e principalmente o rock. Essa época fica marcada dentro

<sup>5</sup> *Underground* significa subterrâneo, em português, e é usado para chamar uma cultura que foge dos padrões normais e conhecidos pela sociedade, classificada como fora da mídia. O princípio do *underground* é estar à margem da indústria cultural homogeneizada. Para tanto, segue um padrão de produção e circulação particular.

<sup>6</sup> Referência a um fenômeno cultural anti-establishment que se desenvolveu primeiro nos Estados Unidos e no Reino Unido, e depois se espalhou por grande parte do mundo ocidental entre o início dos anos 1960. O movimento ganhou impulso agregado o movimento dos direitos civis afro-americanos e ao fazer oposição a intervenção militar do governo dos EUA no Vietnã.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

do gênero com a musicalidade e performances das bandas que a cada dia ganhavam mais espaço entre os jovens que tiveram como ícones The Beatles, The Who, Jimi Hendrix, The Rolling Stones dentre outros. A década de setenta foi uma época de promiscuidade que continuavam com a característica de revolta da década anterior, mas buscava por mais liberdade pessoal, libertação da repressão sexual e o uso desenfreado das drogas que se tornou lema.

#### **Rock no Brasil: anos 80 e 90 do século XX**

O rock brasileiro se desenvolveu em um contexto político conturbado. A população era acuada pela Ditadura Militar, momento governado por muito tempo com mãos de ferro, fazendo com que muitos jovens se rebelassem contra o Governo. Músicas eram censuradas, escritores e compositores eram exilados ou presos e políticos eram torturados. Diante deste cenário, muitas bandas de rock produziram músicas que manifestavam, diretamente ou não, contra o governo autoritário e a corrupção.

O cenário musical no Brasil na década de 1980 ficaria marcado pela ascensão do Brock<sup>7</sup>, uma cultura *underground* que tomava conta das ruas, das letras, das músicas e as performances dos artistas agitavam a todos. Essa década proporcionou uma transformação no cenário musical brasileiro aonde as bandas de rock chegaram a conquistar um novo espaço nas estruturas midiáticas, ganhando proporções de exposição até então não conhecidas na mídia nacional.

Esse período também ficou conhecido como o período que se produz bastante, momento em que a verdadeira identidade do gênero se apresentava e a maior parte das

---

<sup>7</sup> Denominação dada por Nelson Motta, para o período dos anos 1980 em que novas bandas brasileiras surgiram, sob influência principal de bandas dos anos 1970, a impassibilidade que cursava nos primeiros anos da década e o fim da ditadura, principais motivos que propiciaram o renascimento do rock, com integrantes que até então eram jovens impedidos de falar e com os anos 80 puderam colocar tudo o que podiam para fora.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

bandas concentrava-se no eixo Rio-São Paulo e na capital Brasília. Surgem, também, inúmeras bandas que embalam sucessos e até hoje e influenciam centenas de jovens.

O gênero do *punk rock*<sup>8</sup> mostrou ser o mais forte influenciador da época em que surgiram bandas de renome mundial como, por exemplo, Aborto Elétrico, Capital Inicial etc. Muitas dessas bandas utilizavam em suas músicas a crítica social e política, efeito do processo pela qual o país<sup>9</sup> passava, mas a rebeldia faz parte da estrutura do próprio gênero musical rock.

Além da grande parte das bandas ter alcançado hoje o *status quo*, a indústria musical também teve um grande crescimento, as gravadoras pequenas que apostaram nesse gênero acabaram por ganhar espaço nas produções de bandas que hoje são consideradas como grandes nomes do rock nacional.

No ano de 1990, o rock brasileiro ficou marcado pela passagem de vários subgêneros nascidos nos anos anteriores, momento em que as difusões das músicas nas rádios aumentavam cada vez mais. As bandas ganhavam mais espaço nas mídias e a influência da música americana e europeia só aumentava. Nesse período surge o *grunge*, estilo melódico e harmonioso, como principal gênero do rock.

### **Raízes do rock em Goiás, e a Formação gênero musical em Jataí.**

A cidade de Jataí, no interior de Goiás, está interligada a vários aspectos em relação ao restante do país, os quais reverberam nos costumes do cidadão jataiense. O rock alternativo, do final da década de oitenta, começa a chegar à cidade com o advento da era digital, a qual facilitou a comunicação entre todos. Mas o gênero só ganha espaço

---

<sup>8</sup> Movimento musical e cultural que surgiu em meados da década de 1970 e se caracterizou por suas músicas rápidas e ruidosas, com canções que abordavam temas de políticas anarquistas, niilistas e com propósitos revolucionários. As letras das músicas faziam, ainda, abordagem aos problemas sociais como o desemprego, a guerra, a violência e ao uso de drogas ou o contrário disto: temas como relacionamentos amorosos, diversão e sexo.

<sup>9</sup> A década de 1980 foi o período de lutas pela redemocratização do país, grandes manifestações com as diretas já arrastaram multidões e artistas engajados na luta.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

nos anos de 1990 com bandas *covers* e algumas autorais como, por exemplo, Razão Nômade, Contravenção e bandas que contribuíram para a formação de outras.

Com a efervescência do rock nos anos de 1980 no país, é relevante questionar o porquê do fortalecimento do gênero apenas nos anos de 1990 na cidade. Para isso, faz-se necessário voltar um pouco no tempo. O estado de Goiás sempre esteve inserido no debate de modernização do país. A capital do estado, Goiânia, foi construída, dentre outros objetivos, para representar um marco entre o estado do sertão incivilizado versus o estado que deveria se desenvolver rumo ao progresso. Desde então, há um grande embate em torno dessas ideias modernistas/conservadoras. Para uns, o Estado de Goiás deveria ser visto como um lugar agrário de riqueza e prosperidade de uma cultura interiorana. Para outros, seria o lugar da modernidade, um olhar para o futuro em que fronteiras do estado transcenderiam.

A música em Goiás teve sua busca por uma identidade nas influências da música americana, com o gênero *country*, que está interligada as manifestações da música sertaneja do estado. Grandes bandas da capital do estado influenciaram o nascimento de bandas em Jataí. O triste acidente radiológico com o Césio 137<sup>10</sup> fez com que a Capital, e o Estado, sofressem preconceito por parte da população de outros estados da federação. O acidente radiológico foi o fator que inspirou o surgimento de bandas em Goiânia e que tiveram repercussão no cenário do rock *underground*. O rock goiano ganhou espaço com o surgimento de bandas independentes e de grandes gravadoras, o que é chamado de rock alternativo goiano.

Nos anos de 1990, as primeiras bandas criadas na cidade de Jatai foram Contravenção e Razão Nômade, por exemplo, e que juntas contribuíram para o crescimento de outras bandas. Essas bandas, porém, estavam estreitamente dedicadas à

---

<sup>10</sup> O acidente com o césio-137 na cidade de Goiânia foi considerado o maior acidente radioativo já ocorrido no Brasil por sua proporcionalidade, causando um grande sofrimento às pessoas envolvidas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

música sertaneja. As primeiras bandas de rock abriram espaço para o novo som, e com o crescimento do gênero na cidade, eventos como Metal das Abelhas e Jataí Rock foram criados, e, conseqüentemente, isso levou a criação de espaços para esse estilo musical.

### **Conclusão**

A cidade de Jataí, localizada no sudoeste do estado de Goiás, teve o gênero musical sertanejo como principal formador de sua cultura musical. Para compreendermos como o rock chegou na cidade, é necessário atentar à construção de identidade moderna do Estado, a ideia de progresso e as influências dos grandes eixos Rio-São Paulo e Brasília que contribuíram para o crescimento da música alternativa goiana. Em Jataí, o principal difusor do rock foi a internet, grande marco dos anos de 1990 e que contribuíram para o surgimento de bandas independentes.

Tomando como base as informações anteriores, é possível inferir algumas conclusões: (a) a música é uma fonte documental; (b) sua pluralidade caracteriza-se como única; e (c) nas canções estão gravadas e impressas informações fundamentais sobre determinadas sociedades. O historiador deve verdadeiramente explorar o universo musical, já que é uma rica fonte para pesquisas apesar de não ser unanimidade, claramente não há pesquisas em grande quantidade sobre a temática no Brasil.

O rock, como música popular, viabiliza discussões importantes para compreender setores da sociedade, além de mostrar a influência da juventude na música e as letras de protesto e as performances evidenciam o gênero como importante fonte para estudo.

### **Referências bibliográficas:**

**FRIEDLANDER**, Paul. *Rock and Roll: uma história social*. Rio de Janeiro: Record, 2002.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**HOBBSAWN, E. J.** *História Social do Jazz*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990,

**MACHADO, Antônio Alcântara.** Lira Paulistana. In *Revista do Arquivo Municipal*,  
Vol. XVII, São Paulo, Departamento de Cultura, 1935, p. 189-220.

**MORAES, J. G. Vinci.** História e Música: a canção popular e o conhecimento histórico.  
In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, p. 203-221.

**NAPOLITANO, Marcos.** História e Música Popular: Um Mapa de Leituras e Questões.  
In: *Revista de História* (2º semestre 2007), 153-171.

**NAPOLITANO, Marcos.** *História e Música: história cultural da música popular*. Belo  
Horizonte, Autêntica, 2002.

**WISNIK, José Miguel.** *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**A POLÍTICA INVADE O VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE  
1848 NA POESIA DE BAUDELAIRE.**

Marcos Antonio de Menezes (UFG/Jataí)<sup>1</sup>

**Resumo:** Nosso objetivo neste trabalho, artigo, é expor representações sobre as revoltas francesas de 1848 presentes em algumas poesias de Charles Baudelaire (1821-1867) reunidas em seu único livro de poesias – *Les Fleurs du Mal*– editado pela primeira vez em 1857. Representações que entendemos, também, possíveis de leitura em obras de Flaubert (1821-1880). Baudelaire produziu sua obra literária em um período (1840-1866) da história francesa em que a arte e a política estavam entrelaçadas; por isso, críticos, governo, todos tendiam a ver nas artes uma forma engajada de expressão, o que fez cair sobre o mundo artístico forte censura e repressão. Após 1848, políticos conservadores assumiram o poder na maioria dos países da Europa: Napoleão III na França, Bismark na Alemanha, os novos *tories* dirigidos por Disraeli na Inglaterra. Essa nova direita, autoritária e popular, considerava necessário um controle direto do Estado sobre a sociedade. Todas essas experiências são tributárias dos *grands travaux* de Paris, promovidos por Napoleão III logo após subir ao poder em 1848. Pela primeira vez, um conjunto de determinações técnicas e administrativas, aplicáveis a toda uma cidade que já ultrapassava um milhão de habitantes, foi formulado e colocado em prática coerente em tempo bastante curto. Para adentrar a este cenário de rápidas mudanças políticas ocorridas na França o pesquisador das ciências sociais pode escolher vários caminhos e ferramentas. Particularmente escolho a análise de textos literários de romancistas/poetas. O poeta Baudelaire mostra o mundo fragmentado, criado pelo sistema capitalista, no qual o sujeito histórico sente a sua identidade estilhaçada ao submeter-se às regras da dinâmica social (tudo na sociedade é visto como mercadoria). Até mesmo o poeta passa a vender os seus versos, devido ao processo de uma dupla metamorfose: da transformação da palavra em mercadoria e da transformação do poeta em mero operário das letras. O que nos atrai e ao mesmo tempo nos choca na leitura de *As flores do mal* é, com certeza, já de pronto, a violência temática dos poemas. O livro todo, do primeiro ao último verso, apresenta-se como confissão de uma pessoa original vacilando entre luz e trevas. Da mesma maneira, seu vigor formal, rompendo com a tradição romântica, surpreende-nos.

<sup>1</sup> Pós-doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, professor associado da Universidade Federal de Goiás - UFG, atuando na Graduação, no Curso de História da Regional Jataí e na Pós-graduação em História (Mestrado e Doutorado) na Regional Goiânia. É autor de *O poeta da vida moderna: história e literatura em Baudelaire*. Curitiba, PR: CRV, 2013. Contato: pitymenezes.ufg@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Suas fórmulas são breves, sua prosódia é burilada. A linguagem do dia-a-dia, intervindo no canto profundo do poema, confere-lhe uma singularidade. Não há para ele termos proibidos ou nobres.

**Palavras-chave:** Revolução; Representações; Baudelaire; Política; História;

Na França, onde as revoltas ganharam ares de revolução e o berço foi, sobretudo Paris, onde na década de 1848, ainda, uma revolução com ares socialista teria lugar. Os movimentos revolucionários da década de 1840 são fruto da tradição política que, na França, remonta à grande Revolução de 1789. O povo ainda acreditava na possibilidade de um governo popular emergir das lutas sociais, mas as sucessivas derrotas da classe operária parisiense e a ação repressora dos governos burgueses remeteram, para a clandestinidade, tudo e a todos que lhes fizeram oposição. Este cenário de rápidas mudanças políticas pode ser revisitado pelo pesquisador das ciências sociais por vários caminhos e se usando diferentes ferramentas teórico metodológicas. Particularmente escolho a análise de textos literários de romancistas/poetas e a história social da cultura e da arte. Nosso objetivo é expor as representações, das revoltas de 1848 na França, presentes em algumas poesias de Charles Baudelaire (1821-1867).

O corpus de textos baudelairianos que vamos analisar podem ser divididos em duas categorias: textos redigidos durante os acontecimentos de fevereiro e junho de 1848; e aqueles escritos após o Golpe de Estado de 1852 e que fazem um balanço dos acontecimentos e da participação do próprio poeta na Revolução; a estes vão se somar outros produzidas por terceiros sobre a conduta do poeta no curso dos acontecimentos políticos de fevereiro e junho de 1848. Baudelaire produziu sua obra literária neste período da história francesa em que a arte e a política estavam entrelaçadas; por isso, críticos, governo, todos tendiam a ver na arte uma forma engajada de expressão, o que fez cair sobre o mundo artístico forte censura e repressão.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Em 24 de fevereiro, data em que o rei Luís Filipe foge e deixa vago o trono, Baudelaire – de gravata vermelha – volta às ruas para lutar junto aos insurretos e, ao ver seu padraсто – o general Aupick<sup>2</sup> –, chama a multidão para matá-lo. “É preciso fuzilar o general Aupick”, gritava ele, ensandecido. Não é atendido; a multidão não tem os mesmos motivos para odiar o general. Esta cena é descrita em tom de anedota por Claude Pichois em sua antologia de 1957, *Baudelaire devant ses contemporains*. Ao passar a ideia de um jovem que, em meio aos acontecimentos revolucionários, quer tão e somente se livrar do padraсто com quem tinha uma relação conflituosa, Pichois contribui com análises que veem os intelectuais boêmios do período como descomprometidos e não faz jus ao próprio caráter do poeta Baudelaire. Anotações como estas viraram palavra de ordem para definir o engajamento político do poeta Baudelaire e ao longo do século XX marcando a recepção conformista dada ao poeta pelos críticos. Pouco importando o fato dele ter permanecido nas ruas e na luta até os dias mais sangrentos e ter vivenciado toda a agitação de fevereiro, maio e junho: meses das maiores manifestações populares da revolução. Tal definição não só serviu como chave de leitura de sua biografia e obra como definiu, também, a história da boêmia de 1848 como um todo.

Para Jerrold Seigel, “por si mesmo, o envolvimento de Charles Baudelaire no boemismo poderia ser o suficiente para assinalar a posição importante da boemia no desenvolvimento da literatura modernista”<sup>3</sup>. Durante toda a vida, Baudelaire compartilhou da boemia: muitos amigos do poeta vieram deste mundo. Frequentando esses círculos e cafés, retira deste ambiente a química para adubar seu jardim; muitas de suas “flores” aí nasceram. Mas, há uma outra imagem de Baudelaire bem mais

<sup>2</sup> AUPICK, Jacques (1789–1857). General de Luís Filipe que serviu ao governo revolucionário e a II república. Foi embaixador em diversos países e, posteriormente, trabalhou para o estado no II Império. A mãe de Baudelaire casara-se com o general quando ele tinha 5 anos. O padraсто manda-o para um colégio interno, tirando-o de perto da mãe: a mulher que ele mais amava. Este trauma marca toda a vida da criança e do adulto e faz com que Baudelaire nutra um ódio mortal pelo general.

<sup>3</sup> SEIGEL, Jerrold. *Paris Boemia: Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa, 1830–1930*. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 101.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

perturbadora e oposta a esta. Gustave Le Vavas seur, amigo do poeta, narra que há 26 de junho de 1848 encontrou-o participando, como insurgente, nas jornadas de junho.

Estávamos no Louvre, em guarda [...] durante as jornadas de junho. Logo após a rendição do Faubourg Saint-Antoine, ou seja, em 26 de junho, saímos para reconhecer o terreno e obter informações. Encontramos, no jardim do Palais-Royal, um integrante da guarda nacional de nosso país, e o levamos para beber algo. Na diagonal mesma em que seguíamos para chegar ao café de Foy avistamos, vindo em nossa direção, dois personagens de aparências diversas: um estava nervoso, excitado, febril e agitado, o outro calmo, quase distraído. Eram Baudelaire e Pierre Dupont. Entramos no café. Eu nunca vira Baudelaire em tal estado. Ele discursava, declamava, exaltava-se e preparava-se para enfrentar o martírio: ‘Acabaram de prender De Flotte, dizia. Terá sido porque suas mãos cheirava a pólvora? Mas sintam o cheiro das minhas!’. Em seguida os arroubos socialistas, a apoteose da bancarrota social etc. Não havia nada que Dupont pudesse fazer. De que modo nossas prudências normandas tiraram nosso amigo daquela enrascada? Já não me lembro mais. Penso, porém, que a insígnia de meu amigo da guarda nacional exerceu um papel importante e salutar na pequena comédia da salvação. A despeito do que se possa pensar da coragem de Baudelaire, naquele dia ele foi um bravo, e enfrentaria a morte.<sup>4</sup>

Voltaremos a esta passagem mais adiante, aqui só a introduzimos para mostrar que a crítica preferiu ficar com as observações de Pichois, mas que não são as únicas a descrever o poeta durante os dias revolucionários do primeiro semestre de 1848. Sobre a boemia concordamos que de fato ela foi o exílio – quase natural – daqueles cuja conduta era considerada desviante. Para Marx, a boemia é o lugar dos conspiradores profissionais, aqueles indivíduos que, em vez de revolucionarem as estruturas da sociedade, estão apenas a serviço da derrubada do próximo governo. Mas não é correto associar os intelectuais que nos anos do fim da década de 1840 frequentavam o mundo boêmio de

<sup>4</sup> CREPET, E. *Charles Baudelaire*. Paris: Messein, 1906, p. 80.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Paris com aqueles que, como afirma Marx, estavam nestes lugares para vender sua força de trabalho para qualquer golpista. Foi aí que Luiz Napoleão recrutou os membros de sua *Sociedade 10 de Dezembro* que o ajudaram no *coup d'État* e a continuar no Governo da França após 1851.

Baudelaire não tem, para alguns, só semelhança com aqueles que estavam à disposição de qualquer rebelião, mas sim a imagem de um intelectual engajando com as reivindicações populares. Benjamin aponta semelhanças entre Baudelaire<sup>5</sup> e Blanqui, que foi um dos principais líderes da esquerda no século XIX. Segundo Benjamin, “rememorar a fisionomia de Baudelaire significa falar da semelhança que ela exhibe com esse tipo político”<sup>6</sup>. Considera ele que os escritos de Baudelaire estão carregados de um jogo provocador e que o poeta tudo faz para desagradar. Se como aponta Benjamin as ações de Blanqui teriam sido irmãs do sonho de Baudelaire e se seu comportamento suicida, na passagem citado por Le Vavas seur, faz lembrar aquele, então, a última estrofe da poesia “Negação de São Pedro” pode ser na prática o sonho de Baudelaire equiparando-se às ações do evolucionário Blanqui.

– Quanto a mim, isto é certo, eu saio satisfeito  
Deste mundo onde o sonho e a ação vivem a sós;  
Possa eu usar a espada e a espada ser-me o algoz!  
São Pedro renegou Jesus ...pois foi bem-feito!<sup>7</sup>

A negação de São Pedro - v. 29 - 32

<sup>5</sup> Cf. BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3ª ed. Obras escolhidas Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 13.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>7</sup> BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 417-418.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Leitor de Marx, Dolf Oehler é o crítico que vai desenvolver julgamento similar ao do pensador alemão – sobre o papel dos boêmios na história política da França em 1848<sup>8</sup>. Nesse sentido, afirma Oehler: “o isolamento do boêmio e o ódio à burguesia têm correspondência política no motim, sobretudo se ele é uma revolta espontânea, quase instintiva contra a opressão e não tem uma idéia clara”.<sup>9</sup> Seu argumento vai ao encontro não só dos pensamentos de Marx, como também dos de Benjamin e de Seigel: para eles, não havia muita consistência política na boemia. Mas, este meio inconsistente abrigou uma intelectualidade que experimentou a revolução e a derrota num ambiente declaradamente burguês. Oehler aponta como a ‘recepção conformista’ feita pela crítica acerca da atuação de Baudelaire em 1848 impede ver o intelectual engajando na política de esquerda de seu tempo que teria sido Baudelaire.<sup>10</sup>

Ao dizer “recepção conformista”, não me refiro apenas à recepção do público conservador, penso também na leitura que a maior parte dos intelectuais de esquerda, a começar por Aragon e Sartre, fez da obra de Baudelaire.<sup>11</sup>

Mais tarde, as derrotas a que foram submetidos os revolucionários de Paris acabaram por criar nos boêmios um lento e gradual afastamento do mundo político e fizeram com que a raiva deles em relação à burguesia dirigente aumentasse. Em 1860 – afastado da Comuna há mais de 12 anos –, Baudelaire buscou compreender a participação dele e as consequências do movimento tanto para a arte por ele produzida como para o

<sup>8</sup>. OEHLER, Dolf. *Quadros Parisienses (1830-1848)*. Estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>10</sup> OEHLER, Dolf. “Loucura do Povo e Loucura da Burguesia”. Baudelaire: ator, poeta e juiz da revolução de 1848. In: *Literatura e Sociedade* n° 13, 2010, p. 27 - Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 27.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

povo francês. Depois de tanta censura, do medo das artes tocarem no “trauma de 1848” e na derrota do povo, só restava aos artistas falarem do ocorrido por intermédio de códigos e alegorias. Neste sentido, Dolf Oehler propõe uma analogia entre o poema *A uma passante*, de Baudelaire – do bloco dos *Quadros Parisienses* –, com o quadro de Delacroix *A Liberdade Conduzindo o Povo*<sup>12</sup> (1830) e com os acontecimentos da Revolução de 1848. “Em meio aos gritos e uivos da rua surge diante do melancólico a viúva que passa em toda sua majestade e o tira de seu *spleen* – ela é como a *Liberté* de Delacroix ao gosto do dândi e teórico da modernidade Charles Baudelaire.”<sup>13</sup>

A cidade por onde vaga o melancólico, 12 anos depois de sua “satisfação” revolucionária – longe de ser tumultuada pelas cenas “alegres” da guerrilha –, é agora povoada por uma gente apressada que mal para nos cruzamentos para dar passagem aos veículos. Só resta ao poeta – *flâneur* ruminar o passado: Baudelaire ensaia, então, golpes – como um esgrimista – que possam abrir caminho e em meio à multidão ele percorre os subúrbios parisienses em busca de versos e de rimas:

Exercerei a sós minha estranha esgrima,  
Buscando em cada canto os acasos da rima,  
Tropeçando em palavras como nas calçadas,  
Topando imagens desde há muito já sonhadas.<sup>14</sup>

O sol, v. 5–8.

<sup>12</sup> *A Liberdade Conduzindo o Povo* (1830), quadro de Eugène Delacroix, no museu do Louvre, Paris). O quadro foi inspirado na história contemporânea. “Delacroix, aristocrata exigente, geralmente desconfiava das explosões de sentimento popular, mas, dessa vez, sentiu talvez que uma revolução na arte estaria ligada à ampliação da liberdade política. Detestara profundamente o governo de Carlos X, que recusara-se a comprar qualquer dos seus trabalhos (o novo governo comprou esse quadro e concedeu ao pintor a Legião de Honra). Delacroix havia ingressado na Guarda Nacional e talvez tenha assistido a algumas lutas próximas ao rio, de forma semelhante à cena que pintou.” (POOL, Phoebe. Delacroix. Rio de Janeiro/Londres: Ao Livro Técnico/ Hamlyn, 1987, p. 12).

<sup>13</sup> OEHLER, Dolf. Art Névrose: análise sócio-psicológica do fracasso da revolução em Flaubert e Baudelaire. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº32, p. 105–106.

<sup>14</sup> BAUDELAIE, Charles. O Sol. In: *As Flores do Mal. Op. Cit.*, p

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Em 1848, o poeta, “na balbúrdia, experimenta a sensação excitante de que tudo é permitido, de que os credores vão rasgar as inúteis promissórias, de que os oficiais de justiça não causarão medo a ninguém, de que os pagamentos estão suspensos, de que a justiça está em férias.”<sup>15</sup> Depois do Golpe de Estado de 1851, só resta ao melancólico o desprezo: “A minha raiva contra o Golpe de Estado. Quantos tiros! Mais um Bonaparte? Que vergonha!”<sup>16</sup> Assim, após ter se envolvido com a Revolução de 1848, Baudelaire – durante os anos de “calmaria” do Segundo Império – desinteressa-se pela política, mas trabalha para vários jornais de organizações partidárias.

A rejeição de Baudelaire à política viera em 1851, depois do “golpe de Estado” de Luís Napoleão. A revolução tinha se tornado impossível, pois a vida política na França estava absolutamente falida. Sob estas condições, a retirada de Baudelaire da política poderia ser considerada a única forma possível de ele resguardar a si mesmo e a obra. Para se preservar o conteúdo radical da linguagem filosófica e poética, poderia tornar-se necessário continuar a luta, exclusivamente, no universo das ideias. Isso porque a situação histórica nega toda a possibilidade de satisfazer aquele conteúdo quando a sociedade está ativamente engajada em suprimi-lo. Ou, para inverter a tese de Marx: quando não há propósito em se tentar modificar o mundo, são apenas os poetas que podem interpretá-lo.

Em 1851, o poeta talvez estivesse descontente com o lojista e com as aspirações pequeno-burguesas. O artista burguês ainda dominava o centro do palco, e o lojista suado carregou Napoleão triunfalmente, e não Delacroix – aqueles que se opunham pareciam ter, agora, mais visibilidade. A crítica velada e a visão da sociedade naqueles anos do Segundo Império que Baudelaire desenvolve são influências de seus muitos amigos, que como ele, estavam no submundo boêmio. Daumier – o amigo caricaturista – influenciara Baudelaire, assim como Proudhon. Mas aquele era diferente deste: Baudelaire tinha

<sup>15</sup> TROYAT, Henri. *Op. cit.*, p. 127.

<sup>16</sup> BAUDELAIRE, Charles. *Escritos Íntimos. Op. cit.*, p. 74.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

confiança nas aversões dele: havia alguma coisa sã no sorriso, no extremismo absoluto de Daumier; havia alguma coisa profundamente atraente no isolamento de Daumier em direção à *Île Saint-Louis*. Ninguém poderia ser mais chegado ao pânico, à exaltação do que Daumier; contudo, ninguém representava a burguesia com mais crueldade. Essa visão de Daumier Baudelaire desenvolve em *Quelquer caricatures français*.

Folheiem essa obra e, em sua fantástica e impressionante realidade, verão desfilar tudo o que uma cidade grande contém de monstruosidades vivas. Tudo o que ela encerra de tesouros assustadores, grotescos, sinistros e burlescos: Daumier o conhece. O cadáver vivo e esfaimado, o cadáver gordo e saciado, as ridículas misérias domésticas, todas as tolices, todos os orgulhos, todos os entusiasmos, todos os desesperos do burguês, nada disso falta. Ninguém conheceu e amou (à maneira dos artistas) tanto quanto ele o burguês, esse último vestígio da Idade Média, essa ruína gótica de vida tão resistente, esse tipo ao mesmo tempo tão comum e tão excêntrico. Daumier vive intimamente com ele, espreitou-o dia e noite, aprendeu-lhe os mistérios da alcova, ligou-se à sua mulher e aos filhos dele, sabe-lhe a forma do nariz e a construção da cabeça, sabe que espírito anima a casa de alto a baixo.<sup>17</sup>

Penso que este é o tributo crucial a Daumier. Ele significou muito para Baudelaire. Mas, sobretudo, ele era o antiburguês, o crítico cujo sorriso irônico não podia ser ignorado. Daumier ensinara Baudelaire a observar “tudo que uma grande cidade contém de monstruosidades vivas”. Foi um dos que mais influenciaram Baudelaire a ser o poeta da cidade: combinar o prosaico com o extraordinário, ver o sórdido e o absurdo na conduta humana, colocar o monstruoso e o patético em contato. Tais aspectos presentes na obra de Daumier se concretizaram, também, na poética baudelaireana. No poema *As velhinhas*, da série *Quadros Parisienses*, esta característica pode ser vista com clareza:

<sup>17</sup> BAUDELAIRE, Charles. Qualquer caricatura francesa. In: *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 755.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

No enrugado perfil das velhas capitais,  
Onde até o horror se enfeita de esplendores,  
Eu espreito, obediente a meus fluidos fatais,  
Seres decrépitos, sutis e encantadores.

Esses monstros já foram mulheres um dia,  
Eponina ou Laís! Recurvas ou corcundas,  
Amêmo-los assim – almas em agonia!  
Sob os frios andrajos e as saias imundas.<sup>18</sup>

As velhinhas, v. 1–8.

Antes de 1851, Baudelaire deu ao amigo Daumier um presente – a cópia de um poema chamado *Le vin des chiffoniers* (O vinho dos trapeiros). Era a primeira versão do poema, dentre muitas, antes da publicação definitiva em *As Flores do Mal*. O manuscrito que deu ao amigo e a versão que terminara para *As Flores do Mal* são diferentes: o de *As Flores do Mal* é mais curto e rápido, o advérbio de abertura – *Souvent* – encurta a descrição porque exige um evento, que é, então, mantido por quatro linhas. Estas, por sua vez, vêm carregadas de complexidade, sintaxe dançante. Na poesia de Baudelaire, a exatidão e a estranheza geralmente caminham juntas; a mais curta expressão é hiperbólica.

Muitas vezes, à luz de um lampião sonolento,  
Do qual a chama e o vidro estalam sob o vento,  
Num antigo arrabalde, informe labirinto,  
Onde ferve o povo anônimo e indistinto,

Vê-se um trapeiro cambaleante, a fronte inquieta,  
Rente às paredes a esgueirar-se como um poeta,  
E, alheio aos guardas e alcagüetes mais abjetos,  
Abrir seu coração em gloriosos projetos.

Juramentos profere e dita leis sublimes,

<sup>18</sup> BAUDELAIRE, Charles. As velhinhas. In. *As Flores do Mal*. Op. cit., p. 334-335.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Derruba os maus, perdoa as vítimas dos crimes,  
E sob o azul do céu, como um dossel suspenso,  
Embriaga-se na luz de seu talento imenso.<sup>19</sup>

O vinho dos trapeiros, v. 1–12

No poema, a imagem do poeta e do trapeiro aparecem sobrepostas: o poeta, ele mesmo, é um habitante da cidade. Marginalizado pelo mercado, ele vaga pelas ruas da metrópole em busca dos “acazos da rima”, assim como o trapeiro cata os restos da sociedade burguesa. Como em outros poemas sobre a cidade, aí aparece uma metáfora que sugere uma espécie de luta de classe disfarçada.

Voltemos à leitura da descrição que faz Le Vavas seur de Baudelaire nos dias de junho de 1848. O que vemos é um Baudelaire disposto a lutar pelas conquistas de fevereiro e se o amigo Dupont, autor do *Chant des Ouvriers*, o faz companhia, não parece ser este que impõe ao poeta a missão de lutar, o contrário parece ser o mais verdadeiro. Em pleno café de Foy, quando a reação parece já ter dominado os insurretos, vociferar contra os vencedores, creio ser uma opção consciente de quem não concordava com os rumos da política àquela altura.

Longe de delegar a ação aos revolucionários profissionais, o próprio Baudelaire pegou em armas: tanto em junho como em fevereiro, e também mais tarde, por ocasião do golpe de Estado de Louis Bonaparte. Ao contrário de seu amigo Flaubert, Baudelaire não assistiu como testemunho a todos os conflitos de seu tempo, mas participou deles ativamente, e sempre do lado dos insurgentes.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> BAUDELAIRE, Charles. O vinho dos trapeiros. In: *As Flores do Mal. Op. cit.*, p. 378–379.

<sup>20</sup> OEHLE, Dolf. “Loucura do Povo e Loucura da Burguesia”. *Op. Cit.*, p. 29.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Jean-Paul Sartre – em dois estudos sobre a literatura do século XIX – analisa a poética de Baudelaire. Em *Idiot de la famille* (SARTRE, 1971-2), ao discutir a recepção de Flaubert pelo público literário burguês do Segundo Império levanta a hipótese de que a neurose do escritor encontrara paralelo na do público, o que provocara uma recepção favorável àquele autor. Para ele, após 1848, o burguês se transformou num misantropo e pessimista radical, e isso o tornaria, posteriormente, irmão de escritores como Gustave Flaubert e Charles Baudelaire – que teriam uma *vision du monde* altaneira e hostil e que percebiam o mundo como fonte do mal absoluto. A essa literatura, Sartre dá o nome de *arte-névrose*, e seu êxito estaria no fato de fazer com que o ódio por ela gerado ficasse num plano genérico e não tocasse no que ele denomina “trauma de 1848”. Sua análise leva a crer que Flaubert e Baudelaire não se deram conta da revolução.

Em *Baudelaire*, Sartre (1949) parte da análise das correspondências e da poesia daquele autor para explicar qual teria sido a experiência do poeta de *As flores do mal*. Tenta determinar qual foi a vocação, o chamado, o destino de Baudelaire, e se sua poesia é veículo de uma mensagem e de qual mensagem. O filósofo desmistifica o fato de que a vida “miserável” do poeta teria condicionado sua obra: “No tuvo la vida que merecía”. De esta máxima consoladora, la vida de Baudelaire parece una magnífica ilustración<sup>21</sup>. Para Sartre, seria “falso ver sólo ‘mala suerte’ en una vida que, en resumidas cuentas, revela participar del mito en el sentido más elevado, si es cierto que el héroe mítico es un ser en quien la fatabilidad se conjuga con la voluntad y que parece obligar al destino a modelar su estatua”.<sup>22</sup> Sua conclusão nos leva a crer que cada fato na vida do poeta foi por ele planejado, que nada estaria fora de seu controle, como se fosse possível a um único destino estar livre do redemoinho de mudanças que assolou o século XIX.

<sup>21</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Baudelaire*. Buenos Aires: Losada, 1949, p. 11.

<sup>22</sup> LERIS, Michel. apud SARTRE, *Op. Cit.*, p. 10

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Y esa es, sin duda, su singularidad, aquella ‘diferencia’ que buscó hasta la muerte y que sólo podía manifestarse a los ojos de los demás: fue una experiencia aislada, algo como el bomunculus del Segundo Fausto, y las circunstancias casi abstractas de experiencia le permitieron demostrar con brillo inigualable esta verdad: la elección libre que el hombre hace de sí mismo se identifica absolutamente con lo que llamamos su destino.<sup>23</sup>

O crítico norte-americano Harold Bloom não concorda com a assertiva de Sartre e, em sua obra *Gênio*, escreve: “Pode ter existido pessoa assim? Pode um poeta rejeitar a experiência de ler os seus precursores? Terá Victor Hugo sido uma circunstância pela qual Baudelaire foi ‘inteiramente e conscientemente responsável’?”<sup>24</sup> Bloom chama por Valéry – respeitável teórico –, que, segundo ele, pensa de modo diferente. A hipótese de Sartre também é refutada pelo ex-aluno de Adorno, Dolf Oehler, em estudo de 1997. Para Oehler, Flaubert e Baudelaire compõem o que se denomina “estética antiburguesa”. Em *Quadros parisienses*, Oehler revela como Baudelaire, Heine e Daumier falam da insatisfação das classes dominantes em relação às próprias posições – tão contrárias! – ao que elas acreditavam professar. Com base em muita pesquisa histórica, Oehler – que segue as pegadas de Walter Benjamin – faz uma leitura cuidadosa dos textos da época, cruza informações e retira conclusões que ampliam a visão de Adorno, para quem Baudelaire quis, com sua máscara trágica, despertar o brio dos contemporâneos. Oehler usa a afirmação de Walter Benjamin de que Baudelaire teria sido “um agente secreto – um agente da insatisfação secreta de sua classe com sua própria dominação”<sup>25</sup> – e a complementa. Segundo ele, tal afirmação é, ao mesmo tempo, abrangente – por incluir todos os escritores de talento desde a passagem do século XVIII para o XIX até os dias

<sup>23</sup> SARTRE, *Op. Cit.*, p. 126

<sup>24</sup> BLOOM, Harold. Os 100 autores mais criativos da história da literatura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 488

<sup>25</sup> OEHLER, Dolf. Quadro Parisienses (1830-1848). *Op. Cit.*, p. 16

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

de hoje – e limitada – porque Baudelaire teria sido mais que um porta-voz da insatisfação da burguesia consigo mesma.

Oehler traça não só um panorama do século XIX, como também da obra de Baudelaire, que, para ele, “foi um posto avançado na guerra da liberdade em que os beligerantes, sobretudo aqueles que pugnavam pela emancipação, não conheciam a si mesmos. Uma guerra na qual ‘o povo’ não sabia distinguir entre amigos e inimigos e não tinha uma noção clara do objetivo da luta”.<sup>26</sup> No dizer de Oehler, Baudelaire assumira a causa da revolução bem antes das lutas de fevereiro de 1848, e ela estaria no centro de sua poesia. Oehler, tal qual Benjamin, encontra semelhanças entre Baudelaire e o revolucionário Blanqui, principal líder da oposição francesa na década de 1840 e, a exemplo de Baudelaire, um dos frequentadores do mundo boêmio.

Oehler indica os trabalhos de Jean-Paul Sartre como os únicos em que há uma observação sistemática da relação entre literatura e burguesia no século XIX. Cita *Le idiot de la famille* e *Baudelaire* para afirmar que Sartre classifica de *art-névrose* os trabalhos de escritores como Flaubert, Baudelaire, Gautier, Leconte de Lisle, Banville e Goncourt, e até de Mallarmé. Ele discorda de Sartre acerca da amplitude histórico-ideológica dos melhores textos da *art-névrose*. Segundo Oehler, Sartre não se dera conta de que a correlação entre patologia individual e patologia social desempenha um importante papel na concepção e produção das obras da *art-névrose*, e não só em sua recepção. Daí ele querer expor,

contra Sartre, a seguinte tese: o jogo sistemático das correlações entre psique individual e social ou de classe constitui o princípio de composição das obras mais bem-sucedidas dessa literatura, à qual chamei de “estética antiburguesa”. Isso significa que, segundo sua intenção, tais textos não são parte da falsa objetividade, da ideologia negativa da segunda metade do século, conforme critério adotado por

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 16.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Sartre – que toma, aqui, a recepção pelo conteúdo –, pois eles não a (re)produzem, mas a refletem. Ademais, isso significa que a relação entre neurose subjetiva e objetiva deve ser novamente descrita à luz desses textos, menos como uma relação temporalmente posterior.<sup>27</sup>

Para Oehler, após 1848, representantes da *art-névrose*, como Flaubert e Baudelaire, ao analisarem o próprio malogro no contexto do fracasso da revolução, conseguem encontrar – dentre os de sua classe – elementos da própria neurose que seriam responsáveis, também, pela catástrofe histórica. Revelam, assim, uma relativa universalidade e representatividade da própria estrutura psíquica. Para driblar a censura imposta por Napoleão III, durante o *Second Empiré*, tais escritores teriam transvestido “os temas tabus da recente história francesa com relatos românticos e poéticos, confissões, tocando no ponto nevrálgico dessa sociedade através de exposição de paixões privadas, aparentemente isoladas, de heróis exóticos, excêntricos ou anacrônicos.”<sup>28</sup>

### Referências Bibliográficas

BAUDELAIRE, Charles. Qualquer caricatura francesa. In: *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BAUDELAIRE, Charles. *Escritos Íntimos*. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1994.

BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3ª ed. Obras escolhidas Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CREPET, E. *Charles Baudelaire*. Paris: Messein, 1906.

<sup>27</sup> OEHLER, Dolf. O Velho Mundo Desce aos Infernos: auto-análise da modernidade após o trauma de julho de 1848 em Paris. São Paulo: Companhia das Letas, 1999, p. 100.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 59.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

FREUD, Sigmund. Der Dichter und das Phantasieren. In: *Studienausgabe*. Apud: OEHLER, Dolf. *Art Névrose: análise sócio-psicológica do fracasso da revolução em Flaubert e Baudelaire*. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 1992, nº32, p. 106.

JUNQUEIRA, Ivan. A Arte de Baudelaire. In: BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 89.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

O GLOBO. *A liberdade guiando o povo*. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2010/08/pintura-liberdade-guiando-povo-1831-316632.html>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

OEHLE, Dolf. “Loucura do Povo e Loucura da Burguesia”. Baudelaire: ator, poeta e juiz da revolução de 1848. In: *Literatura e Sociedade* nº 13, 2010, p. 26 - 35. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP.

OEHLER, Dolf. Art Névrose: análise sócio-psicológica do fracasso da revolução em Flaubert e Baudelaire. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 1992, nº32, p. 99–110.

OEHLER, Dolf. *Quadros Parisienses (1830-1848)*. Estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade: A França no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

POOL, Phoebe. Delacroix. Rio de Janeiro/Londres: Ao Livro Técnico/ Hamlyn, 1987.

SEIGEL, Jerrold. *Paris Boemia: Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa, 1830–1930*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: As jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TROYAT, Henri. *Baudelaire*. São Paulo: Scritta, 1995.

731

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14

Trânsitos Interculturais: Percursos da  
Produção Intelectual e Artística nas/das  
Periferias

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**OS CONFLITOS DA MEMÓRIA: IMAGENS DISTÓPICAS E TEMPO  
HISTÓRICO**

Amanda Cristina Souza dos Santos<sup>1</sup>  
Juliano de Almeida Pirajá<sup>2</sup>

**Resumo:** Pretende-se compreender de que modo os sujeitos que vivenciaram o entreguerras do século XX lidaram com as novas experiências e construíram visões distópicas do possível porvir da humanidade. Analisaremos se nós, habitantes do século XXI perpetuamos o mesmo olhar de incredulidade. Tenciona-se correlacionar as distintas narrativas com a concepção de Totalitarismo da filósofa Hannah Arendt, uma vez que discorre sobre a possível transformação da natureza humana por meio da filosofia política. Para interpretar tal façanha utilizaremos os romances *Nós* (1924) de Ievguêni Zamiátin, *Admirável Mundo Novo* (1932) de Aldous Huxley, *1984* (1949) de George Orwell e a série ficcional *Black Mirror* (2011) criada pelo roteirista britânico Charlie Brooker.

**Palavras-chave:** Alteridade; Distopia; Tradição; Tempo Histórico; Totalitarismo.

Pertence ao ofício do historiador contemporâneo identificar os grandes eventos que constitui a narrativa histórica, compreendendo que estes grandes feitos e obras são interrupções que seccionam transversalmente o movimento natural da vida humana, conforme concebido por Arendt (2016). Estas interrupções são essenciais na construção da consciência histórica. Tal consciência é viabilizada pela herança e sua ruptura.

Muitos intelectuais que nasceram antes da metade do século passado, concordam que houve uma ruptura na tradição ocidental. Octavio Paz, crítico literário mexicano, e o historiador alemão, Reinhart Koselleck aproximam suas concepções ao relacionar a fragmentação com a insurreição do futuro. Para eles, essa nova visão sobre a herança histórica inicia-se no século XVIII, o “progresso” contrapondo o tempo cristão; expectativas cada vez mais distantes das experiências realizadas. Para a filósofa alemã de

<sup>1</sup> Graduanda em História (UEG). Contato: amandacsouza2013@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em História (UNB), Professor efetivo da UEG. Contato: julianopiraja@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

origem judaica, Hannah Arendt, a quebra da história ocidental, dá-se por outra razão, vejamos:

Nem as consequências no século XX nem a rebelião do século XIX contra a tradição provocaram efetivamente a quebra da nossa história. Esta brotou de um caos de perplexidades de massa no palco político e de opiniões de massa na esfera espiritual que os movimentos totalitários, através do terror e da ideologia, cristalizaram em uma nova forma de governo e dominação. (ARENDR, 2016, p.53).

Sendo assim, o presente trabalho, dialoga as múltiplas concepções de ruptura da história, consciência e tempo histórico. Ao passo que, daremos um enfoque maior a concepção arendtiana de ruptura da histórica ocidental, visto que, propõe-se conciliar sua visão com características existentes nos romances distópicos criados no período do entreguerras. Posteriormente, objetiva-se explicar um referencial do nosso século. Nós, contemporâneos do século XXI estamos nos aproximando ou distanciando das projeções passadas?

Ter uma visão panorâmica das transformações deflagradas no século XX é fácil e acessível para o nosso olhar retrospectivo carregado de inúmeras fontes diversificadas. O interesse maior é destacar como os seus contemporâneos lidaram com seu presente, com suas variações e continuidades. Ao passo que, as experiências vividas rompem com as antigas expectativas e cria outras perspectivas para o futuro, não necessariamente agradáveis. Koselleck, em sua obra *Estratos do Tempo: estudos sobre história*, já falava:

O *status* do futuro não equivale totalmente ao *status* do passado. O passado está contido em nossa experiência e pode ser verificado empiricamente. O futuro foge à nossa experiência e, portanto, não pode ser verificado. Mesmo assim, existem prognósticos que, com maior ou menor plausibilidade, podem ser transpostos da experiência para a expectativa. (KOSELLECK, 2014, p.190).

As narrativas ficcionais que fazem parte desta análise, distinguem-se de outras literaturas pelo atributo prognóstico que manifestam. Tais ficções são, *Nós* do russo Ievguêni Zamiátin, escrita em 1920 e publicada em 1924; *Admirável Mundo Novo* lançada



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

em 1932 de Aldous Huxley e 1984 de George Orwell publicada em 1949. A tripla narrativa é caracterizada por Erich Fromm em um dos posfácios de 1984 como “as três utópicas negativas do século XX” (OEWELL,2009, p. 368), uma vez que, as utopias negativas expressam a impotência do homem moderno, igualmente as utopias antigas expressavam a autoconfiança do homem pós-medieval.

Ao discorrer sobre a ambiguidade do romance, o crítico Octavio Paz aproxima literatura e história através de um acontecimento relatado. Enquanto o historiador procura contar o que se passou, interpretando o fato histórico, o literato como um demiurgo, recria um mundo. Na obra *O arco e a lira*, o autor diz:

Embora seu ofício seja o de relatar um acontecimento – e nesse sentido assemelha-se ao historiador -, não lhe interessa contar o que se passou, mas reviver um instante ou uma série de instantes, recriar um mundo. Sua obra inteira é uma imagem. Assim, por um lado, imagina, poetiza; por outro, descreve lugares, fatos, almas. Confina com a poesia e com a história, com a imagem e com a geografia, com o mito e com a psicologia. Ritmo e exame de consciência, crítica e imagem, o romance é ambíguo. (PAZ, 1982, p.247).

Os mundos distópicos criado pelos escritores no século XX, contém essa ambiguidade, essa confluência de imagens mescladas por distintas áreas do conhecimento para implicitamente reviver o instante do evento recriado. Assim, o mundo que o romancista cria nos invade pelas interpretações possíveis, uma vez que, atribuímos significados e sentidos de acordo com nossas experiências.

Cabe ao nosso estudo, analisar brevemente, os romances de forma interna e externa. É essencial para nossa análise a relação autor-protagonista, na medida que o autor introjeta no protagonista da ficção suas próprias inquietações e desconfortos com as mudanças que assolam a sociedade em que faz parte. Assim é a impressão que nos sugere. A “verossimilhança de um futuro previsto decorre, em primeiro lugar dos dados anteriores do passado, cientificamente organizados ou não” (KOSELLECK, 2014, p.313).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Zamátin, Huxley e Orwell projetam seus universos futurista baseados em suas próprias experiências. Os protagonistas agentes das sociedades distópicas, enfrentam o terrível conflito de não deixar escapar, por ínfimo que seja, o discernimento que lhes restam, criando a grande necessidade de se escrever sobre sua realidade, deixar um rastro histórico, humano, para a posteridade. Tais prognósticos, não deixam de ser atuais, e seu caráter verossímil com a nossa realidade é assustadoramente consciente.

Os romances são caracterizados por um futuro, no qual, toda sociedade é regida por uma grandiosa figura política, sobre-humana, muitas vezes. As pessoas são constantemente vigiadas, recurso que visa assegurar o domínio eterno do governo regente. Governo este, que se distingue de todos o que a tradição havia classificado até então. O principal objetivo que entrelaça as respectivas sociedades, é a obtenção de estabilidade social, não importa o preço que deve ser pago. O desejo de mudar o mundo, ficou no passado com antigos líderes, agora, aspiram mudar os homens, sua natureza. Nem que para isso sacrifique a arte, a cultura, a história, a verdade, o eu.

Hannah Arendt dedicou grande parte de suas produções a compreender a nova forma de governo que surgiu no século XX, procurou conceituá-lo de acordo com suas experiências. Em 1951 publica a obra *Origens do Totalitarismo* que consagraria sua carreira. O prefácio da primeira edição, conta o motivo de Arendt construir a obra:

Este livro [...] foi escrito com a convicção de serem passíveis de descobertas os mecanismos que dissolveram os tradicionais elementos do nosso mundo político e espiritual num amálgama, onde tudo parece ter perdido seu valor específico, escapando da nossa compreensão e tornando-se inútil para fins humanos. (ARENDR, 2012. P.12)

Segundo suas palavras, foram os primeiros anos de relativa tranquilidade pós-guerra que os intelectuais se propuseram a entender o que havia acontecido, o porquê e como pôde ter acontecido. Contemporâneos que buscavam interpretar os horizontes de expectativas rompidos por novos espaços de experiências.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Na década de 1920 o russo Ievguêni Zamiátin idealizou uma sociedade futura, na qual após uma guerra, a Guerra dos Duzentos Anos, as divisões geográficas e políticas foram destruídas, as formas de governos foram aniquiladas, restando apenas uma jurisdição, o Estado Único, governado pelo Benfeitor, líder grandioso e severo. Presumivelmente o Benfeitor é a materialização de um governo ideal e eterno, uma vez que é uma “potência sobre-humana” (ZAMIÁTIN, 2017, p.77) e não acomoda-se na limitada mortalidade dos homens.

Nessa sociedade inspirada no antigo conceito de racionalização das atividades do Taylorismo, no qual até os indivíduos foram mecanizados, tornando-se números é notável a “singularização da pluralidade humana” para inverter o paradoxo criador por Arendt (2016), quando os milhões de números “é fundidos num único corpo” (ZAMIÁTIN, 2017, p.30) para desempenhar as mesmas funções no mesmo momento, desde o acordar, o trabalhar, até os momentos de “ócio”. É perceptível a necessidade do sistema de tornar as pessoas iguais as máquinas, unidades de pessoas perfeitas.

É recorrente existir em um regime totalitário inimigos públicos, ou como caracteriza Arendt “inimigos objetivos” designados a absorver toda a fúria, ignorância, apatia e ódio da sociedade. No Estado Único, esses inimigos, eram os inimigos da felicidade, aqueles que ousavam perturbar o eterno movimento da Máquina, aqueles que subvertendo o sistema optava a fazer parte da resistência.

Análogo ao mito cristão do paraíso, realidade de um lugar sem desejo, sem amor, sem liberdade, apenas a felicidade eterna de servir ao onipresente, onipotente e onisciente Benfeitor. O Estado Único visa a estabilidade, pois apenas no controle social perfeito nada ocorrerá, ninguém perturbará o movimento da grande máquina, visto que nada será inesperado. A instabilidade decorre da imprevisibilidade.

O mundo de Huxley é bipartido entre o Mundo Civilizado e a Reserva dos Selvagens, o mundo é governado pelos Administradores Mundiais que depois das guerras

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

buscaram alcançar a estabilidade global. Triunfaram graças ao desenvolvimento científico aplicado na concepção dos seres humanos. Os indivíduos são produzidos em massa e diferenciados por castas, estas relacionam-se diretamente com o tipo de condicionamento que cada criança sofrerá.

Desde a decantação (fabricação) as crianças são condicionadas a amar e odiar tais coisas devido sua predestinação social. Esse condicionamento dá-se também pela hipnopedia, repetições de ensinamentos durante o sono que se convertem em axiomas. Ao condicionar a amar o que é obrigado a fazer, a sociedade conquista a felicidade. Logo, essa sociedade atingiu o grau mais elevado do totalitarismo por dominar os indivíduos a partir do nascimento, tornando-os marionetes sem espontaneidade assim como declara Hannah Arendt:

O poder total só pode ser conseguido e conservado num mundo de reflexos condicionados, de marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade. Exatamente porque os recursos do homem são tão grandes, só se pode dominá-lo inteiramente quando se torna um grande exemplar da espécie animal humana. (ARENDR, 2012, p.605)

O prefácio escrito por Huxley em 1946, menciona uma interpretação da ficção para nosso mundo tangível:

Um Estado totalitário verdadeiramente eficiente seria aquele em que os chefes políticos de um Poder Executivo todo-poderoso e seu exército de administradores controlassem uma população de escravos que não tivessem de ser coagidos porque amariam sua servidão. Fazer com que eles a amem é a tarefa confiada, nos Estados totalitários de hoje, aos ministérios de propaganda, diretores de jornais e professores. (HUXLEY, 2014, p. 14).

Vivendo em um mundo dividido em três superestados, os personagens do romance de Orwell, residem em Londres que é regida pelo Partido Socing sob a liderança do Grande Irmão. O Ministério da Verdade é responsável pela alteração das notícias diárias para validar os discursos proféticos do Grande Irmão, assim o passado é constantemente alterado e jamais alterado, pois não há vestígios dessa alteração.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O Ministério do Amor é incumbido de tornar a guerra entre os superestados incessantes, para usar os produtos fabricados pelos indivíduos e não elevar seus padrões de vida. Para o Partido apenas uma sociedade hierárquica constituída pela pobreza e ignorância pode perpetuar a estabilidade. Embasado pelo pensamento arendtianos percebe-se que o governo totalitário utiliza do terror para manter a instabilidade, pois paradoxalmente a estabilidade do regime totalitário constitui e se perpetua pela instabilidade social.

Os membros do Partido que dizem, ser o melhor governo de todos os tempos, não se contentam em destruir os inimigos, têm que transformá-los. Liquida toda essência de humanidade da pessoa até deixá-la vazia para preencher com o amor ao Partido. Diferentemente das oligarquias antigas, o Partido deseja o poder em benefício próprio, o poder pelo poder, o poder sobre os homens.

É prodigioso verificar que as diferentes sociedades apresentadas nas narrativas distópicas lançadas no entreguerra apresentam modelos bem elaborados de regimes autoritários, que assemelham-se ao emergente totalitarismo que até então não havia ganhado uma conceituação. Assim, antes dos historiadores e filósofos elaborarem interpretações sobre as novas experiências, os escritores já estavam denunciando em seus romances.

O filósofo italiano Giorgio Agamben em *O que é Contemporâneo e Outros Ensaios* exprime que, um contemporâneo interpela seu tempo sendo capaz de o transformar e relacionar com outros tempos, possibilitando uma leitura da história. O olhar fixado no seu tempo permite ao contemporâneo perceber a obscuridade do presente e “não se deixa[r] cegar pelas luzes do século” (AGAMBEN, 2009, p.63); o termo obscuridade pode ser exposto como os feitos e eventos implícitos, fatos que muitas vezes não são alto evidentes para toda uma sociedade, necessitando de um agente que possa ativamente interpretá-los:



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Quem pode dizer: “o meu tempo” divide o tempo, escreve neste uma cesura e uma descontinuidade; e, no entanto, exatamente através dessa censura, dessa interpolação do presente na homogeneidade inerte do tempo linear, o contemporâneo coloca em ação uma relação especial entre tempos. (AGAMBEM, 2009, p.71).

Ao depreender o tempo que estamos inseridos, dividimo-lo. A descontinuidade nos proporciona vincular com outros tempos. Na interpolação do presente relacionada com outras temporalidades, têm-se a história. Aproximando do pensamento de Paz, podemos constatar que, contemporâneo é aquele que entende pertencer a uma tradição, esse entendimento é constituído pela consciência histórica:

Aquele que pertence uma tradição já se sabe, implicitamente, diferente dela, e esse saber o leva, mais cedo ou mais tarde, a questiona-la e, às vezes, a negá-la. A crítica da tradição se inicia como consciência de pertencer a uma tradição. Nosso tempo se distingue de outras épocas e sociedades pela imagem que temos do transcorrer: nossa consciência histórica. (PAZ, 2013, p.21).

Neste sentido, arriscamos a construir nossa concepção contemporânea em relação a história. Observamos nosso presente e o possível futuro com o mesmo teor de insegurança e pessimismo que os pensadores da geração passada? Os conceitos totalitários arendtianos ainda são apropriados para discorrer sobre nossos atuais sistemas políticos? Continuamos projetando futuros distópicos?

A dominação totalitária tenciona abolir toda espontaneidade do ser vivente. Uma vez que seu objetivo final é a transformação da própria natureza humana, Arendt acreditava que os campos de concentração era a principal instituição para realizar esse projeto, lembrando que o nazismo e stalinismo foram apenas as primeiras tentativas de implantar um regime totalitário. Assim, hoje existem outros mecanismos, mais sofisticados que podem cumprir esse papel.

A série de televisão *Black Mirror* criada pelo roteirista britânico, Charlie Brooker, em 2011 interpreta as problemáticas atuais causadas pela ambígua relação dos homens

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

com suas criações tecnológicas. Ao passo que, se averiguarmos suas narrativas pela ótica política-filosófica, obteremos vários artifícios totalitários que podem ser aplicados em nossa sociedade. A série é transmitida atualmente pela plataforma *Netflix*, e possui até o momento, quatro temporadas, totalizando dezenove episódios. A série não é marcada pela continuidade temporal, como estamos acostumados a presenciar. Cada episódio contém sua narrativa central, que geralmente critica um aspecto da realidade. Torna-se interessante verificar que os prognósticos anunciados, não se referem a um futuro distante, a crítica transcorre no presente para o presente.

A tecnologia, desenvolvida potencialmente desde a Segunda Guerra Mundial, é elementar em *Black Mirror*, a primeira impressão formulada é referente ao poder agressivo e aterrorizador que essa pode consolidar-se. No entanto, a discursão é: estamos preparados psicologicamente para lidarmos com esta nova forma de poder? Interessa-nos destacar os conflitos morais que perpassam as tramas.

É aterrador o êxito que as narrativas têm de fazer-nos ponderar os princípios e valores que baseiam nossa existência. O quanto é prejudicial uma visão dicotômica, de justo e injusto; legal e ilegal; eu e o outro; violência legitimada para acabar com a violência; a barbárie e atrocidades cometidas em prol da ganância, do desejo, da influência. O cotidiano trivial, nos remete a indagar sobre o dispêndio do individualismo e exibicionismo. Esse pensamento nos remete a uma passagem de Arendt:

O que prepara os homens para o domínio totalitário no mundo não totalitário é o fato de que a solidão, que já foi uma experiência fronteira, sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século a experiência diária de massas cada vez maiores. (ARENDR, 2012, p.638).

Os indivíduos se inserem no mundo por meio dos feitos e obras, são as ações que nos tornam sujeitos políticos. Pessoas isoladas, apolíticas, perdem o contato com seus pares, destruindo toda condição de vida humana em comum. Sem participação ativa,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

perde sua alteridade, a paradoxal pluralidade humana. É a alteridade que mantém a esperança na humanidade, uma vez que:

O fato do homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez só e possível porque cada homem é único, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. (ARENDR, 2016, p.220)

O estudo é relevante na medida que procura dialogar, tanto os romances distópicos, quanto a série ficcional com a concepção de totalitarismo da Hannah Arendt. Correlacionando as múltiplas elaborações de consciência histórica, percebemos que existem diferentes modos de apreender o tempo. Foi necessário entender como escritores de outras épocas compreendiam seu tempo, para relacionar com nossa maneira de interpretar nossa contemporaneidade.

O presente esboço, não exprime uma finalização ainda que, faz parte da pesquisa de Iniciação Científica que está em processo de conclusão. Cabe meditar o percurso que nossa consciência histórica pode alcançar em um futuro próximo no embate travado com os novos mecanismos científicos e tecnológicos. É problemática a concepção de futuro que temos? Mas todas não são? Pretende-se continuar esquadrinhando nosso referencial contemporâneo, *Black Mirror*, pois contém muitas problemáticas necessárias.

É significativo verificar que os protagonistas dos romances falharam em sua batalha. Foram vencidos pelo majestoso, simples e impiedoso poder total. O futuro fora abolido, o passado eliminado, sendo os últimos a terem consciência deste evento. Os escritos que conceberam os respectivos mundos, não vislumbraram a vitória da humanidade. O presságio atual torna-se sintomático, quando apenas um episódio da produção ficcional contempla o porvir otimista por meio das criações tecnológicas, *San Junipero* (2016) o quarto episódio da terceira temporada. O niilismo tem predominado se olharmos por este viés.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Referências bibliográficas**

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Entre Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- Black Mirror. Direção e roteiro: Charlie Brooker Distribuída pela Netflix, 2016.
- HUXLEY Aldous. *Admirável mundo novo*. Rio de Janeiro, Biblioteca Azul, 2014
- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- ORWELL George. *1984*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- KOSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ZAMIÁTIN, Ievguêni. *Nós*. São Paulo, Aleph, 2017.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**IMAGENS E AUTOIMAGENS DO INDIVÍDUO MODERNO: VISIBILIDADES  
DO SUJEITO NAS NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS**

Glauber Honorato da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O advento tecnológico desencadeou um regime sistêmico de vigilância na sociedade moderna, consequência do processo de midiaticização da vida contemporânea. Por tanto, a proposta dessa pesquisa é analisar como certas narrativas e imagens provenientes da chamada indústria cultural contemporânea se impõe na modernidade e como a literatura produzida a partir do século XX agrega em diegese, signos que denunciam o sujeito moderno em seu itinerário de vivência e subjetividade. Inicialmente, fez-se necessário analisar as obras que fundamentam a pesquisa sobre a perspectiva do moderno para entender como essas produções evidenciam a dinâmica do homem/mulher no circuito social. A exemplo dessas narrativas já mencionadas temos os objetos aqui trabalhados; sendo eles o romance *A hora dos ruminantes*, *Sombra de reis barbudos* ambos do goiano JJ.Veiga (1915-1999), o livro *Maquinas de ver, modos de ser* da autora Fernanda Bruno, o filme *The Lobster* (2015) do grego Yorgos Lanthimos (1973) e a série televisa *Black Mirror* (2011). Todas as obras mencionadas estão calcadas em um plano narrativo alegórico que faz apontamentos políticos e sociais, consequentemente tem-se o relato de uma época. Torna-se pertinente analisar o indivíduo contemporâneo lidando com as redefinições de normas que envolvem o ver, sentir e perceber. Questões humanas como o afeto e sensibilidade são contrapostas nas obras selecionadas a fim de entender como o chamado *Show do eu* coloca o indivíduo comum no protagonismo de um espetáculo de vigilância.

**Palavras chave:** Narrativas; Contemporâneo; Vigilância; Modernidade.

**A modernidade e os dilemas do indivíduo em JJ Veiga, Black Mirror e The  
Lobster**

---

<sup>1</sup> Graduando do 7º semestre de Letras pela Universidade Estadual de Goiás - (Campus Formosa).  
honoratoglauber43@gmail.com



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

José Jacinto Pereira Veiga (1915-1999) nasceu no dia 2 de janeiro de 1915, numa pequena fazenda nas proximidades de Pirenópolis e Corumbá, no estado de Goiás. Faleceu em 1999 no Rio de Janeiro, terra de distinções geográficas e culturais daquela onde brotaram sua imaginação e primeiras obras. Passou a infância no Goiás, fase da experimentação que futuramente se tornaria substrato fundamental para a construção da estética insólita e fantástica da sua obra (REZENDE, 2008)

Veiga vivenciou a chegada dos avanços tecnológicos no sertão goiano. “Presenciou o agir da companhia estrada de ferro Goiás e as pequenas usinas hidrelétricas, marcas do progresso que invadia o sertão goiano” (AMARAL, 2013, p. 13). Deste processo de modernização que surge as questões salientadas e revisitadas na obra de Veiga, desde sua primeira publicação com o livro de contos *os cavalinhos de platipantos* (1959). Precipualemente a presença do novo (moderno) acontece de forma exclamativa nos romances *Sombra de reis barbudos* e *A hora dos ruminantes*, essa presença é referencial para inaugurar os acontecimentos insólitos e tonar a narrativa uma vitrine alegórica da falência do sujeito diante do poder das autoridades que falam em nome da modernidade. Apesar das características do realismo fantástico em sua obra, que ia de encontro com o estilo literário urgente na América latina do século XX, o goiano não se sentia confortável em inserir sua obra no estilo do realismo maravilhoso, é tanto que apontou em entrevista para a revista *Azougue* em 1999:

Esse fantástico precisa ser muito pensado, estudado, porque não é tão fantástico assim. [...] Coisas incríveis como a lepra erradicada em muitos países acontecem aqui, o desrespeito pela pessoa exercida pelos poderosos. Fantástico mesmo é a existência de sociedade que ainda toleram isso. (VEIGA, 1999)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

São as alegorias veiguianas que formam a presença angular que torna possível a leitura das imagens insólitas em *Sombra de reis barbudos* e *A hora dos ruminantes*, como representação da modernidade e os temas antropológicos que a norteiam e diz sobre poder, violência, solidão e vigilância. Esse espaço interpretativo é característico da obra de Veiga e qualquer outras narrativas que utilizam de alegorias como artifício narrativo para reformular ou subverter símbolos. Tal jogo de interpretação é um pacto velado entre o autor e o leitor: “Escrevo para conhecer o melhor o mundo e as pessoas. Quem prestar atenção verá que os meus livros são indagativos, não explicativos. Isso faz deles um jogo ou um brinquedo entre autor e leitor; ambos indagando juntos ou não, e descobrindo ou não” (VEIGA, 1999).

A obra de Veiga abre espaço para as mais variadas leituras. Apesar de uma fuga ao concebido como normal, há temas recorrentes no permeio da narrativa. Em *A hora dos ruminantes*, e *Sombra de reis barbudos*, nota-se a circulação de temas universais, que diz sobre regimes de opressão, seja eles em nível espacial maior ou menor. Para fundamentar o prisma temático, Veiga opta por discorrer sobre as microviolências do cotidiano, dosando a prosa com sutileza nos momentos de expor a violência como característica intrínseca ao processo de modernização da vida. Há fluidez entre esses acontecimentos, afim de demonstrar a presença do fenômeno opressor que atinge os moradores das cidades fictícias de Veiga.

É, portanto, nesse espaço pequeno e sertanejo que Veiga contrapõe a subjetividade do sujeito pré-moderno ao indivíduo durante o processo de modernização. Onde a presença do panóptico<sup>2</sup> moderno instaura um regime de vigilância que vem a dialogar

---

<sup>2</sup> O panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

com outras narrativas e imagens contemporâneas, onde o advento tecnológico passar a redefinir as relações sociais e a própria subjetividade.

**As cidades pré-modernas de Veiga e as sociedades quase distópicas de *Black Mirror* e *The Lobster***

Em *A Hora dos ruminantes* e *Sombras de reis barbudos* há a presença quase espectral das duas cidades fictícias criadas por Veiga: Manairarema no primeiro romance e Taitara no segundo. Espectral não apenas por representar o fúnebre das coisas que não são mais ou estão a morrer, e sim por se movimentar na narrativa de Veiga como um personagem. Existe na prosa de Veiga uma organicidade em conceber esse espaço onde os acontecimentos se desdobram com fluidez. As cidades pré-modernas de Manairarema e Taitara, representam o que se ganha e o que se perde na denúncia de Veiga ao processo de modernização. “Manairarema vai sofrer a noite”. (VEIGA, 2015, p. 13)

Em *A hora dos ruminantes* a pequena cidade de Manairarema é invadida por forasteiros do dia para a noite; os homens estranhos e sem nome ali montam acampamento. A partir desse acontecimento exclamativo JJ Veiga vai discorrer sua narrativa, enfatizando um tema recorrente de sua obra que é a invasão, seja ela de qualquer forma ou significado. Não obstante, *Sombra de reis barbudos* apresenta a mesma imagem de invasão, porém, temos como símbolo de invasão a instalação de uma fábrica na cidade de Taitara. O que determina os acontecimentos do decorrer da trama é a inserção dessa invasão em ambas as cidades, que atinge os moradores e os coloca em crise com a sociedade do progresso e com eles mesmos.

Em Manairarema reina a incerteza após a chegada dos forasteiros, enquanto a população se pergunta o que querem e o que podem. A dúvida é o que atinge primeiro os moradores a cidade rural e bucólica, germina então as primeiras inquietações diante da presença do novo e desconhecido. O romance *A hora dos ruminantes* é dividido em três

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

partes significativamente nomeadas: A chegada, O dia dos cachorros e o Dia dos bois. O que Veiga propõe é uma invasão contínua que cresce e muda, até que os personagens não sejam mais os mesmos.

O tema da invasão marca as duas cidades de Veiga. A chegada repentina desse invasor instala um novo sistema de convívio e produção que atinge diretamente aquela população. Esse invasor é representado alegoricamente por cachorros e bois, ora são homens de negócio a comandar uma fábrica. Nasce desse conflito a denuncia as mazelas do progresso profetizado pela modernidade que atinge o âmago dos homens e mulheres daquelas cidades.

Ocorre em Manarairema e Taitara a instalação de um regime de vigilância onde a centralidade de um panóptico é então firmada, fenômeno tal qual remete ao filósofo francês Michel Foucault em *Vigiar e punir*. Foucault utilizou o modelo arquitetônico de uma prisão para explicar o que ele conceituou de “sociedade disciplinar”, onde o princípio da vigilância e controle se torna institucionalizado: “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente [...] A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha” (FOUCAULT, 2014, p. 25).

Tal fenômeno é percebido em *A hora dos ruminantes* com a instalação do acampamento e em *Sombra de reis barbudos* com a instalação da fábrica. Porém, o mesmo fenômeno de vigilância apresenta certa transividade no decorrer da narrativa, não limitado ao panóptico físico. Por isso faz-se relevante a reformulação desse fenômeno feita pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017). Bauman definiu o *pós-panóptico* dentro conceito de vigilância líquida. Para o sociólogo a vigilância contemporânea não necessita de um ponto central para acontecer, aqui os pontos de vigia são fluidos e estão em todos os lugares, pois a sociedade tecnológica garante ao indivíduo contemporâneo a capacidade de ser vigia do outro. Portanto, é o que ocorre na cidade de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Taitara e Manairarema, mesmo se tratando de cidades pré-modernas, onde a inovação tecnológica não abarca a dimensão que Bauman expõe em seu conceito. Mas é negligente não notar a reflexão proposta por Veiga a respeito dessa vigilância contínua e evolutiva, tal qual é a modernidade, berço do panóptico.

Em uma reflexão da contemporaneidade e os processos de vigilância inerentes a vivência do homem e mulher na sociedade moderna, Bauman reformulou a concepção de panóptico. As problemáticas apontadas no estudo do sociólogo a respeito desses processos de subjetividade servem não só para compreender um dos muitos temas que fluem da obra de Veiga, mas também olhar para as imagens de narrativas cinematográficas e televisivas vindas da indústria cultura contemporânea pelo mesmo prisma. Permite olhar para as sociedades quase distópicas da série produzida pela TV britânica intitulada *Black mirror* (2011) e o filme *The Lobster* (2015) do grego Yorgos Lanthimos (1973). A narrativa das duas obras se desdobra num espaço tempo indefinido, onde a tecnologia atingiu um nível de popularidade e imposição, onde a normas sociais e toda a dinâmica da sociedade é arbitrariamente ditada pela tecnologia e quem a controla. Contudo, mesmo não se passando num período datado como atual, seria equivocado dizer que tais narrativas dizem respeito a um futuro distante. A linha que separa os acontecimentos de *Black mirror* e *The lobster* é tênue a ponto de definir a sociedade dessas ficções como: quase distópicas.

“Somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens” (FOUCAULT, 2014, p. 25. Foucault aponta para um fenômeno que a doutora em comunicação Fernanda Bruno vai chamar de “Show do eu” no seu livro *Maquinas de ver, modos de ser* (2014). O conceito de Bruno diz respeito a sociedade do espetáculo. Sendo essa sociedade o cerne do segundo episódio



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

da segunda temporada de *Black mirror* intitulado: *White Bear*. Aqui o espectador é apresentado a uma trama onde uma mulher acorda em uma casa, sem identidade ou memória. Ao sair em busca de si mesma, do que ela havia perdido, se depara com uma sociedade muda, onde as pessoas apenas a filmam ininterruptamente e não demonstram traços de empatia ou compaixão. No fim da trama descobre-se que a mulher é uma criminosa que teve a mente apagada para participar de um reality show punitivo. Nesse cenário, as imagens agonizantes da personagem são transmitidas ao vivo para milhares de pessoas:



BROOKER, Charlie. *Black Mirror*. Série Netflix. Reino Unido/ EUA. Temporadas 1,2,3. 2011/2016.

Em *The lobster* a sociedade que flerta com o distópico se firma na institucionalização das relações humanas e afetivas. A narrativa especifica que em um futuro próximo, uma lei proíbe que as pessoas fiquem solteiras. Qualquer homem ou mulher que não estiver em um relacionamento é imediatamente preso e enviado ao Hotel,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

um lugar onde terá 45 dias para encontrar um parceiro. Caso não encontrem um *match*<sup>3</sup>, essas pessoas são transformadas no animal de sua preferência e soltas no meio da floresta.

De forma alegórica o grego Yorgos Lanthimos discorre uma narrativa cinematográfica que coloca em debate a modernidade e as relações humanas. Aqui o protagonista se vê diante de uma realidade onde a subjetividade entrou em falência, assim como o pensamento moderno. Contudo, há aqueles que resistem ao sistema, mas no fim, se mostram cristalizados em sua verdade que é só mais uma vertente da sociedade da vigilância. Portanto, o que Bauman definiu de panóptico social é o que movimenta e arbitrariamente conduz toda a interação humana entre os personagens, que assim como em *A Hora dos ruminantes*, quem em momentos são gente e no outro animal:



Fonte: LANTHIMOS, Yorgos. *The lobster*. Irlanda. 119 min., cor, 2015.

<sup>3</sup> A palavra *match* em inglês possui significados diversos e, um deles, é exatamente isso: uma pessoa que combina bem com outra.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Tanto as cidades pré-modernas no romance *A hora dos ruminantes* e *Sombras de reis barbudos*, quanto as sociedades e cidades distópicas de *Black mirror* e *The lobster*, dizem sobre o ser e estar do indivíduo moderno no itinerário de vivência pertencente ao modus operandi de uma sociedade permeada e redefinida pelo panóptico de Foucault e Bauman. As obras referenciadas estão sólidas em um plano alegórico para compor denúncias sobre a modernidade e o regime de vigilância que dita e limita as noções de espaço e conseqüentemente de mobilidade social, onde o flagelo inerente à arbitrariedade de concepções contemporâneas define: ver, sentir, perceber, agir e fazer.

**Referências bibliográficas**

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*.

In: \_\_\_\_\_ . *Magia e Técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura*.

Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165–196.

\_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BROOKER, Charlie. *BLACK MIRROR*. Série Netflix. Reino Unido/ EUA. Temporadas 1,2,3. 2015/2016.

BULHÕES, Marcelo. *A ficção nas mídias – um curso sobre a narrativa*. São Paulo: Ática, 2009.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LANTHIMOS, Yorgos. *The lobster*. Irlanda. 119 min., cor, 2015.





Universidade  
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

VEIGA, José J. *A hora dos ruminantes*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

\_\_\_\_\_. *Sombra de reis barbudos*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 258p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópoles: Vozes, 1987.

REZENDE, Irene Severina. *O fantástico no contexto sócio-cultural do século XX: José J. Veiga (Brasil) e Mia Couto (Moçambique)*. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 241. 2008.

AMARAL, Leila Dias Pereira. *Manaraima sofre a noite: Enigma, resistência e sedução em a hora dos ruminantes-Uma leitura sociológica de José J. Veiga*. Dissertação (mestrado em sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiás, p.131. 2003.

753

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15

Usos Públicos da História, Narrativas  
em Disputa: Discutindo Educação e  
Patrimônio



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**REVIDE NA CIVILIZAÇÃO:  
O BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO NO SÉCULO XIX**

Calil Felipe Zacarias Abrão<sup>1</sup>

**Resumo:** Durante os oitocentos, a brincadeira de Bumba Boi foi constantemente reprimida, e algumas vezes banida das ruas de São Luís. Esse artigo visa compreender essas perseguições a partir do fortalecimento de mecanismos de controle que buscavam disciplinar as classes inferiores no século XIX, reformando e reprimindo suas práticas, em busca da civilização que daria cabo de nosso atraso colonial. A despeito desses empecilhos o folguedo resistiu e se modificou, e depois de longa proibição, voltou mudado pela falta de “uso” e pelo “progresso” que alterou o comportamento das classes populares. Novos personagens, toadas e instrumentos, como a matraca que tornou-se uma espécie de marca do Boi Maranhense. As transformações dos personagens do “Auto” parecem confirmar as objeções que a historiografia tem levantado quanto à existência de um “Auto” original. Até a antiga “mulata” desapareceu de São Luís com a propagação da “moda francesa”, desaparecendo também das toadas dos “Bois”, hoje substituída pela “Morena bela”. A história do boi nos ajuda a reconstruir a história das classes inferiores, em especial dos escravos e seus descendentes.

**Palavras-chave:** Bumba meu boi. Maranhão. Repressão.

Durante “sete longos anos”, de 1862 até 1868, a brincadeira de Bumba Boi foi banida das ruas de São Luís em nome da civilização de uma cidade que crescia, possuía uma vida cultural intensa e era considerada uma das cinco mais importantes do Brasil. O Boi era acusado de ser gerador de perturbações da ordem pública que não raramente acarretava disputas com tiros e mortes. Entre idas e vindas, negociações, rebeldias ou possíveis apadrinhamentos com interesses político ou comercial, foi muitas vezes proibido de entrar na cidade de São Luís, ficando restrito ao interior da ilha ou, na melhor das hipóteses, na periferia da cidade. Mas ele nunca morreu, e tal como no seu Ritual de

<sup>1</sup> Graduado em História pela UnB – Universidade de Brasília, e aluno Extraordinário do Mestrado em História da PUC-Goiás.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Morte que encerra as atividades a cada ano, sempre voltou dando um revide na civilização. A polícia que proibia, quase sempre, atendia aos apelos da imprensa reprimindo o “velho costume”, tachado de obsceno, primitivo e supersticioso; críticas que, em geral, eram feitas pelo jornal que fazia oposição ao governo, que permitiu a realização do brinquedo. Algumas dessas críticas, provavelmente, obtiveram resultados imediatos, como essa do jornal “O Imparcial” que antecedeu a longa proibição da década de sessenta:

Quando uma grande parte da população se empenha por fazer desaparecer os busca-pés, por serem fatais, concede-se licença para o estúpido e imoral folguedo de escravos denominado bumba-meu-boi, incentivo para os busca-pés, e admira-se mais que isto aconteça, quando há anos a presidência ordenou a policia que não consentisse esse folguedo, por ser oposto à boa ordem, a civilização e a moral. Quando por causa do bumba meu boi não aparecem cacetadas e mesmo facadas, é causa de uma enorme algazarra que prejudica o silencio perturbando o sossego que deve haver para o sono, sossego que cumpre à policia manter. Nós esperamos que a policia reconsidere no passo irrefletido que cometeu, para não ser responsável perante a opinião publica, do mal que houver por causa do bumba meu boi<sup>2</sup>.

Esse artigo - que é parte de uma pesquisa mais ampla sobre o “Boi” Maranhense no século XIX - visa compreender sua perseguição, a partir do fortalecimento de mecanismos de controle que buscavam disciplinar as classes inferiores dos oitocentos, reformando e reprimindo suas práticas, em busca da civilização que daria cabo do nosso atraso colonial. As críticas não se limitavam ao bumba meu boi e nem eram dirigidas exclusivamente pelos jornalistas. Em Pacheco, somos informados que autoridades eclesiásticas condenavam algumas festas populares como o “Baile de São Gonçalo” de 1851, no

---

<sup>2</sup> O imparcial – O cronista se identifica como “Um amigo da Civilização”. O Imparcial, 15 de junho de 1861, in PRADO, Regina Paula dos. Todo Ano Tem. Festas na Estrutura Social Camponesa. São Luis: PPGCS/GERUR/EDUFMA, 2007.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

interior do Maranhão, e que não foram raros os conflitos entre as autoridades religiosas católicas e as lideranças das Irmandades e mesmo dessas com as autoridades civis <sup>3</sup>.

Procurava se construir uma imagem de modernidade, tendo como referência as grandes potências da Europa e essas idéias se propagavam da Corte para as províncias com suas dinâmicas próprias. Segundo Prado (2007), no Para, o jornal A Voz Paraense (3, jul. 1850) criticava a brincadeira:

O Boi Caiado, festejado na véspera de São Pedro, à noite, por mais de trezentos moleques pretos, pardos e brancos, de todos os tamanhos, que por horas esquecidas atropelavam as pedras e o capim das ruas e praças da cidade e campina, deu em resultado facadas e pauladas [...].

Cabe ressaltar que esta crítica à brincadeira também tinha como foco as precariedade das ruas e praças que precisavam serem modernizadas.

Apontamos as particularidades do Maranhão, onde a inteligência, ao se aproximar do final do século, estava mais próxima da chamada “Escola do Recife” para onde se dirigiam muitos filhos dos grandes comerciantes e fazendeiros, beneficiados pelo “ciclo do algodão” em meio às “Guerras de Secessão” (1861-1865) dos Estados Unidos. Para Marques, “os periódicos desse período de caráter político tem interesses por causas momentâneas”<sup>4</sup>. Os jornais se tornaram o principal veículo de atuação desses intelectuais. Até a década de 40, no entanto, foi forte a presença de uma linha editorial defendendo os interesses Portugueses (CASTRO; FAGUNDES, 2011)<sup>5</sup>, o que fica exemplificado com o jornalista Antonio Marques da Costa Soares, que foi o primeiro a dirigir um jornal no Maranhão e era português. A Província foi uma das últimas a aderir à independência do Brasil, e o jornalismo era dominado por egressos da “Universidade de Coimbra”. Marcelo

<sup>3</sup> PACHECO, Dom Felipe Condurú. História Eclesiástica do Maranhão. São Luis, SENEC / DAC, 1969.

<sup>4</sup> MARQUES, Francisca Ester de Sá. Mídia e experiência estética na cultura popular: o caso do bumba-meu-boi. São Luis: Imprensa Universitária, 1999, p.56).

<sup>5</sup> CASTRO, Silvio Rogério Rocha de e FAGUNDES, Esnel José. FOTOGRAFIA E IMPRENSA NO MARANHÃO: O INÍCIO. São Luis, “Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da UFMA, Janeiro/Junho” – Ano XIX – Nº 8.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Cheche nos lembra dos novos hábitos que surgiram no primeiro quartel do século, como o gosto pela discussão política e os francesismos, onde os intelectuais ampliaram seu espaço na vida pública através da imprensa e atribuíam-se no dever de intervir na vida pública (GALVES, 2005)<sup>6</sup>. A atividade jornalística, mesmo que tardia, era intensa. O primeiro jornal, “O Conciliador do Maranhão”, só começou a circular em 1821. Multiplicavam-se as gráficas. Para Frias (1978, p.63)<sup>7</sup>, “além do Rio de Janeiro, nenhuma outra província se avantajava a esta em trabalhos tipográficos, e só a de Pernambuco a iguala”. A introdução da caricatura no Maranhão, que contou com a participação decisiva do romancista Aluísio Azevedo, também foi tardia, iniciando-se em 1875 com “O Jornal Para Todos” e consistia num ataque simbólico aos segmentos sociais, num período de transição em que se aspirava à introdução da modernidade no País (COSTA FILHO, 1998)<sup>8</sup>. A década de 60 ficou marcada pela campanha dos jornais contra o clero que em sua maioria havia abandonado o governo e era simpático ao partido “Ultramontano” da Cúria Romana em seus embates com o Regime do Padroado do governo Imperial.

Metodologicamente o artigo se fundamenta na análise dos documentos que vêm sendo publicados há mais de duas décadas nos “Boletins” da “Comissão Maranhense de Folclore” (CMF), em pesquisa com fontes hemerográficas, coordenada por Sergio Ferretti<sup>9</sup>, de onde retiramos os documentos: “Viva boi da Madre Deus, Respeitável Público” e “Viva o Boi do Arael: Amanha Domingo”, ambos de 1891, com os documentos transcritos por Ester Marques sobre os Bois da Amazônia de 1850 e com o trabalho organizado por Mundicarmo Ferretti<sup>10</sup>; a maior parte dos documentos que aqui

<sup>6</sup> GALVES, Marcelo Cheche. Escritores públicos em São Luis no primeiro quartel do século XIX, in V Encontro Humanístico, São Luis, UFMA, 2005.

<sup>7</sup> FRIAS, J.M.C. Memórias sobre a tipografia maranhense. 3 ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1978.

<sup>8</sup> COSTA FILHO, Francisco das Chagas. Caricatura: semelhança e equivalência na comunicação gráfica. Coleção Prata da Casa: Comunicação Social, São Luis, nº 5, 1998.

<sup>9</sup> FERRETTI, Sergio. Notícias sobre o negro e festas populares em jornais Maranhenses entre 1858 e 1939 (Org.) São Luis: UFMA, 2014.

<sup>10</sup> FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. Um caso de policia! Pajelança e religiões afro-brasileiras no Maranhão 1876-1977. – São Luis: EUFMA, 2015.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

analisamos estão inclusos nesse livro: A “Postura Municipal”, de 1876; os artigos “DANÇA DOS CABOCLOS” e “DANÇAS INCOVENIENTES” também publicados em 1876 e outros dois, “O BOI” e “FOLK-LORE”, que apesar de terem sido publicados já do período republicano, foram aqui incluídos por nos ajudarem a entender as razões da perseguição e possíveis continuidades. Esses trabalhos foram cotejados com a bibliografia historiográfica acadêmica dos centros de pesquisa sobre as perseguições às manifestações da cultura dos Africanos e descendentes<sup>11</sup>.

Um quadro geral da religiosidade e da Cultura Popular Maranhense no século XIX pode ser encontrado em FERRETTI (2007)<sup>12</sup>. Utilizando-se de PACHECO (1969), o pesquisador afirma que, as entradas solenes dos Bispos eram motivos de grandes festivais religiosos, com apresentações teatrais barrocas, com danças ciganas, dragões, serpentes, *tourinhas* (grifo nosso), semelhantes às procissões de Corpus-Christi, que, segundo João Lisboa, eram financiadas pela Câmara da cidade de São Luís. O almanaque do Maranhão de 1848 constata para o período 20 procissões religiosas e 47 festas de igreja, sendo que a maior delas era a de Nossa Senhora dos Remédios, que é citada pelo viajante Daelkidd<sup>13</sup>, que visitou São Luís em 1841. Sobre os toques dos tambores, Ferretti nos lembra que Mott (1993)<sup>14</sup> não encontrou nenhuma referência à prática de rituais e cerimônias religiosas no Maranhão Colonial, o que ele atribuiu à intensa clandestinidade que abafava os sons dos atabaques. Ferretti afirma que a referência mais antiga relacionada a toque de tambores que ele conhece é a de frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. Já em 1818, o frei falava que a irmandade de São Benedito dos pretos era a mais numerosa da urbe e que os escravos faziam uma dança denominada de Batuque, nome oriundo do

<sup>11</sup> ABREU, Martha. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900 – Rio de Janeiro: Nova Fronteira: São Paulo: Fapesp, 1999.

<sup>12</sup> FERRETTI, Sergio. Preconceitos contra Religiões e Festas populares no Maranhão, in. IX simpósio da associação brasileira das Religiões: Viçosa, MG, 2007.

<sup>13</sup> KIDDER (1841)

<sup>14</sup> MOTT (1993)



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

tambor que comandava a festa; ainda com Ferretti somos informados que o jornal “A Tarde”, de 1835, publicou matéria contra os negros “que fazem certa brincadeira ao costume de suas nações” e que o código de posturas de 1866, proibia a realização de batuques fora dos lugares permitidos pelas autoridades. Constatou, para o ano de 1870, o funcionamento em São Luís de aproximadamente 30 irmandades católicas (Emanuela Ribeiro e Jacira Pavão), com uma média de 20 cargos administrativos, sendo que a maior delas, a de São Benedito, possuía aproximadamente 300 membros.

Esse artigo se desenvolve tomando por base uma crônica publicada no “Semanário Maranhense” por João Domingos Pereira do Sacramento em 1869 (Boletim CMF, n. 37, 2007)<sup>15</sup> - uma raridade entre os redatores Maranhenses do Império que se limitavam a reclamar do barulho e da ameaça à ordem que o “folguedo” representava e a clamar pela intervenção policial, numa descrição quase sempre em negativo, mostrava o desinteresse pela cultura não erudita. Para Marques, “desperta os cronistas dos jornais de vida efêmera a noticiá-lo como acontecimento marginal” para mais adiante apontar.

O poeta Humberto de Campos nasceu no Maranhão e morou em Parnaíba no norte do Piauí, a cidade mais boieira do Piauí (Abrão), escreveu, na virada do século XIX, no Rio de Janeiro – quando estava no auge de seu prestígio –, que supunha que “as medidas policiais já terão provavelmente acabado com isso no norte” (REIS, 1986, p.60)<sup>16</sup>. O Boi Parnaibano foi e continua sendo muito forte, mesmo que nos últimos quatro anos os principais Bois tenham boicotado o campeonato organizado pela prefeitura; e continua significativo em outras cidades da região norte, como Buriti dos Lopes, Barras e Batalha, ao contrário do que vem ocorrendo com o restante do estado. Na capital Teresina, só restou um Boi de grande porte, já que o outro atravessou a ponte e foi para o Maranhão

<sup>15</sup>Comissão Maranhenses de Folclore

<sup>16</sup>Reis

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

onde a boiada costuma receber um apoio maior dos governantes. Se o seu boi morrer maninha, manda buscar outro no norte do Piauí rapidinho que ainda dá tempo.

Não raramente, os reclames da imprensa Maranhense foram encampados pelas autoridades, como na “Postura Municipal” de 25 de agosto de 1876, citada por Vieira Filho, que nos lembrava que a polícia de São Luís, no século XIX, proibia frequentemente a realização de folguedos de negros, pois poderiam degenerar em perturbações da ordem pública<sup>17</sup>. Para sair às ruas, os Bois precisavam retirar uma licença junto à secretaria de polícia. Sergio Ferretti (2007) nos informa que Emanuela Ribeiro encontrou 59 pedidos de licença para o Boi brincar entre anos de 1876 e 1913, o que parece ser significativo, porque só para Festa do Divino foram encontrados uma quantidade superior de pedidos de licença, mesmo sendo o Boi o Brinquedo mais perseguido na história da cultura popular do Maranhão.

Sacramento, ao contrário, descrevia de forma positiva a brincadeira, quando adolescente viu o “Boi” nas ruas de São Luís, constatou sua proibição e retomada; quando já era um “homem moço”, se deparou com um outro “Boi”, transformado pela falta de atividades e pelo progresso que estava alterando o comportamento das classes populares. Novos instrumentos, personagens, toadas, que, na opinião do autor, eram inferiores aos que ele viu criança. Suas informações sobre os personagens do “Auto” parecem confirmar as objeções Laura Cavalcante quanto à existência de um “Auto” original (GONÇALVES, 2009)<sup>18</sup>. O autor não estava preocupado em ser lido na posteridade, escreveu uma crônica que fechou a edição do jornal para ser lido na primeira semana de julho de 1869 por homens jovens como ele, que, como ele, viram a brincadeira antes e depois da proibição policial. A tarefa de interpretação do texto é mais complexa para nós que lemos o texto

<sup>17</sup> VIEIRA FILHO, Domingos. Os escravos e o código de posturas de São Luis. In: Revista Maranhense de Cultura. São Luis, FUNCMA, II, jan-jun 1978, 2, pp.16-21).

<sup>18</sup> GALVES, Marcelo Cheche. Escritores públicos em São Luis no primeiro quartel do século XIX, in V Encontro Humanístico, São Luis, UFMA, 2005.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

150 anos depois de publicado. Depois de louvar a volta do folguedo e parabenizar as autoridades que permitiram a sua volta, Sacramento passa a reclamar das inovações introduzidas na brincadeira dizendo que “[...] não encontrei a graça antiga na tagarelhice desconchavada do doutor pisa macio, nem nos requebros da mãe Catharina, nem no aparvalhado ridículo do célebre pai Francisco, barrica de mala velha”<sup>19</sup>.

Não estou seguro que o autor esteja falando apenas que esses personagens voltaram sem graça anterior, é possível também que alguns desses personagens centrais no “Auto” pelo menos no Maranhão, Amazônia e no Piauí, sejam novidades introduzidas nos folguedos, o que nos remete a questão modernista de um “auto” original. Pai Francisco continua presente no boi maranhense mesmo com o enfraquecimento do “Auto” decorrente da transformação da brincadeira num espetáculo. Mesmo perdendo espaço e importância, continua engraçado, irreverente. Pai Francisco e sua esposa são personagens centrais do auto e ao lado do ritmo marcam na visão do movimento folcloristas a participação do negro no folguedo. Enquanto os muitos “Pais” desapareceram dos contos, da poesia e da canção popular<sup>20</sup>, Pai Francisco segue firme e forte no Maranhão, mostrando que “a memória dos tempos do cativo ainda é um referencial identitário e político importante para a comunidade afro-descendente [...]”. Sua esposa é que vem desaparecendo de muitos bois de “sotaque” de matraca. No final da crônica, o autor nos fala da tradição de “sepultar” o boi na baixa do Apicum, “bem que a carcaça já lhe estivesse arrebetada de cacete e fogo”. O autor está descrevendo de forma mais palatável para os seus leitores o atual “Ritual de Morte” que fecha a temporada “Joanina”, ou o Ritual de Morte do Boi era bem mais simples naquela época?

<sup>19</sup> SACRAMENTO, João Domingos Pereira do. Chórica Interna, in Semanário Maranhense. São Luis, cinco de julho de 1868.

<sup>20</sup> ABREU, Martha. Outras histórias do Pai João: Conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880 – 1950. In, Afro - Ásia n° 31 – 2004. REIS, João José e ZAMPARONI, Valdemir. Salvador: UFBA, 2004.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O autor não se limita a descrever as mudanças, mas busca explicar suas causas que seriam encontrados na falta de prática decorrente da proibição e pelo “progresso” pós 1850. Para Sacramento, “esse século dá cabo de tudo e extingue as melhores coisas”. Até a antiga “mulata” desapareceu de São Luís com a propagação da “moda francesa”, desaparecendo também das toadas dos “Bois”. Certamente o autor não viveu o bastante para ver a antiga “mulata” sendo substituída pela “Morena bela”, de cor indefinida, que é uma forma modificada da anterior, provavelmente um pouco mais branca, mas que ainda assim, nos remete a sua anterior.

Fica evidente que não era só a perseguição policial que enfraquecia o “Boi”, mas também a verdadeira campanha dos jornais, que associava a brincadeira às classes mais baixas da sociedade onde os negros eram maioria; em 1875 os negros e mestiços representavam dois terços da população da província do Maranhão<sup>21</sup>. O “Boi” era um costume da época dos “nossos avós”, festa de aldeia que não combinava com uma cidade que se modernizava. A despeito disso, o autor afirma que uma multidão continuava a acompanhar o brinquedo. Quanto à cronologia, o texto também é importante, ao afirmar que a brincadeira é do tempo dos “nossos pais e avós”, o que torna a brincadeira maranhense presente pelo menos desde os anos 20 do século XIX tão antiga quanto à Pernambucana do Padre Lopes Gama do “Carapuceiro”. Salientamos, também, a coincidência entre as bruscas inovações introduzidas com a retomada da brincadeira de Boi e a “Guerra do Paraguai” (1864-1870). Chamamos de coincidência pela impossibilidade de estabelecer conexões entre a guerra que promoveu o contato das classes populares de diferentes regiões do país e o “Boi” do Maranhão que, para ficarmos só num exemplo, voltou tocando um novo instrumento, a “Matraca”, que tornou se com o tempo, uma espécie de marca do “Boi” Maranhense.

<sup>21</sup> MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluisio Azevedo vida e obra(1857-19130*. Rio de Janeiro, Minc/ INL, 1988.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Mundicarmo Ferretti sugere, em uma de suas pesquisas (BARROS, 2015), que a república foi mais aberta à cultura popular. Logo em 1891, o Jornal Pacotilha (19 jul. 1891) já noticiava em forma de convite à “Morte” do Boi da Madre Deus, mesmo não utilizando o termo Morte, fique evidente tratar-se do Ritual de encerramento pela data do evento e onde Pai Francisco é apontado como uma das atrações principais, é tratado como jocoso, e sua esposa Catharina como espirituosa e a Morte do boi é explicitamente anunciada e tratada como um acontecimento familiar.

Se a pesquisa coordenada por Sergio Ferretti encontrou essas duas referências positivas logo no início do período republicano, encontrou muitas outras para o pós 1896, o que aproxima o tratamento dado ao bumba boi Maranhense pela imprensa de São Luís dos resultados encontrados por Martha Abreu para a cultura popular no Rio de Janeiro, que conseguiu ampliar o seu espaço a partir do governo de Prudente de Moraes, mesmo que essas conquistas ficassem restritas as regiões suburbanas. Em 1896, o mesmo jornal Pacotilha anunciava no Bairro do Anil uma apresentação de bumba boi. Não fica claro, na matéria intitulada “Festa de São João no Anil”, a data da brincadeira, publicada com muita antecedência no dia dezenove. A matéria está anunciando o Ritual de Batizado do boi para a véspera do dia vinte e quatro? O batizado, mesmo com a mudança de tratamento por parte da imprensa, ainda não poderia ser explicitado? No vizinho Piauí, pelo menos em Parnaíba, a tradição aponta que, pelo menos desde os anos cinquenta do século XX, os bois só saíam do curral e iam para a rua depois da noite da véspera de São João, inimaginável pensar em batizado de boi na Parnaíba da época do Monsenhor Roberto Lopes. Não sabemos se são casos diferentes, ou se a tradição foi “inventada” tardiamente. O tratamento respeitoso da matéria fica evidente ao se nomear inclusive o presidente que estava organizando a Festa. No ano seguinte, o mesmo presidente, Albino, é citado no Pacotilha (22, jun. 1897), e somos informados que o mesmo é proprietário da “Casa Anilense”, o que demonstra o interesse de alguns empresários na realização do brinquedo.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Aqui, no entanto, fica claro que pelo menos nesse ano, o festejo aconteceria na véspera de São João. Outra matéria, na mesma edição do jornal, anuncia outra brincadeira de boi para a véspera da noite de São João, na Jordôa. O convite se dirige à “rapaziada do bom tom”. Novamente, o termo Batizado não é explicitado. Em setembro, o jornal convidou seus leitores para a morte do boi do Arael para uma tarde noite de domingo. Percebe-se que a presença do Tambor de Crioula, era uma constante na brincadeira de boi, pelo menos nesse final de século. A festa é tratada como um “agradável entretenimento”, onde “haverá muita ordem e moralidade”, e o público é visto como o “ordeiro e pacato povo maranhense”. O fantasma Balaiada parece ter se amenizado com a mudança de regime e a proximidade da virada do século. Na festa, o casal pai Francisco e Catharina recebem tratamento de estrelas da festa, com “suas pilherias tocantes que trará os espectadores em continuas gargalhadas”. A cobrança de ingresso é uma constante nos rituais de Morte. Importante também observar que a nomeação da festa de encerramento da brincadeira como “Morte” esta presente nos jornais na última década do século dezenove e que o mesmo não ocorre em relação ao Ritual de batizado dos bois. No mesmo ano, foi publicada uma matéria convidando os leitores, para a Morte do Boi da antiga rua da Boiada, que “terminará às 10 horas” e “precipiará às 3.30”. Se a “civildade” fica presente no horário, a referência aos trabalhadores fica demonstrada quando afirma que segue o horário da Companhia Carril. E, no último ano do século, o mesmo Albino comerciante, de um botequim no Anil, anuncia que estará pronto para receber seus fregueses nas noites de São João e São Pedro. Pelo menos nos subúrbios, a última década dos oitocentos foi de tolerância em relação à brincadeira, que poderia ser anunciada pelos seus proprietários nos jornais de grande circulação de São Luís, festas promovidas por empresários com interesses na realização das mesmas, como os donos de botequins, festas que terminariam às vinte e duas horas do domingo e que eram pacatas e ordeiras, pelo menos era o prometido pelos realizadores. A burguesia botou canga no boi? Longe disso, sabemos que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

as críticas do Pai Francisco, se sobravam para todo mundo como afirmou Maria Isaura Pereira de Queiroz, numa espécie de regeneração da sociedade, uma das poucas oportunidades dos recém-saídos da escravidão criticarem seus novos senhores, e isso num estado onde as lembranças da Balaiada podem ter sido amenizadas, mas não totalmente esquecidas.

O artigo “FOLK – LORE” (PACOTILHA, 03 jul. 1915), escrito no início do século XX, ajuda-nos a entender o porquê da perseguição. O período republicano, em seu início pareceu mais favorável à cultura popular no Maranhão, ao mesmo tempo em que persistiu, em amplos segmentos da imprensa, o mesmo tipo de crítica baseada no choque “selvageria X barbárie” do período Imperial. O texto caracteriza os brincantes de Boi como “cafajestes”: “farça grosseira que reuni alguns cafajestes em torno de um fetiche, num cancan epilético e descomposto de pandemônio. As cantigas são horríveis, desde as tradicionais”. Para mais adiante afirmar que “não há enredo. O da matança do boi é de uma pobreza de imaginação absoluta, com as sórdidas facécias do pai Francisco e Catarina.” Depois de elogiar o vestuário das outras brincadeiras, o cronista critica a pobreza do vestuário do Boi, o que nos remete a pobreza dos próprios brincantes; os cronistas são unânimes ao apontar que o Boi era brincado pelos mais pobres e pelos próprios escravos.

E gradativamente o autor se torna mais claro, sempre apontando características negativas: “pela sua grosseiria, pela obscenidade da mãe Catarina, pelas chufas do pai-Francisco, o Bumba-meu Boi é de gênero inferior a quaisquer dos divertimentos confrontados”.

As críticas e perseguições ao Bumba meu Boi, são, portanto, parte de uma crítica mais geral à cultura e religiosidade dos negros e mestiços de São Luís. A história do Bumba Boi é uma forma de encontrarmos mecanismos pelos quais as classes subalternas tentam se imporem face das tentativas de disciplinamento das classes superiores. Na

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

década de cinquenta do século vinte, a brincadeira ampliou espaços aproveitando-se da conjuntura nacional onde o movimento folclorista colocava o Boi numa posição de destaque no imaginário popular nacional, uma espécie de dança-mãe do folclore brasileiro. CAMÊLO nos lembra que Mário de Andrade classificou o bumba-meu-boi como o primeiro ato nacional de temática lírica, por misturar grupos étnicos e que o mesmo Mário advogava que “O boi, um animal presente em todo território, seria uma metáfora da nacionalidade” (CAMÊLO, 2010)<sup>22</sup>. No final dos anos 1960, a partir do Governo de Jose Sarney, o folguedo ganha impulso, e outro tipo de relacionamento é estabelecido com o estado, que se vê obrigado a reconhecer que a brincadeira ultrapassou as barreiras sociais e se impôs depois de muita negociação e luta para o exercício desse direito. O estado, então, toma a iniciativa e leva o Boi para brincar no palácio dos Leões, sede do executivo Maranhense. O Boi foi, de certa forma, um laboratório para José Sarney, que duas décadas depois, alçado à presidência da república, viu a democracia vencer a ditadura militar de onde ele era originário, mas, ao mesmo tempo, impôs limites e soube atrair as esquerdas para os limites do campo democrático. Hoje não se faz política no Maranhão sem se levar em conta o peso do Boi e, mesmo que a sua relação com o estado tenha sofrido profundas alterações e muitas de suas lideranças cooptadas pelos partidos no poder, a brincadeira continua sendo uma forma de identidade dos pobres de São Luís, principalmente entre os negros adeptos das religiões dos afro-descendentes, que, em São Luís, é majoritariamente Mina.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. *Outras histórias do Pai João: Conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880 – 1950*. In: Afro – Ásia, n. 31 – 2004. REIS, João José e ZAMPARONI, Valdemir. Salvador: UFBA, 2004.

---

<sup>22</sup>Camêlo (2010).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

\_\_\_\_\_. Mello Morais Filho: *Festas, Tradições populares e identidade nacional*. In, CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. “*Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos*” *conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares* (Sudeste do Brasil, 1890-1920). In *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 143-173.

\_\_\_\_\_. *Conflitos musicais no pós-abolição*. Brasil e estados Unidos (1890-1920), In ABREU, Martha et al (Org.). *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos*, v. 3, Niterói: Editora da UFF, 2014. (PDF).

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Ao ritmo dos Bumbas: Festas, sujeitos e cidadania no Maranhão Pós-Abolição*. In: ABREU, Martha et al (Org.). *Historias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos*, v. 3. Niterói: Editora da UFF, 2014.

\_\_\_\_\_. *A cidade na festa, a festa na cidade: sujeitos, identidades e desigualdades nos festejos juninos de São Luis (1900-50)*. In: PACHECO FILHO, Allan Kardec Gomes et. al. *São Luis 400 anos*. São Luis: UEMA, 2014.

CAMELO, Júlia Constança Pereira. *Um povo feliz, uma natureza intocada, um patrimônio preservado: eis o segredo que o Estado do Maranhão quer revelar*. In: CARVALHO, Claunísio Amorim (Org.). *Pergaminho maranhense: estudos históricos*, v. 1. São Luís, Café e Lápis, 2010.

CASTRO, Silvio Rogério Rocha de; FAGUNDES, Esnel José. *Fotografia e Imprensa no Maranhão: o início*. In: *Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da UFMA*, São Luís: UFMA, jan./ jun, ano XIX, n. 8.

COSTA, Alex Silva; CAMÊLO, Julia Constança Pereira. *A discriminação do bumba-meu-boi nos discursos dos diários do século XIX*. In: *Simpósio de História do Maranhão oitocentista*, 2. São Luís: UEMA, 2011.

COSTA FILHO, Francisco das Chagas. *Caricatura: semelhança e equivalência na comunicação gráfica*. Coleção Prata da Casa: Comunicação Social, São Luís, n. 5, 1998.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. *Um caso de polícia! Pajelança e religiões afro-brasileiras no Maranhão 1876-1977*. – São Luís: EUFMA, 2015.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

\_\_\_\_\_. *Tambor, maracá e brincadeiras de negro no Maranhão na virada do século XIX e início do XX.* In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Histórias do Mará em tempos de República.* São Luís: Pacto Editorial; EDUFMA, 2015.

FERRETTI, Sergio. *Preconceitos contra Religiões e Festas populares no Maranhão.* In: *Simpósio da Associação Brasileira das Religiões*, 9. Viçosa, MG, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Notícias sobre o negro e festas populares em jornais Maranhenses entre 1858 e 1939.* São Luís: UFMA, 2014.

FRIAS, J.M.C. *Memórias sobre a tipografia maranhense.* 3ª ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1978.

GALVES, Marcelo Cheche. *Escritores públicos em São Luís no primeiro quartel do século XIX.* In: *Encontro Humanístico*, 5. São Luís, UFMA, 2005.

JORGE, Sebastião Barros. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão.* São Luis: UFMA, 1987.

LOPES, Antonio. *FOLK-LORE.* In, PACOTILHA. São Luis, 3 de jul. 1915.

MARQUES, Francisca Ester de Sá. *Mídia e experiência estética na cultura popular: o caso do bumba-meu-boi.* São Luís: Imprensa Universitária, 1999.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluisio Azevedo, vida e obra (1857-19130).* Rio de janeiro, Minc/INL, 1988.

MOTT, Luís. *A inquisição no Maranhão.* In: *Semana de História na Universidade Federal do Maranhão.* São Luís, 24 nov. 1993.

PACHECO, Dom Felipe Condurú. *História Eclesiástica do Maranhão.* São Luís, SENEC / DAC, 1969.

PRADO, Regina de Paula Santos. *Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa.* São Luís: EDUFMA, 2007.

RODRIGUEZ, Angel Veja. *Crítica ao positivismo na imprensa católica Maranhense.* São Luis: SECMA, 1982.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

SACRAMENTO, João Domingos Pereira do. *Chorica Interna*. In: Semanário Maranhense. São Luis, 5 jul., 1868.

VIEIRA FILHO, Domingos. *Os escravos e o código de posturas de São Luís*. In: Revista Maranhense de Cultura. São Luís: FUNCMA, II, jan-jun. 1978, 2, p.16-21.

BOLETINS DA COMISSÃO MARANHENSE DE FOLCLORE.

JORNAIS - *O cronista se identifica como "Um amigo da Civilização"*. In: O Imparcial, 15 jun. 1861.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**COMEMORAÇÕES HISTÓRICAS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS  
USOS PÚBLICOS DA HISTÓRIA**

Miriam Bianca Amaral Ribeiro (UFG)

E-mail: [mbiancaribeiro@yahoo.com.br](mailto:mbiancaribeiro@yahoo.com.br)

**Resumo:** Esse trabalho compõe os resultados parciais da pesquisa intitulada “Comemorações e datas históricas: mudanças e permanências” em andamento sob nossa coordenação, vinculada ao DHUCA – Diálogos Humanidades, Ciência e Aprendizagem, Núcleo de Pesquisa em Educação e Ciências Humanas, da Faculdade de Educação da UFG. O objeto desta pesquisa é a presença das comemorações e datas históricas no cotidiano presente da vida brasileira, observando e problematizando suas mudanças e permanências. Tendo como referência o conceito de cultura histórica, estamos trabalhando a articulação entre História do Brasil e de Goiás, História da Educação e a História da História Ensinada. Isso é possível a partir da consideração da existência de uma história ensinada dentro e fora da sala de aula, o que leva ao exame da escola existente em Goiás e da história nela ensinada, em todos os níveis de escolaridade, assim como a história ensinada a quem jamais adentrou um recinto dessa natureza, mas percorre as ruas da cidade, assiste ou participa de desfiles, eventos e celebrações, ouve salvas de tiros ou badaladas comemorativas dos sinos, observa monumentos, leu ou ouviu notícias de jornal e seus comentários, ou descansou em feriados por datas históricas comemorativas. Interessa discutir as relações entre história ensinada, escrita da história, o uso público da história e a constituição e afirmação de projetos de região e nação. Para realizar esse debate, estamos coletando depoimentos ao longo dos desfiles de 7 de setembro e 24 de outubro, desde o ano de 2016. Também estamos acompanhando a rotina de escolas públicas e privadas no contexto das comemorações, especialmente as escolas de Ensino Fundamental. Também compõe o espectro de fontes, o levantamento, junto aos veículos de comunicação de massa, dos elementos presentes nas várias mídias, pertinentes às comemorações, na proximidade de suas realizações. Neste evento, discutimos uma das fontes levantadas para a essa discussão, diretamente relacionada à formação de professores. Para isso, aplicamos questionários junto a alunos iniciantes e alunos concluintes do curso de pedagogia da UFG e da PUC/GO, em um total de 320 questionários respondidos. Neles inquirimos quais datas comemorativas históricas se lembram, qual papel elas tiveram em sua formação, que papel teriam na formação geral da sociedade e se hoje em dia frequenta (e porque frequenta) os desfiles referentes a essas mesmas comemorações. As impressões iniciais percebidas na análise dos dados nos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

apresentam uma leitura do papel das datas históricas e suas comemorações por parte dos professores em formação, onde, mesmo considerando-se o acesso dos sujeitos a uma formação crítica na área de Ciências Humanas, reafirma-se, hegemonicamente, uma noção moral do papel dos heróis e das datas históricas na formação de seus futuros alunos e de si mesmos.

**Palavras-chave:** Datas comemorativas; ensino de história; usos públicos.

Esse trabalho compõe os resultados parciais da pesquisa intitulada “Comemorações e datas históricas: mudanças e permanências” em andamento, sob nossa coordenação, vinculada ao DHUCA – Diálogos Humanidades, Ciência e Aprendizagem, Núcleo de Pesquisa em Educação e Ciências Humanas, da Faculdade de Educação da UFG. O objeto desta pesquisa é a incidência das comemorações e datas históricas no cotidiano presente da vida brasileira, observando e problematizando suas mudanças e permanências. Tendo como referência o conceito de cultura histórica, a partir de Le Goff (1992) e a noção de usos públicos da história

(Kallás, 2017) estamos trabalhando a articulação entre História do Brasil e de Goiás, História da Educação e a História da História Ensinada. Isso é possível a partir da consideração da existência de uma história ensinada dentro e fora da sala de aula, o que leva ao exame da escola existente em Goiás e da história nela ensinada, em todos os níveis de escolaridade, assim como a história ensinada a quem jamais adentrou um recinto dessa natureza, mas percorre as ruas da cidade, assiste ou participa de desfiles, eventos e celebrações, ouve salvas de tiros ou badaladas comemorativas dos sinos, observa monumentos, leu ou ouviu notícias de jornal e seus comentários, ou descansou em feriados por datas históricas comemorativas. Interessa discutir as relações entre história ensinada, escrita da história, o uso público da história e a constituição e afirmação de projetos de região e nação. Para realizar esse debate, estamos coletando depoimentos ao

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

longo dos desfiles de 7 de setembro e 24 de outubro, desde o ano de 2016. Também estamos acompanhando a rotina de escolas públicas e privadas no contexto das comemorações, especialmente as escolas de Ensino Fundamental. Também compõe o espectro de fontes, o levantamento, junto aos veículos de comunicação de massa, dos elementos presentes nas várias mídias, pertinentes às comemorações, na proximidade de suas realizações. Neste momento, discutiremos uma das fontes levantadas para a essa discussão, diretamente relacionada à formação de professores. Para isso, aplicamos questionários junto a alunos iniciantes, alunos do quarto período e alunos concluintes do curso de pedagogia da UFG e da PUC/GO, em um total de 320 questionários respondidos. Neles inquirimos quais datas comemorativas históricas as pessoas se lembram, qual papel elas tiveram em sua formação, que papel teriam na formação geral da sociedade e se hoje em dia frequenta (e porque frequenta) os desfiles referentes a essas mesmas comemorações.

O levantamento de dados foi realizado entre 2014 e 2016, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás e na Universidade Federal de Goiás, junto aos alunos dos cursos de pedagogia destas instituições. A escolha desse curso se deve ao fato de que a pedagogia, além de ser o curso de formação de professores em que atuamos, é um curso que articula todas as áreas de conhecimento (Ciências Naturais, Linguagens, Ciências Humanas, Ciências Exatas e a Arte) para a formação do professor para Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de uma formação que, necessariamente, deve suprir as necessidades mínimas de formação para todas essas áreas de conhecimento e como pretendemos, sob uma abordagem que possibilite aos sujeitos – alunos de pedagogia/futuros docentes, uma intervenção crítica diante das visões hegemônicas consolidadas na sociedade em que atuamos, vivemos e construímos nossas perspectivas e projetos individuais e coletivos. Temos isso como tarefa da área de Ciências Humanas, em um espectro de tempo bastante contrito, diante do projeto geral de formação docente,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

como ocorre na Pedagogia. Além disso, trata-se de alunos em formação para atuação junto às séries iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, momentos da escolarização dos sujeitos em que, nos parece, observando *a priori*, ainda mais susceptíveis aos rituais cívicos comemorativos.

Foram aplicados 332 questionários, sendo 97 na PUC/GO e o restante na UFG. As mulheres são a ampla maioria das pessoas entrevistadas, 94%. A faixa etária dominante está entre 17 e 20 anos de idade, com 40% das pessoas, seguidas de 35% de sujeitos entre 21 e 30 anos, ficando os 25% acima dos 31 anos de idade. Isso importa para avaliarmos se a noção de história e comemorações se altera significativamente entre as gerações e suas respectivas formações.

O que se observou nos dados coletados é que tais noções permanecem muito próximas entre as várias faixas etárias investigadas. Vale registrar que a mais da metade dos sujeitos não esteve muito tempo longe de uma instituição escolar, pois não demoraram muito a ingressar em uma universidade, ao concluírem o Ensino Médio, quando não o fizeram imediatamente na sequência desta conclusão. Entre estes e os mais velhos, que então estavam afastados a mais de uma década de uma experiência de formação regular, as respostas não se alteram substancialmente. Ou seja, quem saiu do Ensino médio na idade regular e imediatamente ingressou em uma universidade, apresenta, em geral, as mesmas ideias sobre esses temas de quem ficou fora de bancos escolares há mais de duas décadas. Há que se pensar, pois, sobre a formação oferecida pela Educação Básica, ao longo das últimas décadas e sua capacidade de contribuir para a construção/desconstrução das noções e conceitos aqui tratados, considerando tanto a faixa etária quanto o período percorrido pelos sujeitos em sua formação anterior à universidade. Em última instância, há que se pensar sobre a formação de professores, em que atuamos. Da mesma maneira, não há distinção significativa entre respostas dadas por homens e mulheres, nem entre alunos da UFG e PUC-GO. Por isso, trataremos o conjunto



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

das observações e destacaremos as considerações distintas quando for o caso.

Para realizar essa discussão, vale distinguir as datas históricas e as datas cívicas. As datas históricas, em que pese a persistente hegemonia da concepção positivista de história, tem, de alguma maneira, por algum viés interpretativo, uma referência em um processo histórico reconhecido como componente de uma cronologia assentada na historiografia. As diferentes interpretações elegem diferentes datas ou mesmo as negam como referência pra pensar um processo em estudo. As datas cívicas, em geral, tem uma referência histórica. Mas, não são todas as datas de referência histórica que são alçadas a condição de datas cívicas. Essas são as que foram apropriadas pelo projeto de nação e fazem parte dos rituais comemorativos que reafirmam a nação, atualizam seu significado na conjuntura presente, diante dos jogos de poder que mantem a noção de que somos todos iguais porque somos desta mesma nação, enquanto continuamos a nos considerar representados pelos interesses hegemônicos e dominantes. Uma data que se referencie, por exemplo, em eventos de cunho popular como mobilizações, greves e outros momentos de enfrentamento desta mesma hegemonia, não será tratada como uma data cívica nem comporá calendários oficiais, aliás, não será massivamente lembrada. Ou mais que isso, todos os mecanismos que possam contribuir para o esquecimento social destes momentos, são acionados. Por exemplo, o dia 13 de junho de 2013, marco das grandes mobilizações de rua em São Paulo, como enfrentamento ao aumento da passagem dos coletivos urbanos, não entraria em uma lista de datas cívicas, mesmo que valha lembrar que essa mesma data foi manipulada pela grande imprensa como forma de conter o caráter radicalizado que se apresentava de início, nesses eventos. Também não a comporia, a data da primeira ocupação secundarista em Goiânia, ocorrida em 9 de dezembro de 2015, no Colégio Estadual José Carlos de Almeida, seguida de outras 28 ocupações estudantis, todas realizadas na luta contra a entrega de escolas públicas estaduais para as Organizações Sociais. Dito isso, vamos nos deter nos dados coletados entre os estudantes

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

de pedagogia quanto às datas históricas comemorativas.

Quando perguntados sobre quais datas históricas comemorativas as pessoas se recordam, observamos, de maneira generalizada, a dificuldade de conceituar o que seria isso ou pelo menos, distinguir as datas de caráter histórico das datas de fundo religioso ou de cunho familiar ou quase isso e sob aquele apelo comercial conhecido. Assim, entre as datas citadas estão o natal - o recordista de citações deste tipo, carnaval, páscoa, ano novo, festa de peão de Barretos (!), dia dos namorados, dia das mães, dia dos pais, dia da criança. A questão proposta anunciava, explicitamente, a solicitação das datas de caráter histórico e ficou evidente a confusão entre história e religião, em primeiro plano.

Consideramos que isso não se dá ao acaso. Ao longo da história da educação brasileira, a presença institucional do ensino religioso, como disciplina e como maior e mais persistente tema transversal, tem sido objeto que profundos e sistemáticos enfrentamentos entre os setores vinculados às escolas chamadas confessionais e os defensores da escola pública laica como princípio. Esses últimos têm sido também sistematicamente, derrotados total ou parcialmente<sup>1</sup>. O cotidiano da escola, nos dias que se passam, está permeado de intervenções religiosas. As datas de fundo religioso fazem parte desse cotidiano, impondo uma noção de naturalização da conduta religiosa como componente de cada um dos seres humanos, o que efetivamente compromete o conceito de escola laica. Por isso, quando perguntamos sobre datas históricas, as pessoas elencam

---

<sup>1</sup> No dia 27 de setembro de 2017, por 6 votos a 5, o Supremo Tribunal Federal não apenas manteve o ensino religioso como disciplina facultativa nas escolas públicas, como também autorizou que cada professor faça dessa disciplina um instrumento para que ele, o professor, professe sua fé e a tenha como critério de verdade, posto que se trata de uma disciplina sob avaliação, aprovação ou reprovação, mesmo sendo facultativa. Se até então, a ideia de ser facultativo disfarçava o caráter ideológico de uma disciplina confessional, agora não há mais nenhum constrangimento em que a escola pública de um estado republicano se transforme em um espaço de catequização, afrontando o caráter científico do processo de socialização do conhecimento, que é, conceitualmente, o projeto de escola que se propõe a desnaturalizar e desmistificar as relações sociais, culturais e ideológicas que organizam a vida social. O argumento da presidente o STF para dar o voto minerva sobre a questão, foi de que o Estado é laico mas, reconhece os benefícios da religião.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

datas religiosas. As datas de caráter aparentemente pessoal, afetivo, vinculado às relações familiares e seu entorno, não merecerão maiores articulações, reconhecidas como objeto do apelo comercial, que, infelizmente se tornam quase critério de verdade para as relações afetivas.

As comemorações históricas citadas aparecem na ordem apresentada pela memória do sujeito, o que não corresponde necessariamente à ordem cronológica. Podemos aferir que há uma ordem de significados, independente de afirmativos ou de negação, sobre as datas lembradas. Também é frequente que as pessoas se lembrem de apenas uma das informações: ou da data ou do acontecimento. Não é frequente que se refiram à data e ao acontecimento simultaneamente. Também ocorrem erros que vinculam uma data a um acontecimento que não corresponde, mas isso não ocorre com as datas mais lembradas.

A data mais registrada nas respostas, alcançando quase a metade dos questionários - 141 respostas - é o sete de setembro, a data escolhida como marco da proclamação da Independência. Quando o indivíduo se refere a apenas uma data, essa é, quase invariavelmente, o sete de setembro, raramente acompanhado da referência ao ano de 1822. Procede. Desde a invenção da independência e sua data fundadora, pelos idos dos anos 40 e 50 do século XIX, como obra do IHGB e seus elaboradores, funcionários do Império, essa referência cronológica para a fundação da nação vem sendo apropriada e reinventada, ensinada e reaprendida, permanecendo imbatível como instrumento de afirmação do projeto de nação. Muitas datas que percorreram o Império, não sobreviveram ao projeto republicano, pelas obviedades da superação do modelo imperial, como a comemoração do nascimento do imperador, realizada aos 2 de dezembro de todos os anos desde a abdicação, em 1831. Mas, o sete de setembro adapta-se aos interesses presentes do projeto hegemônico, como teremos oportunidade de tratar quando analisarmos outras fontes abarcadas por essa pesquisa, como as falas colhidas ao longo dos desfiles comemorativos a independência.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A segunda data mais citada, com 86 referências, é o aniversário de Goiânia, o 24 de outubro. Sendo todos, ou quase todos os inquiridos residentes em Goiânia, é possível perceber a presença da história regional nesse cotidiano, mesmo que restrito a datas e eventos. Além disso, há que se lembrar que essa é uma data que não só instituiu um feriado local como também continua sendo objeto dos desfiles anuais comemorativos. A data regional é seguida pelo dia 21 de abril, dia da morte de Tiradentes, também feriado. Para ele foram registradas 76 lembranças. Essa data é a segunda mais lembrada quando o sujeito se lembra de apenas uma data. O que vai se demonstrando é que as datas mais comemoradas são as mais lembradas, reafirmando o trabalho realizado pela comemoração na constituição da memória e da lembrança. Na sequência, temos o dia 15 de novembro, Proclamação da República, com 64 citações. Registre-se que esta é uma das datas com grande número de erros de dados: lembra-se a data e erra-se o fato. Essa data é seguida do dia do índio, 19 de abril, com 50 referências. Bem depois aparece o 1º de maio, majoritariamente lembrado como dia do trabalho e não como dia do trabalhador, com míseras 20 citações entre mais de 300 respostas, reafirmando a atualidade e eficiência da apropriação burguesa de uma data colhida dos movimentos dos trabalhadores. Na sequência, temos, empatadas, as datas de 13 de maio e 20 de novembro, quase não lembradas, pois se resumiram a 6 lembranças cada. Interessante observar que a constituição do dia 20 de novembro – referência à morte de Zumbi dos Palmares e intitulado Dia Nacional Da Consciência Negra, como contraponto ao 13 de maio, dia oficial da abolição da escravidão, não se instalou como referência efetiva, pelo menos ainda não. A oficialização da data e do feriado (assim estabelecido em algumas cidades brasileiras) não garantiu o contraponto ao 13 de maio. Há que se lembrar que esta data – o 20 de novembro – somente foi alçada a esse patamar em lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que incluiu o dia 20 de novembro no calendário escolar. Em 2011, foi oficialmente instituído em âmbito nacional através da lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

transformado em feriado em cerca de mil cidades em todo o país, a partir de projetos aprovados nas respectivas câmaras municipais. ([www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br) > Cidadania e Justiça).

A data que completa a lista das comemorações históricas lembradas é a do chamado ‘descobrimento’ do Brasil, marcado para o dia 22 de abril. Mas, são mesmo pouquíssimas referências, não chegando a meia dezena.

Quando perguntadas se frequentam desfiles, a maioria afirma que não costuma comparecer aos eventos anuais. Alguns, menos de 25% dos indivíduos, afirmam que vão sempre e que gostam muito de assistir aos desfiles anuais. O que mais frequentemente os motiva é a lembrança de seus tempos de escola quando desfilavam ou o fazem para lembrar filhos e netos, para que eles tenham a mesma oportunidade de formação patriótica que tiveram. Ocorrem lembranças do quanto era importante desfilarem, como a escola se preparava meses antes. Há várias referências sobre ir ver o desfile, orgulhosamente, para acompanhar o desfile que conta com o filho estudante da escola militar. Assistir o filho vestido de militar e desfilando sob aquela disciplina comove e estimula as pessoas.

O que nos parece mais interessante é que, mesmo não indo, muitas - mais da metade das respostas - são as referências a esses desfiles, notadamente os que ainda se repetem anualmente, como o sete de setembro e o dia 24 de outubro. Os que não vão, raramente renegam seu significado e importância na formação das pessoas, do ponto de vista da afirmação da ideia de nação e região como se apresenta pela história oficial ou hegemônica. Muitas respostas parecem se desculpar por não frequentar os desfiles, pois a negativa é seguida de uma defesa contundente de sua permanência. Assim, para a maioria, não ir aos desfiles não corresponde à negação de seu significado como afirmação do projeto colocado de nação e região.

Quando perguntamos sobre qual papel educativo podem ter as datas históricas na



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

formação das pessoas, foram produzidos três eixos de respostas<sup>2</sup>. O primeiro e mais citado, em variadas formas de expressão, é aquele que simples e objetivamente reinterpreta a tarefa de afirmação do projeto de história e nação como ele nos é estabelecido pela história que podemos chamar de oficial, ou seja, a versão hegemônica, fundada no positivismo e que traz elementos como a memorização das datas, fatos e respectivos heróis como sinônimo de história e conteúdo da história ensinada.

Muitas das afirmações presentes nesse campo são bastante curtas e diretas: ‘precisa ser ensinado’, ‘há que lembrar os fatos históricos importantes’. São afirmações que bastam por si mesmas, não se preocupando em explicar significados ou desdobrar justificativas, demonstrando a profundidade das raízes desta ideia de história e de nação.

Também nesse quadrante interpretativo, temos afirmações como ‘Sempre achei importante para fixar datas e fatos. Através das datas podem ser trabalhadas as questões do patriotismo e cidadania, tão importantes para a constituição do indivíduo’. Ou: ‘participar sim para tornar ciente da importância das datas’, ‘grande importância para formação social’. Não fica claro qual conceito de formação social aqui se apresenta, mas nos parece estar próximo à formação do indivíduo como ser pertencente a uma sociedade. Essas afirmações revelam o papel das comemorações na produção do sujeito que se espera formar via processos educativos e isso se limitaria a reconhecer a ‘importância’ das datas e comemorações. A comemoração está, também, associada à noção de patriotismo, então considerada componente imprescindível dessa formação. Essa função atribuída à comemoração e ao desfile, de ‘desenvolver o patriotismo’ é amplamente referendada, inclusive pela ideia de que, naquele dia ‘os alunos são os donos da cidade’, enquanto sabemos que o que ocorre é um exercício absolutamente disciplinado, contido, muito distante da ideia de poder dos alunos sobre a cidade. ‘Tomar ciência’ corresponde,

---

<sup>2</sup> Para registrar as posições colhidas junto aos alunos de pedagogia, não nomearemos individualmente as citações, apenas as colocaremos entre aspas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

segundo essa interpretação, a se apropriar das informações, dos dados descritos e aí se conclui a tarefa.

Também temos a preocupação registrada de que não se trata de comemorar por si só, pois ‘importa ter conhecimento das datas e saber o motivo’ ou ‘relembrar as datas comemorativas para que os alunos tenham mais conhecimento sobre elas’. Assim, a data e sua comemoração cumprem seu papel formativo para a além da data, mas sem que isso se transforme em uma problematização do que se comemora: trata-se de aprofundar o convencimento do mesmo como ele já está colocado. Lembrar implica na possibilidade de saber o motivo da comemoração e isso é ensinar história, mesmo que não se questione, de novo, qual história se ensina. Na mesma direção, temos que ‘a comemoração é também reflexão sobre porque comemoramos’. A noção de importância qualifica o discurso sem se explicitar para quem e para que a comemoração importa.

As comemorações têm também, segundo as respostas, uma tarefa no campo da memória, pois, ir aos desfiles e comemorar as datas serve ‘para relembrar as datas comemorativas para ter mais conhecimento sobre elas’, ‘para não esquecer os dias que foram marcantes’, ‘para lembrar datas históricas que marcaram dias importantes’, ‘lembrar o que aconteceu naquele dia, há anos e anos atrás’. Temos aqui o eixo estruturante na ideia positivista de história – a descrição e sucessão das datas eleitas como históricas – sempre rerepresentada como tarefa das comemorações, com desfiles, inclusive. Lembrar é aprender história, a mesma história, segundo essa ótica, pois estaremos sempre falando do mesmo fato, no mesmo dia. Isso é o que se reforça quando se diz que vamos lembrar o que aconteceu anos atrás e naquele dia. O passado inerte, retomado pela lembrança – que sabemos não ser assim recuperado por quem lembra ou quem assiste ao desfile. Quem lembra é o sujeito de hoje, assim como quem conta a história é o projeto hegemônico em seu exercício e interesses presentes. Isso se aprofunda quando observamos falas que afirmam que ‘as datas fazem o culto a momentos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

importantes na vida do homem'. Temos aqui noção religiosa associada ao conceito de história, que retira do homem o atributo de pensar sobre si e o mundo, pois o que lhe cabe é cultivar. Outra forma de registro dessa posição é a que afirma que se trata de 'reverenciar o passado e lembrar todo ano, da importância desses dias'. Ou que 'é importante para acompanhar os marcos da história', que se fundamenta na ideia de que a história e seu conhecimento passa por datas e não por processos, e que os importantes são os eleitos por alguém - que não nos inclui.

Há afirmações que qualificam o desfile e a comemoração como 'um reforço para relembrarmos as datas', sendo que o sujeito registra seu desapontamento como o fato de hoje ser 'apenas feriado'. Nesse sentido, há que 'relembrar momentos marcantes da história', além de 'reafirmar costumes' e 'reavivar na memória a importância das datas históricas e dos laços familiares', pois ir ao desfile aproxima pais e filhos, netos e avós, envolvidos em um momento de patriotismo, especialmente quando se tem um filho ou neto desfilando por uma escola militar, reproduzindo absolutamente a conduta militar nesses eventos. Aqui estamos falando de jovens, crianças e adolescentes estudantes do Ensino Fundamental e Médio. A crítica ao que é chamado de 'banalização' das comemorações é recorrente, quando as pessoas não estão preocupadas com nada além do feriado, constituindo uma necessidade de garantir respeito e solenidade ao que se comemora e desfila: 'hoje estão banalizadas, é só festa sem ver a importância histórica das datas'.

O segundo grande eixo interpretativo observado nas respostas colhidas foi a ideia de que se bem trabalhado, o evento comemorativo contribui de maneira importante para a formação do sujeito, amplia a cultura. Vamos por parte.

A referência à noção de comemoração como fonte de aquisição de cultura, reafirma o conceito de cultura como algo a ser absorvido, desconsiderando o sujeito como produtor e ressignificador potencial da cultura a quem tem acesso. Ou seja, parte da ideia de que o sujeito que assiste ao desfile adquire, unilateralmente, a cultura que lhe é exposta.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Coletamos, nessa direção, elaborações como essas: “Se for um trabalho contextualizado, pode fortalecer a cultura”. Ou, “comemorar sempre traz cultura”. ‘O desfile atribui cultura que passa a ser foco da cultura do país’. ‘É uma grande contribuição para aumentar a cultura’, em uma acepção que vê na cultura, um processo acumulativo. Quanto mais desfile, mais cultura, sem nenhuma ideia que problematize que cultura é essa e que nos parece se reduzir a aquisição das datas e eventos para o acervo da memória, como se isso não fosse carregado de projetos interpretativos da história que se ensina. A cultura a que se refere esse saber está lá para ser colhido e assumido, e o desfile oportuniza isso, como instrumento, quase um recurso didático: ‘com as datas, os alunos tem um conhecimento mais amplo da cultura’. Também aparece a associação entre arte e cultura: ‘ajuda no conhecimento cultural e valorização das artes’, assim como estabelece as relações entre cultura e história: ‘fortalecer a cultura e a herança do passado’. Temos, nesse quadrante, a noção de cultura associada à comemoração a partir de sua reafirmação, como sendo a cultura uníssona e quantitativa, tratada sob uma concepção ainda positivista que associa conhecimento a volume de dados armazenados.

Ainda nesse eixo interpretativo, centrado da noção de que, se bem trabalhado, o ritual comemorativo das datas históricas é uma importante oportunidade educativa, temos um amplo conjunto de afirmações. Elas localizam o problema das comemorações não em seu conteúdo conceitual, sua intencionalidade política ideológica, mas não ausência de uma abordagem que as contextualize, mas mantendo seu uso a serviço das interpretações hegemônicas da história. Aqui a noção de ‘bem trabalhado’ assume a centralidade, sem que se questione a comemoração em si e seu significado na produção da ideia de nação e de história. Algumas afirmações nos trazem esse discurso:

- 1- Pode ser riquíssimo, se trabalhado corretamente para apresentar toda a história da data.
- 2- Contextualizar a historicidade da data para se construir identidade e cidadania.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

- 3- De grande importância para entender a história do Brasil.
- 4- Pela explicação bem dada, o aluno aprende a compreender o fato histórico e sua importância para a sociedade.
- 5- Fica sem sentido se falar só naquele dia, para aliviar a consciência. Se tiver mais informações pode ser mais útil.
- 6- Pode ser um marco na discussão do tema comemorado, mas, se num faz *link* com nossa cultura, não funciona.
- 7- As datas são tratadas como fúteis, falsas. Assim não pode. 8- Importante para conhecer os processos históricos.
- 9- Do jeito que é, num tem importância nenhuma porque num aprofunda e fica só a folga.
- 10- Mesmo simbólico, conhecer os fatos importantes para o sujeito e a sociedade.

Entre as impressões provocadas por essas considerações, destaca-se a noção de que o problema é a qualidade da preparação para os desfiles, a falta de contextualização e aprofundamento dos porquês de se comemorar. As comemorações não são questionadas como conceito e função política e ideológica na formação do sujeito, mas pelo fato de que não se aproveita tudo que pode ser feito como processo educativo a partir delas. Por exemplo, ‘trabalhar corretamente’ não coloca em questão a data e o fato e afirmar que é preciso ‘contextualizar a historicidade’ das datas nos alenta momentaneamente com a possibilidade de um debate processual e crítico da história envolvida. Mas, isso se desfaz quando se segue a ideia de que isso leva a noção de afirmação de que há uma cidadania a identidade a ser potencializada pela comemoração. Da mesma forma, ‘uma explicação bem dada’ é o caminho para a afirmação da data como eixo para compreensão da história do Brasil, chagando-se a pretender que isso ocupe mais tempo e trabalho no planejamento escolar, para que se garanta o cumprimento de seu papel. Todas as afirmativas reforçam a ideia de que compreender as datas é de grande importância para entender a história do



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Brasil. Mais compreensão para maior afirmação dos elementos produzidos pela história oficial.

Uma forma de garantir que a comemoração seja eficiente em sua tarefa de afirmar a história tradicionalmente ensinada é ‘fazer o link’ com a realidade do aluno. Ou seja, aproximar o aluno e sua realidade ao elemento comemorativo reforça e amplia a eficiência do processo. Isso nos impõe pensar um recorrente argumento tratado como a grande solução de nossos desafios na elaboração de um projeto crítico para o ensino de história: partir da realidade do aluno. Essa fala colhida na pesquisa nos traz, uma vez mais, a constatação de que ‘partir da realidade do aluno’ não garante nossa filiação a um projeto de história ensinada para a crítica e a desnaturalização das contradições que nos cercam. A depender do projeto com o qual realizamos essa aproximação, podemos, simplesmente, reafirmar o que o senso comum nos traz como verdade e que lá está como componente desta mesma hegemonia. ‘Conhecer os processos históricos’ aparece como um instrumento de reforço à lógica comemorativa hegemônica, posto que a noção de processo se submete à afirmação da data e do fato. Há uma afirmação que nos parece sintetizar essa interpretação: ‘Servem para marcar um evento para os alunos, mas não são tão absorvidas como deveriam, mas se fossem passadas com detalhes, seria fundamental para os alunos’. Aqui temos duas palavras chave ‘absorvidas’ e ‘deveriam’, que assinalam a concepção de aprendizagem como projeto unilateral e colocam o caráter impositivo desta mesma aprendizagem. Uma afirmação que consideramos emblemática desta interpretação é a que afirma que ‘é importante eles terem um marco (grifo nosso) uma data para se situarem de quando coisas importantes para eles aconteceram’.

Ainda sob esse ponto de vista geral, temos uma preocupação recorrente com o aprofundamento da compreensão dos processos históricos, inclusive situando o sujeito – o próprio aluno, por exemplo, como parte da história, mas que não rompem os limites da história oficial hegemônica. Isso transparece em afirmações como ‘reforçar a ideia da

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

história que nos constitui’, ‘essencial, pois pelas datas comemorativas poderá conhecer mais sua própria história’, ‘relembrar os períodos de mudanças, conquistas e revoluções que nos levaram a chegar onde estamos hoje’ ou ainda ‘não contribui quando não há reflexão do processo histórico que culminou (grifo nosso) com a data’. Temos nós todos envolvidos na história, há o reconhecimento de todos nós como sujeitos, mas sob a lógica da afirmação do que a data representa e sendo que isso é o que se considera sinônimo do papel do ensino de história em nossa formação. Também temos impressões que articulam a ideia de história noção como sinônimo de passado: ‘para lembrar a formação das datas e sua importância atual’ ou ‘contato com a cultura do século passado e os processos históricos que deram na formação da sociedade atual’. Impressiona a ausência completa da noção de conflito, de contradição como elemento que explica os movimentos da história. Isso aparece mesmo considerando-se a ideia de que não deve ser realizada de maneira mecanicista; ‘não se deve trabalhar sem pressão para decorar’.

Em se tratando da abordagem da questão local, a comemoração também aparece como reforço educativo na formação do sujeito que deve ser patriota tanto em relação à nação quanto em relação à região: ‘ajuda conhecer sua região, seu lugar’, ‘importante para conhecer a história da região e da nação para sua formação histórica e cultural’.

O terceiro e último eixo interpretativo é o que, de uma maneira ou outra, nega a necessidade ou pertinência tanto das datas históricas quanto da realização de sua comemoração. Esse conjunto se resume a, aproximadamente, 3% das respostas. Alguns se referem, quase ironicamente, que o mais interessante é o feriado e nada mais: ‘só feriado’, ‘agradeço o feriado e dispense a comemoração’, ‘uma folga a mais’. Há os que associam o feriado à negação mais elaborada, reconhecendo o caráter hegemônico das obrigações cívico- patrióticas construídas em torno das datas e sua comemoração: ‘datas são impostas’, ‘adestramento, dominados comemorando e idolatrando dominantes’. Nesse campo, há os que aprofundam a argumentação para uma intervenção com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

elementos de discussão teórica e sobre as condutas religiosas em uma escola inserida no estado laico: ‘reafirmação do método positivo: datas, fato e herói’, ‘contra datas religiosas na escola sendo o estado laico’.

As impressões percebidas na análise dos dados nos apresentam uma leitura do papel das datas históricas e suas comemorações por parte dos professores em formação, onde, mesmo considerando-se o acesso dos sujeitos a uma formação crítica na área de Ciências Humanas, reafirma-se, hegemonicamente, uma noção moral do papel dos heróis e das datas históricas na formação de seus futuros alunos e de si mesmos. Temos, até aqui, que as formas hegemônicas de interpretação da história não estão limitadas ao universo escolar, embora se reconheça o papel central e articulador da escola nessa tarefa.

### **Referências**

KALLÁS, Ana Lima. *Usos públicos da história: origens do debate e desdobramentos no ensino de história*. Revista História Hoje, v.6, n.12, p.130-157, dez/2017, EDUSP, SP.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Ed.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE RONDONÓPOLIS-MT:  
ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA.**

Sandro Ambrósio Alves (UFMT)<sup>1</sup>

**Resumo:**

O intuito desse trabalho é produzir um material didático, como estratégia para o ensino de Educação Patrimonial nas aulas de História. Abordar a Educação Patrimonial no ensino de História, torna-se uma necessidade premente em meio ao silenciamento da memória de alguns grupos culturais, assim como a preocupação pela disseminação da preservação do patrimônio histórico e cultural. Para alcançar o objetivo proposto fundamenta a análise com a Educação Patrimonial, Educação Histórica e ensino de História. Um dos instrumentos da pesquisa é a pesquisa qualitativa, com estudantes de uma escola de Rondonópolis em Mato Grosso, com intuito de compreender as concepções que possuem sobre o Patrimônio Cultural, sendo estimulados através de ações educativas no ensino de História seja em sala, quanto em contato com a evidência patrimonial, através de saída de campo. Metodologicamente, foram realizadas oficinas didáticas, tendo como foco a relação do aluno com a sua realidade próxima. Além de terem sido realizadas ações educativas em saídas de campo a edificações rememorativas da História local, com base em um roteiro proposto, onde os estudantes observaram e descreveram os lugares e fizeram entrevistas com artesãos e pessoas que os utilizam.

**Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Material Didático.**

A presente comunicação, se insere na linha de pesquisa do PROFHISTÓRIA (Mestrado Profissional em Ensino de História): “Saberes Históricos em diferentes Espaços de Memória”, em que a intenção visa refletir sobre o saber desenvolvido em sala de aula com o que é realizado fora de sala, como aulas de campo.

Este trabalho, parte do pressuposto estabelecido pela historiadora portuguesa Isabel Barca, em que a mesma afirma: “a promoção de uma educação histórica que responda as exigências do conhecimento actual e de uma sociedade de informação só poderá processar-se com professores conscientes de tais problemáticas.” (BARCA, 2001, p. 20).

<sup>1</sup>Mestrando no curso de Mestrado Profissional ProfHistória na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Nesse sentido, enquanto professor de História da rede pública estadual de ensino do Estado de Mato Grosso e mediador da aprendizagem histórica, durante 10 anos de trajetória, compreendo a educação como um caminho possível, para que sejam problematizadas as cristalizações de determinadas ações ou ideias promovidas por diversos grupos.

E também, entendendo a escola e a sala de aula como espaço de formação humana, para compreensão da sociedade em que o estudante está inserido, bem como os processos históricos e mudanças temporais que ocorrem na mesma e que estão para além da sala de aula. Nesse aspecto, entende-se o papel do professor como produtor de conhecimento e não somente como transmissor, como afirma Bittencourt:

“O professor é quem transforma o saber a ser ensinado em saber apreendido, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou a de um “reprodutor” de um saber produzido externamente. “Dar aula” é uma ação complexa que exige domínio de vários saberes característicos e heterogêneos. ”  
(BITTENCOURT, 2009, p. 50-51)

Assim, a pesquisa se propõe dar visibilidade a história da cidade de Rondonópolis em Mato Grosso, relacionando a história local com a história regional, visando sobretudo, salientar o uso de História local e o Patrimônio Cultural como evidência histórica no ensino de História e elemento propulsor de ações educativas. Isso porque, há silenciamentos do estudo da história local e regional.

Destarte, o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), aponta para a importância dessas questões, e pressupõe que a escola, professores e profissionais da educação criem situações de aprendizagem, com base no contexto local, e o estudante possa ter uma “leitura atenta da realidade local” e que esteja inserido no Projeto Político Pedagógico (PPP), a “valorização da cultura local” em articulação com a base nacional



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

comum (BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais, 2013, p. 49-113). E, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História do ensino fundamental anos finais (7º, 8º e 9º anos), entre os objetivos, está: “valorizar o patrimônio sociocultural” e propõe ao professor visitas a museus e patrimônios históricos e culturais como recurso didático, tendo como debate a preservação dos vários tipos de patrimônio, bem como a compreensão dos espaços de preservação e divulgação da memória. (BRASIL, PCN,s, 1998, p. 90-93). E seguindo a mesma linha das legislações nacionais, as Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso, destacam que ao fazer o “estudo do meio” o estudante pode observar seu local de vivência, e também “identificar os bens materiais do patrimônio histórico-cultural, de sua cultura”, (OC,s/MT, 2010, p. 15-18), que se tornem uma forma de compreensão da sociedade em que o mesmo convive:

“A partir de um projeto de pesquisa ou de problemáticas levantadas nas aulas o professor pode desenvolver um trabalho que envolva o contexto dos estudantes, no qual as observações, registros, análises são fundamentais para construção de outras percepções sobre as realidades vivenciadas. Em um estudo do meio dos estudantes depara-se com o todo cultural, o presente e o passado, o particular e o geral, a diversidade e as generalizações, as contradições e o que se pode estabelecer de comum no diferente.” (OC,s/MT, 2010, p. 34)

Contudo, ainda que as legislações, acima citadas, proponham trabalhar a história local, o estudo do meio a partir de problemáticas levantadas em sala de aula, percebe-se que na prática educativa, são raras as utilizações nas aulas de história. Assim, diante de minha prática como professor e pesquisador, estou analisando a partir da investigação em uma escola pública de Rondonópolis, de que forma se apropriam da abordagem sobre patrimônio cultural na aula de História? E além disso, compreender como nas dinâmicas da aula de História envolvem o Patrimônio, a História Local, como evidência História.

Nesse sentido, foi proposto, em uma escola estadual da cidade, ao professor (a) de História, um roteiro (que fará parte do material didático) prévio sobre o que e como

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

abordar a temática do Patrimônio Cultural, Memória e Educação Patrimonial relacionando-o com o currículo, nas turmas do 3º ciclo de Formação Humana, que compreende o 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental, bem como sugestão de leituras e atividades para serem desenvolvidas visando a apropriação por parte dos estudantes.

Partindo desse roteiro, que toma como base também as Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e as Diretrizes Curriculares Nacionais e a metodologia de Educação Patrimonial, o professor utilizou-se de 2 à 3 aulas para trabalhar com os alunos esse roteiro de trabalho, sensibilizando quanto aos conceitos e de uma atividade prática que contribuiu para apreensão do que foi desenvolvido, assim como uma preparação para aula campo, que teve como foco os aspectos do Patrimônio Cultural da cidade de Rondonópolis-MT. Essa aula-oficina, fundamenta-se na concepção proposta por Isabel Barca:

“Ora se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe. Neste modelo, [aula-oficina] o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação.” (BARCA, 2004, p.132)

Após essas aulas, os estudantes tiveram a oportunidade de fazer uma saída de campo, onde em grupos de 3 alunos utilizam da metodologia da Educação Patrimonial, onde em um percurso previamente preparado, fizeram a descrição dos bens culturais elencados sejam material ou imaterial, registrando através de fotografias, e entrevistas com pessoas mais idosas, assim como em uma ficha, a percepção que os mesmos tiveram na visita sobre cada um dos espaços de memória.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Os espaços a serem visitados se deram na seguinte proposta: iniciando suas análises pelo Casario Marechal Rondon, local onde teria sido um espaço de confluência de diversas pessoas, desde a vinda dos primeiros moradores não índios para região em 1906, fixando-se e estabelecendo território. Tiveram a oportunidade de conversarem com alguns artesãos que ali executam seu trabalho. Seguindo, dentro do possível, a pé, pela avenida Marechal Rondon, passamos por alguns espaços como o 1º Correio da Cidade, O 1º Cinema, tendo uma pequena parada explicativa, e seguindo para a Praça Brasil, local onde tiveram a oportunidade de perceber vários aspectos que se desenvolveram no seu entorno, como a Igreja Matriz e a Escola Sagrado Coração de Jesus e a EEMOP (Escola Estadual Major Otávio Pitaluga) e o Museu Rosa Bororo.

No entanto, devido a quantidade de alunos e os contratempos no percurso, não foi possível visitar a Igreja Matriz, e a Escola Sagrado Coração de Jesus. Assim, fizeram os estudos sobre esses lugares, e coletaram as informações, finalizando ali a coleta de dados. O percurso todo foi de 2 horas e 30 minutos aproximadamente. No retorno a sala de aula, o professor fez uma reflexão com os estudantes sobre propostas de valorização do Patrimônio, com uma leitura crítica sobre os mesmos, seja ele em um contexto da cidade e mesmo do bairro onde a escola se localiza.

E desse modo, partindo dos dados coletados na aula-oficina e nas visitas guiadas, estou na segunda etapa do projeto que é a análise dessas informações, qual seja, da relação dos estudantes com evidências do Patrimônio Cultural, bem como as narrativas realizadas pelos grupos. Com base nas informações segue-se a produção do material didático voltado para o professor, de forma que, possa contribuir com a prática, nas aulas de História, sendo um orientativo para o trabalho com o Patrimônio Cultural e História Local/Regional. Será produzido como sugestão didática, bem como propostas de atividades aos estudantes, e materiais que podem ser consultados como base bibliográfica para ampliação das possibilidades de estudo. Além disso, utilizarei fontes iconográficas,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

as produções acadêmicas e o que for pesquisado além, nos arquivos públicos e outros, sobre esses lugares de estudo principais, assim como possibilidades de estudo em diferentes lugares de memória.

Pois, compreendo, que o ensino de História, configura-se como um espaço pedagógico na discussão que envolve a temática do patrimônio cultural, no sentido de proporcionar ações didáticas que permitam aos estudantes conhecer e valorizar aquilo que os rodeia, e não somente isso, mas ter uma leitura crítica dos mesmos. (BITTENCOURT, 2009, p.168). Ao nos remetermos a ideia de patrimônio, a sociedade em geral, isso incluindo os estudantes, tem um conhecimento restrito das diferentes possibilidades do termo, se resumindo mais as questões financeiras, herança ou mesmo construções. E quanto ao historiador/professor essas dificuldades vão aumentando na medida em que as sociedades vão se estruturando segundo conceitos que não tem a discussão da memória como algo considerável, e como nos explica Odair Cruz Paiva (2014):

“Nele, os historiadores encontram três desafios: a diversidade das formas do passado; a compreensão dos condicionantes sociais que, a seu tempo, erigiram estes remanescentes e as relações que a dinâmica do tempo presente cria com os vividos pretéritos. (...) o historiador enfrenta o desafio de elucidar como em cada presente há uma nova reinvenção do passado e as conexões dessa dinâmica com a história das políticas de preservação do patrimônio.” (PAIVA,2014, p.7)

Sabe que para além dos conflitos enfrentados pelo historiador e/ou professor na pesquisa sobre o patrimônio na compreensão das nuances que perpassam os mesmos, tem se ainda a questão de como os estudantes aprendem sobre, que no geral veem de forma superficial e com foco mais nos bens de caráter material, por isso, o espaço escolar constitui-se como foco de atenção:

“... o espaço escolar e os espaços de preservação da memória – museus, arquivos, bibliotecas, casas de cultura, entre outros – devem ser pensados de modo conectado, já que são lugares precípuos de socialização da memória nas sociedades contemporâneas. A luta que se

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

vem travando por parte de diferentes grupos sociais sobre o direito à memória, passa pelo acesso a esses importantes espaços de circulação e socialização da memória. A formação do professor e do historiador deve, então, problematizar - do ponto de vista da história - esses lugares, assim como os conteúdos da memória que neles circulam.” (TOLEDO E COSTA IN LEAL E PAIVA, 2014, p.23)

Sendo assim, o espaço escola é crucial para essas problematizações, que possibilitarão ao estudante não somente conhecer e valorizar, mas fazer uma leitura crítica sobre os espaços e manifestações culturais que o cercam.

O conceito de “Educação Patrimonial”, que abordo na pesquisa, mesmo não sendo tão novo, pouco é conhecido pelos professores, advindo da concepção inglesa – *Heritage Education* - estabelecida no Brasil a partir da década de 80 do século XX, em um seminário realizado pelo Museu Imperial de Petrópolis, quando ao tratar da incorporação do Patrimônio Cultural nas ações educativas dos museus, a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, usa esse termo, que se expande com uma publicação de sua autoria, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): O Guia Básico de Educação Patrimonial, que estabelece metodologias para o estudo do Patrimônio, que em certa medida, tem influência da pedagogia no método de Paulo Freire, ao alfabetizar diversas pessoas a partir de palavras geradoras. (SILVA E DELGADO in GIL, 2014, p.72). Desta forma define o conceito:

“A Educação Patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.” (HORTA, 1999, p.6)

Portanto, essa metodologia, não está restrita ao âmbito escolar, encaminhando-se para diversos setores da sociedade como museus, espaços de memórias e outros, e



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

podendo ser aplicada, tanto a bens de natureza, material, imaterial e natural, conforme nos afirma Maria de Lourdes Horta:

“... pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente.” (HORTA, 1999, p.6)

Sendo assim, o uso da Educação Patrimonial no ensino de História traz a possibilidade de perceber como são construídas e que interesses subjazem os patrimônios já estabelecidos, seja material ou imaterial. A assimilação do que é Patrimônio Histórico e Cultural pelo professor é primordial, para que a partir disso atinja a sua aplicabilidade na educação nos espaços escolares e extraescolares, desmistificando a história eurocêntrica que toma conta dos currículos, assim:

“...o compromisso do setor educacional articula-se a uma educação patrimonial para as atuais e futuras gerações, centradas no pluralismo cultural. Educação que não visa apenas evocar fatos históricos “notáveis”, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer com a rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional. ” (BITTENCOURT, 2009, p.178)

Logo, nota-se a necessidade da contribuição dos educadores nas escolas, para a rememoração e significância da história local, regional e nacional. Assim, a comunidade se sentirá parte desse processo histórico ou não e o que foi esquecido e o motivo. Pois, como parte das diretrizes que regulamenta as questões educativas no Brasil, segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), publicado pelo IPHAN, a Educação Patrimonial:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

“...busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.” (HORTA, 1999, p.6).

Desta forma, fazer uso de ações educativas amparados na Educação Patrimonial como parte do currículo, no processo de ensino e aprendizagem, poderá contribuir para o fortalecimento de uma visão estruturada em conceitos que serão essenciais, para uma vivência consciente dos estudantes, assim compreendendo que:

“... a educação patrimonial pode utilizar os lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.), que foram inseridos nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico. A partir da inserção dos temas e conteúdo que versem sobre o patrimônio cultural nas diretrizes curriculares, tem-se uma ampliação dos conceitos e noções histórico-culturais em âmbito local, regional e global. Além de propiciar a conscientização sobre as contribuições de diferentes grupos culturais, dos lugares, das memórias, dos costumes e das identidades.” (ZARBATO, 2015, p.80)

Com efeito, Ivo Mattozzi, salienta que, “o professor pode aproveitar essa ligação entre a história e os bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa histórico didáticas que façam uso dos bens culturais...” (MATTOZZI, 2008, p.137), isso se dá através da estruturação dos currículos e das aulas de História e/ou trabalhos interdisciplinares, que abrindo a possibilidade do estudante, por intermédio do contato com as fontes patrimoniais, fazer leituras da sua realidade e partindo dela compreender esse universo sociocultural, logo a nossa função, enquanto professores de História, além de outras:

“... necessário desenvolver nos jovens, através de um contacto direto e constante com fontes patrimoniais, nomeadamente no âmbito local, sentimentos de responsabilidade em relação ao património histórico, e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

de pertença a comunidades portadoras de memórias necessárias à compreensão do presente e à reflexão crítica e construtiva sobre o futuro. ” (PINTO,2011, p.1)

Paulo Freire (2013), destaca o papel do professor como sendo não de transferir conhecimento, mas de criador de possibilidades para a produção ou construção desses saberes por parte do formando e esse processo ocorre em conjunto - educador e educando. Salienta ainda, a necessidade do professor estar sendo pesquisador, pois segundo Freire, isso “Faz parte da natureza da sua prática docente a indagação, a busca e a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. ” (FREIRE, 2013, p.30) e ainda acrescenta que, nessa “...formação permanente dos professores, o momento fundamental e o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a pratica de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima pratica. ” (FREIRE, 2013, p.40). Assim, o professor é parte fundamental na compreensão e importância do estudo sobre o patrimônio e, na construção do diálogo com os estudantes para que possam ocorrer os processos formativos, que contribuam para que o estudante possa se envolver, perceber e compreender melhor o ambiente em que vive.

O ensino da história, a partir do estudo do patrimônio cultural, pode assentar-se nas diversas memórias disseminadas nos mais diferenciados sujeitos sociais, para que se possa apreender delas as diversas versões e olhares, que a experiência histórica local se fundamenta e se constitui, não caindo somente na concepção “oficial” de memória e história que está alicerçada na visão dominante de apenas um segmento da sociedade ou de determinados indivíduos como se fosse os únicos representante da memória social.

#### **Referências bibliográficas**

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

BARCA, Isabel. *Educação Histórica: uma nova área de investigação*. Revista da Faculdade de Letras. Porto, III Série, vol.2, 2001, p.013-021. Disponível em: [ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2305.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2305.pdf)

\_\_\_\_\_. *Aula Oficina: do Projeto à Avaliação*. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/167018128/Aula-Oficina-Isabel-Barca>

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso: 10 de fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais de História*. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf). Acesso: 15 de fev. 2018.

FREIRE, Paulo, *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 46º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

MATOZZI, Ivo. *Currículo de História e educação para o patrimônio*. Educ. rev. [online]. 2008, n.47, pp. 135-155. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982008000100009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982008000100009&script=sci_abstract&tlng=pt)

PAIVA, Odair Cruz. *Patrimônio e História*. In Elisabet Leal, Odair Cruz Paiva(orgs). *Patrimônio e História*. Londrina: Unifil, 2014, p.07.

PINTO, Maria Helena Mendes Nabais Faria. *Educação Histórica e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Portugal: Universidade do Minho, 2011.

SILVA, Mônica Martins; DELGADO, Andréa Ferreira. *Ensino de História e Educação Patrimonial: experiências de ensino e pesquisa na educação básica*. In Gil, Carmen Zeli de Vargas e TRINDADE. Rhuan Targino Zaleski (org.) *Patrimônio Cultural e ensino de história*. 1º ed. Porto Alegre, RS: Edelbra, 2014, p.72.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida; COSTA, Wilma Peres. *Patrimônio e História*. In Elisabet Leal, Odair Cruz Paiva(orgs). *Patrimônio e História*. Londrina: Unifil, 2014, p.23.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. *Ensino de história, patrimônio cultural e currículo: reflexões sobre ações educativas em educação patrimonial*. Revista Labirinto, Porto Velho-RO, Ano XV, Vol. 22, p. 77-90, 2015. Disponível em: [www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/1391/1417](http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/1391/1417)



799

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16

Trajetórias Intelectuais e Derrotas  
Políticas. Para Uma Historiografia do  
Fracasso Político-Institucional do  
Intelectual Radical nas Experiências  
Históricas dos Capitalismos  
Contemporâneos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**BUKHARIN CONTRA STALIN: A DERROTA DE UM DOS PRINCIPAIS  
TEÓRICOS BOLCHEVIQUES DENTRO DO REGIME SOVIÉTICO**

Alexandre de Paula Meirelles<sup>1</sup>

**Resumo:** Nikolai Ivanovich Bukharin foi um dos principais membros do partido bolchevique fruto de uma geração vinda do movimento estudantil. Sua atuação política tem destaque desde a primeira revolução em 1905, até a tomada do poder liderada por Lênin em 1917. Com distintas fases, a sua trajetória intelectual e institucional comportam uma crítica de esquerda ao próprio partido à sua ascensão como um dos fundamentais teóricos que pensaram as maneiras de se chegar ao socialismo no isolamento da URSS, se tornando um dos principais homens de confiança de Lênin. O presente trabalho tratará de analisar o declínio político de Bukharin, a luz do marxismo de Lucien Goldmann, pretende-se compreender as nuances de sua queda estabelecendo uma análise que pense a totalidade da sua produção intelectual junto a sua atuação política, que levou a sua execução e com isso o fim do último opositor de peso ao regime stalinista.

**Palavras-chave:** Bukharin; Capitalismo de Estado; Revolução Russa.

### **Introdução**

Em 2017 a Revolução Russa foi lembrada no âmbito acadêmico por completar 100 anos, gerando discussões que aqueceram os debates de história, sociologia, economia entre outros campos científicos. Tal acontecimento tem essa repercussão justamente por se tratar de uma revolução que colocaria em vogue como nunca para o globo os temas do comunismo e do socialismo. Monumentalizada por muitos a influência desta revolução se alastrou para o contexto político mundial se tornando uma referência no âmbito político para vários movimentos até os dias atuais.

---

<sup>1</sup>Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: professorspiga@yahoo.com.br

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Um dos debates centrais acerca da Revolução Russa é justamente na questão política: O Regime iniciado por Lênin teria aberto as portas para o socialismo e comunismo ou o que se sucedeu foi uma prática considerada como Capitalismo de Estado? A pluralidade deste debate se deu e se dá até hoje por meio de inúmeros intelectuais, e se deu também por parte de intelectuais ligados ao processo revolucionário de 1917, por meio de uma esquerda dissidente e de militantes de dentro do partido, pensaram e criticaram as possibilidades da Rússia czarista chegar ao socialismo da forma postulada tanto no período pré-revolucionário quanto durante o processo de tomada do poder e das tentativas de chegar ao socialismo no isolamento. E na memória a Revolução de 1905 onde os proletários tomaram o controle das fabricas dando poder aos Sovietes!

Nikolai Ivanovich Bukharin foi dentro deste contexto uma figura de extrema importância, a sua trajetória política e intelectual revela nuances importantes de se compreender neste processo revolucionário. Bukharin se envolveu na política dentro do movimento estudantil, participando de perto da Revolução de 1905. Em 1907 se filiou ao Partido Bolchevique, e dez anos depois na Revolução de 1917 era considerado um dos principais teóricos do partido, entre os poucos com menos de trinta anos de idade que discutiam questões cruciais em pé de igualdade com Lênin.

### **Breves notas sobre a trajetória de Bukharin**

Bukharin ficou bastante conhecido por ter sido condenado em 1938 no famoso tribunal de Moscou, no contexto em que Stalin espalhava seu terror e exterminava os antigos militantes do partido bolchevique que estavam ligados ao contexto em que Lênin era o soberano da URSS.

Todavia a trajetória de Bukharin não o qualifica apenas como um mero opositor de Stalin bem como não podemos considera-lo um partidário ortodoxo de Lênin, ainda que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

certas historiografias cristalizem a ideia, os membros do partido bolchevique estavam longe de terem um ideário uniforme, ao contrário eram normais às discussões e discordâncias.

As primeiras desavenças sérias, mas, porém, contornáveis, se deram em fevereiro e março, durante a conferência de Berna. Bukharin discordou frontalmente de quatro propostas de Lênin quanto à guerra e ao programa do partido. Primeiro opôs-se ao apelo de Lênin à pequena burguesia europeia, alegando que numa contingência revolucionária os pequenos proprietários sem dúvida apoiariam a ordem capitalista contra o proletariado. Nem mesmo depois de 1917 Bukharin considerou a pequena burguesia, camponesa ou não, uma força revolucionária independente ou um aliado potencial; só mais tarde essa aliança se tornou essencial em sua concepção da revolução socialista. Segundo, diante de algumas teses apresentadas à conferência, Bukharin criticou o fato de Lênin dar mais ênfase às reivindicações democráticas mínimas que a reivindicações especificamente socialistas. Terceiro, mesmo apoiando o apelo de Lênin no sentido de que se transformasse “a guerra imperialista em guerra civil”, Bukharin, Kyrlenko e Rozmirovitch fizeram a objeção não só à exclusão de palavras de ordem que incitassem os sentimentos antibélicos mais amplos, mas também à declaração de que a derrota da Rússia seria um “mal menor” – preferiam condenar por igual todos os beligerantes. Por fim, o trio de Baugy apoiou a conclamação de Lênin por uma nova Internacional socialista, mas sustentou que nessa Internacional deveriam incluir-se todos os socialdemocratas contrários à guerra, até mesmo os mencheviques da ala esquerda, seguidores de Trotsky, excluídos por Lênin. Bukharin e seus companheiros queriam que a nova organização fosse a mais ampla possível (COHEN, 1990, p.39-40).

Durante o período pré-revolucionário, Bukharin que se retirou da Rússia por conta das perseguições do czarismo, viajou por vários países iniciando então sua atividade intelectual. Durante sua estadia no exterior, teve algumas dissidências com Lênin principalmente por conta de seus escritos. Durante sua estadia na Áustria teve forte influência da escola marxista austríaca, principalmente de Hilfrieding, iniciando então

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

suas críticas ao Capitalismo de Estado e ao reformismo e a socialdemocracia, combatendo intelectualmente nomes como Plekhanov e Kautsky. Sob esta influência Bukharin lançou uma de suas principais obras: *A economia Mundial e o Imperialismo em 1915*.

Nesta obra Bukharin resgatava a diversidade do marxismo e seus diálogos, discutindo questões cruciais das contradições do capitalismo no período da Primeira Grande Guerra, buscando pensar a evolução do capitalismo desde os tempos de Marx para entender o Capitalismo Financeiro, o Imperialismo e as Guerras enquanto elementos que intensificavam a exploração da mais-valia e os ajustes para que o Capitalismo permanecesse hegemônico. Lançava Bukharin uma importante obra para o debate econômico e político da época. Segundo Bukharin, o desenvolvimento dos laços econômicos internacionais e como consequência o desenvolvimento do sistema das relações de produção, através do mundo, podem se realizar de duas maneiras: os laços internacionais podem expandir-se amplamente, englobar regiões que até então ficavam à margem do ciclo da via capitalista ou desenvolvem em profundidade, multiplicam-se e concentram-se tendo então um desenvolvimento intensivo da economia mundial. O desenvolvimento histórico da economia mundial opera nestas duas direções, enquanto seu desenvolvimento extensivo se faz principalmente por meio das políticas coloniais das grandes potências.

A extraordinária rapidez de expansão da economia mundial, no decorrer dos últimos decênios, foi provocada pelo surpreendente desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo internacional. Prova disso é o *progresso técnico*. A principal conquista técnica dessas últimas décadas foram os procedimentos encontrados para produzir energia elétrica e transmiti-la a distância. A transmissão a distância da energia elétrica permitiu em certa medida, libertar-se do lugar em que é produzida e utilizar suas forças, antes absolutamente inacessíveis. [...] A racionalização da produção assumiu a forma de uma íntima colaboração entre as ciências abstratas e as realizações práticas. As



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

grandes usinas são dotadas de laboratórios especiais, a profissão de “inventor” está em via de formação, organizam-se centenas de sociedades científicas que estudam todas as questões que surgem (BUKHARIN, 1988, p.27-28).

É nesta obra que Bukharin ao examinar o desenvolvimento do Capitalismo anunciava uma questão crucial, que o liberalismo e a livre concorrência estariam limitados devido ao crescimento dos monopólios com o aumento da circulação internacional de mercadorias, pois essa circulação nivelaria as diferenças dos preços mediante o salário dos operários. A internacionalização do capitalismo tinha como organizadora dos monopólios e no financiamento das empresas estrangeiras os grandes bancos.

Basta lançar um olhar sobre a atividade desses estabelecimentos de caráter nacional para dar-se conta da potência e de suas ligações internacionais. O Balanço da Societé Generale Belgique, para 1913, avalia o montante de seus valores nacionais em 108 332 425 francos em 77 889 237 francos o de seus valores estrangeiros. Este último capital está investido em empresas, em empréstimos etc., nos mais diversos países: Argentina, Áustria, Canadá, Nova Caledônia, Rússia etc. etc. (BUKHARIN, 1988, p.44).

Admitindo que a livre concorrência acaba por ser eliminada dos sistemas econômicos, nos limites das economias nacionais, para Bukharin, as crises industriais não desaparecem, por isso considera a estrutura da economia mundial “anárquica” sendo a guerra é apenas uma das formas de concorrência capitalista travada na esfera da economia mundial. Embora anárquico esse processo acusa progressos que se traduzem no surgimento de sindicatos industriais, cartéis e trustes internacionais, por trás destes estão as empresas que os financiam, em sua maioria bancos. Esse processo provoca uma internacionalização muito intensa do capital bancário que por meio do financiamento de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

estabelecimentos da indústria se transforma em capital industrial e constitui assim a categoria especial de capital financeiro, a mais penetrante forma de capital.

Junto com o fortalecimento dos grupos capitalistas financeiros Bukharin chama a atenção para a intervenção do Estado na vida econômica. Trata-se aí da constituição de monopólios de Estado, organização de empresas mistas onde o Estado é acionista da empresa, ao mesmo tempo que sindicatos privados e trustes. Do controle do Estado sobre o sistema de produção das empresas, da organização do consumo nacional entre outros fatores. O Estado estabelece relações estreitas com os meios dirigentes do capital financeiro, os estabelecimentos estatais e os monopólios privados fundem-se no contexto do truste capitalista nacional coincidindo os interesses do capital financeiro e do estado nacional. A enorme tensão da concorrência passa a exigir do Estado “um nível máximo de centralização e de poder.

A burguesia nada perde fazendo passar a produção de certas mãos para outras. Pois o Estado Moderno é apenas uma união patronal, tendo em seu leme, os mesmos homens que se acham na direção das filiais de sindicatos e bancos. Ela se limita a receber seus dividendos não da caixa dos sindicatos de Bancos, mas da caixa dos bancos do Estado. Teria inclusive muito a ganhar nessa operação, já que só pode esperar sair vitoriosa da sangrenta peleja em curso por meio de uma produção centralizada, militarizada e, em consequência, estatizada (BUKHARIN, 1988, p.147).

O conjunto de análises feitas de Bukharin sobre os desdobramentos do capitalismo até o período da Primeira Guerra acabara por tocar num assunto que irritava alguns bolcheviques: a questão do Estado como via para se chegar ao socialismo. A posição assumida pelo Estado teria então de ser revista.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Que representa então o quadro “modificado, em princípio”, do moderno “socialismo de Estado”? A resposta é sua decorrência natural: estamos diante de um processo de centralização acelerado, nos quadros do truste capitalista nacional se desenvolve em sua mais alta forma, forma que não é o socialismo de Estado, mas sim o Capitalismo de Estado. Não se trata, em princípio e de forma alguma, de uma nova estrutura de produção, isto é de uma modificação das relações de classe, que tem ao seu dispor meios de produção de uma amplitude sem precedentes. Assim sendo, não é somente arriscado, mas também absurdo, aplicar-se ao presente estado de coisas uma terminologia que vai além das relações capitalistas. Socialismo de Guerra e Socialismo de Estado são utilizados com o evidente objetivo de induzir a erro e dissimular, sob uma palavra “bonita” o verdadeiro fundo das coisas, que está longe de ser belo. O modo de produção capitalista baseia-se no fato de que os meios de produção se acham monopolizados pela classe capitalista sobre as bases da economia mercantil. A esse respeito, pouco importa, em princípio, que o Estado seja a expressão direta dessa monopolização, ou que decorra da iniciativa privada. Num e noutro caso, conservam-se a economia mercantil (em primeiro plano, no mercado mundial) e – o que é ainda mais importante – as *relações de classe entre o proletariado e a burguesia* (BUKHARIN, 1988, p.148-149).

É importante ressaltar também que a formação teórica de Bukharin e a sua concepção de marxismo teria a influência de uma figura peculiar principalmente dentre os dissidentes do Bolchevismo, Alexander Bogdanov. Pouco se compreende ou se tem informações acerca de sua oposição e divergências dentro do partido bolchevique antes da Revolução de 1917. Porém algumas informações relevantes podem nos dar algumas luzes das motivações de Bukharin enquanto crítico do bolchevismo, dentre elas a sua proximidade com Aleksandr Bogdanov, que foi expulso do partido em 1909, por defender principalmente que as organizações revolucionárias seriam eficazes apenas se trabalhassem dentro da clandestinidade, posteriormente fez parte do grupo chamado “Verdade operária”, que surgiu em 1921, movimento que analisava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e a luta de classes. As teses produzidas pela Verdade Operária

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

se aproximariam muito do estudo feito por Bukharin em *A Economia Mundial e o Imperialismo*, de 1915, na qual a guerra enquanto um processo nato do capitalismo promoveria a regulação econômica à sua maneira, tirando da burguesia ou do proletariado a capacidade de direção dos processos produtivos, contexto que favorecia o controle dos meios de produção pela mão dos gestores, técnicos e burocratas favorecendo então o Capitalismo de Estado.

Antes do surgimento da Verdade operária de Bogdanov, Bukharin fazia parte da tendência dentro do partido bolchevique chamada de “Comunistas de Esquerda”, que também era composto por Radek, Preobajensky e Smirinov e Osinsky que foram seus companheiros de movimento estudantil. Esse grupo se antecederia na crítica à política econômica de Lênin e a direção do partido fazendo uma crítica também ao Capitalismo de Estado que privilegiaria os técnicos e especialistas ao invés de promover a base operária para o controle dos processos produtivos, ambos, Comunistas de Esquerda e Verdade operária defendiam a autonomia proletária como a única alternativa para se atingir o socialismo.

A biografia mais contundente de Bukharin feita por Stephen Cohen, pouco explora a relação entre Bukharin e Bogdanov, bem como não explora a crítica feita ao Capitalismo de Estado, isso talvez se deva pelo autor romanticamente acreditar na ideia de continuidade do bolchevismo e do regime soviético através da NEP e das propostas de Bukharin, defendendo o mesmo enquanto um bolchevique exemplar, em várias partes de seu texto, o que não deixa de ser em partes coerente, para ele Bukharin ao invés de dissidente se tornaria o maior teórico do partido. Talvez seja esta a única questão que impediu Cohen de ter avançado melhor no pensamento de Bukharin, todavia ainda encontramos algumas informações relevantes.

É interessante ressaltar novamente que tal qual Bogdanov, Bukharin não via o marxismo como um modelo teórico fechado, dessa forma era um grande leitor de obras

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

não-marxistas, absorvendo suas influências, principalmente do pensamento posterior a Marx. Tais influências trariam no futuro questionamentos sobre a plenitude do seu marxismo tal qual muitos fizeram para descaracterizar o marxismo de Bogdanov.

O fato de conhecer novas correntes intelectuais provavelmente contribuiu para o único “desvio” de Bukharin antes de emigrar, “desvio” que se manifestava “numa certa inclinação herética para o empiriocraticismo”, cujo representante na Rússia era o filósofo marxista Aleksandr Bogdanov. Bogdanov, alto dirigente bolchevique, tentara ambiciosamente formular uma síntese filosófica do marxismo e do empiriocraticismo de Mach e Avenarius. Daí resultou um tratado em três volumes: *Empiriocraticismo* publicado entre 1904 e 1908. Embora as importantes revisões do pensamento de Marx feitas por Bogdanov logo tivessem desencadeado acaloradas controvérsias ideológicas nos círculos marxistas, Lênin se manteve alheio ao debate durante cinco anos, aparentemente não desejando comprometer a colaboração com o filósofo. Por volta de 1908 Bogdanov já despontara como líder político da esquerda bolchevique (“otzovistas inclusive), ala que irritava Lênin e contra qual ele lançou uma campanha ideológica. No ano seguinte, deu-se o rompimento formal entre Bogdanov, a esquerda e a liderança política de Lênin; este último publicou *Materialismo e empiriocraticismo*, onde atacava implacavelmente a “filosofia reacionária” de Bogdanov. Em Moscou, Bukharin, acompanhou a áspera controvérsia filosófica (Lênin e Bogdanov estavam exilados na Europa). Não espanta que Bukharin tendesse a concordar com Bogdanov. *Materialismo e empiriocraticismo*, apesar de tanto se destacar na filosofia soviética, é uma das obras menos importantes de Lênin; já a obra de Bogdanov, embora questionável quanto ao aspecto da fidelidade a Marx, representava uma reinvestigação instigante e também uma adaptação da teoria marxista. As obras posteriores de Bukharin, em especial *Materialismo Histórico* (1921), revelam a influência de Bogdanov em seu desenvolvimento intelectual. (COHEN, 1990, p.31).

Bukharin não teria sido discípulo de Bogdanov, todavia é notório a grande influência do mesmo sobre ele. Já a obra de Lênin *Materialismo e empiriocraticismo* teria



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

um efeito oposto sobre Bukharin, pois o desenvolvimento de seu marxismo rejeitaria qualquer influência do monismo de Plekhanov, o que não é bem o caso do marxismo de Lênin. Em 1928 com a morte de Bogdanov, Bukharin publicou um “comovente tributo” ao mesmo. A avaliação diferente feita entre Bukharin e Lênin sobre Bogdanov seria motivo de mais um atrito entre eles.

#### **Ascensão de Bukharin e a rivalidade com Stalin**

Bukharin aceitaria as *teses de abril* de 1917 de Lênin, passaria os primeiros anos da Revolução ocupando alguns cargos e como já dissemos, atuando também na tendência dos Comunistas de Esquerda, reiterando fazendo críticas ao Capitalismo de Estado, mas por pouco tempo, pois sua inserção no partido e no regime instaurado por Lênin logo o fez deixar a tendência e seguir atuando cada vez mais na burocracia bolchevique e aderindo ao “comunismo de guerra”.

Não obstante, o que era de início tão-somente política econômica de emergência logo passou a ser entendido, ao menos no principal, como a própria implementação da política econômica socialista. Bukharin não só esteve entre os ardorosos impulsionadores práticos do comunismo de guerra como fez sobre ele a mais abrangente teorização em quanto via universal de construção da sociedade socialista. Teorização que se concentrou em duas obras: *O programa dos bolcheviques* e a *Teoria econômica do período de transição* (GORENDER, 1990, p.26).

Na sua tese, Bukharin forneceu justificativa para o emprego irrestrito da violência estatal no processo da construção da economia socialista, durante o período de transição. Violência contra o resto das antigas classes exploradoras, e contra as tendências antissocialistas dos camponeses, mas também contra a própria classe operária, pois esta

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

carecia de auto-educação e autodisciplina, afim de se depurar da corrupção burguesa. Bukharin não vacilou em escrever que os fuzilamentos e o trabalho obrigatório são métodos para a criação de uma nova humanidade. Somente no comunismo é que a coação estatal será dispensada e os procedimentos repressivos desaparecerão. Antes disso, o proletariado não pode deixar de exercer a mais enérgica ditadura, através do poder do seu Estado, no que a concepção marxista se coloca em oposição frontal à concepção anarquista. (GORENDER, 1990, p.27).

Porém, apesar de defender a estatização econômica, Bukharin apresentava no livro suas inquietações sobre o Estado soviético, julgando tratar-se de um grande risco para o proletariado. Sobretudo, a partir de um possível distanciamento entre as massas e a vanguarda dirigente temendo o surgimento de uma casta privilegiada. Todavia, devido ao seu genérico otimismo, a necessidade dos quadros do partido e ao fascínio exercido sobre as massas pela revolução na Rússia, o *ABC* (do comunismo), se tornou um de seus livros mais difundidos no mundo (BERTOCHI, 2005, p.156).

Mais importante que o *ABC do comunismo*, para a concepção do pensamento “bukharinista” teria sido a publicação de *Tratado de Materialismo Histórico* de 1921. Talvez a obra mais controversa, que recebeu inúmeras críticas. Mesmo com a unanimidade adquirida em 1917 por conta da Revolução, o período do comunismo de guerra trouxe de volta as controvérsias, críticas e heterogeneidade ao partido bolchevique. O livro então serviria para abrir uma nova perspectiva teórica, propunha-se a sistematizar e dar maior precisão a alguns princípios marxistas e ao mesmo tempo apresentar inovações. Dessa forma é importante as observações de Mário Teló:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Não se pode explicar a atenção particular que Bukharin concedeu às formas do desenvolvimento social e econômico do capitalismo ocidental sem levar em conta que em sua formação cultural, a componente russa – na qual tivera um importante papel a recepção por Bogdanov do empiriocraticismo – coexistia e se articulava com um conhecimento direto dos resultados da pesquisa e da teoria social produzidos no âmbito da socialdemocracia internacional e do mais avançado pensamento burguês. O confronto crítico com as obras de Max Weber, de Hilferding, bem como Rathenau, Keynes, Lederer, Sombart, com os *Grunsborgs Archiv*, etc., que caracteriza as passagens destacadas de seus trabalhos teóricos, é fruto de uma profunda familiaridade e corresponde a um esforço para colocar a própria elaboração no mesmo nível de complexidade; o amadurecimento de Bukharin, mesmo depois da ruptura de 1917, tratará a marca dos itinerários percorridos durante o exílio que haviam levado a numerosos países ocidentais, desde a Escandinávia até os Estados Unidos (TELÓ, 1986, p.163-164).

O Tratado de Materialismo histórico tinha a finalidade de conscientizar a massa operária, os camponeses e também os militantes do partido, dessa forma Bukharin procurou escrever de forma simples. Procura estreitar os laços do marxismo com as ciências sociais, via nelas um caráter de classe, e cada classe tem uma existência prática que lhe é peculiar, seus próprios problemas, seus interesses e suas concepções particulares. A burguesia se esforçaria para conservar, consolidar e tornar universal e eterna a dominação do capital. Quanto à classe proletária, ela se preocupa antes de tudo em destruir o regime capitalista e assegurar a dominação do proletariado para reorganizar o mundo.

Como o principal membro da Nova Política Econômica de Lênin (NEP), Bukharin e seus seguidores defendiam a existência de dois princípios, o “princípio da espontaneidade”, criado pelo movimento espontâneo de unidades econômicas autônomas do mercado, e o “princípio da planificação”. Estes princípios se chocavam ou cooperavam

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

no mercado no quadro da “lei do valor” que com a progressiva imposição da planificação, se transformaria em “lei do emprego de trabalho” (Davies, 1986, p.89).

Mas se é verdade que o conjunto de convicções teóricas e de pesquisas analíticas sobre o capitalismo organizado faziam de Bukharin o mais rigoroso adversário do permanentismo, permanece com um traço característico de toda a sua atividade teórica posterior à morte de Lênin o empenho no sentido de evitar o isolamento da URSS e de não operar reduções burocráticas imediatas da rica multiplicidade de situações nas quais o movimento comunista mundial se pinha como sujeito político de alguma significação. A acepção com a qual Bukharin interpreta e desenvolve o “socialismo num só país” adquire assim um particular relevo, inclusive como correção da primeira forma de sua adesão a NEP; ao lado de uma tendência no sentido de formular em chave teórica as opções políticas, há uma efetiva consciência das interdependências internacionais nas quais estão situadas as opções sobre o caminho para o socialismo. A defasagem crescente entre dois problemas políticos e teóricos – o da revolução mundial e o do socialismo na URSS – é combatida por meio de uma pesquisa articulada sobre os diferentes campos no cenário internacional (países capitalistas, países atrasados, URSS), mas na qual as efetivas realizações da URSS constituem não apenas um baluarte para a retomada do processo revolucionário, como também um fator ativo e um elemento de antecipação da meta final e, em particular, da unificação com as zonas rurais do mundo. (TELÓ, 1986, p.182).

Com uma nova “crise da tesoura” em 1927 o que mais uma vez provocou a retenção de estoques em mãos dos camponeses ricos e médios, Bukharin conseguiu impor a aplicação do “remédio” da elevação dos preços agrícolas pagos pelo Estado e da destinação de parte das divisas a importação de cereais. Mas no comitê central, a balança pendia cada vez mais a favor dos “superindustrializadores”. A reincidência da dificuldade do reabastecimento de gêneros agrícolas em 1928 levou Stalin a deflagrar uma campanha de requisições extraordinárias. Sem abrir mão do esquema básico da NEP, Bukharin e Rykov admitiram concessões parciais em relação a aceleração da industrialização, à

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

restrição de direitos dos *kulaks* e ao avanço da coletivização agrícola. O que se patenteia claramente nas *Notas de um economista*, em que Bukharin escarnece dos superindustrializadores, ataca o ritmo frenético das novas construções de base e considera as dificuldades de abastecimento fenômenos passageiros e sanáveis sem alteração da política econômica (GORENDER, 1990, p.34).

Essa perspectiva levou Bukharin a derrota em 1929 e também a derrota da NEP quando foi aprovado o I Plano Quinquenal. O fantasma da “segunda revolução” temida por Bukharin pela coação que esmagaria as próprias massas trabalhadoras, se encarnava na campanha de coletivização forçada e total. As migrações massivas e o extermínio físico de cerca de dois milhões de camponeses, a liquidação de grande parte do rebanho bovino, abatido pelos próprios camponeses, a destruição de instalações e equipamentos, a desorganização dos processos produtivos – tudo isso impôs o racionamento penoso e prologado de alimentos básicos aos trabalhadores das cidades, cuja massa aumentava rapidamente em função dos investimentos industrializantes (GORENDER, 1990, p.35).

O fim da NEP representou o declínio do ideário de Bukharin dentro do partido bolchevique e também seu declínio político, a concepção teórica de Stalin para promover a *Revolução pelo alto* com forte influência de Plekhanov, era deveras o oposto das concepções marxistas de Bukharin. Na fase Stalinista, o próprio partido seria o mais atingido, em 1934, dos dois milhões e oitocentos mil membros do partido, pelo menos um milhão foram presos, e depois executados, (atalinistas e anti-Stlinistas). Em 1940 Stalin passou a ser o único membro ainda vivo do grupo dirigente lenineano. No período stalinista, apenas três por cento dos membros haviam aderido o partido antes de 1917.

Depois de ser o principal líder da NEP, e tendo ascendido ao Komintern, como seu presidente executivo, Bukharin reconheceria que Stalin era um gênio da conspiração e da articulação. O assassinato de Sergey Kirov, daria início ao episódio chamado de *Grande Expurgo*, após o julgamento de Kamenev, Zinoviev, e mais quatorze outros,



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

alguns acusados forçosamente obrigados por seus acusadores deram testemunhos que Bukharin, Tomski e Rykov teriam cometido “crimes contra-revolucionários”. Em 1937 foi a vez do julgamento de Piatakov, Sokolnikov e Radek e mais uma vez os acusados foram obrigados a acusar Radek e Bukharin.

A prisão de Bukharin era vista não só como um lamento pela vida do bolchevique, mas, também por representar e desfigurar o colapso então da última significação do Lêninismo. Bukharin teria sido o escolhido por Lênin em uma carta, e não Stalin, para ser o seu sucessor. Com essa noção, Bukharin tentaria mobilizar o Kommitern a seu favor para evitar sua morte e a de Rykov depois que Stalin apresentou denúncias policiais contra ele e seu companheiro bolchevique. “No dia 27 de fevereiro a comissão apresentaria seu veredicto: prisão, julgamento e execução” recebendo o endosso da maioria do comitê central, que nos anos seguintes seriam também mortos quase todos.

### **Considerações Finais**

O breve texto comunicado nestes anais de congresso trouxe aqui uma explanação que tenta abrir as portas para se pensar a importância de trajetórias intelectuais e políticas nos contextos históricos para explicar a totalidade de temas universais como a Revolução Russa. O intelectual e o político Bukharin representam não apenas uma alternativa política para o Stalinismo, tal qual a sua derrota política não serve apenas para demonstrar os terrores do regime após a ascensão de Stalin, mas sim uma gama de arcabouços que se pode explorar examinando o tema da Revolução de 1917.

A trajetória de Bukharin retomada aos dias de hoje traz uma compreensão mais ampla que, explorada demonstra inúmeras variáveis de se pensar os processos revolucionários, dentre eles a ideia de uma dissidência à esquerda, não exercida de maneira contundente por Bukharin, porém com contribuições, que nos permite pensar os

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

contextos de história política através de seus principais líderes, mas sob um conjunto maior de intervenções e diferenciadas opiniões políticas que, secularmente foram cristalizadas apenas na existência de Lênin, Stalin e Trotsky. Após o reconhecimento dos terrores do Stalinismo, Bukharin dentre outros assuntos passaram a ser temas de debate sobre a famosa Revolução Russa de 1917.

#### Referências

BERTELLI, Antônio Roberto. *Bukharin, teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

BERTOCHI, Aparecido Francisco. *A formação teórica de Bukharin e a transição na URSS: 1906-1921*. Marília: 2005. (Dissertação de mestrado).

BUKHARIN, N. *Tratado de Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

BUKHARIN, N. *A economia Mundial e o Imperialismo*. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

COHEN, Stephen. *Bukharin: uma biografia política, 1888-1938*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

DAVIES, R.W. *As opções econômicas da URSS*. In: HOBBSBAWM, Eric. J. *História do Marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GORENDER, Jacob. *Bukharin*. São Paulo: Ática, 1990.

TELÓ, Mário. *Bukharin: economia e política na construção do socialismo*. In: HOBBSBAWM, Eric. J. *História do Marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**ENTRE A DEFESA E O RECHAÇO AO ESTADO NOVO, MANTENHA-SE O  
IMPÉRIO PORTUGUÊS – HENRIQUE GALVÃO (1929-65)**

André Luiz dos Santos Vargas (UFG)<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho apresento resultados gerais de minha investigação de doutoramento acerca da trajetória do intelectual português Henrique Galvão. De carreira militar, como oficial do exército, Galvão desde jovem incluía-se em círculos militares nacionalistas. Saído como um dos homens do regime instaurado em 1926, e tendo iniciado sua carreira colonial em Angola, logo seria um dos homens de confiança e prestígio no Estado Novo liderado por Salazar. Especialista em assuntos coloniais, Galvão seria um dos ideólogos que reforçariam toda a ideia e políticas imperiais do regime fascista português. No fim da década de 1940, acumulado conhecimentos como Inspector Superior de Administração Colonial, e já como deputado por Angola, denuncia situações de degradação nas colônias, virando-se contra o regime. Tornado dissidente e opositor, agrupou-se no círculo de opositoristas não-comunistas, alinhando-se à oposição que tinha como principal liderança Humberto Delgado. Foi um dos líderes do sequestro ao pacote Santa Maria em 1961 como ato de exposição aos olhos do mundo das ditaduras ibéricas. Exilado no Brasil, continua sua ação opositorista porém em deixar de defender publicamente que as colônias devem ainda se manter como partes do império português, sendo contra os processos de independência assim como era contra o regime vigente em Portugal.

**Palavras-chave:** Henrique Galvão; Estado Novo; Colonialismo.

Henrique Galvão é um sujeito histórico de relativo conhecimento público em Portugal. Normalmente é associado à sua atuação como um dos mais ousados opositoristas de António de Oliveira Salazar, chefe de governo durante maior parte da vigência do Estado Novo. Como fato de maior repercussão está o assalto e sequestro ao

<sup>1</sup>Mestre em História e doutorando do PPGH-UFG. Contato: andreluiz\_vargas@hotmail.com..

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

paquete de luxo *Santa Maria* em 1961, que o tornou conhecido por vários meios midiáticos internacionais. Normalmente considerado como um herói pela democracia, o que pode ficar de fora da análise de sua trajetória é como se deu o rompimento com o regime e sua virada tão abrupta ao campo oposicionista, já que até a década de 1940 Henrique Galvão era um dos nomes de defesa do Estado Novo português. Por que Henrique Galvão rompeu com o regime? O que o faz ser um democrata a partir do rompimento e até que ponto sua luta pode ser considerada como defesa da liberdade se nunca deixou de manter sua opção pela manutenção do Império, inclusive com tons de superioridade civilizacional dos colonizadores em relação aos colonizados?

Nascido em 1895, Henrique Galvão desde jovem inicia seus estudos na Educação Física e carreira militar como oficial do Exército, tendo mais afinidade para a escrita, com gostos pela literatura e teatro. Nacionalista, envolveu com assuntos políticos ainda nessa juventude, tendo sido, por exemplo, um dos cadetes apoiantes do regime de Sidónio Pais em 1917, considerado um governo precursor do fascismo em Portugal. Em 1926 houve o golpe que iniciou a Ditadura Militar, um regime autoritário formado pela união bem heterogênea de movimentos de extrema-direita, incluindo, de monarquistas a republicanos, integralistas, nacional-sindicalistas e demais setores civis e militares interessados em uma direção centralizadora, autoritária e contrária à república parlamentar liberal até então vigente. Galvão foi um dos apoiantes do golpe de origem desse regime.

Ainda à direita da própria ditadura, Galvão envolve-se em uma intentona conhecida como *golpe dos Fifis*<sup>2</sup>, puxado por descontentes que acusavam certos desvios do regime ao que chamavam de “espírito do 28 de Maio”. Falhada a tentativa de golpe, Galvão é mandado a degredo em Angola em 1927, na pobre província de Huíla ao sul da colônia. Lá teria seu primeiro contato com território africano – inicialmente uma punição, à

---

<sup>2</sup> Nome devido à suas lideranças (Filomeno da Câmara e Fidelino Figueiredo).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

contragosto do condenado; depois uma oportunidade de conhecer melhor uma possessão colonial portuguesa. Regressado do cumprimento da pena, em Lisboa mesmo é convidado a governar o distrito, cuja situação de recente ocupação era de precariedade. Portanto, até 1929, Galvão foi governador de Huíla e daí pôde conhecer melhor os problemas a serem enfrentados no distrito e em toda colônia, resultando em crônicas literárias que demonstravam um evidente racismo do autor e em um relatório de governo onde apontou vários problemas a serem resolvidos.

Tornado especialista em assuntos e gestão colonial, Galvão milita a favor do desenvolvimento e manutenção das colônias como partes essenciais de Portugal, conhecendo e admirando nomes de colonialistas como Norton de Matos, Paiva Couceiro e João de Almeida, que seriam suas referências intelectuais na defesa da importância dos territórios ultramarinos. Por essa concepção nacionalista e imperialista, seria associado a um grupo saído da Ditadura do 28 de Maio que se formava em torno de nomes como de António Oliveira Salazar, tecnocrata das finanças que conquistou grande prestígio por suas políticas de austeridade durante o período de crise financeira e orçamentária nas colônias, precavendo-se de que a crise de 1929 não atingisse Portugal de maneira preocupante.

Em 1930, Henrique Galvão profere uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa defendendo a urgência da nacionalização das colônias, o que queria dizer centralizar a política colonial, tornar as colônias mais portuguesas que nunca e abolir o até então modelo de autonomia administrativa das colônias. Meses depois seria aprovado o chamado *Acto Colonial*, diploma legal que regeria a administração colonial portuguesa nos moldes da nacionalização e centralização administrativa, considerando o império como um todo orgânico e oficializando juridicamente, sobretudo pela caneta de Armindo Monteiro, a chamada *mística imperial*, que considerava como direitos e deveres históricos da nação portuguesa o domínio sobre os territórios ultramarinos e a missão civilizadora e



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

colonizadora. Nesse sentido, portanto, Henrique Galvão está de acordo com esses gestores que preparavam uma nova ordem em Portugal, que se oficializaria com a constituição de 1933 de fundação do Estado Novo sob liderança de Salazar, formando um regime de caráter imperialista, corporativo e de partido único, constituindo-se em um fascismo de cariz conservador.

De 1931 a 1937, Galvão seria diretor da revista *Portugal Colonial*, de propaganda e divulgação das colônias portuguesas, reunindo textos de especialistas em assuntos coloniais e defendendo a soberania portuguesa sobre as colônias, mercados de grande potencial econômico, pela perspectiva de que Portugal é historicamente um país de desígnios colonizadores. Como diretor da revista, entrevistou e laudou nomes como Paiva Couceiro, Norton de Matos e João de Almeida por suas obras de conquista, ocupação militar, ocupação econômica e integração econômica das colônias como pela construção de estradas. Também nessa função, Galvão participou da exposição colonial de Paris em 1931, pronunciando-se na conferência de imprensa colonial contra as críticas que Portugal sofria pelo uso de trabalho forçado em suas colônias, defendendo a soberania nacional contra qualquer tipo de ingerência ou ambição estrangeira em seus territórios – o que seria um discurso constante dessa ordem que se tornaria o Estado Novo.

Por sua atuação de intelectual especialista em assuntos coloniais, Galvão teria outros cargos sobretudo na área de propaganda e divulgação do império português. Em 1932 dirigiu as *Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Maputo*, expondo as potencialidades produtivas das colônias. Por seu sucesso, foi também diretor técnico da Exposição Colonial do Porto em 1934, evento de intenção didática para divulgação e criação de um orgulho nacionalista português, em defesa da manutenção do império. Em 1935, seria convidado para dirigir a Emissora Nacional, órgão oficial de imprensa do regime, de propaganda nacionalista de acordo com os desígnios do Estado Novo. No ano seguinte, 1936, aceita a função de Inspetor Superior de Administração Colonial, que lhe

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

permitia viajar e fiscalizar a administração de todos os territórios ultramarinos portugueses. Evidentemente, Henrique Galvão alcançou no regime de Salazar posições de alta importância e destaque, sendo um intelectual gestor de administração e propaganda colonial, papéis de grande interesse já que o colonialismo era um dos pilares fundamentais de sustentação de Portugal.

Em sua atuação de ideólogo, Galvão também foi um incentivador e escritor de literatura de gênero colonial, a ser lida por portugueses das mais variadas idades. Sua intenção com tal produção era a de mostrar, por meio de mistérios e instigações à imaginação dos jovens, as vantagens de se deslocar para as colônias a fim de construir suas vidas e produzir riquezas, o que era também uma política oficial de incentivo à colonização de territórios.

Pelo respeito e elogios à organização dos eventos de propaganda em 1932 e 1934, Galvão também foi um dos organizadores da *Exposição do Mundo Português* em 1940, evento de grande importância ao regime, que exigiu grande esforço e investimentos na comemoração dos centenários e na exposição de uma pretensa grandeza imperial portuguesa. Assim como o evento de 1934, porém com maior sucesso, este contou inclusive com nomes como António Ferro, expoente da propaganda do regime e de estilo modernista e fascista, assim como Galvão defendia, ainda que a tônica do regime tenha sido conservadora.

Em 1947, já como deputado por Angola, Henrique Galvão, com seu conhecimento de inspetor superior, expõe na Assembleia um relatório até então mantido em sigilo, onde denuncia vários casos de corrupção, esvaziamento demográfico, maus tratos contra indígenas e altos índices de mortalidade. Com isso, entra em confronto com o regime que até então integrava, marcando seu rompimento. Comumente interpretado como ato humanitário, o que vejo nesse relatório é mais um ato que expõe a visão de mundo de Galvão em relação à administração colonial. Se antes era defensor do regime que iniciou

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

prometendo uma nova ordem na administração colonial, contra o regresso que acusavam nos anos de gestão liberal, inclusive defendendo o uso de mão-de-obra forçada, o que apontará agora são erros na condução desse projeto, sobretudo em um período pós-Segunda Guerra em que as possessões coloniais são discutidas e questionadas. Agora denunciando a precariedade material das colônias, o uso de mão-de-obra forçada, as fugas demográficas de mão-de-obra a colônias mais modernas (como inglesas ou belgas), ou mesmo a mortalidade – incluindo a infantil – de mão-de-obra, Galvão acusa uma gestão arcaica e incapaz de gerir as colônias, formadoras do império que seria a razão de ser da nacionalidade portuguesa. Antes de ser um ato humanitário, é uma expressão de visão de mundo de um tecnocrata que se preocupa com a modernização da gestão e dos processos produtivos, já atrasados em relação a outras potências colonizadoras como Inglaterra, Bélgica, França e Alemanha – que tinham pretensões sobre possessões portuguesas. É, antes de tudo, um conflito de concepções de gestão colonial; ou a acusação de Galvão contra um regime que negligenciou o desenvolvimento econômico das colônias.

Rompido com o regime, torna-se um opositor. Por ser opositor e dissidente, até então muito próximo de Salazar e gozando de grande prestígio, Henrique Galvão sofrerá perseguições e inclusive seria preso. Aproximou-se de nomes também dissidentes e opositoristas como Humberto Delgado, apoiando a candidatura deste nas eleições presidenciais de 1958 – com a promessa de que demitiria Salazar caso eleito<sup>3</sup>.

Preso no forte de Peniche, depois no Hospital Santa Maria em Lisboa, Galvão consegue fugir e pedir asilo na embaixada da Argentina. Dali, sairia de Portugal e chegaria a Caracas onde formaria com outros opositoristas portugueses e espanhóis do DRIL (Directório Revolucionário Ibérico de Libertação), coletivo formado por diversas tendências políticas que tinham em comum a luta contra as ditaduras em Portugal e

---

<sup>3</sup> Pelo funcionamento do regime, o presidente como chefe de Estado tinha poderes de demitir o chefe de Governo, no caso Salazar. Em 1958, apesar do grande apoio popular, Delgado foi derrotado, acusando o que não seria improvável: fraude eleitoral.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Espanha. Em um de seus atos mais célebres, onde Galvão teve participação como liderança operacional, estava o sequestro de um pacote de luxo ainda em águas caribenhas. Por direito internacional, uma embarcação é parte de território, portanto o ato foi considerado pelo regime português como pirataria. A intenção dos revoltosos era a de se desviar a embarcação para Angola, de onde iniciariam uma ação típica de comandos em que a população colona<sup>4</sup> se levantaria para derrubar Salazar. Interceptado por forças navais estadunidenses e britânicas, o pacote foi desviado ao Brasil, onde aportaria em Recife. Ainda que os planos iniciais não lograram êxito, os revoltosos conseguiram expor aos olhares internacionais a situação vivida em Portugal sob a ditadura comandada por Salazar. Henrique Galvão, Humberto Delgado e outros tornariam célebres em todo o mundo por meio de suas entrevistas, confirmando sua oposição e os perigos de serem capturados pela polícia política portuguesa, presente em vários países, como o Brasil que contava com uma “colônia” de oposicionistas exilados.

Já no governo de Jânio Quadros, os rebeldes conseguem asilo político em 1961, integrando os oposicionistas exilados. Henrique Galvão segue para São Paulo onde conseguiria o emprego de redator no jornal *O Estado de São Paulo*, de grande circulação. Lá escreveu de 1961 a 1965 vários artigos de ataques à ditadura de Salazar, porém também atacando os movimentos de independência que ganhavam força, principalmente pelo andamento da guerra colonial que Portugal empreendia. Nesses artigos, em acordo com as diretrizes da Oposição Democrática, Galvão mostra-se um arrependido por ter sido um salazarista, porém assume um novo posicionamento, de caráter mais democrático e liberal, porém defendendo ainda a manutenção dos territórios coloniais sob domínio português. Por conta desse posicionamento, entra em confronto com outros

---

<sup>4</sup> É fundamental salientar que Galvão e os outros oposicionistas consideravam apenas os colonos como agentes capazes de sublevação, desconsiderando a participação ativa da população negra.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

oposicionistas, que já defendiam a autodeterminação dos povos africanos e o direito à independência.

Pelo alinhamento de Humberto Delgado aos interesses dos Estados Unidos, e também por sua complacência em aceitar comunistas no meio oposicionista pela justificativa de enfrentamento a um inimigo em comum (Salazar), Galvão rompe com a própria oposição, institucionalizando-se a si mesmo como uma oposição praticamente individual, porém expressando uma visão de mundo contrária às independências e à gestão salazarista.

O que ele defendia era, basicamente, a demissão de Salazar e de seu grupo mais duro da liderança de Portugal; o alinhamento à gestão moderna que daria visibilidade e competitividade a Portugal perante o mundo, ao contrário do isolacionismo, conservadorismo e arcaísmo tão típicos do tradicionalismo imposto pelo Estado Novo, que louvava inclusive as tradições rurais portuguesas; e a manutenção da posse de territórios ultramarinos, ainda que não fossem chamadas de colônias, com a justificativa de que eram de direito histórico de Portugal em sua concepção única de colonização. Apesar de suas viradas políticas, frutos das contingências históricas, Henrique Galvão manteve em sua trajetória a coerência de defender, mesmo com um discurso evidentemente racista e de superioridade civilizacional, que Portugal só existe como império, e que todos os territórios além da Europa ainda seriam Portugal. Quanto às populações, apesar das diferenciações entre civilizados, assimilados e indígenas<sup>5</sup>, todos seriam considerados portugueses, sejam nascidos em Lisboa, Coimbra, Porto, Angra do Heroísmo, Luanda ou Goa.

---

<sup>5</sup> Segundo o intelectual, esses últimos estariam ainda em menoridade política, incapazes de definir seus projetos políticos. Por isso, diz que as independências seriam, além do desmembramento de Portugal, uma tragédia política pela incapacidade dos pretos de se organizarem sem a tutela dos brancos. Não apenas Galvão, mas todos da tradição colonial que o intelectual em questão admirava, tinham essa concepção etapista e paternalista de uma pretensa superioridade de raça.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Adoecido por uma demência neurológica e mental, Henrique Galvão morre em um manicômio paulista no ano de 1970, isolado e acompanhado apenas de Júlio de Mesquita, diretor d'O Estado de São Paulo. Tendo sido criada uma aura heroica e quase mitológica em torno de Galvão por conta de sua atuação oposicionista contra Salazar, meu trabalho concentra-se na compreensão e análise de sua visão de mundo enquanto intelectual e administrador. A intenção de meu trabalho é apontar Henrique Galvão como um tecnocrata especialista em gestão colonial, cujo rompimento se deveu, sobretudo, a incompatibilidade de projetos de gestão do império, onde sua visão de mundo modernista de uma gestão capitalista adequada às exigências do mercado internacional confrontou a estagnação arcaica de Salazar, que já por meio de uso desmedido de força e outras medidas autoritárias pretendia manter seu poder no Estado Novo, isolando o rural e católico Portugal do cenário capitalista pós-Segunda Guerra. As guerras de independência das colônias portuguesas, segundo Galvão, seriam mais culpa de Salazar e na sua incapacidade de continuar o projeto imperial baseado nos direitos históricos de Portugal em sua missão civilizatória.

**Referências bibliográficas**

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

GOLDMANN, Lucien. *Crítica e Dogmatismo na Cultura Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MONTOITO, Eugénio. *Henrique Galvão – Ou a dissidência de um cadete do 28 de Maio (1927-1952)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

MOTA, Francisco Teixeira da. *Henrique Galvão – Um Herói Português*. Alfragide:  
Oficina do Livro, 2011.

PINTO, Alberto Oliveira. *Henrique Galvão Em Terra de Pretos e em conflito com os  
brancos da Agência Geral das Colónias*. Rascunhos Culturais, v.1, nº1, p.123-144, 2010.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo* (v. 7), In.: MATTOSO, José. (dir.). *História de  
Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998.

VARGAS, André Luiz dos Santos. *O posicionamento político de Henrique Galvão  
exilado no Brasil (1961-1965)*. MOSAICO (GOIÂNIA), v. 9, p. 24-34, 2016.

\_\_\_\_\_. *Por uma doutrina colonial nacionalista: o  
“Império Português” em Henrique Galvão (1927-1932)*. Goiânia, 2013. 150 f.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás.

ZILHÃO, Paulo Manuel Pulido Garcia. *Henrique Galvão: prática política e literatura  
colonial (1926-36)*. São Paulo, 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) –  
Universidade de São Paulo, São Paulo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**“EM DEFESA DA REVOLUÇÃO AFRICANA”: UMA TEORIA DO  
COLONIALISMO**

Cristian de Paula Sales Moreira Junior (UFG)<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao contrário das outras obras produzidas por Fanon, esta, em específico, não foi escrita de maneira com que promovesse uma tese única e integralmente sistematizada em prol de uma determinada conclusão à que se pretenderia chegar. É, na verdade, um conjunto de textos e artigos publicados em revistas e jornais de grande circulação no contexto argelino ou francês de 1952 à 1961, como, por exemplo, *El Moudjabid*, reunidos e organizados em ordem cronológica, como um livro, após a morte de Fanon, com o título original de *Pour la révolution africaine* (François Maspero, 1969). Isto nos permite mapear e acompanhar a construção do pensamento do autor, ao invés de já recebermos um pensamento de todo cristalizado, como é mais comum. Há o objetivo final de um grande público leitor, pois os veículos que transmitiam estes textos são de grande imprensa, utilizados por Fanon como arma na luta revolucionária. A primeira versão em Português só surgiu em 1980, em Portugal, o que demonstra a pouca rapidez com que estes textos poderiam circular em maior quantidade de leitores brasileiros. <sup>2</sup>Este livro representa o período mais ativo da vida de Fanon, quando ele se encontra no ápice de sua produção intelectual e engajamento político, isto por que a Guerra pela Independência da Argélia, país por excelência do colonialismo, havia eclodido já em 1954. Com sua perspectiva intelectual revolucionária, nova se levada em consideração com as correntes que mais se manifestavam até então tanto em Argélia quanto em França, conseguiu pôr em pauta a questão da exploração e do colonizado e a resolveu: libertação total do

<sup>1</sup> Graduando de História da Universidade Federal de Goiás. Contato: cristianpsm\_junior@hotmail.com

<sup>2</sup> FANON, Frantz. Em defesa da Revolução Africana. Livraria Sá da Costa EDITORA. Lisboa, 1980.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

território nacional à partir da luta imediata pela morte absoluta (não verbal, mas concreta) do colonialismo.

**Palavras-chave:** Colonialismo; Revolução; Marxismo; África

**1. Situando o livro “Em defesa da Revolução Africana” na cadeia de pensamentos do autor:**

À respeito do impacto do pensamento de Frantz Fanon na cultura revolucionária argelina e africana, em obra recente intitulada *"A Revolução Argelina"* (2010), Mustafa Yazbek, nos salienta que:

"[...] Nesse sentido, o impacto maior seria provocado pela obra do negro Frantz Fanon, martinicano de nascimento e de ascendência africana. Jean-Paul Sartre, também prefaciou um livro de Fanon, *Os condenados da terra*, enfatizando que, desde Friederich Engels, Fanon era o primeiro a submeter a uma nova luz a parteira da história: a violência. Assim, Fanon passaria a ser visto como uma espécie de profeta da violência anticolonialista. [...] Para Frantz Fanon, a violência se justificava como a única forma de alterar radicalmente toda essa situação [colonial]. Considerava inevitável a libertação dos povos colonizados e que o processo argelino, por sua característica e pela violência, teria peso decisivo no processo de libertação africana. Entendia a independência como ponto final de uma imposição que não era somente política, mas também cultural" (Yazbek, 2010).<sup>3</sup>

Além de militante da FLN (Frente de Libertação Nacional) na Argélia, o que o torna conhecido pelos políticos franceses, em seu trabalho clínico, como psiquiatra, Fanon traz uma inovação um tanto polêmica para a época, e que se faz muito presente em todo o livro: mais próximo e com maior contato com seus pacientes, enxerga-os como

<sup>3</sup> YAZBEK, Mustafa. *A revolução argelina*; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

vítimas do sistema que se propõe a combater, o colonialismo, e procura explicar os seus problemas de saúde física e mental à partir dessa relação traumática que envolve a sociedade argelina, e, em última estância, africana, em todos os seus âmbitos culturais e materiais. Compreende certos fenômenos da alienação colonialista através das doenças mentais de seus pacientes.

Entendendo o colonialismo como um conjunto lógico, coerente e racional de guerra e tortura, e não como um “erro de percurso” ou uma “mutação” indesejada do sistema internacional ocidental, bastando que exista uma opinião pública que o reprove, acredita na Argélia como vanguarda da Revolução africana. Mas não em um sentido utópico, impossível, e sim um objetivo concreto à ser planejado e alcançado. Inspirada na Revolução Argelina, houve até mesmo um movimento muito semelhante em Cotonou (1958), que alcançou não apenas uma independência formal, mas completa, com socialismo, coletivização e progressismo, havendo uma tomada efetiva de poder pelo povo. Fanon acreditava em uma África em marcha.<sup>4</sup>

## **2. Colonização é desvalorização humana:**

Para Fanon, as principais problemáticas do homem para com o homem podem ser resumidas e generalizadas na seguinte questão: As minhas ações no mundo contribuem para a valorização ou para a desvalorização da realidade humana? Para responder a estas questões, recorre ao exemplo do norte-africano que se encontra vivendo em França, onde os apelidos racistas dissimulam a realidade social, e para o conflito complexo existente entre africanos e antilhanos. Para os negros, o que existia era uma teoria da inumanidade.

A primeira tese de Fanon, apresentada sob a forma de artigo à revista *Esprit* em fevereiro de 1952, é que os profissionais da medicina franceses desvalorizam e agem com

---

<sup>4</sup> "O Congresso adopta a palavra de ordem de independência imediata e decide tomar todas as medidas necessárias para mobilizar as massas africanas em torno desta palavra de ordem e traduzir nos factos essa vontade de independência" (Fanon, 1958).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

desconfiança quando se deparam com os problemas físicos e mentais dos norte-africanos. Existia entre aqueles médicos o pensamento comum e generalizado de que, por motivos diversos, incluindo aí até mesmo a preguiça de trabalhar, os negros africanos fingiam ou exageravam ao procurar ajuda profissional.<sup>5</sup> Não eram levados a sério, seus tratamentos eram feitos de qualquer jeito e eram, na maioria das vezes, tratados pela probabilidade. Diziam que lhe doíam tudo e não algo em específico. E, talvez por não compartilharem da mesma cultura e linguagem ocidental que pensa e define todas as coisas a partir de conceitos e categorias, em última instância, palavras, não conseguiam expressar seus problemas e sintomas. Havia, de fato, uma dificuldade de comunicação. Algumas vezes era necessário um tradutor, embora este não conseguisse transmitir todos os sentimentos (e nem mesmo todas as palavras) envolvidos na explicação da dor do negro, o que gerava, novamente, diagnósticos e terapêuticas aproximativos. Para o autor, os médicos não enxergavam a verdadeira realidade: os negros não estão fingindo ou sendo exagerados. Realmente lhes doem tudo. E doem por causa da colonização. O negro, na perspectiva que se defende no livro, é a sua própria dor, e consegue muito bem entender que não é corretamente tratado pelo fato de ser negro.

Dizia-se que a dor do norte-africano era vaga, não possuindo realidade consistente ou objetiva, por que não se encontrava nela uma “baselesional”. Para o pensamento médico da época, em alguma medida presente até os dias de hoje, toda e qualquer dor se manifesta por que existe uma lesão<sup>6</sup>. Como não conseguiam encontra-la de fisicamente, achavam

<sup>5</sup> "TESE I - O comportamento do Norte- Africano provoca muitas vezes, no pessoal médico uma atitude de desconfiança quanto à realidade de sua doença. À exceção dos casos de urgência: oclusão intestinal, ferimentos, acidentes, o Norte-Africano apresenta-se mergulhado no vago. Doem-lhe a barriga, acabeça, as costas, doi-lhe tudo. Sofre atrozmente, o seu rosto é eloquente, é um sofrimento que se impõe" (Fanon, 1952).

<sup>6</sup> "O pensamento médico vai do sintoma à lesão. Nas assembleias ilustres, nos congressos internacionais de medicina, todos concordam com a importância dos sistemas neurovegetativos, no diencefalo, das glândulas endócrinas, das relações psico-somáticas, das simpatalgias, mas continua-se a ensinar aos médicos que todo sintoma reclama sua lesão. Doente é todo aquele que queixando-se de cefaleias, de zumbidos nos ouvidos, de vertigens, apresenta ao mesmo tempo uma hipertensão arterial. Contudo,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

que a dor do negro era irreal. Isto além do fato de que os médicos já enxergavam os negros preconceituosamente como aqueles que não gostam de trabalho, que vão à clínica para conseguir dispensa ou para arrumar subterfúgios que lhes possibilitem faltar ao trabalho ou mesmo não trabalhar. Os médicos os tinham como mentirosos, vadios, preguiçosos, ladrões. É como se o norte-africano encaixasse categoricamente dentro de um quadro já preexistente e definido. Era uma natureza estabelecida pelo europeu. Tendo esta ideia à priori, antes da experiência, o seu exame e trabalho clínico ficavam comprometidos. A base dessa dor, porém, existe e é real mesmo que não seja lesional: é a colonização. Os médicos são levados, segundo Fanon, à desconfiar dos sintomas por que essa nova base, apresentada por ele, era, até então, irreconhecível. Os médicos franceses resumiram todo este problema complexo em “Síndrome do Norte-Africano”. Como estes possuíam os sintomas, mas aqueles não encontravam a lesão, tratava-os como pseudodoentes com pseudopatologias. Que “todo árabe é um doente imaginário” e que “eles são farsantes” (página 12) era quase como senso comum. Essa tal “Síndrome” não era experimentada pelos jovens médicos ou estudantes de medicina da época de Fanon, mas estes já à conheciam como uma tradição oral. Os norte-africanos, porém, possuíam todas as condições que tornam um homem doente: “sem família, sem amor, sem relações humanas, sem comunhão com a coletividade” (Fanon, 1980, p. 17), esgotando-se, assim, sem vida, corpo a corpo com a morte.

Grande problema, também, era o fato de que este tipo de preconceito exercido contra os norte-africanos não era exclusividade dos franceses ou brancos. Muitas vezes, o inimigo do negro é seu *congénere*. Expressões como “negro” ou “povo negro”, segundo

---

como por ocasião destes mesmos sintomas não se encontre nem hipertensão, nem tumor intracraniano, nem seja o que for de positivo, o médico então surpreenderá o pensamento médico em falta; e como todo o pensamento é pensamento de alguma coisa, verá o doente em falta - um doente insubmisso, indisciplinado, que ignora as regras do jogo. Essa regra, embora tão rigorosa, enuncia-se assim: todo sintoma supõe uma lesão” (Fanon, 1952).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

o pensamento do autor, não podem ser encaradas como uma unidade integralmente organizada, mas como uma entidade, isto é, muitos grupos e movimentos diferentes<sup>7</sup>. Havia, neste sentido, uma oposição, que Fanon tenta, através de sua ideologia, dissolver, entre Antilhanos e Africanos. Por estarem mais próximos, geograficamente e culturalmente (tendo em vista que eram, neste momento, muito assimilados e alienados à cultura europeia) da Europa, os Antilhanos se consideravam superiores, em todos os sentidos, essencial e materialmente, aos Africanos. Eram “afrancesados”, nas palavras do autor para referir-se à condição de “assimilado ao metropolitano”. Fanon chega à demonstrar como em Martinica não existia, até aquele momento, cor, mas sim classe, como diferenciação social. O negro operário estará ao lado do mulato e do branco operários contra o negro burguês. Isso para mostrar que as histórias raciais são apenas uma superestrutura, uma invenção ideológica, que nega uma realidade econômica<sup>8</sup>. Ou seja, existia com os negros das Antilhas uma falta de tomada de consciência da sua negritude até, mais ou menos, o final de Segunda Guerra Mundial. Antes da guerra, falava-se comumente entre os antilhanos de ir-se à França para “turistar”, e à África para

<sup>7</sup> “[...] Há uma diferença tão grande entre um antilhano e um dakariano como entre um brasileiro e um madrileno. O que se procura ao englobar todos os negros no termo 'povo negro' é arrebatar-lhes toda a possibilidade de expressão individual. O que se procura assim é obrigá-los a corresponder à ideia que já se faz deles. Que seria o 'povo branco'? Não é, pois, evidente que só pode haver uma raça branca? Será preciso que eu explique a diferença que existe entre nação, povo, pátria, comunidade? Quando se diz 'povo negro', supõe-se sistematicamente que todos os negros estão de acordo sobre certas coisas; que existe entre eles um princípio de comunhão. A verdade é que não existe nada, a priori, que permita supor a existência de um povo negro. Que haja um povo africano, acredito; que haja um povo antilhano, acredito. Mas quando me falam de 'este povo negro', esforço-me por compreender. Então, infelizmente, compreendo que há nisso uma fonte de conflitos. Então, tento destruir essa fonte” (Fanon, 1955).

<sup>8</sup> “Na Martinica, é raro verificar posições raciais tenazes. O problema racial está recoberto por uma discriminação econômica e, numa determinada classe social, é sobretudo produtor de anedotas. As relações não se alteram com as acentuações epidérmicas. Apesar da maior ou menor carga de melanina, existe um acordo tácito que permite a unse a outros reconhecerem-se como médicos, comerciantes, operários. Um negro operário estará do lado do mulato operário contra o negro burguês. Temos aqui a prova de que as histórias raciais são apenas uma superestrutura, um manto, uma surda emanção ideológica que se despe de uma realidade econômica” (Fanon, 1955).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

trabalhar. Os próprios negros antilhanos assumiam o discurso que caracterizava os africanos como “selvagens” e “bárbaros”, ou seja, se apropriavam deste irreduzível sentimento de superioridade. Na concepção deles, assimilados, o africano é negro e o antilhano é um quase-europeu, quase-metropolitano. Ser negro não significava a cor, mas a condição. Em suma, negro era só quem habitava a África. A “negritude” só era assumida diante de um branco. Essa posição do Antilhano era confirmada pelos europeus quando, por exemplo, os antilhanos voluntários ao exército serviam em unidades europeias e os africanos em unidades indígenas.

Neste contexto de conflito existencial entre antilhanos e africanos surge Aimé Césaire, poeta, intelectual e político da negritude na Martinica. Este personagem histórico surge após dois séculos em que esta perspectiva cultural europeia, ou seja, a chamada “verdade branca”, era a única possível, estabelecida nas mentalidades de maneira objetiva e concreta, e se propõe a combatê-la. Esperava-se, ainda mais de um professor diplomado, que compreendesse que ser negro era uma infelicidade. Ele, porém, foi o primeiro a dizer ser belo o negro, o que gerou muito escândalo.

Com a derrota Francesa para a ocupação alemã, “o antilhano vê o assassinio do pai” (Fanon, 1980, página 26). Esta derrota histórica ocasiona uma migração em massa de franceses para as Antilhas, gerando uma superpopulação de brancos onde anteriormente existia apenas dois mil, e uma crise econômica e de alojamento como nunca antes vista. Este fenômeno permitiu com que o europeu impusesse mais ferozmente seu racismo, e com que os martinicanos tornassem os próprios europeus culpados pela crise. Esta foi, segundo Fanon, a primeira experiência metafísica em que o negro das Antilhas assume uma oposição de rejeição ao branco europeu. Essa experiência, porém, toma novos rumos quando De Gaulle, até então general do exército francês com muita influência, acusa os militares franceses de terem-se entregado ou vendido. Os antilhanos passam a acreditar que a França só perdeu a guerra por causa desses traidores, que agora se encontram



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

escondidos nas Antilhas. Esses racistas, com quem tem muito contato agora os antilhanos, foram tidos como a França “má”, e não a verdadeira França. Caíram no erro de achar que a “verdadeira França” não era racista.

Depois da Segunda Guerra o Antilhano muda, então, seus valores. Descobre-se como negro, lança seus olhares para a África e faz lembrar a todo momento que é realmente negro, ao contrário de antes de 1939 quando fazia lembrar à todo momento que não o era. Sentiram-se, quando em África, agora, infelizes por não serem “suficientemente pretos”. Cesáire, neste novo contexto, passa a ter apoio na luta contra esses europeus racistas que passaram a ocupar as Antilhas. O antilhano passa, perante estes, e sob a assistência teórica de Cesáire, a defender sua cor, a do negro real, no negro absoluto e a sua cultura e tradições passam a ser valorizadas, o que significa uma mudança de postura radical. Essa primeira experiência metafísica, mencionada aqui anteriormente, foi acompanhada de sua primeira manifestação de consciência política, devido à sistematização de manifestações proletárias nas Antilhas. Enquanto isso, na África, tudo continuava igual: os africanos viam os europeus e os antilhanos como a mesma coisa: exploradores e causadores de fome. Isto gera, segundo Fanon, a segunda experiência metafísica dos antilhanos: o drama de não serem brancos (reconhecidos pelos europeus) nem negros (reconhecidos pelos africanos). Estavam entre o “erro branco” e a “miragem negra”. Nas palavras de Fanon, o africano se vingava, e o antilhano pagava o preço. Isto por que o que foi enfrentado pelos negros africanos foi muito mais forte do que o enfrentado pelos negros antilhanos: era desumanizante e não havia brechas. Mesmo assim, Fanon defendia que os negros se identificassem, como unidade.

**3. O racismo é um elemento do todo:**

Colonização, segundo a interpretação de Fanon, é o assalto direto e brutal de culturas com desenvolvimento técnico mais elevado à culturas com desenvolvimento técnico menos elevado; este desenvolvimento técnico permite a dominação organizada. Neste



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

sentido, o racismo não é o todo: é apenas o elemento mais visível de uma estrutura dada: a colonização, a opressão sistematizada de um povo. E se pensarmos que a cultura é um conjunto de relações organizadas e racionalmente sistematizadas entre o homem e a natureza, e entre o homem e seu semelhante, então o racismo pode ser considerado também um elemento cultural. Logo, há culturas com e sem racismo.

Existiu, neste sentido, um racismo “primitivo” (Fanon, 1980, p.36), que tenta encontrar no biológico a base da sua “doutrina” (forma comparada do crânio, etc.). Esta lógica, na época, tendia à desaparecer e à dar lugar à um tipo de argumentação mais fina: o racismo cultural<sup>9</sup>. Com esta constatação, entre muitas outras, Fanon dá sentido à sua perspectiva marxista: “Na realidade, as nações que empreendem uma guerra colonial não se preocupam com o confronto das culturas. A guerra é um negócio comercial gigantesco e toda a perspectiva deve ter isto em conta” (Fanon, 1980, p.37). Ou seja, a guerra é por motivos econômicos e, então, a primeira necessidade básica é a escravização. Para isto é preciso destruir as referências de mundo dos homens à serem escravizados, e nisto entra a cultura. Nenhuma nação vaiem direção à dominar outra simplesmente por “missão civilizatória”. O primeiro motivo é sempre de ordem econômica, e a origem do racismo é material. É uma definição original de colonialismo, que vai em contraposição às perspectivas culturalistas e pós-modernas.<sup>10</sup>

A colonização não traz a morte da cultura autóctone. Há mais o interesse de uma “agonia continuada” (exploração econômica mesmo) do que um desaparecimento da

<sup>9</sup> "Vimos numa primeira fase o ocupante legitimar a sua dominação com argumentos científicos, vimos a 'raça inferior' negar-se como raça. Porque nenhuma outra solução lhe é permitida, o grupo social racializado tenta imitar o opressor e com isso 'desracializar-se'. A 'raça inferior' nega-se como raça diferente. Partilha com a 'raça superior' as convicções, as doutrinas, e tudo o que lhe diz respeito" (Fanon, 1956).

<sup>10</sup> "Semelhantes tentativas ignoram voluntariamente o carácter incomparável da situação colonial. Na realidade, as nações que empreendem uma guerra colonial não se preocupam com o confronto das culturas. A guerra é um negócio comercial gigantesco e toda a perspectiva deve ter isto em conta. A primeira necessidade é a escravização, no sentido mais rigoroso, da população autóctone" ( Fanon, 1956)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

cultura ou população. É lógico: se a cultura ou a população desaparecem, a quem iriam explorar? Isto não quer dizer que a colonização não destrua os negros africanos no mais profundo de sua existência. Sim, ela os deixa sem meios de existir, sem razão de ser. Como diz Fanon: “O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo das formas de racismo” (Fanon, 1980). O próprio sistema de exploração, por si só, cria a noção cultural de “superioridade”. E o próprio sistema gera manifestações culturais de resistência à ele: o blues por exemplo, é o estilo musical de lamento dos escravos negros. Sem opressão e sem racismo, não haveria blues. O blues é uma resposta do escravo ao vazio causado pela opressão.

O racismo também não é acidental. Faz parte da História e dos processos e conjunturas que levarem à ele conforme foram acontecendo: exploração desencadeada por um grupo de homens à outros que acabou chegando à um estágio superior de formas e técnicas cada vez mais complexas. E a luta do inferiorizado corresponde, ao mesmo tempo, ao seu processo de humanização. Para Fanon, este é o único caminho.

#### **4. Libertação da África: luta revolucionária e unidade**

Sabemos que as décadas de 50 e 60, do século XX, correspondem ao período de efervescência das lutas por independência em África. Enquanto muitos países alcançavam este objetivo, a guerra franco-argelina, que durou de 1954 à 1962, demonstrava uma tentativa francesa de preservar e manter o seu domínio agonizado. Neste contexto de plena guerra civil na Argélia, Fanon publicava uma série de artigos para *El Moudjabid*, reproduzidos neste livro “Em defesa da Revolução Africana”, o que demonstra que os textos possuíam um caráter principalmente político, com uma perspectiva revolucionária. Neste momento crítico dos primeiros meses de guerra, final de de 1954 e início de 1955, a França pedia colaboração, como se apelasse ao bom senso, dos próprios argelinos,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ou funcionários franceses em Argélia, contra o movimento de libertação. Esse “pedido” por colaboração não é atendido. Lança-se, então, a segunda operação: cooptar a população considerada “sã” do movimento revolucionário. Incapaz de compreender a problemática da libertação, a França reconhece, pelo menos, um problema econômico e social, comprometendo-se à combater a miséria e a resolver os problemas de habitação já mencionados aqui anteriormente, na esperança de abafar o clamor da revolução. Agiam, desta forma, por mistificação ou preconceito: demonstravam não existir consciência nacional argelina, e achavam que as promessas de aumento do nível de vida deveriam ser suficientes para reestabelecer a ordem e a paz. As autoridades acabaram descobrindo, porém, que o movimento é sólido e enraizado nas massas. Tentam, à partir disto, criar contradição entre as correntes internas, explorando as hostilidades locais criadas pelo colonialismo e tentando transformá-las em lutas de clãs, ou mesmo raças. Na prática, chegaram a criar operações com o objetivo de tentar “rachar” ou sectarizar o movimento, esquecendo que, na verdade, a FLN se identifica com o povo.

Esta Revolução Argelina, para Fanon, foi, além de um testemunho da vontade do povo, pautada por uma inspiração humana e culto à liberdade, o que já destrói algumas mistificações. Ela tinha como objetivo a morte do colonialismo e a elaboração de uma nova sociedade, inaugurando um “reino incondicional da justiça” (Fanon, 1980). Ou seja, as guerras de libertação nacional foram a expressão nítida das contradições internas dos países colonialistas, embora geralmente não fossem apresentadas assim. E entre essas contradições, a Argélia possuía algumas particularidades próprias, como uma maior dominação policial e militar do colonialismo em geral, por exemplo. Fanon atribui uma maior importância para a Argélia no contexto da colonização, inclusive. Para ele, era o país onde o colonialismo se manifestava de maneira mais cruel, e o país onde as lutas revolucionárias em toda a África deveriam se inspirar, ou seja, era o exemplo máximo das contradições do sistema colonial. Ela foi muito importante para o aparato colonial

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Francês, e sem ela, o sistema desmoronaria. O que acontecia em Argélia era, em sua essência, a própria antítese da Revolução Francesa. E a França, ainda assim insistiu e se esforçou, embora outras nações europeias vissem com hostilidade a França manter as guerras coloniais (por motivos econômicos, claro), para não permitir a sua independência.<sup>11</sup>

À respeito da História da colonização nas Antilhas, e, em alguns aspectos, na Argélia, ela poderia ser perfeitamente aplicada à outras situações coloniais, como no Brasil por exemplo, principalmente nisto: a abolição da escravização não foi suficiente para provocar uma melhoria real da situação dos trabalhadores negros. Permaneciam, muitas das vezes, como trabalhadores agrícolas, agora na condição de operários, e sem muitas alternativas de vida. Fanon enxerga que, assim como no Brasil, as Antilhas tinham todo o potencial para crescer e se desenvolver assim como as potências tradicionais, se não fossem as condições de exploração que lhes tornaram subdesenvolvidos.

Enquanto essas coisas aconteciam na Argélia, na França os intelectuais e políticos democratas adotavam, em relação à guerra, posições paradoxais.<sup>12</sup> Para Fanon, o dever

<sup>11</sup> "Colônia de povoamento, declarada território metropolitano, a Argélia viveu sob uma dominação policial e militar jamais igualada em país colonial. Em primeiro lugar, isto explica-se pelo facto de a Argélia não ter praticamente nunca deposto as armas a partir de 1830. Mas, sobretudo, a França não ignora a importância da Argélia no seu dispositivo colonial, e nada pode explicar a sua obstinação e os seus incalculáveis esforços, a não ser a certeza de que a independência da Argélia provocará a curto prazo o desmoronar do seu império" (Fanon, 1957).

<sup>12</sup> "É aqui que se situa um duplo fenómeno. Em primeiro lugar, uma propaganda ultrachauvinista, nacionalista, patriótica, que mobiliza os elementos racistas implícitos da consciência colectiva do povo colonialista, traz um novo elemento. A partir de então torna-se evidente que já não é possível apoiar o colonizado sem se opor à via nacional. A luta contra o colonialismo torna-se luta contra a nação. A guerra de reconquista é assumida pelo conjunto do país colonialista, e os argumentos anticolonialistas perdem a sua eficácia, tornam-se teorias abstractas e chegam mesmo à desaparecer da literatura democrática. No caso da Argélia, foi a partir de Março de 1956, com a chamada do contingente, que a nação francesa tomou nas suas mãos a guerra de reconquista colonial. As manifestações de incorporados foram nessa altura os últimos sintomas de uma guerra considerada impopular à nível doutrinal. A partir de 1956, a guerra da Argélia é aceita pela nação. [...] Os liberais abandonam a luta nesta fase. A acusação de traição que ameaça os adversários da guerra da Argélia torna-se uma arma poderosa nas mãos do Governo Francês. Assim, pudemos ver no princípio do ano de 1957 um grande número de democratas calar-se ou



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

desses políticos e intelectuais deveria ser apoiar sem reservas as reivindicações nacionais dos povos colonizados e prestar solidariedade, pois as suas condutas defendiam a valorização do homem/ da humanidade. Porém, existia uma falta de preparação da opinião pública, do “povo real”, sendo eles camponeses e trabalhadores, para os movimentos revolucionários. Essa falta de informação fazia com que fossem assimilados à uma espécie de “cumplicidade” pela omissão, no momento da exploração. Os intelectuais, principalmente, conheciam os problemas da Argélia por terem o estudado muito, mas foi um saber vazio na dinâmica dos processos revolucionários. Às vezes, assumiam uma cumplicidade aparente, uma pseudo-solidariedade. Não conseguiam compreender que a única saída para os argelinos era responder tão energeticamente quanto possível à empresa de genocídio conduzida contra eles. Ou seja, a violência como a única forma de libertação, tese defendida neste livro de Fanon como em todos os outros. E aqueles, sejam intelectuais ou políticos, se posicionavam contra a violência nacional.

Para além disto, o colonialismo se diferenciava do conflito capitalista tradicional entre burgueses e proletários, sendo um tipo particular de exploração do homem pelo homem, o que levava a esquerda à algumas confusões quanto à sua dinâmica. Era, para Fanon, uma fraqueza ideológica, posto que não se tomava nenhuma medida efetiva e esperava que a direita caísse em suas próprias contradições, já que a libertação dos povos em África poderia significar uma perda de benefícios econômicos para trabalhadores europeus. O Estado de bem-estar social era, nesta época, mantido pela exploração do terceiro mundo, então parecia haver um choque entre os interesses desses personagens históricos, embora Fanon defenda-se que esse choque seria apenas uma alienação.

Já em 1958, o colonialismo se mostrava, não só para Fanon, mas para o mundo, insustentável e em vias de desmoronamento, e os sindicalistas organizavam suas ações à

---

ser ceifado pela vaga 'vingadora' e elaborar um patriotismo elementar mal estruturado, dominado pelo racismo, violento, totalitário, em suma, fascista" ( Fanon, 1957).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

partir de uma perspectiva nacional, enquanto certas elites políticas africanas vinham traíndo o povo ao se posicionar à favor da França não só desde 1947, como desde o início da colonização. Além de Fanon, Yazbek, mais recentemente, chega à mesma conclusão:

"No começo, a administração colonial parecia tender a uma conciliação entre muçulmanos argelinos e franceses, ou pelo menos entre os muçulmanos que pertenciam à uma elite e que desde os primeiros contatos foram favorecidos pelos privilégios trazidos pela colonização. O preço dessa aliança seria a desestruturação irreversível da sociedade argelina" (Yazbek, 2010)<sup>13</sup>

Enquanto a França despendia um esforço colossal para manter o domínio sobre a Argélia, a FLN se opunha sempre e dirigia a luta. Neste contexto, Fanon escreve a “Carta à Juventude Africana” (Página 136), publicada em maio deste mesmo ano. Nela, em tom de apelo, Fanon explica que as contradições capitalistas, em oposição à vontade dos povos oprimidos, deveriam resultar no aparecimento de Estados independentes, e convocava-os para uma luta que não é particular, mas de todos, onde a existência nacional da Argélia era negada em favor da ordem Francesa, país que criava inclusive a legislação e os códigos que regiam a sociedade. Entendia que a colonização significa um sistema complexo e integrado de ocupação militar, exploração econômica e culturas silenciadas. Conclamava como um político profissional, convocando à todos para a militância:

“Juventude dos países coloniais! Deveis saber que o futuro da vossa existência nacional, que a causa da vossa liberdade e da vossa independência, estão atualmente em jogo na Argélia [...]

[...] Juventude dos países coloniais! Há quatro anos que não nos cansamos de repetir aos que se sentam nas assembleias francesas que o colonialismo francês não será objeto de nenhuma operação mágica e que é vão esperar por seu progressivo desaparecimento” (FANON, 1958)<sup>14</sup>

<sup>13</sup> YAZBEK, Mustafa. *A revolução argelina*; São Paulo: Editora UNESP, 2010

<sup>14</sup> FANON, Frantz. *Em defesa da Revolução Africana*. Livraria Sá da Costa EDITORA. Lisboa, 1980.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Como o governo francês utilizava o argumento e a propaganda do terrorismo, os democratas franceses se viram diante de novos problemas, ao se deparar com crianças inocentes feridas ou mortas, por exemplo, o que não correspondia à imagem do “feroz colonialista” contra os “justos argelinos”. Passaram, mesmo que por omissão, à se posicionar à favor da França, ao defender que, na verdade, a solução para os problemas seria adotar-se comportamentos menos racistas, mais abertos e mais liberais. Para a esquerda francesa, a metrópole parecia combater a barbárie na Argélia, e confundem-se os motivos pelos quais a guerra deveria acabar: às vezes defendiam que por que ela ficava cara e esgotava as finanças desequilibrando a economia francesa, ou porque isolava a França, ou por que permitira a sua substituição pelos anglo-saxões ou russos no contexto das zonas de influência. Esqueceu-se que a guerra na Argélia acontece por que a França impôs a si própria a soberania que deveria ser o direito de todos os povos, por que assassina milhares de homens, mulheres e crianças de todas as formas em seu sistema, mesmo que não de maneira direta. Ou seja, essa esquerda francesa diminuiu o problema, reduzindo-o à uma instabilidade política, uma atividade anormal ou não habitual.

Já entre os povos africanos, haveria uma “solidariedade biológica”, pois que deveria ser ideologia comum de todas as organizações políticas e sindicais em África a vontade nacional contra a dominação estrangeira. Essa solidariedade era fundamentada numa identidade de objetivos, que expunha a natureza do colonialismo, e era, também, uma condição para a libertação africana. Existia, também, como ferramenta ideológica, um processo objetivo de descolonização que contava com a “boa vontade” dos colonizadores, não entendendo porém que este caminho não levaria à libertação completa da colônia. A não violência seria uma forma de colaboração com a potência dominadora, visto que para manter o domínio sobre as colônias utilizava-se da força e da guerra. Fannon, inclusive, estabelece comparação do colonialismo com o fascismo (e nazismo), apontando que, se na Europa ele foi liquidado, em África também deveria ser.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A luta pela libertação e descolonização teria que ser uma concretização das ideais de solidariedade e interdependência entre os povos oprimidos. Nesta luta, a Argélia teria um papel muito importante por ser a vanguarda dos movimentos revolucionários e onde o colonialismo se manifestava de maneira mais acirrada: lá o domínio era mais intenso e radical, além de que em outros lugares, como na Tunísia e Marrocos, se alcançou a independência antes, mas sem colocar em questão o império Francês e o colonialismo como um todo. O estrangeiro colonizador, na verdade, é um conquistador e opressor; é o limite mesmo da dignidade do autóctone, e define-se como contestação irreduzível da existência nacional. Todo francês na Argélia, enquanto não houver libertação, é um colonizador. Fanon leva à compreensão radical do termo colonialismo ao entendê-lo em sua totalidade.

**5. Uma teoria do colonialismo:**

Frantz Fanon aponta no livro “Em defesa da Revolução Africana”, uma contribuição teórica original ao termo colonialismo. Entende, ironicamente, em primeiro lugar que este próprio termo, etimologicamente, é criado pelo opressor e possui um pouco de afeto e valor “emocional”. Este opressor chama de colonialismo o que nunca deixou de ser conquista e ocupação militar. Em outros termos: o colonialismo é uma organização da dominação de uma nação após a sua conquista militar. Isto nos permite compreender, então, que a guerra de libertação não poderia manifestar-se na forma de um pedido por reformas, mas em uma revolução propriamente dita, que conduziria o povo argelino à sua própria soberania.

A segunda metade do século XX, para o autor, resumir-se-ia na conquista pelos povos das próprias terras que lhes pertencem. Ou seja, pelo fenômeno da libertação, pelo triunfo das independências nacionais, pelo recuo do colonialismo. Não se apresentaria, porém, de maneira única: cada colônia teria sua maneira determinada de atingir este objetivo, de “tirar as máscaras” dos horrores da colonização que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

escondiam-se sob a forma de “missão civilizatória”, ou seja, de que os europeus se faziam presentes em suas colônias para ajudar os povos à alcançar a civilização, à se modernizar, à sair de um estado de natureza menos desenvolvido, à fazê-los deixarem de ser bárbaros<sup>15</sup>. Num segundo momento, quando as guerras de reconquista alcançam seu auge, não se falava mais dessa missão civilizatória, e a preocupação central eram as negociações de independência, e às metrópoles interessava resguardar interesses econômicos. Surge, então, o neocolonialismo: reconhece-se tudo à antiga colônia, menos a independência econômica. Isto é, se mantem, de certa forma, o domínio colonizador, e nada de fundamental muda. As necessidades continuaram a ser as mesmas: pão, vestuário, abrigo... Em um primeiro momento, deixa este fenômeno deixa os povos alegres, excitados com as novas formalidades, mas logo eles percebem que nada mudou e promovem novamente guerras para questionar os acordos que foram estabelecidos no momento de suas independências.

Para essa descolonização, então, seria necessária uma desocupação militar. E não se poderia esperar que os ocupantes abandonassem gentilmente suas ocupações. Os colonizados deveriam saber que era necessário “empurrá-los” pelas armas. Neste sentido, a Argélia tinha o exemplo do que acontecera na Tunísia como exemplo. O colonialismo era (e é) uma força de guerra, e só seria possível abatê-los pela força, pela violência. Democracia e discussões políticas não era suficientes para superá-lo.

---

<sup>15</sup> "Há algumas décadas, os governantes colonialistas podiam indefinidamente expor as preocupações altamente civilizadoras dos seus países. As concessões, as expropriações, a exploração dos trabalhadores e a grande miséria dos povos eram tradicionalmente escamoteadas e negadas. Depois, no momento de se retirarem desse território, os colonialistas viram-se na obrigação de tirar a máscara. Nas negociações sobre a independência, tratava-se em primeiro lugar dos interesses econômicos: bancos, zona monetária, autorização de pesquisas, concessões de exploração, inviolabilidade das propriedades roubadas aos camponeses aquando da conquista, etc. De obra civilizadora, evangélica ou cultural ninguém falava já. A hora era de coisas sérias e não de futilidades. Tais atitudes deviam servir para esclarecer a consciência dos homens em luta noutras regiões do mundo" (Fanon, 1958).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A discussão em pauta, pelo menos em um primeiro momento, não seria uma dicotomia entre comunismo ou capitalismo, mas sobre libertação e anticolonialismo. Porém, os países comunistas foram os únicos que assumiram, de certa forma, a defesa dos povos colonizados. Por isso houve uma aproximação das colônias ou ex-colônias com estes países: por que os últimos, em alguma medida, apoiavam seus interesses de libertação. Fanon concorda, então, com a perspectiva adotada pela FLN: não se apelava para generosidade ou súplicas. Faziam-se reivindicações diretas e objetivas, qualidade elaborada no e pelo combate revolucionário: uma libertação que permitisse ao povo Argelino tomar seu destino em suas próprias mãos, não permitindo nenhum desvio ou concessão. Assim, seu propósito final não era um abrandamento das estruturas opressivas, mas a libertação total da Argélia, ou seja, uma restituição (no sentido de não criar uma nação nova, mas de restituir/recuperar a que já existia e foi escravizada). Devido à isto, o povo argelino foi diferente de todos os outros povos que reivindicavam o fim do colonialismo, desprezando soluções gradativas ou amenizadoras ao exigir o “todo” da libertação, e introduzindo um novo estilo nas lutas de libertação nacional. Ao contrário deste posicionamento estavam os democratas franceses, que apelavam para a “bondade com o oprimido”.

A libertação nacional deveria existir junto à libertação do indivíduo, numa revolução de consciência nacional e individual, significando, ao mesmo tempo, uma obra do povo oprimido (luta de classes) e a morte do sistema colonial (não por suicídio, mas por assassinato, nas palavras de Fanon). E a própria vontade de libertação argelina contestava a ficção da Argélia Francesa, aquela que interpretava a Argélia como uma espécie de segunda parte da França, onde os argelinos também eram considerados cidadãos (desde que não fossem na Metrópole, sic.). Na verdade, nos alerta Mustafa Yazbek, que essa cidadania também deve ser colocada em questão:

"Em 1865 a Argélia foi anexada oficialmente pela França, a qual decretou que todos que renegassem o estatuto civil muçulmano



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

receberiam a cidadania francesa. O decreto de anexação determinava que quem aceitasse a cidadania deveria abrir mão também do código religioso islâmico (sharia), o que significava uma renúncia ao próprio islamismo. Consta que apenas duzentos argelinos aceitaram tal mudança" (Yazbek, 2008).<sup>16</sup>

Fanon, então, compreende o imperialismo em duas partes, ou em dois momentos: o colonialismo, movimento mais ligado ao conservadorismo, e o neocolonialismo, que é essencialmente burguês. Em paralelo, existia as zonas de influência, que começaram quando à doutrina Monroe (“América para os americanos”) entra em decadência: as Américas não eram mais suficientes para o escoamento das mercadorias dos EUA, que voltam, então, sua atenção para outros lugares do mundo dominados pelos colonizadores europeus. Os EUA passam a defender, então, os movimentos de independência, mas apenas como uma estratégia competitiva entre as nações ocidentais. Também por que, em outra perspectiva, cada contestação do colonialismo ocidental poderia ser visto como uma ameaça comunista.

Sobre esse conflito da época, que em corresponde também à chamada “Guerra Fria”, Fanon dizia ser necessária uma confrontação pacífica entre as duas concepções de mundo. Caso contrário, a própria existência na Terra estaria comprometida, devido à ameaça nuclear. A África assumiria, então, certa neutralidade neste conflito, pois a única questão que os preocupava, até o momento, era o combate ao colonialismo, com solidariedade e unidade total e completa.

#### **6. Referências:**

FANON, Frantz. Em defesa da Revolução Africana. Livraria Sá da Costa EDITORA. Lisboa, 1980.

YAZBEK, Mustafa. *A revolução argelina*; São Paulo: Editora UNESP, 2010

<sup>16</sup> YAZBEK, Mustafa. *A revolução argelina*; São Paulo: Editora UNESP, 2010.



Universidade  
Estadual de Goiás

ANPUH 

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**CUNHA LEAL E FERNANDO PACHECO DE AMORIM DIANTE DO  
PROBLEMA DA (DES)COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA**

Janaina Fernanda G. de Oliveira Bianchi (UFG)<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar as ideias centrais do pensamento de dois autores portugueses frente ao processo de descolonização que ocorria no século XX perante as colônias lusitanas em África. Havia forças externas pressionando Portugal, nomeadamente na ONU e em suas colônias, bem como internas em uma Pátria que deixavam de ver sentido em todos os investimentos que eram feitos para manter as “províncias”, investimentos esses que não eram feitos para melhorar a condição de vida dos portugueses que viviam o salazarismo. Tais forças buscavam impulsionar processos nacionalistas e desencadearam a independência de países em todo o continente africano. Pacheco de Amorim e Cunha Leal apresentaram teorias a fim de fazer com que o império colonial durasse pelo maior tempo possível, políticas que vieram a ser denominadas de integração e de autodeterminação, respectivamente. A primeira delas defendia a necessidade de haver uma união entre a metrópole e suas “províncias” de maneira a se tornarem uma única Nação Pluricultural e Pluricontinental; já a segunda propunha a escolha por parte das próprias colônias de qual política gostariam que fizesse parte de seu futuro.

**Palavras-chaves:** Descolonização; Portugal; África; Política de Assimilação; Política de Autodeterminação.

### **Introdução**

O presente artigo pretende trazer uma análise sobre a obra política de dois portugueses, diretamente associados ao quadro ideológico do fascismo lusitano, entre o período de 1951 e 1974. Autores que se detiveram em argumentar sobre os processos relacionados à descolonização portuguesa em África, respondendo ao contexto de

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás.  
fgobianchi@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

acontecimentos nas colônias, bem como às realidades políticas do país. A descolonização portuguesa normalmente é vista por uma perspectiva dentro de um curto espaço de tempo (desde a revolução de 25 de abril de 1974 até a independência de Angola em 11 de novembro de 1975). Para tal, pode ser relevante iniciar as reflexões sobre o desenrolar de todo o processo numa época anterior, aquando das formulações doutrinárias que ocorreram durante a Primeira Guerra Mundial. Como nos apresenta Manuel Valentim Alexandre em seu texto *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*:

a colonização encontraria a sua justificativa e a sua legitimação tanto no aproveitamento dos recursos necessários ao progresso da humanidade como na transmissão às “raças atrasadas” ou mesmo “primitivas” dos valores culturais técnicos da “raça branca”. Neste temos, o domínio imperial era visto como facto histórico natural e inquestionável, destinado a perdurar por longo tempo como o consenso dos próprios colonizados, incapazes de se governarem a si mesmo (ALEXANDRE, 2006, p. 31).

Ainda em meio a esse contexto de final da Primeira Grande Guerra, surge o princípio da autodeterminação, a partir dos quatorze pontos proposto por Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos, a 9 de janeiro de 1918, trazendo-os para uma concepção de que os interesses dos povos nativos do território colonizados por europeus também deveriam ser incluídos nessa proposta. Mas segundo o que ficou decidido no artigo 22 do Tratado de Versalhes, aqueles territórios que fossem incapazes de gorjearem a si próprios seriam administrados por outros países — um resultado totalmente diferente daquele proposto por Woodrow Wilson. Com a Crise econômica de 1929 ocorreu um agravamento na intervenção da metrópole sobre as colônias, o que afetou o rendimento também das colônias, causando grandes perdas para os camponeses nativos que produziam para a exportação. Com isso o Estado passou a estar bem mais presente de modo a controlar e organizar os mercados coloniais.

Já no contexto da Segunda Grande Guerra nos países africanos e nos colonizados por Portugal não foi diferente. Em Moçambique e Angola desencadearam-se

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

acontecimentos de luta pela independência, com o fortalecimento dos movimentos nacionalistas como o pan-africanismo, pregando o orgulho da raça negra (influenciados pelo norte-americano W. e B. Dubois e jamaicano Marcus Garvey). Segundo Valentim Alexandre, a Segunda Guerra Mundial impulsionou “relevantes mutações na África negra, (...) dado impulso à urbanização, que criou ou alargou o quadro propício à geração de novas formas de sociabilidade e de identidade, favoráveis ao enraizamento dos nacionalismos” (2006, p. 39). Afetando-se assim os impérios coloniais, tanto político quanto ideologicamente.

Em meio a todo esse contexto da Segunda Guerra, “o regime fascista salazarista do Estado português obrigou-se a uma nova definição estatutária para caracterização de suas colônias espalhadas pela África e Ásia”, pois “os espaços coloniais portugueses poderiam sucumbir perante as novas concepções liberalizante dos autonomismos nacionalistas” (PINTO, 2009, p. 5). Buscou-se então diferentes maneiras de justificar e permanecer nas colônias por mais um período ou mesmo definitivamente. Tais alternativas por vezes pareciam apenas mudar a nomenclatura, como no Acto Colonial de 1933 que, a partir de uma revisão feita em 1951, previa que as *colônias* passariam a serem nomeadas como *províncias*, mas poderiam, segundo o pensamento de seus legisladores, alterar a realidade das relações e conseqüentemente torna-las mais proveitosa para ambos os lados.

É relevante citar que áreas colonizadas por Portugal foram as que levaram maior tempo para sair das amarras de colônia e alcançarem a independência. Considera-se, portanto, que os pensadores portugueses que vamos estudar tiveram influência no processo (des)colonizador, ainda que suas ideias não sejam inteiramente conhecidas, causando “graves prejuízos caso perdesse os territórios africanos, e estes seriam difíceis de manter sem enormes mudanças sociais e econômicas” (MAXWELL, 1999, pp. 34-5). Com isso a metrópole estava sempre em busca de aprimorar as ideologias e discursos que justificassem a permanência portuguesa em suas colônias. Entre tais pensadores que



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

elaboraram justificativas e alternativas destacamos Cunha Leal e Pacheco de Amorim. Suas ideias surgem com base em contexto vivido internacionalmente, com as pressões de outras potências mundiais como também de suas próprias colônias, além de pressões internas, com a insatisfação de sua própria população.

Na década de 70, Portugal vivia condições sociais turbulentas, passando por uma crise agrária que resultou em escassez de alimentos, derivada de colheitas fracas, já que apesar dos grandes proprietários possuírem crédito para o investimento havia escassez de mão de obra. A falta de mão de obra foi causada por fatores como o grande número de portugueses com idade compreendida entre dezoito e trinta, que emigraram para países como França e Alemanha Ocidental. Além disso,

os jovens de sexo masculino que permaneciam em Portugal enfrentavam pelo menos quatro, e por vezes seis, anos de serviço militar. (...) verificou-se um número particularmente elevado de trabalhadores qualificados que partiam. (...) Com as exigências das guerras coloniais a forçarem o governo a reter os recrutas por períodos de serviço militar mais longos, fizeram-se sentir graves carências de mão-de-obra [sic] nos setores modernos da economia (MAXWELL, 1999, p. 39).

Autores como Pacheco de Amorim e Cunha Leal teceram possibilidades nomeadas como Política de Integração, e Política de Autodeterminação, respectivamente. A proposta de Pacheco de Amorim seria que a política de integração deixasse de ser apenas tendencial, mas real: “uma fusão, dos territórios ultramarinos com o da metrópole, projectada [sic] no futuro, de que a fase actual [sic] seria apenas uma fase intermédia, para se atingir uma fase final, que seria a formação de uma Nação pluricultural e pluricontinental” (AMORIM, 1962, p. 12). Uma política que teoricamente se afirma pela unidade, mas que na prática se mantém como de associação, sendo aquela executada desde a “descoberta do novo mundo”. Para isso argumenta que mudanças precisam ser feitas de modo que as colônias não sejam regidas por leis específicas completamente

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

diferentes daquelas da metrópole. Ainda, afirma não estar apenas focado em benefícios para a metrópole, mas pensando uma relação humana, fraternal de coexistência.

Outra ideia seria a da autodeterminação colonial, com um prazo marcado, defendida por Cunha Leal. Uma política que proveria o direito às colônias de decidirem que posição desejariam para o seu futuro: serem independentes, passando por um processo de descolonização assistida e auxiliada pela metrópole, ou optarem por seguir um caminho junto à metrópole. O autor diz que “no tocante ao problema” colonial facilitaríamos “nós essa reconsideração pelo facto de consentirmos em aderir ao princípio da autodeterminação dos povos por nós colonizados, após um período máximo, digamos, de três dezenas de anos, que trataríamos de aproveitar convenientemente” (LEAL, 1961, p. 151); objetivando que no fim desse processo a colônia desejasse se tornar, juntamente com a sua metrópole, uma “federação ou confederação”. O autor traz ainda como exemplo a não ser seguido

o drama do Congo ex-belga [que] deveria por si só ser suficiente para imunizar os espíritos contra o grave erro da concessão de absoluta autonomia a população sem sombra de capacitação para o seu exercício. (...) Para que, em suma, dar por terminada a função civilizadora dos países colonizadores, dando largas à macabra selvajaria de populações obedientes a instintos tribais primários e predispostas para fenómenos de retrogradação? (LEAL, 1961, p. 124).

Os portugueses salientavam a “especificidade do sistema luso, mas em sentido diverso: velho de cinco séculos, o império distinguir-se-ia, pelos seus fundamentos, dos criados pelas outras nações europeias em finais de Oitocentos, correspondendo a uma vocação do povo português, especialmente capaz de compreender as populações dos trópicos e de com elas se relacionar (segundo a teoria do lusotropicalismo formulada por Gilberto Freyre).” Frente a essa ideologia de “bom colonizador” podemos compreender como a perda de poder causaria um abalar na identidade histórica de Portugal, marcada pela exploração marítima do desconhecido, com seus “bravos e ledos homens” (como se refere Camões a eles em sua epopeia *Os Lusíadas*) — os chamados descobrimentos —,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

para perder o status de “Quinto Império” da história humana (como Fernando Pessoa os descreve em sua *A Mensagem*).

**As duas possibilidades: Integração e Autodeterminação**

Em uma das obras mais completas sobre a história do continente africano, “História geral da África. Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935”, publicada pela UNESCO, Alberto Adu Boahen traz a reflexão acerca d’*O colonialismo na África: impacto e significação*. Explora as perspectivas de autores que defendem que o colonialismo europeu teve seus pontos positivos, ainda que saibamos inquestionavelmente que seus pontos negativos prevalecem até a contemporaneidade. O autor destaca, e não deixaremos de pensar nessa consideração ao longo de nosso estudo, que um dos mais significantes pontos negativos foi a privação aos “Estados da África da possibilidade de adquirir experiência no domínio da diplomacia e das relações internacionais” (BOAHEN, 2010, p. 927). Dizendo que essa perda de soberania e independência teve significados mais profundo, uma vez que:

representou a perda do direito de se incumbir de seu destino, de planejar seu próprio desenvolvimento, de gerir sua economia, de determinar suas próprias estratégias e prioridades, de obter livremente lá fora as técnicas mais modernas e adaptáveis e, de maneira geral, de administrar – bem ou mal – seus próprios assuntos, buscando inspiração e alegria em seu próprio êxito e extraíndo a lição de seus fracassos. Em resumo, o colonialismo privou os africanos de um dos direitos mais fundamentais e inalienáveis dos povos: o direito à liberdade (BOAHEN, 2010, p. 927).

Como Boahen nos apresenta, o processo colonizador na África foi indubitavelmente apenas um pequeno e simples pedaço de uma longa e cheia de riquezas, da história do continente africano, que durou por um máximo de tempo que durou de 80 anos. Mas o autor concluí o livro dizendo que:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

representou no entanto uma fase de extrema importância do ponto de vista político, econômico e mesmo social. Assinala uma nítida ruptura na história do continente: o desenvolvimento posterior deste e, portanto, de sua história foi e continuará a ser muito influenciado pelo impacto do colonialismo. Seguirá um curso diferente daquele que teria seguido se o interlúdio não tivesse existido. Hoje, a melhor maneira de agir, para os dirigentes africanos, não consiste em apagar o colonialismo, mas sim em conhecer perfeitamente seu impacto, a fim de tentar corrigir-lhe os defeitos e os insucessos (BOAHEN, 2010, p. 950).

Porém nas obras dos citados pensadores portugueses, encontram-se duas propostas para o mesmo problema com abordagens e direcionamentos que teriam como interesse o mesmo fim, a continuidade da colonização. Assim, baseando-se em suas obras, podemos considerar que havia defensores para diferentes soluções ao que foi chamado de “problema do ultramar”, pensando nas relações que deveriam existir entre a metrópole e suas colônias. Estudos como o de Michel Cahen nos apresentam, por meio de documento legais, o que realmente ocorria nas relações de domínio português sobre populações nativas africanas, como por exemplo os dados trazidos sobre a escravidão — que desaparecera legalmente apenas a partir de 1878 —, proibindo-se todas as formas de trabalho forçado — apesar de sabermos que esse tipo trabalho forçado só deixaria de existir na prática a partir de 1958. Lembra que a “legislação portuguesa produzida entre 1878 e 1962 está claramente de acordo com esses imperativos, sem quase nenhuma discrepância. Não foi a lei promulgada em Portugal que foi ‘mal aplicada nas colônias’” (CAHEN, 2015, p. 133), mas as brechas interpretativas que ela deixou, permitindo a especificidade do trato das leis nas colônias, ou seja a aplicação das leis nas “províncias” dependia da vontade daqueles que estavam no poder. O autor continua:

Lembremos que o papel de uma ideologia não é de “ser verdadeira”, mas de dar sentido a quem precisa dela. A colonização portuguesa não podia se vangloriar de desenvolver um grande capitalismo colonial à inglesa ou mesmo uma industrialização local antes de meados dos anos 60. Por sua vez, ela vai louvar a proximidade tropicalista dos pequenos brancos com os negros nos musseques, no caniço e no mato e, a partir dos anos 50 e sobretudo dos anos 60, vai lentamente retomar o mito da



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

mestiçagem, anexando o lusotropicalismo freyriano (CAHEN, 2015, p. 155).

Sabemos que só depois da Primeira Grande Guerra os territórios africanos sob domínio português seriam efetivamente ocupados, através de companhias, principalmente militares, na tentativa de melhorar a colonização que anteriormente era muito vaga. A forma de governar até então constituía de alianças informais com as elites crioulas. “Com a ocupação efectiva [sic], essas elites foram marginalizadas, na economia, na administração e na vida política” mas...

a implantação de um novo sistema não implicava forçosamente a completa marginalização das elites, cuja colaboração podia continuar a ser aproveitada, por uma forma ou outra, para controle conjunto das populações colonizadas (ALEXANDRE, 2006, p. 52).

Com isso sabemos que política aplicada por Portugal até então tinha como base a ideologia da assimilação, e sabemos também que “A assimilação não serve para integrar, mas para discriminar” (CAHEN, 2015, p. 154). Deste modo, a experiência do domínio de vários países que construíram um processo de assimilação em suas colônias, percebemos que este tipo de política tem como dominante a economia e, com isso, busca o enriquecimento da metrópole, sem pensar no desenvolvimento da colônia, na população nativa como um agente social, mas apenas mão de obra barata para o desenvolvimento econômico da metrópole.

Tendo em conta as limitações sociais e culturais que esse tipo de relação intrinsecamente tem e invocando o caráter freyriano, ou seja, do bom colonizador português, Pacheco de Amorim (1962) tece suas preocupações, de modo...

a alertar a consciência dos portugueses para o estudo e reflexão que deve necessariamente [sic] preceder, para cada qual, uma tomada clara e consciente de posição, ante as soluções que legitimamente podem ser defendidas e preconizadas para resolução dos problemas que dizem respeito à nossa permanência no Ultramar (Ibid., p. 12).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Os argumentos da proposta de “política de integração tradicional” trazida por Pacheco de Amorim defendem como sua característica principal a dominante “humana”, onde o território e suas populações fazem parte da “essência da nação” e, assim sendo, se tornaria possível valorizar toda a diversidade existente como motivo de unidade política e moral. Os portugueses seriam capazes de colocar o que alguns chamariam de “autêntico colonialismo” (LEAL, 1961, p. 41) em prática graças à sua 'raiz cristã' civilizadora, entre as culturas e raças, em que se moldou a nação em muito século de história. Defende ainda que tais princípios seriam efetivados apenas mediante a afirmação da união e a extinção de tudo aquilo que cause contenda ou separação entre os portugueses, integrando a legislação em geral. Perceberemos também esse discurso de “honestamente civilizador” também no pensador português Cunha Leal, dizendo que:

Esta última modalidade de colonialismo [referindo-se a política de integração] constitui motivo de legítimo orgulho para a raça portuguesa, que nesse campo de experiência sociológicas pode e deve reclamar-se de quase exclusiva progenitora e praticamente de uma concepção, que é instintiva sem deixar de ser impecável (1961, p. 41).

O autor ainda continua:

Os portugueses, desterrados da sua Pátria de origem e carpindo pungentes saudades, procuraram minorá-las através das preocupações de um trabalho modesto e bem orientado, incorporando-se, para tanto, na vida regional, missionizando-a, não se recusando a participar em fenômenos de miscigenação, procurando aperfeiçoar aos métodos locais de exploração agrícola e dando aos indígenas persistentes indicações de que a dignidade humana é incomparável com certas aviltantes costumeiras e práticas de vida tribal. (LEAL, 1961, p. 42)

A miscigenação ocorreu nas colônias portuguesas, porém isso não significou que todos, independente de suas origens, seriam tratados de maneira igual perante a lei. Como nos explica Esmeralda Simões Martinez, as especificidades das leis no ultramar tinham por objetivo deixar clara a diferença entre “povos colonizados e os colonizadores”, já que as leis da metrópole não poderiam servir para localidades vistas como inferiormente

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

desenvolvidas, uma vez que a essas faltava, na opinião dos colonizadores, maturidade para compreender as finalidades de tais leis.

Aos iguais, por pertencerem ao Estado Português, de acordo com o critério do “*ius solis*”, nascidos em território português, como era o caso dos nascidos nas colônias portuguesas, deveriam ser aplicadas as leis comuns. Mas como se justificaria aplicar aos indígenas regras estabelecidas para o convívio social relativas ao direito de propriedade, direito de família, direitos perante o Estado, se estes não conheciam as instituições que fundamentavam toda a proteção do Estado português em relação aos seus cidadãos? Como aplicar aos indígenas as leis protetoras da propriedade privada se os indígenas não a conheciam como tal? (MARTINEZ, 2010, p. 44)

Em seu livro *Três Caminhos da Política Ultramarina*, Fernando Pacheco de Amorim tece uma crítica ao autor da segunda tese que iremos trazer como “opção” à continuidade do Império Português em África. Amorim diz: “Sr. Engenheiro da Cunha leal, que trouxe para o domínio público a defesa sem reбуço de uma solução que repudiamos, obrigou-nos a introduzir no nosso trabalho a refutação de sua tese” (1962, p. 12). Neste sentido, para alcançar melhorias, o autor defende a necessidade de se “abordar as relações com os indígenas é dum desabando humanitarismo (...), deixando de ver as diferenças profundas da mentalidade dos povos e outorgando a todos os mesmo direitos civis e policias” (1962, p. 34).

A política de assimilação seria, financeiramente, “o englobamento das receitas coloniais com as metropolitanas”, ou seja, haveria um único cofre para ambas as localidades, de forma que despesas, distribuição e orçamento seriam um só. Todos teriam a mesma responsabilidade por empréstimos ou qualquer operação feita “em proveito da Metrópole e das colônias” (1962, p. 35). O princípio basilar seria a igualdade, civil, administrativa e política. Desta forma, todos, independente da diversidade étnica, geográfica ou cultural, seriam regidos por “uma só lei, de um só governo e de uma só administração” (1961, p. 37).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Cunha Leal, defende uma proposta que difere em alguns aspectos da de Pacheco de Amorim, mesmo tendo pontos de convergência, nomeadamente no papel do português como civilizador: “se torna impossível manter, para todo o sempre, em estado de absoluta dependência as várias partes do Império, desde que este país se esquecesse de cumprir a sua missão civilizadora, tanto no aspecto material como no espiritual” (LEAL, 1961, p. 107). Mas também deixa de maneira bem clara seu pensamento que portugueses e nativos são diferentes, quando nos diz, por exemplo, que os...

habitante metropolitanos nessas zonas inicialmente inóspitas, povoadas por aborígenes imbuídos do desolados primitivismo espiritual, dando-se a esses núcleos o papel de guias para a integração desses agregados populacionais num tipo de civilização de mais altos valores culturais. O distanciamento intelectual e moral entre colonizadores e colonizados não levou, contudo, aqueles a situarem-se no antipático papel de simples e gananciosos exploradores de mão-de-obra [sic] barata no aproveitamento de recursos naturais apetecíveis e a guardarem na sua acção um permanente aspecto de superioridade. (LEAL, 1961, p. 41)

O autor afirma que sua proposta de autodeterminação teria condições para ser colocada em vigência, ou por outras palavras:

a praticar na hora própria, isto é, quando as nossas populações ultramarinas tenham atingido um grau mínimo de maturidade espiritual de solvência material. Nisso defiro fundamentalmente - e por puro patriotismo não me é lícito ocultá-lo - do dogma governativo de integração dessas colectividades na nação portuguesa, como uma realidade insusceptível de discussão ou rateio. (1961, p. 20)

O conceito de Cunha Leal consiste em deixar às províncias a decisão sobre seu destino, e perante decisão de independência haveria um período de transição de alguns anos, onde a metrópole ajudaria no desenvolvimento e entendimento necessários para um autogoverno desconectado. Mas Cunha Leal reforça que “Esta autodeterminação, para redundar numa escolha consciente e só então legítima, carece de que os povos colonizados tenham atingido um grau mínimo de educação e civilização” (LEAL, 1961, p. 137). Assim, a autodeterminação não queria dizer em uma total independência das

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

colônias, mesmo que essa fosse a sua escolha: elas seriam submetidas a um processo assistido onde 'bondosamente' a metrópole ajudaria com o que pudesse, até que as colônias atingirem um patamar mais alto de auto regência interna no seu Estado de governo e externa nas suas relações com os demais países.

Destarte, ambos autores percebem a necessidade de mudanças para a continuidade do processo colonial e mantêm o mesmo desejo: o de não deixar que Portugal perder suas posses no Além Mar, mesmo que para isso seja necessária a luta e morte pela Pátria.

Lutar é o menos que podemos fazer [...] pela memória daqueles excelsos compatriotas de antanho, que no decurso de tantos séculos, têm vindo a desbravar a selva africana, que os naturais não sabiam valorizar: essa atitude nos é ordenada pela voz do sangue, que é a voz da Pátria (LEAL, 1961, pp. 21-22).

### **Conclusão**

Pelas narrativas sugeridas por ambos autores portugueses, podemos perceber que as preocupações da metrópole com suas províncias iam para além de uma mera dicotomia Colonizar Vs Descolonizar. Tanto Pacheco de Amorim quanto Cunha Leal pensam em reformulações de um sistema, claro que de forma que a metrópole não perca suas colônias, e podemos porventura perceber que ambos fazem uma leitura de suas realidades e, em entre-linhas, demonstram o valor que os territórios conquistados têm para Portugal. Em alguns momentos há até um reconhecimento que a postura portuguesa não tenha sido a melhor junto a seus “compatriotas” na África, ainda que defendendo que tampouco foi a pior como em outras colônias. Contudo consideram processos de revisão e possíveis maneiras de melhorar a situação. Afinal, os movimentos nacionalistas em África estavam a crescer cada vez mais.

A sempre invocada missão civilizadora aparece como parte da identidade portuguesa, em ambos os autores, como se fosse algo intrínseco ao caráter português. Dando a sensação de que se lhes tirarem as colônias nada sobraria!

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Em momento recorrendo ao caráter de bom colonizador, aquele que quer levar cultura e conhecimento a povos vistos como inferiores, trazendo ao discurso os esforços que o povo português fez para tirar “essa pobre gente” das “trevas da sua ignorância”, em outros em tom de honra por tudo que já foi nos trópicos, invocaram a contagem de seus compatriotas para lutar por tudo aquilo que sempre acreditaram e viveram.

Trazendo novamente a ideia de não se reduzir a um único recorte o processo de colonização da África, o lado da metrópole não é o único importante, e talvez nem o mais importante. É sim um dos olhares de um processo que estava fadado a perecer devido a diversas intervenções de outros países e o afloramento de movimento nacionalistas, na idade contemporânea. Mas, inquestionavelmente, as fortes consequências do colonialismo deixariam cicatrizes no continente africano por muito e muito tempo, pois o isolamento do Continente fez com que os países dominados não pudessem participar do desenvolvimento mundial que ocorria naqueles anos, deixando atrás em uma série de processos. Como um desses fatores principais podemos perceber a perda de sua independência e soberania e a sua privação da liberdade, direitos fundamentais a todos, ficando politicamente isolados do restante do mundo. O efeito de todos essas imposições é sentida até os dias atuais nos planos político, econômico e cultural, que pouco a pouco tanto os países africanos quanto suas diásporas estão conseguindo superar.

**Referências bibliográficas**

ALEXANDRE, Valentim. *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*. In Franco, Manuela (Eds.), Portugal, os Estados Unidos e a África Austral (pp. 31-59). Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2006.

AMORIM, Fernando Pacheco. *Três Caminhos de Política Ultramarina*. Coimbra: Edição do Autor, 1962.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

BOAHEN, Albert Adu (Coord.). *História geral da África. Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>

CAHEN, Michel. *Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África*. In: Revista: África, n. 35, São Paulo, p. 129-155, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p129-155>

LEAL, Cunha. *Coisas do Tempo Presente: O Colonialismo dos Anticolonialistas*. Lisboa: Edição do Autor, 1961.

MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins, Sintra: Editorial Inquérito, 1998.

MARTINEZ, Esmeralda Simões. *Legislação Portuguesa para o Ultramar*. In: Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Volume III, n° 05, USP, São Paulo, pp. 42-65, Julho de 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/issue/view/6844>

MAXWEEL, Kenneth. *A Construção da Democracia em Portugal*. Livro 1. ed. Lisboa: Editora Presença Lisboa, 1999.

NEVES, Mario. *Direito público colonial português, segundo as lições do professor doutor Marcelo Caetano (Sebenta)*. Lisboa: Edição do Autor, 1934. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt> >. Acesso em: 29 mar. 2014.

PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974)*. In: Revista História (São Paulo), Volume 28, n° 01, São Paulo, 2009, pp. 445-482. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/16.pdf>

ROSAS, Fernando. *Pensamento e acção política: Portugal século XX (1890-1976): ensaio histórico*. - 1ª ed. - Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**O TEATRO DE VLADÍMIR MAIAKÓVSKI (1893-1938) E A DERROTA DOS  
TRABALHADORES RUSSOS ANTE A ORGANIZAÇÃO GESTORIAL  
TECNOCRÁTICA DO CAPITALISMO DE ESTADO BOLCHEVIQUE**

João Alberto da Costa Pinto (FH/UFG)<sup>1</sup>

**Resumo:**

Vladimir Maiakóvski escreveu sua primeira peça de teatro em 1913: *Wladimir Maiakóvski: uma tragédia*. Em 1918 apresenta a peça *Mistério-Bufo*. Sua grande defesa ideológica da revolução bolchevique. Em 1928 escreve a peça *O Percevejo* (encenada em 13 de fevereiro de 1929) e meses depois escreve a sua última peça: *Os Banhos* (1929) que foi encenada no começo de 1930, um pouco antes de se suicidar com um tiro no peito em 14 de abril, aos 36 anos de idade. Nome fundamental da cultura no Século XX, Maiakóvski foi um dos grandes intelectuais derrotados pelos desenvolvimentos institucionais do capitalismo de Estado que a Revolução Russa patrocinou como destino político bolchevique. Nesta comunicação apresento uma sucinta descrição do teatro de Maiakovski em trabalhos desenvolvidos e encenados entre 1918 e 1930 e com isso demarcar o esforço crítico do autor em defender o ideário político de uma revolução com os trabalhadores como senhores dos seus destinos, ideário que acabou por ser derrotado pelas práticas institucionais do bolchevismo histórico.

**Palavras-chave:** Revolução Russa; Maiakóvski; Teatro Russo; Biomecânica de Meyerhold; Gestores.

Vladimir Maiakóvski foi um dos grandes nomes da cultura que a Revolução bolchevique apresentou ao mundo. Sua poesia futurista tornou-se marca emblemática da revolução. Além da poesia, Maiakóvski trouxe a público um extraordinário documento literário que verbalizava na sua expressão estética o máximo de consciência possível dos primeiros anos da revolução: a peça de teatro *Mistério-Bufo*. Escrita em 1918 e encenada no mesmo ano sob a perspectiva cenográfica do teatro biomecânico de Meyerhold, *Mistério-Bufo* levou aos palcos da revolução a utopia escatológica dos trabalhadores

<sup>1</sup>Doutor em História pela UFF (2005) e professor na Faculdade de História da UFG. Email: joaoacpinto@yahoo.com.br.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

russos invadindo e sobrepujando demônios e deuses (no Inferno, no Purgatório e no Céu) para afirmarem com todas as suas forças o destino de uma revolução projetada ao futuro com os trabalhadores como os únicos senhores do mundo. Em 1929, o mesmo Maiakóvski, que como intelectual apostara com todas as suas forças e imaginação poética na defesa e consolidação do processo revolucionário, tornando-se conhecido como o poeta da “água fervida” pelas suas campanhas publicitárias em defesa da saúde pública junto à ROSTA (Agência Telegráfica Russa), nessa data, o poeta maior da revolução bolchevique trouxe a público outra peça de teatro: *O percevejo*. Meses depois (já em 1930) publicou e encenou outra peça teatral: *Os banhos*. Maiakóvski matou-se em 1930. Nessas duas peças encontramos a expressão visceral da distopia maiakovskiana: a tecnocracia bolchevique levava a revolução dos trabalhadores a um destino distópico organizado sob as engrenagens tayloristas-fordistas de uma experiência institucional de capitalismo de Estado. Meses antes de se matar, desesperado pelo colapso da revolução proletária, Maiakovski humilhara publicamente aqueles que destruíam a revolução: os gestores bolcheviques do capitalismo de Estado soviético. Maiakóvski não estava sozinho no seu desespero ao observar o fracasso da revolução social transformadora apontada como possibilidade concreta pela utopia bolchevique em outubro de 1917. Ao seu lado estavam, entre outros, dois nomes fundamentais da cultura soviética da década de 1920: Evgueni Zamiatin (que em 1924 publicara na Inglaterra o romance distópico – *Nós* [um clássico da literatura do Século XX]) e Andrei Platónov (autor do romance distópico – *A Escavação* [Kotlovan], escrito em 1929, mas só publicado em meados da década de 1980). Maiakóvski com estas duas peças foi a expressão do máximo de consciência possível da derrota dos trabalhadores na revolução soviética do capitalismo de Estado bolchevique. Enfim, com a sua trajetória político-intelectual nos deparamos com uma das expressões estéticas mais emblemáticas da derrota das utopias anticapitalistas no Século XX. O propósito deste pequeno texto será o de apresentar sucintamente o teatro

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

utópico/distópico de Maiakóvski e apenas deixar sugerida a indicação da necessária reflexão historiográfica relacionando comparativamente a sua perspectiva ideológica com a das trajetórias e obras de Zamiatin e Platónov visando em breve futuro formular através desses documentos literários uma síntese explicativa sobre os destinos derrotados da revolução dos trabalhadores russos ante o êxito institucional do capitalismo de Estado soviético, tarefa essa que procuro desenvolver em pesquisa em andamento junto à Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (com resultados parciais em: PINTO [Org.], 2018).

Desprezado pelos bolcheviques (Lênin o detestava), mas incorporado ao movimento pela construção institucional do capitalismo de Estado soviético, Maiakovski tem uma trajetória de 1918 a 1930 marcada pela polêmica, pela rebeldia incontornável da sua poesia construtivista-futurista (um estilista da forma poética grandemente admirado por estudiosos de sua obra como Roman Jakobson<sup>2</sup> e os demais intelectuais do Círculo de Linguistas de Moscou), pelo desespero existencial dos inúmeros envolvimento amorosos com mulheres casadas ou comprometidas em outros relacionamentos e pelo fracasso que a burocratização da revolução impunha à sua arte comprometida com a revolução, que nunca se associou ao positivismo do formalismo estético reducionista do realismo soviético. Maiakóvski foi um revolucionário da forma estética, seja com o futurismo<sup>3</sup> e a sua ira contra a burguesia dos homens-gordos (um flerte com a estética fascista europeia) ou com o experimentalismo revolucionário do construtivismo e suprematismo russo-soviético.

O maior poeta da revolução russa tem, contudo, uma obra relativamente desconhecida no teatro. Autor de três peças teatrais escritas e encenadas no processo da

<sup>2</sup> Jakobson escreveu um pequeno livro sobre a sua trajetória junto à geração de Maiakovski apresentando notícias fecundas ao trabalho historiográfico sobre a intervenção político-cultural do poeta maior da revolução. Consultar: JAKOBSON (2006).

<sup>3</sup> Sobre o movimento futurista russo e as intervenções de Maiakóvski, consultar o indispensável livro de MIKHAILOV (2008, p. 69-146)



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

revolução e da bolchevização corporativista-tecnocrática da URSS, determinou-se como uma expressão singular do máximo de consciência possível da intelligentsia da esquerda independente derrotada na revolução pela normatização e enquadramento autoritário dos gestores bolcheviques.

Antes de indagar sobre os significados da visão de mundo política da dramaturgia maiakovskiana, permitam-me as informações prévias que apresento a seguir.

O teatro de Maiakovski está intrinsecamente associado à estética cenográfica do teatro biomecânico de Meyerhold. Vsevolod Meyerhold (1874-1940) foi um dos maiores nomes do teatro mundial, revolucionou a concepção do trabalho do ator no palco. Rompendo no começo da década de 1910 com o teatro convencional centrado na expressão singular do ator, Meyerhold promove o ator-movimento no palco, o ator como figura cenográfica em movimentos exaustivamente estudados na ação de cena. O corpo do ator como potência para a palavra e para descrição da cena. A biomecânica de Meyerhold era a economia política do taylorismo no palco. A peça encenada como uma fábrica didatizando com o roteiro os sentidos da revolução para o grande público da/na revolução.

Com a stalinização da cultura na agenda do realismo soviético, a intervenção do teatro de Meyerhold foi abandonada como forma permanente de experimentalismo estético, sendo o ele preso nos expurgos de 1938 e fuzilado em 1940, quase na mesma ocasião em que foi fuzilado Isaac Babel outro nome de extraordinária importância na literatura russa do século XX.

O teatro biomecânico de Meyerhold (taylorização dos movimentos do ator, negando-o como sujeito para afirmar-se o movimento do personagem) poderia ser assim definido:

O movimento biomecânico é um movimento cultural, ao contrário do movimento espontâneo, emocional. A biomecânica é racional, o essencial dela é o princípio voluntário. O ator deve ter consciência de si no espaço. [...] O objetivo destes exercícios: movimentar-se com o



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

máximo de economia, de laconismo, de funcionalismo. Os exercícios ensinam uma abordagem formal do movimento no palco. E ainda o culto ao desenho. O desenho se torna um valor em si e um dos recursos cênicos fundamentais. [...] *É o movimento de um teatro no qual quem age não é o personagem, mas o ator que o representa* (Alekssei LEVINSKI, 1989 [Apud: VALLIN, 2017, p. 67]).

O filme *A Greve* (1924/1925) de Sergei Eisenstein (seu melhor filme) foi feito numa das cidades cenográficas do *Proletkult* (Cultura Proletária<sup>4</sup>) e com atores em cena sob o método Meyerhold (o melhor exemplo dessa técnica apresenta-se nas cenas da luta final dos trabalhadores contra a polícia). Reitero a presença de Meyerhold porque a sua cenografia era parte estruturante das peças de Maiakovski. O experimentalismo da forma no palco traduzia a revolução em curso, cumpria-se o ideário máximo do futurismo: a abolição das práticas poético-teatrais do tradicionalismo de então. O teatro de Maiakovski-Meyerhold abjurava todos os conservadorismos estéticos da dramaturgia de então.

O texto de *Mistério-Bufo* foi lido por Maiakovski na casa do casal Ossip e Lília Brik (casal com quem Maiakovski se relacionou amorosamente, sendo Lília Brik um dos seus grandes amores) com a presença de Lunatcharsky (que era o Comissário [Ministro] do Povo para a Instrução [Narkompros] do governo bolchevique)<sup>5</sup> e Meyerhold. Em breve descrição encontra-se na peça a seguinte trama: juntos, em cena, os *Puros* (sete pares ou catorze personagens de origens geopolíticas globais [um abissínio, um casal australiano, um americano, um oficial alemão, etc]) e os *Impuros* (catorze representantes do mundo do

<sup>4</sup> Sobre movimento cultural do Proletkult, consultar o livro de Tales dos Santos PINTO (2018).

<sup>5</sup> O Narkompros tornou-se o órgão estatal da revolução na recuperação e controle de quase todas as atividades intelectuais-culturais, foi o responsável pela derrota do movimento independente do Proletkult no começo da década de 1920. No interior do Narkompros foi criada no começo de 1918 a Seção de Artes Plásticas (IZO) que controlava duas escolas de arte (em Moscou e Petrogrado). A IZO foi um quartel-general das vanguardas artísticas da revolução, Maiakovski teve ali expressiva atuação. Com a emasculação governamental que se seguiu no começo da década de 1920, após o 10º Congresso do Partido Comunista Russo, esses espaços perderam sua expressividade institucional e tornaram-se centros da burocracia soviética formuladora da naturalização positivista do “realismo soviético”. Sobre a IZO consultar RIPELLINO, 1971, p. 71-72.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

trabalho russo: uma doméstica, um padeiro, um ferreiro, etc, que representam a solidariedade do proletariado, a disciplina de classe, o internacionalismo. Os *Puros* seriam além da expressão das classes dominantes do antigo regime czarista, a expressão do mundo capitalista globalizado e recentemente colapsado pela Primeira Guerra Mundial. Os *Impuros*, em luta contra os *Puros*, após o dilúvio (a guerra mundial de 1914-1918), seguem na Terra rumo ao Inferno onde os *Impuros* ridicularizam o Diabo por ter no Inferno algo muito mais simples que as fornalhas das siderurgias russas. O Camponês diz para o Diabo: “Seu inferno é para nós mel de abelha” (MAIAKOVSKI, 2012, p. 98). Derrotando o Diabo seguem os *Impuros* ao Céu (Paraíso) quando também ridicularizam Jesus, indignados com o pão-nuvem, leite-nuvem (MAIAKOVSKI, 2012, p. 108). Jesus é atacado pelos *Impuros* e estes roubam-lhe os “raios” e o Paraíso é destruído. E no final da peça, no 5º e 6º atos os *Impuros* descobrem-se senhores do Universo e marcham para o futuro na locomotiva da revolução.

A peça foi encenada em 1918 sob a direção de Meyerhold e com cenografia de Kazimir Malevitch. Inúmeras encenações foram feitas em locais de conflito da Guerra Civil. Os bolcheviques acusavam Maiakovski de apresentar uma peça incompreensível ao proletariado. No meio da fome da Guerra Civil, o teatro de Maiakovski. Foi reescrita em 1920 visando entre outros motivos tornar a descrição épica dos trabalhadores na conquista do futuro mais fácil, mais compreensível ao grande público.

Entre 1918 e 1922, Maiakovski esteve envolvido com a Agência Telegráfica Russa (ROSTA), principal órgão de propaganda do Estado bolchevique, elaborando publicidade sob a estética cubista-futurista através de gigantescos cartazes-murais e inúmeros versos-propaganda sobre as políticas públicas do Estado para a população em geral, especialmente nas campanhas de saúde pública; ficou conhecido como o poeta da “água fervida” nas campanhas de combate ao tifo. Os cartazes-murais da ROSTA eram afixados nas vitrines vazias das lojas, nas praças, nas estações de trem. Crédulo com os destinos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

proletários da revolução, Maiakovski estava com esse trabalho diretamente envolvido com organização das *condições gerais de produção* (CGPs) do Capitalismo de Estado soviético<sup>6</sup>, conforme definição (das CGPs) apresentada por João BERNARDO (2009, p. 216). Nos mais de quatrocentos cartazes-manifestos desenhados e redigidos por ele, além dos conselhos de saúde pública (campanhas contra a cólera e o tifo) fazia militância política ativa em campanha publicitária contra a política internacional contrária à revolução russa (RIPELLINO, 1971, p. 92).

Mais tarde, entre 1923 e 1925, Maiakóvski juntou-se aos trabalhos da Frente de Esquerda das Artes (LEF) e colaborando com esse grupo nas páginas da revista *LEF* (1923-1925) e depois *NovyLEF* (revista que circulou de 1927 a 1928). Com esse grupo Maiakóvski colocava-se em trincheira contrária ao realismo socialista de instituições como a Associação de Artistas da Rússia Revolucionária (AKhRR) que padronizava as cores positivistas da oficialidade tecnocrática da revolução<sup>7</sup>.

Maiakovski escreve *O Percevejo* em dezembro de 1928 e a peça foi encenada pela primeira vez em 13 de fevereiro de 1929. Trata-se de uma devastadora crítica ao universo da revolução derrotada pela burocracia do Partido Comunista. Sob a direção de Meyerhold com cenários de Rodtchenko e música de Shostakóvitch, a peça fez relativo sucesso junto ao grande público, mas foi duramente criticada pelos dirigentes bolcheviques.

Se *Mistério-Bufo* tornou-se um emblema da utopia maiakovskiana, com este trabalho o autor exclama-se no enredo de uma formidável *distopia*<sup>8</sup>. O principal personagem é Pierre Prissípkin, um ex-operário, um ex-membro do Partido, um noivo (uma caricatura do rufião oportunista que a revolução apresentava no cenário urbano da

<sup>6</sup> Para uma definição de Capitalismo de Estado na URSS, consultar PINTO (Org.) (2018), especialmente o capítulo seis.

<sup>7</sup> Sobre a LEF consultar ALBERA (2015) e DOSSIÊ (Crítica Marxista) (2015).

<sup>8</sup> JAKOBSON (2006, p. 25) sugere que esta distopia de Maiakovski muito se assemelhava a *Nós*, o romance distópico de Zamiatin, de 1924.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

arrancada do Primeiro Plano Quinquenal) que tinha a fama de ser escritor sem que ninguém conhecesse obra alguma sua. Namorava uma operária de nome Zoia, que abandona para se casar com Elzevira, manicure num instituto de beleza. Elzevira é filha de Rosália, o arquétipo da pequena-gestora bem-sucedida (com acesso a cupons de racionamento e capacidade de compra no mercado das restrições estatais e que não hesitava, para defender o casamento da filha, em chamar Zoia de “operária imunda”). Prissípkin descreve Elzevira, sua noiva, como uma “carroceria de peitos grandes”. No capítulo três a cena do casamento. O arrivista Prissípkin passa a ser chamado de Pierre Skrípkin, representando uma mutação de classe que o casamento lhe proporcionaria pelo acesso ao prestígio e ao dinheiro da mãe de Elzevira. Baian, um personagem puxa-saco de Prissípkin levanta a taça e oferece este emblemático brinde que traduz o sentido caricatural que Maiakovski dava aos rumos da gestão soviética comandada por Stálin:

Hoje eu estou feliz! Sim, camaradas, estou muito feliz em ver como a estrada tão cheia de lutas do nosso camarada Skrípkin tenha chegado a uma conclusão tão gloriosa e elegante. É verdade que ao longo desta estrada ele perdeu a carteira do Partido, mas, por outro lado, ele adquiriu bilhetes de loteria e ações do Estado! Com sucesso, nós conseguimos unir e coordenar as classes contraditórias deste casal. E nós, armados como estamos com a visão marxista, podemos ver neste fato tão claro como uma gota d’água, o futuro risonho da humanidade, vulgarmente chamado de socialismo (MAIAKÓVSKI, 2009, p. 35).

Na festa do casamento, os noivos e os presentes embebedam-se, uma briga entre os convidados, a noiva cai no aquecedor, seu vestido incendeia-se... E termina o ato.

Cinquenta anos depois, o Presidente do Instituto da Ressureição Humana anuncia a descoberta num local antes chamado Tambóv (a cidade do noivado) nas escavações para a construção de um prédio, a sete metros de profundidade um enorme bloco de gelo e nele um corpo humano congelado. Feita uma votação com grande participação de instituições e decidem-se pelo descongelamento e pela ressurreição daquele corpo que o raio-X comprovava ser um operário pelas suas mãos calejadas.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O cientista descongela Prissípkin. Zoia é sua assessora. Prissípkin atônito tenta mostrar os seus documentos, inclusive a certidão do casamento (de ontem, na cabeça dele), mas olha um calendário na sala onde ocorrera o descongelamento sob os olhares de vários cientistas e autoridades e percebe a data de 12 de maio de 1979. Aterrorizado, exclama: “12 de maio de 1979?! Então faz muito tempo que eu não pago as taxas do sindicato! Cinquenta anos! O que eu vou preencher no formulário? E o Partido? E a Federação?... Até logo, passar bem, muito obrigado (aperta as mãos de todos os médicos e sai correndo...)” (Idem, p. 55). Todos ficam aterrorizados com o gesto: o que era aquele balançar de mãos? “Um costume antigo muito anti-higiênico” (p. 56). Na corrida esbarra com Zoia e logo percebe que carrega no seu colarinho... um percevejo! O percevejo também ressuscitado foge pela parede (p. 56). Uma curiosidade: Maiakóvski carregava sempre no bolso um sabonete para não ter que usar sabonetes de outros, lavava as mãos o tempo todo.

Prissípkin acaba num zoológico, junto com o percevejo, e gente do mundo inteiro os vão lá ver. Inclusive uma delegação de brasileiros! A revolução socialista tinha se realizado globalmente naqueles cinquenta anos, acontecera também no Brasil.

São apresentados pelo Diretor do Zoológico como dois espécimes de parasitas: o Percevejo definido como *Percevejus Normalis* (que depois de sugar o sangue de um homem abriga-se em colchões mofados); já Prissípkin definido como *Philistaeus Vulgaris* que depois de sugar o sangue de toda a humanidade, saciado, também cai por debaixo da cama (p. 73).

A peça termina com um Prissípkin atônito reconhecendo naquelas pessoas seres humanos iguais a ele e chama-os para o ajudarem a sair dali: “camaradas, ajudem-me, vocês são tantos, quando vocês foram descongelados?” (p. 75).

As pessoas assustadas com Prissípkin dirigindo-lhes a palavra, gritam desesperadas temendo estar contaminadas, o Diretor com um ventilador nas mãos limpa o ar do



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ambiente e funcionários cobrem a jaula que abriga Prissipkin. O Diretor, desculpando-se, diz: “O inseto estava cansado” (p. 76).

Com *O Percevejo*, Maiakóvski colocava em cena o novo-rico da revolução, o pequeno funcionário ou o gestor das engrenagens intermediárias do colossal Estado burocrático em organização. A distopia do futuro asséptico seria o resultado desse mundo social que o levava ao desespero. Maiakóvski anuncia em 1929 o desespero de uma geração de intelectuais que apostou na revolução como marca da imaginação em ação transformadora permanente; ao criticar o pequeno gestor oportunista apresentava também a derrota do edifício institucional que a tecnocracia bolchevique apresentava como sua Utopia cientificista.

Meses depois, Maiakovski apresenta seu último trabalho no teatro: a peça *Os Banhos* (ou noutra tradução mais precisa – conforme sugestão de Fernando Peixoto: *A Grande Limpeza* [PEIXOTO, 1969, p. 266]) (1930). Foi um fracasso total na recepção da crítica e do público. Maiakovski foi ao limite das contradições e fez desse trabalho a sentença de sua morte e o seu legado maior.

Em seis atos, a peça *Os Banhos* ataca de modo contundente os gestores-tecnocratas do Estado Soviético. Inventada uma máquina do tempo que fazia viagens para o futuro e do futuro para o passado, o recorte temporal era de 100 anos (2030). A máquina do tempo mantém a perspectiva do socialismo em marcha, um símbolo tecnológico da revolução russa. Do futuro, no quarto ato depois de cenas anteriores ridicularizando as práticas inócuas do trabalho burocráticos dos gestores que tinham em Pobedonossikov o seu chefe maior; do futuro a máquina apresenta aos incautos gestores a Mulher Fosforescente com a missão de selecionar os melhores representantes daquele tempo para serem levados para o futuro. Considerando-se e considerado como melhor representante daquele momento do socialismo, Pobedonossikov prepara-se para a viagem ao futuro, não sem antes calcular todas as indenizações trabalhistas por essa transferência de serviço de um século.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Por fim, a viagem é preparada, Pobedonossikov e alguns assessores são instalados na máquina que é colocada a funcionar para logo a seguir em grandes estalos cuspir no palco Pobedonossikov e os demais burocratas recusando-se, portanto, a leva-los para o futuro. A máquina só continuaria a manter em viagens no tempo o inventor da máquina e os operários que a construíram, pois eram esses quem conduziam o socialismo ao futuro (PEIXOTO, 1969, p. 266-268).

Se com a poesia o estilista futurista-concretista experimentava todas as técnicas de expressão objetiva, com o teatro, sob o desenvolvimento cenográfico de Meyerhold, Maiakóvski atacava os que o destruíam, seu texto tornava-se agora quase sempre incompreensível às grandes massas da alienação bolchevique porque com a biomecânica de Meyerhold a poesia no palco desnudava as contradições máximas da revolução em curso, com *Os Banhos*, a recepção da burocracia à obra de Maiakóvski estava obstada em definitivo.

Com o seu suicídio, derrotado politicamente com o seu teatro de incontornáveis denúncias e sátiras à tecnocracia que comandava os destinos da revolução, é bastante provável que tenha antecipado o seu assassinato nos expurgos de 1938-1940. Por intervenção de Lília Brik, junto às autoridades stalinistas da RAPP (Associação Pan-Russa de Escritores Proletários), órgão máximo da burocracia intelectual stalinista (que detestava Maiakóvski, mesmo que este tenha pedido filiação ao órgão, no começo de 1930, numa tentativa derradeira de se manter ativo culturalmente), seu nome e obra foram recuperados em 1935 com a chancela de Stálin<sup>9</sup> para a galeria dos heróis stakhanovistas do capitalismo de Estado soviético. Entre 1955 e 1961 os treze volumes da sua obra

<sup>9</sup> Merece nota a indagação de que Stálin tinha apreço pelas obras de Maiakovski e pelos trabalhos de Zamiatin e Platónov. Além da recuperação e a oficialização de Maiakovski como o poeta da revolução russa, Stálin também aceitou o pedido de Zamiatin para sair em definitivo da URSS (1931) e tinha especial apreço pela literatura de Andrei Platónov, ainda que se visse afrontado por ele em contos escritos no final da década de 1920, como o magnífico: *Makar, o Duvidador* (1929), uma obra-prima da literatura mundial de todos os tempos. Breves notícias sobre Platónov e os impasses dos intelectuais com a stalinização do capitalismo de Estado bolchevique podem ser encontradas em PINTO (Org.) (2018).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

completa foram publicados na URSS. Enfim, os gestores-tecnocratas do capitalismo de Estado continuaram, com essas homenagens, a dar tiros no peito desse que foi o poeta da rebeldia futurista, um contraditório e radical anti-burocrata, que fez da sua vida e morte uma expressão-síntese da sua arte derrotada.

**Referências bibliográficas:**

ALBERA, François. *LEF, cinema e revolução na Rússia soviética: o debate da LEF*. In: Revista Crítica Marxista, n° 40, Unicamp, Campinas, SP, p. 83-85, 2015.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BOLOGNESI, Mário Fernando. *Suprematismo, cubo-futurismo e a tragédia, de Maiakóvski*. In: Revista Itinerários, Araraquara, SP, n° 14, p. 91-102, 1999.

CAVALIERI, Arlete Orlando. *Meyerhold e a biomecânica: uma poética do corpo*. In: Revista Literatura e Sociedade, n° 02, USP, São Paulo, p. 119-125, 1997.

DOSSIÊ (Crítica Marxista): *O (grupo) LEF e o cinema*. In: Revista Crítica Marxista, n° 40, Unicamp, Campinas, SP, p. 91-119, 2015.

JAKOBSON, Roman. *A geração que esbanjou seus poetas*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

MAIAKÓVSKI, Vladímir. *Mistério-Bufo*. Tradução Arlete Cavaliere. São Paulo: Editora 34, 2012.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

MAIAKÓVSKI, Vladímír. *O percevejo*. Tradução Luís Antônio Martinez Corrêa. São Paulo: Editora 34, 2009.

MAIAKÓVSKI, Vladímír. *Poemas*. Tradução de Boris Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MAIAKÓVSKI, Vladímír. *Les bains*. Disponível em:  
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/lv000804.pdf>

MIKHAILOV, Aleksander. *Maiakóvski: O poeta da revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PEIXOTO, Fernando. *Maiakóvski: Vida e obra*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1969.

PINTO, João Alberto da Costa (Org.). *Os intelectuais dissidentes na revolução russa (1917-1938)*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária / UFG, 2018 (No prelo, disponível em breve em versão Ebook).

PINTO, Tales dos Santos. *Revolução, política e cultura em Alexander Bogdanov*. Goiânia: Edições Gárgula / Gráfica da UFG, 2018.

RIPELLINO, Ângelo Maria. *Maiakóvski e o teatro de vanguarda*. São Paulo: Perspectiva, 1971.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

VALLIN, Beatrice Picon. *A arte do teatro: entre a tradição e a vanguarda*. RJ: 7Letras,  
2017



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**A REVOLUÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA DO PERU: O INDO-  
MARXISMO DE MARIÁTEGUI E A III INTERNACIONAL**

Luan Frederico Paiva da Silva (PUC - Goiás)<sup>1</sup>

**Resumo:** A América Latina do século XX é marcada por revoluções e contrarrevoluções. De um lado, movimentos de cunho marxistas lutando pela descolonização do continente, e de outro, forças imperialistas liderando a manutenção do capitalismo colonial monopolista. Nesse sentido, em 1928, José Carlos Mariátegui – periodista e militante comunista peruano – funda o Partido Socialista do Peru, com o objetivo de promover uma mudança na estrutura de seu país. Mariátegui identifica em sua região, condições capitalistas distintas das que ocorriam na Europa, como a ausência de uma burguesia e de um operariado por exemplo. Sendo assim, a proposta de seu partido era a de instruir as massas indígenas – representantes da maior parte da população nos anos 1920 – para que estas liderassem uma revolução agrária. Contudo, esperando o reconhecimento da III Internacional para fortalecer a luta de seu povo, Mariátegui se decepcionará com a negação do plano doutrinário de seu partido perante os comunistas europeus. As diretrizes que os demais partidos deveriam seguir para se filiarem a Internacional, seria a de ter a classe operária como ponto nuclear na luta contra o capital, diferentemente do que o Partido Socialista do Peru defendia. Após a morte de Mariátegui em 1930, seu projeto revolucionário será esquecido.

**Palavras-chave:** Mariátegui; Indo-marxismo; América, Revolução, Indígena.

### **Introdução**

José Carlos Mariátegui (1894-1930) nasceu em Moquegua (Peru). Teve uma infância difícil, marcada pela ausência de uma figura paterna e pela sua debilidade física. Ainda nos primeiros anos da escola, o pequeno Mariátegui sofrerá um acidente durante atividades recreativas, o que o deixará manco, impossibilitando-o de continuar os estudos institucionalmente falando. Na década de 1910, nosso protagonista publicará em *La*

<sup>1</sup> Graduando em História pela PUC – Goiás e bolsista de Iniciação Científica na modalidade BIC – PUC (2017/2018). Também é membro do GEPPECC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Pós-colonialismo e Crítica Cultural) E-mail: luan.historia@outlook.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

*Prensa*, suas primeiras crônicas e comentários literários<sup>2</sup>. Passará também por outros periódicos até 1919, momento este em que já amadurecia uma interpretação da realidade de seu país, uma realidade de exploração dos povos indígenas nas fileiras das poucas indústrias que se formavam em Lima, nas mineradoras estrangeiras, e principalmente nos *gamonales*<sup>3</sup>.

A partir dessa tomada de consciência de classe, Mariátegui iniciará uma produção intensa de críticas ao governo do presidente Leguía – este governa de 1919 a 1930 – que assumiu a presidência com a proposta de desenvolver a economia peruana. No entanto, sua prática não se diferenciou dos governos anteriores em muitos aspectos. Leguía ascendeu ao poder após o jovem Mariátegui, ao lado de Víctor Raúl Haya de la Torre, promoverem junto ao proletariado peruano, a primeira paralisação geral do país<sup>4</sup>.

O resultado da greve culminou na saída do então presidente Pardo, por um golpe militar comandado por Leguía. Os primeiros meses do novo governo foram suficientes para despertar novas greves, e vendo uma ameaça ao *status quo*, nas publicações do jovem Mariátegui, o então presidente, lhe oferece uma bolsa de estudos para viajar pela Europa como agente de propaganda do governo. Entre a prisão e o exílio, o jovem revolucionário optará por partir ainda em 1919 para o velho mundo.

Durante sua estadia na Europa, visitará vários países, contudo, Mariátegui permanecerá mais tempo na Itália, país onde teve seus primeiros contatos com o marxismo e os movimentos operários. Além de fazer contato com os intelectuais da

<sup>2</sup> Boa parte dos biografos de Mariátegui dividem sua produção intelectual em duas etapas: a idade da pedra (até 1919) e a idade da Revolução (de seu retorno da Europa até sua morte). Ver: ESCORSIM (2006).

<sup>3</sup> Tipo específico de latifúndio do Peru, o qual um homem branco ou descendente opera a *hacienda*, utilizando mão de obra indígena. Cria-se então, uma hierarquização, levando em conta que os próprios índios podem arrendar terras do latifúndio para outros índios.

<sup>4</sup> Nessa fase das mobilizações populares peruanas, Haya de la Torre era mais próximo dos grevistas que Mariátegui, que atua até então, exclusivamente como periodista, dando voz aos anseios das massas exploradas. Ver: RÉNIQUE (2009).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

esquerda italiana, Mariátegui também presenciara a ascensão do fascismo de Benito Mussolini em 1922, acelerando assim, sua saída do país.

Em 1923, Mariátegui retorna ao Peru com o objetivo de organizar um núcleo revolucionário, a fim de transformá-lo mais tarde em um partido político. Em 1928, fundaria finalmente o Partido Socialista do Peru, tendo como o seu principal representante, a população indígena. Na busca pelo apoio da III Internacional Comunista, O Partido Socialista será taxado como pequeno-burguês e falirá em seu projeto de revolução.

### **O indo-socialismo e o marxismo ortodoxo da III Internacional**

Ao fundar o Partido Socialista em 1928, Mariátegui não teria escolhido o nome por coincidência, para ele, a sua principal função seria a de realizar o capitalismo no Peru. Tal afirmação pode nos soar um tanto estranha ou contraditória, mas é justamente essa a tarefa do Partido. Primeiro porque a burguesia local, não possuía o espírito liberal para realizar uma revolução democrático-burguesa, ela, no sentido mais reacionário o possível, se preocupava em preservar os velhos métodos de exploração – servidão, restauração da escravidão – que promover o trabalho assalariado. Falta, nessa burguesia composta pelos *gamonales*, o que segundo Mariátegui (2007), inspira a burguesia europeia, o espírito do capitalismo:

El problema agrario se presenta, ante todo, como el problema de la liquidación de la feudalidad en el Perú. Esta liquidación debía haber sido realizada ya por el régimen demo-burgués formalmente establecido por la revolución de la independencia. Pero en el Perú no hemos tenido en cien años de república, una verdadera clase burguesa, una verdadera clase capitalista. La antigua clase feudal – camuflada o disfrazada de burguesía republicana – ha conservado sus posiciones. (MARIÁTEGUI, 2007, p. 40)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Ainda segundo Mariátegui (2007), essa peculiaridade da burguesia local peruana, teria sido uma das heranças deixadas pelos espanhóis durante a colonização. Ao contrário dos ingleses – durante o processo de independência das 13 colônias – que eram movidos por ideais liberais, *produziam* riquezas, enquanto os espanhóis, apenas *buscavam* o ouro. Para o nosso autor, a principal distinção entre um e outro, está na busca pelo ócio. O colonizador inglês tinha consciência de que era preciso trabalho para gerar novas riquezas, já o colonizador espanhol, traz consigo uma ideologia feudal, voltada para o enriquecimento através da servidão que o feudalismo proporcionava:

El colonizador, que en vez de establecerse en los campos se estableció en las minas, tenía la psicología del buscador de oro. No era, por consiguiente, un creador de riqueza. Una economía, una sociedad, son la obra de los que colonizan y vivifican la tierra; no de los que precariamente extraen los tesoros de su subsuelo. La historia del florecimiento y decadencia de no pocas poblaciones coloniales de la sierra, determinados por el descubrimiento y el abandono de minas prontamente agotadas o relegadas, demuestra ampliamente entre nosotros esta ley histórica. (MARIÁTEGUI, 2007, p. 48-49)

A partir das observações feitas por Mariátegui (2007) a respeito da burguesia local, é possível que a classifiquemos como reacionária, pois, é incapaz de desenvolver o capitalismo em seu próprio país. Nesse sentido, o Partido Socialista deveria realizar as reformas democrático-burguesas necessárias, a fim da realização capitalista nacional, para posteriormente, o indígena convertido em proletariado organizado, promover a revolução comunista.

Além dos *gamonales*, teremos também as mineradoras estrangeiras – com maior frequência a partir do séc. XX – que através de acordos com o governo, se estabelecem nas regiões com a maior concentração de metais preciosos. Essas empresas, que geralmente eram estadunidenses, realizam um processo lento de industrialização do país, que o governo juntamente aos *gamonales* fracassam em sua prática.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Segundo Rénique (2009), cerca de 53% da população do Peru de Mariátegui, era composta de índios, sendo os 47% restantes, divididos entre mestiços, brancos, chineses, e uma minoria africana. Com uma população predominantemente indígena, era contraditório para Mariátegui, que justamente essa maioria fosse a camada mais explorada em seu país, afinal de contas, quando os europeus iniciaram o processo de colonização, esses povos já habitavam a região.

A mão de obra indígena estava presente tanto nos *gamonales* quanto nas minas estrangeiras. As longas jornadas de trabalho e a baixa remuneração levava a morte por fome ou exaustão, um grande número de índios. Contudo, como o próprio Mariátegui (2016)<sup>5</sup> observou, mesmo com o processo colonizador, e a exploração capitalista no Peru, os povos indígenas, descendentes dos incas – com ênfase os quíchuas e aimarás – ainda praticavam entre si, as mesmas relações comunais, herdadas de uma cultura milenar:

Acreditamos que, entre as povoações “atrasadas”, nenhuma como a população indígena incásica reúne condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e em um profundo espírito coletivista, se transforme, sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista pregada pelo comunismo marxista. (MARIÁTEGUI, 2016, p. 115)

Nesse mesmo documento, ainda podemos obter mais informações a respeito das *práxis* comunais desses povos:

O índio tem hábitos enraizados de cooperação. Mesmo quando a propriedade comunitária passa a ser propriedade individual, não só na serra mas também na costa, onde a maior miscigenação volta-se contra os costumes indígenas, a cooperação se mantém, as tarefas pesadas são realizadas em comum. A “comunidade” pode se transformar em cooperativa, com um esforço mínimo. (MARIÁTEGUI, 2016, p. 115)

<sup>5</sup> O texto, aqui sob o título de *O problema indígena na América Latina*, foi enviado anteriormente a I Conferência Comunista Latino-americana, ocorrida na Argentina, em 1929. Ver: LÖWY (2016).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O que Mariátegui defendeu desde seu regresso do exílio na Europa, é então, o fato de que o índio carrega em si, na sua própria identidade, os elementos essenciais para a construção de uma sociedade comunista. Mas, não um comunismo industrial como o pensado por Max, mas sim, um comunismo agrário.

Ao levarmos em consideração a ausência de uma classe proletária organizada como na União Soviética por exemplo, não seria possível pensar uma revolução aos mesmos moldes. Por isso, Mariátegui elimina as barreiras entre o proletariado e o índio, fazendo com que ambos ocupem o mesmo espaço político. Sendo assim, uma das tarefas do Partido Socialista do Peru, era organizar o proletariado indígena em formação, juntamente aos indígenas do campo, explorados pelos *gamoles*. Vejamos esse trecho do item 6 do programa do Partido Socialista:

O socialismo encontra, tanto na subsistência das comunidades como nos grandes empreendimentos agrícolas, os elementos de uma solução socialista para a questão agrária, uma solução que tolerará em parte a exploração da terra pelos pequenos agricultores, onde o cooperativismo indígena ou a pequena propriedade recomendem que se mantenha a gestão individual – enquanto se avança na gestão coletiva da agricultura (...). Contudo, tal estímulo que se presta ao livre ressurgimento do povo indígena e à manifestação criadora de suas forças e de seu espírito nativo não significa absolutamente uma tendência romântica e anti-histórica de construção ou ressurreição do socialismo incaico – que correspondeu a condições históricas completamente superadas e do qual só restam os hábitos de cooperação e socialismo dos camponeses indígenas (...). O socialismo pressupõe a técnica, a ciência, a etapa capitalista, e não pode introduzir o menor retrocesso na aquisição das conquistas da civilização moderna, mas, pelo contrário, traz a máxima e mais metódica aceleração da incorporação dessas conquistas a vida nacional. (MARIÁTEGUI, 2011, p. 206-207)

Percebe-se então, que a proposta do nosso autor, não é ressuscitar o Império Inca, mas sim, através de suas heranças culturais, construir um novo modelo de comunismo. A então, em Mariátegui, um marxismo heterodoxo, diferentemente do marxismo da III Internacional, como veremos posteriormente. Porém, o que deve ser evidenciado de suas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

contribuições, é o que está explícito em seus *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*, publicado originalmente em 1928. Obra esta, que marca a originalidade do marxismo de Mariátegui, e sua capacidade de reinventá-lo a partir de seu contexto, a realidade peruana, e não o propor como algo irrevogável na América Latina.

Simultaneamente a publicação dos *7 ensayos* e a fundação do Partido Socialista, acontecia em Moscou, o VI Congresso da III Internacional. Esse evento, marca por parte da Internacional, o início da cogitação da possibilidade de uma revolução comunista nos países coloniais, ou semicoloniais, – o Brasil se encontrava neste último grupo. É importante ressaltar que a essa altura da luta anti-imperialista mundial, a União Soviética se torna o centro dos olhares do mundo, primeiro por ser teoricamente o primeiro Estado socialista da história, e segundo, por ser um exemplo para os revolucionários internacionais.

Como é possível observar nos próprios relatórios da III Internacional, e até mesmo em textos de José Carlos Mariátegui, a II Internacional Socialista teria atrasado o processo revolucionário mundial. Isso se deve ao fato de que as conclusões desse evento levaram a formação de partidos democrático-burgueses, que ao contrário de promover a revolução através da luta armada, ou paralizações das massas de trabalhadores, não fizeram nada além de pequenas reformas que amenizaram a exploração capitalista sob o proletariado.

Acreditava-se que o capitalismo estava por si arruinado, e logo uma crise o desestabilizaria, sendo assim, a função dos partidos de esquerda, era nada mais que garantir as reformas necessárias, para a sobrevivência da classe trabalhadora frente ao grande capital imperialista. No entanto, o tempo e as experiências históricas – a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – serviu como exemplo, do fracasso de tal teoria disseminada pela II Internacional Socialista.

Devido a tais elementos, a III Internacional adotaria a luta revolucionária, negando as reformas democrático-burguesas e exigindo a derrubada total das estruturas capitalistas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

através da ditadura do proletariado. O proletariado passa a ser considerado, a única classe capaz de liderar a revolução comunista, a classe que possui naturalmente os elementos de liderança revolucionários, e por consequência, possui a tarefa de liderar as revoluções no restante do mundo:

Enfim, levantam-se e organizam-se contra as forças do capital financeiro poderosamente organizado, duas grandes forças revolucionárias: de um lado, os operários dos estados capitalistas e, do outro lado, as massas populares das colônias curvadas sob o jugo do capital estrangeiro, mas lutando sob a direção e hegemonia do movimento revolucionário proletário internacional. (PROGRAMADA INTERNACIONAL COMUNISTA, ADOPTADO PELO VI CONGRESSO MUNDIAL, 2010, p. 06)<sup>6</sup>

O VI Congresso da III Internacional incita aos países coloniais ou semicoloniais a revolução, porém, uma revolução sob a tutela do proletariado mundial, – representado pelo operário soviético – o que vai em contramão a proposta do Partido Socialista de Mariátegui, que tem o indígena como o núcleo revolucionário. Com um número crescente de partidos de esquerda revolucionários pelo mundo, uma grande maioria busca o apoio da III Internacional, no sentido de obter financiamento – desde soldados, intelectuais de propaganda, ou até mesmo financeiro – para acelerar a revolução. Mas, para receberem o aceite de Moscou, tais partidos deveriam aderir ao programa doutrinário da III Internacional.

Para os países da América Latina, aceitar tais diretrizes, significaria *apagar historicamente* as identidades das diversidades de povos que aqui viviam. O capitalismo que reinava no continente, não é o mesmo da Europa pós-guerra mundial. Enquanto no velho mundo existiam duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado – este último subdividido em operários industriais e camponeses – na América Latina, a classe operária

---

<sup>6</sup> O documento utilizado neste trabalho, é uma tradução para o português de Portugal, feita diretamente do documento em francês, pelo site *Para a História do Socialismo*.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ainda estava em formação. Ao falar de camponeses, estes se dividiam em indígenas, negros, – no Peru, também os chineses – além de muitas outras subdivisões que implicam formas de exploração diferentes.

As burguesias também possuíam características distintas. Enquanto em boa parte dos países da Europa, a burguesia tinha consciência da necessidade de assalariar seus trabalhadores para aumentar o poder de consumo destes, facilitando a circulação do capital, as burguesias de países como o Peru, se preocupavam em manter relações feudais, ou semif feudais de servidão. Apesar de todas essas peculiaridades, a III Internacional insistiu em pensar uma revolução tendo apenas o operário como seu guia:

O proletariado, à medida que consolida a sua ditadura e desenvolve a edificação socialista, deve passar de uma política de neutralização da massa dos camponeses médios a uma política de aliança duradoura com esta, sem nunca admitir alguma partilha do poder. Isto porque a ditadura do proletariado exprime o facto de que apenas os operários industriais estão capacitados para dirigir o conjunto dos trabalhadores; monopólio proletário do poder, ela é, por outro lado, uma forma particular da aliança do proletariado, vanguarda dos trabalhadores, contra o capital para consumir o seu derrubamento irreversível (...) (PROGRAMA DA INTERNACIONAL COMUNISTA, ADOPTADO PELO VI CONGRESSO MUNDIAL, 2010, p. 25)

É sob essa doutrina que a I Conferência Comunista Latino-americana ocorrerá em 1929 na Argentina. Com o objetivo de organizar os partidos da América Latina, a conferência verificaria o enquadramento destes, a doutrina do programa da Internacional Comunista. Nessa etapa da luta revolucionária, Mariátegui se encontrava debilitado fisicamente para participar pessoalmente do evento<sup>7</sup>. Por isso, envia dois encarregados para o encontro<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Em 1924, devido a problemas de saúde, Mariátegui precisou amputar uma de suas pernas, passando então, o resto de sua vida sob uma cadeira de rodas. Ver: ESCORSIM (2006).

<sup>8</sup> Julio Portocarrero (trabalhador da indústria têxtil) e Hugo Pesce (médico com boa formação marxista). Ambos membros do Partido Socialista. Ver: PERICÁS (2011).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Um dos representantes de Moscou no encontro, era o ítalo-argentino Vittorio Codovilla, que não se interessou – assim como a maioria presente na ocasião – pela questão indígena levantada pelos delegados peruanos. Principalmente para Codovilla, os *7 ensayos* de Mariátegui soavam românticos demais, e pouco economicistas, como todo marxista deveria ser. “Para começar diziam que ‘ensaios’ eram uma forma ‘burguesa’ de se trabalhar qualquer tema. Os verdadeiros ‘comunistas’ deveriam escrever livros com uma estrutura orgânica mais definida e previsível.” (PERICÁS, 2011, p. 179). Sem falar nas críticas a ideia de que existia uma *realidade peruana*. Para os representantes de Moscou, toda a América Latina seguia um mesmo padrão de organização econômica:

El otro término insoportable para Codovilla era “realidad peruana”, porque para la Komintern sólo existían los países “semicoloniales”, definidos por la específica relación de dependencia al capital imperialista, y era esta condición – como interpreta José Aricó – la que permitía trazar una táctica y una estrategia definidas a nivel continental. No existían las especificidades nacionales. El Perú era igual que México o la Argentina. (GALINDO, 1980, p. 28)

Nesse sentido, tanto o historiador peruano Galindo, quanto o brasileiro Pericás, partem da ideia de que A III Internacional criou um único padrão de se fazer a revolução, desconsiderando as particularidades. Enquanto o indo-marxismo de Mariátegui, procura atender as demandas do seu local de fala, o Peru e a América indígena. Devido a esse caráter eurocêntrico do encontro na Argentina, o programa do Partido Socialista do Peru não será aceito. Portocarrero e Pesce, retornam ao Peru para dar a triste notícia a Mariátegui.

Devido a saúde frágil e sua militância de oposição a Leguía, os periódicos em que trabalhou, inclusive o *Amauta*, serão fechados sob a acusação de conspiração comunista. Mariátegui passará os últimos dias de sua vida em um hospital sob total vigilância do governo. Em 1930, a III Internacional envia um substituto para assumir a liderança do



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Partido Socialista, – convertido em Partido Comunista – que altera completamente as suas diretrizes de base.

### **Considerações provisórias**

As contribuições que José Carlos Mariátegui nos deixou, permitem que pensemos o mundo a partir de uma nova ótica, sem abandonar a ideia clássica de luta de classes do marxismo. A originalidade de seu pensamento, está no fato de se pensar o marxismo a partir da sua realidade, ao contrário do que a III Internacional defendia, o que culminou numa burocratização da União Soviética. Mas é possível justificar esse centralismo?

Muitos historiadores ainda defendem que a centralização funcionou como forma de resistência a penetração do capitalismo na URSS. Pois, através desse processo, se tinha mais controle em relação as ações dos PCs internacionais, evitando, ou facilitando, a descoberta de infiltrados. Por outro lado, temos uma burocratização do Estado soviético, que culminou na instauração de uma ditadura que levou tantos trabalhadores a morte por exaustão e fome, quanto no período capitalista da Rússia.

Portanto, se faz necessário retornar aos escritos de Mariátegui, em vista que o capitalismo do século XXI está se reinventando e se adequando as novas demandas, logo, o marxismo precisa buscar novas interpretações e mecanismos de luta para atender as demandas exploradas.

### **Referências bibliográficas**

ESCORSIM, Leila. Mariátegui: vida e obra. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

GALINDO, Alberto Flores. Capítulo I - el inicio de una polémica: Buenos Aires, 1929.  
In: *La agonía de Mariátegui: a polémica con la Komintern*. Lima: DESCO, 1980. p. 15-36.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 3ª ed.  
Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2007.

\_\_\_\_\_. O problema indígena na América Latina. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Trad. Cláudia Schilling; Luís Carlos Borges. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 113-116.

\_\_\_\_\_. Programa do partido socialista peruano. In: *Defesa do marxismo: polémica revolucionária e outros escritos*. Trad. Yuri Martins Fontes. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 205-210.

PARA A HISTÓRIA DO SOCIALISMO. *Programa da Internacional Comunista, adoptado pelo VI Congresso Mundial*. Disponível em: <<http://www.hist-socialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf>> Acesso em: 02 mai. 2018.

PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o Comintern. In: *Lutas Sociais n° 25/26*. São Paulo, 2º sem. de 2010, p. 176-190.

RÉNIQUE, José Luis. Primeira parte: do radicalismo a revolução. In: *A revolução peruana*. Trad. Magda Lopes. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 21-74.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**O AVANÇO DO CAPITAL: A EXPROPRIAÇÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA**

Marco Aurélio Corrêa de Araújo (UFG)<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho consiste em um esforço inicial em buscar através do estudo da trajetória histórica da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), compreender as ações do Estado brasileiro, no que tange as migrações internas, voltadas para o território de Rondônia. Vislumbra-se nesse cenário a busca do Estado, aliado aos donos do capital, pelo controle das camadas sociais “ameaçadoras” ao sistema político e econômico em vigor. Nesse contexto, entendemos que analisar a violência e o desprezo do Estado brasileiro frente aos povos indígenas é entender parte do processo de migrações internas como um programa anterreforma agrária.

**Palavras-chave:** Capitalismo Monopolista; Estado; Migrações; Indígenas;

O presente trabalho tem como jornada compreender como as migrações internas serviram a um programa anterreforma agrária no contexto brasileiro, e nesse sentido, consideramos de grande valia a análise do caso de Rondônia. Nossa análise se voltará para o período entre 1967-1990, pois foi o período de existência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), instituição a qual foi fundamental para nortear e levar a cabo o processo que buscamos vislumbrar. Desde já, é importante esclarecermos a questão geográfica que envolve o atual Estado de Rondônia; Em 1982, Rondônia recebeu o status de Estado, entretanto, antes disso, tinha o status de Território Federal<sup>2</sup>. Até 1945 este fazia parte da região Centro-Oeste, mas a partir desta data passou

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (2009). Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (2012). Atualmente é aluno do Doutorado pelo programa de Pós- Graduação da faculdade em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Contato: marcos\_kazu@hotmail.com.

<sup>2</sup> O atual Estado de Rondônia tornou-se Território Federal em 1943, sendo denominado de Território Federal de Guaporé, com capital em Porto Velho, sendo resultado do desmembramento de parte dos Estados do Mato Grosso e do Amazonas. Apenas em 1956 que o território passou a ser denominado de Rondônia.

## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

a integrar a região Norte do país. Durante o período que analisaremos, o atual Estado de Rondônia fazia parte da jurisdição da SUDECO, pois integrava a região denominada Amazônia Legal<sup>3</sup>, e por isso o período de existência da SUDECO será nosso norte, pois tal instituição foi de suma importância para a consecução do programa anterreforma agrária no território de Rondônia.

Como já destacamos, o estado de Rondônia constituiu-se como Território Federal em 1943, mas seu povoamento intensificou-se na década de 1970, década a qual nos interessa por fazer parte do contexto histórico que estamos analisando. A política de fronteira utilizada pelo governo federal, e colocada em prática em Rondônia, se caracteriza pela ideologia da segurança nacional<sup>4</sup>, justificando a distribuição de terra, o fluxo migratório e a situação de penúria e extermínio das nações indígenas na região. (F. PERDIGÃO e L. BASSEGIO, p. 15, 1992). Analisar a violência e o desprezo do Estado brasileiro frente aos povos indígenas é entender parte do processo de migrações internas como um programa anterreforma agrária, e nesse sentido o caso de Rondônia muito nos interessa:

<sup>3</sup> A área de atuação da SUDECO, em que ela deveria trazer estas melhorias socioeconômicas, era de uma vasta grandeza geográfica cobrindo uma superfície de 2.122.499 Km<sup>2</sup>, compreendendo 25% do território brasileiro. Esta grande superfície era formada pelos estados de Goiás (sendo 30,3% do total), Mato Grosso (41,4%) e Mato Grosso do Sul (16,5%), além do território federal de Rondônia (11,5%) e o Distrito Federal (0,3%). (SUDECO 93. SUDECO ano 10. Ministério do Interior. Assessoria de comunicação social. Brasília, 1977, p. 09 apud ARAÚJO, 2016, p. 50)

<sup>4</sup> Seguindo a definição elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG): “considera-se segurança nacional ‘o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona ao grupo humano que o integra, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais” (MACIEL, 2008, p. 07). Neste ínterim, é importante colocarmos o que David Maciel (2004, p. 69, 70) pensa com relação a esta doutrina, já que nos orienta no sentido de percebê-la como concretizadora da aliança entre Estado com as diversas frações da burguesia: segundo seu ponto de vista, o qual concordamos, “a Doutrina de Segurança nacional forneceu o arcabouço ideológico para um projeto ético-político polarizado pelo binômio desenvolvimento e segurança, que cimentou a aliança no interior da burocracia (civis e militares), e desta com as diversas frações da burguesia. A associação entre ‘terror político’ e ‘milagre econômico’, no período do governo de Médici, intensificou a solidariedade entre Estado e classe dominante numa qualidade superior.” (Cf.: ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. A Construção do Capital – Sudeco: o Centro-Oeste em foco (1967-1990), Goiânia: KELPS, pág. 70, 2016).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O Estado de Rondônia tem levado as nações indígenas locais a pagarem um preço altíssimo por conta da política de retalhamento do solo, dos projetos de colonização oficiais e não-oficiais, do aumento significativo da população que, em 1950, contava com 36.935 habitantes, para, em 1980, ter chegado a 888.430 habitantes (F. PERDIGÃO e L. BASSEGIO, p. 15, 1992).

Os dados deixam claro como os projetos de colonização oficial e particular elevaram o senso demográfico no referido estado. O processo de colonização particular na região de Rondônia iniciou-se antes mesmo da atuação da SUDECO, instituição a qual foi criada em 1967. Em 1963 o grupo Vitrelli iniciou a colonização particular na região de Ji-Paraná. Outro exemplo é com o grupo Itaporanga que lançou seu projeto de colonização no município de Espigão D'Oeste, local onde se apossaram de uma área com mais de um milhão de hectares de terras. Estas terras, diga-se de passagem, não estavam desocupadas, pois diversos grupos indígenas lá estavam, mas com a chegada do capital foram aos poucos sendo saqueados e expulsos de seus territórios. Desde já, vale destacar que parte dos migrantes que chegam na região como trabalhadores descapitalizados foram incentivados pela eufórica propaganda governamental, que os ludibriou escondendo que o que os esperavam era na realidade o trabalho forçado em situações disfarçadas de servidão. (Idem, p. 09 e 10).

Com a chegada em massa de migrantes na região, na década de 1970, algumas ações foram tomadas para se burocratizar o controle migratório. Os projetos de colonização foram divididos em duas modalidades: o PICs e o PAD. O PICs (Projeto Integrado de Colonização) era o projeto oficial do INCRA, o qual concedia aos colonos

100 hectares de terra, afirmando-os garantir-lhes assistência de saúde, técnica e comercial; O PAD (Projeto de Assentamento Dirigido) tinha como característica a interferência parcial do Estado, beneficiando diretamente pequenos e médios empresários na plantação de cacau para exportação. (Idem, p. 16 e 17) A atuação destes projetos deixa



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

claro a sua participação direta na dizimação dos habitantes naturais de Rondônia e consequentemente na não proteção do espaço indígena.

Havia a preocupação de alguns indivíduos com o futuro dos povos indígenas da região diante do avanço do capital, o que se pode perceber através de relatórios de técnicos da FUNAI e do POLONOROESTE fazendo recomendações ao povo Uru-Eu-Wau-Wau para intervirem junto ao INCRA pedindo a interceptação dos projetos de colonização. Vale aqui destacar o caso dramático desse povo indígena, como vítimas do avanço do capital representado pelas colonizadoras. Para iniciar, destacaremos uma passagem de um destes relatórios técnicos que denunciam a situação de urgência proteção sobre o mencionado povo:

“A FUNAI, aproveitando a proposta de delimitação dos Uru-Eu-Wau-Wau, deveria realizar um balanço crítico sobre a situação das terras em Rondônia onde os índios foram e continuam sendo espoliados, e urgentemente demarcar a área indígena Uru-Eu-Wau-Wau, antes que o avanço da colonização com a fixação das grandes empresas agropecuárias e mineradoras usurpe dos Uru-Eu-Wau-Wau seu último reduto.” (Relatório do grupo de trabalho responsável pela demarcação do território dos Uru-Eu-Wau-Wau, Portaria 1767/E de 24/09/1987).

Em caráter de denúncia, a FUNAI, ao contrário do que foi pedido pelo relatório técnico mencionado, garantiu as empresas colonizadoras o avanço da exploração sobre as riquezas da reserva indígena. Na área do povo Uru-Eu-Wau-Wau, marcada por vastas riquezas naturais, destacou-se principalmente a exploração da madeira, o que foi garantido a partir de “negociatas” entre o alto escalão de direção da FUNAI com os dirigentes das empresas colonizadoras. A seguinte passagem nos vislumbra um caso específico:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

“No mês de agosto de 1987, a FUNAI, no ato representada pelo seu presidente Dr. Romero Jucá Filho, celebrou contrato de alienação de madeira desvitalizada para fins de dois postos de vigilância, vinte e cinco quilômetros de estrada e construção de dois heliportos, com a firma União Madeireira de Rondônia Ltda., representada pelo seu sócio gerente Sr. Sebastião Paulo Costa com objetivo de retirar duas mil árvores desvitalizadas das essências de mogno e cerejeiras, nas áreas indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau, jurisdicionada na segunda Superintendência Regional; no entanto, a cláusula primeira do referido contrato não foi obedecida por parte da madeireira UNIMAR, pois além da retirada de duas mil árvores desvitalizadas, foram tiradas um número superior ao contrato de madeira vitalizada. Além dessa superioridade essa madeira retirada estava completamente ‘em pé’, ou seja, fizeram a derrubada e a posterior retirada da madeira, sem que tivesse havido um controle por parte da FUNAI, apesar de constar nos autos desse processo um documento do Sr. Amaury Vieira, administrador regional de Porto Velho, nomeado pela Portaria nº 1742 de 25 de agosto de 1987, que determinou a fiscalização da retirada da madeira desvitalizada, o que propriamente não foi executado, ficando apenas no papel. Assim sendo caracterizou-se veementemente a burlação dos índios Uru-Eu-Wau-Wau.” (F. PERDIGÃO e L. BASSEGIO, p. 21 e 22, 1992)

Fica evidente pela passagem o quanto o Estado, representado pela FUNAI e seu então presidente Romero Jucá – nome famigerado no cenário político atual, marcado pelos mais escrupulosos atos de corrupção e de danos violentos a sociedade brasileira -, celebrou junto aos donos do capital, nesse caso representados pelos gestores das empresas colonizadoras em busca da rica madeira da região, e/ou fez “vista grossa” para garantir a expropriação das riquezas naturais da mencionada reserva indígena. Um violento atentado do avanço do capital sobre os verdadeiros donos daquelas terras; os índios.

As madeireiras, aos poucos, foram destruindo as florestas que eram dos índios, e o pior, com a cumplicidade da FUNAI, instituição que deveria fazer exatamente o contrário. Mais casos nesse sentido são esclarecedores desta violência e cumplicidade:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

“Com a firma individual Vilson Pilvezan Pompermayer, que utiliza o nome fantasma de Madeireira Várzea Grande, totalizou-se a retirada de 55.000 m<sup>3</sup> de madeira do Vale do Guaporé. Outro contrato foi firmado com a SERDIL – Serraria Dias Ltda -, para a retirada de 26.000 m<sup>3</sup> de madeiras na área indígena Tubarão-Latudê, assinado pelo Sr. Eraldo Fernandes da Silva, representando a FUNAI e o Sr. Manoel Pereira Dias, sócio-gerente da SERDIL” (Idem, p. 61).

Além da FUNAI, membros do legislativo também tiveram ligação direta com a violência imposta pelos donos do capital, tendo-se como prova o que se afirma nas seguintes passagens:

“Consta também, do Inquérito Policial feito na Superintendência da Polícia Federal, o envolvimento de políticos do Estado de Rondônia e, em declarações obtidas, menciona-se o nome do Deputado Federal Expedito Júnior e também do Deputado Estadual Pedro Klemper, por terem demarcado uma área dentro da reserva indígena e por terem autorizado a retirada de madeira, como se as propriedades fossem suas” (Idem, p. 61)

“Quando o Sr. Evilásio Maia, dono de madeireira, tomou conhecimento da apreensão dos caminhões de sua propriedade e que seria lavrado o auto de infração, disse ao comandante do pelotão florestal que de nada adiantaria sua atitude, pois tinha a cobertura do Senador Ronaldo Aragão e também do chefe do Posto Florestal do IBDF de Rolim de Moura, Sr. José Cavalcante de Queiroga, pois o mesmo havia recebido Cz\$ 50.000,00 para expedir os laudos da vistoria e fornecer as guias florestais e, ainda mais, garantir a retirada da madeira, comprometendo-se a resolver qualquer problema que porventura surgisse com a fiscalização... as madeireiras, Unimar, Noroeste e Cometa, desatenderam as cláusulas contratuais, deixando de cumprir o que estabeleciam as mesmas, fazendo unicamente a exploração das áreas indígenas e retirando das reservas a totalidade em toras de madeiras de lei superior a 350.000 m<sup>3</sup>, perfazendo aproximadamente meio milhão de dólares...” (Idem, p. 61 e 62).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Merecem aqui serem mencionados diversos outros casos semelhantes ao que retratamos anteriormente, mas com outros povos indígenas, que contribuíram para reforçar nossa tese no sentido de perceber as migrações internas como um programa anterreforma agrária. Com a construção da BR-421, ligando as cidades de Ariqueimes, Vila Nova e Guajará-Mirim, os Karipunas foram prejudicados e expropriados com a chegada e a invasão de garimpeiros. (Idem, p. 23) O mesmo ocorreu com o povo Gavião, localizado no município de Ji-Paraná, pois sua aldeia foi cortada por uma estrada que dá acesso as fazendas da região, acelerando o processo de aculturação a que foi submetido no contato com o homem branco. Esse contato levaram-os a enfrentarem grandes conflitos como as invasões de colonos, barragens, estradas, madeireiros e etc., e sabemos que no final a vitória sempre esteve e está ao lado dos donos do capital.

A par de todos estes exemplos nos vislumbra um cenário analítico a ser melhor explorado, o qual acreditamos ser esquematizados da seguinte maneira: conscientes do conceito de frente de expansão e de frente pioneira<sup>5</sup>, que muito nos explica no que tange a atuação do Estado representado pela SUDECO, fica claro como o Estado, nesse caso de Rondônia representado pela FUNAI, vai atuar para garantir o avanço do capital; no sentido de expor um esboço inicial dessa atuação, deve-se apreender que foi

---

<sup>5</sup> MARTINS (2009, p. 149-157), faz uma discussão intensa em torno dos conceitos de frente de expansão e frente pioneira no Brasil. Segundo o autor, a frente de expansão é marcada pela ocupação do território, em que se tem o deslocamento de populações ricas e pobres em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas. Entretanto, na frente de expansão: “as relações sociais (e de produção) são predominantemente relações *não capitalistas* de produção mediadoras da reprodução *capitalista* do capital. Isso não faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores” (Idem, p. 156). Já na frente pioneira, “o capital se torna proprietário de terra, recria no terreno os mecanismos de sua reprodução ampliada. Expande-se sobre o território, de que se apossa com *seu* território. Essa expansão territorial traz para a própria fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista do capital: o mercado de produtos e de força de trabalho e com ele as instituições que regulam o princípio da contratualidade das relações sociais, que é o que caracteriza a sociedade moderna” (Idem, p. 157).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

acontecendo nesse processo, e ao mesmo tempo, a usurpação de terras indígenas, a invasão de madeireiros, garimpeiros, posseiros e fazendeiros; a chegada de empresas de colonização oficial e privada, e a exploração dos migrantes descapitalizados que faziam parte dos assentamentos do INCRA. Era a expansão do latifúndio se perpetuando.

Tendo como referência GRAMSCI (2001)<sup>6</sup>, vale destacar, também, que percebemos o Estado como tendo uma dupla função, pois ao mesmo tempo em que ele organiza as classes dominantes ele também desorganiza as classes subalternas, garantindo assim o domínio dos donos dos meios de produção. Como destaca o autor:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830). (Idem, p. 135)

Pode-se exemplificar essa desorganização através das seguintes formas: pela repressão, utilizando o Direito como instrumento, como por exemplo, proibindo manifestações. Aqui vale destacar que o direito no estado burguês tem uma função educativa, mas em um sentido negativo, pois faz com que o trabalhador aceite pacificamente o domínio do capital, garantindo assim a hegemonia burguesa; pela

<sup>6</sup> Ver em: GRAMSCI, Antonio. Às margens da história (Caderno 25). In: *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 5.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

cooptação; e através do Estatuto de Cidadania burguesa, o qual desarticula a consciência de classe, fazendo dos indivíduos um cidadão e não membro de uma classe.

Portanto, em nossa percepção, o Estado brasileiro – no que tange ao período em análise, através da atuação da SUDECO -, em suas diversas subdivisões, garantiu a subordinação dos grupos sociais descapitalizados à hegemonia burguesa - ou seja, daqueles que detém o controle dos meios de produção – e por isso o consideramos um Estado autocrático burguês. Nesse sentido, entendemos que, quando se tem a consecução do projeto hegemônico burguês através do Estado, se efetivava no país, no período em análise, uma Revolução Burguesa<sup>7</sup>.

Quando Florestan Fernandes buscou entender o período do regime militar – período o qual corresponde ao que analisamos nesse contexto das migrações internas com as ações da SUDECO e de outros órgãos – sua análise partiu de determinantes estruturais no processo da Revolução Burguesa. Discutindo as origens da Revolução Burguesa, ele afirma que foi a partir de 1930 que foi instalada um Era Burguesa no Brasil, quando a burguesia dominou as oligarquias, criando os germes da Revolução que se concretizaria no início da segunda metade do século XX:

A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém somente os germes desse poder e dessa dominação. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam,

---

<sup>7</sup> Deve-se aqui destacar o conceito de Revolução Burguesa para FERNANDES (1987), o qual tomamos como referência: “Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa”. (Idem, p. 203)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa.  
(FERNANDES, 1987, p. 203)

Contudo, entendemos que até a primeira metade do século XX se teve apenas os germes da Revolução Burguesa, pois foi somente no final da década de 1960 e início dos anos 1970 – período que corresponde ao processo por nós analisado com as migrações e as ações da SUDECO-, com a consolidação do capital monopolista, que tivemos com a efetivação da hegemonia burguesa sobre o Estado, ou seja, a Revolução Burguesa em sua plenitude.

Contudo, averiguamos que, no contexto das migrações com a atuação da SUDECO se teve uma maior concentração do capital – processo que levou a consolidação do capital monopolista - fato que consideramos determinante para a consolidação da revolução burguesa, pois foi exatamente nesse momento que se tem a consecução do projeto hegemônico burguês através do Estado.

Toda essa discussão teórica que está nos servindo de base argumentativa, nos esclarece quanto a nossa busca de entender melhor o contexto das migrações internas como fator de suma relevância para entender a atuação do Estado, através de seus diversos organismos, garantindo o avanço do latifúndio sobre o território nacional. A expropriação indígena está intrínseca nesse processo, e por isso começamos nossa análise a partir desse tema. Buscaremos adiante destacar alguns casos que exemplificam a luta dos povos indígenas contra o avanço do capital e ao mesmo tempo percebendo como o Estado, representado pela SUDECO, FUNAI e outros órgãos, foi sendo tomado pelas classes dominantes que garantiram o avanço do latifúndio sobre a região em foco.

Com relação a região Centro-Oeste, durante o período de atuação da SUDECO (1967-1990), em que Rondônia fazia parte de sua jurisdição, verificamos essa tomada do Estado pelas classes dominantes para garantirem a sua acumulação primitiva.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Inclusive, a fronteira agrícola do Centro-Oeste, durante o período mencionado, concentrou numa quantidade cada vez maior de terras os grandes proprietários em relação aos latifundiários do Sul e do Sudeste. Era o Centro-Oeste, e consequentemente Rondônia, atendendo a frente pioneira e a frente de expansão, garantindo o aumento da concentração fundiária em proporções maiores que as regiões em que já se tinha o avanço monopolista sobre o território.

Voltando-se a questão de denúncia contra o total descaso da FUNAI no processo em análise, cabe aqui destacar que algumas lideranças indígenas foram cooptadas por madeireiras e garimpeiros, pois a partir do momento que são atraídos para a cidade estes se corrompem. O relato a seguir explica resumidamente essa temática:

“Os primeiros contatos com a sociedade envolvente, a partir dos anos 50, foram marcados pela violência, sangue e mortandade em massa, porém outros contatos, amistosos, se deram em 1968 pela FUNAI, com o objetivo de contatar os índios para neutralizar sua resistência, com vistas à expansão da área e ao capital dos grandes grupos econômicos e seus projetos.” (F. PERDIGÃO e L. BASSEGIO, p. 31, 1992)

Outros relatos que abordam a violência imposta pelo avanço do capital aos índios da região de Rondônia são impactantes. A seguir com relação ao povo Zoró:

“Os Zoró são, hoje, uma comunidade praticamente relegada ao abandono, sem qualquer assistência, à mercê dos invasores, comerciantes, colonos, fazendeiros e madeireiros. O tuxáua representante desta nação fala insistentemente, em reuniões de índio e também de brancos, que está cansado de pedir aos invasores que se retirem da terra e pede que os brancos comecem a agir de verdade, fazendo cumprir a constituição.” (Idem, p. 34)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Este referente à nação Sakirabiá, então localizada no município de Cerejeiras:

“Um dos grandes conflitos é não ter a sua terra demarcada e homologada. Isto possibilita a invasão pelos colonos, madeireiros e fazendeiros. Em 1984 invadiram as terras e em 1989 foram retirados, porém, existem constantes ameaças de novas invasões.” (Idem, p.36)

Através destes relatos fica evidente o quanto a presença do índio nas terras passa a ser um obstáculo para o avanço do capital monopolista, restando a estes a pacificação e espoliação de seus territórios, para que as terras fossem liberadas e incorporadas ao latifúndio.

No entanto, nem todos os povos se mantiveram pacíficos diante da chegada de colonos em seus territórios, como foi no caso dos Uru-eu-wau-wau. Os índios dessa nação expulsaram e mataram colonos, atacando os assentamentos realizados pelo INCRA:

“Os índios de Rondônia tem tido uma presença marcante no saques em represália aos projetos de garimpo, seringais e colonização (por exemplo, a morte de Braulino no lote 33 do INCRA). NO mesmo local, em 1979, os Uru-eu-wau-wau mataram os filhos de Francisco Prestes. Este tipo de represália aos projetos de colonização, segundo depoimentos dos moradores de Ariquemes, afugentou os colonos assentados nessa área demarcada pelo INCRA, que abandonaram inclusive suas roças.” (Idem, p.41)

Como foi destacado no trecho, aqui a represália foi contra colonos dos assentamentos do INCRA, que neste caso não são aqueles capitalizados como vínhamos relatando, ou seja, não são aqueles colonos que representam o grande capital monopolista. Percebe-se aqui uma contradição, pois se tem nessa situação duas vítimas do avanço do capital monopolista, índios e colonos descapitalizados, atacando um ao outro, sendo que na verdade deveriam se unir para garantirem seus nobres interesses, que se resumem, concomitantemente, em garantir a preservação de sua reserva e de ter acesso a um

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

pequeno pedaço de terra para sua sobrevivência. Entretanto, essa união não aconteceu – e não muito em breve acontecerá – pois o capital monopolista é extremamente maquiavélico e racional, fazendo com que grupos sociais que são vítimas do capital entrem em choque sem perceberem que seu real inimigo são aqueles que os colocaram naquela situação conflitante, ou seja, o Estado e os donos do capital (ambos preenchidos pela alta burguesia nacional e internacional).

Deve-se aqui destacar que em determinados momentos observa-se um maior grau de conscientização e articulação das nações indígenas, percebendo que seu real inimigo não era os colonos descapitalizados, mas sim o agente que os colocou naquela terra sem proporcioná-lo nenhuma estrutura, ou seja, o Estado através de seus organismos, e os colonos capitalizados. Nesse sentido, vale aqui destacar a organização e participação dos índios de Rondônia da 1ª Assembleia Geral dos povos indígenas de Rondônia e norte de Mato Grosso, realizada em outubro de 1991 na cidade de Ji-Paraná. Foram relatados diversos depoimentos de líderes indígenas que, após várias discussões, chegaram a conclusões importantes no contexto de sua luta. Seguem alguns destes depoimentos:

*Zelito Tenharum:* “Enfrentaremos militares, fazendeiros, madeireiros e mineradoras. Vai ser difícil conseguir ajuda do governo, vai demorar um pouco, teremos de lutar muito. Vamos ser ouvidos por prefeitos e pelo governador do estado. Teremos perseguição por parte da FUNAI, mas sejamos fortes”.

*Jair Nambikwara:* “Temos de ter coragem, a FUNAI nos segura, mas agora vamos passar à frente dela. Vamos deixar de lado a FUNAI e agir”.

*Wem Prawam:* “Eu quero defender meus parentes, eles estão todos condenados, eu tenho dó dos meus parentes”.

*Itabira:* “Vou continuar enfrentando nossa luta, eu estou ameaçado aqui em Rondônia pela FUNAI, autoridades e madeireiros. Eu tenho coragem, não tenho medo da FUNAI”.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

*Antenor:* “Vamos brigar muito, arriscar a vida para poder resolver a situação dos parentes. Vamos exigir do governo nossos direitos. Companheiros, coragem eu tenho, voz eu tenho, boca eu tenho, vamos nos unir para lutar por nossos direitos e brigar com os opressores”.  
(Idem, p. 42)

Fica clara a percepção das lideranças indígenas em barrar os fazendeiros, madeireiras e mineradoras, os quais eram apoiados pelos militares, representantes do Estado, que estavam no poder naquele período. Ainda mais clara, a consciência de que a FUNAI era uma instituição a ser superada, pois não cumpria sua função primordial: defender os índios.

Ao final da Assembleia os documentos foram lidos, aprovados e assinados por todos os índios presentes e, em seguida, enviados ao então Presidente Fernando Collor de Melo, Governador de Rondônia Oswaldo Piana, Secretário adjunto da agricultura Nilson Moreira Campos, Prefeitos de Ji-Paraná José de Abreu Bianco e para o BIRD. Estes documentos tratavam, especificamente, das seguintes questões: barragem do Rio Machado, invasão na área Zoró, PLANAFLORO e exoneração de cargos. No que diz respeito às consequências e resultados que estes documentos trouxeram para os índios, não se tem muito a dizer, pois o Estado, através de seus representantes, como é clássico em nosso país, em seus discursos dizem buscar solucionar os problemas de forma a não deixar os envolvidos prejudicados. Entretanto, sabemos que, de fato, o que o Estado buscou e busca até os dias atuais é não prejudicar o avanço do capital e que, portanto, não levou a cabo os pedidos das nações indígenas que estavam, e ainda hoje estão sendo espoliados pela expansão do latifúndio.

#### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. *A Construção do Capital – Sudeco: o Centro- Oeste*

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

*em foco (1967-1990)*, Goiânia: KELPS, 2016.

F. PERDIGÃO e L. BASSEGIO. *Migrantes Amazônicos. (Rondônia: a trajetória da ilusão)*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 1992.

FERNANDES, Florestan. A concretização da Revolução Burguesa. *In: A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Cap. 05. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos) (Caderno 25). *In: Cadernos do Cárcere*. Volume 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MACIEL, Dulce Portilho. *Migrações Internas no Brasil (1970-1990): questão de segurança nacional*. Anápolis: 2008.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**ALEXANDER BOGDANOV E OS DEBATES SOBRE O TAYLORISMO  
NO NASCENTE ESTADO SOVIÉTICO**

Tales dos Santos Pinto<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente comunicação tem por objetivo apresentar algumas das principais ideias de Alexander Bogdanov (1873-1928), teórico, militante político e cientista russo, e parte de sua trajetória política e institucional. Tal apresentação serve para perceber como parte de suas ideias influenciaram os debates sobre o taylorismo na primeira década de existência do Estado soviético, mesmo que de forma distinta da que pensava o autor. Os dois principais grupos que protagonizaram tal debate foram o Instituto Central do Trabalho, liderado por Alexei Gastev, e a Liga do Tempo, liderado por Platon Kerzhentsev, duas figuras que participaram do Proletkult, mas pensaram de formas distintas de seu idealizador o que era Cultura Proletária.

**Palavras-chave:** Alexander Bogdanov; taylorismo; URSS.

**A personagem**

Dentre tantos pseudônimos utilizados para evitar a polícia política czarista Alexander Alexandrovich Malinovski (1873-1928) ficou conhecido pelo mais utilizado, Alexander Bogdanov. Iniciou seus estudos superiores em ciências naturais na Universidade de Tula no início da década de 1890, e formou-se em medicina, na Universidade de Moscou, no final da mesma década. Membro do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) desde seu início, saiu deste em decorrência de divergências com Lênin. Participou da fundação do Proletkult em 1917, saindo da organização e da cena política com as perseguições aos grupos opositoristas aos bolcheviques em 1921,

---

<sup>1</sup>Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da UFG. Bolsista Capes.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

dedicando-se aos estudos em hematologia no Instituto de Hematologia de Moscou, primeiro do mundo e por ele fundado. Morreu em 1928 em decorrência de testes de transfusão em si próprio.

Já no período universitário dedicou-se ao trabalho de formação política em círculos operários nas cidades em que estudou, o que garantiu que sua atuação militante fosse pautada por uma proposta político-pedagógica na qual os operários pudessem desenvolver seus conhecimentos em economia, política, filosofia, ciências sociais e ciências naturais. Segundo conferência proferida em 1918, no contexto da Revolução Russa, Bogdanov afirmou que um dos jovens operários que participavam de um dos círculos neste período inicial de sua trajetória esboçou a seguinte proposta: “reunir, como os elos da cadeia complexa do desenvolvimento, os fenômenos técnicos e econômicos e as formas de cultura espiritual que deles decorrem” (BOGDANOV, 1977, p. 142, tradução nossa). Diante dessa proposta, Bogdanov realizou uma série de conferências buscando alcançar esse objetivo, o que resultou na elaboração de uma de suas primeiras e mais difundidas obras, *Compêndio da Ciência Econômica*, publicado em 1897 em coautoria com I. Stepanov. A obra foi publicada após passar pelo crivo da censura czarista e sofrer algumas alterações, sendo reeditada diversas vezes até a década de 1930, compondo parte do material a ser utilizado nas escolas soviéticas (PINTO, 2018).

As exigências dos participantes operários das conferências levaram ainda os conferencistas a buscar informações mais profundas sobre os temas a serem ensinados, nas áreas das ciências humanas, exatas e da natureza. Porém, o ensinamento desses temas no breve período de tempo dos cursos tornava inviável o aprofundamento. Tal situação impôs aos conferencistas “considerar de outro modo a própria missão, em desdobrar importantes esforços para ensinar os auditores a aprender, de lhes indicar as vias e os meios de um trabalho autônomo” (BOGDANOV, 1977, p. 143, tradução nossa). O foco do ensino não seria a especificidade dos conteúdos e das diversas metodologias presentes

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

em cada um dos ramos científicos, mas procurar uma linha mútua que conteria as características metodológicas gerais e análogas de várias disciplinas, que de certa forma poderiam ser utilizadas para o conhecimento dos diversos ramos da ciência. Essa característica iria acompanhar todo seu trabalho, político e teórico, durante sua vida e pode ser entendido como o eixo principal de sua militância junto à classe operária para o desenvolvimento da revolução socialista e da construção da sociedade socialista.

Durante o debate sobre a forma organizacional que o POSDR deveria assumir no contexto russo, em 1903, aderiu ao bolchevismo e no ano seguinte conheceu Vladimir I. Lênin no exterior, iniciando a partir desse momento uma estreita colaboração entre ambos. Participou de vários órgãos do POSDR, e em 1905 foi delegado do partido no soviete de São Petersburgo, sendo preso em 1906 em decorrência desta participação e exilado posteriormente. A historiadora Jutta Scherrer (1984) afirma que por sua atuação na Revolução de 1905 – mesmo antes da presença de Lênin no país –, Bogdanov alcançou importante influência nos meios proletários, realizando após a derrota da revolução a coordenação entre os grupos bolcheviques no exterior e os círculos operários na Rússia.

Os anos seguintes à Revolução de 1905 e a avaliação que Bogdanov fazia dos motivos da derrota do proletariado na mesma o levou a se afastar paulatinamente de Lênin. O nível de desenvolvimento da classe operária russa indicava uma falta de educação democrática propriamente dita. Aliava-se a isso a necessidade de sustentar um acordo com os demais grupos e classes sociais que atuavam no campo democrático, principalmente o campesinato, impedindo o desenvolvimento de uma consciência socialista no terreno da democracia em geral. O socialismo era ainda um objetivo longínquo para se passar à política do momento e aos *slogans* democráticos. Diante dessa análise da situação, Bogdanov afirmava que os representantes da antiga atividade de propaganda tentavam chamar a atenção para a prática da educação socialista dos operários e, principalmente entre os bolcheviques de Moscou, passaram a desenvolver uma



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

literatura relatando aquela limitação que vieram na derrota da Revolução de 1905. Refere Bogdanov:

Quando a primeira onda da revolução se quebrou contra a inércia das massas camponesas e do exército, quando o proletariado foi expulso da arena política, quando a grande maioria da *intelligentsia* se afastou da social-democracia, veio o tempo de refletir mais seriamente e mais a fundo sobre esta questão (1977, p. 144, tradução nossa).

O período de reflexão após 1906 foi de intenso debate no interior da fração bolchevique. Se em seu balanço em 1918 Bogdanov (1977) via que o período posterior à revolução deveria incidir principalmente nessa reflexão dos limites da prática da classe operária e em um processo de educação com vistas ao desenvolvimento da consciência socialista, para Lenin – também em um balanço em *Esquerdismo, a doença infantil do comunismo* (1984) –, a percepção era de que esse período também foi de grande luta no interior do partido, marcado por um desvio “de esquerda” da ala bolchevique da qual participava Bogdanov. A luta entre as duas alas bolcheviques, a de direita encabeçada por Lenin e a de esquerda por Bogdanov, se deu sobre dois aspectos principais: uma questão filosófica e uma questão de tática política<sup>2</sup>.

O aspecto filosófico da divergência estava relacionada à elaboração da obra *Empirionismo*, editada entre os anos de 1906 e 1908, e na qual Bogdanov tinha por objetivo principal contribuir para a construção de uma “visão de mundo proletária”, baseada em uma revisão do marxismo a partir dos últimos conhecimentos produzidos pelas ciências naturais. Nesse sentido, segundo Dominique Lecourt, Bogdanov iria tomar à letra a palavra de ordem de Engels, de que “a cada grande descoberta científica o

---

<sup>2</sup> Em decorrência do espaço do texto e de seus objetivos principais, apenas o aspecto filosófico aqui será tratado. A exposição mais detalhada do aspecto político pode ser encontrada em PINTO, 1918.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

materialismo deve mudar de forma” (1977, p. 20, tradução nossa). Ele se baseava sobretudo no conceito de *experiência* desenvolvido por Richard Avenarius e Ernest Mach. Bogdanov cunhou o termo *empiriomonismo* por defender que haveria um elemento comum, básico na construção do conhecimento do mundo e na própria imagem de mundo, que seria a experiência do trabalho humano.

A *experiência* e a *ideologia* seriam os caminhos para a construção do monismo dos conhecimentos científicos, que garantiria a possibilidade de construir um sistema de conhecimento tanto do mundo natural quanto do mundo humano. Ainda nesse sentido, para Bogdanov (1977) a ligação entre experiência e ideologia faria com que na esfera coletiva da experiência humana a ideologia teria uma função organizativa na sociedade. E em decorrência disso, a classe social que organiza a sociedade impor sua ideologia, e sua visão de mundo, às demais classes e grupos sociais. No que se refere à luta pela superação do capitalismo, a constituição de uma nova sociedade passaria, então, necessariamente pelo caminho da formação da ideologia proletária a partir de sua própria experiência coletiva nos processos de trabalho da indústria mecanizada, enquanto nova ideologia organizativa da sociedade, o que se daria por meio do desenvolvimento de uma cultura proletária própria, na qual o operariado expressaria sua própria visão de mundo (científica, política, econômica, filosófica e artística). Assim, o marxismo precisaria se reformular pela perspectiva autônoma da classe para formar uma nova sociedade e uma nova visão de mundo. Eram esses os princípios da denominada *cultura proletária*.

A reação de Lênin foi contrária à proposta filosófica de Bogdanov. O mais conhecido líder bolchevique elaborou em 1908 seu único trabalho filosófico, *Marxismo e Empiriocriticismo*, em resposta a Bogdanov. Para Lênin (1975), era impossível rever o marxismo à luz de mudanças históricas do conhecimento humano que poderiam questionar alguns de seus princípios, além de ser uma ação inepta aos interesses dos operários e à luta pela construção do socialismo. Mesmo a tentativa de conciliar os

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

desenvolvimentos das ciências naturais com o marxismo, uma ciência social, não levaria a resultado algum para os operários. A proposta filosófica e teórica de Bogdanov era uma falsificação do marxismo, “feita por doutrinas antimaterialistas”, que caracterizavam o revisionismo da época “em economia política tal como nos problemas de tática e na filosofia em geral, tanto em gnoseologia como em sociologia” (LENIN, 1975, p. 298).

Após sua saída das instâncias partidárias em 1911, Bogdanov dedicou-se à sua principal obra, a *Tectologia, Ciência Geral da Organização*, publicada em diversas edições entre os anos de 1913 e 1929, e que seria o desenvolvimento científico das propostas filosóficas presentes no *Empiriomonismo*. No desenvolvimento de sua perspectiva do monismo filosófico Bogdanov percebeu que o que unifica o conhecimento de todas as áreas do conhecimento humano era a organização presente em cada uma delas. Sendo que todas se organizam segundo princípios semelhantes e se relacionam através de suas formas organizacionais, a tectologia permitiria a utilização dos mesmos princípios metodológicos para analisar e conhecer os fenômenos de todas as áreas do conhecimento humano. De acordo com o pensamento de Bogdanov (1984), a Tectologia deveria esclarecer os modos de organização cuja existência é percebida na natureza e na atividade humana; em seguida ela deveria generalizar e sistematizar estes modos; depois deveria explicá-los, isto é, propor esquemas abstratos de suas tendências e leis e, finalmente, com base nestes esquemas, determinar a direção de métodos organizacionais e seu papel no processo universal. Este plano geral era semelhante ao plano de qualquer ciência natural, mas o objetivo da Tectologia era essencialmente diferente: ela lidaria com experiências organizacionais não deste ou daquele campo especializado, mas de todos esses campos juntos. Em outras palavras, a Tectologia abraçaria o assunto de todas as outras ciências e de toda a experiência humana dando origem a estas ciências, mas apenas do ponto de vista do método, ou seja, ele estava interessado apenas nos modos de organização destes assuntos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

E o qual o motivo que o levou a propor tal ciência? No decurso da história da humanidade e principalmente no desenvolvimento do capitalismo houve uma fragmentação do conhecimento humano em uma série de ramos científicos, em uma série de especialidades. Tal situação criou uma dificuldade de comunicação entre estes ramos, e fortaleceu o papel social de cada um dos grupos detentores destes conhecimentos específicos. Como o conhecimento é a organização dos elementos da experiência coletiva, a detenção de tais conhecimentos coloca os cientistas como parte do grupo social e da classe social dos organizadores, que estão em polo oposto aos dos executores, que não detém tais conhecimentos. Porém nem sempre foi assim: no início da história humana havia a produção monista do conhecimento, com a utilização de metodologias iguais em diversas áreas da ação humana, principalmente em decorrência do conhecimento estar ligado diretamente à execução dos processos de trabalho. Ao longo da história houve uma dissociação dessa condição social de trabalho, separando a sociedade entre organizadores e executores. No capitalismo, a humanidade chegou ao ponto mais avançado do desenvolvimento dessa dissociação. Entretanto, o capitalismo comporta também uma situação distinta à da especialização, pois a transferência de metodologias de um ramo a outro do conhecimento foi verificada no século XIX, o que permitiria a unificação metodológica. Por outro lado, a produção mecanizada uniformizou o trabalho de grande parte dos trabalhadores, demonstrando que a especialização não era mais atributo dos trabalhadores, mas das máquinas. As máquinas se tornariam especializadas, enquanto os trabalhadores deveriam deter habilidades e aptidões gerais que possibilitassem a eles operar qualquer tipo de máquina, desta forma a máquina seria a *escrava de ferro* do trabalhador. Mas a divisão social no capitalismo, entre os organizadores da produção, da ciência e da sociedade, de um lado e os executores das decisões tomadas pelos organizadores de outro impediria que tal unificação monista do conhecimento humano fosse realizada. Apenas com o comunismo isso seria possível. Mas para se alcançar o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

comunismo não poderia tomar como prática revolucionária apenas a ação política da tomada do poder, era necessário criar as condições para a construção da sociedade comunista em que as divisões sociais desaparecessem. A Tectologia seria a ciência da organização que garantiria as condições para que a construção do socialismo fosse possível. A tectologia não seria uma tática da ação política revolucionária, mas um programa de construção de uma nova sociedade, o caminho para a construção da cultura proletária, com a ciência proletária, a arte proletária, a filosofia proletária, e a organização social proletária.

### **Os debates sobre o taylorismo**

Entre os anos de 1913 e 1914 Lênin publica dois textos de crítica ao modelo dos *Princípios de Administração Científica* (1970), elaborados por Frederick Winslow Taylor. Operário no início de sua vida adulta, Taylor tornou-se posteriormente engenheiro e dedicou-se a aplicar métodos racionais de controle da força de trabalho nos locais de trabalho como forma de minar o controle que os próprios operários exerciam na execução dos processos de trabalho e no processo de ensino detido pelos trabalhadores mais antigos aos novos operários que entravam nas fábricas. Tais princípios se baseavam principalmente na cronometragem dos gestos de trabalho, nos movimentos executados pelos operários, e no pagamento por peça em detrimento de salários fixos. O objetivo de Taylor era principalmente padronizar tais gestos e movimentos, eliminando os considerados errados ou ineficientes, aumentando assim a produtividade de cada trabalhador. A adoção de salários por peças pretendia estimular os operários a adotar os métodos de trabalho para o acréscimo de produtividade e também de salários. O estudo e a sistematização desses processos seriam também utilizados posteriormente para ensinar os jovens operários que adentrassem às fábricas.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

De acordo com Linhart (1983), para Lênin a adoção de tais princípios levava a uma maior escravização do trabalhador e também a um maior aumento da exploração dos operários por parte dos patrões, aumentando seus lucros. Entretanto, para Lênin o modelo de Taylor era o que havia de mais moderno e avançado na organização da força de trabalho por parte dos capitalistas. Porém, após a tomada do poder em outubro de 1917 a visão sobre os métodos do sistema Taylor mudaram. Passaram a ser vistos como medida necessária para o aumento da produtividade do operário russo, e deveria ser utilizado em conjunto com as medidas de organização racional da economia como um todo, pois eram dois aspectos da racionalidade capitalista que deveriam ser utilizados: a racionalização do processo de trabalho através dos métodos da administração científica aplicados no chão de fábrica; e a racionalização da economia com a planificação econômica, que deu os primeiros passos durante a I Guerra Mundial nas economias dos países beligerantes, com a produção industrial e agrícola atendendo aos interesses de consumos ligados aos esforços de guerra, tendo no Estado e nas forças armadas as instituições que centralizariam as tomadas de decisões da organização da sociedade. Para Charles Maier (1970) essa perspectiva de reorganização social não era exclusividade do governo soviético. Em alguns países europeus (França, Alemanha e Itália, principalmente) durante o pós-guerra tanto o taylorismo quanto a planificação da economia nacional foram vistos como caminho para uma reorganização da sociedade, influenciando, para além da economia, a arquitetura, o urbanismo, as artes, bem como os diversos grupos políticos e as tecnocracias, notadamente as fascistas.

Na Rússia soviética em seus primeiros anos, houve uma relativização dos aspectos negativos do taylorismo que o próprio Lênin havia apontado, pois devido ao fato de ser o que de mais avançado havia na ciência e tecnologia capitalista na organização da força de trabalho, o taylorismo deveria ser utilizado para aumentar a produtividade e reconstruir a economia russa destruída pela guerra. De acordo com Linhart (1983) tal medida

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

auxiliaria no desenvolvimento das forças produtivas, e viria a ser ainda utilizada como uma pedagogia do trabalho, pois com os estudos dos movimentos e a exclusão dos gestos incorretos e desnecessários se poderia *ensinar os operários a trabalhar*, principalmente os que tinham origem no campesinato, acostumados a outros ritmos de trabalho, diferentes dos adotados nas indústrias urbanas. Para Lênin, o problema era que o taylorismo se limitava aos muros das fábricas, sendo que seus métodos deveriam ser adotados para toda a sociedade. Se no capitalismo ele significava o aumento da exploração, na construção do socialismo, com o controle político de seu uso por parte do partido bolchevique e do Estado soviético, ele contribuiria para a construção de uma nova sociedade.

Com o fim da Guerra Civil em 1921 e o início da NEP, a necessidade de reconstrução do país fez com que o debate sobre a adoção do taylorismo (que na Rússia à época era denominado Organização Científica do Trabalho, cujo acrônimo em russo para o termo era *NOT*) voltasse à tona. Alexey Gastev foi o principal dos expoentes da adoção do taylorismo. Conhecido como o poeta-operário, o Ovídio dos engenheiros, dos mineiros e dos metalúrgicos, Gastev trabalhou na área de metalurgia desde a década de 1900, tanto na Rússia quanto no exílio (na França, na fábrica de automóveis da Renault). No exílio europeu conheceu e trabalhou conjuntamente com os principais nomes da fração bolchevique que iriam fundar e apoiar o Proletkult, inclusive colaborando com a organização em seu início. Gastev se interessou pelo taylorismo desde seu trabalho no ocidente europeu, e após a revolução tornou sua ideia fixa a necessidade de se implantar em solo soviético os estudos dos movimentos e do tempo e sua aplicação aos trabalhadores Russos. Foi o principal dirigente do Instituto Central do Trabalho, fundado em 1920, ligado tanto às instituições de instrução pública quando de planejamento econômico. Possivelmente devido à sua ligação com o Proletkult, e com as ideias de Bogdanov, via a necessidade de desenvolver nos operários russos as condições para a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

criação de uma nova cultura proletária. Entretanto, alterando a proposta original de uma cultura operária (criada com a autonomia dos trabalhadores), Gastev via o sistema de Taylor como o caminho da construção dessa cultura. Segundo Kendall Bayles (1977), Gastev buscava uma nova ética do trabalho através do taylorismo, que iria moldar a cultura dos operários no sentido de uma nova disciplina social voltada para o aumento da produtividade, desenvolvimento das forças produtivas e para construção da sociedade socialista. Contou com o apoio de Lênin desde os primeiros momentos e conseguiu fazer com que o Instituto Central do Trabalho conseguisse financiamento para seus laboratórios, onde seriam formados grupos de operários segundo a metodologia do sistema Taylor (análise dos movimentos, cronometragem dos gestos, seleção e exclusão de acordo com a efetividade etc.). Entretanto, a função de formação dos operários era dada aos engenheiros, sem a menor participação dos trabalhadores nas decisões a serem tomadas neste processo. Gastev acreditava que discussões e deliberações conjuntas em nada contribuíam com os avanços dos estudos em organização científica do trabalho. E defendia também o pagamento de salários mais altos, de acordo com a produtividade aos operários formados pelo Instituto Central do Trabalho.

Gastev via a necessidade de expandir o taylorismo para além dos limites das fábricas, transformando-o em um taylorismo social, que formaria as bases do que seria a nova cultura proletária, uma administração científica de toda a sociedade e uma formação do trabalhador que garantiria o aumento da produtividade e conformaria sua psicologia para a construção do socialismo. Com as bases do taylorismo se conseguiria moldar a consciência do trabalhador para o trabalho. Como nos mostra Bayles (1977), Gastev afirmava que para entender a nova cultura do proletariado era necessário ser um tipo de engenheiro, um tipo de construtor social experimentado e tomar um dos métodos científicos, não de proposições gerais concernentes ao desenvolvimento das forças produtivas, mas da mais exata análise molecular da nova produção, a qual se apresenta

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

dentro da existência do proletariado contemporâneo. Com isso seria possível construir o novo homem, o homem máquina, anônimo e coletivizado em sua padronização. O referencial de sociedade era os EUA, o objetivo era garantir as bases de um desenvolvimento das forças produtivas russas, criando de certa forma um americanismo soviético. O foco principal era o operário e seu fortalecimento enquanto força de trabalho. A estética pregada era a da industrialização, evidenciando os nervos e os músculos de aço do operário máquina.

Em oposição à Gastev e ao seu instituto criou-se a chamada Liga do Tempo, organizada em células em diversos locais da sociedade (fábrica, exército, espaços comunitários etc.) liderada principalmente por Platon Kerzhentsev, outro antigo membro do Proletkult. De acordo com Sochor (1981) havia, porém, uma crítica ao taylorismo e à proposta de Gastev, principalmente pelo fato de não haver uma preocupação com as condições materiais e psicológicas de trabalho dos operários, que deveria ser o centro das atenções dos estudos e das aplicações da NOT. Para Kerzhentsev, a adoção da racionalização dos processos de trabalho deveriam estar diretamente ligados aos processos de modernização dos meios de produção (investimentos no desenvolvimento de maquinaria, principalmente) e na racionalização da sociedade como um todo, principalmente no que concernia ao planejamento econômico.

Para além das melhorias nas condições de trabalho, era necessário ainda que a racionalização dos tempos fosse utilizada em todos os aspectos da vida dos operários, tanto no âmbito público quanto na vida privada. Aqui também as noções de racionalização dos processos não deveria se limitar ao local de trabalho, devendo alcançar toda a sociedade. Porém, o foco era criar as condições de avanço tecnológico para tanto, e não a ênfase na cronometragem e estudos dos movimentos. Nos debates que ocorreram nas conferências da NOT na primeira metade da década de 1920, Sochor (1981) nos mostra

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

que o grupo de Gastev foi vencedor, e ele exerceu forte influência no estudo e aplicação da NOT até a sua morte, nos expurgos stalinistas de final da década de 1930.

Bogdanov também via o taylorismo como um avanço no desenvolvimento do capitalismo. Sochor (1988) afirma que em um texto publicado em 1913 sobre o tema, nossa personagem afirmava que o taylorismo era o primeiro sistema de organização da força de trabalho feito de modo científico, mas criticava as características de intensificação da exploração, e principalmente o fato de serem poucos os avanços econômicos conseguidos ao longo do tempo, já que se no início de sua aplicação se conseguiria um aumento da produtividade, ao longo do tempo isso chegaria a um patamar de estagnação, pois o referencial era os trabalhadores superiores, e não os de menor capacidade e habilidade, o que resultaria na criação de um fosso entre os operários, desestimulando-os mesmo com os incentivos salariais. Além disso, havia a monotonia que causaria no processo de trabalho a repetição incessante dos mesmos movimentos, diminuindo o interesse do trabalhador em buscar melhorar suas formas de trabalho e sua própria criatividade. A aplicação do sistema necessitaria ainda de aumentar consideravelmente o número de fiscais e supervisores, medidas que aumentariam os custos de produção e que não estavam diretamente ligadas a um aumento da produtividade.

Após o início dos debates no Estado soviético, a principal crítica de Bogdanov foi contra as posições de Gastev. Como mostra Sochor (1981), para o teórico da cultura proletária, a proposta de Gastev levaria ao fortalecimento e ascensão dos engenheiros e demais técnicos na criação e no controle do processo de produção em detrimento dos operários, fortalecendo assim a posição deste grupo social na sociedade soviética. E o que Gastev indicava como caminho para a cultura proletária, excluía os principais elementos do que era defendido por Bogdanov: a camaradagem entre os operários como princípio do coletivismo na produção; o desenvolvimento do conhecimento científico dos operários



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

para poderem organizar o processo de produção e a própria vida social. A transição para o socialismo não seria decorrente apenas de um controle político sobre o taylorismo e demais aspectos da vida social, deveria ser desenvolvida uma ciência proletária e uma cultura proletária para alcançar o objetivo do comunismo, ou do coletivismo na produção e do comunismo na distribuição.

Desenvolvendo a adoção do taylorismo na perspectiva da tectologia, Bogdanov (1996) afirmava que o foco do taylorismo no incentivo de bônus a uma maior produtividade dos operários estava muito mais ligado ao consumo individual dos trabalhadores que a um comunismo na distribuição. O aumento salarial poderia até melhorar individualmente o desempenho do operário, já que seu gasto de energia do trabalho seria compensado com o acesso a uma melhor alimentação, melhor habitação e acesso a estabelecimentos culturais nos espaços urbanos. Mas pensando coletivamente, socialmente, o fato de premiar com melhores salários apenas os operários de alto desempenho faria com que os operários de menor desempenho tivesse acesso a menores salários, e consumissem menos, gerando um desequilíbrio na reposição de energia dispendida no processo de produção. O ritmo do desenvolvimento seria dado pela lei da resistência relativa, pela lei dos mínimos, já que o dispêndio de energia no processo de trabalho não seria marcado pelos operários mais qualificados, mas sim pelos menos qualificados. Para garantir um melhor desenvolvimento desse equilíbrio social durante o processo de transição do socialismo para o comunismo, deveria se elevar a produtividade dos trabalhadores medianos, conjuntamente a um processo de criação da cultura proletária, que ao passar a especialização das funções para as máquinas, garantiria a uniformização das habilidades necessárias para a utilização das mesmas entre os operários, liberando-os para os conhecimentos de outros aspectos da vida: ciência, artes, filosofia, política etc.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Referências**

BAYLES, Kendall E. *Alexei Gastev and the soviet controversy over taylorism, 1918-1924*. Soviet Studies, vol. XXIX, n. 3, Julho 1977, pp. 373-394.

BOGDANOV, Alexandr. A. *La science, L'art et la Classe Ouvrière*. Paris: François Maspero, 1977.

\_\_\_\_\_. *Essays in Tektology*. The general science of organization. 2. ed. Intersystems Publications: Seaside, Califórnia, 1984.

\_\_\_\_\_. *Bogdanov's Tektology*. Book 1. Hull: Centre for Systems Studies Press, 1996.

LECOURT, Dominique. Bogdanov, miroir de l'intelligentsia soviétique. In: BOGDANOV, Alexandr. *La science, l'art et la classe ouvrière*. Paris: François Maspero, 1977, pp. 7-41.

LENINE, Vladimir. I. *Materialismo e Empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Lisboa: Estampa, 1975.

LINHART, Robert. *Lenin, camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

MAIER, Charles S. *Between Taylorism and Technocracy: European Ideologies and the Vision of Industrial Productivity in the 1920s*. Journal of Contemporary History 5, no. 2, 1970, pp. 27-61

PINTO, Tales dos Santos. *Revolução, Política e Cultura em Alexander Bogdanov*. Goiânia: Edições Gárgula/Gráfica UFG, 2018.

SCHERRER, Jutta. Bogdânov e Lênin: o bolchevismo na encruzinhada. In: HOBSBAWN, E. (Org.). *História do Marxismo*. Volume 03. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 189-241.

SOCHOR, Zenovia A. *Soviet taylorism revisited*. Soviet Studies. vol. XXXIII, no. 2, Abril 1981, pp. 246-264.

\_\_\_\_\_. *Revolution and Culture*. The Bogdanov-Lenin Controversy. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1988.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

TAYLOR, Frederick W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1970.

917

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

Existências & Corporificações

Performativas: Interfaces Entre

História, Educação e Artes Diante dos

Problemas de Gênero

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: RELAÇÕES DE PODER CONSTRUÍDAS**

Maria Leônia Veiga Gonçalves (UFG/RC)<sup>1</sup>

Jeanne Silva (UFG/RC)<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa proposta busca analisar os instrumentos disponibilizados pela lei nº. 11.340/06 para o combate à violência em face da mulher, com enfoque na realidade da comarca de Pires do Rio/GO. As fontes de pesquisa foram escolhidas a partir do ano de 2012, ocasião em que o Supremo Tribunal Federal pacificou as questões que ainda causavam polêmica na aplicação da lei Maria da Penha. A partir do estudo dos documentos selecionados, buscamos compreender como são construídas as relações de poder entre homens e mulheres, bem como a intencionalidade por traz dessas construções, como base de um sistema firmado na dominação e na exclusão. Apesar dos ideais de igualdade preconizados pelo Estado Moderno e pela crença de que as possibilidades estão à disposição de todos num sistema pautado no capital, buscamos, através da pesquisa, analisar qual o alcance da legislação no combate à violência em face da mulher, bem como conhecer a postura dos operadores do direito frente a tais ocorrências e quais as medidas aptas a dar efetividade à lei. Compreendendo que a legislação, por si só, não é capaz de modificar condutas e libertar as vítimas da dominação, buscamos apontar caminhos, pautados na educação para além dos muros da escola.

**Palavras-chave:** Violência doméstica; Relações de poder; Maria da Penha.

Falar sobre os direitos da mulher e do combate à violência doméstica nos obriga a reportar para o século XVIII, início da sociedade moderna, gênese do capitalismo, e, conseqüentemente, nascimento do ideal dos direitos humanos.

<sup>1</sup>Graduada em Direito (CESUC) e História (UEG). Mestranda em História (UFG/RC). Contato: marialeoniaveiga@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Doutora em História (UFU). Professora do Mestrado em História (UFG/RC). Contato: sjeanne992@gmail.com.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Em uma primeira análise, parece discrepante que uma sociedade pautada em ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, que teve seu fundamento nas verdades “autoevidentes” proclamadas na Declaração de Independência dos Estados Americanos, em 1776, bem como nos “direitos naturais” exaltados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, precise de uma lei específica para resguardar o direito à integridade física e psicológica das mulheres.

Afinal, quem eram esses “iguais” tão exaltados pelos revolucionários do século XVIII? Será que as mulheres não estavam incluídas no conceito de humanidade, para que mereçam, em pleno século XXI, tratamento diferenciado daquele destinado aos homens?

Buscando compreender a gênese dos direitos humanos, Lynn Hunt (2009), no livro “A Invenção dos Direitos Humanos”, traz um enfoque cultural para o surgimento da ideia de “iguais” e questiona como em uma sociedade de “patrícios e plebeus”, de senhores de escravos, alguém pensou em igualdade universal de direito, embora essa “universalidade” fosse restrita a grupos eleitos:

Não ficamos surpresos por eles considerarem que as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político, pois pensamos da mesma maneira. Mas eles também excluía aqueles sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas, e sempre, e por toda parte, as mulheres (HUNT, 2009, p. 16).

Assim, percebemos que os direitos humanos não nasceram tão universais como proclamado, sendo as mulheres excluídas de forma veemente, consideradas, dentro do grupo de exclusão, a categoria que não poderia se emancipar, uma vez que os sem propriedade até poderiam adquirir algum bem, as crianças se tornariam adultos, os insanos poderiam ser curados, mas ninguém pode deixar de ser mulher.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Identificar como alguns grupos foram alcançados pelos auspiciosos ventos da igualdade, dotados de direitos naturais e, por isso, inquestionáveis, enquanto outros foram mantidos na exclusão, considerados “os outros”, os sem direitos, apesar de dotados de humanidade, é um caminho seguro para compreendermos que as relações sociais atuais e as formas de dominação e exclusão que se perpetuam.

A noção de que somos todos humanos teve sua consolidação com os revolucionários do século XVIII, uma vez que, até então, pairava a dúvida sobre esta condição. Os descobridores europeus do século XV e XVII ao se depararem com os nativos, com os donos das terras que seriam expropriadas pela colonização, tiveram dúvidas quanto à natureza daquelas criaturas, questionando se seriam “iguais” aos colonizadores ou seriam seres de outra estirpe:

As descobertas do século XV colocam em dúvida o conceito de humanidade até então conhecida nos limites da civilização ocidental. Que são esses recém descobertos (ameríndios, negros, melanésios, etc.)? São bestas ou são seres humanos como “nós” europeus? (MUNANGA, 2003, p. 03-04).

Nesse primeiro contato com os “diferentes” do além-mar, o europeu buscou explicação na teologia e nas Escrituras, considerando Adão como o patriarca da humanidade, representada pelos três reis magos, indicando as diferentes raças. Embora tal explicação não alcançasse o índio, uma vez que entre os magos não tinha ninguém com as características indígenas, ela permaneceu como plausível por um bom tempo.

Para aceitar a humanidade dos “outros”, era preciso provar que são também descendentes do Adão, prova parcialmente fornecida pelo mito dos Reis Magos, cuja imagem exhibe personagens representes das três raças, sendo Baltazar, o mais escuro de todos considerado

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

como representante da raça negra. Mas o índio permanecia ainda um incógnito, pois não incluído entre os três personagens representando semitas, brancos e negros, até que os teólogos encontraram argumentos derivados da própria bíblia para demonstrar que ele também era descendente do Adão (MUNANGA, 2003, p. 02).

Percebemos que as diferenças físicas e culturais foram utilizadas como justificativa para a exclusão e dominação dos povos. Embora seja evidente que as Declarações do século XVIII não alcançaram a todos os humanos, mas a simples ideia de igualdade merece ser reconhecida como um avanço em direção a um caminho que ainda estamos percorrendo.

Hunt (2009) ressalta que os direitos humanos devem seu nascimento ao sentimento de empatia, ressaltando que só foi possível pensar em igualdade a partir do momento que as pessoas começaram a se identificar com as outras, a ver no outro uma individualidade e de compartilhar sentimentos. Um instrumento de grande peso no desenvolvimento da empatia foram as Cartas Epistolares, romances escritos em forma de cartas, comuns no século XVIII.

Hunt (2009) destaca como um dos principais autores desses romances, Rousseau, nas obras Júlia e a nova Heloísa, e Samuel Richardson, com as obras Pamela e Clarissa. Estes romances retratavam as lutas de mulheres comuns, que se insurgiam em face da opressão de pais e maridos e buscaram fazer opções diferentes daquelas que lhes eram impostas.

O sofrimento e a luta dessas mulheres reportava o leitor para um mundo de pessoas com as quais eles se identificavam e compartilhavam o sofrimento, despertando a identificação com esse “outro”: “os romances apresentavam a ideia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes por causa de seus sentimentos íntimos, e muitos romances mostravam em particular o desejo de autonomia” (HUNT, 2009, p. 39).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Hunt (2009) descreve, ainda, uma das primeiras Cartas escritas pela heroína Pamela para sua mãe, em que conta como seu patrão tentou seduzi-la e qual o sentimento que essa postura lhe causou:

[..] Que garota tola você é, disse ele. Eu lhe fiz algum mal? – Sim, senhor, disse eu, o maior mal do mundo: o senhor me ensinou a esquecer quem eu sou e o que me é próprio; e diminuiu a distância que o destino criou entre nós, rebaixando-se para tomar liberdade com uma pobre criada (HUNT, 2009, p. 43).

Conquanto retrate o sofrimento da heroína, o romance foi escrito por um homem, e demonstra a relação de dominação pelo sexo e pelo poder social. Em que pese os elementos machistas presentes nas Cartas, lembrando que Rousseau não era um defensor da igualdade entre homens e mulheres, como evidenciado em sua obra *Emílio*, as cartas epistolares foram capazes de despertar comoção e abriram caminhos para a identificação com o outro.

Uma carta escrita por Louis François, oficial militar aposentado, para Rousseau nos dá a dimensão do alcance dos romances junto ao leitor:

Você me deixou louco por ela. Imagine então as lágrimas que sua morte arrancou de mim [...] nunca verti lágrimas mais deliciosas. Essa leitura teve um efeito tão poderoso sobre mim que acredito que teria morrido de bom grado durante aquele supremo momento (HUNT, 2009, p. 47).

Despertados pela identificação com pessoas comuns, fugindo dos romances que exaltavam reis e princesas e voltando o olhar para pessoas do povo, a sociedade europeia do século XVIII começou a refletir sobre a individualidade, ocorrendo, inclusive,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

mudanças de hábitos, como a construção de quartos separados para os membros da família, um maior pudor na hora da alimentação ou do comportamento em público.

Essa nova postura frente à individualidade e a noção de que as pessoas comuns gozam de autonomia, prepararam caminho para a ideia de igualdade de todos, de direitos naturais, proclamados na Revolução Francesa, através da Declaração de Independência dos Estados Unidos e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Quando se dirige a todos os homens, a intenção é de formar uma maioria de iguais. Estes sim, dotados das qualidades necessárias para ocuparem tal posição, excluindo-se os desiguais, como “aqueles sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos das minorias religiosas e, sempre e por toda parte, as mulheres” (HUNT, 2009, p. 16).

Desta forma, embora não se possa desprezar o “avanço” nas ideias humanitárias, a opressão permaneceu viva, colocando em lado opostos aqueles que possuíam direitos naturais daqueles que não os possuíam, perpetrando a noção de desigualdade entre oprimidos e opressores, conforme bem destacado por Simone de Beauvoir: “um dos benefícios que a opressão assegura aos opressores é o de o mais humilde destes se sentir superior” (BEAUVOIR, 1980, p.18).

Mesmo não gozando dos privilégios da chamada elite dirigente, daqueles a quem são reconhecidos, pelo menos teoricamente, o direito de “iguais”, se sentem na condição de sujeitar os demais: “o mais medíocre dos homens julga-se um semideus diante das mulheres” (BEAUVOIR, 1980, p. 18).

Nesse passo, a promulgação de leis que asseguram o direito das minorias não são suficientes para garantir qualquer alteração nas relações de poder, uma vez que somos parte de uma sociedade pautada em um sistema de desigualdade e na exclusão, que no entender de Boaventura Sousa Santos, são parte de um mesmo sistema: “se a desigualdade é um fenômeno sócio-econômico, a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização” (SANTOS, 1999, p. 02).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O Estado moderno, sob pressão dos movimentos contra hegemônicos, promulgou leis que positivam a igualdade de todos. O Brasil acompanhou a onda de positivação dos direitos humanos, refletida no trabalho dos constituintes de 88, ao promulgar uma Constituição garantista, com um texto prolixo, cuja redação assegura os direitos de todos de forma igualitária, sem qualquer tipo de discriminação, nos termos do art. 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988<sup>3</sup>.

A despeito do texto constitucional, a legislação infraconstitucional brasileira permaneceu na contra mão da igualdade, como é o caso do Código Civil de 1916, em vigor até 2003. O referido diploma legal positivava diversas situações de discriminação da mulher, como é o caso do art. 219, IV, que estabelecia a possibilidade de anulação do casamento no caso de “defloramento da mulher, ignorado pelo marido”, situação emblemática do quanto à legislação serve de instrumento de dominação.

A alteração da legislação civil só ocorreu em 2003, com a entrada em vigor da Lei nº 10.406/2002, o que demonstra o quanto as conquistas das mulheres são recentes e ainda dependem de muita luta. Foi como resultado da luta das mulheres e, em especial de uma mulher, Maria da Penha Maia Fernandes, que foi possível a promulgação de uma lei voltada para o combate à violência em face da mulher.

Diante dos inúmeros casos de violência doméstica e da ineficácia de nosso ordenamento jurídico, que tratava tais ocorrências como um delito comum, remetendo a maioria dos casos para os Juizados Especiais e encerrando a questão com uma cesta básica, o Estado brasileiro promulgou a Lei n.11.340/06. É preciso ressaltar que tal diploma legal não nasceu da iniciativa do Estado, mas foi fruto de lutas contra

---

<sup>3</sup> Art. 5º, *caput*: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

hegemonias, que proporcionaram uma emancipação possível dentro de um sistema que se baseia na exclusão:

“A regulação social da modernidade capitalista se, por um lado, é constituída por processos que geram desigualdade e exclusão, por outro, estabelece mecanismos que permitem controlar ou manter dentro de certos limites esses processos” (SANTOS, 1999, p. 5).

A despeito da promulgação de uma lei tida como uma das mais modernas do mundo, a prática demonstra que o Estado cria obstáculos para sua efetivação, uma vez não se pretende libertar as minorias das amarras da dominação, mas, tão somente, garantir a ordem social, como ressaltando por Thompson: “era possível reconhecer os direitos costumeiros dos pobres e, ao mesmo tempo, criar obstáculos a seu exercício” (2017, p. 89).

Nesse sentido, a Lei 11.340/06 possui uma redação híbrida, que trata tanto das questões criminais quanto das de família, e propõe uma visão holística, isto é, total das ocorrências de violência doméstica, com a adoção de medidas preventivas e orientadoras no amparo das vítimas e na penalização e orientação dos agressores, conforme se evidencia no art. 8º, do referido diploma a legal<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Lei nº. 11.340/06, art. 8º “A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação; II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal; IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Infelizmente, as previsões legais não se concretizam na prática, uma vez que as ocorrências de violência doméstica são, em regra, conduzidas como qualquer outra infração penal, sem que os agentes estatais se atentem para o caráter preventivo e orientador da Lei. Essa realidade é visível nas cidades do interior, em que não há profissionais especializados e nem mesmo qualquer investimento em políticas públicas aptas a oferecer proteção à vítima e medidas que possam contribuir para a minimização dos casos de agressão em face da mulher no âmbito doméstico.

Em que pese às boas intenções da Lei Maria da Penha e sua necessária efetividade, o combate à violência em face da mulher passa, necessariamente, pelo investimento em práticas educativas, medidas estas que são previstas pela lei em referência, mas, como já ressaltado, em regra não saem do papel.

Conduzir as ocorrências de violência doméstica como mais um delito em nada contribuiu para a emancipação dos sujeitos, uma vez que as relações envolvidas na esfera familiar, os medos, os afetos e os laços revestem de complexidade o ato, fazendo-se necessária a desconstrução de papéis, como forma de libertar vítima e agressor da relação de dominação internalizada pelos sujeitos.

Esse papel emancipador só poderá alcançar seu intento através da educação, devendo esta se estender para além dos muros da escola, alcançando as demais

---

Delegacias de Atendimento à Mulher; V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres; VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher; VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia; VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

instituições, “é preciso romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

A pretensão de ultrapassar os ideais de um sistema firmado na dominação e na exclusão dos sujeitos não é matéria fácil, comporta mudanças estruturais, mas, como foi possível alcançar conquistas, preenchendo espaços não contaminados com a hegemonia dos dominantes, a continuidade das lutas sociais, da identificação dos grupos minoritários, entendidos como aqueles que estão impedidos de se aproximar do poder, tem o condão de avançar rumo à “emancipação possível”.

Nesse passo, a efetividade da Lei 11.340/06 depende da conscientização dos sujeitos de seus direitos, não com a pretensão de acreditar que a mera tomada de consciência levará à libertação dos dominados, mas confiando que é possível abrir possibilidades e desconstruir papéis através da orientação que vem do conhecimento.

Ao buscarmos as fontes para desenvolvimento de nossa pesquisa, optamos pelos processos findos a partir de 2012, ano em que o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento pela constitucionalidade da Lei nº 11.230/06, bem como sedimentou o entendimento de que os delitos de lesão leve, no caso de violência doméstica, são de ação pública incondicionada, isto é, não depende da vontade da vítima.

Com a promulgação de uma lei específica para amparar as mulheres em situação de violência doméstica não faltaram discursos direcionados para tirar a credibilidade e impedir que tal posituação alcançasse a prática jurídica. Muitas foram às resistências, sob o argumento de que a citado diploma legal feria a Constituição e era prescindível em um Estado que garante os direitos iguais a homens e mulheres:

Como se vê, a pretexto de proteger a mulher, numa pseudopostura “politicamente correta”, a nova legislação é visivelmente discriminatória no tratamento de homem e mulher, ao prever sanções a uma das partes do gênero humano, a pessoa do sexo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

feminino sem reciprocidade, transformando o homem num cidadão de segunda categoria em relação ao sistema de proteção contra a violência doméstica, ao proteger especialmente a mulher, numa aparente formação da costa feminina (SANTIN apud PINTO; CUNHA, 2015, p. 43, grifos do autor).

A resistência à efetividade da lei 11.340/06, com o uso da retórica como instrumento de perpetuação da dominação, demonstra o quanto às instituições e seus agentes estão a serviço das relações de poder. Verifica-se na prática, na análise dos processos selecionados para nossa pesquisa, que as resistências permanecem na forma de condução das ocorrências de violência doméstica, na ausência de medidas orientadoras, bem como de preparo dos profissionais que atuam junto às vítimas e aos agressores.

No contato com as fontes documentais, constatamos que a luta pelo direito das mulheres e pelo combate à violência doméstica só alcançará efetividade com a desnaturalização das condutas de dominação e submissão de um sexo sobre o outro, caminho este que depende da educação para ser trilhado, fazendo-se urgente o investimento na orientação dos sujeitos, para a qual pretendemos contribuir com o resultado de nossa pesquisa.

#### **Referências**

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2016. 496p. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, D. F., 8 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. 6. ed. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Ed. Fronteira, 1980.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Pinto. *Violência doméstica: lei Maria da Penha: comentada artigo por artigo*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

SANTOS, Boaventura Souza. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (Oficina do CES n. 135) 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. 10. ed. Tradução de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo, 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**"HISTÓRIA E LITERATURA DURANTE A DITADURA MILITAR NO  
BRASIL: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA OBRA AS MENINAS, DE  
LYGIA FAGUNDES TELLES"**

Natália Peres Carvalho (UFG)<sup>1</sup>

Ana Lorym Soares (UFG)<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca fazer uma análise acerca das representações femininas presentes na obra "As meninas", um dos principais romances de Lygia Fagundes Telles, premiado com o Prêmio Jabuti, em 1974. Nesse romance polifônico, escrito e publicado pela primeira vez em 1973, examinaremos as representações da mulher construídas por meio das três personagens principais e também através das personagens secundárias presentes na obra. O romance se passa no conturbado período da Ditadura Militar no Brasil, dessa forma farei ainda uma interpretação do contexto sociocultural, histórico e político no país durante o período, bem como a relação entre este contexto e as representações femininas presentes na obra.

**Palavras-chave:** Representações femininas; Literatura; As Meninas.

### **Introdução**

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de monografia, que se encontra em construção e busca analisar as representações femininas presentes na obra "As meninas", um dos principais romances de Lygia Fagundes Telles, agraciado com o Prêmio Jabuti em 1974. O romance, escrito e publicado pela primeira vez em 1973, narra a história de Lorena, que tem uma grande sensibilidade artística e literária e mantém um romance com um homem casado; Lia, uma militante da esquerda armada que está tentando tirar o namorado da prisão; e Ana Clara, que está envolvida com drogas e dividida entre o noivo burguês e o amante traficante. O romance tem seu enredo desenvolvido no conturbado período da Ditadura Militar no Brasil, o que introduz a importância de examinarmos as relações que a autora constrói, em sua obra, com o tempo histórico no qual estava inserida.

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de História /UFG - Regional Jataí. Contato: nperescarvalho@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora do Curso de História da UFG - Regional Jataí. Contato: analorym@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A obra retrata muito bem o panorama político do país, sendo considerado de grande coragem na época de seu lançamento (1973), por descrever uma sessão de tortura em uma época em que o assunto era rigorosamente proibido.

**Literatura: fonte e objeto para a história**

O cotidiano das três personagens principais, as jovens Lorena, Lia, e Ana Clara, posto em perspectiva pela autora, põe-nos em contato com representações femininas construídas de forma inovadora e inteligente: a opção narrativa, as características formais das personagens, as suas visões de mundo, suas origens sociais variadas e a maneira como se conectam com os demais personagens e contexto sócio-político são alguns dos elementos que ganham destaque na nossa análise.

Dessa maneira, o romance *As meninas* se constitui em objeto e fonte principal desta investigação, veículo que conduzirá a busca por compreender as representações femininas produzidas por Telles naquele contexto, em que o ideal de mulher preponderante na sociedade brasileira ainda era muito diferente dos perfis femininos apresentados pela autora na obra. Nesta pesquisa dialogamos, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, com autores que tratam das questões referentes à relação entre história e literatura, principalmente dos que trabalham com romance, ficção e construção de personagens. O historiador e teórico da literatura Luiz Costa Lima e o sociólogo e crítico literário Antonio Candido são alguns dos nossos principais interlocutores nesse sentido. Esses autores nos ajudarão na compreensão do gênero romance, da especificidade da ficção, da construção de personagens e das estratégias narrativas que constituem uma obra literária como *As meninas*.

*A personagem do romance* é um capítulo de Antonio Candido presente na obra *A personagem de ficção*, também organizado por ele. O autor traz análises pertinentes sobre o enredo, a personagem e as ideias, elementos centrais de um romance bem realizado. O

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

autor trabalha com o conceito de “personagens de costume” e “personagens de natureza”, em que as primeiras parecem ser aquelas apresentadas por meio de traços distintivos que as irão distinguir, apresentando uma característica invariável e que desde o começo é apresentada e a segunda são apresentadas com traços superficiais e que pelo seu modo íntimo de ser não tem a mesma regularidade dos outros, sendo uma leitura fundamental para compreender a construção das personagens de Lygia Fagundes Telles, em *As meninas*. Autores como os historiadores Roger Chartier e Sandra Jatahy Pesavento nos ajudarão a dar conta do conceito de “representação”, categoria teórica relevante nesta pesquisa por nos permitir problematizar as imagens de mulher construídas por Lygia Fagundes Telles.

Outros escritos que também contribuíram para o feitiço desta pesquisa podem ser citados, como *O que é literatura*, de Marisa Lajolo, que foi uma das leituras essenciais, pois como o próprio título diz, traz diversos conceitos fundamentais sobre literatura, desde a Grécia Antiga até a contemporaneidade. Na obra é possível perceber que a autora busca definir o que é literatura, sendo que a cada capítulo ela faz com que o leitor pense que terá uma definição da mesma, mas conforme a leitura vai avançando, chegamos ao final do livro com a certeza de que não é possível reduzir esse termo a uma palavra só, pois para cada tempo e grupo social existe uma definição para literatura. Em um dos capítulos da obra a autora trabalha com o conceito de “cidadania literária”, em que apresenta diversos questionamentos do que é considerado ou não literatura por determinados grupos sociais.

Já a obra *O historiador e suas fontes* (2011), cujas organizadoras são Tania Regina de Luca e Carla Bassanezi Pinsky, teremos um capítulo importante intitulado de Literatura: a fonte fecunda, de Antonio Celso Ferreira, que apresenta uma leitura de que mesmo que nem sempre tenha sido assim, a literatura é uma importantíssima fonte para nós, historiadores. O autor diz que o principal objetivo do seu capítulo é “oferecer ao

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

leitor algumas orientações básicas para o tratamento da fonte literária na pesquisa histórica” (FERREIRA, 2011, p. 62). É feito alguns levantamentos sobre quando foi que a literatura enquanto fonte de pesquisa passou a ser interessante para os historiadores e ao tratar do “universo ficcional” e suas representações Ferreira diz que o papel do historiador “é confrontá-las com outras fontes, ou seja, outros registros que permitam a contextualização da obra para assim aproximar dos múltiplos significados da realidade histórica.” (FERREIRA, 2011, p. 77).

**História, gênero e história das mulheres**

Outra obra fundamental para a construção dessa pesquisa é o *Por uma história da mulher*, de Maria Izilda S. de Matos, que se constitui como um texto de grande valor para compreendermos de que forma as mulheres foram se fazendo enxergar ao longo da história e até que ponto a invisibilidade das mesmas foi extinguida de fato. Em sua obra, a autora irá discutir os estudos que incluem a mulher e o contexto em que a mesma está inserida no Brasil. Matos afirma que desde os anos 70, quando os historiadores passaram a buscar mais estudos acerca das mulheres, eles depararam-se com um grande desafio: a invisibilidade. Mas esse desafio vem sendo enfrentado e o campo foi se expandindo, “possibilitando a descoberta de fontes, temporalidades, estratégias metodológicas e categorias analíticas, em particular, a categoria-gênero”. (MATOS, 2000 p.7). Por meio das descobertas foi possível se questionar o porquê de toda essa exclusão a que estavam submetidas, principalmente por meio de um discurso masculino, e novos perfis femininos e histórias foram sendo descobertas, incluindo as mulheres nas abordagens de gênero e estudos históricos.

Por meio de muitas lutas as mulheres passaram a “entrar em cena”, na década de 70, se fazendo visíveis na sociedade e na academia, “na qual os estudos sobre a mulher se encontraram marginalizados na maior parte da produção e na documentação oficial”.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

(MATOS, 2000, p. 10), o que instigou os estudiosos no assunto, descobrindo-as como sujeitos da história e também como objeto de estudo. A autora afirma que as novas tendências de abordagem teórica fizeram com que fosse possível uma abertura para os estudos sobre mulher, onde a influência mais marcante para essa abertura parece ter sido a descoberta do político no âmbito do cotidiano. É possível notar que houve um aprimoramento metodológico que permitiu recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos, bem como cada uma de suas contribuições aos processos históricos e é então que surge o gênero como categoria de análise histórica. Onde importantes contribuições (Foucault, Derrida, Lacan entre outros) foram dadas, propiciando a urgência das pesquisas acerca do gênero, que dará início a uma nova tenência historiográfica, chamada de “história cultural”. Onde os estudos de gênero:

Contribuíram para ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando a descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e discontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si urdidas na trama histórica. (MATOS, 2000, p. 21)

No qual a história das mulheres está presente, uma vez que também não é linear historicamente.

Por meio dos estudos históricos com a abordagem de gênero, foi possível ir tornando visível a mulher na história, utilizando várias documentações, como fontes policiais, ações de divórcios, canções, correspondências, diários, memórias e a própria literatura. A autora diz também que em meio a tantas fontes, a dificuldade do historiador não está na ausência de documentação e sim no trabalho de fragmentação, o que requer paciência para “descortinar os femininos” (MATOS, 2000, p.22).

**História, literatura e gênero em *As Meninas***

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Nesta pesquisa, a obra utilizada como fonte primária é o próprio romance *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles. O livro foi escrito no ano de 1973, possui 304 páginas e teve sua segunda edição somente muito tempo depois, em 2009. Foi editada pela Companhia das Letras, de São Paulo, que é dos principais grupos editoriais do país. A obra está disponível em diversos locais, sendo fácil de encontrá-la em bibliotecas, sebos, livrarias, internet (PDF) etc. O exemplar que utilizo está em perfeito estado de conservação, sendo apropriado para a pesquisa.

A autora Lygia Fagundes Telles é uma escritora brasileira, romancista e contista, grande representante do movimento pós-modernista. Seu estilo é caracterizado por representar o universo urbano e por explorar de forma intimista a psicologia feminina. É membro da Academia paulista de Letras, da Academia Brasileira de Letras e também da Academia de Ciências de Lisboa. Lygia nasceu em São Paulo, no dia 19 de abril de 1923, é filha de um advogado e uma pianista e se formou em Direito e Educação Física, dois cursos considerados masculinos para a época, o que já nos dá indícios de que Lygia Fagundes Telles com certeza foi uma mulher à frente do seu tempo, não só por esse mas por outros fatores também. Seu interesse pela literatura começou cedo, e com 15 anos ela publicou seu primeiro livro *Porão e Sobrado*. Em 2016 e aos 92 anos de idade, Lygia Fagundes Telles tornou-se a primeira mulher brasileira a ser indicada ao prêmio Nobel de Literatura. (Ebiografia, 2016).

Como o recorte da pesquisa é na fonte, trabalharemos principalmente com as partes que tratam especificadamente das abordagens acerca das representações femininas, utilizando ainda outras fontes necessárias para a construção da pesquisa, como outras obras literárias que abordam a questão feminina, periódicos, artigos, resenhas e diversos outros materiais acerca, principalmente, de como a obra "*As meninas*" foi recebida pelo público na época, o que com certeza será de grande valia para compreensão e construção da minha pesquisa. No caso a pesquisa é de cunho explicativo, uma vez que, de forma

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

superficial e simples, a pesquisa desse tipo busca identificar e explicar as causas de determinado problema do objeto de estudo. Será ainda documental, onde utilizaremos, como já foi dito, tanto fontes primárias (Exemplo: fonte literária “*As meninas*”) quanto fontes secundárias (Exemplo: jornais, artigos, teses etc.). No que diz respeito à temporalidade e espacialidade, estudaremos o período republicano, que no Brasil teve início em 1889 e vigora até os dias atuais e a História do Brasil, respectivamente. Com relação aos agentes históricos e aos ambientes sociais, iremos trabalhar a história das mulheres e história urbana. A respeito dos objetos lidaremos com representações e literatura. Na pesquisa histórica temos as técnicas qualitativas e quantitativas, sendo a primeira a mais adequada para esta pesquisa e, portanto a que será utilizada aqui.

**Considerações finais**

Esta pesquisa ainda se encontra em andamento e está em fase inicial. Para a sua realização, algumas questões precisam ser respondidas, a saber: De que modo a autora compõe suas personagens? Em que medida elas rompem ou se alinham aos padrões femininos vigentes naquele momento? É possível afirmar que a autora apresenta uma ruptura ao abordar em sua literatura ficcional o tema feminino, ou dialoga com uma linha já estabelecida em obras com interpretações mais progressistas da mulher? O fato de Lygia Fagundes Telles ser mulher diz algo a respeito da representação ficcional que ela cria em relação ao gênero feminino? É para dar conta dessas e de outras interrogações semelhantes que se propõe esta pesquisa. Ao respondê-las a contento, acreditamos estar contribuindo para uma melhor compreensão do papel social e cultural da mulher brasileira naquele momento, observado de modo privilegiado pela escrita literária de Lygia Fagundes Telles. Ao mesmo tempo, ao ser realizado, este trabalho se mostra como um contributo à historiografia recente que busca eleger a mulher como sujeito e objeto situados no primeiro plano da História.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Referências bibliográficas**

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio (org.). A Personagem de Ficção. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 53-80.

CHIARELLI, Tadeu (org.). Mulheres artistas: as pioneiras (1880-1930). São Paulo. Pinacoteca do Estado, 2015.

EL FAR, Alessandra. O livro e a leitura no Brasil. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011, p. 61-91.

GALVÃO, Patrícia. Parque Industrial. Rio de Janeiro. José Olympio, 2006.

GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida (org.). A mulher na literatura. Belo Horizonte. Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1990. V.1, 224 p.

GOTLIB, Nádia Battella (org.). A mulher na literatura. Belo Horizonte. Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1990. V.2, 184 p.

LAJOLO, Marisa. O que é literatura. São Paulo. Editora Brasiliense, 1995.

LIMA, Luiz Costa. Documento e ficção. In: LIMA, Luiz Costa. Trilogia do controle. O controle do imaginário. Sociedade e discurso ficcional. O fingidor e o censor. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 413-553.

MONTEIRO, Maria Conceição. Entre a paixão e o mal: As cirandas de Lygia Fagundes Telles e Emily Bronte. In: MONTEIRO, Maria Conceição; SANTOS, Francisco Venceslau dos; SOUZA, Roberto Acízelo (orgs.). A literatura dos anos de 1950. Rio de Janeiro: Caetés, 2006, p. 67-85.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

PRIORI, Mary Del. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 217-235.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 263-283.

TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. 2. Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

TELLES, Lygia Fagundes. *Mulher, Mulheres*. In: PRIORI, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.



939

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18

Relações Entre Literatura, História e  
Imaginário

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**UMA POSSÍVEL ABORDAGEM ACERCA DO PROCESSO DE  
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL INGLESA A PARTIR DA  
PEÇA SHAKESPEARIANA *LOVE'S LABOUR'S LOST***

Cinthy Luciano Loureiro

Licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo  
Mestranda em História Social das Relações Políticas  
PPGHIS- Universidade Federal do Espírito Santo  
E-mail: luciano.cinthy@gmail.com

**Resumo:** A presente comunicação objetiva estabelecer um diálogo entre a abordagem teórica endossada por autores como Ernest Gellner, Ernest Renan e Benedict Anderson acerca do processo de formação da identidade nacional e a peça de teatro escrita pelo dramaturgo inglês William Shakespeare (1564-1616) intitulada *Love's Labour's Lost*. Estes autores citados atribuem papel crucial à língua vernácula e a eventos históricos como a Reforma Protestante e o Renascimento Cultural no processo de formação de identidade. Tendo em vista que William Shakespeare viveu no contexto da Inglaterra que sofria as consequências desses eventos, se faz interessante acessar uma de suas obras, como é o caso da comédia *Love's Labour's Lost*, partindo do princípio que a fonte literária é também uma fonte histórica, no intuito de problematizar, por exemplo, as ironias presentes na obra com relação ao uso do latim, que na Inglaterra do século XVI começava a perder vagarosamente seu prestígio e cair em desuso. Dessa forma é possível entender como a literatura inglesa absorveu os eventos da Reforma e do Renascimento Cultural.

**Palavras-chave:** William Shakespeare; identidade nacional; Renascimento; Reforma Protestante.

### **Introdução**

A questão do nacionalismo ou sentimento nacional é um tanto emblemática na medida em que tem levado vários autores – Ernest Renan, Benedict Anderson, Eric Hobsbawn, Ernest Gellner, entre outros – a discutirem acerca dos fatores que propiciam ou que fazem nascer esse sentimento.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Para o desenvolvimento deste artigo serão fundamentais as teorias desenvolvidas por Ernest Renan, Ernest Gellner e Benedict Anderson. Tais teorias, principalmente as de Gellner e Anderson, relacionam a necessidade da unidade cultural com o nascimento da nação. Nesse ínterim, vale destacar a figura emblemática do dramaturgo William Shakespeare no contexto da Inglaterra do século XVI e início do XVII, momento em que este país passava pela fase de formação/consolidação de sua identidade nacional.

O autor Ernest Renan em seu discurso intitulado “Que é uma nação?” fez uma análise dos motivos que propiciaram o nascimento da nação ou sentimento nacional. Ele defendeu que fatores isolados como a etnia, a linguagem, a comunidade de interesses ou as fronteiras naturais não são responsáveis pelo surgimento da nação. Renan diz: “Hoje em dia, comete-se erro mais grave: confunde-se raça com a nação, e atribui-se a grupos etnográficos, ou antes, linguísticos, uma soberania análoga à dos povos realmente existentes” (RENAN, 1882, p.158).

Para Renan, o que efetivamente culmina no sentimento de nação é “o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer uma herança que se recebeu íntegra” (RENAN, 1882, p.173). Essa “herança” citada remete ao culto dos heróis, às lembranças de um passado em comum, sendo que este pode ser construído na medida em que se torna necessário esquecer alguns fatos e criar outros. “Ora, a essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas” (RENAN, 1882, p.162). A partir desse referencial fica evidente que a nação passa necessariamente por um processo de construção.

Essa defesa de Renan se relaciona com a de Ernest Gellner e seu ensaio teórico intitulado “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. Em seu trabalho, Gellner propôs que o processo de construção do sentimento nacional se dá na transição da “sociedade agro-letrada” para a “sociedade industrial-avançada”. “A presente teoria diz, entre outras coisas, que o nacionalismo se manifesta

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

em sua forma mais aguda não no fim, mas em alguns pontos de transição entre os dois tipos societários” (GELLNER, 2000, p. 120). Para que essa manifestação nacional se concretize são necessários alguns artifícios como a cultura, por exemplo, que tem a função de homogeneizar a “sociedade agro-letrada”, onde várias “subculturas” coexistem, a fim de que todos os indivíduos se sintam pertencentes à mesma unidade nacional.

À luz desse aporte teórico o presente artigo visa analisar a importância do teatro de William Shakespeare dentro do contexto pós Reforma Protestante e do Renascimento inglês. Para isso foi utilizada a peça *Love's Labour's Lost* (Trabalhos de Amor Perdidos) cujo enredo narra a chegada da Princesa da França junto com suas três damas de companhia à Corte do Rei de Navarra, Ferdinando, que viajou em nome de seu pai com o intuito de tratar a respeito de uma dívida sobre a região da Aquitânia. Porém, imediatamente antes da chegada dessas senhoras, o Rei e três de seus nobres fizeram o juramento de viver durante o período de três anos em regime de vida contemplativa sem ver nenhuma mulher, de modo que se dedicassem apenas aos estudos. Porém, com a chegada da Princesa e suas damas à Corte, a jura logo foi quebrada e além disso, o Rei de Navarra se apaixonou pela Princesa da França, bem como suas três damas se apaixonaram cada uma por um dos nobres do Rei.

**A “Transição” de Gellner relacionada com a peça *Love's Labour's Lost***

Antes de adentrar propriamente no contexto social de William Shakespeare, é necessário explicar de maneira mais aprofundada a teoria de Gellner a fim de relacioná-la à Inglaterra dos séculos XVI-XVII.

O ensaio teórico “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe” consiste em analisar dois tipos societários – a agro-letrada e a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

industrial avançada – e estabelecer a função da cultura no processo de transição da primeira para a segunda. A “sociedade agro-letrada” é bastante estável no sentido que os postos estão bem definidos e a mobilidade social é praticamente nula. Quem detém o poder utiliza o método de coerção para perpetuar a ordem vigente e assim evitar quaisquer alterações. Nessa sociedade, não é qualquer pessoa que possui a habilidade da escrita e a comunicação se torna difícil tendo em vista que os dialetos são bastante diferenciados não somente verticalmente, como também horizontalmente, ou seja, há uma diferenciação entre a língua usada pela nobreza e a usada pelos camponeses, assim como há variação de dialetos entre o próprio campesinato, variando de região para região, o que torna impossível a homogeneidade cultural nesse tipo societário. Gellner diz,

Há também uma forte tendência a uma diferenciação, digamos, lateral, além da diferenciação funcional e vertical. Não só os homens tendem a adquirir estilos distintos, de modo a se protegerem da imitação vinda de baixo ou a se absterem de ofender os que estão mais acima, como há também uma tendência a que as comunidades rurais adquiram uma singularidade cultural, comparada aos vizinhos geográficos de status semelhantes (GELLNER, 2000, p.113).

“A alfabetização distingue as pessoas e é um mistério das guildas. A sociedade agrária não tem recursos e nem incentivos para tornar a alfabetização universal” (GELLNER, 2000, p.111). Desse modo, a habilidade de saber escrever aumenta ainda mais o abismo já existente em decorrência do status. Essa diferenciação se faz necessária, pois os indivíduos que ocupam os postos sociais mais altos necessitam de mecanismos que os identifiquem como tais. Não podemos deixar de citar que

[...]esse uso da escrita na diferenciação do status pode ser reforçado por outros recursos, sobretudo o uso de línguas mortas ou especiais nas mensagens escritas, que com isso se distinguem das faladas não só em virtude de serem redigidas, mas também de o serem em outra língua. O assombro da escrita decorre do mistério e não da inteligibilidade. O culto à clareza surge tardiamente na história da



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

humanidade, nunca prevalece por completo e constitui mais uma  
revolução (GELLNER, 2000, p. 111).

Nesse sentido, Benedict Anderson (2008) complementa essa ideia ao dizer que o latim era um recurso de diferenciação social já que era a única língua ensinada por ocupar um status de língua sagrada. Desse modo, só conhecia o latim uma minoria que tinha acesso à educação formal definida por este autor como “minúsculos recifes letrados em vastos oceanos iletrados” (ANDERSON, 2008, p.43).

De acordo com a teoria de Gellner, os indivíduos da “sociedade agro-letrada” adquirem seu aporte cultural na vivência do dia-a-dia de modo que não existe uma instituição do Estado responsável por transmitir uma cultura formalizada a todos os membros da sociedade. Aqueles que detêm o saber formal constituem a minoria no interior da sociedade e isso acaba por gerar um conflito ou “diferenciação cultural” entre o saber formal da minoria e o saber prático da maioria (GELLNER, 2000). Da maneira como essa sociedade está estruturada é impossível que o sentimento nacional venha a nascer uma vez que, existe uma série de subculturas que separam os grupos. É importante, então, que exista mecanismos culturais que tornem possível a unidade nacional.

A teoria de Gellner foi desenvolvida para explicar o fenômeno do nacionalismo em alguns países europeus, dentre eles, a Inglaterra. Neste país, a cultura superior letrada foi imposta a todos os demais a partir de uma administração burocrática centralizada. Gellner diz que “sob os Tudor, uma nova nobreza, de espírito funcionalista, complementou e substituiu uma aristocracia independente e de bases territoriais” (GELLNER, 2000, p.142).

Essa teoria se aplica ao objeto deste artigo uma vez que, a literatura shakespeariana (séc. XVI-XVII) foi produzida justamente no momento em que a sociedade inglesa passava pelo período de transição – lembrando que é neste momento é

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

que a identidade nacional se consolida - que culminaria na sociedade industrial do século XVIII. William Shakespeare (1564-1616) produziu a maior parte de sua obra durante o reinado da última monarca da dinastia Tudor, Isabel I, que reinou de 1558 a 1603, ou seja, no contexto pós-Reforma religiosa na Inglaterra, e também durante o período do Renascimento inglês. No caso da Inglaterra, vale apontar brevemente, que as consequências da Reforma adquiriram um caráter peculiar já que no ano de 1534, por meio do Ato de Supremacia, o rei Henrique VIII dissociou seu país de Roma e se tornou então Chefe da Igreja Anglicana na Inglaterra, fator que muito contribuiu para a formação da identidade inglesa. Sobre isso Quentin Skinner aponta que

[...] as campanhas oficiais para impor a Reforma na Europa parecem de modo geral ter culminado nesse mesmo ponto, com o repúdio a Roma, a apropriação de todos os poderes eclesiásticos pelas autoridades seculares e uma enérgica repressão a quem se opusesse à nova ordem estabelecida. Na Inglaterra, porém, a imposição da Reforma henriquina incluiu mais um processo, de especial relevância para a história do pensamento político: o empenho em assegurar a aceitação das novas instituições eclesiais não passou apenas pela repressão, mas também se valeu de uma campanha oficial de propaganda política, a primeira empreendida naquele país com o auxílio da palavra impressa (SKINNER, 2009[a], p.373/374).

A retirada da influência de Roma do país foi um dos fatores que contribuiu para o nascimento do sentimento nacional. Os efeitos da Reforma Protestante inglesa ainda eram latentes no reinado de Isabel I e este movimento político-religioso juntamente com o Renascimento cultural e suas respectivas ideias humanistas advindas da Itália auxiliaram na formação da nação inglesa. Segundo Gellner,

[...] há outros candidatos a esse papel de progenitores ou arautos precoces do nacionalismo, sobretudo a Reforma e, talvez em menor grau, o Renascimento. O uso protestante das línguas vernáculas e a difusão da alfabetização, bem como o contato direto do fiel com as Escrituras Sagradas (em uma língua inteligível), têm uma clara afinidade com o perfil social do nacionalismo. A criação de cleros

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

nacionais, em vez de internacionais, ou a disseminação da condição do letrado por toda a sociedade não podem ser irrelevantes para o eventual surgimento do ideal nacionalista de uma cultura, um Estado, uma sociedade [...] (GELLNER, 2000, p.143).

O autor Stephen Greenblatt (2005) apontou que a literatura produzida pelos grandes escritores na Inglaterra do século XVI, como Shakespeare, Marlowe, Spenser, etc., foi responsável por dar vida a personagens como Hamlet e Fausto que começaram a refletir e manipular a identidade do homem moderno.

Os escritos shakespearianos confirmam as afirmações de Gellner e Anderson no quesito da existência de mecanismos de diferenciação cultural entre os grupos existentes na “sociedade agro-letrada” e, inclusive, o uso do latim aparece como um desses artifícios.

Na peça “Trabalhos de Amor Perdidos” (*Love’s Labor’s Lost*) isso é ilustrado quando o personagem de um mestre-escola chamado “Holofernes” utiliza expressões em latim em várias de suas falas dirigidas aos outros personagens de baixo status social justamente no intuito de diferenciar-se dos demais e se mostrar superior ao ser detentor de um saber peculiar e, portanto, desconhecido pela maioria. Porém, o mestre-escola não sabia latim perfeitamente, mas mesmo assim o utilizava de maneira errônea. Segue um diálogo<sup>1</sup> entre o mestre-escola Holofernes e Nataniel, outro empregado pertencente à corte, como exemplo:

Holofernes: *Satis quid suffit.*

Nataniel: Louvo a Deus pelo senhor: seus raciocínios ao jantar foram afiados e sentenciosos; agradáveis sem obscenidades, espirituosos sem afetação, eruditos sem opinião, e estranhos sem heresia. Eu conversei um dia *quodam* desses com um companheiro do rei, que é intitulado, nomeado, ou chamado Don Adriano de Armado.

<sup>1</sup>Todos os diálogos inseridos neste artigo foram extraídos da tradução realizada por Bárbara Heliodora e publicada no ano de 2016 pela Editora Nova Aguilar com o título “William Shakespeare: Teatro

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Holofernes: *Novi hominem tanquam te*: seu humor é altaneiro, seu discurso peremptório, sua língua afiada, seu olhar ambicioso, seu andar majestoso, e seu comportamento geral vaidoso, ridículo e fanfarrão. Ele é limpo demais, arrumado demais, afetado demais, esquisito demais, por assim dizer, [...], poderíamos dizer.

Nataniel: Um epíteto muito singular e bem selecionado.

(Tira do bolso seu bloco de anotações)

Holofernes: Ele estica mais o fio de sua verbosidade do que a fibra de seus argumentos. Abomino tais fantasistas fanáticos, tais companheiros tão insociáveis e afetadamente precisos; tais torturadores da ortografia, que dizem pronto quando deveriam dizer prompto, p-r-o-m-p-t-o; chama-se nascer, nacer, calda, cauda, director, diretor. Tudo isso é abominável, que ele chamaria de abominável, com isso insinuando a minha insânia: *ne intelligis domine?* Tornar frenético, lunático.

Nataniel: *Laus Deo, bone intelligo.*

Holofernes: *Bone? Bon, fort, bon*; isso é Prisciano um pouco arranhado, mas serve.<sup>2</sup> (HELIODORA, 2016, p. 259)

Fica evidente que Holofernes é uma figura admirada por Nataniel, o que faz com que este queira imitar as falas em latim de Holofernes, tido por Nataniel como uma pessoa culta. O professor Woudhuysen (2014) aponta Holofernes como uma figura pedante que queria a todo tempo “gastar o conhecimento”, ou seja, demonstrar que sabia algo e para isso utilizava o mecanismo do latim que era a língua que poucos conheciam.

Benedict Anderson (2008) atribuiu à superação do latim por meio do gradual estabelecimento das línguas vernáculas um alto grau de relevância na formação das “comunidades imaginadas” já que uma maior quantidade de pessoas, que antes não sabiam ler em latim, puderam começar a ler na sua língua vernácula<sup>3</sup>. Este autor entendeu que a língua e a leitura de impressos nesse contexto proporcionou o

<sup>2</sup> Bárbara Heliodora insere uma nota nessa parte do texto para explicar que o diálogo em latim está repleto de erros.

<sup>3</sup> Vale ressaltar que ainda assim a quantidade de leitores nesse período era pequena.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

sentimento de identificação entre as pessoas, já que todos podiam ler sobre os mesmos assuntos na mesma língua, o que é essencial para o surgimento da “comunidade imaginada”.

É importante frisar que o interesse na criação da unificação cultural é, antes de tudo, um interesse que perpassa a esfera política, daí a importância de fazer uso de recursos que estavam adquirindo maior expressividade, como o teatro, por exemplo, para facilitar os objetivos políticos.

Mesmo que a dramaturgia do Bardo tenha exercido um impacto político-cultural, Quentin Skinner<sup>4</sup> (2009[b]) atenta para não cair no erro de reducionismo ao estudar os escritos shakespearianos como se fossem produzidos apenas com finalidade política e ressalta que é impossível vincular Shakespeare a qualquer tipo de doutrina política, mas, reconhece que estão presentes em sua obra reflexões políticas de um caráter distinto.

O Bardo abordou o tema da composição da *vera nobilitas*, ou seja, quem deveria ocupar os cargos de nobreza e quais características os nobres deveriam possuir: “Is it sufficient to possess *honestas* – the sum of the virtues according to Cicero – in order to qualify as truly noble? Or is it also necessary to possess the traditional and more visible attributes of nobility in the form of ancient lineage and wealth?” (SKINNER et al., 2009[b], p.273).

Ele explorou também os méritos decorrentes da *vita activa* e da *vita contemplativa*: “Should we embrace the *vita contemplativa*, the life of contemplation based on the intellectual virtues, as Plauto had urged? Or should we prefer the *vita activa*, the life of active citizenship based on the moral virtues, as Cicero had replied?” (SKINNER et al., 2009[b], p. 272, grifo nosso). Isso se relaciona com o que diz Kristeller (1980, p.48/49) sobre a produção literária dos séculos XV/XVI no sentido

<sup>4</sup> Quentin Skinner escreve o capítulo “Shakespeare and humanist culture” do livro “Shakespeare and Early Modern Political Thought” (2009).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

desta possuir cunho ético-filosófico, pois tinha o objetivo de prescrever valores éticos e morais tendo em vista que a sociedade passava por um processo em que os costumes e valores estavam se consolidando.

Essas problemáticas presentes na dramaturgia shakespeariana são típicas da tradição humanista italiana que - apesar das consequências da Renascença terem demorado a aparecer na sociedade, “entre outras razões, pela violenta aversão a tudo que vinha da Itália, que marcou as primeiras décadas depois da mudança religiosa da Inglaterra” (HELIODORA, 2015, p.169) - posteriormente, chegaram às universidades inglesas (Oxford e Cambridge) e exerceram forte influência sobre Shakespeare.

### **Conclusão**

Concluimos, portanto que na peça *Trabalhos de Amor Perdidos* podem ser encontrados elementos que denotam o processo de formação da identidade inglesa no final do século XVI como a língua vernácula falada por todos, tanto os ricos como os pobres presentes na peça, ao mesmo tempo em que há o resgate do latim, mesmo que seja pronunciado de maneira errônea, por parte de personagens como Holofernes e Nataniel, figuras menos abastadas da peça, que atribuem valor a essa língua. Interessante é observar que Shakespeare insere essas falas de modo cômico o que permite interpretar não somente que essa língua de fato não era para as pessoas em geral e sim para a nobreza, além de deixar claro que essa língua já estava ultrapassada, até porque com o advento da Reforma religiosa na Inglaterra, o uso do latim adquiriu um caráter pejorativo já que sempre foi a língua oficial da Igreja Católica.

É interessante também observar na peça o tópico humanista a respeito da vida ativa e vida contemplativa. A peça mostra que o Rei e seus servos juram em favor da

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

vida contemplativa, mas não conseguem cumprir. Isso demonstra uma crítica que Shakesperare faz a esse modo de vida, e esse fato do juramento ter sido quebrado também demonstra a falta de veracidade/honestidade nas palavras do Rei e de seus servos que não condiziam com outro tópico humanista que pregava que a característica principal da nobreza deveria ser a honestidade, o compromisso com a verdade e não a riqueza e/ou posição social advinda de berço nobre. A crítica shakespeariana com a falta de compromisso com a jura, ou seja, com a quebra do contrato da linguagem, está demonstrada no final da peça que termina sem um final feliz onde Marcadé chega na corte de Navarra com a notícia que o Rei da França havia morrido e a princesa junto com suas damas saem as pressas, deixando o final da comédia em aberto. Ou seja, fica claro nessa peça a retomada de questões referentes a Reforma e a apropriação de ideias humanistas advindas da Itália, fatores que segundo Gellner, foram responsáveis por formatar a cultura e assim consolidar a identidade.

### Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 107- 154.

GREENBLATT, Stephen. **Renaissance self-fashioning**: from More to Shakespeare. Chicago: University of Chicago Press, 2005.



Universidade  
Estadual de Goiás



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

HELIODORA, Bárbara. **Caminhos do Teatro Ocidental**. São Paulo: Perspectiva,  
2015.

HELIODORA, Bárbara (Trad.). **William Shakespeare: Teatro Completo**. Editora Nova  
Aguilar, 2016, v.2.

KRISTELLER, P.O. **El Pensamiento Renacentista y Las Artes**: colección de ensayos.  
Madrid: Taurus Ediciones, 1980.

RENAN, Ernest. **“Que é uma nação?”**. Tradução de Samuel Titan Jr. Plural,  
Sociologia, USP, São Paulo, 4: 154-175.

SKINNER, Quentin[a]. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo:  
Companhia das Letras, 2009.

SKINNER, Quentin[b]. Afterword: Shakespeare and humanist culture. In:  
ARMITAGE, David; CONDREN, Conal; FITZMAURICE, Andrew (Org.)  
**Shakespeare and Early Modern Political Thought**. New York: Cambridge University  
Press, 2009.

WOUDHUYSEN, H.R. (Ed.) **Loves's Labour's Lost**. New York: Bloomsbury Arden  
Shakespeare, 2014.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**DE CONTO EM CONTO, A MICRO-HISTÓRIA: NARRATIVA LITERÁRIA E  
PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA NO EPICENTRO DA SUBSTÂNCIA  
FICTÍCIA E O ELEMENTO DE CONVERGÊNCIA DISCURSIVA**

Jucelino de Sales<sup>1</sup>  
Lilian Monteiro de Castro<sup>2</sup>

**Resumo:** Abrangendo as áreas de literatura e de história, a partir da análise da forma e os regimes de discursividade, que engendram a substância fictícia como elemento de convergência entre as narrativas literária e histórica, nossa proposta baseia-se em verificar em que medida esses dois discursos, se coadunam, se agregam, se justapõem num mesmo lastro de elementos formais, como também apontar em que entroncamentos esses discursos se distanciam e até mesmo se repudiam, podendo nos revelar se existem, de fato, pontos comuns tanto na techné, no logos, como na poietiké desses discursos que formalmente estabelecem um epicentro que os conjugam num mesmo tropos de seus arranjos estruturais. Nesses termos, nos propomos analisar tanto obras literárias quanto obras historiográficas da escritora italiana Natalia Ginzburg e seu filho, o historiador Carlo Ginzburg – um dos precursores da micro-história – em virtude de suas possíveis relações com as formas textuais de caráter curto, a condição histórico-literária e o viés estético, dimensionar se existe ou não um parentesco (genético/genealógico) entre a proposta de escrever a história de Carlo Ginzburg e a natureza das formas literárias que parece impregnada na infraestrutura desse modelo historiográfico de Natalia Ginzburg.

**Palavras-chave:** Discurso literário; Discurso histórico; Forma fictícia; Estilo; Narrativa.

**Metaficção historiográfica: a epístola e o tempo**

Desviando do romance histórico tradicional em que a história é utilizada como “um modelo da visão realista da representação” (HUTCHEON, 1991, p. 34), algumas das

<sup>1</sup> Doutorando em literatura pela Universidade de Brasília (PÓSLIT/UnB). Professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e contratado da Universidade Estadual de Goiás – campus Formosa. E-mail: disallesart@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em literatura pela Universidade de Brasília (PÓSLIT/UnB), graduada em história pela Universidade Estadual de Goiás – campus Formosa. Professora aposentada da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). E-mail: lilianmonteirodecastro@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

obras da ficcionista italiana Natalia Ginzburg, como *Caro Michele* e *A família Manzoni*, mostram-se melhor ajustadas à classificação em um de seus subgêneros, definido pela canadense Linda Hutcheon como *metaficção historiográfica*, pois a história – ou a historiografia, sua produção discursiva –, não somente seria o contexto, mas um dos principais elementos diegéticos em seus romances.

A teoria literária define *metaficção* como a ficção a respeito da própria ficção ou ainda, a obra ficcional que reconhece sua natureza textual e reflete sobre ela. Para Hutcheon, uma das principais características da metaficção historiográfica seria a “sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas” (HUTCHEON, 1991, p. 22), incorporando os domínios da literatura, da história e da teoria na reelaboração das formas do passado pela escrita literária. Mesmo em seu romance *Léxico familiar*, no qual Natália procura relatar a história de sua família a partir das expressões linguísticas que lhe eram próprias, a escritora tece, com elementos literários e historiográficos, dando características metaficcionais ao texto que se pretende um mero relato.

Quando Terni vinha nos visitar, geralmente detinha-se no jardim conosco, falando de romances; era culto, tinha lido todos os romances modernos, e foi o primeiro a trazer à nossa casa *La Recherche du temps perdu*. Aliás, pensando bem, acho que tentava se parecer com Swann, com aquele monóculo, e com aquela mania de descobrir em cada um de nós parentescos com quadros famosos. (GINZBURG, 2018, pp. 29-30)

Já *A família Manzoni* e *Caro Michele* apresentam-se como relatos epistolares. Estruturaram-se como trocas de correspondências assumindo assim, os romances sua textualidade e fazendo com que o tempo rememorado concorra sincronicamente com eventos históricos verificáveis no tecido da trama, bem como o impacto que tais eventos tiveram sobre a vida de seus personagens, que segundo ela, são todas pessoas reais. Exemplo disso seria a notícia sobre a morte de Napoleão Bonaparte e sua recepção sentimental por parte de Alessandro, protagonista de *A família Manzoni*:



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Em julho daquele mesmo ano de 1821, na Gazzetta di Milano, apareceu a notícia da morte de Napoleão. Morrerá dois meses antes, em 5 de maio. Manzoni passou três dias escrevendo a ode depois famosa “Ele partiu. Pois que imóvel,/ dado o mortal suspiro...”. Essas estrofes foram escritas enquanto Enrichetta sentava-se ao piano e tocava ininterruptamente diversos trechos de música, ao acaso. Assim ele lhe pedira para fazer.

Em agosto, nasceu uma menina. Foi chamada Clara. Enrichetta adoeceu gravemente de pele puerperal. Sua vida correu risco, salvaram-na. (GINZBURG, 2017, p. 103)

Os romances de Natalia Ginzburg são entremeados por vários trechos como esse em que o tempo rememorado e os eventos históricos se entrecruzam num arranjo narrativo que, não apenas acentua o elemento ficcional, mas eleva a ficção como platô de convergência entre o literário e o histórico. Um trabalho de tessitura da trama feito por Natalia extremamente meticuloso.

Salvatore Silvano Nigro aponta na introdução do romance que “*A família Manzoni* se nutre de dois tipos de fontes documentais: visuais e bibliográficas, apresentadas no início e no final do livro” (NIGRO, 2017, p. 8). Assim, a partir da seleção e recorte de suas fontes dentre o acervo da família do escritor italiano Alessandro Manzoni, manipulados tecnicamente pela escritora, entre justaposição e costura, Natalia opera um trabalho de composição poética, num esforço de arranjo do factual com acentuado controle do resíduo ficcional, muito próximo do exercício historiográfico, principalmente do gênero conhecido como micro-história.

Segundo Nigro “*A família Manzoni* é um romance-conversa que dispensa a ficção. Não é um romance histórico, misto de ficção e realidade. Não inventa documentos e não manipula as cartas” (NIGRO, 2017, p. 15). Afirmação da qual discordamos peremptoriamente, não no que tange ao teor das fontes documentais rerepresentadas na obra, sem prejuízo dos textos e imagens originais, contudo, no que diz respeito à manipulação de uma estrutura formal que as afasta da sua moldura original e sua retomada, por uma apropriação composicional, através do trabalho poético da escritora.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Natalia, ao compor suas obras, a partir de fontes documentais, não lhes nega a classificação como romances. Ao mesmo tempo em que renega tanto o histórico quanto o literário na arquitetura de suas obras, a escritora, paradoxalmente, confirma e reitera ambos os aspectos. E a natureza dessa relação está precisamente no exercício poético de uma ficção controlada.

A justaposição das cartas, numa linearidade histórica, ocorre através de inserções pontuais de uma voz narrativa quase imperceptível; diegese em que o apagamento da autora por uma narração quase neutra, distancia a narrativa da sensibilidade literária, mas não a elide, enquanto a aproxima do discurso histórico, sem, no entanto, legitimá-lo completamente. É história? A escritora diz que não. É literatura? Natalia diz que sim.

Um elemento parece coadunar essa relação paradoxal: a substância fictícia ou elemento construtivo. A construção está na *poiésis*, isto é, na *techné* da escritora que elabora um trabalho de urdidura entre os textos epistolares numa diegese quase sem rastros, arranjando “uma multiplicidade de vozes escritas, e cada uma delas encena a si mesma, sua própria narrativa, seu ponto de vista” (NIGRO, 2017, p. 15). E isto não seria também historiografia?

Para pensar nesses termos, como foi postulado por Linda Hutcheon, de que obras literárias podem também ser historiográficas, é necessário propor um exercício de dessacralização e de desmistificação da história, que por ser um discurso hegemônico acabou por se cristalizar como “verdade absoluta” no imaginário do Ocidente, quando em realidade é completamente o oposto: um discurso instável, provisório e sujeito a constantes revisões.

A verdade de um texto histórico é o reverso da verdade de um texto literário. Utilizando-se, em parte, um exemplo recorrente da obra teórica do também italiano Umberto Eco para iluminar esse ponto: se o suicídio da Ana Karenina é inquestionável, por estar registrado em uma obra ficcional, portanto acabada e imutável, a morte de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Benito Mussolini, deixando de lado as “teorias da conspiração”, não o seria. O tema foi explorado pelo próprio Eco em *Número zero*, onde um jornalista teria descoberto documentos que comprovariam a fuga do *Duce* para a América do Sul.

No entanto, essa provisoriedade do discurso histórico não inibe a produção historiográfica, ao contrário, a fomenta. Assim, quando Linda Hutcheon propõe que a história seja uma criação humana, um discurso ou mesmo que o passado só pode ser conhecido “por meio de seus restos textualizados” (HUTCHEON, 1991, p. 39), ela apenas evidencia a natureza textual da história e de suas fontes.

**Laços de sangue: genealogia da escrita em Carlo Ginzburg**

Filho de Natalia, o historiador Carlo Ginzburg tornou-se uma referência em sua área de atuação ao propor, juntamente com Giovanni Levi, o método de investigação conhecido como micro-história. Seus passos teórico-metodológicos fundamentais são apresentados por Ginzburg nos ensaios que compõem *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história* (1989), propondo o que o historiador denomina de *paradigma indiciário*.

Para lidar com essa proposta é necessário levantarmos algumas reflexões dispersas na própria teoria da história em torno da substância da ficção no texto histórico, apresentarmos resumidamente como historiadores lidaram e lidam com tal questão.

A reflexão de Paul Veyne, em *Como se escreve a história...*, sobre o método historiográfico não liquida sua cientificidade conforme pensavam os mais pessimistas, mas, evidencia o lugar de onde parte o exercício de interpretação e compreensão e a operação historiadoriográfica. Veyne afirma que:

[..] a história é uma narrativa de eventos [...]. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto à da

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos  
(VEYNE, 2008, p. 18)

A questão para Veyne está no *como* se borda a trama, no enredamento dos fios e no entrelaçamento dos nós. A trama será sempre um conteúdo antropológico e diz respeito ao encadeamento da narrativa, mas a partir do modo como os nós se ligam e se religam. De fato, a consciência de Veyne se aproxima dos dispositivos literaturários, no sentido de que a escrituração do fato histórico se apresenta dotada de ficção, advinda principalmente das figuras de linguagem ou da consciência irônica de quem se revela por trás da escrita. Trata-se de exercitar um estilo, do qual o historiador se apropria e exerce pela tessitura da trama, noção que Hayden White considera substancial ao discurso historiográfico.

Diz White que o *estilo*, é “um conceito particularmente apropriado para o exame daquela forma de composição verbal que, a fim de diferenciá-la, de um lado, da demonstração lógica e, de outro, da pura ficção, chamamos pelo nome de *discurso*” (WHITE, 1994, p. 14). White sugere que a história seja um tipo de arte e que:

o resultado dessa atitude não é o relativismo, mas o reconhecimento de que o estilo escolhido pelo artista para representar uma experiência interior ou uma exterior traz consigo, de um lado, critérios específicos para determinar quando uma dada representação é internamente consistente e, de outro, fornece um sistema de tradução que permite ao observador ligar a imagem à coisa representada em níveis específicos de objetivação” (WHITE, 1994, p. 59).

Conforme White, concordando com de Certeau, o texto histórico como artefato literário encerra-se entre a ficção e a reflexão epistemológica e, diante disso, a história como escrita ocupa esse limite, pois “a ciência histórica não pode desligar, inteiramente, a sua prática daquilo que escolheu como objeto, e tem como tarefa indefinida tornar precisos os modos sucessivos dessa articulação” (DE CERTEAU, 1982, p. 55). Tessitura potencializada no estilo, no discurso historiográfico, revelando elementos do discurso literário na escrita da história, e assim, um movimento de ir e vir entre ambos os discursos, a articulação da linguagem encerrada entre a realidade e a imaginação.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Contudo, é preciso ter em mente que a história, apesar de reconhecer-se como discurso, ainda é uma ciência. Ao historiador, cabe a análise e a interpretação das fontes e nenhum *corpus* documental conta uma história completa. É preciso selecionar, ordenar e conjecturar sobre as possibilidades que lhe são oferecidas pelas fontes, e efabular um discurso que proponha uma interpretação, um sentido, pois elas não falam por si, será sempre o historiador a falar por elas. E o texto historiográfico, ainda que dissertativo, contém elementos pré-genéricos que direcionam sua recepção. É o historiador, assim como o ficcionista, quem dita o tom de seu texto, sugerindo o modo pelo qual um acontecimento, desconhecido ou demasiado afastado cronologicamente para que possa por si só causar uma reação, deve ser percebido. São os elementos pré-genéricos que aproximam a leitura do texto historiográfico a um dos gêneros literários tradicionais da cultura ocidental, dando caráter trágico, cômico, satírico etc., a um acontecimento.

Em termos propriamente especulatórios, nossa hipótese primária trata de indagar a genealogia do método epistemológico denominado paradigma indiciário proposto, como dito anteriormente, pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, uma vez que com esse procedimento ele fundamenta as estratégias metodológicas da micro-história.

No ensaio, *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, Ginzburg articula tais estratégias no método indiciário do historiador de arte, o italiano Giovanni Morelli. Com os aspectos de um museu criminal parecido com o método investigativo de Sherlock Holmes, personagem de Arthur Conan Doyle, dizia Morelli que não se deve basear nas características mais vistosas, “pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos, das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989, p. 144).

Tal proposta investigativa centra-se sobre os resíduos, isto é, detém-se sobre os dados marginais como, por exemplo, um traço geralmente ínfimo e específico para,



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

partindo desse ponto, enredar na forma fictícia os aspectos gerais em torno dessa especificidade, até mesmo estabelecer na natureza desse micro-espço pontualmente detalhado a mentalidade de toda uma época.

Tomando esse princípio do detalhe, da minúcia, observamos uma aproximação as narrativas literárias de núcleo fechado, que se enredam em torno de uma nuclearidade que debulha a intriga numa microestrutura espacial, entranhando a verdade de uma época na forma fictícia. Condição elementar que se pode vislumbrar também nos textos da escritora Natalia Ginzburg, mãe desse historiador, que narram, por exemplo, a partir de cartas, em *A família Manzoni*, o contexto histórico no qual suas personagens estão inseridas.

Nesses termos, a hipótese disposta nessa investigação, inicialmente, e que ligeiramente esboçamos para problematização, reflexão e comprovação é que ao desenhar as bases de um método historiográfico, Carlo Ginzburg, ainda que sugira as raízes de um paradigma indiciário no método morelliano, apropria-se também do modelo de escrita elaborado por sua mãe.

Ainda não sabemos se foi involuntário, isto é, inconsciente, incidental, ou mesmo premeditado – caso que nos parece muito provável –, visto que o modo de composição narrativa de Natalia, localizando o enredo numa estrutura bastante fechada, com extremo controle da substância fictícia na diegese quase invisível do texto, sugere uma acentuada relação intertextual, em termos genealógicos, com as razões epistemológicas do paradigma indiciário.

O método historiográfico de Carlo filia-se à técnica de composição romanesca de sua mãe e, nesse caso, o sobrenome Ginzburg estabelece como raiz os sinais de um paradigma indiciário na experiência escriturária de ambos.

São laços de sangue de uma genealogia da escrita que Carlo retoma e recria, como se fosse uma herança genética, partindo de resíduos documentais e preenchendo ficticiamente com o elemento construtivo aquilo que realmente aconteceu, como sua mãe

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Natalia outrora narrou o que realmente aconteceu empregando o artifício do que poderia ter acontecido, controlando também o elemento construtivo.

**Desconclusões: a genealogia de uma ficção**

Encadeando cronologicamente os eventos inscritos na historiografia produz-se, como no texto literário, efeitos de continuidade, totalização e acabamento, constituindo assim a forma pela qual uma sociedade decide narrar suas origens, seus feitos, enfim, sua história. Essa narrativa assume a forma de versão oficial, e sacraliza-se como verdade, pois narraria *os eventos como de fato ocorreram*.

Assim, essa versão que se torna oficial, incorpora-se ao *éthos* dessa sociedade, tornando-se, ao mesmo tempo, sua História e seu *mito fundador*. E os eventos que compõem uma narrativa histórica acabam por se tornar mitemas, unidades de sentido fixas, imutáveis e não replicáveis.

Os romances históricos, em geral, jogam com esses mitemas, reelaboram as formas escritas do passado pela literatura. No entanto, a ficcionalização desses mitemas históricos não os destituem necessariamente de seu estatuto de verdade.

Para Linda Hutcheon, é nessa característica que a metaficção historiográfica se distinguiria do romance histórico convencional. O narrador, não se coloca no centro da história, mas à margem dela, se não questionando sua veracidade, pelo menos o entendimento do leitor. Seu posicionamento seria então meta-historiográfico, pois propõe uma visão crítica e em certos casos, um revisionismo de algumas das verdades históricas.

É o caso de Natalia que no romance autoficcional *Léxico familiar*, a partir dos acontecimentos biográficos, retomados pela memória de seu léxico, narra, pelos artifícios de uma metaficção historiográfica, os eventos de uma Itália em tempos de fascismo. A

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

história familiar da escritora constrói, por artifícios romanescos, micro-histórias italianas.

E o léxico é a constituição dessa experiência:

Mas, entre nós, basta uma palavra. Basta uma palavra, uma frase: uma daquelas frases antigas, ouvidas e repetidas infinitas vezes, no tempo de nossa infância. Basta nos dizer: ‘Não viemos a Bergamo para nos divertir’ ou ‘Do que é que o ácido sulfídrico tem cheiro’, para restabelecer de imediato nossas antigas relações, nossa infância e juventude ligadas indissolavelmente a essas frases, a essas palavras. Uma dessas frases faria com que nós, irmãos, reconhecêssemos uns aos outros na escuridão de uma gruta, entre milhões de pessoas. Essas frases são o nosso latim, o vocabulário de nossos tempos idos é como os hieróglifos dos egípcios ou dos assírios-babilônicos, o testemunho de um núcleo vital que deixou de existir, mas que sobrevive em seus textos, salvos da fúria das águas, da corrupção do tempo. Essas frases são o fundamento de nossa unidade familiar, que subsistirá enquanto estivermos no mundo, recriando-se e ressuscitando-se nos mais diferentes pontos do planeta, quando um de nós disser [...] (GINZBURG, 2018, p. 37)

Esse reconhecimento a partir de um léxico compartilhado, constituído por frases que iluminam os seus pertencentes interlocutores até mesmo na escuridão de uma gruta, são hieróglifos que iluminam também a escuridão histórica de uma Itália impregnada pelos horrores do entre-guerra e do holocausto. É, de fato, a micro-história de uma unidade familiar que, num texto ficcional, observa de baixo a história oficial e, nesses termos, Natalia faz metaficção historiográfica.

A proposição de Hutcheon acerca da ex-centricidade desse tipo de narrador coincide com os pressupostos da corrente historiográfica denominada “a história vista de baixo”, que busca produzir um discurso baseado na perspectiva das pessoas comuns, dos grupos marginalizados, em suma, daqueles que não têm importância ou representatividade às histórias oficiais.

E no caso dos textos de Natalia, a verdade histórica é iluminada pelos do procedimento ficcional. Procedimento que seu filho, denominando de elemento construtivo, retoma na costura do texto histórico.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Portanto, trata-se, enfim, nessa relação de buscar a genealogia de uma ficção entre mãe e filho, para tomarmos as palavras do teórico Luiz Costa Lima, de confrontar a questão da ficção e sua relação com a *verdade*. Mas a verdade, nesse caso, por estar encerrada entre o discurso literário e o discurso histórico, compreendida como oblíqua:

[...] a verdade da história sempre mantém um lado escuro, não indagado. A ficção, suspendendo a indagação da verdade, se isenta de mentir. Mas não suspende sua indagação da verdade. Mas a verdade agora não se pode entender como ‘concordância’. A ficção procura a verdade de modo oblíquo, i. e., sem respeitar o que, para o historiador, se distingue como claro e escuro (LIMA, 2006, p. 156)

A ficção procura reconstruir a verdade. Talvez seja exatamente este o elemento indagatório dessa situação hipotética ensejada em nossa investigação: compreender teoricamente em que ponto se ancora a ficção nesse espaço de transitividade entre a literatura e a história. E entre os riscos que assumimos também se coloca para além da doce inquietação sobre essa procura, o perigo de chegarmos a uma ficção mais terrível que a própria verdade.

Vale frisar que não se trata de eliminar os limites entre um domínio do saber e o outro a partir da conjugação de ambos no elemento da ficção, como assevera o próprio Carlo Ginzburg no livro *Os fios e o rastro: verdadeiro, falso fictício*:

Contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrações ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas, eu proponho considerar a relação entre umas e outras como uma contenda pela representação da realidade (GINZBURG, 2007, p. 9).

Trata-se, sobretudo, em rastrear na própria natureza da escrita desse historiador, os fios e os rastros de uma representação discursiva da realidade que se apropria do elemento ficcional para narrar no limite das possibilidades o argumento histórico, preenchendo as lacunas da história com o que poderia ter acontecido: o argumento literário sobreposto pelos riscos desses dois domínios do saber, minuciosamente enfrentado por Natalia Ginzburg. A ficção aqui, no exercício da micro-história, por se tratar de um espaço

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

reduzido, é rigorosamente regulada, encurtando o falso a quase uma nulidade de sua preponderância.

**Referências bibliográficas**

ARISTÓTELES. *Poética*. Edição bilíngue. Tradução Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Natalia. *A família Manzoni*. Tradução Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

\_\_\_\_\_. *Caro Michele*. São Paulo: Cosac Nayfi, 2010.

\_\_\_\_\_. *Léxico familiar*. Tradução Homero Freitas de Andrade. São Paulo:  
Companhia das Letras, 2018.

LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4 ed.  
Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 2008.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução  
Alípio Correia de Franco Neto. São Paulo: EdUSP, 1994.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A IMAGINAÇÃO DO HORROR NA LITERATURA EUROPEIA DO SEC. XIX**

Lainister de Oliveira Esteves (UFU)<sup>1</sup>

**Resumo:** No fim do século XVIII a ficção gótica transforma-se em produto literário de largo consumo na Europa. Multiplica-se reproduzindo os cenários sombrios de castelos e mosteiros, propondo o confronto entre a virtude e o vício por meio de heroínas puras e vilões nefastos. No entanto, ainda que o problema do sobrenatural continue em pauta, aparece em segundo plano, subjugado pela explicação racional ou diminuído em seu aspecto terrífico diante da exploração de uma crueldade mais propriamente humana. Ao longo do século XIX a imaginação do horror se transforma na medida que a fabulação caminha para o triunfo realista e que as formas do medo literário passam a privilegiar dramas possíveis, segundo leituras arrazoadas da experiência. O objetivo deste artigo é analisar como o debate crítico ajuda a definir os padrões de gosto e os rumos da ficção do século XIX, destacando como as formas realistas triunfam sobre modelos literários fantásticos. A partir da reconstrução do debate estético e da crítica literária mostraremos como a tensão entre realismo e fantasia ficcional condiciona as formas de imaginação da literatura europeia no século XIX.

**Palavras-chave:** literatura, gótico, horror, realismo

A última década do século XVIII é considerada por críticos como H.P. Lovecraft (1987) o apogeu do romance gótico, graças, sobretudo, ao sucesso de obras como *The Mysteries of Udolpho*, publicada em 1794. Este romance é, sem dúvida, o mais famoso dos seis que Ann Radcliffe escreveu. Um crítico anônimo do fim do século XVIII afirmou que *The Mysteries of Udolpho* seria o livro mais interessante da língua inglesa. Sua atmosfera de suspense, que sugeria a presença do sobrenatural e as descrições pitorescas que referendavam os debates em torno do sublime fizeram dele um dos romances mais populares do período.

Sua publicação em si já foi um evento relevante. A editora G.G. and J. Robinson pagou a exuberante quantia de 500 libras pelos direitos autorais – nessa época o

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS – UFU).  
[lainister.esteves@gmail.com](mailto:lainister.esteves@gmail.com)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

pagamento a novelistas variava entre dez e vinte libras. O valor pago a Radcliffe transformou o romance em um acontecimento literário antes mesmo da publicação. Seus textos obtiveram boa acolhida crítica graças, sobretudo, ao apelo realista.

O sucesso do romance de Radcliffe indica que no fim do século XVIII a ficção gótica transforma-se em produto literário de largo consumo na Inglaterra. É provável que a mais significativa obra gótica surgida no início do século XIX tenha sido *Frankenstein, or the Modern Prometheus*, de Mary Shelley, publicado em 1818. Walter Scott foi dos primeiros defensores do romance. Em 1818 escreveu na *Blackwood's Edinburgh Magazine* que a obra recorria ao maravilhoso para questionar os limites do conhecimento e da imaginação humana.

Nas primeiras linhas do prefácio da primeira edição, Mary Shelley demarca a verossimilhança da narrativa. A imaginação da autora estaria fundada em reflexões mais sérias, em referências filosóficas organizadas e dramatizadas. Não se trataria simplesmente de uma trama de horrores sobrenaturais; o objetivo não seria contar uma história de fantasmas, mas oferecer uma narrativa ilusória que desse ensejo a uma análise das paixões humanas. O extraordinário estaria a serviço da exploração profunda de sentimentos e da busca pela verdade das paixões que eventos ordinários não poderiam revelar.

Lembrando que a conduta moral e as opiniões dos personagens não condiziam necessariamente com as suas, a autora mostrou preocupação com o impacto do texto nos leitores. Como forma de evitar a agitação que outros romances góticos vinham causando, Radcliffe procurou compor sua trama de maneira amena e com ênfase em valores inquestionáveis. A crueldade de algumas passagens, sobretudo das que tratam do isolamento da criatura e seus atos criminosos, não soaram tão agressivas quando comparadas as descrições sexuais de outras obras contemporâneas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

No prefácio da edição de 1831 o objetivo central da obra se torna bastante claro: a trama é composta basicamente de cartas e mensagens soltas que se agrupam e montam um quebra-cabeça cuja intenção é causar medo. O propósito de analisar as paixões do ponto de vista de situações insólitas se articula ao foco definitivo do efeito de horror. O medo literário, artificialmente construído com recursos de simulação do risco, nunca sai do horizonte. Aponta para o privilégio de um tipo declarado de fantasia que se baseia em hipóteses científicas, mas que reafirma sua autonomia.

Por vezes considerado o último dos romances a reunir todos os elementos que caracterizam a estética gótica, *Melmoth, the Wanderer*, de Charles Robert Maturin, publicado em 1820, é a mais famosa obra do escritor irlandês, autor de diversas novelas e dramas. *Melmoth* enfatiza a origem da maldade humana, e se os temas ainda são igrejas em ruínas, paisagens sombrias e famílias marcadas por heranças macabras, o acento definitivamente recai, como já indicavam as obras de Radcliffe e Mary Shelley, nos aspectos psicológicos do horror.

Maturin conseguiu reunir na mesma narrativa elementos sublimes, grotescos e cômicos e transformar-se em referência para muitos escritores. Em 1821 seu romance é traduzido na França e o sucesso pode ser medido, sobretudo, pela profusão de novos romances escritos a partir da década de 1830. Honoré de Balzac escreve uma paródia, *Melmoth reconcilié*, em 1835, e no prefácio indica o impacto da obra do escritor irlandês e a compara, em termos de força e influência literária, a *Fausto*, de Goethe. No entanto, talvez tenha sido Charles Baudelaire, em um conjunto de ensaios intitulado *Réflexions sur quelques-uns de mes contemporains* publicado no segundo volume de suas obras completas, de 1868, quem atribui maior importância ao romance: ele o situa como um dos pontos centrais da modernidade literária.

O romance de Maturin teria essa “essência diabólica” que caracterizaria a concepção moderna de literatura de Baudelaire. Figurando no céu interior do homem, o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

demônio não seria uma figura arquetípica, uma representação do mal como entidade externa, alteridade fantasiosa que assustaria à distancia. Ele surge como parte constituinte da ideia de humanidade, alojado na arte e no coração. Para conhecê-lo seria preciso investigar a escuridão dos sentimentos; representá-lo significaria um aprofundamento da capacidade mimética da literatura – a imagem buscada já não está na superfície. É preciso falar do indizível traduzindo em texto o mundo insólito do silêncio.

O que pode ser identificado no romance de Maturin como exploração dos horrores psicológicos também define a obra de E.T.A. Hoffmann. Constantemente apontada como referência por autores como Théophile Gautier e Edgar Allan Poe, a obra do escritor alemão seria fundamental para o desenvolvimento da literatura de horror com traços fantásticos em países como a França e os Estados Unidos. *Die Elixiere des Teufels* (Os elixires do diabo), publicado em 1818, narra a trajetória do monge capuchinho Medardus, homem de grande habilidade retórica que, ao perder a capacidade de falar, é tentado a beber um elixir elaborado pelo demônio. A partir de então se vê preso em um ciclo de horrores e transgressões de toda ordem. As características do personagem de Hoffmann remetem claramente ao monge Ambrosio, personagem criado por Matthew Lewis em *The Monk*, romance de 1796, o que indica a influência da literatura inglesa na configuração do lado mais sombrio do romantismo alemão.

O gótico de Hoffmann é exemplarmente expresso na coletânea *Nachtstücke* (Peças noturnas), de 1817, com histórias de tom macabro nas quais aparece o problema da ambiguidade. O sobrenatural e o horror psicológico funcionam simultaneamente e criam uma atmosfera de incerteza quanto à origem do mal. Nesse sentido são particularmente tensos os contos “Der Sandmann” (“O homem da areia”); “Das Majorat”; “Der Unheimliche Gast”; “Die Bergwerke zu Falun”; “Die Automata” e “Das



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Fräulein von Scuderi” . O primeiro, “Der Sandmann”, que se tornaria um clássico, conta a história de Nathanael, atormentado por acreditar que o misterioso Coppélius estaria constantemente tentando usurpar seus olhos. Assim como “Die Automata”, conto aborda o tema do autômato. “Das Majorat” é um história mais longa, parecida com “The Fall of the House of Usher”, de Edgar Allan Poe.

Segundo o crítico italiano Remo Ceserani (2006), os textos de Hoffmann conheceram notável popularidade em boa parte da Europa no início do século XIX, com destaque para “O homem da areia” graças à aguçada capacidade de representação da realidade do escritor alemão. A multiplicidade dos pontos de vista traria a dimensão do contraditório em uma dramaticidade estruturalmente complexa, capaz de entrelaçar as possibilidades do real e do imaginário. Em Hoffmann a imaginação se coloca a serviço da investigação dos limites da consciência, e os cenários raramente estão estabilizados. O que se vê pode ser tanto resultado de imaginação fantástica, produto de confusões psíquicas ou imagem do sobrenatural propriamente dito. Na fusão das possíveis perspectivas confundidas, instala-se o mistério necessário para o efeito terrífico. Vagando em espaço indefinido seus dramas se fortalecem.

Sua repercussão na França deve-se a Loève-Veimars, responsável pela tradução e divulgação de sua obra. Ele pedia a amigos jornalistas que escrevessem avaliações dos textos de Hoffmann que apareceram em jornais como *Le Courier*, *Le Temps* e *Le Globe* . As primeiras traduções, de 1828, caem no gosto de jovens escritores como Théophile Gautier, que, a partir de 1830, começa a se tornar conhecido por suas narrativas fantásticas. Dizendo-se diretamente influenciado pelo escritor alemão, passa a defendê-lo nos jornais e revistas nas quais publicava seus contos e críticas, como a *Revue des Deux mondes*, *La Revue de Paris*, *L'Artiste* e *Le Salmigondes*. Para ele Hoffmann traria para a literatura forças ocultas, loucuras, visões e influências malignas dificilmente representáveis. O sobrenatural e o extraordinário seriam descobertos e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

apresentados na lógica do cotidiano, o fantástico flertaria com o possível, seria verossímil como distúrbio. Os dramas do horror humanizado poderiam fazer conviver imaginação fantástica com intenções realistas.

Em sua primeira novela, Gautier evidencia a filiação. *La Cafetière*, publicada em 1831, traz a articulação entre vida real e vida imaginada, exterior e interior, em uma trama típica dos desenlaces misteriosos do *roman noir*. Os problemas da representação são trazidos à cena no contraste entre a esfera íntima e a suposta objetividade do mundo real. O protagonista Théodore, seduzido pela bela Angéla, não consegue determinar as bases das experiências vividas com a jovem: o encontro, a dança, tudo se perde no emaranhado de suas confusões mentais. Ao descobrir que sua amada havia morrido dois anos antes de conhecê-la, sente se perder no vazio, rompendo qualquer sensação de segurança em relação ao mundo.

Em “La morte amoureuse”, conto publicado entre 23 e 26 de junho de 1836 na revista literária *Chronique de Paris*, Gautier explora os limites do real e do imaginário da perspectiva do onírico. O amor de Romuald, religioso que questiona seus votos pela vampira e cortesã Clarimonde, é vivido na forma típica do duplo. O personagem experimenta uma vida religiosa pela manhã e devassa à noite, enquanto sonha. A narrativa que aparentemente separa sonho de realidade se confunde quando a vida onírica de Romuald reaparece para lembrá-lo de seu infortúnio.

O questionamento desses limites marcaria boa parte da produção inicial do escritor francês. O religioso vítima de tentações, a mulher fatal desenhada como vampira, os conflitos entre a moral e o desejo reaparecem sem lugar definido. Entre sonhos, delírios e tentativas de resgate da realidade, o horror paira entre a crença e a descrença.

O cenário da literatura de horror francesa se fortaleceria com a popularização dos textos de Hoffmann e com as releituras de obras como *Le diable amoureux*, de Jacques

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Cazotte, de 1772, e *Le manuscrit trouvé à Saragosse*, do polonês Jan Potocki, publicada em francês em 1808. A difusão das traduções francesas dos textos de Edgar Allan Poe feitas por Charles Baudelaire a partir do final da década de 1840 também impulsionariam a exploração do horror de caráter mais verossímil e cruel, como evidenciam os contos de Guy de Maupassant.

O autor que ficou famoso aos trinta anos com a pequena novela *Boule de suif* escreveu histórias de cunho realista, mas produziu também contos que tratavam da loucura e do inexplicável, de aparições e fantasmas. Seu conto fantástico mais famoso é “Le Horla”, em que fala de um ser invisível que chega à França em um navio vindo do Brasil e que como define Lovecraft: “domina a mente das pessoas e parece ser a ponta de lança de uma horda de criaturas extraterrestres chegadas à Terra para subjugar e esmagar a humanidade.” Destaca-se também “Apparition”, publicado em 1883 no *Le Gaulois*, sobre um homem cético que se vê diante de uma figura fantasmagórica e não consegue explicar o fato.

Os retratos bastante objetivos evidenciam certa banalidade do mal: tudo se resolve pragmaticamente, sem espaços para considerações de ordem moral. Entre pequenos casos sombrios, como “La main d'écorché” – primeiro dos contos de Guy de Maupassant publicados no *Almanach Lorrain de Pont-à-Mousson*, em 1875, sobre um homem que enlouquece e tem a sensação de ter sido estrangulado por uma mão humana usurpada de um cadáver –, e trabalhos de maior fôlego como o supracitado “Le Horla”, o autor escreveu mais de trezentos contos em diversos jornais e revistas. Pela precisão e representação da crueldade, seus textos se aproximam dos contos de Edgar Allan Poe.

Inegavelmente Poe ajudou a definir os termos do horror literário oitocentista e estabelecer padrões para o conto moderno. Charles Baudelaire, em seu terceiro ensaio sobre o escritor americano publicado como prefácio a *Nouvelles histoires extraordinaires*, lançado em 1857, ressaltou a modernidade de suas tramas e sua

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

capacidade de perceber o lado demoníaco do homem. Baudelaire lê Poe como uma espécie de profeta dos novos tempos, alguém que conseguiu vencer os limites impostos por uma cultura cada vez mais materialista e trazer à cena um universo de sonhos infernais reveladores do lado obscuro da humanidade. A perversidade, motor dramático preferencial, surge como o dispositivo da verdade profunda assolada pela modernidade. É ainda a essência de uma natureza dissimulada, motivação primordial da experiência.

Nas palavras de Baudelaire, a perversidade que motiva os personagens de Poe é a mesma que orienta a vida em sociedade. Poe simplesmente teria a coragem e a capacidade de evidenciar o que era vivido em silêncio. Quando afirma a indelével marca do mal, Baudelaire desdenha dos pressupostos iluministas para fazer uma apologia das trevas da perspectiva dos cenários construídos pelo escritor americano. Ainda segundo o poeta francês, a imaginação audaciosa não estaria simplesmente a serviço do deleite estético, e o recurso do sonho surgiria como antídoto à dissimulação e revelaria o segredo calado no fundo dos corações. À arte caberia o papel demoníaco de fazer ver o mal; o horror dos contos traduzidos por Baudelaire exibiria uma mórbida fascinação pelo distúrbio psíquico, no qual a beleza é quase sempre fatal. Nos mecanismos da imaginação sombria de Poe, o excesso, o desejo e o sobrenatural fazem parte de uma mesma trama que tende a diluir as fronteiras entre realidade e pesadelo.

A obra de Edgar Allan Poe consiste em algumas dezenas de contos e poemas, dois romances inacabados e uma centena de artigos. A maioria de seus textos foi publicada em periódicos, principalmente na *Blackwood's Magazine* – revista bastante popular fundada em 1817 por William Blackwood –, sobre cujos padrões editoriais escreveu um irônico artigo intitulado “How to Write a Blackwood Article”. Possivelmente a obra mais famosa de Poe é a primeira coletânea de contos que ele mesmo organizou, *Tales of the Grotesque and the Arabesque*, publicada em 1840.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

No prefácio o autor tenta desfazer um equívoco que se tornava cada vez mais comum: o de que sua obra era tributária do gótico alemão, sobretudo com a popularização dos textos de Hoffmann traduzidos para o inglês nas primeiras décadas do século XIX. O terror que emana de suas páginas, não teria origem em nenhuma tradição literária específica, seria resultado da exploração demoníaca dos mistérios humanos. Ao ironicamente defender a originalidade de seus textos, anuncia seu projeto estético enfatizando a via dupla do efeito: o terror que se desprende do fundo da alma a ela deve retornar sob a forma de literatura e atingir o leitor pela revelação do medo.

A ênfase definitivamente não está mais no cenário ou no contraste entre vilões maléficos e heróis virtuosos; não são mais as ruínas de um castelo que assustam e causam medo, mas a maldade de indivíduos comuns, o mal naturalizado e disseminado. A modernidade de Poe entoada por Baudelaire significa, entre outros aspectos, a popularização da experiência do mal, que deixa de ser atributo de personagens aristocráticos, excêntricos, estranhos, pervertidos, para aparecer em cenários urbanos mais comuns. A variedade de temas, personagens e situações sinistras que aparecem em seus contos fez com que fossem reformulados os princípios do gótico literário e com que se a configurasse o que viria a se tornar a “literatura de horror” do século XX. As perturbações psicológicas, os duplos, os espelhos, as incertezas da consciência, os eventos estranhos que habitavam o mundo fantástico de um passado remoto transformam-se em situações comuns do perverso mundo do crime que conheceria um novo tipo de herói: o detetive.

Em “The Murders in the Rue Morgue”, publicado em 1841 na *Graham’s Magazine*, Auguste Dupin resolve o brutal assassinato de duas mulheres em Paris naquele que é considerado o primeiro conto policial da história literária. É um caso na obra de Poe em que o sinistro literalmente se converte em enigmático, capaz de ser resolvido pela perspicácia tanto do personagem quanto do leitor. O enigmático não é



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

apenas o misterioso explicável pela razão, é uma forma específica de composição literária que deliberadamente joga com o leitor, apresentando uma série de indícios contraditórios e complementares com vistas à solução final. Sob o paradigma do enigma a explicação não é dada – como no caso dos romances de Ann Radcliffe, por exemplo –, e o problema é posto sobre a mesa por meio das artimanhas de um narrador que ajusta e altera o foco de acordo com sua conveniência.

A ficção transforma-se em um mecanismo imparcial de exploração de sensações e situações dramáticas. O bem e o mal; o atrativo e o repulsivo; e o belo e o feio estão a serviço de um sistema cuja única obrigação é funcionar perfeitamente. Distanciando-se de qualquer reflexão moral ou filosófica, o texto pode ser encarado exclusivamente como propulsor de sensações.

Na última década do século XIX obras como *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, publicada em 1886, de Robert Louis Stevenson; *Dracula*, em 1897, de Bram Stoker; e *The Turn of the Screw*, em 1898, de Henry James, retomam elementos característicos da estética gótica: o duplo, o vampiro e a relação ambígua com a loucura. Em *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, a dupla personalidade do Dr. Jekyll é tratada com espanto e inclui relatos de médicos, advogados e cientistas; em *Dracula*, o vampiro é cassado pelo cientista Van Helsing; e, em *The Turn of the Screw*, as visões fantasmagóricas de uma governanta responsável pelo cuidado de duas crianças deixam o leitor confuso entre explicações racionais atribuídas à loucura ou à crença no sobrenatural.

Nos três textos as ideias científicas são exploradas na própria fabulação do medo, e o horror se expressa na ambiguidade extraída da potencialidade de falha do discurso científico oitocentista. O duplo como fratura psicológica desencadeada pela ingestão de uma fórmula inventada, o impulso de explicação racionalista do caçador de vampiros e a encenação de uma possível loucura aparecem como investimento na dúvida. No jogo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

das motivações parcialmente explicáveis, sobrevive a expectativa de uma ficção autônoma que tem no horizonte apenas a eficácia. Seguro de seu papel, o horror literário depois de Edgar Allan Poe aponta para a explicação racional como contraste sem precisar necessariamente administrar os riscos espectrais da superstição. Consolidado como forma lúdica, transforma-se em produto cultural de massas. Repetida e reproduzida, a literatura voltada para o horror se estabelece nos domínios de um prazer com traços realistas, mas cujos riscos não ultrapassam as fronteiras da simulação.

#### **Referências bibliográficas**

- BOTTING, Fred. *Gothic*. London: Routledge, 1996.
- CALLOIS, Roger. *Au cour du fantastique*. Paris: Gallimard, 1965.
- CASTEX, Pierre Georges. *Le conte fantastique en France de Nodier à Maupassant*. Paris: Librairie José Corti, 1951.
- CESERANI, Remo. *O fantástico*. Curitiba: Editora UFPR, 2006.
- CLERY, E.J. *The rise of supernatural fiction: 1762-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- JÚNIOR, Araripe. *Obra crítica*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1968, vol. I (1868-1887).
- LOVECRAFT, Howard Phillips. *O horror sobrenatural na literatura*. Trad. João Guilherme Linke. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1987.
- MATURIN, Charles Robert. *Melmoth the Wanderer: A tale*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- POE, Edgar Allan. *The Complete Works of Edgar Allan Poe*. London: Bounty Books, 2004.
- PRAZ, Mario. *The Romantic Agony*. Oxford: Oxford University Press, 1970.



Universidade  
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

RADCLIFFE, Ann. *The Mysteries of Udolpho*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

WALPOLE, Horace. *The Castle of Otranto*. New York: Oxford University Press, 2008.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**UTOPISMO E CRÍTICA À MODERNIDADE EM AMERIKA, DE FRANZ**

**KAFKA**

Leandro Silva Onofre Júnior (UFG)<sup>1</sup>  
Profa. Dra. Ana Lorym Soares (UFG)<sup>2</sup>

**Resumo:** O “poder de insubmissão” presente na obra de Franz Kafka é, segundo Michael Löwy (2007), resultado de “Uma sede infinita de liberdade em todas as direções”. Os romances de Kafka revelam uma intransigente insubordinação ao autoritarismo, representado na maioria de seus romances por uma estrutura de poder sem limites, aparelhos burocráticos sufocantes e patriarcas irados. Nesta perspectiva, este trabalho se propõe a analisar a crítica à modernidade presente no romance de Franz Kafka, *Amerika* – ou *O desaparecido* – e sua aproximação com o conceito de “utopia iconoclasta” apresentado pelo historiador Russell Jacoby. Para tal, utilizaremos as contribuições de Luiz Costa Lima para a compreensão do gênero romance e das singularidades do universo kafkiano; de Reinhart Koselleck e suas concepções acerca da modernidade; de Lewis Mumford e sua contribuição para os estudos sobre utopia; do historiador Russell Jacoby e suas formulações sobre “utopia iconoclasta”; e do sociólogo Michael Löwy que, guiado pelo fio vermelho apresenta um Kafka insubmisso e utópico até então desconhecido. O romance narra a trajetória de Rossmann no território norte-americano e suas tentativas frustradas de ascensão social. Conduziremos nossa pesquisa buscando entender o caminho percorrido pela crítica kafkiana à modernidade dentro deste cenário de absurdos e aflições.

**Palavras-chave:** História; Literatura; Franz Kafka; Utopia;

*O desaparecido* ou *Amerika* é um romance inacabado concebido na primavera de 1912. Segundo Susana Kampff Lages (2003) – tradutora do romance para a Editora34 –, o romance é composto por fragmentos de uma história que se queria *dickensiana*, inspirada num exemplar do tradicional modelo do romance realista e por uma história “projetada para o infinito”. Em *O desaparecido* ou *Amerika*, o jovem Karl Rossmann que fora *seduzido* por uma empregada e, conseqüentemente, tivera um filho seu, é forçado pelos pais a emigrar para a América. A trajetória de Karl Rossmann é marcada por uma “clara linha descendente” que se inicia com sua emigração forçada para América, passando pela

<sup>1</sup> Graduando em História (UFG). Contato: [leandrojrv@gmail.com](mailto:leandrojrv@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Curso de História (UFG/Regional Jataí). Contato: [analorym@gmail.com](mailto:analorym@gmail.com)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

estadia no conforto da casa burguesa do tio Jakob e, finalmente, pelo degradado ambiente social como acompanhante e criado de Brunelda.

Segundo Lages, a “América de Kafka é a imagem hiperbólica dos novos meios de comunicação e da alienação do indivíduo que quanto mais procura contato, mais se distancia de uma genuína forma de comunicação humana” (LAGES, apud, KAFKA, 2003, p. 285). Sujeito aos mais abusivos tratamentos, Karl Rossmann não se distancia do cenário vivido pela condição desnorteante do homem moderno. Nesta direção, priorizaremos nosso olhar para a representação da condição moderna na obra de Kafka. Assim, analisaremos o *universo kafkiano* e sua *estética negativa* como ponto de partida para entender a *modernidade* em Kafka e, conseqüentemente, sua crítica à mesma. Para tanto, o trabalho será dividido em dois movimentos de análise:

1. Da crítica à modernidade presente na obra *Amerika* – ou *O desaparecido* (*Der Verschollene*) – de 1913-1914, e sua aproximação com conceito de “utopia iconoclasta” formulado por Russell Jacoby.
2. Do contexto sociopolítico ao qual está inserido o escritor Franz Kafka e sua relação com a Literatura;

É importante destacar que o texto é fruto de uma pesquisa ainda em andamento. Portanto, não se propõe a ter conclusões, mas sim a levantar questões e hipóteses, na intenção que as mesmas possam contribuir para discussões e proposições posteriores.

### **Kafka em relação ao seu tempo e à Literatura**

O sociólogo marxista Michael Lowy em sua obra *Franz Kafka: sonhador insubmisso* coloca em cena um Kafka até então negligenciado, e criticado, pela maioria da crítica literária<sup>3</sup>. Lowy apresenta um Kafka de “fascinante poder de insubmissão”,

<sup>3</sup> BINDER, Hartmut. *Kafka-Handbuch*. Stuttgart: Alfred Kröner, 1979; GOLDSTÜCKER, Eduard. “Über Franz Kafka aus der Prager Perspektive, 1963. In: GOLDSTÜCKER, KAUTMAN, REIMANN (orgs.) *Franz Kafka aus*



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

dotado de uma sensibilidade profundamente *libertária* e *antiautoritária*. As diversas correntes que interpretam as obras de Kafka, seja qual for sua direção, veem na dimensão edipiana um fator fundamental para entender os escritos de Kafka. Entretanto, Lowy aponta um traço novo desta dimensão a partir de uma interpretação “sócio-política” de suas obras, tendo como ponto de partida um “fio vermelho que permite ligar a revolta contra o pai, a religião da liberdade (de inspiração judaica heterodoxa) e o protesto (de inspiração libertária) contra o poder mortal dos aparelhos burocráticos: o *antiautoritarismo*” (LÖWY, 2005, p.11). O autor utiliza a expressão fio vermelho para realçar a aproximação do pensamento de Kafka com o *socialismo libertário* ou *socialismo romântico*, na qual não haveria necessidade de nenhuma autoridade e/ou governo.

Michael Löwy descreve um Kafka libertário, que compartilhava ideias e simpatizava com os círculos anarquistas de Praga. Para o sociólogo, o pensamento e a insubmissão de Kafka representava uma espécie de “socialismo romântico de tendência libertária”. Assim, o universo kafkiano seria marcado por um “*ethos* libertário”, apresentado a partir de um mundo apático e desprovido de liberdade. Porém, alerta para o risco de reduzir a obra do escritor tcheco à uma doutrina política, visto que a interpretação sócio-política da obra de Kafka se apresenta como uma, entre tantas outras, forma de interpretar o universo kafkiano.

Todavia, não será nos círculos anarquistas que Kafka levantará sua voz contra o autoritarismo, a sociedade industrial e o capitalismo. O escritor tcheco concebe a literatura como seu palanque. Seu protesto se faz pela literatura, assegurado por sua fixação pela escrita. Costa Lima (1993, p. 26) ressalta que para Kafka “o ato de escrever é uma urgência de resgate e libertação”. Na mesma direção, Ricardo Piglia, crítico literário e ficcionista – um dos maiores nomes da literatura contemporânea –, destaca a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

relação de Kafka com a Literatura e a leitura. Em tom poético, o autor aborda as características da escrita de Kafka, as influências externas que incidem em suas obras e a apropriação da realidade metafórica materializada em seus escritos. Para o autor, a realidade vivida e *ressignificada* por Kafka está diretamente ligada à sua forma de escrever.

Piglia destaca algumas influências que dão forma ao universo dos escritos de Kafka, entre elas a leitura, a interrupção, o trabalho noturno e seu silêncio e isolamento. A relação entre Kafka e a Literatura abordada por Piglia é um tanto quanto singular. Para descrever como Kafka "lê a Literatura", o autor argumenta que em primeiro lugar "concentra a história num ponto, em seguida inverte a motivação e estabelece novas correlações; logo depois narra sua versão da história (narra o que o narrador original não viu)", "[...] inverte relações, altera os nexos. Não há mediações. Uma condensação assim radical leva a leitura a seu limite. Ler desvenda novas conexões" (PIGLIA, p. 54).

Partindo da imagem de um Kafka *antiautoritário* e *insubmisso* apresentado por Lowy, bem como de uma relação *obsessiva* pela Literatura apresentado por Costa Lima e Ricardo Piglia, é possível imaginar e, até mesmo, identificar no *universo kafkiano*, elementos de crítica à modernidade *ressignificados*, *invertidos* e *metaforizados*, pelo escritor tcheco. É claro também que estes não são os únicos elementos que incidem sobre sua obra. A interpretação sócio-política não exclui as interpretações sobre a *dimensão edipiana* e *teológica* de suas obras, pelo contrário. Em certa medida elas dialogam e ampliam o entendimento sobre o universo kafkiano.

Costa Lima (1993), ao seu modo, apresenta um Kafka também insubmisso. Demonstra o autor que Kafka vivera em um meio familiar marcado pela autoridade paterna. Em diversas ocasiões Kafka foi proibido de ler "além da hora permitida". Entretanto, tal proibição se converte em resistência e insubordinação. Segundo Costa Lima

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

[...] Kafka se socializa a partir de uma proibição, de uma proibição precisa: a de continuar a ler além da hora permitida. A leitura interdita se converte, retrospectivamente, em germe do ódio com que encarará a seu meio. O que teria sido uma singularidade inconsequente, converte-se em resistência em acatar a voz repressora. Ela cresce e se converte em sua singularidade adulta (COSTA LIMA, 1993, p. 34)

A dimensão edipiana de Kafka é criticada por Costa Lima que argumenta que ao contrário de tais formulações, “o pai não é uma peça que se inscreve na formação do complexo edipiano mas sim uma condensação do poder social” (COSTA LIMA, 1993, p. 35), ou seja, a resistência à autoridade paterna aproxima-se da crítica apresentada por Löwy sobre o *antiautoritarismo* e a *insubmissão* de Kafka. A proibição à leitura “além da hora permitida” aumenta sua fixação pela leitura, além de moldar as bases do Franz Kafka escritor que, segundo Ricardo Piglia, produzirá a maior parte de seus escritos no período noturno, em isolamento, na caverna. Seu isolamento será quebrado apenas através da leitura e escrita, i. e., pela Literatura e pela correspondência.

### **Pessimismo kafkiano e a crítica à modernidade**

O início do século XX é marcado por uma imensidão de novos aparatos tecnológicos. Recluso até então nas fábricas, o avanço tecnológico agora se mostra presente no seio da sociedade modificando profundamente sua relação com o tempo e com o trabalho. Os aparelhos burocráticos se intensificam, e o homem se vê refém de serviços cansativos, monótonos e sem sentido. Este cenário é apresentado por Kafka nos seus três maiores romances: *O castelo*, *O processo* e *O desaparecido* ou *Amerika*, no qual o último trata de uma crítica a sociedade industrial capitalista.

A *modernidade*, de acordo com as formulações de Reinhart Koselleck, transformou a relação dos homens com o tempo e, de alguma forma, com a história. Segundo o autor, é a partir da relação entre o *passado* (espaço de experiências) e o *futuro* (horizonte de expectativas) que se constitui o *tempo histórico*. Assim, para Koselleck “só

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2015, p. 314). Assim, pontua que, a partir do século XVIII, quando “a medida que o homem experimentava o tempo como um tempo sempre inédito, como um ‘novo tempo’ moderno, o futuro lhe parecia cada vez mais desafiador” (KOSELLECK, 2015, p. 16).

Franz Kafka, inserido neste “novo tempo”, trabalhou como advogado para o Instituto de Seguros contra Acidentes de Trabalho do Reino da Boêmia. O cotidiano de seu trabalho o coloca em contato direto com as questões burocrático-administrativas referentes as relações de trabalho e suas condições de trabalho. O olhar de Kafka acerca das relações de trabalho permeia toda obra *Amerika* – ou *O desaparecido* (Der Verschollene). No romance, os personagens autoritários e dominadores são figuras paternas e altos administradores que reproduzem “atitudes arbitrarias sem justificação”, “exigências desmensuradas e absurdas”, “injustiça” e “punição totalmente desproporcional”.

Em *Amerika*, Kafka narra a emigração de um jovem alemão para os Estados Unidos da América no início do século XX. O escritor tcheco apresenta um ser humano deslocado de seu meio, a partir de uma ordem dada por seus pais após o mesmo se envolver sexualmente com uma empregada. Segundo as palavras iniciais de seu livro

Quando Karl Rossmann, um jovem de dezessete anos que fora mandado para a América por seus pobres pais, porque uma empregada o seduzira e tivera um filho seu, entrou no porto de Novayork a bordo do navio que já diminuía sua marcha, avistou a estátua da liberdade, que há muito vinha observando, como que banhada por uma luz de sol que subitamente tivesse se tornado mais intensa. O braço com a espada erguia-se como se tivesse recém se elevado, e em torno à sua figura sopravam os ares livres (KAFKA, 2003, p. 13).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A crítica kafkiana da modernidade situa-se no limiar de um universo cultural socialmente condicionado, amplamente marcado por suas afinidades com o *messianismo judaico*<sup>4</sup> e o *romantismo cultural germânico*<sup>5</sup>. Assim como ressaltado por Piglia, Lowy também destaca a forma como Kafka inverte a realidade apreendida e à negativa em suas obras. Para o sociólogo, a dimensão teológica de Kafka encontra-se ancorada por uma *theologia negativa*, visto que “a redenção messiânica só se manifesta negativamente, por sua ausência radical” (LÖWY, 2005, p.132).

A “inversão negativa” orquestrada pelo escritor tcheco produz um universo estético, denominado *kafkiano*, marcado por situações absurdas e angustiantes. Muitos destes elementos caracterizam o que Löwy denomina como “barbárie moderna”. Nos escritos de Kafka, principalmente seus três maiores romances inacabados, os protagonistas, na maioria dos casos, são vítimas de um sistema judiciário injusto; de uma burocracia asfixiante; de uma configuração hierárquica marcada pelo autoritarismo; ou de precárias condições de trabalho. Há um pessimismo gritante presente nas obras de Kafka. No *universo kafkiano* não há *redenção* para a sociedade.

Os romances kafkianos constituem uma pertinente crítica às malhas burocráticas do capitalismo moderno, evidenciando “a opressão e o absurdo da reificação burocrática tal como são vividos pelas pessoas comuns” (LÖWY, 2005, p. 204). Em termos gerais, o *poder de insubmissão* de Kafka, associando seu *estado de espírito antiautoritário* e uma *teologia negativa*, faz com que o universo estético criado pelo autor se aproxime dos

---

<sup>4</sup> O messianismo judaico tem como principal característica a crença na vinda do messias (*Mashiach*) prometido ao povo judeu. No caso específico de Kafka, a redenção messiânica, segundo Löwy, “só aparece nele por traços, desenhada em filigrana pelo negro contorno do mundo presente”, na qual a redenção messiânica “só se manifesta negativamente, por sua ausência radical”, sendo seu objetivo “a não-presença de Deus no mundo e a não-redenção dos homens”. (LÖWY, 2005, P. 132).

<sup>5</sup> Michael Löwy e Robert Sayre em *Revolta e Melancolia* (2015), sugerem o romantismo como uma “estrutura mental coletiva”, composta por uma “antipatia pelo capitalismo”. Esta crítica estaria calcada nas “características do capitalismo cujos efeitos negativos permeiam as classes sociais, e que são vividas como miséria em toda essa sociedade”.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

universos estético das utopias, porém de forma invertida, negatizada pelo autor. Assim, a partir de uma leitura sócio-política Löwy aproxima a *theologia negativa* de Kafka ao da “utopia negativa”, pois em ambos os casos “o inverso positivo do mundo estabelecido (utopia libertária ou redenção messiânica) está radicalmente ausente, e é precisamente essa ausência que define a vida dos homens como decaída ou provada de sentido” (LOWY, 2005, p.132). Neste sentido, segundo o mesmo, a ausência de redenção “positiva” associasse-se com a também completa ausência de liberdade, descrita a partir do “universo sufocante do arbítrio burocrático”.

Porém, se considerarmos o campo estritamente literário, como sugere Raymond Trousson, Kafka estaria distante dos *utopistas* devido à ausência de projeção de um *contramundo*, um mundo idealizado (descrito como bom ou ruim) projetado em um espaço ou em um tempo imaginado, geralmente futuro, em suas obras. Entretanto, Russell Jacoby atenta para a iconoclastia presente na religião judaica, mostrando assim a impossibilidade de escritores judeus como Kafka retratarem Deus, ou o futuro.

A questão não é a ausência da esperança ou de anseios utópicos, mas a ausência de descrições detalhadas ou planos sobre o futuro entre os judeus. A tradição judaica deu origem ao que pode ser chamado de utopismo iconoclasta – um utopismo “antiutópico” à medida que se recusa a mapear o futuro, ele só é utópico em seu compromisso com um futuro muito diferente, de harmonia e felicidade. Os utopistas iconoclastas se voltavam para o futuro, mas, ao contrário dos utopistas projetistas, eles se abstinham de descrevê-lo (JACOBY, 2007, p. 137).

Segundo Jacoby (2007) os utopistas projetistas “mapeiam o futuro a cada centímetro e minuto”, apresentando “instruções precisas” sobre “tamanho, forma, dieta e modas do futuro”. Por outro lado, os utopistas iconoclastas seriam “aqueles que sonharam uma sociedade superior, mas que se recusaram a apresentar suas medidas precisas”, pois “eram contestadores e destruidores de imagens”. Diante disso, aponta que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Do mesmo modo que Deus, para os judeus, não pode ser representado, o futuro, para os utopistas iconoclastas, não pode ser descrito; ele só pode ser abordado por pistas e parábolas (JACOBY, 2007, p. 17)

Este é o fio de Ariadne que aproximará Kafka das utopias negativas da primeira metade do século XX.

Segundo, Reinhart Koselleck (2014, p. 126) “toda utopia do futuro vive dos pontos de contato com um presente que pode ser resgatado não apenas fictícia, mas também empiricamente”. Em sequência destaca

O que o futuro oferece é, em poucas palavras, a compensação da miséria atual, seja ela de natureza social, política, moral, literária ou qualquer outra que o coração sensível ou a razão esclarecida possam desejar. Expressado de outra forma: a perfeição fingida do contramundo até então espacial é temporalizada. (KOSELLECK, 2014, p. 126)

Não podemos deixar de destacar a ausência de um projeto, seja espacial ou futurista, nas obras de Kafka. Entretanto, como destacado por Russell Jacoby (2007) isso se deve à forma com a qual os judeus se relacionam com a representação do divino. Em termos gerais, a não-projeção de Kafka em suas utopias se deve ao fato do mesmo ser judeu. Porém, isso não impossibilita Kafka de um estado de espírito utópico, mas sim de uma representação visual da sociedade almejada ou denunciada.

De fato, se olharmos a partir dos elementos que estruturam a obra de More, partindo da ideia que tais elementos consolidam as bases do gênero utópico, Kafka certamente não seria um escritor utópico. Contudo, se entendermos que a utopia perpassa o gênero literário criado por More, baseado no projeto de uma sociedade ordenada, seja este projeto representado por uma projeção espacial ou futurista, e encararmos a mesma como um estado de espírito, baseado na preocupação com os rumos da sociedade e com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

esperança de uma sociedade menos injusta, Kafka se torna facilmente um *utopista iconoclasta*.

No mesmo caminho, Michael Löwy (2005) propõe que “À *theologia negativa*, ao messianismo negativo de Kafka corresponde, no terreno político, uma espécie de *utopia negativa*”. Assim como nas utopias negativas do século XX, também chamadas de distopias, a crítica à sociedade moderna é a característica central de *Amerika*. Porém, a crítica da sociedade norte-americana esboçada por Kafka tem como foco o “poder exercido sobre os seres humanos pelos aparelhos técnicos modernos”.

Os personagens dominadores são figuras paternas (o pai de Karl Rossmann e o tio Jakob), mas também desclassificadas (Delamarche) e altos administradores (o gerente e o porteiro do Hotel Ocidental). Todos dão prova de um insuportável autoritarismo, cujas características serão reencontradas nos romances e novelas dos anos seguintes: atitudes arbitrárias sem justificção alguma (moral, racional, humana); exigências desmesuradas e absurdas com relação ao herói-vítima; injustiça (a culpabilidade é, falsamente, considerada evidente, patente, indubitável); punição totalmente desproporcional ao “erro” (inexistente ou trivial) (LOWY, 2005, p. 72)

Diante disso, podemos concluir que *Amerika* trata-se de uma crítica a sociedade industrial moderna e ao autoritarismo presente no setor privado e familiar. A ausência de liberdade contrasta com o ritmo acelerado sociedade capitalista. O avanço tecnológico faz de Nova York uma metrópole de ritmo acelerado, evidenciando a mudança temporal ocorrida com o advento da *modernidade*. Assim, a descrição do porto de Nova York, no primeiro capítulo do romance, como “um movimento sem fim, uma turbulência que se transmitia do mar turbulento aos homens indefesos e as suas obras” demonstra a sensibilidade de Kafka em relação as mudanças tecnológicas e os resultados que incidirão sobre o homem moderno.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Considerações finais**

Como apontado por Koselleck toda “utopia do futuro vive de pontos de contato com o presente”. A ausência de projeção futurista, fruto de sua iconoclastia, distancia Kafka dos utopistas projetistas e, conseqüentemente, do próprio conceito de utopia como gênero literário. Entretanto, sua crítica à modernidade se baseia no próprio presente, na efervescente sociedade moderna, e na esperança de uma sociedade justa. As obras de Kafka seriam então, diferentemente das utopias negativas e futuristas da primeira metade do século XX, uma espécie de “aviso-incêndio”. Um alerta sobre os rumos de uma sociedade marcada pela coerção burocrática, a falta de liberdade e o autoritarismo.

O *aviso* dado por Kafka em relação a sociedade industrial moderna parte da sua sensibilidade e sua insubmissão os mecanismos de controle que subjagam o homem moderno. As características de sua crítica à modernidade, partem da sua relação com o “socialismo libertário”, com judaísmo e sua *theologia negativa*, do seu desconforto com os aparelhos burocrático, mas sobretudo, de seu “poder de insubmissão”, que dá forma a todas os seus escritos.

Portanto, mesmo sem uma projeção futurista, a obra de Kafka transmite os mesmo sentimentos e denúncias das chamadas distopias modernas. O alarme soado por Kafka a respeito da burocracia, da ausência de liberdade e dos autoritarismos no mundo modernos, possui a mesma essência das denúncias apresentadas por autores distópicos como George Orwell, Aldous Huxley e Éugene Zamiatin. Assim, Kafka cria sua utopia negativa baseado na ausência de redenção humana e na naturalidade das relações coercitivas presentes na sociedade moderna.

**Referência bibliográfica**

COSTA LIMA, Luiz. *Limites da voz: Kafka*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

\_\_\_\_\_. *Trilogia do controle: O controle do imaginário; Sociedade e discurso ficcional;*

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

*O fingidor e o censor.* – 3ª ed. rev. – Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

JACOBY, RUSSELL. *Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica.* Tradução Carolina de Melo Bomfim Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KAFKA, Franz. *O desaparecido ou Amerika.* 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. *Estratos do tempo: estudos sobre história.* Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

\_\_\_\_\_. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade.* Boitempo Editorial, 2017.

LÖWY, Michael. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”.* São Paulo: Boitempo, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Franz Kafka: sonhador insubmisso.* Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005b.

MUNFORD, Lewis. *História das utopias.* – 1ª ed. portuguesa – Lisboa: Antígona, 2007.

TROUSSON, Raymond. *História de la literatura utópica: viajes a países inexistentes.* Barcelona: Ediciones Península, 1995.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**“O MENINO DO PIJAMA LISTRADO” REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS  
DO HOLOCAUSTO ATRAVÉS DA LITERATURA**

Naiara Cristina Pereira Leal<sup>1</sup>

E-mail: nainaileal@gmail.com

Orientador: Me. Eron Meneses de Amorim

E-mail: noream@hotmail.com

**Resumo:** Ao longo dos anos a humanidade vem sendo marcada por inesquecíveis fatos históricos, fazendo uso destes fatos a História e a Literatura, sobressaíram em narrar tais acontecimentos a partir de métodos e análises por pontos de aproximação e de distanciamento, levando a questionamentos frequentes tais como: a dependência ou necessidade que uma tem da outra. A possibilidade de junção dessas duas formas de análise dos seres humanos e de suas ações. A finalidade dessa pesquisa é responder as questões citadas acima; partindo da análise do livro literário de John Boyne "O menino do pijama listrado", a obra narra uma situação histórica, pois se trata de uma narrativa que se passa em meio a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha nazista, o genocídio dos judeus, chamado de holocausto, tratada por um viés literário. Assim, história e literatura acabam se complementando.

**Palavras chave:** História; Literatura; nazismo; holocausto; representações.

Ao longo dos anos, a humanidade vem sendo marcada por inesquecíveis fatos históricos. Fazendo uso desses fatos, duas áreas de conhecimento se sobressaíram em narrar tais acontecimentos a partir de métodos e análises com pontos de aproximação, são elas a História e a Literatura.

---

<sup>1</sup> Formanda em História (UEG) Campus Morrinhos. Contato: nainaileal@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Levando a questionamentos frequentes tais como: a dependência ou necessidade que uma tem da outra, a possibilidade de junção dessas duas formas de análise da vida dos seres humanos e suas ações. A finalidade dessa pesquisa é responder as questões citadas acima; partindo da análise do livro literário de John Boyne "O menino do pijama listrado", a obra narra um contexto histórico, pois se trata de uma narrativa que se passa em meio a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na Alemanha nazista.

É possível encontrar diferentes opiniões quando se trata da capacidade da literatura e da história de aproximar o passado e presente, interligando realidade e ficção. Pensando nesta estreita relação o presente artigo busca responder: de que maneira as fronteiras entre história e literatura podem ser expressas e vislumbradas na literatura "O menino do pijama listrado"?

### **1 - História e Literatura**

A crise do marxismo e do estruturalismo fez com que se perdesse a certeza numa inabalável escrita da história. Essa incerteza fez com que fosse necessária a busca de novos caminhos para o desenvolvimento da pesquisa histórica.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, Lucien Febvre e Marc Bloch foram convidados a lecionar na Universidade de Estrasburgo, os primeiros anos após a guerra não foi fácil devido as grandes dificuldades encontradas, isso fez com que a universidade se isolasse frente à sociedade em um diálogo interno, essa situação propiciou aos professores uma preocupação com o campo das ciências e a necessidade da renovação da história, desde então, Febvre e Bloch passaram a pregar a união das ciências e a abertura da história para outros campos, nascia então a Escola dos Annales (*Revista Annales d'Histoire Economique ET Sociale*), como uma reação à história tradicional e metódica mais conhecida como "positivista" e "materialista", essa nova forma de história garantia

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

um conhecimento mais abrangente com o intuito de aproximar a história a outros campos das ciências humanas.

Em 1930 surgia na Europa os primeiros trabalhos que levaram a um movimento teórico e metodológico conhecido como “História Nova” ou “Nova História”, que foi realmente lançado em 1978 por alguns membros do chamado grupo dos Annales. A Nova História é conhecida como a terceira geração dos Annales, que se abriria ao diálogo com os mais diversificados gêneros e áreas de conhecimento como: Antropologia, Sociologia, Literatura, Geografia, Psicologia, entre tantas outras.

Com a terceira geração dos Annales, surgiu uma discussão sobre a nova metodologia aplicada nas pesquisas históricas, principalmente sobre a abrangência de diálogo com as mais diversas ciências, como por exemplo, François Dosse em sua “História em Migalhas”, a Nova História é herdeira dos Annales? Para ele a resposta é não. A Nova História teria rompido com a primeira geração do Annales, porque quando o “movimento dos Annales” surgiu foi com o intuito de fazer uma história total, centrada no homem e suas relações com o meio, porém a Nova História fragmentara-se para estudar as mentalidades e imaginários em suas mais variadas estruturas e temporalidades.

"De acordo com François Dosse, a Interdisciplinaridade renovadora dos primeiros annalistas teria sido deturpada e perigosamente exagerada pelos historiadores da *Nouvelle Histoire*, que com isto ameaçavam sacrificar a identidade da história e pulverizaram a produção historiográfica em uma quantidade desconexa de novos objetos e modalidades historiográficas, sem ligação umas com as outras (REIS, 2000, p.188). Além disto, para este novo modelo historiográfico, teria sido rompido o modelo annalista original, que para além de analisar o Passado a partir de uma problematização do Presente, buscava considerar o Passado como uma instância que poderia beneficiar a compreensão do Presente e mesmo a sua transformação. Desta maneira, traindo essa interação entre temporalidades que fora a marca da historiografia anterior, com os historiadores da História em Migalhas o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

diálogo entre Presente e Passado estaria rompido, e o Passado começaria a ser cultuado como campo de análise a ser contemplado unidirecionalmente, sem o benefício que poderia ser trazido pelo retorno ao Presente da reflexão sobre os tempos históricos anteriores para o vivido atual. De alguma maneira, a História teria voltado a ser objeto de análise para colecionadores, tal como na história antiquária que havia sido condenada pelos próprios fundadores dos Annales". (BARROS, 2010, p. 6).

Essa crise dos Annales colocou em debate a eficiência da interdisciplinaridade na pesquisa histórica, já que um dos questionamentos propostos foi o “exagero” nessa aproximação com outras ciências ou até mesmo a falta de comprometimento com a metodologia de pesquisa histórica proposta pelos historiadores da primeira geração da Escola dos Annales, desde então essa aproximação da história com outras ciências vêm sendo objeto de discussão em várias produções acadêmicas seja apoiando ou repudiando essa relação, principalmente entre a História e a Literatura.

As relações entre história e literatura estão no centro do debate sobre a disciplina histórica na atualidade. Constituindo-se em linhas de pesquisa destacada, o estudo desse intercâmbio remete, no entanto, a uma reflexão que já acumula várias décadas e envolve diferentes áreas das humanidades preocupadas com a linguagem. Pautado por uma ótica interdisciplinar e comparatista, tal linha acompanha a propensão contemporânea de se interrogar as fronteiras de conhecimento que a tradição institucional construiu. Questiona-se os limites entre arte, ciências e filosofia, ficção e verdade, gêneros literários; narrativa histórica e narrativa literária. Todavia, se essa tendência pode representar um caminho de renovação teórica, metodológica e disciplinar, lançando indagações de enorme amplitude. (FERREIRA, 1996, p. 54)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Na obra de Flavia Coimbra Ferraz, “Holocausto” bem como na Obra de Imre Kertesz: “Uma linguagem violentada”, é possível notar traços de uma discussão onde a literatura não completa a história, deixando lacunas na narrativa dos fatos.

A linguagem também é afetada por essa experiência, a dificuldade em transmitir o horror é um tema inerente à literatura feita pelos sobreviventes do Holocausto uma vez que ela está intrinsecamente ligada a modelos e convenções que entram em conflito com a realidade histórica do sofrimento dos sobreviventes, ao mesmo tempo em que tendem a reduzir sua experiência a categorias cognoscíveis a leitores que não passaram pela mesma experiência. (FERRAZ, 2011, p.9)

A autora coloca em questão a capacidade da literatura em transmitir as experiências dos sobreviventes, pois na maioria das vezes o autor é apenas um reproduzidor daquilo que leu e analisou. Ferraz ainda deixa questionamentos sobre as interpretações que estão em conflito com a realidade histórica, contradição com os moldes literários, linguagem e experiência.

Se por um lado a Literatura tem essa característica, por outro é muito defendida a ligação possível entre literatura e história. Embora ambas não abram mão de suas identidades, as duas podem usar a mesmas estruturas gramaticais. Ambas podem usar as mesmas palavras, a diferença é que determinada afirmação realizada pela literatura não necessita ser verdadeira, pois ela pertence “à ficção”, já quando se trata da história, a afirmação precisa passar por testes de confirmações e é papel do historiador provar através de fontes a veracidade de suas afirmações.

Ler a história como literatura, ver na literatura a história se escrevendo, isto é possível? Interpretar processos sociais e processos simbólicos implica um entrecruzamento de olhares que, por sua vez, parte de alguns pressupostos que norteiam uma questão aberta já há algum



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

tempo, desde Michel de Certeau e Paul Ricoeur a Hayden White. Entretanto o trabalho acadêmico contemporâneo tem implicações teóricas bem precisas, abertas pela incerteza geral que preside o campo das ciências humanas em face da derrocada dos modelos explicativos da realidade. Desta incerteza, reabre-se o debate em torno da verdade, do simbólico, da finalidade das narrativas histórica e literária de gerência do tempo e da recepção do texto, questões estas que colocam a história de uma recriação imaginada do real. (LEENHARDT; PESAVENTO, 1998, p. 9-10)

A literatura há muito vem tendo um papel bastante expressivo nas suas representações, especialmente quando elas englobam fatos históricos, haja vista que as obras literárias embora não tendo compromisso com o verossímil acabam por ter um papel de aproximação entre as pessoas e os fatos históricos, o objetivo da análise do livro "O menino do pijama listrado" é mostrar como a literatura pode ser uma fonte da história, um pano de fundo com a análise do contexto histórico inserido e suas características.

A proposta da pesquisa é usar o livro "O menino do pijama listrado" para demonstrar como a literatura pode ser usada para representar um fato histórico. Pensando na literatura como representação histórica, no contexto de que, quem escreve está influenciado pelo momento de alguma maneira, como no livro de John Boyne, no qual o fato histórico representado é o horror do Holocausto, na Segunda Guerra Mundial.

A literatura (...) fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. (SEVCENKO, 1999; 21)

## **2 - Nazismo na literatura**

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os países vencedores organizaram a conferência de Paz, com o objetivo de reorganizar a ordem internacional. Foi assinado o Tratado de Versalhes, que punia severamente a Alemanha com pesados custos. Com o sentimento de revolta, e o Tratado de Versalhes, que iniciou o movimento do nazismo na Alemanha, a vida econômica e social do país era um caos (HOBSBAWM. 1994).

Foi também com esse sentimento de injustiça e revolta que o Partido Nazista foi ganhando força, poder da população e impondo seus ideais. Acreditava-se em uma hierarquia racial, onde no topo, estava a "raça nórdica", e em seguida, as "raças inferiores", os eslavos, ciganos e judeus compunham a parte inferior dessa hierarquia, eram denominados de raças "parasíticas". O Partido Nazista também disseminava que a raça ariana era a linhagem mais pura dos seres humanos, que era a responsável por todo o progresso da humanidade, formada apenas por indivíduos altos, fortes, claros e inteligentes, uma raça superior que deveria governar as demais, mas que não se encontrava tão pura devido ao contato com as "raças inferiores". Entre as propostas das suas políticas estava à proteção da raça ariana, e o objetivo de purificá-la novamente, era preciso "regenerar a raça", torná-la pura novamente. Teoria usada para servir de base para a política de extermínio de judeus e de outros povos não-arianos considerados perigosos para a sociedade eram eventualmente considerados Lebensunwerts ("vida indigna de viver").

Para que este objetivo fosse alcançado, os integrantes do Partido Nacional Socialista dos trabalhadores alemães, iniciaram várias campanhas de perseguição a sindicalistas, opositores do regime, homossexuais, cristãos protestantes, ciganos e principalmente aos judeus, dando início a uma constante perseguição, levando a um enorme número de mortos e ao maior genocídio da humanidade. O partido Nazista

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

procurava sempre realizar campanhas contra as "raças impuras", e fortalecer o sentimento de patriotismo gerado pela guerra, em relação a isso Ania Cavalcante aventa que:

As primeiras vítimas da perseguição dos nazistas foram opositoras do regime alemão: comunistas, socialdemocratas e sindicalistas, que foram as primeiras vítimas dos campos de concentração. A partir de 1935, começaram a também ser concentrados um dos grupos perseguidos e discriminados pelos nazistas, os denominados "a-sociais", no caso, os Vorbestraften (os denominados "criminosos trabalhistas" - "Berufsverbrechern" ou "BVern"). A partir de 1936, também passaram a ser levados aos campos os roma e sinti<sup>30</sup>, internados inicialmente no campo de ciganos Marzahn, na cidade de Berlin, e logo em seguida no campo de Dachau), homossexuais, testemunhas de Jeová, outros "a-sociais" (desempregados, prostitutas) e alguns opositores políticos cristãos e protestantes. (CAVALCANTE 2008. P. 04)

O que muitos se questionam foi como um regime com doutrinas tão extremistas chegou ao poder em uma sociedade considerada civilizada em pleno século XX. Com o fim da Primeira Grande Guerra à Alemanha caíra em uma grande depressão, a hiperinflação crescia, os alemães se mostravam insatisfeitos e pesarosos com os efeitos da derrota na primeira guerra atrelados aos efeitos da crise de 1929, fazendo com que a economia do país enfrentasse vários períodos de recessão. Então Hitler surgiu com suas campanhas que visavam a glória, fortuna e beleza de tudo o que fosse alemão. Com promessas de curas e males da República e fazer nascer uma nova Alemanha. O momento desesperador exigia medidas desesperadas. Onde era usada toda uma linguagem ressaltando os propósitos e os interesses do Partido Nazista, muitas vezes utilizando até mesmo piadas para envolver a população como se compreende no texto de Monica Fontoura da Silva:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

(...) o discurso destas piadas pelo viés do humor, pode ter contribuído não só como forma de veicular e propagar a ideologia nazista como também de ter sido usado como meio de conduzir o indivíduo, isto é, de agir como instrumento e levar o leitor a aderir aos interesses políticos peculiares do Estado. Como meio eficaz para alcançar esse fim, coube um papel preponderante à propaganda nazista, forma de discussão de ideias não ligadas diretamente à coerção, mas que divulga seu conteúdo informativo e persuasivo de maneira convincente para arrebanhar novos adeptos. (SILVA, p. 15)

O regime controlava a maior parte das ações das produções dos alemães: cultura, escolas, e as mídias, tornando-se bem mais fácil controlar e manipular seus seguidores, impondo a eles seus ideais. A literatura tanto da época quanto a recente vem cuidando de representar esse controle, livre da responsabilidade de verossimilhança.

### **3 - O Holocausto na Literatura**

Todavia, uma das perguntas mais frequentes sobre o tema é “Em que momento se decidiu o extermínio de milhares de vidas”? E qual a explicação para este fato? O apontado por estar à frente destas perguntas é Adolf Hitler e seu objetivo de remover os judeus da Alemanha

Na sua obra "Para além das cercas de arame farpado, O Holocausto", Larissa Silva Nascimento, expõe como o conceito de Holocausto é controverso e de sua ligação com a história semântica. E como o holocausto é conhecido por ser uma oferenda a Deus, e de como o uso do termo foi equivocado para exemplificar as mortes nos campos de concentração. Sobre o sentido do termo Holocausto, que tem sido utilizado para definir o que aconteceu com judeus, testemunhas de Jeová e ciganos na Alemanha, a autora Larissa Silva esclarece que há uma discussão sobre o uso do termo acima referido para definir o ocorrido com esses grupos perseguidos pelo Estado alemão.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O problema consiste em dizer que o extermínio dos grupos sociais considerados indesejáveis para o nazismo indicava uma entrega total por parte das vítimas, a causas sagradas e superiores, visto que, na realidade, judeus ciganos, negros e homossexuais não estavam no campo de concentração como oferendas para agradar a Deus. Eles foram aniquilados porque os nazistas os consideravam pestes que impediam a ascensão de uma sociedade esteticamente "bela e soberana", a ariana. (NASCIMENTO, 2012, p.11)

Devido à grande tragédia do fato, o Holocausto se tornou um dos assuntos mais representados, por todos os modelos de arte e de mídias, como livros, filmes, documentários, entre outros. Essas ondas de representações vêm sendo realizadas além da história; mas especialmente pela literatura, a própria obra estudada na presente pesquisa, representa esse marco.

O livro "O menino do pijama listrado" do autor John Boyne, publicado no ano de 2006, narra a história de um menino chamado Bruno, que se encontrava em meio a um dos marcos históricos da humanidade, o holocausto. Porém Bruno não sabia disso, ou sequer entendia o que estava ocorrendo naquele período. A narrativa literária relata o horror ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha, sob o comando de Adolf Hitler; os constantes massacres e os genocídios nos campos de concentração. A história se passa no complexo de campos de concentração de Auschwitz, localizado no sul da Polônia dominada pelos nazistas no Terceiro Reich, ele foi o maior dos campos de concentração nazista, um dos campos para a "solução final", acredita-se que mais de três milhões de pessoas haviam morrido ali, 2.500.000 gaseificadas e 500.000 de fome e doenças. Hoje em dia os números mais aceitos são em torno de 1,3 milhão, sendo 90% deles de judeus.

Embora o livro trate a história de uma forma, literariamente falando, romântica, não pode se deixar de notar que no texto há menções sobre os acontecimentos impactantes



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ocorridos durante o domínio nazista da Alemanha que assumem um papel secundário na abordagem do que o autor tenta transmitir que é a história da amizade entre os garotos Bruno (alemão) e Shmuel (judeu) que se tornam grandes amigos e, durante boa parte da história, parecem estar alheios à gravidade dos fatos ocorridos. Enquanto a amizade deles se tornava mais forte, “Bruno e Shmuel tornaram-se amigos e viam da forma mais pura toda a barbárie ao redor, a ponto de não saberem ao certo o que acontecia, um deixava o mundo do outro mais feliz”. (BOYNE, 2007)

Durante o tempo que os garotos estiveram juntos, o autor nos direciona a uma provável realidade de como eram os campos de concentração, partindo sempre do olhar imaturo e até mesmo puro de uma criança que não compreendia, de fato, o que ocorria naquela ocasião.

Shmuel pensou em como responderia Bruno, e lhe falou que não sabia por que estava ali, mas que sabia que teve que sair de sua casa confortável, para um cômodo que cabiam 11 pessoas na qual Bruno não podia acreditar que pudesse existir. E compararam as formas de chegar até ali, Bruno confortável no trem, Shmuel amontoado a outras pessoas no vagão sem portas. Muitas perguntas ele não respondeu ao garoto. Bruno disse que voltaria, e no caminho de casa decidiu não comentar nada do que aconteceu com a família. (BOYNE, 2007 p.170)

Neste trecho Boyne faz referência aos trens que levavam judeus para os campos de concentração, para serem executados e trabalharem, revelando um ponto de aproximação entre História e Literatura em que a mesma trata dos campos de concentração e trabalhos em regime de escravidão ao quais os judeus eram submetidos. Várias dessas pessoas morriam devido a pesada rotina de trabalho e a má alimentação que recebiam. Sobre a rotina nos campos de concentração a autora Ania Cavalcante escreve:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Durante todo o período do Holocausto, o trabalho forçado - inserido na política do “extermínio pelo trabalho” - foi uma das principais causas de morte nos campos e guetos. Nenhuma consideração era dada à vida desses trabalhadores forçados, deliberadamente obrigados a trabalhar até morrer (CAVALCANTE, 2008 p. 16).

Os campos de concentração nazistas abrigavam judeus de várias partes da Europa, entre eles poloneses e até mesmo alemães e tinham como marca um padrão de vestimenta para que estes fossem facilmente identificados pelos guardas alemães que impediam a fuga para além da cerca de arame. Boyne trabalha essa questão ao explicitar o modo de vestimenta dos judeus nos campos, porém há uma romantização típica da literatura na parte final de seu livro em que o autor cria uma situação em que o garoto Bruno consegue passar para o lado dos confinados, usando uma dessas vestimentas, sem saber do destino que o aguarda.

Apesar da chuva que caiu o dia inteiro no dia combinado para a aventura, Bruno seguiu a encontro do amigo, trocou de roupa e passou para o outro lado da cerca. Ele viu que nada que ele imaginava estavam ali, famílias contentes, crianças brincando, só as pessoas de pijama listrado extremamente magras e infelizes, e os soldados que mandavam e o ameaçavam com armas. Bruno, Shmuel, e um grupo grande de pessoas foram postos a marchar, na chuva, e foram arrastados todos para um cômodo só. Bruno sentiu muito por não achar o pai do amigo, e de não poder brincar, foram trancados e ele revelou a Shmuel que ele era o seu melhor amigo. (BOYNE, 2007 p. 179)

Embora tendo sido colocado de um modo que leve o leitor a refletir sobre o destino dos meninos, o trecho final do drama, escrito por John Boyne, trata de uma das práticas mais cruéis da história da humanidade, o extermínio de judeus nas câmaras de gases.

A literatura, desta forma, permite que pessoas de variadas áreas científicas ou até mesmo leigas, possam ter contato com fatos históricos de uma forma mais branda do que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

realmente ocorreram e possam se interessar pelo que leram a ponto de quererem entender o processo histórico e sua importância.

Neste sentido para História o livro contribui para sempre buscar entender o olhar das pessoas sobre as coisas que vivem, e as que desconhecem, ajudando a compreender de forma mais aceitável aquilo que foi um dos maiores acontecimentos da humanidade e que ainda hoje causa intriga a humanidade de modo geral e é repudiado pela maioria das pessoas que dizem conhecer do assunto e até mesmo diletantes que se interessam por prazer pessoais, e não pela pesquisa acadêmica, pela produção historiográfica e científica.

### **Referências bibliográficas**

CAVALCANTE, Ania. *O universo concentracionário nazista de 1933 a 1945 e a implementação da "Solução Final da Questão Judaica, 1941-1945"*. Aula do curso "Panorama Histórico do Holocausto", USP, agosto de 2008.

NASCIMENTO, Larissa Silva. *Para além das cercas de arame farpado: o Holocausto em Maus, de Art Spiegelman, e em Os emigrantes, de W. G. Sebald*. 2012. 112 f. il. Dissertação (Mestrado em Literatura) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BARROS, José Costa D' Assunção. *A ESCOLA DOS ANNALES: considerações sobre a História do Movimento* - Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD

FERRAZ, Flávia Coimbra. *O holocausto na obra de Imre Kertész: uma linguagem violentada*. Dissertação de Mestrado em Letras. São Paulo: USP, 2011. Acesso em 10 agosto. 2017.

LEENHARDT, J. *A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura*. In: LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. (Org). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: UNICAMP, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

BOYNE, John. *O menino do pijama listrado*. Tradução de Augusto Pacheco Calil. São Paulo: companhia das Letras, 2007.

1.003

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19

Didática da História e Manifestações da  
Cultura



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**PÓS-ESCRavidÃO EM REDENÇÃO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E  
IDENTIDADE**

Maria Valdylene Jacó da Silva (UNILAB)<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho é um desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Humanidades apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB em 2015. A abolição no Brasil foi erguida sob o mito de salvação da escravidão, mas, ainda assim não conseguiu assegurar a integração dos ex-escravizados na sociedade. Redenção, é conhecida pelo pioneirismo da abolição, ocorrido em 1º de janeiro de 1883 na Vila do Acarape atual Redenção, o marco torna-se o fio condutor da construção da identidade da cidade. O presente trabalho analisa as influências sociais e culturais deixadas pelos ex-escravizados na história e na memória dos moradores locais, e ainda explora a construção da identidade negra no município diante da evidência da negação deste nos discursos orais. Este trabalho se dá com base em pesquisa bibliográfica, metodologia de levantamento das fontes históricas locais e pesquisa qualitativa através de realização de entrevistas com moradores locais. A realização do estudo indicou que as influências decorrentes do processo de escravidão em Redenção são principalmente a cultura e o racismo, presentes e percebidos pela população negra local, criando assim discursos que negam a identidade negra.

**Palavras-chave:** Pós-escravidão; história; memória; identidade.

### **Introdução**

No ano de 2015, foi iniciada uma pesquisa com o tema “pós-escravidão em Redenção: história, memória e identidade” que se transformou em tema de TCC. Diante da inquietação sobre o tema de identidade negra no município de Redenção e sua história pautada na abolição da escravatura, a investigação a esse respeito foi uma possibilidade de entender como é construída a identidade negra no município e que impactos isso gera nos negros na comunidade.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e Graduada do Curso de Licenciatura Plena em História pela mesma universidade. Contato:valdylenejaco@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O objetivo deste trabalho é a partir do contexto histórico da formação da identidade local pela narrativa oficial, entender como se constrói a identidade local negra. Nesse caso a narrativa oficial está presente através da construção de monumentos pelas praças da cidade e pelos documentos históricos preservados até então e ainda construções de museus e antigas ruínas de engenhos.

A pesquisa foi feita a partir do método de história oral. As fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mais o que queria fazer, o que acreditava está fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997). Desse modo, foram realizadas dez entrevistas com pessoas na faixa etária de 20 a 60 anos de idade. A estes foi pedido que narrassem o que sabiam sobre a história de Redenção e se consideravam que em Redenção existem negros. Juntamente a pesquisa bibliográfica, a história oral serve como complemento e como base da narrativa popular da história local, em contraponto ou a encontro da narrativa oficial.

#### **Uma narrativa oficial da história local**

A antiga Vila do Acarape tornou-se distrito policial em 18 de dezembro de 1842, mas só se tornou independente do município de Baturité em 28 de dezembro de 1868. Hoje, atual Redenção, é uma cidade histórica reconhecida internacionalmente pelo marco do pioneirismo da abolição, que foi elevada à categoria de cidade por lei provincial nº 2167, recebendo o nome Redenção pelo ato de humanidade no evento de abolição. Em 1º de janeiro de 1883, a vila do Acarape havia se tornado a primeira cidade do Brasil a libertar seus escravos.

Tal fato ocorrido em Redenção parece tornar-se uma parte importante para os próximos passos da Sociedade Libertadora Acarapense, que segue ativa até a abolição na província do Ceará. Contudo, a festa da abolição, embora muito esperada e importante

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

para os escravizados de Redenção, novamente, assim como no Ceará parece mais uma confraternização para as elites locais e as mais altas representações hierárquicas da época.

Arrisca-se a dizer que pouco se preocupavam com o destino que teriam os negros alforriados, largados à própria sorte. De certo, havia alternativas e medidas que deveriam ser tomadas naquele instante para que se evitassem as desigualdades que se tornaram consequências desse sistema escravocrata. Embora este tenha sido um momento importante para a história, tanto local quanto do próprio estado do Ceará, não se percebe uma preocupação humanista para com os alforriados. E enquanto isso, o nome da Vila do Acarape é glorificado: “O Ceará é maravilhoso. Parece incrível que essa província faça parte do Império. Acarape é mais do que um farol para todo o país; é o começo de uma pátria livre”, afirmou Joaquim Nabuco<sup>2</sup>.

A sociedade Libertadora Acarapense era formada por membros como o General Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, Justiniano de Serpa, Antônio Bezerra de Menezes, João Cordeiro, o deputado provincial Martinho Rodrigues, Dr. Frederico Augusto Borges, Dr. Almino Álvares Afonso, Raimundo Teodorico, o conselheiro José Liberato Barroso e o Sr. José do Patrocínio, que trabalhavam em Fortaleza por causas abolicionistas. A sociedade Redentora Acarapense fora formada em 08 de dezembro de 1882<sup>3</sup>.

A grande realização da abolição o município fez com que a ideia de que não existem negros no município surgisse sobre a perspectiva de que apenas restou uma mestiçagem entre as pessoas brancas e negras, e que de fato negros não há. A grande dúvida é como essa narrativa está construiu o ideário redencionista e desconfia-se que devido ao esquecimento em relação ao passado escravocrata e a escolha narrativa de abolição tenha deixado a falsa impressão de desligamento a figura do negro. De qualquer modo a

<sup>2</sup> Joaquim Nabuco em carta a Inglaterra.

<sup>3</sup> Abolição antes da lei áurea, Almino Afonso, especial para a Folha.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

identidade negra ficou fragilizada dentro desse contexto existente na memória coletiva local.

**Pós-abolição em Redenção: a construção da memória**

A memória como uma construção social tem um fim específico que consiste na escolha daquilo que se deve lembrar e num contexto de memória coletiva, é um determinado grupo dominantes que fazem essa escolha, como nos afirma Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação. (LE GOFF, 1990, P. 390).

A memória é ainda recuperada e reconstruída na perspectiva de rememoração através de construções materiais, chamadas de monumentos. Para Le Goff os monumentos são uma característica de toda sociedade e tem um forte poder de produzir narrativas e perpetua-las. Nesse sentido, elas não precisam agradar a todos, mas, aqueles que estão no poder por motivos distintos e farão sentido para um determinado grupo, mais terão de construir uma identidade para a coletividade. Sendo assim os monumentos são:

[...] um sinal do passado. Atendendo suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas “é um legado a memória coletiva” e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 1990).

A cidade de Redenção possui diversos monumentos espalhados pela cidade que evocam a história da abolição. Certamente a imagem da “Negra Nua”, situada na entrada da cidade é uma construção emblemática, simbolizando a quebra das amarras “correntes”

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

da escravidão. O que quer dizer é que monumentos tem um sentido para a narrativa histórica local. Outros monumentos como o “obelisco”, o “Negro Liberto” também tem sido formas oficiais de perpetuação da história de Redenção.

Para alguns entrevistados a narrativa oficial faz sentido, pois para maioria deles é a única narrativa que existe e por isso é comum que ela seja repetida de geração a geração. Os museus também fazem parte dessa construção da memória de abolição na cidade, são eles: Museu Senzala Negros Libertos e Museu Histórico e Memória da Liberdade. Entendo o museu como um local de memória conseguimos perceber a sua importância na preservação do patrimônio material e simbólico local.

A dinâmica vista na construção da narrativa oficial da história de Redenção tem sido manifestada de acordo com interesses, de fato, não poderia ser diferente. A escolha a que Le Goff se refere é ligada aqui a escolha pela ênfase do feito abolicionista que acaba dando uma identidade a cidade. Porém a identidade negra em Redenção continua a ser indesejada, pela carga social que carrega e a pouca importância dada as pessoas negras.

**Identidade: Ser negro em Redenção**

“A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas”, (MUNANGA, 1994: 177-178). O antropólogo afirma que a identidade não está externa ao indivíduo mais faz parte dele e é condicionado pelo contexto em que vive principalmente. A auto definição para o autor, é um conceito que exprime a consciente adequação do indivíduo ou grupo a determinadas características que acredita fazer sentido para ele/elas.

Em entrevista observamos que existe uma consciência sobre a pertença a identidade negra antes negada por discursos oficiais não oficiais. Ao ser perguntada sobre sua raça/cor a entrevistada afirma:

Negra, porque eu sou negra, a minha cor é negra, minha cor de pele é negra, fisicamente eu sou negra e porque eu tenho descendentes negros



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

minha família inteira são pessoas negras e porque em mim corre sangue africano. (Glória, estudante, 23 anos, 03/2016).

A pertença a identidade negra no município nos evoca a caracterização dessa população. Em pensar como vivem dentro desse contexto onde são negados nos leva a pensar como vivem, como são tratados e etc. Chegamos a concluir que os negros são reconhecidos porque em situações cotidianas existe um comportamento social que evidencia preconceitos sofridos pelos negros.

Quando eu ando com os meus colegas que são mais claros que eu, as pessoas não dão importância pra mim [...] é como se achasse que eu não vou ser nada; às vezes eu percebo esse preconceito em relação a mim pela minha cor mesmo, e mesmo a gente entre às vezes, mesmo que a gente não vê um profissional negro, só vê um profissional claro, não era para existir isso, porque aqui em Redenção não existe a pessoa totalmente branca. (Glória, estudante, 23 anos, 03/2016).

Para Stuart Hall, a identidade é algo construído não só pelo que há no interior do indivíduo, mais pela forma que ele imagina que os outros o veem. O racismo é algo presente na sociedade redencionista e não é um fato isolado, pouco se fala sobre um racismo que seja expressivo, porém, nas situações cotidianas ele se torna o vilão na vida social e profissional de cada negro. Para além de um discurso que não tem nenhuma intenção de se manifestar como “vitimismo” mais como uma constatação clara e objetiva dessa realidade:

Eu acho que nós (sic)<sup>4</sup> negros viver na sociedade de Redenção hoje é algo assim que a gente realmente deve afirmar, deve mostrar porque eu não sei como acontece essas relações em outros lugares do negro e do branco, mas, Redenção é uma cidade muito preconceituosa. Então, a gente ser negro na cidade de Redenção é realmente levantar a cabeça e afirmar pra sociedade, não ter medo de se afirmar, é não ter medo de se expor é mostrar que nós somos capazes como qualquer outra pessoa,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

tarefa muito árdua porque a gente consegue muitas vezes convencer as pessoas [...] ainda há uma camada da população que se recusa a ver isso, que politicamente querem ser corretas mas, que vivem um preconceito mascarado, politicamente correto sem racismo, mais que na verdade não são. (Glória, estudante, 23 anos, 03/2016).

A entrevistada deixa claro que ser negro e viver em Redenção é conviver com o preconceito e enfrentar de modo geral o problema do racismo que atinge de forma expressiva a vida social negra. Aqui não pretende-se solucionar este problema, mas, constatar sua existência e compreender como se construiu estas narrativas da negação diante e uma forte presença negra.

### **Considerações Finais**

O passado histórico de escravidão pode até não ter impacto direto sobre a forma como são tratados os negros hoje na cidade de Redenção. Porém, indiretamente são as construções de narrativas oficiais que ao longo do tempo veio apagando através de discursos a presença negra no município. Com isso percebemos uma dicotomia nos discursos que se apresentam em entrevistas com o discurso visto no senso comum cotidiano. De um lado o senso comum diz que não há negros, o que há são mestiços. Do outro, pessoas negras do município dizem que sofrem com racismo e preconceito. O fato de apagar a presença negra do discurso não cobre a face do da presença do racismo. Há algo errado.

Vários elementos culturais e até culinários forma reflexo da presença negra em Redenção, a capoeira, a feijoada e etc. O apagamento do processo escravocrata na supremacia do feito da abolição, isolam o passado escravo para dar espaço a narrativa de liberdade, foi uma escolha que pretende denominar a cidade como “berço das auroras”, no entanto, pouco se sabe sobre os descendentes dos ex escravizados, afinal não se deu importância a isso.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O importante ressaltar aqui é que a história contribuiu para a construção de uma memória pautada na narrativa oficial da abolição, ao mesmo tempo que a identidade negra é deixada de lado e até hoje sofre exclusão, embora seja reconhecida no cotidiano da cidade.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Referências**

LE GOFF. *Memória-História*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural no pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. São Paulo, Proj. História. (14. fev. 1997).

S'ANTANNA, Marcia. *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*. In: *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos*/ Mario Chagas e Regina Abreu (Orgs) - 2.ed – Rio de Janeiro; Lamparina, 2009.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**RITXOKO: AS**

**TRANSFORMAÇÕES DA BONECA INY-KARAJÁ DECORRENTES DO  
TEMPO**

Mayara Stephane Gomes (UEG)<sup>1</sup>  
Nataly Caroline Lemos Oliveira (UEG)<sup>2</sup>  
Poliene Soares dos Santos Bicalho (UEG)<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem o intuito de analisar as mudanças ocorridas, ao longo do tempo, quanto a utilização e a feitura das bonecas *Iny-Karajá (Ritxoko)*, desde sua criação, quando o objetivo era o prazer de “brincar” com as bonecas; até a utilização para o comércio, cuja finalidade é a subsistência econômica do grupo indígena. A boneca Karajá, é um dos elementos mais importantes da cultura deste povo, a matéria-prima utilizada é o barro, através do qual se chega às formas zoomorfas ou antropomorfas. O objetivo da pesquisa ronda os questionamentos acerca da mudança da finalidade instituída às *Ritxoko*, com a intenção de analisar a interferência não indígena no processo de produção da mesma. Os povos *Iny* são constituídos por três subgrupos: os Karajá, os Xambioás ou Karajá do Norte e os Javaé, que pertencem ao troco linguístico Macro-jê. Estes habitam a região dos rios Araguaia e Javaé, dos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Sendo assim, buscamos nos fundamentar em trabalhos realizados por pesquisadores envolvidos na temática e, para tanto, utilizamos o método investigativo para apontar as principais e processuais mudanças no modo de produção da boneca, propiciando a análise e a compreensão da transformação.

**Palavras-chave:** Indígena; *Iny-Karajá*; *Ritxoko*; Transformações;

O seguinte trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Arte Indígena no Cerrado: Saberes, educação e museus”, em atividade na Universidade Estadual de Goiás, que tem como orientadora a professora doutora Poliene Soares dos Santos Bicalho, cujo objetivo

<sup>1</sup> Graduanda em História (UEG). mayara13stephane@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em História (UEG). lemosnaca@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduado em História (UFG), Mestre em História (UFG), Doutorado em História (UNB), Pós doutado em História (UNB). poliene.soares@gmail.com



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

central é a representação artística dos indígenas do cerrado. A proposta deste recorte, em específico, é a de analisar as transformações ocorridas no processo de feitura as bonecas (*Ritxoko*) Karajás, tencionando compreender as razões de tais mudanças.

Atualmente, no cerrado brasileiro, existem mais de 80 etnias, divididas em três troncos linguísticos: Macro-jê, Tupi e Aruak. A etnia *Iny-Karajá* pertence ao grupo linguístico Macro-jê, e o povo Karajá é formado por três grupos indígenas,

os Karajá propriamente ditos, os Javaé e Karajá do Norte, os antigos Xambioá. Vivem ao longo do rio Araguaia e Javaés, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Pará. Os primeiros, com uma população aproximada de 1.400 pessoas, distribuem-se por treze aldeias ou grupos locais. Os Javaé, 400 pessoas, vivem em três aldeias, e os Karajá do Norte, 102 pessoas, em duas. (TORAL *in* VIDAL, 2000, p. 191).

O mito de origem relata que os *Iny-Karajás* são oriundos das profundezas do rio Araguaia<sup>4</sup> e viviam em uma comunidade que foi nomeada de *Berhatxi Mahadu*<sup>5</sup>. O mito de origem retrata o desejo que os *Iny-Karajás* tinham de emergir à superfície e desfrutar das belezas do mundo exterior, dessa forma os mesmos se difundiram e se estabeleceram pelas terras que emolduravam o rio Araguaia. Porém, com o passar dos tempos, os indígenas foram percebendo que não havia apenas beleza e harmonia. Esse descontentamento remete à assertiva de que a presença e relação entre indígenas e não indígenas nunca foi harmoniosa, assim, restou aos *Iny-Karajás* apenas as tentativas de voltar as suas origens, mas, com o fracasso das suas investidas, passaram a realizar rituais propiciatórios<sup>6</sup>, os chamados *Ijaçõ*<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> O rio Araguaia é um curso de água que banha os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará, no Brasil e que os indígenas *Iny-Karajá* denomina de *Berohoky* – o grande rio.

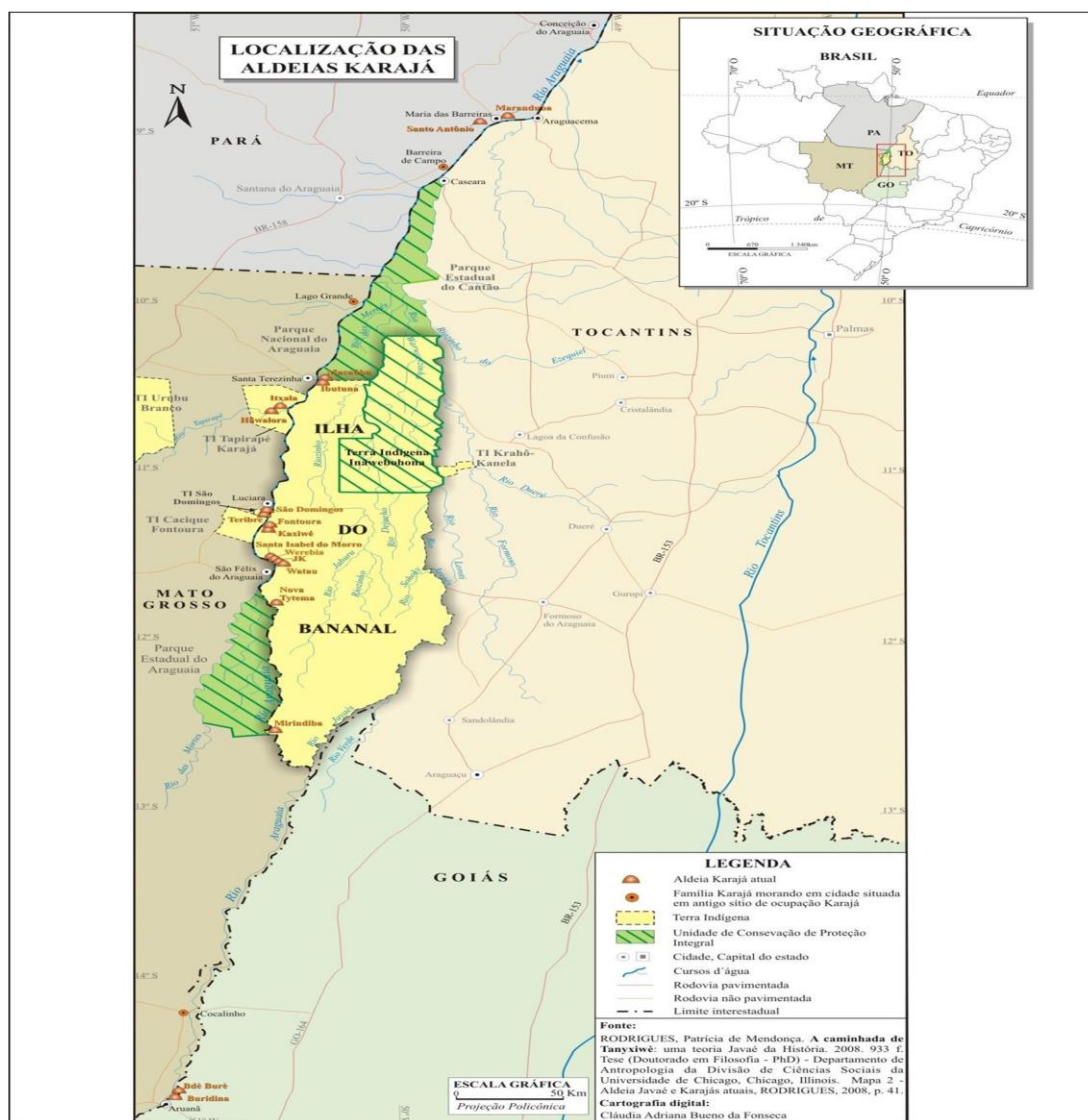
<sup>5</sup> O povo que veio do fundo do rio.

<sup>6</sup> São aqueles que tornam propício, que tem a função de atrair ou readquirir o favor ou a boa vontade de um ser sobrenatural.

## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A etnia *Iny-Karajá* se divide em três sub-grupos que são intitulados por sua posição geográfica no curso do rio Araguaia: “os Javaé, considerados o Povo do Meio – *Itua Mahadu*; os Xambioá, o Povo de Baixo – *Iraru Mahadu*; e os Karajá propriamente ditos, o Povo de Cima – *Ibóó Mahadu*” (SILVA, 2013, p. 03). Como é demonstrado no mapa a seguir.



<sup>7</sup> Os que ficaram nas profundezas do rio, são considerados Deuses.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Confeção das bonecas *Iny-Karajá: Ritxoko***

Um dos principais símbolos da cultura indígena *Iny-Karajá* é a boneca *Karajá*, que, na língua materna, recebe o nome de *Ritxiko*, que significa “bonecas de cerâmicas” no dialeto feminino *Iny*<sup>8</sup>.

As bonecas são confeccionadas a partir da utilização do barro, retirado das margens do rio Araguaia, que formam figuras zoomorfas<sup>9</sup> ou antropomorfas<sup>10</sup>. São produzidas em cerâmicas e pintadas nas mesmas através dos grafismos, que representam os animais e formas humanas da região. Isto porque seria inviável que os indígenas do cerrado representassem animais oriundos de outros biomas, uma vez que estes não fazem parte da realidade que os circundam, de modo que se torna-se mais fácil retratar, por exemplo, um lobo-guará, o tamanduá-bandeira as onças pintadas, que fazem parte do ciclo de vivência deles, ao invés de uma zebra ou girafa, que são provenientes de outras regiões.



Imagem 02: Representação dos animais a partir das *Ritxoko*.



Imagem 03: Representação do homem e animais a partir das *Ritxoko*.

<sup>8</sup> Que se referi a “Nós” no dialeto feminino.

<sup>9</sup> Que tem forma animal.

<sup>10</sup> Que tem forma humana.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Segundo Silva (2012), em sua pesquisa feita em Santa Isabel do Morro<sup>11</sup>, após a retirada do barro, pelos homens *Iny-Karajá*, das margens do rio Araguaia, inicia-se o processo de construção da boneca, dando forma de acordo ao que se pretende realizar. As formas são desenvolvidas com a ajuda de palitos de palha com algodão nas pontas, que esboçam os locais onde serão criados os Motivos<sup>12</sup>. Em seguida, as bonecas são inseridas em uma espécie de forno, para que a cerâmica seque e, assim, fazer as pinturas/grafismo.

O barro é coletado pelo homem e manipulado pelas oleiras que acrescentam as cinzas da madeira cega-machado, queimada durante o preparo das refeições. Fazem pequenas bolas que utilizarão para a modelagem das bonecas, como também para os potes e panelas (CAMPOS, 2002, p. 241).

No que se referi ao grafismo, Lima afirma que

Os motivos usados nas bonecas são elaborados primeiramente com a cor preta e, em seguida, complementados com a cor vermelha. Os *Karajá* usam padrões geométricos e associam esses motivos e suas combinações – linhas, gregas, faixas, listras – a partes do corpo, à fauna terrestre e aquática (LIMA; SILVA, 2012, p. 53).

As bonecas têm uma grande importância social e educativa para as crianças indígenas *Iny-Karajá*. Conforme Maria Heloísa Fénelon Costa (1978), as confecções das bonecas são atividades unicamente femininas e, no início, a feitura das bonecas estava

<sup>11</sup> É uma aldeia de índios *Iny-Karajá* que se encontra localizada na Ilha do Bananal, no extremo sudoeste do município brasileiro de Lagoa da Confusão no Tocantins.

<sup>12</sup> Desenho/grafismo indígena.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

relacionado ao caráter lúdico. Mas, com o tempo, acabou se transformando em um instrumento de socialização das meninas da aldeia. São representadas nessas peças cenas dos acontecimentos do cotidiano (pesca, caça colheita e etc.), como também, relaciona aspectos da cultura material com a imaterial, pois, são desempenhadas modelagens de cunho ritual e personagens de sua mitologia, transmitindo os valores do grupo e atuando como forma de ensinar as crianças os sentidos da cultura *Iny-Karajá*.

#### **Transformações das *Ritxoko* provocadas pelo tempo**

Além da importância educacional e social das bonecas *Iny-Karajá*, e da singularidade legada por elas ao povo indígena desta etnia, após as experiências de contato com o não indígena, cada vez mais próximas, assumiu-se também a questão econômica.

Outras transformações influenciadas pelo tempo se referem à questão das bonecas serem utilizadas como um objeto mais lúdico e, em muitos casos, educativos, pois as crianças utilizam as mesmas como suporte para treinar os ‘motivos’ de certas pinturas corporais, ainda que, as mulheres das aldeias as desenvolviam como brinquedos para as crianças. Campos (2002) expressa que,

O ato de brincar é uma atividade lúdica que envolve mistérios e magias no universo infantil. No contexto de mundo Karajá, as pequenas figuras acabam por cumprir uma função pedagógica, transmitindo para as crianças os elementos do mundo natural e do sobrenatural. Ao mesmo tempo em que divertem, ensinam preparando a passagem do mundo infantil para o mundo adulto (CAMPOS, 2002, p. 233).

A falta de recursos destinados aos povos indígenas *Iny-Karajá* e a falta de apoio por parte do governo fez com que ocorressem mudanças estéticas e na finalidade das



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

*Ritxoko*, isso porque, com o contato entre o indígena e não indígena surgiram especificidades em relação às mesmas, pois, com a abrangência de público, as oleiras<sup>13</sup> começaram a vender essas bonecas para a população de fora, com o intuito de adquirir renda para subsistência. Lima e Silva destacam que

quando o resultado do produto comercializado retorna para as famílias em forma de bens da sociedade de consumo – DVD, TV, fogão a gás, roupas, celulares – as mulheres ceramistas adquirem uma outra forma de prestígio diferente dos assegurados pela socialização karajá. A “boa ceramista” condensa então na modelagem e pintura das bonecas, a reprodução dos mitos e o relato modelado em barro das cenas do cotidiano, sinaliza a rede social de pertencimento e materializa – como resultado dos bens produzidos e consumidos – uma nova posição no contexto das relações internas à aldeia (LIMA, SILVA. 2012 p. 69).

Uma das maiores modificações estéticas relacionadas às bonecas está relacionada às “ancas”, típicas das bonecas tradicionais e que foram substituídas por pernas, para que, dessa forma, ficassem mais atrativos e convencionais ao público não indígena, por remeter ao conceito estético/artístico eurocêntrico. Deste modo, a boneca melhor se adequou à lógica capitalista e se adaptou aos padrões estéticos não propriamente indígenas, objetivando atender as demandas de consumo.

É preciso destacar, porém, que mulheres ceramistas *Iny-Karajá* continuam confeccionando os dois modelos de bonecas, as tradicionais e as mais modernas, as primeiras ainda fieis às finalidades lúdicas, pedagógicas e rituais, principalmente nas regiões menos afetadas pelo turismo; as segundas adaptadas aos interesses econômicos com vistas a atender o turista não indígena, especialmente na região de Aruanã-GO.

<sup>13</sup> Pessoa que faz e/ou vende objetos de cerâmica. O mesmo que ceramista.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.



Imagem 04: Representação  
Antigas bonecas *Iny-Karajá* com  
ancas largas.



Imagem 05: Representação atuais  
bonecas *Iny-Karajá* pernas.

### Considerações finais

Os povos indígenas brasileiros têm sido alvo de interesse e investigação de estudiosos desde os primeiros momentos da conquista portuguesa no século XVI, quando vários grupos foram localizados, dando início aos contatos com a cultura ocidental. Nos últimos anos a ênfase nos estudos sobre os indígenas tem se voltado para as questões culturais, com o objetivo de romper com o estigma de povos atrasados e desprovidos de identidade étnica diferenciada.

As bonecas *Ritxoko* representam um importante demarcador da cultura do povo *Iny* em específico, pois a feitura das mesmas envolve relações intrínsecas à cultura, à identidade e à história, antes e durante o contado com o não indígena. As mudanças ocorridas ao longo do tempo não devem servir, contudo, para desqualificar esta prática tradicional, ao contrário, elas são inerentes a todo povo, e reforçam a capacidade que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

toda cultura tem de se ressignificar e de continuar existindo e fazendo sentido para o grupo.

#### Referências bibliográficas

CAMPOS, S.L. **Bonecas Karajá: apenas um brinquedo?** Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 233-248 2002.

FARIAS, Joana Silva de Araújo. **Modelando Parentes: Sobre as redes de relações da ritxo(k)o dos Karajás.** Universidade de São Paulo faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas departamento de Antropologia Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Paulo, 2014.

Imagem 01: FORTUNE, 1973. Apud RODRIGUES,1999, p. 195-196.

Imagem 02: IPHAN. **Saberes e Práticas Associadas aos Modos de Fazer Bonecas Karajá.** Disponível em : <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/81>> Acesso em: 09/05/2018 às 11:00.

Imagem 03: TUCUM. **Arte indígena design sustentável.** Disponível em: <<https://tucumbrasil.com/produto/bonecas-ritxoko-karaja-7851>> Acesso em: 09/05/2018 às 10:47.

Imagem 04: RANGEL, Maycon. **Acervo Museu do Índio Uberlândia.** 2014. Disponível em <<http://povosindigenasb.blogspot.com.br/2014/03/bonecas-karaja-antigas.html>> Acesso em: 09/05/2018 às 10:33.

Imagem 05: **Governo do Brasil.** Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/11/modo-de-fazer-boneca-karaja-e-considerado-patrimonio-imaterial-brasileiro/bonecas-karaja\\_-divulgacao-secult.jpg/view](http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/11/modo-de-fazer-boneca-karaja-e-considerado-patrimonio-imaterial-brasileiro/bonecas-karaja_-divulgacao-secult.jpg/view)> Acesso em: 09/05/2018 às 10:40.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

SILVA, Telma Camargo da Silva. **Modos de fazer Boneca Karajá, circulação de conhecimento e a construção do território.** XXXV Convegno Internazionale di Americanistica, no GT. Itália, 2013.

SILVA, Jean Pierre Pierote. **SILVA, Telma Camargo da (org.). 2015. Ritxoko. Goiânia: Cãnone. 224 pp.** Anuário Antropológico, Brasília, UnB, 2016, v. 41, n. 2: 267-270.

VIDAL, Lux. **Grafismo Indígena.** São Paulo: Studio Nobel 1992.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**UMA MANEIRA DIVERTIDA DE APRENDER HISTÓRIA: O ANIME OS  
CAVALEIROS DO ZODÍACO NA SALA DE AULA (2002)**

Priscila Nascimento Marcelino<sup>1</sup>  
Marilena Julimar Fernandes<sup>2</sup>  
Bruno Tadeu Salles<sup>3</sup>

**Resumo:** O ensino de História vem passando por transformações devido à inclusão de didáticas que tem o recurso audiovisual como suporte. Nesse sentido, apresenta-se ao professor o desafio de como utilizar tal recurso. A abordagem neste trabalho é a utilização de um anime, Os Cavaleiros do Zodíaco, especificamente dois episódios da chamada “Saga de Hades”, no ensino de História. Este anime foi preferível devido à sua potencialidade para se remeter ao processo de educação para o audiovisual. Considera-se uma análise de uma mídia específica e suas potencialidades para o ensino de História, procurando compreender as especificidades do gênero anime, para, enfim, discutir as possibilidades dessa mídia ser utilizada em uma aula de História. Não se trata de meramente ilustrar o conteúdo, mas desenvolver, junto com os alunos, as habilidades para compreender uma linguagem específica e como determinados conteúdos históricos podem ganhar sentido a partir de sua mobilização.

**Palavras-chave:** História; Ensino; Anime; Cavaleiros do Zodíaco.

### **Introdução**

Atualmente, como aponta Mirza Toschi (2002, p. 02), em seu artigo intitulado *Linguagens midiáticas em sala de aula e a formação de professores*, as mídias, tidas por

<sup>1</sup> Pós Graduada Lato Sensu em Letramento, Alfabetização e Inclusão (UEG/Pires do Rio); Graduada em História (UEG/Câmpus Pires do Rio); Atua como professora na rede particular de ensino, turmas do Ensino Fundamental II (Escola Caminho Feliz – Unidade de Pires do Rio). E-mail: marcelinopriscila825@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em História de Goiás pela Universidade Federal de Goiás-Goiânia (2013). Desde 2002, atua como professora e Coordenadora Adjunta de TCC na Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Pires do Rio. E-mail: julimarfer@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em História Medieval pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). É professor de História Medieval da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: letemplier2003@yahoo.com.br.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ela como um meio tecnológico portador de conteúdo e de comunicação em massa, estão cada vez mais presentes no ambiente escolar. Nesse ínterim, alguns problemas relativos à sua linguagem específica surgem, especialmente quando se relacionam com a formação de professores e com o papel da academia nesse processo.

Muitos professores e futuros professores não estão familiarizados com as mídias e, devido a isso, não sabem como utilizá-las como um recurso didático, tendo em vista suas potencialidades e características próprias para trabalhar e realizar o que se chama de educação para o audiovisual. Assim, não conseguem despertar o interesse do aluno em utilizá-lo como uma ferramenta de ensino. Além dos professores, a escola e a academia também precisam ser incentivadores do uso das mídias, adequar-se para mobilizá-las e não restringir a prática docente a aulas prontas que, às vezes, impedem novos diálogos.

Valendo-se do conceito de mídia apresentado por Toschi (2002, p. 02), a presente pesquisa será voltada para um recurso audiovisual, especificamente uma animação japonesa. A fonte escolhida são dois episódios da chamada “Saga de Hades”, do anime/animê, ou seja, o desenho animado japonês **Os Cavaleiros do Zodíaco**. Essa preferência se justifica pelo seu enredo apresentar referências a assuntos que podem ser trabalhados em sala de aula, muitos com cunho histórico, e pela popularidade da série nos anos 1990 no Brasil, e que perdura até atualmente. Mas a questão aqui não restringe apenas ao conteúdo e sua relação com o anime. Propõe pensar a animação em seus aspectos técnicos e, assim, apresentar algumas potencialidades e indagar sobre as possibilidades de sua utilização em sala de aula.

**Os Cavaleiros do Zodíaco** é uma série criada por *Masami Kurumada* em 1986, e que conta a história de guerreiros vestindo armaduras sagradas, que lutam usando sua energia interior, chamada “Cosmo” - esta que é um conceito filosófico baseado tanto em filosofias orientais quanto ocidentais e é a origem da vida e da matéria do universo (Big Bang), no anime o cosmo está relacionado aos átomos de qualquer material - em defesa

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

da deusa *Atena*, protegendo os habitantes da Terra de outros deuses, como o *Hades* e o *Poseidon*. A Saga de Hades foi lançada em anime no ano de 2002, e possui 31 episódios em formato de OVA<sup>4</sup>, com batalhas dos Cavaleiros contra o deus Hades e seus espectros, com o objetivo de iniciar uma nova Guerra Santa<sup>5</sup>. Ela é dividida em três fases: Santuário, Inferno e Elísios.

A pesquisa terá como base responder à pergunta: como utilizar esse anime como recurso didático para o professor? Para tanto, o recorte cronológico que se pretende usar será o período de 2016 e 2017, anos em que se dará a aplicação do questionário aos alunos do 1º período, ano de 2016, e 5º período, ano de 2017, do Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Pires do Rio. O questionário será aplicado após os alunos assistirem ao anime, o que demandará ter uma atenção especial, não bastando apenas recolher as informações, mas ter o cuidado de analisá-las para se chegar aos resultados (MANZATO e SANTOS, 2012, p. 01).

Além disso, o método de pesquisa pelo qual o questionário será realizado é a pesquisa quantitativa e qualitativa, pois nele os dados estatísticos e as opiniões dos entrevistados serão um dos pontos de principal interesse (MANZATO e SANTOS; 2012, p. 07).

Esse método apresentado por Manzato e Santos (2012, p. 07) ficará evidente no estudo de caso proposto por essa pesquisa, onde serão colocadas perguntas que vão desde se os alunos conhecem o anime **Os Cavaleiros do Zodíaco**, se ficaram claras as suas

<sup>4</sup>OVA (também OAV), sigla de Original Video Animation, é empregado para aquelas produções de anime realizadas exclusivamente para sua comercialização em vídeo, Laser Disc e/ou DVD, sem ter sido previamente divulgadas em cinema ou televisão. (MOLINÉ, 2004, p. 218)

<sup>5</sup>“Guerra Santa é o nome que se dá ao grande embate de guerreiros que lutam por Deuses e causas diferentes. Todas essas Guerras até hoje tiveram em comum o fato da deusa Atena e seus Cavaleiros lutarem defendendo a Terra contra outros deuses que visavam dominá-la ou destruí-la”. (Saint Seiya Wiki. Guerra Santa. Disponível em: <[http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Guerra\\_Santa](http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Guerra_Santa)>. Acesso em: 11/06/17.)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

características técnicas, seu entendimento sobre anime e mangá<sup>6</sup>, até se o anime será um bom recurso didático para o professor, entre outras. A aplicação dos questionários é notável para se conhecer o entendimento dos alunos em relação a utilização do anime em sala de aula, que como futuros professores de História, é importante que eles conheçam a animação.

Para se compreender a linguagem do anime, foi necessário conhecer um pouco da história da animação japonesa, bem como suas características técnicas, passando pelo uso do audiovisual e da educação. Assim, algumas das referências utilizadas para o estudo foram: Alfons Moliné (2004), Brigitte Koyama-Richard (2010), Carlo Chatrian e Grazia Paganelli (2010), Thiago de Faria e Silva (2013), Paul Wells (2012), Andrew Chong (2011), entre outras.

### **Do Mangá ao Anime: A História da Animação Japonesa**

O conceito de animação não tem uma definição única, mas pode ser pensado, segundo Chong (2011) e Koyama-Richard (2010), como um método de entretenimento que cria a ilusão de movimento por meio da apresentação de várias imagens sequenciais e de rápida sucessão, utilizando recursos inanimados, como papel, sombra, luz, etc. Esta definição será utilizada para a pesquisa, pois ajuda a compreender as características presentes no início da animação japonesa, ainda quando esta se iniciou nos pergaminhos ornamentados antigos.

A animação japonesa, segundo Koyama-Richard (2010, p. 11), tem suas origens nos pergaminhos japoneses ornamentados, estes são pensados como precursores dos mangás (histórias em quadrinhos japonesas) e também do desenho animado.

---

<sup>6</sup>Histórias em quadrinhos japonesas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Os pergaminhos adotavam a perspectiva chinesa de arte - uma técnica artística capaz de transmitir uma sensação de profundidade - com inspiração nos elementos da vida real, como expressões faciais, efeitos de zoom, etc. Essas características, ligadas a ideia de movimento, aproximava os desenhos dos pergaminhos a algo contíguo da ideia de animação, como se observa na imagem 1.

**Imagem 1** – Pergaminho Ornamentado (Período Edo)



Fonte: Anonymous, *Hyakkiyagyo emaki (The Night Parade of One Hundred Demons)*, late Edo period.

Koyama-Richard, 2010, p. 14-15.

No século XVII, o Japão conheceu a arte chinesa, não com sua tradição de retratar a harmonia com o universo, mas sim uma arte com influências ocidentais. A China, grande influência para os artistas japoneses na época, já havia tido contato com os europeus, especificamente com os jesuítas que ali chegaram objetivando a cristianização.

Nos séculos XVIII e XIX, a ciência e a tecnologia ajudaram os ocidentais a criarem brinquedos e dispositivos ópticos. De acordo com Koyama-Richard (2010), não existe uma data precisa de quando tais brinquedos e dispositivos apareceram no Japão, porém, sabe-se que os japoneses foram rápidos em acolher a maioria dessas invenções. Uma delas foi o Praxinoscópio, inventado por Émile Reynaud (1844-1918) entre os anos de 1876 e



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

1877. Este “dispositivo que deu a ilusão de movimento, substituindo uma imagem por outra por meio de espelhos prismáticos<sup>7</sup>” (KOYAMA-RICHARD, 2010, p. 69, tradução nossa). Algo similar pode ser observado ao se desenhar sequências de movimentos em um bloco de papel e ao se dispor rapidamente a sequência de desenhos. Entretanto, seu sucesso durou pouco, sendo que uma nova invenção invadiria as telas de todo o mundo: o cinematógrafo.

A criação do cinematógrafo pelos irmãos Auguste (1862-1954) e Louis Lumière (1864-1948), de acordo com Koyama-Richard (2010, p. 71), mudou completamente a cultura de entretenimento no Japão, quando chegou no país em 1896, tornando as performances com as lanternas mágicas<sup>8</sup> e outros dispositivos óticos cada vez mais raras e voltadas para um papel educacional. Para Chong (2011, p. 20), no início dos anos de 1900, as novas tecnologias e técnicas de cinema, (o cinema compartilha suas raízes históricas com a animação) como o cinematógrafo, trouxeram consequências consideráveis: “as disciplinas no meio da produção de filmes se diversificavam em áreas especializadas, incluindo a criação de filmes animados” (CHONG, 2011, p. 20), como é o caso dos japoneses. Em pouco tempo, os japoneses começaram a importar produções europeias e americanas, proporcionando a criação de suas próprias empresas cinematográficas. Iniciava-se, assim, uma adaptação da cultura japonesa às novas tecnologias e ao caráter empresarial.

### **Os Cavaleiros do Zodíaco: Alguns Aspectos Gerais e Técnicos**

---

<sup>7</sup>“A device that gave the illusion of movement by substituting one image for another by means of prismatic mirrors”. (KOYAMA-RICHARD, 2010, p. 69).

<sup>8</sup> [...] com uma luz instalada em seu centro e uma tira de papel transparente decorada com silhuetas pintadas girando em torno de um tipo de hélice. (KOYAMA-RICHARD, 2010, p. 37)



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Para Wells (2012, p. 15), o processo de desenvolvimento de uma animação, ou seja, no início quando ainda se faz os esboços, é tão importante quanto a criação final. Segundo ele, como disse Ollie Johnson, animador da era de ouro da *Disney*, o desenho à mão está intrinsecamente envolvido com o pensar e com o processo de execução técnica: “Não ilustre palavras ou movimentos mecânicos. Ilustre ideias ou pensamentos, usando atitudes e ações [...] Se possível, crie mudanças definitivas de uma atitude para a outra, alterando o *timing*<sup>9</sup> e a expressão” (JOHNSON apud WELLS, 2012, p. 15), ou seja, a ideia de Johnson é de que se deve sempre visualizar, lembrar, propor uma forma de comportamento e traçar os contornos sobre o que se quer com determinado desenho.

É imprescindível conhecer as especificidades técnicas do referido anime, o que legitima a exposição anterior sobre a história da animação japonesa. A característica de cada desenhista se faz presente em cada animação, como é o caso de *Araki Shingo* (1939-2011) e *Himeno Michi* (1956-), responsáveis pelo design da série de televisão dos **Cavaleiros do Zodíaco**.

Araki Shingo enfatiza muito a androgenia das personagens e as cenas de lutas de forma antirrealista, enquanto que o traço de Michi, segundo Chatrian e Paganelli (2010, p. 82), é mais doce, suave e atencioso. Os olhos são mais sutis e muitas vezes com certa melancolia. Além disso, as personagens são mais adultas e as sombras mais destacadas:

A partir deste momento, longos cabelos coloridos que sinuavam ao vento tornaram-se a marca registradas de Himeno, que culminaram em *Saint Seiya*. Os rostos de seus homens são muitas vezes efeminados, enquanto seus corpos esbeltos se dobram facilmente e se movem de uma maneira altamente sugestiva, como se estivessem se apresentando

---

<sup>9</sup> Cronometragem; tempo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

no famoso balé de Hyogo<sup>10</sup>. (CHATRIAN; PAGANELLI, 2010, p. 82, tradução nossa).

Estas são as marcas registradas de Michi no anime. Como mencionado acima, isso é perceptível com as personagens Hyoga (Imagem 2) e Afrodite (Imagem 3), que são personagens masculinas, mas com traços femininos. Os cabelos são coloridos (estes sendo de várias cores), esvoaçantes, as cores chamativas e mescladas entre tons claros e escuros. O traço é mais melancólico e firme (Hyoga) e delicado e suave (Afrodite).

*Imagem 2- Hyoga de Cisne<sup>11</sup>*



Fonte: *Saint Seiya Wiki*. *Hyoga de Cisne*. Disponível em: <[http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Hyoga\\_de\\_Cisne](http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Hyoga_de_Cisne)>. Acesso em: 06/12/16.

<sup>10</sup> On long, colored hair sinuously rippling in the wind became one of Himeno's trademarks, culminating in Saint Seiya. The faces of her men are often effeminate while their slender bodies bend easily and move in a highly suggestive manner, as though performing in the famous Hyogo ballet. (CHATRIAN; PAGANELLI, 2010, p. 82).

<sup>11</sup> Hyoga de Cisne em Saint Seiya (conhecido na Europa e nos Estados Unidos como Os Cavaleiros do Zodíaco), é uma das várias criações de Himeno Michi e Araki Shingo. (1986, Dir. Yamauchi Shigenori, Morishita Kozo, Kikuchi Kazuhito, Akehi Masayuki et al, 144 eps). (CHATRIAN; PAGANELLI, 2010, p. 82, tradução nossa).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Imagem 3 - Afrodite de Peixes<sup>12</sup>**



Fonte: *Saint Seiya Wiki*. *Afrodite de Peixes*. Disponível em: <[http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Afrodite\\_de\\_Peixes](http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Afrodite_de_Peixes)>. Acesso em: 06/12/16.

Por ser um anime cujo gênero é o *Shonen*, ou seja, destinado para o público jovem masculino, com ênfase em cenas de lutas, ação, com personagens robustas e bem desenvolvidas, essas características são bem trabalhadas nos **Cavaleiros do Zodíaco**. Há a presença de sangue, seus corpos são esbeltos e os braços bem definidos, cabelos coloridos, cores de fundo fortes para dar ênfase no momento da luta. Além disso, por ser uma adaptação do mangá, ao ser transformado em série de televisão, elementos como música, movimentos e cores são implantados.

Ademais, como se vê nas imagens 4 e 5, há diferenças entre a imagem do mangá, em preto e branco e a do anime, com cores claras e escuras, traços marcantes, especialmente para dar um aspecto de suspense, e chamar a atenção do leitor e do espectador, em relação a cena.:

---

<sup>12</sup> Designer Araki Shingo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**Imagem 4** - A Exclamação de Atena (mangá).



Fonte: *Os Cavaleiros do Zodíaco*, volume 37, página 19, ano 2006. Disponível em:  
<<https://lrmangasonline.xyz/manga/saint-seiya/capitulo-37/>>. Acesso em: 11/06/17.

**Imagem 5** - A Exclamação de Atena (anime).



Fonte: *Os Cavaleiros do Zodíaco*. Disponível em: <<http://saintseyadf.blogspot.com.br/2010/>>. Acesso em: 11/07/16.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Assim, conhecendo a animação nipônica em seus aspectos técnicos e históricos, proporciona ao professor, não utilizá-la a meramente ilustrar o conteúdo, mas sim usá-la com toda sua potencialidade e características próprias para que os alunos compreendam a linguagem do anime e percebam como o conteúdo histórico (História Medieval, História Grega, cultura, miscigenação, religião, etc.) ganha uma forma específica nos **Cavaleiros do Zodíaco**.

#### **O Audiovisual Na Sala De Aula**

O uso do recurso audiovisual é muito frequente no cotidiano escolar, especialmente na disciplina de História. Filmes com temáticas históricas são mobilizados com o intuito de desenvolver a compreensão dos alunos acerca de determinado conteúdo, seja a nível fundamental, médio ou superior. Porém, muitos professores usam esse recurso de forma a meramente ilustrar sua aula ou como algo que simplesmente ocupa um tempo ocioso, sem problematizá-lo nas suas especificidades e considerá-lo como um discurso acerca de determinado passado.

Assim, após se discutir a história e as características da animação japonesa, compreendendo-a em suas especificidades técnicas, propõe-se que, mais do que ilustrar ou ocupar tempo, o recurso deve ser uma ferramenta que propicie educar para o audiovisual. O que significaria compreender como determinada experiência histórica é mobilizada e contada segundo uma linguagem específica, seja ela do cinema ou da animação.

Silva (2013, p. 153) salienta que existe um uso equivocado da linguagem audiovisual, tal como apontado anteriormente. Para ele, usá-la em sala de aula significa que o professor deve desenvolver o domínio tanto da disciplina que leciona, quanto dos equipamentos e da linguagem dos recursos que serão necessários para o desenvolvimento



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

das discussões em sala de aula. Estes recursos vão desde filmes, documentários e animações. A maioria das escolas possui os equipamentos necessários, mas os professores, muitas vezes, não sabem manuseá-los ou não possuem motivação ou preparação para isso, prejudicando o uso desse recurso.

Utilizar o audiovisual como um “tapa buraco” nas aulas, como afirma Silva (2013, p. 161), é o mesmo que isentar a escola e o professor da responsabilidade de trabalhar criticamente sobre esse recurso. Isso dificulta que os alunos despertem um senso crítico e analítico e o perceba como algo inovador. Nesse contexto, é importante conhecer bem a linguagem do recurso que estará utilizando, para pensar como uma determinada história ganha forma através do audiovisual. Alguns filmes e animes, como *O Martírio de Joana D’Arc* (1928) e *Os Cavaleiros do Zodíaco* (1986), não se propõe como uma cópia fiel do fato histórico, um intento diferente daquele presente em livros didáticos, mas sim utilizam o fato para seu enredo, ou seja, para construir sua narrativa e contar uma história. Outros, porém, pretendem retratar o fato histórico, contando em detalhes os acontecimentos, mas sem abandonar seu aspecto ficcional. Como aponta Rosenstone (2010), a linguagem cinematográfica é metafórica, ou seja, não é uma representação transparente do real. Este raciocínio pode ser válido para a linguagem da animação.

Pensar no filme histórico ou fictício, é compreender que ele não terá como objetivo fornecer as “verdades” que aconteceram no passado, mas sim que se trata “de um drama, de uma interpretação, uma obra que encena e constrói um passado em imagens e sons” (ROSENSTONE, 2010, p. 60).

Mas como conhecer os aspectos técnicos da animação pode ajudar o professor? Além disso, qual o objetivo do professor? Conhecer esses aspectos, ou estar familiarizado com determinado tipo de recurso, proporciona ao professor, educar para o audiovisual, ou seja, a entender como é a linguagem da animação a partir de suas características próprias. Como mencionado por Rosenstone (2010, p. 77-78), o objetivo não é apenas ler

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

o que está na superfície, mas sim o que essa mídia sugere, para despertar o interesse e também o senso crítico do aluno, que está familiarizado com ela, principalmente devido ao bombardeio de informações que o mundo multimídia<sup>13</sup> proporciona.

### **Pesquisa de Campo e Análise dos Resultados**

Parte-se da hipótese de que uma maior familiaridade com o recurso e suas especificidades pode conduzir a uma utilização em sala de aula que se oriente pela educação para o audiovisual, ou seja, trata-se, de auferir a relação dos futuros professores com a animação japonesa, por isso, as questões elaboradas iam desde se os alunos conhecem o anime **Os Cavaleiros do Zodíaco**, se ficaram claras as suas características técnicas, seu entendimento sobre anime e mangá, até se o anime seria um bom recurso didático para o professor, entre outras.

Participaram da pesquisa 34 respondentes com idade entre 17 e 50 anos. Entre eles, 80% afirmaram conhecer o anime dos **Cavaleiros do Zodíaco**, 70% na turma do 1º período e 30% na do 5º período, conseguiram identificar o conteúdo histórico dentro dos episódios e 100% deles, afirmaram que o anime pode ser um recurso didático para o professor, desde que o mesmo conheça as especificidades técnicas da animação. O que se contradiz com uma das questões propostas, em que foi perguntado se eles conseguiam identificar uma animação japonesa, e 15% dos respondentes do 1º período e 35% do 5º período, não conseguiam, confundiram animação japonesa com os *cartoons* americanos, demonstrando assim a necessidade de se conhecer a animação ou o recurso audiovisual que se pretende utilizar em suas particularidades próprias.

### **Considerações Finais**

---

<sup>13</sup> A multimídia é um conjunto de textos, imagens, sons, animações, interações e vídeos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

No decorrer do estudo, foram notáveis as influências que a animação nipônica - ainda quando esta começou nos rolos de pergaminhos antigos - sofreram do Ocidente. Essas informações são importantes visto que, para que o professor não utilize os recursos audiovisuais, como trabalhado no decorrer da pesquisa, como apenas um “tapa buraco”, uma forma de ocupar o tempo, ou mesmo uma ilustração, é preciso conhecer a animação que deseja utilizar. Isso também foi feito no decorrer da pesquisa onde além de ser apresentada a trajetória da animação japonesa até como se conhece hoje, foi necessário compreender **Os Cavaleiros do Zodíaco** em seus aspectos técnicos, suas características próprias, como som, movimento, cor, ter em mente o que almeja extrair dessa animação. Os questionários foram significativos para extrair dados como estes, e para entender se os alunos/futuros professores estão aptos a utilizarem esse recurso de forma apropriada.

Com os dados obtidos com os questionários, ficou perceptível que os alunos/futuros professores ainda precisam conhecer melhor o recurso audiovisual – a animação japonesa – para poder usá-la com toda sua potencialidade. Como foi notado nas respostas dos respondentes, apesar de uma relativa familiaridade, muitos sequer conseguem identificar uma animação nipônica, confundindo-as com as animações norte-americanas. Além disso, os respondentes apresentaram dificuldades em entender o que seria uma animação. Por outro lado, é curioso observar que salientaram a importância em ter domínio sobre o conteúdo, sobre o tema, pois só assim a animação conseguirá chamar a atenção dos alunos. Mas não é preciso, também, ter domínio da linguagem que veicula o conteúdo, tal como defendido pelos autores aqui apresentados? As respostas evidenciariam que, apesar da identificação do audiovisual, os futuros professores ainda concentrariam esforços na mobilização do recurso audiovisual como uma ilustração ou passatempo. Este último ponto, justifica ainda mais a necessidade de entender a animação nipônica em suas particularidades e especificidades, aprofundando e desenvolvendo aquela familiaridade

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

inicial que os respondentes apresentaram através de estudos de caráter mais técnico da animação japonesa.

Os resultados alcançados demonstram a relevância e como é imprescindível o entendimento do recurso audiovisual, especialmente hoje em dia, em que estão cada vez mais presentes nas vidas das pessoas, principalmente dos alunos do ensino fundamental e médio. E também, demonstra-se a importância de, ainda na universidade, os alunos/futuros professores conhecerem e aprenderem a utilizar o recurso audiovisual, de forma, a usufruir de suas potencialidades nas suas práticas docentes, aprofundando algo que já tiveram contato em algum momento de suas vidas. Recupera-se e enfatiza-se assim, a legitimidade de se utilizar esse tipo de mídia na educação. Este, por outro lado, é um assunto recente nas discussões acadêmicas, mas poderá ser um dos temas de uma próxima pesquisa.

### Referências

CHATRIAN, Carlo; PAGANELLI, Grazia. *Manga Impact! The Word of Japanese Animation*. 1. ed. Londres: Phaidon, 2010.

CHONG, Andrew. *Animação Digital*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

KOYAMA-RICHARD, Brigitte. *Japanese Animation: From Painted Scrolls to Pokémon*. Paris: Flammarion, 2010.

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. *Elaboração de questionários na pesquisa quantitativa*. 2012. Disponível em: <[http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino\\_2012\\_1/ELABORACAO\\_QUESTIONARIOS\\_PESQUISA\\_QUANTITATIVA.pdf](http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf)>. Acesso em: 22/06/17.

MOLINÉ, Alfons. *O Grande Livro dos Mangás*. São Paulo: Editora JBC, 2004.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ROSENSTONE, Robert A. A História nos Filmes. In:\_. *A História nos filmes, os filmes na História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

Saint Seiya Wiki. *Guerra Santa*. Disponível em: <[http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Guerra\\_Santa](http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Guerra_Santa)>. Acesso em: 11/06/17  
*Guerra Santa*. Disponível em: <[http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Guerra\\_Santa](http://pt-br.saintseiya.wikia.com/wiki/Guerra_Santa)>. Acesso em: 11/06/17.

SANCHEZ, Sandra. *Instrumentos da Pesquisa Qualitativa*. 2006. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T25SF/Sandra/Instrumentos%20da%20Pesquisa%20Qualitativa.ppt>>. Acesso em: 23/10/17.

SILVA, Thiago de. Hegemonia Audiovisual e Escola. In: SILVA, Marcos (Org.). *História, que ensino é esse?*. Campinas: Papyrus, 2013.

TOSCHI, Mirza Seabra. *Linguagens Midiáticas em sala de aula e a formação de professores*. In: IX ENDIPE IGUALDADE E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO, 12, 2002, Goiânia. p. 01-08.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. *Anime e a poética da luta: metáforas e anagramas em Cavaleiros do Zodíaco*. Cultura Midiática, Universidade Federal da Paraíba, n. 09, jul-dez/2012.

WELLS, Paul; QUINN, Joana & MILS, Les. *Desenho para Animação*. Porto Alegre: Bookman, 2012.



1.039

SIMPÓSIO TEMÁTICO 20

Religiosidades e Sentidos de Mundo na  
Modernidade Tardia

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**CATOLICISMO E DIVÓRCIO NO BRASIL CONFORME DOM CARLOS  
COSTA, O BISPO EXCOMUNGADO EM 1944.**

ANDERSON JOSÉ GUI SOLPHI (UPF)<sup>1</sup>

**Resumo:** Analisamos as posições defendidas pelo bispo Dom Carlos Costa sobre família: contrário ao celibato do clero e favorável ao divórcio e segunda união no catolicismo. Tal posicionamento conflitou diretamente com a Igreja Católica Apostólica Romana defensora da indissolubilidade do matrimônio e, entre outros motivos, levou-o à excomunhão em 1944 e criação da Igreja Católica Apostólica Brasileira – ICAB. A problemática pretende auxiliar na compreensão das complexidades do mundo contemporâneo e suas relações com a religiosidade, perpassando pela reconfiguração das mensagens religiosas. A Igreja que nasceu do cisma se tornou defensora da laicidade do Estado em relação ao divórcio, elaborando uma perspectiva teológica distinta. O tema propõe refletir sobre as transformações na sociedade brasileira cada vez mais diversa e plural. O campo religioso em sua dinamicidade, algumas vezes, apresenta-se como espaço da resistência na aceitação das diferenças. Para compreendê-lo buscamos Eni Orlandi, análise do discurso e Bourdieu com a noção de campo religioso. Quanto às fontes, a revista “A Luta”, editada por Dom Carlos Costa entre 1946 e 1960, especificamente a edição número 24. Ela contém redação aberta sobre o divórcio. Para tratar de fonte impressa, nos aportamos ainda em Tania De Lucca e seus trabalhos sobre história e imprensa.

**Palavras-chave:** família; divórcio; catolicismo; laicidade do Estado;

<sup>1</sup> Doutorando em História (PPGH/UPF); Mestre em História (PPGH/UPF); Esp. Arqueologia (URI), Graduado em História (UNOESC). Contato: [hystoriander@hotmail.com](mailto:hystoriander@hotmail.com)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Dom Carlos Costa, bispo de Maura: excomungado**

Dom Carlos Duarte Costa foi bispo da Igreja Católica Apostólica Romana - ICAR que por, entre outras questões, assumir posição política-ideológica socialista, foi excomungado em 1944. Fundou então a Igreja Católica Apostólica Brasileira – ICAB. Seu principal instrumento de imprensa, porta-voz na divulgação de suas ideias, foi a revista “A Luta”, por ele fundada e dirigida. Permeando tais conflitos, estavam o final da Segunda Guerra, em 1945, e o fim do Estado-Novo, ou período ditatorial do governo de Getúlio Vargas (1937-1945). Com o fim do Estado-Novo e o da Guerra, emergiram inúmeras vozes político-ideológicas e também religiosas, reivindicando especialmente mudanças civis e religiosas, como a questão do divórcio. Enquanto a ICAR reafirmava a indissolubilidade do matrimônio, Dom Carlos Costa compartilhou a defesa do divórcio, que sequer havia sido aprovado na esfera civil.

Desta maneira, constituem-se como principal objeto desta pesquisa as concepções defendidas por Dom Carlos Costa sobre questões como: família, celibato e divórcio. A Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR defendia e defende, a indissolubilidade do matrimônio. Dom Carlos Costa, por sua vez, defendeu publicamente, especialmente na Revista “A Luta”, que a solubilidade do matrimônio e, uma segunda união, encontrava fundamentação bíblica.

**Dom Carlos Costa, casamento e divórcio**

De maneira pontual, as posições de Dom Carlos Costa sobre o matrimônio e divórcio que causaram polêmica podem ser listadas da seguinte forma: o divórcio deveria substituir o desquite; não é necessária a presença do sacerdote para o matrimônio; exemplo de Santa Fabiúla que era divorciada e foi

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

aceita ao seio do catolicismo; o casamento é um contrato e não um sacramento; a tutela do homem sobre a mulher (conforme legislação da época) é uma tirania; Jesus nunca se casou.

O fim do Estado Novo em 1945 trouxe à tona o debate sobre o divórcio, especialmente como fruto dos debates globais sobre liberdade, especialmente após o final da Segunda Guerra Mundial. Dom Carlos Costa buscou evidenciar o debate acerca de questões como família e divórcio. Estas e outras posições o levaram a sua excomunhão pela ICAR e a fundação da ICAB. Dessa maneira, convém investigar a fundamentação das posições de Dom Carlos acerca de tais questões e o impacto por elas produzido no campo religioso e civil. A relevância de tal pesquisa aponta para a contribuição da constituição de identidade religiosa das inúmeras igrejas católicas nacionais separadas de Roma, atuantes no Brasil no século XXI. Muitas delas se originaram em Dom Carlos Costa e a ICAB, no entanto, diversas se afastaram, ou não conheceram o ideal do fundador.

Trazemos ainda ao debate as inconsistências da separação Igreja e Estado, advindas da Proclamação da República, em 1889, mas que na prática, na década de 1940, ainda não estavam plenamente separadas, ocorrendo diversas trocas de favores de ambas as esferas. Na década de 1940, a influência do catolicismo romano sobre a legislação civil, especialmente sobre a indissolubilidade do matrimônio, era marcadamente orientadora do comportamento dos cidadãos. Mesmo assim, as câmaras legislativas brasileiras discutiam alterações na lei de divórcio. Dom Carlos Costa, antes e depois da excomunhão, defendia o divórcio e a possibilidade de novas uniões sob as bênçãos da Igreja. Dessa maneira, e para além dela, convém investigar quais as posições oficiais da ICAR no Brasil, no período, e, quais os argumentos apresentados por Dom Carlos Costa para a defesa do divórcio.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Nesse sentido as concepções teóricas de Bourdieu (2003) nos podem nos ajudar a desenvolver o estudo do sentido contestador dos dogmas do catolicismo romano pelo bispo Dom Carlos Duarte Costa e, ao fundar a ICAB, conseguir adeptos, que, com ele compartilham a perspectiva de violação do monopólio da gestão dos bens sagrados da ICAR. A partir da ruptura, organizaram outra igreja, igualmente católica, com os mesmos ritos, vestes, hierarquia, figurando experiência na manipulação dos bens simbólicos da religião.

Dom Carlos Costa não defendeu publicamente o divórcio e nova união antes da fundação da ICAB em 1944, ou, pelo menos, não encontramos nenhuma publicação desse gênero. Mas, o tema do divórcio foi por ele defendido no documento fundante da ICAB: “Manifesto à Nação”. O documento é um texto de oito páginas, publicado pela primeira vez em janeiro de 1946 na Revista Mensageiro de N.S.A. Menina, entre as páginas 13 e 19. O formato da revista têm dimensões de 32 cm X 23 cm, com fonte diminuta, iniciando com letras garrafais o título do documento: “Manifesto à Nação: Igreja Livre no Estado Livre”. O documento contém uma única imagem; uma fotografia de Dom Carlos Costa, ao centro da primeira página da publicação (pag. 13), em preto e branco, de baixa qualidade gráfica.

No documento ‘Manifesto à Nação’, entre outros assuntos, Dom Carlos Costa (1946) fez uma narrativa de seu processo de excomunhão da ICAR e da falta de autoridade desta para tal ato. Apresentou suas posições políticas antifascistas e, ao mesmo tempo, acusou o episcopado brasileiro como favorável ao fascismo. Relatou a perseguição que sofreu ao perder a titularidade da Diocese de Botucatu – SP, por parte do Núncio Apostólico no Brasil. Apresentou suas principais argumentações teológicas para a fundação e estruturação da



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ICAB, entre elas, o tema divórcio é o primeiro dos temas abordados, seguido da reprovação da confissão auricular e do celibato dos padres.

Nos é pertinente aqui a opinião de Dom Carlos Costa sobre o divórcio, pois aí consiste nossa problemática. Dessa maneira, convém transcrever parte do 'Manifesto à Nação'

A Igreja Católica Apostólica Brasileira, admite o divórcio, dentro do evangelho. É S. Matheus quem nos fala, no Cap. V. 27-32: "Sabeis que aos antigos foi dito: Não adulterarás: Eu, pore, vos digo: Quem atentar numa mulher com cobiça, esse já com ela adultera em seu coração. (...)Dito foi mais: quem deixar a sua mulher, dê-lhe carta de desquite. Mas Eu vos digo: Aquele que repudiar a sua mulher, a não ser por adultério, a faz ser adúltera, e quem toma a repudiada, adultera". É ainda S. Matheus no Cap. XIX, 3-9, quem nos diz: 'Será lícito ao homem repudiar sua mulher por qualquer cousa? Não leireis, respondeu-lhes Jesus, que o Criador do homem fez primeiro um homem e uma mulher e disse: Por isso, deixará o homem o pai, a mãe, unir-se-a à sua mulher, e dois serão em uma só carne? Assim que, já não são dois se não uma só carne; o que pois, Deus ajuntou, não o aparte o homem. Como, pois, instaram eles, manda Moisés que se dê a mulher carta de desquite, e mande-se embora? Respondeu Jesus: Pela muita dureza de vossos corações, permitiu-vos, Moisés repudiar a mulher: no princípio, porém, assim não foi. Digo-vos eu agora: Quem, a não ser por adultério, despede sua mulher e toma outra, adultera: e quem desposa a despedida, adultera também". Esta é a doutrina evangélica, na sua pureza. (COSTA, 1946, p.18)

A principal argumentação da ICAR para condenar a prática do divórcio é a afirmativa em Mateus 19, 6: 'Não separe o homem o que Deus uniu'. Na década de 1940, muitos casamentos foram unidos por interesses familiares, tradição herdada de um Brasil colonial, onde os nobres oligárquicos arranjavam os casamentos de seus filhos como forma de manutenção ou multiplicação do patrimônio. Ou mesmo, outros tantos casais, que seguindo apenas o impulso do

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

desejo da sexualidade imediata, ou até mesmo por conta de uma gravidez, desejada ou não, se uniram em matrimônio.

A ICAR sempre considerou abominável a ideia do divórcio. Dom Carlos Costa contestou isso, de que os bispos no Brasil, consideram cristão de segunda categoria, aqueles que, pelo menos, se separavam, pois o divórcio ainda não estava legalizado na década de 1940. Como punição, os párcos e vigários estavam proibidos de distribuir a comunhão àqueles que se encontravam em tal situação. Uma forma pública de exposição, punição e demarcação de lugares no campo, conforme Bourdieu (2005).

Não cremos que Dom Carlos Costa fosse um defensor caricato do divórcio, mas que, em seu tempo e realidade, respondeu à busca de muitos que se descobriram inseridos em casamentos fracassados. A ICAR continuava mostrando apenas a sua parcela de verdade. Dom Carlos Costa, por sua vez, demonstrou que não poderia se calar diante do sofrimento alheio, especialmente dos inúmeros cristãos que viviam frustrados, sentindo-se aprisionados em suas uniões matrimoniais. Foi com tal estrutura de pensamento que Dom Carlos Costa presidiu vários casamentos de segunda união. Autorizou seu clero da ICAB a também fazê-lo. Não sem gerar controvérsias.

No começo do cristianismo, nesse momento de transição, a mulher era escravizada, em todos os povos, e as leis dos Judeus, dos Romanos, dos Bárbaros, admitiam, todas, o repúdio ou divórcio. Como pensava o cristianismo? Os Padres da Igreja, ou doutores da época, não estavam de acordo com a indissolubilidade do casamento. Uns diziam que o Novo Testamento não era contrário à lei de Moisés, que permitia o divórcio, e que o próprio Jesus tinha admitido o divórcio, pelo menos em caso de adultério da mulher. Tertuliano, S. Ambrósio e S. Epiphânio, eram dessa opinião e admitiam o divórcio. Por outro lado, São Jerônimo, S. João Chrysóstomo e,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

principalmente S. Agostinho, proclamavam a indissolubilidade do vínculo matrimonial. (COSTA, 1946, p.18)

Na década de 1940 prevalecia a orientação 'até que a morte vos separe' embasada na dogmática do Papa Pio XI: a *Encíclica Casti Conubii*, versa sobre as regras do matrimônio.

34. Esta inviolável firmeza, embora não pertença a cada matrimônio com a mesma medida de perfeição, cabe, todavia, a todos os verdadeiros matrimônios, porque a palavra do Senhor: "Não separe o homem aquilo que Deus uniu", (...) Muito sabiamente, pois, respondia um Nosso predecessor de feliz memória, Pio VI, ao Bispo de Éger nos seguintes termos: "Por isso se vê claramente que o matrimônio, ainda no estado de natureza e certamente muito antes de ter sido elevado à dignidade de sacramento propriamente dito, importava consigo, pela sua divina instituição, a perpetuidade e a indissolubilidade do vínculo, de modo que não pudesse ser dissolvido depois por nenhuma lei civil. É por isso que, embora o casamento possa existir sem o Sacramento, como entre os infiéis, ainda nesse matrimônio deve, todavia, existir e certamente existe aquele vínculo perpétuo, que desde a primeira origem é tão inerente ao matrimônio, que não está sujeito a nenhum poder civil. Por isso, qualquer matrimônio que se diga contraído ou está contraído de modo que seja um verdadeiro matrimônio, e neste caso terá anexo esse vínculo que por direito divino é inerente a qualquer verdadeiro matrimônio; ou então se supõe contraído sem esse vínculo perpétuo, e neste caso não é matrimônio mas união ilícita, contrária pelo seu objeto à lei divina, e que, por isso, não se pode licitamente contrair nem manter". (Pio VI, Rescript. ad Episc. Agriens., 11 de julho de 1789). (PIO XI, Papa. Casti Conubii, 1930)

Não podemos esquecer a natureza deste documento, ou melhor, procurarmos 'desnaturalizar' a produção de tal narrativa documental. Os anos 1920, foram, conforme Hobsbawn (1995) na Europa e no mundo, de grandes efervescências e grandes incertezas. Findada a Primeira Guerra Mundial em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

1919, tratavam as nações europeias da reconstrução em que predominaram nas principais nações na Europa o desemprego, desestabilidade econômica-financeira, inflação. Formou-se cenário propício para o surgimento e afirmação de ideias e regimes autoritários, centralizadores, como os regimes nazifascistas.

Em 1930, a ICAR se encontrava em uma posição de destaque perante a Itália e demais países europeus. Conforme Pierrard (1992), um ano antes, em fevereiro de 1929, meses antes da crise capitalista que agravou o mundo, o Papa Pio XI, assinou com Benito Mussolini, o Tratado de Latrão, acordo entre a ICAR e o Reino da Itália que pode ser resumido em três pontos: a soberania da ICAR seria reconhecida no Estado do Vaticano, a ICAR se tornou oficialmente a religião de Estado na Itália e, por fim, indenização financeira da Itália ao Vaticano pela perda dos territórios papais na unificação italiana em 1870.

Para a ICAR, naquele contexto, mesmo que as nações aprovassem e regulamentassem o divórcio, entendido como a separação de corpos, ele não desfaz o vínculo do sacramento do matrimônio. As pessoas que se divorciaram, mesmo que passando por um processo legal perante as legislações civis dos Estados, não podem ter uma nova união matrimonial válida para a Igreja. Tal situação é compreendida pela ICAR como adultério e os padres são proibidos administrar a pessoas em tais condições quaisquer sacramentos.

A ICAR admite a separação em ocasiões em que, por incompatibilidade de convivência, ambos não consigam mais conviver como casal. Neste caso, continuam ligados pelo vínculo do Sacramento do Matrimônio, sem, no entanto, terem permissão para uma nova união. A única exceção que se dá é quando um tribunal eclesiástico da ICAR declara o casamento nulo, processo caro e desconhecido dos católicos. Os motivos aceitos para anulação estão sempre no sentido de violação da finalidade do matrimônio, que é a geração de filhos, e



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

outros como a ocultação da esterilidade antes do rito do matrimônio, a não consumação do ato sexual, ou, até mesmo, uma homossexualidade ocultada antes do consentimento no rito público do matrimônio. Para a ICAR, a declaração da nulidade não é uma forma de desfazer o matrimônio, mas uma declaração de que ele não ocorreu, de forma plena, com o fim último: a prole.

Dom Carlos Costa trouxe como argumentação, uma exceção dada à Santa Fabiola:

No ano 325, o concílio de Nilcéa, composto de 318 padres, não se levantou contra o divórcio. Foi precisamente nessa época de Fabiola repudiou seu marido culpado de adultério, e convolveu em segundas núpcias. Ela tinha a seu favor aquelas palavras: “É melhor se casar do que arder”. E Fabiola vive com auréola de santidade. (COSTA, 1944, p.18)

Santa Fabiola é biografada por São Jerônimo de Estridon, a quem a santa seguiu após à conversão. Ela viveu em Roma, até sua morte em 399. Fabiola era de família nobre, se casou e se divorciou conforme a legislação do Império Romano e, casou novamente, pois a lei assim o permitia. Conheceu em Roma duas parceiras que estudavam as Sagradas Escrituras conforme a orientação de São Jerônimo e, se juntou a elas. Diante da morte de seu segundo marido (de forma desconhecida), foi até a Basílica de São João de Latrão no sábado que precede a Páscoa, vestida com um saco e cinzas, em penitência, pedir perdão por ter casado duas vezes. O papa Sirius a recebeu, dando-lhe o perdão e afirmando a plena comunhão dela com a Igreja. Dedicou, a partir daí, sua vida aos estudos de São Jerônimo e à caridade aos pobres e doentes. Não se sabe se foi canonizada, mas seu nome aparece no martirologio do século XV.

A biografia de Santa Fabiola era conhecida de Dom Carlos Costa, a ponto dele a citar como exemplo de que, houve até mesmo santos e santas, com mais



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

do que um casamento, e, portanto, tal situação não consiste em motivo de desligamento da ICAR. Claro que precisamos interpretar o contexto da aceitação de Fabíola ao religamento católico. Sabemos que a santa era de família nobre, portanto, com expressivas posses, às quais, desde sempre, o episcopado demonstrou interesses de barganha. Cabe-nos questionar se, caso ela fosse uma simples plebeia romana, sem posses ou marido rico, teria ela o mesmo desfecho diante do Papa? Enfim, são questões sem respostas objetivas, mas que nos põem em reflexão. Assim, ampliamos o pensamento de Dom Carlos Costa acerca do Estado moderno e religião sobre a família, especialmente a presença do Estado na sociedade contemporânea.

### **Considerações**

A presença do Estado na contemporaneidade, na vida das pessoas, é ampla e permanente. Os agentes do Estado atestam o nascimento e a morte e também identidade, idade, casamento, separação, escolaridade, residência, antecedentes, propriedades, rendimentos, saúde física e mental, qualificação para exercer uma profissão. A vida dos indivíduos depende do Estado e está sob o seu controle.

Em uma sociedade brasileira cada vez mais religiosa, conforme Pierucci (1998), pelo menos os dados do CENSO/IBGE, apontam o crescimento de adeptos à igrejas cristãs no Brasil, em oposição ao declínio da ICAR, a influência da visão religiosa no âmbito judicial, através dos representantes legislativos atrelados às igrejas são expressivos. No entanto, é preciso tecer considerações para além dos interesses dos religiosos sobre o casamento e divórcio. As questões sociais que envolvem o divórcio, tais como a violência doméstica e a trajetória dos filhos. Embora não fizemos uma busca minuciosa da violência

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

doméstica nas páginas policiais das décadas de 1940 a 1960, podemos supor que Dom Carlos Costa conviveu com numerosos casos. Como sacerdote e bispo, ouviu muitas confissões e, por conseguinte, foi elaborando suas posições acerca do divórcio. Esposas vítimas de agressões, físicas, psicológicas ou morais, testemunhadas pelos filhos, às vezes também vítimas dela. Doenças sexualmente transmissíveis, trazidas para o casal por infidelidade conjugal.

#### Referências

- AZZI, Riolando. **A cristandade colonial, um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- COSTA, Carlos Duarte. Manifesto à Nação. In: **Mensageiro de Nossa Senhora Menina**. Rio de Janeiro, 1946.
- DINCÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORY, Mary, org. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p.189-221.
- FABRE, Daniel. Famílias. O privado contra o costume. In: ARIÉS, Philippe & DUBY, Georges. **História da vida privada. – v.3 – Da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª ed. Global Editora. 2005.
- ESTRIDÓN, Jerónimo de. **Epistolario de San Jerónimo**. I: Cartas 1-85 . BAC Normal nº 219. Edição bilíngue preparada por Juan Bautista Valero. 1993, 1ª edição. Madri: Biblioteca de Autores Cristãos, 936 páginas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Hobsbawm, Eric J., 1917-. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991** / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano**. São Paulo: Loyola, CEPEHIB, 1990.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. São Paulo, Unesp, 1996.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (1998), "Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido". **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, 13 (37): 43-73, jun

PIO XI, Papa. 19 de março de 1937 Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_pxi\\_enc\\_19\\_370319\\_diviniredemptoris\\_phtml](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19_370319_diviniredemptoris_phtml), acesso em 08 de set de 2015.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**JUDEUS NO AMAPÁ: UM ESTUDO SOBRE O PRIMEIRO CEMITÉRIO  
ISRAELITA DE MACAPÁ**

Fernando Santos (UNIFAP)<sup>1</sup>

**Resumo:** O Primeiro Cemitério Israelita de Macapá é um marco da imigração judaica para o Amapá, e a sua localização no centro da cidade constitui um símbolo de poder. A presente comunicação tem por objetivo apresentar, de forma preliminar, algumas considerações acerca da minha pesquisa de conclusão de curso. O trabalho, propõe analisar as circunstâncias históricas que levaram à construção, em Macapá, do primeiro Cemitério Israelita no século XX, anexo ao Cemitério Nossa Senhora da Conceição, no momento em que ocorre a consolidação do processo de institucionalização dos cemitérios públicos na referida cidade. Entretanto, a edificação do cemitério, no local onde ele se encontra, está relacionada muito mais à relevância socioeconômica da comunidade judaica do Amapá, do que ao seu quantitativo de membros. Dessa forma, o estudo da constituição deste espaço dentro da cidade é bastante relevante para o entendimento das relações culturais, religiosas, políticas e, sobretudo, as relações de poder que permearam a convivência dos judeus com os demais grupos sociais que compõem a sociedade amapaense. A pesquisa insere-se no âmbito da história cultural, domínio historiográfico que tem concentrados os estudos cimiteriais.

**Palavras-chave:** Judeus; Macapá; Cemitério

### **Introdução**

Ao fazer um estudo sobre as atitudes perante a morte na cidade de Macapá me deparei com um espaço dedicado, exclusivamente, ao sepultamento dos judeus. Esse espaço trata-se do primeiro<sup>2</sup> Cemitério Israelita do Estado do Amapá, anexo ao Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição, localizado na Rua Eliezer Levy. Comecei a investigar a constituição histórica deste cemitério e a sua relação com a cidade de Macapá.

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura de História (UNIFAP). Contato: f.rodriigo\_18@hotmail.com

<sup>2</sup> Na cidade de Macapá existem três cemitérios israelitas, todos anexos aos cemitérios municipais. Primeiro cemitério construído está anexo ao Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição; segundo, está anexo ao Cemitério Municipal São José e o terceiro em fase de construção, anexo ao Cemitério Municipal São Francisco de Assis.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Para compreender os motivos que levaram à construção deste cemitério fez necessário entender a relação dos judeus com a morte e os motivos históricos que levaram os judeus a imigrarem para o Amapá. Na cultura judaica “a morte é vista como passagem para outra dimensão, a transposição ao eterno sofrimento e expiação – inferno – ou o acesso ao eterno gozo, reservado aos bem-aventurados – o paraíso” (CAPUTO, 2008, p. 73-80). Essa teologia deu origem à cultura da finitude para os cristãos.



Figura 1: Portão do Cemitério Israelita de Macapá, anexo ao cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Os fatores históricos que explicam a presença dos judeus na região Amazônica, especialmente no Amapá, remontam a acontecimentos históricos dos séculos XV e meados do século XVI. Neste período, os judeus foram expulsos da Espanha e obrigados a se converterem ao catolicismo em Portugal, o que causou sua diáspora para o Marrocos, onde viveriam um período de perseguições. Portugal estava iniciando sua colonização na América e alguns poucos judeus vieram para o Brasil como cristãos novos (judeus recém convertidos ao catolicismo). O poder da Igreja Católica era muito forte durante os primeiros séculos da colonização, só com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 que a situação começa a mudar, quando novos tratados assinados pelo rei Dom João VI



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

fizeram o monopólio católico sofrer suas primeiras perdas. Uma das medidas foi a permissão dada para que os novos imigrantes pudessem professar sua fé no Brasil, mas ainda com algumas restrições, beneficiando os judeus, maçons e protestantes.

Com isso, os judeus, que viviam um período muito difícil no Marrocos, viram no Brasil uma nova oportunidade e em especial na Amazônia. Os judeus foram muito importantes na ocupação da Amazônia e no fortalecimento das fronteiras brasileiras, pois a região era vista pelos estrangeiros como uma terra de oportunidade e, assim, começa uma nova diáspora para o norte do Brasil (BENCHIMOL, 1998). O papel dos judeus na Amazônia foi decisivo para o fortalecimento de algumas cidades espalhadas nesta região. Samuel Benchimol fala dos judeus que vieram para cidade de Macapá, quando a mesma ainda pertencia ao Pará. Fazendo da Amazônia sua nova morada, os judeus continuaram com seus costumes e logo se adaptaram à região, mas os pais fizeram questão de repassar para seus filhos as tradições de sua religião.

A chegada dos judeus contribuiu para o fortalecimento de várias cidades interioranas da Amazônia, e Macapá não foge à regra. Este povo foi bastante atuante no âmbito econômico, com destaque para o comércio e também no cenário político. Tal influência pode ser percebida nos espaços importantes da cidade como praças, ruas e avenidas com nomes de personalidades de origens judias, assim como as necrópoles. O cemitério constitui um espaço privilegiado para essa análise, pois na cultura judaica este recinto é um marco fundador de uma comunidade; só existe comunidade a partir do momento em que há um cemitério, logo, a necrópole é para os judeus mais importante que a própria sinagoga. Dessa forma, historicisar este espaço é fundamental para conhecer a história da constituição da comunidade judaica no Amapá e a sua relação social, cultural e econômica com o estado e, especificamente, com a cidade de Macapá.

#### **Relação Cemitério e Igreja Católica**

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Durante a colonização na América, Portugal contou com a contribuição da Igreja Católica para explorar o vasto território brasileiro. Tal contribuição ocorreu tanto de forma financeira quanto na permissão de missões por toda a colônia. Com a união entre Igreja e Estado, os reis portugueses introduziram nas terras coloniais a fé Católica e exigiram que todos que aqui vivessem professassem essa religião. Isso foi uma das muitas determinações que a Igreja conseguiu e durante longo período.

A vida cotidiana, assim como a vida civil, era administrada pela Igreja, os documentos como certidões de batismos, casamentos, heranças e óbito, eram documentos oficiais da Coroa Portuguesa, mas que deixava a Igreja administrar, inclusive tudo que se relacionava com educação, casamentos e conseqüentemente processos relacionados aos ritos funerários, assim como a administração dos locais de sepultamentos. Nesta época as inumações ocorriam dentro das igrejas ou nos seus pátios, a depender das possibilidades econômicas do fiel. Quanto mais próximo do altar, mais caro seria os valores.

Tal poder ainda pode ser observado nos dias atuais, pois, parte muito significativa dos cemitérios têm nomes de santos católicos. Permanências do período em que a Igreja tinha o monopólio da administração da vida pública. Pedro Oro em “Laicidade no Brasil e no Ocidente” (ORO, 2011, p. 221-237), além expor diferentes formas que os países se comportam como estado laico, fala sobre o fato de que a partir da Constituição Brasileira de 1891, com a separação de estado e igreja, a Igreja Católica perdeu seu poderio sobre diversos espaços públicos, entre elas os cemitérios. Porém, o autor ressalta que o Brasil vive uma laicidade própria, sendo que em certos momentos o Estado cede a questões de favorecimento à religião cristã.

Durante o século XVIII na Europa, os sepultamentos nos interiores dos templos católicos passam a ser combatido com o avanço da medicina. Nesse período foi descoberto que os gases provocados pelos corpos em avançado estado de decomposição causavam infecções e epidemias. Os sepultamentos no Brasil ocorreram dentro das igrejas até o século XIX, quando tem curso uma política médico-higienista proibindo essa

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

prática. A proibição gerou muitos conflitos, o historiador João José Ferreira Reis (1991) pesquisou uma das principais revoltas conhecida na historiografia por Cemiterada ocorrida na Bahia em 1836, onde os fiéis se revoltam com a proibição dos enterros dentro das igrejas e com a construção de um cemitério na cidade. Tal episódio é apenas um exemplo entre tantos outros ocorridos em diversos pontos no Brasil, pois a população demorou a aceitar os enterros extramuros, ou seja, fora das dependências das igrejas.

Embora a Igreja Católica determinasse que não fossem cobrados valores para os fiéis serem enterrados dentro dos templos, os padres ou párocos encontravam uma forma de burlar tal ordem. Renato Cymbalista (2002) em sua pesquisa aponta que alguns párocos recomendavam que os fiéis deixassem em seu testamento uma doação para a igreja, e a partir dessa doação era escolhida o local que o mesmo seria sepultado. Mesmo com a proibição dos sepultamentos dentro dos templos, a Igreja Católica ainda consegue perpetuar seu monopólio sobre os cemitérios, uma vez que apenas ela podia construir cemitérios seculares para os enterros.

A tradição judaica defende que os seus mortos devem ser enterrados em lugares preparados apenas para os judeus. A Igreja Católica, também, não permitia que os judeus fossem enterrados dentro dos templos católicos, a não ser que se convertessem ao catolicismo. Dessa forma, os judeus possuíam a preocupação com a construção dos cemitérios na região onde eles estavam morando.

Samuel Benchimol em sua pesquisa aponta que em Macapá em 1894, fins do século XIX, já possuía um cemitério judeu, se trata do espaço onde hoje está localizado Cemitério Israelita, anexo ao Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição.

A Igreja Católica só perde o monopólio dos cemitérios com a separação Igreja e Estado na Constituição Brasileira de 1891, onde o Brasil é declarado um estado laico. Mas o poder do catolicismo deixou marcas profundas nas instituições brasileiras, uma prova é que a maioria dos cemitérios seculares possuem o nome de santos católicos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Imigração dos Judeus para a Amazônia**

No início da colonização portuguesa era permitida a vinda apenas de portugueses para essa região. Benchimol fala que em 1496 os judeus portugueses foram obrigados a se converterem ao catolicismo ou seriam expulsos de Portugal. Os poucos que se converteram foram identificados como cristãos-novos, mas a maioria dos judeus fugiram para o Marrocos. Alguns desses cristãos-novos vieram para o Brasil, mas tinham que manter sua identidade judaica escondida.

Segundo Samuel Benchimol, a perseguição em Portugal causou a fuga de muitos judeus para o Marrocos. Em 1496 D. Manuel I expulsa os judeus de Portugal, mas o medo da evasão do capital judeu o faz recuar e decretar a conversão forçada dos judeus ao catolicismo. Essa expulsão, também ocorrida na Espanha em 1492, é apontada pelo autor como uma diáspora espanhola. Nesse período, os sefarditas - termo usado para designar os judeus de origem espanhola ou portuguesa - foge em massa para onde poderiam viver livres para professarem sua fé e na esperança de reconstruir sua vida com seus familiares. Muitas cidades marroquinas receberam número elevado provenientes da Espanha e Portugal, especialmente, Tetuan e Tânger. Nas cidades marroquinas os judeus viveram aproximadamente três séculos de perseguição e humilhação, onde são segregados em guetos chamados de melahs<sup>3</sup>. Nessas cidades os judeus sofreram humilhações frequentes; eram praguejados, saqueados ou tendo suas sinagogas ou cemitérios apedrejados. Estes tinham restrições para evitar a saída das melahs, dentro das mesmas vivem de forma precária ocorrendo inúmeras epidemias e, dependendo da liderança marroquina, eram obrigados a se converterem a religião local (BENCHIMOL, 1998). É bom ressaltar que os judeus foram submetidos a condições semelhantes em Portugal e Espanha, onde também foram segregados em guetos.

---

<sup>3</sup> Segundo Benchimol (1998) o termo Melahs era o nome dado aos guetos onde os eram confinados no Marrocos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A diáspora judaica para o Brasil e em especial para a Amazônia inicia com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil e os tratados assinados pelo rei Dom João VI a partir de 1808. Benchimol propõe inúmeros fatores que contribuíram para a vinda dos judeus para o Brasil, dentre eles a Abertura dos Portos em 1808 e Tratado de Aliança e Amizade em 1810. Tais tratados permitiam a vinda e estadia de estrangeiros para o Brasil, porém, o mesmo só era válido para os países considerados amigos de Portugal.

A Constituição Imperial de 1824 do Brasil e as políticas de ocupação da Amazônia, acabaram se tornando uma possibilidade de fuga para os judeus. A primeira reconheceu a religião Católica como oficial, mas permitiu que outras crenças fossem cultuadas no Brasil, podendo ocorrer apenas de forma doméstica. E as políticas de ocupação na Amazônia se baseavam no discurso de que a Amazônia precisa ser ocupada e “civilizada” e convocava homens para esta nova missão. A liberdade de culto (1890) foi definitiva na quebra do monopólio católico. As notícias sobre o Brasil correram o mundo e os judeus viram na América a oportunidade de viverem em paz e cultivarem suas crenças.

O período áureo da borracha no início do século XX foi o momento que a Amazônia recebe a maior quantidade de judeus, que vieram somar aos nordestinos, caboclos e outros estrangeiros na exploração do extrativismo Amazônico. De acordo com Heller (2010) em sua pesquisa sobre a emigração judaica para a Amazônia “*Judeus do Eldorado*”, os motivos de atração para a região pesaram mais do que os fatores de repulsão marroquinos, pois os judeus possuíam uma rede de troca de informação e os mesmos já possuíam informações acerca de pequenas cidades ao longo do território Amazônico. Ele destaca a vinda de cristãos novos para essa região, e, após se sentirem seguros, eles passaram a recomendar a vinda de seus familiares e conhecidos para essa região.

Para Benchimol, a Amazônia se apresenta como uma terra de Promissão – a Eretz Amazônia (BENCHIMOL, 1998). Os judeus que para cá vieram, diferente dos outros imigrantes, em sua maioria trouxeram família. Esse apego doméstico, além de ser algo da tradição judaica, mostra que os mesmos não viam essa região como um local de passagem



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

e sim de fixação. Muitos deles foram preparados pela Aliança Israelita Universal, uma instituição fundada em 1860 que ajudava os judeus no combate à perseguição dos mesmos e os preparavam, educando-os e profissionalizando-os para superar o sofrimento vivido ao longo dos séculos. Então, muito dos judeus que chegaram aqui já vieram preparados para o comércio e a adaptação ao seu novo lar. Benchimol destaca a importância desses judeus durante o declínio do período da borracha, em que lideranças judaicas lutaram para superar a crise.

A imigração dos judeus para a Amazônia teve fatores de repulsão, por conta da perseguição, miséria e sofrimento ocorridos no Marrocos e fatores de atração, com o Tratado de Amizades, liberdade de culto e políticas de ocupação da Amazônia. Aqui estabelecidos, segundo Benchimol e Heller, os judeus foram muito importantes para o desenvolvimento econômico, social e cultural das pequenas cidades interioranas e para o fortalecimento do comércio em toda a extensão da região Amazônica. Os judeus sabiam muito bem lidar com os negócios, uma vez que enquanto viviam nas judarias<sup>4</sup> acabavam aprendendo a lidar com o comércio, pois os católicos viam tal prática com maus olhos. Dessa forma, os judeus vieram preparados para viverem na Amazônia, cuidando uns dos outros; reflexo de uma situação a qual eles já estavam submetidos há muito tempo e que contribuíram para prosperarem na região.

### **Cemitério Israelita de Macapá**

Os judeus por muitos séculos carregam a tradição quase imutável do cuidado com seus mortos. Em “Os primeiros Judeus de São Paulo”, Paulo Valadares (2009) apresenta os principais elementos da tradição dos costumes que os judeus têm em seus rituais fúnebres e a preparação dos mortos para o sepultamento. A importância é tanta que a comunidade judaica possui a *Chevra Kadisha* (CK), uma sociedade funerária responsável ao cuidado dos mortos de acordo com a tradição e a lei judaica.

---

<sup>4</sup> Segundo Benchimol (1998) o termo refere-se a guetos aos quais os judeus eram segregados em Portugal.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Em Macapá, o primeiro Cemitério Israelita encontra anexo ao Cemitério Nossa Senhora da Conceição, também o primeiro cemitério secular da cidade. Essa característica está presente em muitos dos cemitérios da Amazônia, inclui os primeiros cemitérios israelitas na região que foram erigindo nos estados do Pará e do Amazonas. Esse modelo de cemitério anexo para os judeus surge na península Ibérica como uma solução para segregar judeus dos cristãos e podem ser encontradas todas as regiões que receberam judeus, sobretudo os sefarditas, entre os séculos XIX e início do século XX, especialmente nas ex-colônias portuguesas como é o caso do Brasil e Moçambique onde este modelo é mais recorrente.



Figura 2: Detalhes do interior do Cemitério Israelita de Macapá, anexo ao cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Os dados até o momento dão conta que a inauguração do Cemitério Nossa Senhora da Conceição ocorreu em 1948, realizada por Serra e Silva. Antes da inauguração deste, o Major Eliezer Levy conclui a construção da Capela do Cemitério em 1932, durante sua gestão como intendente da cidade. Porém, em visita pela região para o levantamento dos cemitérios judeus da região norte, o casal Egon e Frieda Wolff (1983) registraram um cemitério judeu fundado em 1894, mas não o menciona diretamente como sendo o anexo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

do Cemitério Nossa Senhora da Conceição, esta mesma data também está presente nas pesquisas de Samuel Benchimol.

Em “Judeus no Brasil: estudos e Notas”, Falbel (2008) fala sobre a atuação do judeu Major Eliezer Levy como intendente de Macapá e depois como prefeito. Eliezer Levy desempenhou ação relevante na articulação para criação do Estado de Israel, em Macapá foi responsável por fazer obras importantes, como a construção trapiche, que atualmente leva o seu nome, além da construção da capela do Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição. Diante dessas evidências levantamos a hipótese que Eliezer Levy foi um dos responsáveis pela consolidação dos processos de secularização dos cemitérios públicos em Macapá, ao passo que abre caminho para a inauguração do primeiro cemitério secular do estado do Amapá. Em meio a este processo é também oficializado o Cemitério Israelita, que segundo os dados do inventário realizado por Egon e Frieda Wolff já existia desde 1894, mas de forma não oficial.

### **Resultados preliminares**

A vinda dos judeus para a Amazônia possui fatores de repulsão e atração, e, aqui alocados, estes povos foram importantes para a interiorização da Amazônia, crescimento de cidades interioranas e fortalecimento da fronteira do território nacional. Os judeus trouxeram consigo o estigma carregado de séculos anteriores; aqui sofreram perseguições no início de sua fixação na região, mas sem comparação ao que eles viveram na Europa e no Marrocos.

Os judeus, ao chegarem, procuraram se adaptar à região, mas continuaram com suas tradições seculares, inclusive os seus ritos funerários. Essas tradições, inegavelmente, receberam influências das tradições locais, mas também influenciaram em muitos aspectos. O Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição pode ser considerado como símbolo dessa influência judaica. Primeiro por sua edificação se dar em um espaço que já servia de cemitério para os judeus. O início das obras para torná-lo de fato um

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

cemitério público tem curso no governo de um judeu, Major Eliezer Levy. A própria fachada do cemitério com arquitetura judaica, característica não visto em outros cemitérios seculares no Brasil e em países que têm cemitérios judeus anexos a cemitérios católicos ou seculares. Logo, tal fato tomo como um indício da influência dos judeus na sociedade amapaense.

Em Macapá, os judeus ainda não possuem uma sinagoga, os cultos ainda são realizados de forma domésticos nas casas dos familiares. Ao conhecer a cultura judaica, é possível entender um pouco sobre o porquê de os judeus darem importância a convivência em comunidade e o fortalecimento do núcleo familiar. Essa tradição foi fundamental para esses povos superarem os momentos difíceis que passaram na Amazônia durante a crise da borracha. A preocupação de perpetuarem as tradições são perceptíveis nos espaços cemiteriais.

Destaco que estes são apenas resultados preliminares, haja vista que a pesquisa está em andamento. Nesse primeiro momento, fiz o levantamento bibliográfico e fotográfico do cemitério em questão, bem como a construção da planta-baixa do mesmo. Entendo que os judeus tiveram importância no desenvolvimento da cidade e com este trabalho esperamos contribuir para melhor compreensão dos processos históricos que levaram a imigração dos judeus para o Amapá, compreender suas tradições, especialmente seus ritos fúnebres, assim como a relação da comunidade com a cidade de Macapá.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BENCHIMOL, Samuel. *Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia*. Editora Valer. Manaus; 1998.

CYMBALISTA, Renato. *A cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. Editora Fapesp; 2002.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. *O Homem e suas representações sobre a Morte e o Morrer: um percurso histórico. Revista Saber Acadêmico.* São Paulo: vol. 6, p. 73-80, 2008.

FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: estudos e notas.* Humanitas, São Paulo; 2008.

HELLER, R. J. *Judeus do Eldorado: reinventando uma identidade em plena Amazônia.* Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

ORO, Ari Pedro. *A Laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações.* Civitas – Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre: vol. 11, p. 221-237; 2011.

REIS, João José Ferreira. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VALADARES, Paulo. *Os primeiros judeus de São Paulo: uma breve história contada através do Cemitério Israelita de Vila Mariana.* Fraiha, 2009.

WOLFF, Egon e Frieda. *Sepulturas de Israelitas – II. Uma pesquisa em mais de trinta cemitérios não israelitas.* Rio de Janeiro; 1983.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**A ESPACIALIZAÇÃO DAS IGREJAS EM PIRES DO RIO E OS PONTOS DE  
CONFLITO**

Helianne da Costa Gondin (UEG)<sup>1</sup>  
Cristiane Dias (UEG)<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho traz uma análise da distribuição espacial das igrejas em algumas áreas de Pires do Rio - GO. Estabeleceu-se, uma reflexão sobre religião dentro da geografia da religião, seguindo breve histórico destacando a religiosidade do povo, instalação e propagação protestante no Brasil e Goiás. Faz-se analogia entre sagrado e profano, suas relações com o espaço. Também uma definição de território e territorialidade enfocando a identificação dos templos no território onde estão inseridos, destacando estratégias e conflitos presentes. Além da relação de poder na intenção da disputa pelo espaço ou por fiéis. Enfocam-se dados censitários para entender o novo desenho da realidade religiosa. Questões econômicas e sociais nas quais as igrejas estão imersas receberam destaque. Recorre-se a pesquisas bibliográficas para embasamento teórico, trabalhos de campo localizando os templos e análise dos censos do IBGE acompanhando evolução das religiões. Assim os territórios e as relações onde os templos se inserem foram transformados.

**Palavras-chave:** Religião; Igreja; Disputa; Sagrado.

### **Introdução**

A ideia que o termo religião traz, é a da existência de seres superiores regendo o mundo. Assim, desde os primórdios, com os antigos Gregos e Romanos, a crença passa a fazer parte do cotidiano dos seres humanos. No decorrer dos anos, a religião tem se tornado um fenômeno que excita a curiosidade do homem. A ciência, por sua vez, tem

<sup>1</sup> Licenciada Plena em Geografia, pela Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Pires do Rio-Goiás. Pós-Graduada em Formação Docente Interdisciplinar: Diversidades Goianas. Email: heliannegondin01@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, professora da Universidade Estadual de Goiás- Câmpus Pires do Rio. Email: diaschiristian3@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

tentado entendê-la e explicá-la, porém é um desafio. Vem como instrumento para se chegar à verdade absoluta e a religião com uma infinidade de possibilidades.

Como a maioria dos brasileiros, que tem a característica da religiosidade, e por observar as mudanças espaciais, em decorrência da abertura de novos templos a cada dia, principalmente na cidade de Pires do Rio, surgiu à ideia de desenvolver um trabalho científico, que nos leve a encontrar respostas para as seguintes indagações: igrejas com doutrinas distintas, territorialmente muito próximas, podem gerar conflitos? Em alguns bairros da cidade de Pires do Rio há uma grande concentração de igrejas, em outros não? Porque isso ocorre? Há relação entre poder econômico e religioso? Quais as relações são estabelecidas entre a religião, a sociedade e o território?

A presente pesquisa tem como intuito ajudar a despertar o interesse de novos pesquisadores pelo tema, pois este tem se tornado importante, já que a cada dia surgem novos templos modificando o território. Além de nos levar a refletir sobre as mudanças ocorridas no território, a partir do surgimento dos templos, isso como prejudicial ou benéfico para a sociedade como um todo e o destaque que se dá a religiosidade do povo.

Temos como objetivo analisar a distribuição espacial das igrejas em Pires do Rio - GO, observando importância da religião para o povo brasileiro e goiano e se o local onde estão alguns templos religiosos podem ser pontos de conflitos ou geoestratégicos para atrair fiéis. Tendo em vista é claro, que a espacialização, a concretização da igreja é realizada por pessoas e esse se torna o centro da nossa discussão.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, recorreremos a pesquisas bibliográficas, para fazer um apanhado histórico a cerca da importância da religião para o homem. Contamos com a realização de trabalhos de campo nos perímetros para observar e destacar a localização geográfica de algumas igrejas em Pires do Rio, verificando assim, se a sua localização é estratégica e se essa pode ou não gerar conflitos. Foram somente pontos de amostragem para comprovar que muitas vezes que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

as igrejas têm seus templos construídos em locais estratégicos para atrair mais fiéis, chegando a disputar o espaço com outras igrejas. Por fim a análise de dados do IBGE que dá destaque à expansão das igrejas evangélicas dentro do território brasileiro.

### **Breve histórico do protestantismo no Brasil e em Goiás**

O catolicismo foi à religião oficial do Brasil durante aproximadamente três séculos e meio. Em meados do XIX, com a chegada de alguns missionários vindos do EUA e da Europa, o tradicionalismo da igreja católica se vê abalado, por uma nova vertente, que representava o liberalismo e o progresso.

O protestantismo trazia além de concorrência a igreja católica, a ameaça à identidade e a tradição da mesma. Os representantes da hierarquia católica procuravam desenvolver ações para orientar os fiéis ao mínimo de contato com o discurso protestante. Porém essas ações só aumentaram a concorrência religiosa. Enquanto a igreja católica procurava coibir a ação dos protestantes, esses desenvolviam métodos de expandir suas doutrinas e seus ensinamentos. Começaram a editar e traduzir a bíblia e fazer o trabalho de colportagem, ir de porta em porta pregando o evangelho, isso fez com que o protestantismo se propagasse pelo estado. Assim essa religião se firma no Brasil e em Goiás.

Esse trabalho de colportagem, das igrejas evangélicas evoluiu. E passou da forma “primitiva”, de porta-a-porta, para a modernidade. Assim passaram a investir pesado nas tecnologias de comunicação e na mídia, levando os programas religiosos, os shows de fé para dentro das casas dos brasileiros. A igreja católica por sua vez passou a também usar esse mecanismo mesmo que de forma mais discreta e recente. Essa inserção na mídia tem ajudado os evangélicos a se firmarem e a expandir.

Ao se inserir no território brasileiro e em seguida em Goiás, o movimento protestante só tem ganhado forças e um número considerável de igrejas evangélicas,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

sejam elas de qual for à denominação, tem surgido a cada instante, elevando cada vez mais o número de fiéis.

Segundo o censo de 2010, há um declínio da população católica, no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás, como observado nos gráficos abaixo.

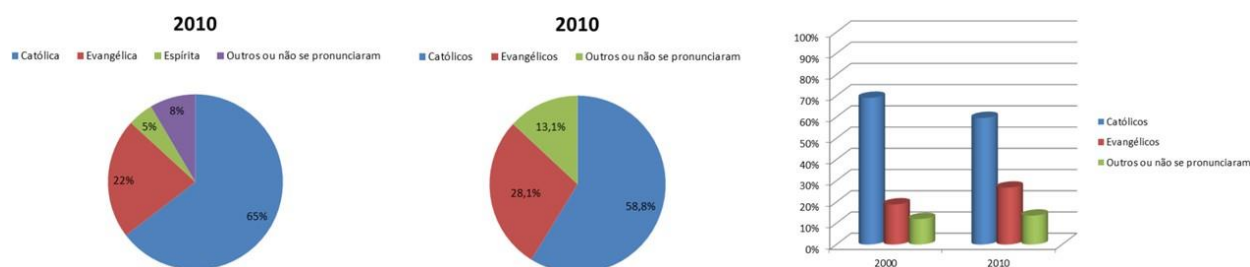


Figura 1: População Católica, Evangélica e Espírita no Brasil, em Goiás e no Centro-Oeste.

Um estudo realizado em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostra que, são abertas 12 igrejas a cada dia, duas por hora. Esse número seria ainda maior se os templos da mesma denominação fossem contabilizados. Uma igreja pode, por exemplo, ter uma sede e vários outros templos distribuídos na mesma cidade e esses não são contados.

Esses fatos citados acima chamam nossa atenção, é então que observando as transformações que espaço tem sofrido, seja na construção de prédios, casas e outros, que trabalharemos com a distribuição das igrejas no território e suas influências. Haja vista a relação de poder e estratégia que o território nos traz. Assim sendo “a religião cria territórios religiosos com o objetivo de (...) controlar objetos e coisas” (TERRA 2010, p. 93).

Nesse contexto nos lançamos a campo para identificar e destacar a localização das igrejas em algumas áreas de Pires do Rio. Alguns bairros e algumas avenidas estratégicas foram destacados.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Territorialização de alguns templos religiosos em Pires do Rio**

Alguns bairros da cidade de Pires do Rio nos chamam atenção, sendo alguns pela quantidade de templos religiosos e pela proximidade dos mesmos e outros quase não têm essa presença ou ainda, nem existe igrejas em suas imediações. Sendo assim surge a curiosidade de se estudar tal fato. Então partimos para uma inspeção em loco.

O primeiro bairro que visitamos foi o Parque Santana, esse foi escolhido devido à questão econômica, ele ganha destaque por ser um bairro qualificado como de baixa renda. Ao percorrermos as suas ruas encontramos a presença de sete templos, sendo um católico e todos os outros evangélicos. O que mais nos chamou a atenção foi à proximidade de cada um deles.

Na Rua 24 existem quatro templos, a Assembleia de Deus Ministério Madureira, a Adventista do Sétimo Dia na esquina com a Rua 08, a Igreja Só o Senhor é Deus e a Comunidade Cristã Pentecostal Novo Tempo. Na Rua 08 está situada a Igreja Católica Santana, bem em frente a Adventista. Na Rua 07, esquina com a Rua 06, temos a Assembleia de Deus e na Rua 05 Assembleia de Deus Catedral dos Milagres. Estas são as ruas preferenciais para os motoristas que trafegam no bairro, tem uma movimentação populacional maior.

Ao percorrermos esse bairro surgiu uma dúvida. Porque de tantas igrejas em bairro mais pobre? Será que o mesmo fato ocorria em bairros mais ricos? Foi então que selecionamos outros bairros de destaque na cidade, colocados como de alto nível social, residem nesse, pessoas com alto poder aquisitivo e as infraestruturas das casas denunciam que o poder aquisitivo das pessoas que ali residem são maiores que do Parque Santana. Um deles é o Setor dos Bancários e o outro o Centro, mais nas proximidades da Praça Central.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Observando os dados coletados no Setor dos Bancários notamos que não há a presença de igreja. No Centro (onde se localizam os maiores estabelecimentos comerciais e bancários de Pires do Rio) só existem, uma católica e a outra evangélica. A Matriz Sagrado Coração de Jesus e próxima ao Banco do Brasil a Igreja Adventista do Sétimo Dia, as quais se distanciam duas quadras uma da outra, não tendo nenhum contato. Seus templos são antigos e existem a mais três décadas nos locais, a Matriz, por exemplo, foi construída no período de fundação do município.

Fazendo uma análise desses dados e levando em consideração a teoria de Marx e de Bordieu, nos é possível estabelecer uma relação entre a questão econômica e o religioso. É evidente a presença maior de templos religiosos nos bairros menos favorecidos economicamente. Uma forma talvez de deixar mais clara à frase: “A religião é o suspiro da criatura oprimida” (MARX apud LEÃO 2015, p.17). Porém pensando na mesma linha de Weber e fazendo uma relação, com a reforma protestante, a revolução industrial e o desenvolvimento capitalista, é possível pensar que essas igrejas ali se instalam para que seus fieis tenham a possibilidade de melhorar economicamente.

O paralelo é que enquanto para Weber o protestantismo tradicional liberou o cidadão comum cristão da culpa católica de acumulação privada de capital, segundo a abordagem a ser testada, as novas seitas pentecostais liberaram a acumulação privada de capital através da igreja (NERI 2011, p. 43).

Além desse aspecto outro ponto ficou muito evidenciado, enquanto a posição geográfica, dos templos no Parque Santana, foi a possível geração de conflitos, pois são muito próximos, podendo causar problemas um ao outro e também para as residências bem próximas, já que estes são bairros residenciais, no que diz respeito ao barulho.

Os cultos religiosos nessas igrejas geralmente acontecem no mesmo horário, há então uma espécie de disputa, ou demarcação de território, para tanto, os volumes dos aparelhos de sons são bastante elevados, para que todos nas proximidades ouçam a Boa

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Nova que é anunciada. O ponto de maior conflito percebido nesse território foi a instalação de um templo, com a doutrina totalmente diferente, de frente para o outro. Aqui se aplica a afirmação de (TERRA 2010, p.98): “o território sagrado surge para atender a demanda de fiéis”.

Seguindo com nossa pesquisa, outro ponto nos chama atenção, uma presença muito grande de templos nas principais avenidas da cidade. Aqui observa a Pedro Mazão e a Egídio Francisco Rodrigues. “Ao se localizar em áreas em que a circulação de pedestres e automóveis é intensa dá visibilidade à igreja, fazendo com que ela cresça e se consolide no local instalado” (OLIVEIRA 2012, p. 156).

Iniciando na Avenida Predo Mazão e fazendo esquina com a Avenida Castelo Branco, está a Igreja Pentecostal Casa da Fé, logo mais a frente à Igreja Pentecostal O Alvorecer de Jesus, em seguida a Igreja Batista da Adoração, depois a Igreja Assembleia de Deus Catedral dos Milagres e por fim a Nova Aliança. Vale ressaltar que no presente momento optamos por analisar essa avenida até o entroncamento com a pista de caminhada, pois esta será trabalhada posteriormente. Somando-se nessa região cinco igrejas, todas evangélicas.

Essa é uma avenida de grande fluxo de automóveis, caminhões, motocicletas, bicicletas e pedestres, por ela são escoados vários produtos, dá acesso ao bairro central onde está instalado maior parte dos comércios locais, sendo ela muito importante, pois permeia toda a cidade de Pires do Rio. Assim nesse território fica evidenciada a questão estratégica de instalação desses templos, pois é uma das mais importantes do município.

Por último mais não menos importante, a Avenida Egídio Francisco Rodrigues onde estão estabelecidas cinco igrejas. Sendo quatro evangélicas e uma católica. No início da Avenida a Igreja Deus é Amor, mais adiante a Igreja Mundial do Poder de Deus ficando de frente a Igreja Nossa Senhora Aparecida (esta a várias décadas neste

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

local), depois a Igreja Universal do Reino de Deus e por fim a Igreja de Cristo (esta várias décadas neste local e foi primeira igreja evangélica da cidade).

Essa é uma das avenidas mais antigas do município, onde há um fluxo considerável de pessoas e nela também se situam vários pontos comerciais, as três maiores escolas públicas do município, sendo duas estaduais com segunda fase do ensino fundamental e outra de ensino médio e uma municipal, movimentando ainda mais esse território, atraindo pessoas de todos os lados da cidade. Tendo em vista esse aspecto, observamos que se instalar nessa região é bastante estratégico.

Como ponto de conflito temos a Igreja Mundial de frente a Igreja Nossa Senhora Aparecida, com princípios totalmente distintos, uma repudiando a devoção aos santos e a Nossa Senhora e a outra com uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, a qual dá nome à igreja, colocada bem na parte frontal do templo. São perceptíveis os olhares e comentários feitos nas portas das duas igrejas, como se quisessem delimitar o seu território.

Outro problema, o barulho. Durante as celebrações há rituais que demandam silêncio e outros que podem apresentar maior intensidade de barulho, no entanto em momentos alternados uma igreja atrapalha a outra, pois os eventos religiosos em sua maioria acontecem no mesmo horário. Porém esse, não é o maior conflito gerado, o que mais causa incômodo é o estacionamento, ou melhor, a falta dele. As vagas para estacionar os carros nas proximidades dos templos são disputadas pelos dois grupos de fiéis, pois como já citado, os horários coincidem, esse fato rompe com um costume da comunidade mais antiga, de estacionar seus carros na quadra onde está situada a igreja.

A lógica de instalação das igrejas que deve ser destacada: elas se instalam em áreas de fácil acesso, servidas por linhas de ônibus e/ou por ruas e avenidas de fluxos rápidos e com facilidade de estacionamento, atendendo tanto os que possuem meios próprios de transporte quanto os que não possuem, facilitando, assim, o acesso dos fiéis, tornando-se um ponto positivo e de atração (OLIVEIRA 2012, p156).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Esse fato nos leva a pensar a religião como um paliativo, ou uma forma de aceitação para os problemas econômicos da sociedade. “Dados demonstram claramente que a velha pobreza brasileira continua católica, enquanto a nova pobreza estaria migrando para novas religiões, principalmente as pentecostais” (NERI 2011, p. 44).

Nos é possível compreender porque as igrejas se fixam em territórios tão próximos, como por exemplo, no Parque Santana, com várias ruas a maior parte dos templos se fixaram em uma só. Isso ocorre também nas proximidades da pista de caminhada e na Avenida Egídio.

O desejo de poder, de dominar a clientela – os fiéis – possui abrigo certo no coração do homem, fazendo com que ele sustente uma guerra contra outras igrejas. Percebe-se, então, que esta lógica político-espacial adotada pelas igrejas possui objetivos claros, que são de controle do espaço e das pessoas. É nesta poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas, ampliando muitas vezes o controle sobre espaços, que a religião se estrutura enquanto instituição (OLIVEIRA 2012, p. 151).

Outro aspecto foi notado quando percorremos a cidade de Pires do Rio – GO, pontuando as igrejas, todas as católicas já nasceram como igrejas, ou seja, houve à compra ou doação do terreno para ali construírem seus templos. No caso das igrejas evangélicas, elas se instalam em salas comerciais, o que antes era um supermercado, um restaurante, uma lanchonete e tantos outros comércios, hoje se transformou em igreja, isso na maioria delas. Isso advém da relação que se tem com o território, para os católicos é preciso se construir um templo já o tornando sagrado e os evangélicos partem do sentido que o território se torna sagrado, quando há uma ação divina ali. “Sagrado e profano constituem duas modalidades de ser no Mundo. Os modos de ser sagrado ou profano dependem das diferentes posições que o homem conquistou” (ELIADE 2001, p. 20).

Nesse sentido, todas as igrejas são templos sagrados, ou seja, espaço sagrado no qual o homem religioso pode aproximar os laços que o une com os seus deuses ou Deus.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Alguns líderes de determinados segmentos religiosos, no entanto, tentam profanar os espaços sagrados de outras igrejas. Assim “a tentativa de profanação de espaços se justifica, pois quanto mais contundentes forem os ataques contra outras denominações, mais fortes ficarão as que atacam” (OLIVEIRA 2012, p. 151). Apesar de representarem o sagrado, pregar humildade, caridade, honestidade, tolerância e acima de tudo o amor ao próximo, ao se estudar a religião descobrimos que as igrejas são constituídas por homens e esses estão passíveis a erros.

### **Considerações finais**

Tentado demonstrar a importância da religiosidade para o povo brasileiro e goiano, o histórico da instalação e propagação do protestantismo no país e no estado nos foi de grande valia. Haja visto que saber de onde provém nossa religiosidade é de suma importância, no entendimento dos novos desenhos religiosos que surgiram nas últimas décadas. Assim os dados censitários do IBGE tornaram-se bastante importantes, pois nos ajudaram em uma leitura dinâmica dos acontecimentos dentro de cada ramo religioso.

Além desses aspectos, outro que nos chama atenção é a relação de domínio ou poder exercido pelas igrejas sobre determinados territórios. Assim boa parte delas se instalam próximas uma das outras e em pontos estratégicos, para buscar ou disputar clientela.

Através dessas discussões realizadas ao longo do trabalho, compreendemos que essas não se encerram aqui, ao contrário, elas permitem a abertura para novos debates capazes de enriquecer ainda mais os conhecimentos sobre o tema.

### **Referências bibliográficas**



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. **História do Protestantismo em Goiás (1890 – 1940)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFG, Goiânia, 2004.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano : a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=censodemog2010\\_religiao](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=censodemog2010_religiao)>. Acesso em: 20 out. 2016.

LAMEGO, Mariana. **A Territorialidade da Igreja Católica no Estado de Minas Gerais**. In: Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 17-18; P. 119-127, Jan./Dez. de 2004.

LEÃO, Rodrigo Augusto. **Teoria Sociológica Clássica: O fenômeno religioso em Durkeim, Marx e Weber**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano VIII, n. 22, 2015. 21.

MATA, Sérgio da. Introdução. In: **História e Religião**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NERI, Marcelo Côrtes. **Novo Mapa das Religiões**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2011. Disponível em: <<http://cps.fgv.br/pesquisas/novo-mapa-das-religoes>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. Espaço e Religião, **Sagrado e Profano: Uma Contribuição para a Geografia da Religião do Movimento Pentecostal**. In: Caderno

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, N. 34, V.2, P. 135-161, Ago./Dez. de 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2036>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

PEREIRA, ClevissonJunior. **GEOGRAFIA DA RELIGIÃO: UM OLHAR PANORÂMICO.** 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30414>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SILVA, Alex Sandro da. Religião & Espacialização: **O caso da Igreja Internacional da Graça de Deus**, MEC – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós Graduação em Geografia – Mestrado e Doutorado. Disponível em: <[http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24183/religiao\\_espacializacao\\_caso\\_iigd.pdf?sequence=1](http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24183/religiao_espacializacao_caso_iigd.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SILVA, Oseás Barbosa da & GOMES, Uene José. Religião e Conflitos Sociais. In: **Fragments de Cultura.** Editora da UCG, v. 9, n. 3, Goiânia, 1999.

TERRA, Ana Carolina Lobo. **Território e Territorialidade: A Dinâmica Espacial das Dioceses Fluminenses e Capixabas.** In: Espaço e Cultura, UERJ, N. 28, P. 93-105, Jul./Dez. de 2010.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A PRÁTICA DO ESPIRITISMO EM PORANGATU:  
INVISIBILIDADE E SILENCIAMENTO**

Léo Carrer Nogueira (UEG)<sup>1</sup>

**Resumo:** Nos últimos anos, a presença das religiões espiritualistas nos espaços urbanos acaba se tornando um fator de instabilidade frente às religiões majoritárias, notoriamente as religiões cristãs. Neste trabalho, objetivamos analisar estas relações religiosas em um espaço urbano interiorano: a cidade de Porangatu. Procuramos analisar a presença do espiritismo kardecista e como ele sofre pressão das religiões cristãs, majoritárias na cidade. Neste sentido, entendemos ser de fundamental importância um estudo realizado de dentro para fora, ou seja, que leve em consideração primeiramente os próprios integrantes desta religião e procure resgatar suas memórias e sua história de vida, além da sua própria visão do culto e da religião que praticam. Como resultados parciais, concluímos que a identidade religiosa dos frequentadores de centros espíritas acaba fazendo com que eles assumam uma posição de quase invisibilidade, não assumindo sua religiosidade publicamente com receio de serem alvos de preconceitos e hostilizações por parte dos membros das religiões cristãs.

**Palavras-chave:** Espiritismo; Porangatu; intolerância religiosa.

### **Introdução**

Os conflitos religiosos são uma prática que vem crescendo bastante nos últimos anos. Neste breve ensaio, resultado de um projeto de pesquisa ainda em andamento, pretendemos analisar práticas de preconceito para com o espiritismo na cidade de Porangatu. Por ser uma religião minoritária na cidade, esta religião sofre um processo de invisibilidade e silenciamento por parte dos segmentos católico-evangélicos, religiões majoritárias.

Assim, procuraremos analisar, na bibliografia teórica, o conceito de intolerância religiosa e como ele é desenvolvido para explicar as disputas em um mercado religioso cada vez mais competitivo e concorrido nas sociedades modernas, para a seguir, tecer

---

<sup>1</sup>Doutor em História pela UFG, docente da UEG Campus Porangatu. Contato: leo.carrer@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

algumas breves e ainda introdutórias análises a respeito da presença da religião espírita na cidade de Porangatu.

### **Conflitos religiosos na modernidade**

O conceito de tolerância religiosa está ligado à noção de liberdade religiosa, que por sua vez remete à própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, escrita em 1948. Em seu artigo 18, a Declaração define que

Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular<sup>2</sup>.

Estas noções influenciaram a construção de grande parte das Constituições Nacionais de vários países do mundo, inclusive a do Brasil, promulgada em 1988. Esta, em seu artigo 5º, incisos VI a VIII, define e assegura, a todos os cidadãos do país: liberdade de consciência, de crença, de culto e de organização religiosa (REIMER, 2013, p. 82).

No entanto, mesmo que do ponto de vista jurídico busque-se assegurar o direito à liberdade religiosa, é comum presenciarmos cenas de conflitos entre diferentes denominações religiosas. Nos últimos anos, por exemplo, segundo dados do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (Ceplir), as denúncias de discriminação por motivo religioso no Brasil cresceram 4960% nos últimos cinco anos só no Rio de Janeiro (ROZA, 2017).

Devemos, portanto, buscar compreender as causas que levam a estes casos de intolerância religiosa. Primeiramente devemos compreender como se dá a construção das

<sup>2</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos, disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm). Acesso em: 29/05/2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

diferentes identidades sociais e culturais no interior de uma determinada sociedade. Ser pertencente a uma determinada nação é um dos fatores que auxiliam na construção de nossa identidade, mas não é o único. No interior dela, inúmeras outras identidades se formam, a partir do momento que nos identificamos como pertencentes a determinados grupos. Na medida em que nos identificamos como pertencentes a um grupo, significa dizer que criamos também um processo de diferenciação em relação aos “outros”, ou seja, a todos aqueles que não pertencem àquele grupo. É nesta negociação entre nós e os outros que são construídas nossas identidades sociais.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 5).

Stuart Hall (2011), em seu clássico livro sobre “A identidade cultural na Pós-Modernidade” já demonstrou como o processo de descentramento do sujeito tem contribuído para a formação de novas identidades no seio das sociedades nacionais. Como afirmou Pollak, estas identidades já não são essências, mas sim variáveis, cambiáveis e podem ser acionadas de acordo com as diferentes situações do dia-a-dia. Assim também ocorre com as próprias identidades religiosas, especialmente nos casos de religiosidades híbridas, como as de origem africanas.

As próprias religiões africanas, originárias de sociedades ditas “tradicionais”, sofreram um longo processo de ressignificações e adaptações no Brasil, dando origem a novas práticas religiosas inteiramente híbridas, e que, a partir do século XX, integram-se ao quadro religioso brasileiro como novas opções a disputar fiéis no já concorrido mercado religioso brasileiro (PRANDI, 2004). Neste mercado disputam espaço, além das já referidas religiões afro, o catolicismo, o protestantismo em suas diversas vertentes e o



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

espiritismo de origem kardecista, que chega ao Brasil em meados do século XIX. A ideia de mercado religioso é defendida por autores como Rodney Stark e Laurence Iannaccone (1992), e parte da premissa de que, na sociedade moderna, em que há uma grande pluralidade religiosa, as instituições religiosas acabam criando uma concorrência entre si na disputa por fiéis, devendo ser analisadas portanto como uma verdadeira economia religiosa:

O maior número de grupos religiosos atuantes num determinado território, por sua vez, tende a acirrar a concorrência por sobrevivência e por mercado, compelindo-os a mobilizar seus agentes leigos e eclesiásticos, a exigir deles maior compromisso, dedicação e ativismo militante, a estimular o empreendedorismo, a optar por empregar técnicas e estratégias de evangelismo mais atraentes e eficazes e a adaptar-se às demandas de leigos e virtuais adeptos. Quanto maior o pluralismo, postula Stark (1997, p. 17), mais os grupos religiosos se especializarão no atendimento de diferentes demandas. Isto é, o pluralismo e o conseqüente acirramento da competição tendem a aumentar o volume, a diversificar e a melhorar o conjunto de bens e serviços produzidos e ofertados pelos provedores religiosos e, dessa forma, a ampliar a probabilidade de atender aos interesses, às necessidades e às preferências dos distintos nichos e demandas do mercado, resultando na ampliação do recrutamento de novos fiéis (MARIANO, 2008, p. 49).

Este é um dos principais efeitos da pluralidade religiosa nas sociedades modernas: a concorrência entre diferentes agentes religiosos na busca por fiéis. A liberdade religiosa, garantida por lei nestas sociedades, acaba possibilitando um trânsito religioso de fiéis, que escolhem suas práticas religiosas de acordo com seus interesses pessoais. Apesar de haver inúmeras pressões envolvidas nesta escolha (familiares, sociais, etc.), já não há mais uma imposição política para que sigam esta ou aquela religião como acontecia no passado.

Nas sociedades modernas, a crença e a participação religiosas são "assunto de opção pessoal": são assuntos particulares, que dependem da consciência individual e que nenhuma instituição religiosa ou política podem impor a quem quer que seja. Inversamente, a pertença religiosa de um indivíduo e suas crenças não podem constituir um motivo válido para

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

excluí-lo da vida social, profissional ou política, na medida em que elas não põem em questão as regras de direito que regem o exercício dessas diferentes atividades (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 34).

Como define Hervieu-Léger acima, não se pode, nas sociedades modernas, excluir um indivíduo da vida social ou profissional por sua escolha religiosa. No Brasil, por exemplo, isto é garantido pela Constituição, como vimos acima. No entanto, o que percebemos é que, em relação a algumas denominações religiosas, existem ainda certos preconceitos ou estereótipos formados, que levam a atitudes de intolerância religiosa. Estes preconceitos são formados na relação entre diferentes grupos religiosos. Como vimos até agora, na sociedade moderna há a existência de diferentes grupos identitários religiosos, o que leva à formação de um mercado religioso extremamente competitivo.

Esta concorrência religiosa é o que pode levar, em alguns casos, a atitudes extremas de inferiorização e negativização do “outro”. Tais atitudes ocorrem, principalmente, entre grupos fundamentalistas. Segundo Ivo Pedro Oro (1996), o fundamentalismo pode ser definido pela leitura literal de um livro religioso, que no caso seria o “fundamento”. Aquele fundamento se torna o único código moral válido e aceito pelo grupo, e toda a religião é estruturada em torno dos ensinamentos contidos neste livro sagrado, interpretados de forma quase literal. Como consequência, aqueles que não seguem os fundamentos contidos neste livro além de serem excluídos do grupo, são ainda inferiorizados, criando-se assim uma batalha espiritual entre o Nós e os Outros:

Os outros, a grande maioria, são apóstatas, moralmente pervertidos, arrastados pelo mundo. Enquanto o “nós” (fundamentalistas) constitui o resto fiel aos princípios fundamentais e imutáveis (contidos na Bíblia). (...) Os outros, que não estão no caminho da salvação e (não) aderem à verdade, são o inimigo. (...) Aqueles inimigos são demonizados. Não estão com a verdade. Estão sendo seduzidos e guiados pelo demônio. E como Satanás está solto, é preciso lutar e combater (ORO, 1996, p. 128).

Esta é a raiz do combate existente por parte de algumas denominações neopentecostais a religiões espiritualistas, especialmente as de cunho afro-brasileiro. Para

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

a maior parte dos segmentos evangélicos pentecostais, os outros grupos religiosos são considerados inferiores, “perdidos”, e que, portanto, devem ser salvos. Aqueles que não puderem ser salvos devem ser combatidos, pois podem contaminar aos demais com suas visões demoníacas.

A partir desta perspectiva consideramos que a constituição da identidade evangélico-pentecostal predica a violência simbólica – e, vez por outra, física – no trato com o outro na medida em que apregoando a mensagem da Salvação o crente é obrigado a convencer seu interlocutor de sua Perdição. A mensagem da Perdição antecede necessariamente a mensagem da Salvação. No trabalho do convencimento, por meio do discurso, o evangélico-pentecostal realiza a negatização semântica das práticas religiosas que não coadunam com sua visão de mundo. Desse modo a manifestação de intolerância por parte dos evangélicos se configuraria como uma manifestação de sua religiosidade própria e não seria entendida pelo evangélico-pentecostal (agente de subalternização) como um ato execrável de desrespeito, mas, antes, como um mandamento basilar que, de acordo com seu modo de ver, quando efetivado, poderá ser a última chance de salvação para o “perdido pecador”. O evangélico-pentecostal crê não estar aberto às influências de outros discursos religiosos, sendo que sua postura monotópica em relação à verdade espiritual arrefece o diálogo e a convivência pautada no respeito com outras religiões e formas de religiosidades (RAMOS, 2009, p. 4-5).

A noção de “batalha espiritual” portanto, assentada na leitura bíblica, literal e imutável, é o que move os grupos fundamentalistas pentecostais. Como cristãos, devem exercer diariamente a luta contra as hostes do mal, combatendo o demônio onde quer que esteja e tentando salvar o máximo possível de pessoas. Neste universo espiritual, os outros grupos religiosos são identificados como agentes demoníacos por excelência, especialmente os grupos religiosos espiritualistas, incluindo aí o Espiritismo de origem kardecista e as religiões afro-brasileiras.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Conclusão: o Espiritismo em Porangatu**

Em Porangatu o Espiritismo apresenta um modesto grupo, em relação às outras denominações religiosas. O Núcleo Espírita Bezerra de Menezes foi fundado na cidade em 1963, por um grupo de espíritas que chegavam à cidade. Segundo o último Censo do IBGE, a cidade é composta majoritariamente por adeptos da religião católica (70%), seguido de evangélicos (23%). Os espíritas representam apenas 0,8% da população total da cidade: são apenas 319 adeptos, segundo o último censo do IBGE (2010). Não há registro de adeptos de outras religiosidades na cidade.

**Tabela 1 – População Residente por Religião, Porangatu (2010)**

Católicos	Evangélicos	Espíritas	Total da População
29.728	9.818	319	42.355
70,2%	23,2%	0,8%	100%

Fonte: Censo do IBGE sobre Porangatu, 2010<sup>3</sup>.

Este quadro demonstra bem as dificuldades de se desenvolver a religião espírita diante de um número tão expressivo de praticantes das chamadas “religiões majoritárias”, Católicos e Evangélicos. O desconhecimento a respeito do que é o espiritismo, quais suas características e crenças leva muitas vezes a atitudes de preconceito, especialmente pela associação desta religião a outras práticas, como a das religiões afro-brasileiras. Este é apontado, aliás, como a principal fonte de preconceitos com a religião espírita na cidade. Muitos os acusam de práticas demoníacas, associando-os ainda com elementos das religiões afro-brasileiras, como uso de velas, bebidas alcólicas, charutos, etc. Pelo que pudemos apurar até o momento, na fala dos próprios praticantes do espiritismo na cidade é atestado o preconceito por parte dos segmentos cristãos (GOMES; SILVA, 2013), mas ainda devemos aprofundar os estudos para uma melhor caracterização.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/porangatu/panorama>. Acesso em: 30/05/2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**Referências bibliográficas**

GOMES, Geilany F.; SILVA, Janaína B. **Núcleo Espírita Bezerra de Menezes e sua inserção na sociedade de Porangatu-GO**. Monografia (Graduação em História). Porangatu: UEG, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARIANO, Ricardo. Usos e limites da teoria da escolha racional da religião. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2, novembro, 2008.

OLIVEIRA, Lívio Luis S.; CORTES, Renan X.; BALBINOTTO NETO, Giacomio. A economia da Religião e seus fundamentos: teste de um modelo de escolha religiosa. **Estudos Econômicos**, 41(4), outubro/dezembro, 2011.

ORO, Ivo Pedro. **O Outro é o Demônio** – uma análise sociológica do fundamentalismo. São Paulo: Paulus, 1996.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 05, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados** 18(52), 2004.

RAMOS, Marcos Paulo M. Cantos de Guerra, parousia e a grande comissão: aspectos da configuração identitária evangélico-pentecostal. **Anais do II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG**. Goiânia: UFG, 2009.

REIMER, Haroldo. **Liberdade religiosa na História e nas constituições do Brasil**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2013.

RIBEIRO, Wesley S. **Intolerância Religiosa e violência frente às práticas religiosas no Brasil no século XXI**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Goiânia: PUC-GO, 2017.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ROZA, Gabriele. Destruir terreiros de religiões de matriz africana é a nova “guerra santa” no Brasil. **El País Brasil**. Notícia de 03/11/2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/03/politica/1509708790\\_213116.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/03/politica/1509708790_213116.html). Acesso em: 28/11/2017

SOUZA, Guilherme M.; FICAGNA, Lais Regina D. Do preconceito à Intolerância religiosa. **Revista EDUC**-Faculdade de Duque de Caxias, v. 03, n. 02, jul./dez., 2016.

STARK, Rodney & IANNACCONE, Laurence. (1992), “Sociology of religion”. In: BORGATTA, Edgar F. & BORGATTA, Marie L. (org.), **Encyclopedia of Sociology**. Nova York, MacMillan Publishing Company, 4:2029-2037.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**CULTURA MIDIÁTICA, ECONOMIA RELIGIOSA E JUVENTUDE EM  
ANÁPOLIS**

Pedro Fernando Sahium

Doutor em Ciências da Religião PUC - GO

Pesquisador do tema “Cultura midiática, economia religiosa e juventude” pela  
Universidade Estadual de Goiás – UEG GO – Campus CSEH Anápolis, GO.

E-mail: psahium@hotmail.com

**Resumo:** A *Church in Connection* é uma instituição brasileira que se inspirou no *modus operandi* de uma igreja nos Estados Unidos, a *Church By the Glades* (CBG). Com um catálogo de programações e de organização especialmente preparada para o nicho jovem do mercado religioso, incluindo cultos espetaculares com ambiência de cinema e fazendo largo uso das mídias eletrônicas, a *Church* em três anos de funcionamento (2014-2016) angariou quase mil participantes. Distanciando-se de práticas mágicas como as de cura, ou do uso de dons espirituais, a exemplo das igrejas pentecostais e neopentecostais, a *Church* usa das técnicas do Sistema Multimídia e da *performance* dos seus líderes para produzir cultos temáticos, animados, diferentes e repletos de novidades. Com aplicativos nos smartphones e presença permanente nas mídias eletrônicas, a *Church* se aproxima do cotidiano experiencial dos jovens. Os fiéis da igreja se veem envolvidos numa instituição empresarial bem organizada, que apresenta a cada domingo um *show* novo para entretenimento e delírio dos frequentadores. Contudo, esse espetáculo renovado, por meio de um corpo técnico e religioso, vai além de puro entretenimento, e a tríade relacional de religião, show midiático e juventude apresenta importante eixo gerador de sentido e de ancoragem num mundo de infantilização programada, de individualismo e fluxos impessoais.

**Palavras-Chave:** Sistema Multimídia; Religião; Juventude.

**Introdução:**

A igreja, que é objeto de investigação dessa pesquisa, funciona em Anápolis – GO, e trilha caminhos percorridos pela religião cristã, de matriz pentecostal. Batizada de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

*Church in Connection* ela se originou em 2016, de um trabalho realizado pelo então seminarista da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil (IPRB), Thiago Vinícius Cunha, na Congregação da 3ª Igreja Presbiteriana Renovada de Anápolis que funcionava no setor Sul da mesma cidade. Descolada daquela que a originou, a *Church* implementou e cresceu com o uso intensivo dos meios eletrônicos (Whatsapp, Instagram, Facebook, App da Igreja, etc.). Inspirada no funcionamento da igreja norte-americana *Church By the Glades* (CBG), e na atuação do seu pastor David Hughes, a *Church* (como é conhecida entre os fiéis) se encontra em franco desenvolvimento com o largo uso do Sistema Multimídia<sup>1</sup>, comunicação eletrônica, muito marketing, cultos temáticos, criatividade nas suas programações e capacitado corpo técnico e religioso. Atraindo um público jovem (de acordo com a pesquisa encerrada em 2017, mais de 2/3 do total dos frequentadores têm entre 15 e 30 anos) a igreja está em constante transformação, inovando em suas programações e institucionalizando um modelo ritualístico e performático com forte apelo aos jovens.

### **Mais que um nome em inglês**

Certamente a escolha do nome da igreja faz alusão à sua origem, norte-americana, mas muito além disso, é um nome que permite uma série de comparações. A primeira delas é com a cultura econômica de um mundo que se apresenta informacional, global e em rede<sup>2</sup>. A *Church* se apresenta num espaço físico, com as diversas programações

<sup>1</sup> De acordo com Castells (2007, p. 450-462), o sistema multimídia surge pela integração dos diversos meios de comunicação e seu potencial interativo. Ele ainda salienta a fusão do novo sistema como mídia de massa personalizada globalizada com a comunicação mediada por computadores.

<sup>2</sup> Seguindo a narrativa de Castells, a nova economia é “*informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos” é, também, “*global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes estão

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

cúlticas, principalmente aos sábados e domingos, mas é dotada de uma grande capacidade de gerar e democratizar imagens, textos bíblicos, frases apologéticas, e colocá-los em circulação, tanto para os fiéis quanto para aqueles que estão pela internet ligados às redes sociais.

É nessa escala midiaticamente potencializada que trabalha a *Church in Connection*. Não tem uma vinculação ou filiação denominacional já estabelecida, e se identifica sucintamente como *Church*, “Igreja” em inglês, guarda uma facilidade comunicacional e de liberdade em relação ao que já está no mercado religioso. Dito de outra forma, a *Church* se apresenta num mercado religioso como algo novo, inclusive sem ligação de origem histórica com a IPRB. No App da igreja, em consulta realizada dia 7 novembro de 2016, no item “História”, o começo é assim narrado:

A *Church in Connection* nasceu há 6 anos, quando os pastores Thiago e Késia Cunha assumiram a responsabilidade de pastorear, na cidade de Anápolis – GO, um grupo composto de 13 pessoas. No início, muitas foram as adversidades enfrentadas, porém o casal de pastores já se dava conta de que o maior desafio a ser superado seria de fazer com que pessoas pensassem a igreja de forma diferente. O pastor afirmou em entrevista para a pesquisa: “[...] Hoje somos uma igreja que supera em muito a quantidade inicial de membros, por nós chamados de “aliançados” [...] a *Church* é uma igreja que foge aos padrões tradicionais e traz como principal e único fundamento a Bíblia, empregando, no entanto, recursos criativos e inovadores para a exposição e divulgação sobre Cristo [...]”.

No registro acima em nenhum momento aparece referência à IPRB, de onde surgiu a *Church* como nome fantasia. Vale lembrar que a *Church* só é um “ministério

---

organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos”, e, por fim, é em “rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais” (CASTELLS, 2007, p. 119-120).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

independente” a partir de julho de 2016. No registro sobre a história dos dirigentes da igreja não se faz referência ao seminário da IPRB em que eles estudaram, havendo apenas uma menção de que “eles se graduaram em Anápolis”.

Sem identificar as fontes de seu nascedouro, que se realizou na IPRB, e no alinhamento da fé reformada do presbiterianismo, a *Church* faz das conexões mediadas seu canal de expansão. É uma igreja conectada numa liderança carismática e atualizada dentro do processo de produção competitivo global, isso implica dizer que a *Church* se faz localmente, mas baseada em princípios de organização e competição que regem o mercado mundial. Usando das informações e dos novos meios de informação, ela se assenta no mercado de bens simbólicos (BOURDIEU) ao atingir uma parcela específica do campo religioso. A especificidade do seu trabalho é ponto importante do sucesso, e a marca se impõe ganhando o status de novidade de igreja que não se repete.

### **Um modelo incompleto**

A marca *Church* aposta numa tentativa de formar um “modelo incompleto”. Resolvi denominar dessa forma a maneira pela qual as mensagens, a comunicabilidade delas e a cultura que envolve a instituição se apresentam. Sempre da forma mais simples, no sentido de se fazer compreender, mas muito estetizada e imagética na sua absorção e fixação.

Toda a organização, bem como a mensagem e a própria teologia divulgada, que envolvem as práticas da igreja, são feitas para “absorção imediata”. Tudo se realiza com o mínimo de complexidade e com muitos elementos didáticos (músicas, imagens paradas e em movimento, explicações dos textos bíblicos etc.) facilitando ao máximo a apropriação das mensagens religiosas e o fruir das novidades e apresentações pelo fiel-consumidor.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Vamos resumir essa questão da seguinte forma: em primeiro lugar, o “modelo incompleto” se aproveita da “universalidade” de uma cultura de mercado, que envolve os jovens e os faz pensar com base nos signos do sistema de consumo do capitalismo. A igreja aproveita os filmes de Hollywood e as séries de televisão para montar os cultos temáticos (*Anatomia da Graça*, *Homens de Preto*, *Star Wars* etc.); aproveita os ritmos gospel e as performances dos músicos dos shows internacionais e todo o aparato de produção de espetáculos musicais e teatrais, incluindo iluminação e produção sonora sofisticada. Essa “universalização da cultura” de consumo também é aproveitada pela *Church* ao adotar o nome em inglês para a igreja (*Church in Connection*) e para a organização e atividade da mesma (*Church Jovens*, *Church Kids*, *Cross*, *Church Farm*, *Church Prayer* etc.).

Em segundo lugar é um modelo que se aperfeiçoou no uso das mídias. A conformação é clara no fato de que o sistema multimídia potencializou, em muito, o alcance da *Church* no seu nicho de mercado. É comum capturar pelas mídias as *selfies* feitas pelos membros da igreja na hora dos cultos. Esses autorretratos são espalhados pelas diversas mídias e servem como propaganda da igreja, ao mesmo tempo em que satisfazem as formas de comunicação dos jovens frequentadores.

Esse segundo aspecto se enquadra exatamente na análise realizada por Sibilía (2016), quando discorrendo sobre os novos espaços das mídias eletrônicas os aponta como vetores socioculturais de construção de subjetividades<sup>3</sup>. Para a autora, “tanto os vetores socioculturais quanto os aspectos econômicos e políticos exercem uma pressão

<sup>3</sup> De acordo com Sibilía “[...] as subjetividades são modos de ser e estar no mundo, longe de toda essência fixa e estável que remete o ser humano como uma entidade não-histórica de relevos metafísicos, seus contornos são elásticos e mudam ao sabor das diversas tradições culturais [...]. Portanto, a subjetividade não é algo vagamente imaterial que reside “dentro” de cada um. Por um lado, ela só pode existir se for *embodied*, encarnada num corpo, mas também está sempre *embedded*, embebida numa cultura intersubjetiva” (2016, p. 26).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

sobre os sujeitos dos diversos tempos e espaços”. Esses sujeitos na contemporaneidade estão expostos há uma infinidade de caminhos “tanto para a invenção como para os contatos e trocas” (SIBILIA, 2016, p. 18). “A visibilidade e a conexão sem pausa constituem dois vetores fundamentais para os modos de ser e de estar no mundo mais sintonizados com os ritmos, os prazeres e as exigências da atualidade, pautando as formas de nos relacionarmos conosco, com os outros e com o mundo” (SIBILIA, 2016, p. 21,22). Esse efeito da mediação, quando aproveitado, torna as instituições mais competitivas no mercado de produção e de consumo. As formas religiosas que aproveitam disso, como a *Church*, estarão mais preparadas para “sintonizar” com seu público de forma mais eficaz.

Em terceiro lugar, esse modelo possibilita a inserção dos fiéis numa instituição que, por valorizar a visibilidade e a conexão, fortalece a cultura do indivíduo. A interatividade com os líderes da instituição e com os seus membros é facilitada através de diversos mecanismos, e o indivíduo se vê, de forma literal, nas imagens da instituição. São diversas as imagens paradas e em movimentos de muitos fiéis que circulam pelo templo ou pelas programações da igreja, como verificado abaixo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

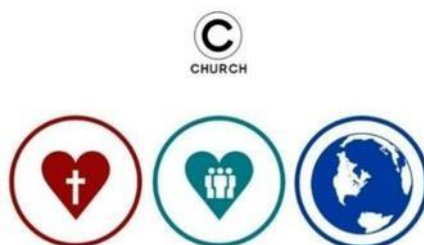
**Figura 01** – *Fiéis Church in Connection em momentos de culto*



*Fonte: Facebook<sup>4</sup>*

A força imagética da *Church* ainda pode ser constatada na tentativa de formatar a teologia numa imagem. E isso sendo feito, como fala o pastor da instituição: “sem diminuir a importância da mensagem, mas tornando-a simples, comunicável”. As observações e registros das falas dos líderes da igreja e de seus membros apontam para um modelo de “trilogia teológica incompleta”: “Amar a Deus, Amar o próximo e servir no Mundo”. A redução ao essencial, de acordo com a liderança da *Church*, deve se aproximar da estratégia de marketing da Apple. Uma única imagem, “um único botão”, para ligar a máquina.

**Figura 2** – *Logomarca dos objetivos da Church: Amar a Deus, Amar ao próximo e Servir no mundo (respectivamente)*



*Fonte: Facebook<sup>5</sup>*

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/churchinconnection/?fref=ts>>. Acesso em: 1 maio. 2017.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/churchinconnection/?fref=ts>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O modelo da incomplexidade pode ser visto também como uma hipertrofia da imagem. Basta olhar a figura acima e perceber que a missão da Church pode ser compreendida e gravada sem nenhuma palavra. De forma simples como queria o pastor, a missão da Church pode ser aceita, ou não, por uma pessoa que venha uma única vez na igreja.

### **Conclusão**

Partindo do conteúdo religioso propriamente dito (e teológico), tendo como produto os bens de salvação (BOURDIEU, 1998), é possível constatar que, desde os primeiros desdobramentos do presbiterianismo no Brasil, existiu uma mentalidade racional e uma decisão institucional para oferecer um produto diferenciado. O presbiterianismo sempre trabalhou um formato individualista, implícito na “ideia de salvação individual” e liberal, “livre leitura e interpretação da Bíblia” (MENDONÇA, 1984, p. 105). Contendo maioria jovem, oriunda de espaço religioso evangélico, (preponderantemente pentecostais), ou seja, pessoas já familiarizadas com a mensagem religiosa cristã evangélica, a *Church* renova sua mensagem por fora, ou seja, não propriamente atendo-se às questões de cunho intelectual e teológico, mas se entregando a toda novidade interacional que pode ser colocada a serviço de uma boa informação/comunicação entre os fiéis, e entre liderança e fiéis.

A questão é que se em épocas passadas a ética protestante – as práticas religiosas que interferem no comportamento social do indivíduo - era o elemento diferenciador dessa religião em relação a outras, na atualidade, a *Church in Connection* oferece outros elementos de diferenciação. Os fiéis apontaram o espetáculo como demanda social, uma vez que 21% deles escolheu o “show que é o culto”, como diferencial da igreja, e os outros 21% escolheram o louvor como ponto mais importante das programações. Somado

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

a isso, 29% dos fiéis jovens afirmaram que o pastor e sua forma de conduzir as programações são o diferencial da igreja e o elemento principal de escolha pela igreja.

A conexão realizada pela *Church* se aproxima e se apropria do processo comunicativo dos jovens e de seu padrão de vida. A linguagem que a igreja utiliza não é, como se percebe a priori, um escapismo. Antes, é a reprodução da pedagogia do mundo atual. As formas adotadas pela instituição, de se relacionar e criar teias de relações entre os fiéis, apontam para a redução da complexidade do mundo global. Essas formas combinam com espetáculo requerido pelos jovens. Contudo, o processo comunicativo da religião tem possibilitado, se não o empoderamento, pelo menos a formação de um grupo coeso, grande e crescente de jovens que demonstram estar mais seguros de si no mundo. Temos uma religião que abre espaços para o diálogo com o entorno infantilizado.

A adaptação do *modus operandi* da *Church By the Glades* mostrou a eficácia e globalização da cultura atual. Nesse sentido, adaptar é aprender e incorporar uma gramática simbólica do outro. A *Church* soube fazer isso com sucesso e, ao mesmo tempo, fez com que os seus fiéis se tornassem sujeitos de toda a operação realizada pela instituição. Isso ficou claro nas programações cúltricas dos diversos dias da semana e até da marca *Cross* de roupas e acessórios que a igreja criou. A efervescência do louvor *gospel*, a acolhida jovem na entrada do templo e os contatos múltiplos com quem frequenta apenas um culto na igreja reforçam a teia de fraternidade que envolve a comunidade e o amor próprio dos membros, que se sentem, a partir daí, ancorados naquele mundo.

**Referências:**

BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs). *Muitas globalizações*. Rio de Janeiro: Record, 2004.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

BERGER, Peter; Luckmann Thomas. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*.  
Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes;  
KOINONIA, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. (Org.) Sérgio Miceli. São Paulo:  
Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma clínica do campo científico*.  
São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia sociedade e  
cultura. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no*  
*Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

MOREIRA, Alberto da Silva. *A religião sob o domínio da estética*. Belo Horizonte, vol.  
13, n. 37, p. 379-405, Jan./Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. *Cultura midiática e educação infantil*. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas,  
vol. 24, n. 85, p. 1203-1235, dezembro de 2003.

\_\_\_\_\_. *A estetização da Experiências religiosa*. MOREIRA, In: MOREIRA, Alberto da  
S.; LEMOS, Carolina T.; QUADROS, Eduardo G. (Orgs.) *Religião entre a intimidade e*  
*o espetáculo*. Goiânia: Ed. da PUC, Goiás, 2014.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**A MODERNIDADE AMEAÇADA: KULTURKAMPF E OS CONFLITOS  
ENTRE CATÓLICOS E PROTESTANTES NA ALEMANHA DO SÉCULO 19<sup>1</sup>**

Robson Rodrigues Gomes Filho<sup>2</sup>

A secular disputa entre catolicismo e protestantismo na Alemanha ganhou contornos singulares no século 19. Entendido pelo liberalismo protestante como sinal de superstição e anti-modernidade, o catolicismo alemão travou uma verdadeira luta política e religiosa para se afirmar nos estados alemães em processo de modernização e unificação nacional. Neste processo, o catolicismo representou o inimigo a ser vencido na “última guerra pela unificação alemã, travada não com artilharia e sabres, mas com as armas da legislação e da autoridade do Estado.” (Michael B. Gross) Esta luta final, denominada Kulturkampf, não deve ser entendida, no entanto, como uma disputa apenas religiosa, mas como o arremate final do processo de modernização e consolidação do próprio império alemão e a última grande batalha alemã decorrente da Reforma Protestante. O presente trabalho, portanto, tem como objetivo discutir as disputas por legitimidade política e religiosa entre católicos e protestantes no processo de unificação dos estados alemães ao longo do século 19.

**Palavras-chave:** Igreja Católica; Liberalismo; Alemanha

O expressivo reavivamento do catolicismo na Alemanha durante o século 19 despertou a oposição de diferentes grupos, especialmente entre intelectuais liberais, democratas e socialistas, fossem eles maçons, protestantes ou até mesmo católicos simpatizantes do superado iluminismo católico do século anterior. As razões para esta oposição foram ora políticas, ora religiosas, mas – o que para a presente reflexão é mais importante – também estão essencialmente vinculadas à fundação e consolidação da modernidade e nação na Alemanha. Logo, naquele momento, impedir o avanço político

<sup>1</sup> O presente texto foi adaptado para as normatizações de máximo de 12 páginas do evento, o que significa que boa parte dos argumentos foram resumidos ou cortados. Para uma versão integral do texto, ver: GOMES FILHO (2018a).

<sup>2</sup> Doutor em História em regime de cotutela pela Universidade Federal Fluminense e pela Katholische Universität Eischttät-Ingolstadt. Professor efetivo do curso de História da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos. Contato: [robson.gomes.filho@gmail.com](mailto:robson.gomes.filho@gmail.com)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

e religioso do catolicismo era lutar pelo futuro democrático, ou liberal, ou protestante, mas, antes de tudo, moderno da nação alemã.

A ascensão expressiva do número de monges, padres e freiras após 1850, bem como de romarias e demais demonstrações da piedade barroca católica (considerada como símbolo de um “medievalismo” e, por isso, avessa à modernidade racional e ilustrada proposta), gerou por parte da imprensa liberal uma campanha acirrada contra o catolicismo ultramontano na Alemanha. Os mais importantes jornais de linha liberal, existentes ou fundados a partir de 1850, disparavam matérias, reportagens ou ilustrações periódicas reforçando o caráter antimoderno do catolicismo e o perigo que ele representava para a nação alemã. Competindo diretamente com as ações missionárias católicas pela conquista e adesão de simpatizantes, tais periódicos lograram um alcance notável de assinaturas e leitores. Segundo os dados colhidos pelo historiador Michel Gross, somente o Gartenlaube – jornal ilustrado de linha liberal fundado em 1853 – aumentou suas assinaturas “de 5.000 para não menos de 100.000 em 1860, e em 1867 já tinha atingido mais de 225.000, uma estatística impressionante para os padrões do jornalismo meados do século.” (GROSS, 2011, 136)

A ascensão política do liberalismo e dos ideais anticatólicos, no entanto, não tiveram grande relevância na Alemanha até 1858. A partir do verão do referido ano o rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, foi considerado irremediavelmente insano pelo Conselho Regente, sendo substituído por seu irmão, Guilherme I, que se tornaria rei a partir da morte do seu antecessor em 1861. Frederico Guilherme IV havia sido o monarca governante à época das agitações revolucionárias de 1848 e 1849, e, por isso, fora um dos principais responsáveis políticos pela abertura ao catolicismo e demais ações contrarrevolucionárias na Alemanha. Seu irmão, entretanto, ao assumir a regência dispensou os ministros reacionários e nomeou um novo ministério composto essencialmente por simpatizantes da oposição liberal. Esta mudança no cenário político

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

iniciou uma nova era para a Igreja Católica na Alemanha, que passava de braço do Estado contra o liberalismo revolucionário para um inimigo a ser vencido na luta pela nação e modernidade alemã.

Outro importante evento político internacional deu contornos singulares à ascensão liberal na Alemanha. Em 1859 rebentou na Itália a chamada segunda guerra pela unificação italiana. Nesta, a França de Napoleão III apoiou as intenções do reino da Sardenha contra o domínio austríaco no norte da Itália, levando os liberais e nacionalistas italianos ao controle político da região. Anos depois, estes mesmos liberais se aliaram à Prússia contra o domínio austríaco nos estados alemães, que culminaria nas posteriores unificações de Alemanha e Itália.

Já no parlamento prussiano as tensões entre a realeza e os ideais liberais se tornavam cada vez mais evidentes à medida que o liberalismo avançava politicamente e ameaçava a nobreza aristocrática. Embora tenha dado importante abertura ao liberalismo na política alemã, Guilherme I teve de enfrentar alguns anos depois a oposição do parlamento (cuja ampla maioria liberal foi eleita em 1861) a suas reformas no exército. Sem muitas saídas políticas, o rei prussiano nomeou o junker Otto von Bismarck para o cargo de primeiro-ministro, algo que repercutiu como conflito entre o ministério e o parlamento, mas como um problema ainda maior para os católicos, visto que Bismarck era declaradamente contra o domínio da Áustria católica sobre os reinos alemães, pondo fim à união entre o conservadorismo do Estado e a Igreja Católica na Alemanha. Em poucos anos, Bismarck conseguiu reunir em torno de si os interesses nacionalistas dos liberais e da aristocracia alemã, travando guerras pela expansão do domínio prussiano e configurando um inimigo interno cada vez mais necessário de ser ajustado ao futuro quisto para o império alemão: o catolicismo.

No entanto, não se trata aqui apenas de uma “guerra contra o catolicismo”, como defende Michel Gross (2011), mas de um conjunto de “guerras culturais e políticas”

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

(perspectiva defendida por Christopher Clark e Wolfram Kaiser) das quais tanto o liberalismo protestante tomou parte contra o catolicismo e sua fundamentalismo institucional antimoderno, como a própria Igreja Católica travou inúmeras batalhas na defesa da legitimidade política e cultural do papa e do catolicismo, ou mesmo da manutenção da tradição em oposição à modernidade. Sendo assim, para nos utilizarmos das palavras de David Blackbourn, “o que estava claramente em jogo em ambos os lados era um modo de vida.” (BLACKBOURN, 1988, 75)

No âmbito político a Igreja Católica conquistou até a metade da década de 1860 poucas vitórias contra liberais, cujos resultados foram êxitos notáveis dos partidos progressistas nas eleições entre 1861 e 1865, mesmo em áreas de predominância católica. Embora seja contraditório, este comportamento dos eleitores católicos tem uma razão de ser: ainda que os partidos liberais e democratas se opusessem politicamente à Igreja Católica, eram os conservadores ligados à Bismarck e à política prussiana protestante contra a Áustria que preocupava os eleitores católicos. A Igreja alemã, por conseguinte, se viu dividida entre um progressismo anticatólico e um conservadorismo essencialmente prussiano e protestante. Se, por um lado, o liberalismo era um inimigo declarado ao catolicismo, por outro “o conservadorismo protestante e o Estado prussiano não eram aliados mais confiáveis.” (SPERBER, 1984, 153)

Neste sentido, apesar de uma era de ampla ascensão social e religiosa nas décadas de 1850 e 1860, a partir da ascensão de Bismarck e das oposições políticas tanto de liberais, quanto de conservadores, somadas ao apoio prussiano à Itália liberal e à própria guerra contra a Áustria em 1866, a Igreja Católica entrou em um período de grave conflito na Alemanha. Seu resultado foi o Kulturkampf na década seguinte. Mas o caminho até lá foi calcado tanto por frequentes e intensos ataques católicos ao liberalismo, maçonaria e protestantismo (fundamentando-se especialmente no centralismo político e religioso em Roma), quanto por uma intensa campanha



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

anticatólica promovida pela imprensa liberal-protestante, cujo teor e argumento fundamentava-se essencialmente na disputa pela modernidade e nação alemã contra o “medievalismo” e submissão papal do catolicismo ultramontano.

**A campanha anticatólica e a luta pela modernidade na Alemanha.**

Os avanços políticos conquistados pelo liberalismo no parlamento prussiano impulsionaram uma acirrada oposição às campanhas missionárias em toda a Alemanha, justificada, fundamentalmente, no perigo que os missionários representariam não somente para o Estado, mas também para a própria identidade protestante. Especialmente a partir da década de 1860, uma série de correlações e enredos foram criados, cuja trama central colocava os missionários como agentes conspiradores contra o Estado moderno, contra a sociedade alemã e em favor da conquista política do país para o papa. Assim, “tanto liberais, quanto protestantes acreditavam em uma colossal e fantástica conspiração [dos missionários católicos] para conquistar o mundo.” (GROSS, 2011, 89)

Em uma série de publicações protestantes e liberais, estas supostas conspirações apareciam especialmente representadas pelos jesuítas e redentoristas. Segundo os autores de tais publicações, os missionários utilizavam-se especialmente das mulheres durante as confissões para convencê-las a ganharem seus maridos para causa católica contra o Estado prussiano protestante e contra o liberalismo. Em uma publicação de 1881, o pastor protestante Johann Bluntschli, lembrando-se da ação missionária católica das décadas anteriores, afirmou que

[...] a influência indireta de muitos confessores e padres da corte sobre a administração e a política ainda prevalece em muitos estados. Se eles não conseguem conquistar os chefes de estado propriamente ditos, muitas vezes eles sabem como para agitar o coração feminino e usar mulheres para influenciar seus maridos. (BLUNTSCHLI, 1881. Apud: GROSS, 2011, 205)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Para o pastor Karl von Leibbrand a campanha missionária para restaurar a moralidade era apenas uma farsa, pois na verdade as autoridades ultramontanas da Igreja Católica teriam supostamente chamado os jesuítas como parte do plano para reafirmar o poder do papa nos estados alemães. Segundo o pastor protestante, os missionários

[...] varreram todos os cantos do sudoeste da Alemanha e agora eles estão lançando um ataque ao norte. O catolicismo é uma enchente que ameaça inundar a Alemanha em superstição e estupidez. O catolicismo é um oceano que só pode ser contido por uma barragem protestante construída para proteger a população contra a intolerância, o proselitismo e conversão. (LEIBBRAND, 1851. Apud: GROSS, 2011, 92)

A oposição protestante ao reavivamento católico uniu-se aos ideais liberais em uma campanha cujo mote central foi o risco que o catolicismo representava para a consolidação da modernidade alemã. Em linhas gerais, o discurso protestante e liberal contra o catolicismo afirmava que o caminho para o progresso material e moral alemão deveria passar necessariamente pelo filtro do liberalismo e protestantismo. Nesta perspectiva, ao longo das décadas de 1850 a 1870 diversos artigos acadêmicos ou científicos, bem como obras de filósofos, historiadores, teólogos e outros ramos da intelectualidade alemã, foram publicados reforçando o argumento em favor da relação estreita entre o protestantismo e o avanço da modernidade e progresso. Em 1855, por exemplo, o conhecido filósofo e teólogo Christian Carl Josias von Bunsen, na introdução do seu *Die Zeichen der Zeit*, argumentou que a Alemanha se encontrava em um momento crucial em que deveria escolher entre o progresso protestante ou o atraso católico, entre a Igreja “medieval” ou o Estado moderno. Nas palavras do autor,

O que os sinais dos tempos querem nos dizer? Trata-se de uma maré vazante ou uma inundação? Será que estamos na Alemanha e na Europa que avança ou que retrocede? [...] O que triunfará, Igreja ou Estado? Clero ou nação? [...] A visão jesuítica do mundo [...] é o assassino do princípio da individualidade outorgada por, e pertencente a, Deus. O jesuitismo é uma broca, não uma construção; uma

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

escravização, não uma libertação, que incentiva entre o povo, não a independência e desenvolvimento próspero, mas uma flutuação ruínosa entre anarquia e o despotismo, como também entre o ceticismo e a superstição. Não é apenas um ataque à liberdade do indivíduo, mas um movimento irremediavelmente hostil à liberdade, ciência e humanidade. (BUNSEN, 1855, 282-283)

Já no campo da educação, o conhecido pedagogo alemão Friedrich Adolph Wilhelm Diesterweg publicou em 1859 seu ensaio *Bischof und Pädagog* que ficou famoso por sua acentuada contraposição entre o que seria o progresso de uma educação protestante paralelo ao atraso de uma educação católica para o mundo moderno. Em linhas gerais, o que Diesterweg chamou de *Grundprinzipien des Lebenskampfes* (princípios básicos da luta pela vida) resumia-se em um abrangente catálogo de opções socioeconômicas: um absolutismo monárquico, ou uma constituição livre; tarifas protecionistas ou o livre mercado; alianças ou livre concorrência; Apadrinhamento ou autorregulação; Censura da imprensa ou liberdade de imprensa; Igreja estatal ou liberdade de consciência; Estagnação ou progresso; Sujeição às autoridades ou livre pesquisa e um pensar por si mesmo; Inércia católica ou movimento protestante. (GROSS, 2011, 102)

No que tange especificamente o campo educacional, Diesterweg elencou em seu ensaio as seguintes diferenças entre o catolicismo e o protestantismo, a partir das quais o discurso liberal moderno emerge como a razão central pela qual o catolicismo deveria ser superado. Do lado católico, não se poderia esperar mais do que:

Uma educação para promover a crença nas autoridades; Uma educação para promover a crença não qualificada na Igreja, no papa e nos sacerdotes ungidos; A renúncia do próprio inquérito sobre assuntos do dogma da Igreja – a renúncia da razão; A subordinação da Sagrada Escritura ao catecismo, e a interpretação da mesma através da infalibilidade do papa; A adesão às práticas da Igreja necessárias para a salvação (genuflexão, sinal da cruz, dispersão de água benta, oração do Rosário, confissão, jejum peregrinações, penitência, mortificação); A crença na superstição e milagres, etc. (DIESTERWEG, 1876. Apud: GROSS, 2011, 102)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Na educação protestante, por outro lado, os leitores poderiam esperar:

A liberdade protestante de crença e de consciência; O direito (ou o dever) de seu inquérito sobre as escrituras; O reconhecimento de convicções individuais; O acordo entre a crença e a razão; A atribuição de todos os fenômenos às leis (naturais e espirituais.); Uma educação para a livre autodeterminação, e com tudo o que se segue a partir desses princípios e está em harmonia com eles. Em suma: uma vida correta dedicada a uma firme crença no bem comum. (IDEM)

Já o conhecido teólogo protestante Daniel Schenkel, em sua *Das gegenwärtige aggressive Verfahren der römisch-katholischen Kirche*, de 1857, afirmava que o catolicismo era atrasado e voltado para o passado, enquanto o protestantismo era progressista e orientado para o futuro. Para o teólogo, o catolicismo teve sua importância no momento de conversão dos povos pagãos ao cristianismo, portanto, em um momento longínquo e pretérito; mas agora, em um momento de tão significativo progresso, o catolicismo

não tem mais qualquer raiz no espírito e necessidades do nosso século, e já não carrega mais em si os botões do futuro. A visão de mundo sobre a qual o catolicismo se sustenta pertence a um período passado na história do mundo. [...] Por outro lado o progresso do protestantismo anda de mãos dadas com o progresso da civilização, com o aumento da propagação da instrução e do conhecimento. (SCHENKEL, 1857, 22)

Este antagonismo entre um catolicismo que representava a estagnação, o atraso e a “medievalidade” do passado, contraposto a um protestantismo que representava o movimento, o progresso e o futuro está diretamente relacionado às bases do mundo moderno que se consolidava na Alemanha. A empolgação pela consciência do presente como um tempo de transição e pelo futuro como sempre novo e melhorado contrapunha-se não somente a um modelo de instituição ainda pautada na autoridade monárquica absoluta, mas especialmente a uma formação moral e religiosa versada sobre a devoção e a piedade barroca. Estes dois elementos centrais da Igreja Católica (sua estrutura monárquica e sua religiosidade devocional), triunfantes sob a égide do

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ultramontanismo, tornaram-se o alvo central contra o qual a luta pelo futuro e progresso alemão deveria se concentrar.

Neste sentido, a reivindicação da intelectualidade liberal-protestante alemã como a herdeira moderna do iluminismo setecentista tornava-se o mote sobre o qual a peleja contra o catolicismo era justificada. Sob o pseudônimo de A. L. Stachelstock, o autor de *Licht um Finsterniss oder die frien Gemeinden und die Jesuiten*, publicado originalmente em 1861, afirmava que a Alemanha seria o “campo de batalha entre os herdeiros modernos do Iluminismo e o jesuitismo medieval” (STACHELSTOCK, 1861. Apud: GROSS, 2011, 110). Em uma aberta heroicização do Iluminismo e sua representação da modernidade e progresso contra o “medievalismo” católico, Stachelstock afirmava:

Quem arrancou o poder das mãos dos jesuítas? Quem trouxe o fim dos dogmas mais absurdos e descabidos? Quem nos permitiu libertar-nos da crença na condenação interminável no inferno? Quem nos salvou da tortura que os agentes da Inquisição tinham praticado com tal virtuosismo? O Iluminismo, mais uma vez o Iluminismo, e sempre o Iluminismo! (IDEM)

A partir destes contrastes, a burguesia industrial protestante alemã, bem como a classe intelectual liberal e até mesmo a pequena burguesia católica cada vez mais distante daquilo que sua instituição religiosa representava, permitiram-se empolgar-se pelas transformações temporais que o otimismo moderno lhes oferecia. Unindo tais elementos à expansão militar prussiana (e, com ela, o conseqüente reforço da identidade nacional alemã), bem como à expansão industrial e tecnológica que consolidava cada vez mais a aceleração temporal em direção ao um futuro otimista e radicalmente diferente do campo de experiências passado, a criação de ícones e modelos de verdadeiros heróis do progresso paulatinamente passaram a confrontar a figura dos santos, monges, freiras e frades, que em quase tudo representavam um passado a ser cotidianamente superado. Segundo Gross



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Por meio desse contraste eles romanticamente fantasiavam o banqueiro robusto, o funcionário obediente, o industrial dedicado, o racionalista equilibrado, ou cientista ilustrado. Estes foram os capitães do progresso, heróis modernos que enfrentavam os desafios da industrialização e construção da nação. Eles eram liberais, masculinos, nacionalistas [...]. Nesta era de progresso, o monge e o mosteiro poderiam ser, quando muito, um peso morto; um dreno sobre o capital; sobras medievais de uma era passada de dogma, superstição, e estupidez. Na pior das hipóteses eles eram agentes ultramontanos traidores em favor do Vaticano, inimigos dedicados à destruição de uma nação alemã unificada, moderna e dinâmica. (GROSS, 2011, 157)

Assim, o anticatolicismo tornou-se, a partir da década de 1860, uma maneira de reorientação e reforço das identidades liberal e protestante, de modo que a criação de um inimigo interno dentro das fronteiras da própria nação alemã em construção legitimava um projeto político, social, econômico, cultural e religioso específico de um conjunto de grupos que, apesar de divergências sociais e políticas muitas vezes evidentes, comungavam de um desejo de aceleração temporal em direção a um futuro progressista, moderno e nacional. Assim, “eles descobriram que o acoplamento entre liberalismo e anticatolicismo era uma forma especialmente poderosa de reabilitar e expressar o seu programa para a reforma na era pós-revolucionária.” (IDEM, 98)

O argumento intelectual do liberalismo, portanto, fundamentava-se basicamente em discursos dicotômicos de progresso e atraso, ou antigo e moderno, típicos das transformações, sobretudo, da consciência histórica do século 19. Do ponto de vista político, entretanto, o liberalismo ainda precisava conquistar legitimidade face à supremacia monárquica e nobiliárquica que imperava nos estados alemães. Também neste aspecto, o anticatolicismo foi o estandarte sobre o qual se sustentou o discurso liberal.

Em publicação datada de 1869, o jurista e político suíço Johann Caspar Bluntschli argumentou que, tal como as mulheres, as massas eram irracionais, propensas à excitação, e predispostas ao fanatismo religioso e foram, portanto,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

facilmente manipuladas pelo clero. (BLUNTSCHLI, 1970, 36) Já o teólogo e filósofo alemão Eduard Zeller, em sua famosa *Staat und Kirche*, publicada em 1873, desenvolveu uma série de argumentos políticos que demonstravam o perigo que a Igreja Católica representava não somente para o progresso da nação alemã, mas, especialmente, para o Estado e Império recém-forjado. Em linhas gerais, Zeller também afirmava que o clero católico ultramontano utilizava-se da manipulação das massas para angariar lastro social contra o Estado alemão e em favor das potências católicas estrangeiras. Para ele, além disso,

peregrinações e procissões eram apenas convites para o mal, perturbação da ordem pública e propagação da violência; púlpitos e confessionários eram plataformas para doutrinação política. Monges exerciam influência não só na vida religiosa, mas também na vida política, econômica e cultural, de modo que a paz pública, a educação e a integridade do Estado eram postos em perigo. (GROSS, 2011, 248)

Estes argumentos, portanto, reforçavam a ideia de que os votos e pregações de obediência à Roma por parte das congregações religiosas, além de um espectro da escravidão, representavam o risco da criação de um exército papal dentro do território alemão. Para Zeller, por conseguinte, o Estado deveria, por precaução e para garantir o bem-estar da população, expulsar as congregações religiosas do país e “fazer tudo em seu poder, dentro dos limites da legalidade, para derrotar a Igreja Católica.” (ZELLER, 1873. Apud: GROSS, 2011, 248)

A campanha liberal-protestante contra o catolicismo na Alemanha, portanto, se deu a partir tanto da argumentação temporal, cujo eixo central girou em torno das dicotomias progresso-atraso e antigo-moderno, quanto da criação de um enredo político sob o qual a Igreja Católica representaria os interesses de uma potência estrangeira que colocaria em risco a nação e Estado alemães. Nestes dois elementos, a criação de um imaginário basicamente antimonástico e misógino tornou a narrativa anticatólica uma verdadeira campanha pela consolidação da modernidade alemã.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Em linhas gerais, portanto, podemos afirmar que, apropriada pelo ultramontanismo a partir de 1850, a o catolicismo alemão se assegurou como essencialmente antimoderna. Entretanto, a consolidação política e cultural da modernidade na Alemanha ocorreu em um processo aquém das objeções católicas. O Estado, a despeito da sua resistência às revoluções liberais de 1848 e 1849, cedeu ao liberalismo e à modernização galopante do processo de urbanização e industrialização oitocentista. Neste mesmo processo, as dimensões temporais de um futuro promissor e aberto acompanharam o acelerado ritmo de transformações urbanas e industriais, legando aos sujeitos históricos nele imersos um campo de experiências sobretudo de metamorfose, no qual o catolicismo precisaria se discursivamente reinventar, caso quisesse fazer parte do futuro desejado para a nascente nação alemã.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BLACKBOURN, David. *Progress and Piety: Liberalism, Catholicism and the State in Imperial Germany*. History Workshop Journal. n. 26, Autumn, 1988
- BLUNTSCHLI, Johann Caspar. *Charakter und Geist der politischen Parteien. Nördligen*: C. H. Beck, 1869. Reimpressão: Aalen: Scientia, 1970, p. 36.
- BUNSEN, Christian Karl Josias von. *Die Zeichen der Zeit: Brief an Freunde über die Gewissensfreiheit und das Recht der christlichen Gemeinde*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1855.
- GOMES FILHO, Robson. *Os missionários redentoristas almeães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (1894-1930)*. Tese (Doutorado em História): Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ)/Geschichte- und Gesellschaftswissenschaftsfakultät der Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (Bayern, Alemanha), 2018.
- GROSS, Michael. B. *The war against Catholicism: liberalism and the anti-catholic imagination in nineteenth-century Germany*. Michigan: The University of Michigan Press, 2011
- SCHENKEL, Daniel. *Das gegenwärtige aggressive Verfahren der römisch-katholischen Kirche in ihrem Verhältnisse zum Protestantismus*. Darmstadt: C. W. Lescke's Separat-Conto, 1857, p. 22.
- SPERBER, Jonathan. *Popular Catholicism in Nineteenth-Century Germany*. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

1.107

SIMPÓSIO TEMÁTICO 21

Perspectivas sobre a Saúde e as Cidades  
em Goiás: História, Patrimônio de  
Memória

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA: EUGENIA E MEDICINA EM GOIÁS**

Éder Mendes de Paula (FACEG)<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho é fruto da investigação dos textos presentes nos Arquivos de Saúde Pública entre 1951-1954, arquivados de forma compilada na biblioteca da Secretaria Estadual de Saúde. Estes documentos são falas de autoridades políticas e de médicos acerca da temática da saúde em Goiás, e, que foram cruzados com autores que discutem a eugenia no Brasil. A ideia foi perceber a continuidade de determinadas práticas no período que levaram em consideração os ideais eugênicos para se cumprir determinados projetos políticos.

**Palavras-chave:** eugenia; medicina; política.

A eugenia criada por Galton foi amplamente discutida no Brasil e guiou os propósitos da medicina no tocante ao auxílio na construção da nação. Essa discussão tornou-se mais acalorada no período entre guerras, juntamente com uma onda nacionalista que buscava conhecer o Brasil por si mesmo.

Neste sentido, houve uma divisão dos intelectuais brasileiros entre as correntes que a eugenia propunha naquele momento: corrente neolamarckista e mendeliana. Enquanto o primeiro acreditava que o ambiente dos país podia moldar genes da descendência (genes degenerados produzidos por pais alcoólatras, por exemplo), o segundo tinha o enfoque na reprodução, na fixidez da raça.

Essa divisão também afetou a forma, como se viu, a miscigenação no Brasil. Os intelectuais do fim do século XIX divulgavam sobre a degenerescência racial, segundo eles, essa *mistura* teria gerado um ser incapaz, fraco e preguiçoso. Porém, já no século precedente, uma defesa a essa população surge com intelectuais como Roquette-Pinto.

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás, professor dos Cursos de Direito e Enfermagem da Faculdade Evangélica de Goianésia. Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Educação para as Relações Étnicorraciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Contato: falecomprofessoreder@gmail.com.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O médico-antropólogo, apesar de se filiar à corrente mendeliana, enquanto nacionalista, defendeu o homem sertanejo:

dai-lhe [ao sertanejo] o que lhe falta de instrução; dai-lhe o que se prodigaliza aos outros; que ele tenha a sua terra e forme o seu lar; que seja aproveitado, numa palavra, pela educação. E haveis de vê-lo lutar e vencer no combate da produção, como outrora pelejou na luta do descobrimento. (ROQUETTE APUD SOUZA, 2008, p. 217)

A questão brasileira se torna peculiar porque não há simplesmente a adoção de teorias racistas que tendem à exclusão do outro, mas houve certa adaptação com a ideia de degeneração. A degeneração deu condições para se medicalizar o Brasil. De projetar políticas para construção de novos hábitos para o homem do campo e da cidade através da medicina e da educação. O próprio Jeca Tatu se torna a representação de toda essa trajetória entre os anos de 1914 e 1918. Quando há uma transformação em seus hábitos, fica claro que sua situação não é eterna, que pode ser mudada, “*a miséria que os brasileiros do interior suportavam era responsável por sua „degeneração“: sua ignorância, má saúde, desajuste psicológico e perpétua agitação*” (DÁVILA, 2005, p. 63).

No bojo dessas divisões, na questão da Eugenia, discutidas no período entre guerras e projetos de melhoramento das condições de vida da população serão colocados em prática. Deste modo, é importante observar, que essas melhorias não são originadas simplesmente do bem estar, elas são impulsionadas pela onda nacionalista que objetiva a representação de uma nação forte.

No caso brasileiro, não era necessariamente a questão do branqueamento da pele que foi colocado em prática em países como Estados Unidos e Alemanha. De acordo com a corrente predominante, esse sertanejo mestiço poderia ser curado. Na metáfora do Brasil como um imenso hospital, poderia se alcançar a cura, o branqueamento não viria pela pele, mas pelo comportamento.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Neste sentido, a medicina passa a ser guiada para um caminho mais amplo que o da fixidez da raça, o biológico começa a ser acompanhado pelo cultural. Dois fatores até então distantes, mas que deste momento em diante passam a ditar as formas, os caminhos para se alcançar uma sociedade saudável. Em contrapartida, outros intelectuais como Nina Rodrigues, traziam teses de degeneração racial ocorrida através da mestiçagem,

acreditava que na mistura de raças muito distanciadas encontrava-se a razão para certas doenças, tais como as epidemias, ou a loucura, cujas origens deviam-se a uma „fraqueza biológica“ ou ao „subdesenvolvimento psicológico“ inerente do mestiço, o brasileiro nato. (ECHAZÁBAL, 1998, p. 109)

Ainda, segundo o autor supracitado, América Latina atravessava um período de buscar a si, e comparando-se à comunidade ocidental havia uma *“terrível ansiedade das elites em assimilar os avanços do mundo civilizado, o „ser moderno“, e fazer parte da grande comunidade ocidental”* (Op. Cit. p. 109). Os ideais eugênicos que foram utilizados nos discursos de conhecer o Brasil através de si mesmo, tinham na realidade a intenção de levar a influência do comportamento europeu, tido como civilizado e moderno, ao homem do sertão.

Nestas bases, os médicos tornam-se verdadeiros sanitaristas, higienistas, sua mentalidade está voltada não apenas para o ato de diagnosticar e curar a doença, mas evitar que ela surja. O ambiente tornar-se-á de suma importância para o bem estar da nação. Com o auxílio da medicina, a higiene se torna o veículo principal destes quase que sacerdotes, pois,

todas as atividades de Higiene nada mais são que uma ingente e contínua luta para resolver o problema de ambientação do homem e da habitabilidade do meio. Sem esta reciprocidade de ação estaria ameaçada a própria sobrevivência da humanidade. Superada, porém, a época empírica dos „miasmas“ e dos „gênios epidêmicos“, o conceito de salubridade vai-se confundindo cada vez mais com o estágio de civilização. Sem as modernas conquistas da Higiene e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

da Engenharia Sanitária serão impossíveis a existência das grandes cidades, que, como aconteceu com todas as maiores aglomerações humanas na Idade Média, seriam periodicamente reduzidas por surtos epidêmicos. (ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA 1951 – 1954)

O que podemos extrair do documento citado inicialmente é a permanência da eugenia no discurso médico goiano até a década de 1950. As discussões iniciadas no período entre guerras colocam este saber científico como o que havia de mais moderno no entendimento das mazelas sociais.

É interessante pensar que essa classificação dos indivíduos já era realizada no século XIX, quando da fundação do Hospital Pedro II na antiga capital de Goiás. Todavia, essas práticas tornam-se cientificamente amparadas pela inserção da eugenia no discurso médico-político com a construção de Goiânia e o que se esperava de transformações.

Havia no horizonte dos médicos goianos não apenas a questão da saúde, mais do que isso, esperava-se a „civilização“. O que se percebe é o que trouxe a eugenia lamarckiana, esse homem sertanejo exaltado pelo momento do nacionalismo em voga, deveria ser transformado em um *mulato europeu*, se o leitor me permite a invenção da expressão.

A higiene seria a salvação de toda a humanidade e, seus projetos estariam na mais alta conta de qualquer governo que quisesse ver-se representado por uma forte nação. Acerca disso, debates surgem sobre a forma correta de se alcançar este processo. Intelectuais como Roquette-Pinto realizam uma diferenciação entre a higiene e a eugenia, mas também não as separa, segundo o autor,

eugenia é uma ciência que procura elevar todos os tipos que formam o grupo, de modo que as gerações sucessivas recebam, sempre, herança cada vez melhor, o que possibilitaria que as classes úteis, ou seja, os grupos de „boa“ composição hereditária, contribuíssem „em proporção crescente para a formação dos vindouros (ROQUETTE APUD SOUZA, 2008, p. 219).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Uma diferença se tornava visível na aplicação da eugenia. Mesmo havendo intelectuais que fossem adeptos da proposição mendeliana, a maioria se preocupava com as questões do ambiente, a nação poderia ser representada pelo sertanejo desde que o mesmo fosse preparado para tal função.

Essa esterilização do meio passa a pressupor o contato com os ditos civilizados e, é óbvio, o afastamento daqueles que contaminariam o ambiente. Neste sentido é curioso acrescentar que neste meio ainda haviam os eugenistas que viam na miscigenação, não uma mistura, mas uma combinação genética e, que neste caso, positivava sua existência.

Mesmo no pós-segunda guerra mundial observa-se esse movimento. Em Goiás, como já disse – ainda na década de 1950, a raça, a civilização, serão vistas nestes moldes eugênicos aqui discutidos,

a ciência da eugenia forneceu ponte entre a ideologia racial e a cultura popular, definindo uma cultura de pobreza. Nos anos de declínio da era Vargas, essa ligação se tornou tão forte que resistiu por mais tempo do que o apoio oficial à ciência que a orientou. Embora a eugenia tivesse perdido legitimação no período após o fim da segunda guerra mundial, as instituições, práticas e pressuposições que ela criou persistiram. (DÁVILA, 2005, p. 93)

No caso particular de Goiás, a eugenia se torna tão presente que há uma substituição de vocábulos: postos de saúde se tornam postos de higiene.

[...]Desde o Centro da Saúde da Capital até os Postos de Higiene do interior, que careciam de tudo. Para abastecer essas unidades sanitárias já adquiri, em diversos Laboratórios, o mínimo de material imprescindível e quase todas já estão entrando em funcionamento razoável. [...] Não adiantaria programar, criar e mesmo inaugurar Postos de Higiene para funcionarem sem material ou fecharem suas portas pouco tempo depois. (ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA 1951 – 1954)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A saúde torna-se possível de ser alcançada com a higiene e, a ideia de profilaxia presente no discurso médico permite a substituição dos termos. Para tanto, são inaugurados ou proliferados os mecanismos de exclusão daqueles indesejáveis, dos que poderiam contribuir com genes problemáticos ou infestar o ambiente com sua presença.

Disse-nos ainda o Dr. Peixoto da Silveira que o prosseguimento das grandes obras do Hospital Central de Goiânia será posto em concorrência pública dentro de poucos dias. [...] A ampliação da Colônia Santa Marta e a criação de 3 novos dispensários de lepra no interior do Estado constituem objeto de um convênio que está sendo estudado para ser assinado com o governo federal. O Hospital Psiquiátrico “Adauto Botelho” deverá, pelo menos em parte, entrar em funcionamento, de vez que o Manicômio do Estado, não comporta, absolutamente, o número de doentes que ocorrem a esta Capital. Também a fundação de um Sanatório para tuberculosos em Goiânia, é uma das maiores preocupações do Sr. Governador, segundo nos informou o ilustre titular da Secretaria da Saúde (ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA 1951 – 1954)

As palavras supracitadas do então secretário de saúde do estado de Goiás, Dr. Peixoto da Silveira, demonstram as articulações realizadas para a distribuição dos mecanismos de exclusão na capital do estado. Em sua inauguração, Goiânia contará com apenas a Santa Casa de Misericórdia, nos anos posteriores iniciam-se a distribuição precisa destes hospitais no intento de realizar a completa higienização da cidade.

A loucura, a lepra e a tuberculose, três eixos de exclusão realizados no estado como o intuito de preservar os habitantes. Três grandes instituições que seriam locais de discurso, de construções identitárias, não para o doente, mas para o saudável, a elaboração de um comportamento benéfico com práticas de higiene que ultrapassariam as fronteiras e chegariam ao direito de existir enquanto ser social.

Foi através desses braços eugênicos que se pôde construir o discurso do moderno, da transformação do comportamento nos anos de 1930. Depois da expressão máxima – que foi a construção de Goiânia – era necessário ordenar, classificar, estabelecer os comportamentos adequados para o novo meio social que se inaugurava.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

É possível perceber a presença destas questões nos discursos conjugados de médicos e governantes como o do então governador Pedro Ludovico Teixeira – no seu segundo mandato – durante o III Congresso Médico do Brasil Central que se realizou em Goiânia entre os dias 07 e 11 de novembro de 1951.

A vossa presença, meus colegas, neste Estado Central tem uma alta significação e um elevado sentido de brasilidade, pois isto constitui uma afirmação de que há um interesse, atualmente, por todo o território nacional e não apenas pelo litoral ou pela sua vizinhança, como sempre acontecia. Não só viestes cumprindo uma exigência da vossa profissão, da ciência que cultivais, como movidos por um sentimento de fundo social e patriótico. [...] Tendes, na sua maioria, bebido ensinamentos em outros países da América como no Velho Continente e voltais, não raro, desses grandes centros em que a ciência médica se acha muitíssimo adiantada, satisfeitos como o grau que também atingiu a nossa cultura neste particular. (ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA 1951 – 1954)

A eugenia possibilitou a vários intelectuais a disseminação da ideia de se decifrar o povo através de sua própria configuração, assumindo dizeres como o de Euclides da Cunha, de ser o sertanejo “*cerne vigoroso de nossa nacionalidade*”. Assume-se essa identidade e comemora-se o eixo deixar o litoral e se estabelecer no interior, como que conclamando uma unidade nacional a partir tal feito.

No entanto, como já elucidamos, não se deixa de citar ou de se argumentar o avanço maior do Velho Continente. Há uma esperança de se tornar tanto quanto os europeus, a perspectiva de modernidade embutida nesses discursos teve grande auxílio do ideal eugênico que possibilitou a pretensa construção de uma nova sociedade goiana.

Mais adiante o governador acrescenta:

Só as endemias rurais bastavam para afligir imensamente os médicos, em ambientes que tais, onde não havia assistência pública e onde campeava a maior ignorância, não tendo o povo a menor noção de profilaxia. [...] Além de serem sofredores, desesperançados, que morrem à míngua, que nem podem socorrer-se da caridade pública, dado o isolamento do meio rural, são elementos negativos na comunhão nacional pela incapacidade de produzir. (ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA 1951 – 1954)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O homem do campo será um grande alvo do discurso médico em Goiás. A maioria da população do estado, neste momento, estará encerrada na zona rural e é perceptível a relação que se faz, por parte dos intelectuais goianos, ao personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato. É nele que se inspirará a possibilidade de cura realizada pelos médicos que serão, por isso, extremamente exaltados. Não é apenas o cumprimento de um dever profissional, mas um dever patriótico.

Esses elementos negativos deveriam ser positivados, a capacidade de produzir deveria ser alcançada para que não apenas o estado, mas toda a nação brasileira pudesse usufruir de uma população apta ao trabalho. Mas era preciso, porém, conseguir uma forma de retirar os que não conseguissem ser positivados, por isso os mecanismos de exclusão foram de intensa importância no processo de transformação desse homem do campo. O valor atribuído à medicina enquanto ciência e à construção de uma identidade médica quase que de uma missão divina para o bem da pátria, está apoiada no cerne das correntes eugênicas.

A eugenia possibilita a construção deste profissional no imaginário social goiano, como a única saída possível do atraso discursivo em que se encontravam. A possibilidade de classificação dos indivíduos, o melhoramento da *raça*, que, saudável auxiliaria no processo de enriquecimento da nação, a visão da modernidade pelas vias da higienização, foram incorporados pelo discurso médico e político de Goiás desde os anos de 1930.

Como lidamos com processos, os projetos eugênicos discutidos e pensados em 1930 ganharam efetivação na década de 1950. A exclusão, a busca da modernidade, a classificação, a ordenação, a busca de uma prole saudável, de indivíduos aptos a trabalharem, são efetivados nesta década a partir da proliferação dos mecanismos de legitimação.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Mais adiante o governador, ao comentar a afirmação de Miguel Pereira de que o “Brasil é um vasto hospital”, realiza as seguintes colocações:

Contestada às vezes, o que é verdade é que ainda subsistem as razões que a motivaram, tanto assim que, mais de três décadas após, ainda puderam escrever-se as seguintes palavras, que são de um técnico especializado e paciente observador dos meios brasileiros: „Habitamos um pedaço do planeta – adverte o Dr. Pompeu do Amaral<sup>2</sup>, em que as porcentagens de morbidade e de mortalidade assustam. Vivemos em uma parte do mundo onde as crianças, quando nascem, morrem em quantidade, antes mesmo de completarem o primeiro ano de vida, onde são quase incríveis os índices que denunciam a frequência da tuberculose; onde as cifras que acusam os incapazes para o trabalho e para o serviço militar são seguramente consideráveis; onde a duração da vida está calculada numa idade em que o homem nem se quer adquiriu o seu completo desenvolvimento nem está de plena posse do seu vigor físico, e em que a mulher apenas começou a sua função de procriação. Esses dados dão ideia exata da reduzida resistência física e da precariedade das condições de saúde da nossa gente”. (ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA 1951 – 1954)

O governador em seu discurso procura chamar atenção para as características citadas por outro médico que traduzem as mazelas que atingem o Brasil. Sua busca evidencia que os outros estados não estão completamente diferentes de Goiás, essas doenças parecem assolar todo o território brasileiro e que, portanto, não seria assim um sertão abandonado.

Em seu discurso deixa muito clara a divisão dos papéis sociais desenvolvidos pelos homens e mulheres naquele momento. A função seria tornar os homens aptos para o exército e o trabalho, e as mulheres saudáveis para dar a luz às proles. Os dados

<sup>2</sup> Francisco Pompeu do Amaral nasceu na cidade de Campinas em 1907, filho do médico Abelardo Pompeu do Amaral. Tornou-se Médico Nutrólogo e Educador pela Faculdade de Medicina de São Paulo e escreveu livros e comunicações acerca da alimentação dos brasileiros em geral e do estado de São Paulo. Aqui enumeram-se algumas de suas obras:

1955 – “Escassa capacidade física e mental de nossa gente, como consequência das condições econômico-sociais que enfrenta.” – Revista Brasiliense.

1955 – “O Leite – Problema Nacional.” – Ed. José Olympio

1963 – “O problema da alimentação – Aspectos médicos-higiênicos-sociais.” 1963 Ed. José Olympio  
O mesmo faleceu no ano de 1990.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

estatísticos que Pedro Ludovico utiliza do outro médico são exatamente para dar alusão que todos os estados naquele momento visualizavam a situação daquela forma.

Utilizando-se dos dizeres do Dr. Pompeu do Amaral, isenta-se de estar se referindo a características apenas do estado de Goiás, dessa forma, coloca como um todo, uma necessidade brasileira de se preparar homens para o trabalho e mulheres para os partos de proles sãs. Essa identidade de *salvadores da nação* é incorporada pelos próprios médicos, que se comportam realmente como se tivessem nas mãos o poder de curar todo país.

O discurso eugênico possibilitou que os mesmos se vissem de tal forma, além de lidarem com o limiar entre vida e morte, são colocados como agentes proliferadores da saúde da população. Essa mesma população, no entanto, nem sempre legitimou esses discursos médicos de salvação via ciência, devido à medicina popular e costumes regionais. Porém, a sociedade tornou-se mais científica, os comportamentos passaram a ser ditados por normas médicas, a sociedade legitimou o discurso da saúde e da doença e, assim, a classe médica constrói para si essa identidade da salvação:

Creio [...], que as lamentáveis condições de fraqueza física da nossa gente são o efeito de três causas originárias que devemos encarar de frente, causas econômico-sociais, e a subalimentação e a falta de educação popular. São, como vimos, fatores complexos, cuja remoção, se desafia a nossa resolução e as nossas energias, nem por isso fará esmorecer o nosso patriotismo e o desejo de tudo fazermos em prol do interior do Brasil. (ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA 1951 – 1954)

Neste trecho o governador Pedro Ludovico caracteriza o ambiente do sertanejo, as causas de sua *doença* que o impede de produzir. Alimentação, educação e atividade econômica são os três eixos nos quais se sustenta a ideia de transformação do homem, é interessante como os médicos atribuem para si o dever patriótico de sanar tais problemas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Através de normas de comportamento produz-se na mentalidade local um comportamento ideal, homogêneo, é o que faz com que as culturas criem suas próprias zonas patológicas. Na transformação dos hábitos embute-se a exclusão daqueles que não auxiliarem nas medidas profiláticas, ou se encaixarem em padrões estabelecidos socialmente.

Não obstante a essa intervenção na vida social através da regulação dos corpos, busca-se cristalizar tal controle na mentalidade dos indivíduos através da educação. A escola trará a possibilidade de se conquistar a mente, de trazer para o meio cultural a exclusão. De que forma realizo tal afirmação?

Primeiramente há uma intervenção médica, a presença da medicina ditando as regras, as normas, juntamente com o Estado na construção de hospitais, sanatórios, preventórios, portanto, a exclusão é feita via autoridade médica. Através da educação, os indivíduos passam a excluir por si mesmos, constroem mecanismos de defesa contra o que enxergam como não saudável e que necessita ser retirado do corpo social.

Assim, a educação sanitária passará a fazer parte dos currículos das escolas no Brasil como intuito de levar aos lares o comportamento adequado para uma vida saudável e higiênica. A eugenia auxiliou na gestão desses mecanismos em Goiás, o que perdurou ainda por muitos anos. As escolas, os hospitais, tinham em mente curar esse homem até o percurso dos anos sessenta durante a ditadura militar no Brasil.

Mas o que aqui é importante ser observado é a permanência desses ideais no discurso médico-político durante algum tempo a mais em Goiás. A eugenia possibilitou embasamento para elaboração de uma biopolítica no estado, que mudou a capital, transformou os comportamentos através dos locais de exclusão e das práticas de internação.

**Bibliografia**



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

DÁVILA, Jerry. *Diplomacia da Brancura: Política Social e Racial no Brasil – 1917 – 1945* 1ª Ed. 2005 ed. UNESP São Paulo – SP.

ECHAZÁBAL, Lourdes Martínez: *O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual?* In: Raça, Ciência e Sociedade 1ª Ed. ed. FIOCRUZ 1998 Rio de Janeiro – RJ.

FOUCAULT, Michel *A Ordem do Discurso* São Paulo: Ed. Loyola, 2007.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de *Saúde e Doenças em Goiás – A medicina possível Goiânia*: Ed. UFG, 1999.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder *O Imaginário Moderno no Brasil* In: A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30 Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás* Ed. Oriente 1976 , Goiânia – GO.

RAMOS, Jair de Souza. *Como Classificar os Indesejáveis?* In: Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na Obra de Edgard Roquette-Pinto Ed. FIOCRUZ 1ª ed. 2008 Rio de Janeiro - RJ

SANTOS, Ricardo Ventura. *Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX* In: Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na Obra de Edgard Roquette-Pinto Ed. FIOCRUZ 1ª ed. 2008 Rio de Janeiro - RJ

SOUZA, Vanderlei Sebastião. “*As leis da Eugenia*” na *Antropologia de Edgard Roquette-Pinto*. In: Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na Obra de Edgard Roquette-Pinto Ed. FIOCRUZ 1ª ed. 2008 Rio de Janeiro - RJ

Documentação:

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, Goiânia. *Arquivos de Saúde Pública*  
Setembro de 1951 a Abril de 1954.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**AS PLANTAS MEDICINAIS NA FEIRA DE MORRINHOS: A TRADIÇÃO DA  
MEDICINA CASEIRA E SUA ADAPTAÇÃO AO CONTEXTO DA  
VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CURA ALTERNATIVAS**

Kléber Inácio da Silva <sup>1</sup>  
André Luiz Caes <sup>2</sup>

**Resumo:** Na história da humanidade as plantas medicinais sempre tiveram um papel fundamental. Desde os primórdios das culturas humanas elas são utilizadas como meio para curar as mais diversas doenças, constituindo o principal recurso das sociedades na busca por amenizar os problemas que sempre existiram em relação à saúde das pessoas. Ainda nos dias atuais, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 80% da população do planeta é dependente do tratamento com as plantas ou ainda utiliza esses tratamentos para complementar as recomendações da Medicina oficial. Essa realidade é bastante comum nas feiras de produtos rurais nas cidades brasileiras, nas quais raizeiros e raizeiras comercializam essas plantas e também suas receitas, como é o caso das garrafadas. Neste trabalho apresentamos o resultado de pesquisa realizada na cidade de Morrinhos, na qual a tradição da medicina popular permanece viva e se adapta ao contexto da valorização das práticas alternativas de cura.  
**Palavras-chave:** Morrinhos; Plantas Medicinais; Curas Alternativas.

### **Introdução**

O ser humano, desde o seu surgimento no planeta, utiliza componentes da natureza como plantas, frutas, cascas e raízes para se alimentar e para tratar seus males físicos e espirituais. As plantas com propriedades medicinais foram o único recurso encontrado pelos seres humanos num longo período da história e o conhecimento de seu uso para a cura sempre foi imprescindível. Até hoje esse recurso é fundamental para todas as populações, especialmente aquelas que ainda não tem acesso a atendimento médico estatal ou cujo acesso a esse atendimento é precário. Como destaca Maciel et al (2002):

O conhecimento sobre plantas medicinais simboliza, muitas vezes, o único recurso terapêutico de muitas comunidades e grupos étnicos. As

<sup>1</sup> Graduando em História – UEG – Câmpus Morrinhos – contato: kleberkk5@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em História – UEG – Câmpus Morrinhos (Orientador) – contato: [andreluizcaes@gmail.com](mailto:andreluizcaes@gmail.com)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

observações populares sobre o uso e a eficácia de plantas medicinais de todo mundo, mantém em voga a prática do consumo de fitoterápicos, tornando válidas as informações terapêuticas que foram sendo acumuladas durante séculos. (MACIEL et al., 2002, p. 429)

Existem placas de barro de milhares de anos, produzidas na Mesopotâmia, que fazem referência a tratamentos, registrando as propriedades das ervas. Há também registros da utilização de ervas medicinais nas culturas da China, Egito e Índia (BANÓSKI, 2010). Outro documento antigo sobre o uso das plantas medicinais é o Papiro de Ebers, de 1550 a. C., encontrado em Luxor, no Egito, nele estão apontados “cerca de 700 drogas diferentes, incluindo extratos de plantas, metais (chumbo e cobre) e veneno de animais” (BANÓSKI, 2010).

Outras culturas, como a dos babilônios, gregos, romanos, etc., com suas singularidades, praticavam tratamentos através das plantas. O aprimoramento desses conhecimentos durante toda a história permitiu o desenvolvimento da medicina praticada por médicos, como se conhece hoje.

No Brasil, o uso de plantas medicinais também remonta a um passado remoto, desde o período das tribos indígenas aqui existentes quando da chegada dos portugueses. Estes, desde os primeiros contatos com os indígenas, observaram o uso frequente que os mesmos faziam das ervas: “Os chamados pajés (curandeiros) dominavam tanto o conhecimento sobre as plantas que deveriam ser empregadas para tratar determinada doença, como também os rituais, que muitas vezes eram o complemento da ação terapêutica”. (PEIXOTO NETO, CAETANO, 2005, p. 14 e15)

Com a chegada dos primeiros Jesuítas ao Brasil, em 1579, começou o intercâmbio entre as práticas medicinais europeias e as indígenas. Os padres formulavam receitas que eram chamadas “boticas dos colégios”, medicamentos à base de ervas segundo a tradição portuguesa (JORGE, 2010, p. 10). Rodrigues (2001) mostra que, além das práticas medicinais portuguesas e indígenas, a medicina popular brasileira também recebeu influência dos africanos que aqui chegaram como escravos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Esses conhecimentos sobre os medicamentos predominaram no Brasil até o século XIX, quando foram criadas – por D. João VI – as primeiras Faculdades de Medicina do Brasil, no Rio de Janeiro e na Bahia. Desse momento em diante o embate entre o popular e o científico no campo da medicina será constante e acarretará na conquista da hegemonia no tratamento de doenças pela Medicina Científica, já no final do século. (COSTA, 2004)

No Brasil, os costumes da medicina popular foram influenciados não apenas pela modernização da medicina e a ampliação dos conhecimentos da ciência e da tecnologia. As políticas do Estado para ampliar a exploração capitalista do território, especialmente na área do hoje chamado agronegócio, trouxeram importantes modificações na relação entre o homem e a natureza estimulando o processo de urbanização e o afastamento das pessoas em relação às tradições ligadas à vida na zona rural.

Essas políticas atingiram de forma significativa a região Centro-Oeste e o Cerrado, que possui aproximadamente 2.000.000 Km<sup>2</sup> de área e representa 25% do território nacional. Sendo um ecossistema rico e variado, o Cerrado se tornou, segundo Myers et al. (2000), uma das 25 áreas de grande biodiversidade mais ameaçadas do planeta. Para Inocêncio (2010) a principal causa da atual situação do Cerrado foi a política implantada para o desenvolvimento da agricultura desde o período dos regimes militares. Essa política:

Teve como principais características: expropriação camponesa; priorização no cultivo de gêneros agrícolas destinados a exportação; atendimento aos interesses da elite rural; impactos ambientais em detrimento do uso de agrotóxicos; aumento do desemprego no campo e consequente êxodo rural, dentre outras consequências. Portanto foi a tecnificação e mecanização das lavouras com desdobramentos no processo produtivo. (INOCÊNCIO, 2010, p. 27)

Sem discutir aqui se essas medidas trouxeram mudanças positivas e necessárias à economia do país, como foi defendido pelos governos que as estimularam, o fato é que houve a aceleração da urbanização e a emergência de cidades cada vez mais populosas e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

caracterizadas como centros comerciais devido ao desenvolvimento industrial desde a década de 1970.

Nesse processo de migração do campo para as cidades aconteceu a perda de parte das tradições da agricultura familiar, que foram deixadas de lado tanto pelos antigos produtores rurais que se afastaram do campo, como pelos grandes proprietários de terra que investiram na mecanização e na possibilidade de alcançar grandes lucros. Além disso, com o crescimento do agronegócio, houve desmatamento de grandes e variadas áreas naturais em todas as regiões do país, sendo que as leis quanto à preservação ambiental, que abrangem florestas, rios e a rica biodiversidade do Brasil, em geral não foram cumpridas (FERREIRA, 2003).

Entretanto, mesmo tendo sofrido com o desmatamento desenfreado “o Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, estimada em cerca de 20% do número total de espécies do planeta” (CALIXTO, 2003, p. 37). O país continua a possuir grande diversidade de espécies de plantas cujos frutos, folhas, cascas ou raízes contêm propriedades medicinais. Essa riqueza tem despertado cada vez maior interesse do meio acadêmico, cujos pesquisadores, além de procurar identificar os princípios ativos das plantas, têm demonstrado a preocupação com a importância que as plantas medicinais têm para as pessoas e comunidades.

Nessas novas pesquisas sobre as plantas medicinais redescobriu-se o valor dos conhecimentos tradicionais sobre a utilização das mesmas e se percebeu a importância dos significados culturais da preservação dos saberes que foram produzidos nas comunidades ligadas à terra em todos os locais. É nesse contexto que emerge o campo de conhecimento da Etnobotânica e que se realiza uma mudança na perspectiva da ciência em relação às formas e fórmulas que são utilizadas nos meios tradicionais para atingir a eficácia dos medicamentos.

**Material e métodos**



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Na primeira parte do trabalho focalizamos a pesquisa bibliográfica e estudamos diversos artigos que tratam da utilização das plantas medicinais em comunidades e cidades de todo o Brasil. Além dos trabalhos citados no texto, estudamos Alves, Silva e Alves (2008), Turolla e Nascimento (2006), Pimenta (2004), Guimarães (2005), Queiroz e Canesqui (1986), Mandu e Silva (2000), Guizadi e Pinheiro (2008), Brasileiro et al (2008), entre outros, procurando compreender o universo da pesquisa atual sobre o uso de plantas medicinais.

Já na segunda parte, falamos especificamente da prática de pessoas que receitam e comercializam plantas medicinais na cidade de Morrinhos, refletindo, a partir de entrevistas semiestruturadas, sobre a perspectiva de uso desses medicamentos na atualidade e sobre como essas pessoas percebem e entendem seu papel na comunidade.

**Resultados e discussão**

Nas cidades brasileiras há grande procura de tratamento indicado por raizeiros e raizeiras. Essas pessoas tratam a população com plantas medicinais, xaropes e garrafadas, orientando os outros sobre como usá-las. Em alguns casos, os raizeiros e raizeiras sobrevivem do comércio das plantas e demais produtos.

Por outro lado, o Decreto Federal de nº 5.813 de 22 de junho de 2006, estabeleceu a “Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos”, na qual há o incentivo à realização de pesquisas que busquem o conhecimento sobre a produção de fitoterápicos que atendam às necessidades da população. Esse decreto também propõe a implantação de serviços pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2006).

Essa preocupação governamental indica mudança de perspectiva sobre a importância da utilização dos medicamentos à base de plantas na sociedade atual. No Brasil de hoje, tanto os medicamentos naturais de produção caseira como os de produção comercial estão presentes na legislação federal. Essa mudança mostra uma aproximação

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

entre o saber científico e o saber popular sobre a utilização das plantas como medicamento e indica que a Medicina Popular merece ser compreendida para que seja útil à sociedade e à ciência.

Segundo Albuquerque (2005), há uma abordagem científica dentro da Biologia que aborda a relação entre os símbolos, a natureza e a cultura. Essa abordagem é oferecida pela Etnobotânica, ciência que utiliza as memórias dos praticantes da Medicina Popular para poder registrar e preservar esse saber sobre a coleta das plantas e a produção dos remédios. Esse saber registra a forma como os raizeiros e raizeiras aprenderam a arte de conhecer as plantas medicinais, as formas de colher as folhas, raízes, brotos, cascas e flores, além do modo de fazer as receitas. Essas informações fornecem bases empíricas que contribuem para a realização de estudos científicos na área da Etnobotânica.

Neste estudo, abordamos as experiências e o saber da medicina natural de duas irmãs raizeiras, M.L.S. (73 anos) e I.F.S. (66 anos), do município de Morrinhos, Goiás, procurando analisar o espaço que sua atividade possui na comunidade atualmente. Mesmo sem entrar especificamente na análise botânica das plantas e remédios que são utilizadas pelas raizeiras, nos aproximamos do saber das mesmas a partir dos conceitos que fundamentam essa ciência.

O predomínio, na sociedade atual, da vida nas cidades sobre a vida no campo e a modernidade que acompanha a efetivação dos centros urbanos, fez com que as pessoas se adaptassem a estilos de vida diferentes daquela vida do campo. Entretanto, mesmo nas cidades, as pessoas tendem a misturar velhos e novos costumes.

Os raizeiros e raizeiras são personagens que representam a cultura tradicional, detentoras dos conhecimentos que marcavam a vida mais próxima da natureza, conhecimento que foi passado entre das gerações. Essas pessoas, por meio dos recursos da natureza, como as plantas medicinais, cuidam da saúde da população utilizando os conhecimentos da Medicina Popular.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

As raizeiras que entrevistamos estão inseridas neste contexto e detêm o conhecimento sobre o cuidado com as plantas e com a utilização dos remédios. Para elas, o uso dos medicamentos feitos com plantas deve ser realizado com bastante atenção, exigindo saber a forma correta da colheita, qual a parte da planta ou raiz deve ser utilizada, além da quantidade precisa para a preparação dos remédios. O conhecimento a respeito dos métodos de utilização das plantas é fundamental, pois existem bactérias que resistem à fervura, necessitando de outros métodos para que sua utilização seja segura, sem prejudicar o “doente” (M.L.S e I.F.S., Entrevista, 2016)<sup>3</sup>.

Elas possuem em seus quintais muitas espécies de plantas medicinais, que são procuradas por muitas pessoas da comunidade local. As irmãs afirmam que o conhecimento sobre plantas medicinais foi passado pela avó e pela mãe. A saúde da família era cuidada por elas, por meio das plantas medicinais, pois era praticamente o único recurso possível quando crianças.

A Sra. I.F.S. afirma que os ensinamentos que sua avó deixou são muito importantes para ela. Essa senhora mora na zona urbana da cidade de Morrinhos, sendo bastante procurada pelas pessoas que procuram plantas medicinais e remédios. Ela reconhece que são poucas as pessoas que cultivam as plantas medicinais e que sabem fazer os remédios. Ela considera importante divulgar esse conhecimento para as pessoas que se interessam, pois: “ninguém mais quer saber disso não” (I.F.S., Entrevista, 2016).

Além das plantas de jardim, ela cultiva 10 espécies de plantas medicinais em seu quintal. As plantas que ela não tem, quando precisa pega com a irmã na fazenda ou compra na feira de Morrinhos, na qual existe uma banca de raizeiro que comercializa plantas medicinais. Com essas plantas ela faz o remédio e transmite o conhecimento que possui para as pessoas que a procuram.

---

<sup>3</sup> Entrevistamos as raizeiras que são identificadas no texto, que preferiram a não publicação dos nomes completos no presente trabalho. As entrevistas foram realizadas com autorização das mesmas e foram transcritas, permanecendo como fontes do trabalho.

## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Já a Sra. M.L.S., mora na fazenda e cuida do cultivo de pelo menos 28 espécies de plantas medicinais<sup>4</sup>. Essa senhora conhece as propriedades curativas das plantas que possui, mas quase não faz o uso delas. Ela gosta de conservar as espécies: “eu gosto é de plantar pra não deixar que acabe” (M.L.S., Entrevista, 2016). Na sua opinião é importante a conservação desse conhecimento para que não seja esquecido.

As irmãs entendem que a medicina natural é uma alternativa ou complemento, em muitos casos, à Medicina científica. Para elas, é bom que as pessoas conheçam o poder curativo das plantas, sem deixar de ir nas consultas médicas e seguir os tratamentos com os remédios químicos.

As entrevistas realizadas com as irmãs enfocam o conhecimento que elas têm sobre as plantas medicinais, registrando de forma científica a forma de utilização que aprenderam dentro da família e também com a experiência.

As pessoas que detém esse conhecimento manifestam uma afinidade com a “identidade” de raizeiro ou raizeira. Elas se sentem bem quando são procuradas para fazer suas receitas, requisitadas para aplicar os medicamentos que produzem e em saber dos resultados de sua atividade. Woodward (2009) propõe que “é por meio dos significados

<sup>4</sup> As plantas utilizadas pelas raizeiras são as seguintes: MAMA-CADELA (*Brosimum guadichaudii*), DOURADINHA (*Waltheria douradinha*), ANJICO (*Anadenanthera peregrina*), CHAPÉU-DE-COURO (*Echinodorus grandiflorus*), COPAÍBA (*Copaifera langsdorffii*), BARBATIMÃO (*Stryphnodendron adstringens*), BABOSA (*Aloe vera*), ALFAVACA-CRAVO (*Ocimum basilicum purpureum*), ERVA-CIDREIRA-DE-ARBUSTO (*Lippia alba*), BOLDO-BAIANO (*Vernonia condensata*), ROMÃ (*Punica granatum*), GENGIBRE (*Zingiber officinale*), CATINGA-DE-MULATA (*Aeollanthus suaveolens*), CHUCHU (*Sechium edule*), MANJERONA (*Origanum majorana*), HORTELÃ (*Mentha piperita*), VIQUE (*Ocimum sp.*), ERVA-CIDREIRA (*Cymbopogon citratus*), ALECRIM (*Rosmarinus officinalis*), ALFAVACA (*Ocimum gratissimum*), LOSMA (*Artemisia absinthium*), HORTELÃ (*Mentha villosa*), FUNCHO (*Foeniculum vulgare*), SABUGUEIRO (*Sambucus nigra*), HORTELÃ-PIMENTA (*Mentha x piperita citrata*), ERVA-DE-SANTA-MARIA (*Chenopodium ambrosioides*), RIBARBO (*Iris sp.*), GINSENG (*Pfaffia glomerata*), MACELÃO (*Achillea millefolium*), BÁLSAMO (*Sedum dendroideum*), POEJO (*Mentha pulegium*), BOLDO (*Plectranthus crennus*), HORTELÃ-DA-FOLHA-BRANCA (*Mentha arvensis*), MANJERICÃO (*Ocimum basilicum*), CAFÉ (*Coffea arábica*), SÁLVIA (*Salvia officinalis*), LIMA-DE-BICO (*Citrus limettoides*), ARTEMIGIO (*Tanacetum parthenium*), MARCELA (*Chamaemelum nobile*), FIGO (*Ficus carica*), ARRUDA (*Ruta graveolens*), PÉ-DE-PERDIZ (*Croton antispyhiliticus*), TANCHAGEM (*Plantago major*).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (p. 17).

Pensando nesse conceito, entendemos que as senhoras ocupam uma posição especial em um meio cultural específico, o da comunidade da cidade de Morrinhos – GO. Neste local, elas são reconhecidas socialmente como raizeiras, fato que as estimula a manter viva a tradição recebida. Elas falam do lugar que a cultura local lhes proporcionou. Elas se tornaram um elo entre a tradição e a cultura atual, especificamente no caso das práticas populares de medicina, que hoje retornam ao palco da cultura científica que no passado tentou desqualificá-las.

Apesar da existência de preconceitos, a credibilidade desses métodos não científicos é crescente, tornando significativa a reflexão sobre as práticas populares de medicina, levando em consideração os aspectos históricos que compõem essas práticas, a influência das tradições e costumes populares na procura por essas práticas e as atividades das raizeiras que utilizam cotidianamente esses recursos alternativos na solução de problemas de saúde entre pessoas de sua comunidade.

#### **Considerações finais**

A experiência de raizeiros e raizeiras de todo o Brasil, que cuidam da saúde da população com seus conhecimentos sobre as plantas medicinais e sobre a produção de remédios naturais, passou a ser bastante valorizada na atualidade estimulando muitas pesquisas científicas.

Essa nova situação vivida nas pesquisas possibilita que essas pessoas conhecedoras do uso tradicional das plantas tenham seu valor social e cultural reconhecidos e suas receitas sejam objeto de investigação científica, contribuindo para o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos que possam ser utilizados também pelo sistema de saúde pública.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

As experiências das raizeiras de Morrinhos se enquadram nessa perspectiva, mostrando como a sociedade reconhece seus conhecimentos sobre as plantas e quais são as plantas que elas utilizam. Com os estudos que podem ser desenvolvidos a partir das pesquisas deste e de outros trabalhos esses conhecimentos podem contribuir para o melhor conhecimento científico sobre as propriedades das plantas.

**Referências Bibliográficas:**

- ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução à etnobotânica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2005. 93 p.
- ALVES, R. R. N.; SILVA, C. C. & ALVES, H. N. Aspectos socioeconômicos do comércio de plantas e animais medicinais em áreas metropolitanas do Norte e Nordeste do Brasil. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, 8: 181-189, 2008.
- BANÓSKI, S. A. **Ervas medicinais**. Disponível em: <<http://www.atenas.edu.br/faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/RevistaCientifica/REVISTA%20CIENTIFICA%202008/3%20ERVAS%20MEDICINAIS%20-%20Solange%20Aparecida%20Banoski.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília, DF, 2006.
- BRASILEIRO, Beatriz G.; PIZZIOLLO, Virgínia R.; MATOS, Danilo S.; GERMANO, Ana Maria e JAMAL, Cláudia C. Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no “Programa Saúde da Família”, Governador Valadares, MG, Brasil. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 44, n. 4, out-dez/2008.
- CALIXTO, J. B. Biodiversidade como fonte de medicamentos. **Ciência e Cultura**. vol.55 n. 3, São Paulo, jul/set, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- ENTREVISTAS. M.L.S. e I.F.S. (raizeiras). Entrevistas concedidas em Morrinhos, junho de 2016.
- FERREIRA. I. M. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) –Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2003.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. Rio de Janeiro, **Revista História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, v. 12, n. 2, mai-ago/2005.

GUIZARDI, Francini Lube e PINHEIRO, Roseni. Novas práticas sociais na constituição do direito à saúde: a experiência de um movimento fitoterápico comunitário. Botucatu, **Interface**, v. 12, n. 24, jan-mar/2008.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **Proceder e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) -Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

JORGE, S. da S. A. **Plantas medicinais, coletânea de saberes**. Disponível em: [http://www.fazendadocerrado.com.br/fotos\\_noticias/1280/livro.pdf](http://www.fazendadocerrado.com.br/fotos_noticias/1280/livro.pdf) Acesso em fevereiro/2016.

MACIEL, M. A. M.; PINTO, A. C.; VEIGA, V. E. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. **Química Nova**, v. 25, n. 3, p. 429-438, 2002.

MANDU, Edir Nei Teixeira e SILVA, Graciette Borges da. Recursos e estratégias em saúde: saberes e práticas de mulheres dos segmentos populares. Ribeirão Preto, **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 8, n. 4, ago/2000.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**. v. 403, n. 6772, p. 853-858, 2000.

PEIXOTO NETO, P. A. S.; CAETANO, L. C. **Plantas medicinais: do popular ao científico**. Maceió: Edufal, 2005.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. Rio de Janeiro, **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11, suplement. 1, 2004.

QUEIROZ, Marcos de Souza e CANESQUI, Ana Maria. Contribuições da Antropologia à Medicina: uma revisão de estudos no Brasil. São Paulo, **Revista de Saúde Pública**, v. 20, n. 2, abr/1986.

RODRIGUES, Antônio Greco. Buscando raízes. Porto Alegre, **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 16, dez/2001.

TUROLLA, M. S. dos R; NASCIMENTO, E. de S. Informações toxicológicas de alguns fitoterápicos utilizados no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 42, n. 2, abr./jun., 2006.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.  
**Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.  
72p.

1.132

SIMPÓSIO TEMÁTICO 22

História da Educação: tempos, recortes,  
fontes e métodos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: MARCOS  
HISTÓRICOS E POLÍTICOS RELEVANTES**

Beatriz Ribeiro A.Picolini (UFG-RC)<sup>1</sup>  
Maria Marta Lopes Flores(UFG-RC)

**Resumo:** A pesquisa acerca da trajetória da Educação Especial viabiliza o entendimento da constituição desse campo de estudo. O objetivo, então, do presente trabalho, foi descrever a constituição da trajetória da Educação Especial no Brasil, considerando os marcos históricos e políticos. Para tanto realizou-se um estudo teórico embasado em autores que pesquisam a temática, quais sejam: Corde (1997); Jannuzzi (2006); Mazzotta (2011); Mendes (2010); Miranda (2008) e Sasaki (1997). Constatou-se, então, que o percurso da Educação Especial no Brasil é marcado tanto pela concepção de deficiência predominante na época, como por interesses políticos que a consideraram relevante ou não, assim determinando os serviços, os investimentos e a direção dada a essa área. Desse modo, ocorreram períodos em que a pessoa com deficiência era segregada, assim não era uma preocupação e não havia serviços direcionados a ela; em seguida, vê-se a criação de instituições privadas e filantrópicas que seguiam uma linha de atendimento clínico/terapêutico, simultaneamente, surgem classes especiais dentro da rede regular de ensino pública; emerge, também, o modelo de integração/normalização e, por fim, verifica-se o paradigma da Educação Inclusiva que garante o acesso e a permanência na rede regular. Entretanto, a escola de qualidade para todos ainda necessita ser construída.

**Palavras-chave:** Trajetória; Educação Especial; História.

### **Introdução**

A escolha de um campo de estudo perpassa o conhecimento de sua história, sua constituição e os marcos que o direcionam. Dessa maneira, concordamos com Mazzotta (2011, p.12) no que se refere aos antecedentes, ou seja, “não ficar preso ao passado, mas

---

<sup>1</sup>Mestranda-UFG/RC; e-mail: biaderibeiro@gmail.com.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

incorporá-lo na construção do novo é buscar sólidas alternativas para melhores propostas”. Assim, faz-se necessário a busca pelo percurso de determinado objeto, no caso a Educação Especial.

Nesse sentido, o trabalho, em questão, objetivou descrever a constituição da trajetória da Educação Especial, no Brasil, considerando os marcos históricos e políticos. Para tanto, realizamos um estudo teórico que abarcou os seguintes autores: Brasil (2005); Corde (1997); Jannuzzi (2006); Mazzotta (2011); Mendes (2010); Miranda (2008) e Sasaki (1997).

### **Percurso da Educação Especial**

A Educação Especial, no Brasil, a partir da década de 1990, passou por diversas mudanças, assim o paradigma vigente, chamado de “Integração” foi revisto e surge a Educação Inclusiva, que garante aos alunos com deficiência o direito à educação, portanto, o acesso e permanência no ensino regular.

Entretanto, a concepção de deficiência, assim como a postura das sociedades diante dessas pessoas, apresentam suas especificidades, dependendo do momento histórico e político vivenciado. Nesse sentido, Sasaki (1997) ressalta que:

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que por causa das condições atípicas não lhe pareciam pertencer a maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais. (p.16)

Desse modo, na Antiguidade, de acordo com Miranda (2008) as pessoas com deficiência eram abandonadas, perseguidas e até eliminadas. Já na Idade Média, ocorria uma variação no tratamento, ou seja, conforme a concepção da comunidade, na qual, a pessoa estava inserida, ora predominava a caridade, ora o castigo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Com o surgimento da Idade Moderna e, concomitantemente, da ciência observou-se uma preocupação com a educação e socialização dessas pessoas. Mazzotta (2011, p.17) assinala que “foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Contudo, prevalecia uma visão patológica do indivíduo, e em consequência, o desprezo da sociedade. (MIRANDA, 2008)

Em relação ao Brasil, Jannuzzi (2006, p. 8) destaca que as primeiras iniciativas relativas à educação da pessoa com deficiência, tanto por parte do governo, como da sociedade civil, datam do final do século XVIII e começo do XIX. Dessa maneira, o atendimento a essas pessoas “provavelmente, iniciou-se através das Câmaras Municipais ou das confrarias particulares”.

Desse modo, a primeira instituição criada para o atendimento, especificamente ao deficiente visual, data de 1854, o chamado “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”. Sua criação é marcada pela influência de José Álvares de Azevedo, brasileiro, cego que estudou em Paris e, ao chegar ao Brasil observou o abandono em relação aos cegos. Resolveu, então, traduzir e publicar um livro acerca do Instituto dos Meninos Cegos de Paris e, em consequência, passou a dar aulas à filha do médico do Imperador. O médico, em questão, doutor Sigaud encaminha um projeto que resulta no referido Instituto. (JANNUZZI, 2006)

Vale registrar que conforme Mazzotta (2011, p.29) “mais tarde, em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto n. 1320, a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao ilustre e atuante ex-professor de Matemática e ex-diretor, Benjamin Constant Botelho de Magalhães”. Tal nomenclatura prevalece nos dias atuais.

Outro Instituto que tem sua criação na mesma época, em 1857, foi o “Instituto Nacional dos Surdos-Mudos”. Ernesto Huet, francês e educador, foi o idealizador, que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

através do marquês de Abrantes, levou o projeto ao Imperador D. Pedro II. Posteriormente, em 1957, a instituição passa a denominar-se “Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

É importante salientar que essas duas instituições eram ligadas à administração pública e tiveram sua criação vinculada às pessoas ilustres da época. Entretanto, o atendimento oferecido era precário, pois, conforme Jannuzzi (2006), em 1874, eram atendidos somente 35 alunos cegos e 17 surdos.

Convém registrar, então, que apesar da criação dessas instituições voltadas à pessoa com deficiência, o atendimento era insatisfatório, reservado a uma minoria. Em relação às outras deficiências ou ao que era considerado diferente, geralmente eram acolhidos em hospitais e asilos. Simultaneamente, a Educação popular não era prioridade do governo, mesmo estando já implícito a idéia de educação para todos na Constituição de 1824.

No contexto da sociedade predominante na Primeira República, caracterizada como pouco urbanizada e preeminente rural, não havia uma preocupação com a instrução primária, com a educação popular e a educação da pessoa com deficiência também não era relevante. Jannuzzi (2006) assevera que

A aristocracia rural não precisava favorecer a educação, pois que esta economia agrária, baseada em instrumentos rudimentares, enxada sempre, arado às vezes, não a requeria. O voto era censitário, mesmo depois da Reforma Saraiva ou da Lei do Censo de 9 de janeiro de 1881, isto é, o voto continuava vinculado à renda anual e dela também dependia poder eleger-se senador e deputado. ( p. 23)

Diante do quadro, tanto a educação popular como a educação para o deficiente eram escassas, pois não eram necessárias como produtoras de mão de obra. Contudo, ocorreram algumas ações isoladas referentes somente ao deficiente visual e auditivo, sendo as outras deficiências desconsideradas. Dessa maneira, na sociedade rural e descolarizada a escola era destinada as camadas sociais alta e média.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Em relação ao atendimento à pessoa com deficiência, predominante na época, Jannuzzi (2006) destaca duas vertentes: médico-pedagógica e a psicopedagógica. A primeira refere-se à influência dos médicos nas propostas para educação dessas pessoas, o que acarretou o surgimento de serviços de Higiene e Saúde e a criação de classes especiais. Essa tendência considerava a deficiência, especialmente a mental, relacionada a problemas básicos de saúde, ou seja, era concebida como uma doença.

Já a vertente psicopedagógica, embasada nos princípios da Escola Nova, traz para o campo da Educação Especial, a psicologia experimental, por meio, principalmente de Alfred Binet, autor que elaborou os testes de inteligência. Essa tendência procurava uma conceituação de anormalidade e a consequência dessa linha, de acordo com Miranda (2008, p.31) foi “o diagnóstico dos anormais, por meio de escalas métricas de inteligência e em seu encaminhamento para escolas ou classes especiais, onde seriam atendidos por professores especializados”.

Já a partir de 1930, ocorre no Brasil, uma preocupação com o “problema” da deficiência, assim algumas ações são desencadeadas por parte da esfera governamental, como a criação de entidades filantrópicas especializadas e escolas junto a hospitais e na escola regular. Entretanto, segundo Jannuzzi (2006, p.79) a educação para a pessoa com deficiência, na época chamados de “excepcionais”, ainda não é mencionada na Constituição de 1934, nas palavras da autora, “se viu que não era chegado o tempo de esta educação ser considerada problema nacional e, portanto, digno de ser resolvido”.

Dessa maneira, em 1935, é criado em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, o Instituto Pestalozzi, que contou com a professora Helena Antipoff, como principal representante. Esse Instituto atendia crianças mentalmente retardadas e com problemas de conduta e os professores eram pagos pelo governo estadual. (MAZZOTTA, 2011)

Cabe ressaltar aqui a relevância de Antipoff, visto que através de sua iniciativa é criada, em 1948, no Rio de Janeiro, a Sociedade Pestalozzi do Brasil. Assim, essa

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

instituição caracteriza-se como particular e de caráter filantrópico, destinada aos deficientes mentais. Outras instituições também foram criadas, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1954 e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), em 1950.

Vale salientar também que Helena Antipoff seguia princípios escolanovistas, então seu trabalho baseava-se na organização do ambiente, na metodologia do professor e na psicologia infantil. Jannuzzi (2006) ao analisar a repercussão de seu trabalho, na área da Educação Especial, verifica que

[...] se de um lado Antipoff ajudou a firmar a “situação”, segregando o excepcional, tornando mais produtivo o ensino nas classes comuns às camadas mais favorecidas, sem a “turbulência”, a “anormalidade”, os “de difícil aprendizagem” etc.; de outro lado possibilitou o acesso ao ensino público, gratuito também, para crianças com alguns prejuízos orgânicos. ( p.134)

Desse modo, nesse momento histórico, a educação do deficiente organizou-se através das classes especiais, classes comuns e instituições especializadas, ainda vinculadas às vertentes pedagógicas que consideravam a deficiência em si, ou seja, o que diferia do normal, a falta. Além disso, predominaram-se as influências do campo médico e psicológico.

Nesse contexto, em 1961 é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), lei n.4.024. Nesta lei a educação do excepcional é reafirmada como direito e dentro do possível será realizada no sistema geral da Educação. Entretanto, nas palavras de Jannuzzi (2006, p.136) “isto não generalizou-se para o deficiente, e educadores abriram classes especiais, instituições, oficinas etc, separadas da educação regular”.

Na década de 1970 a educação do deficiente é colocada em evidência, verifica-se o aumento de textos legislativos, associações e envolvimento do poder público. Destaca-se, então, a criação, em 1973, de um órgão central responsável pelo



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

atendimento dos excepcionais no Brasil, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Verificam-se, também, associações filantrópicas já organizadas; os próprios deficientes já se organizavam com intuito de resolver seus problemas; o título “Educação Especial” vai afirmando-se, no discurso oficial; ocorre, uma pressão diante do desinteresse pela área, proveniente do Conselho Federal de Educação. (JANNUZZI, 2006)

No entanto, apesar da criação do CENESP caracterizar-se como um marco na educação do deficiente, Mazzotta (2011) analisa seu paradigma de atendimento:

O atendimento educacional, como competência do MEC através do CENESP, em ação integrada com outros órgãos do setor da educação, é caracterizado como seguindo uma linha preventiva e corretiva. Para o encaminhamento aos serviços especializados de natureza educacional é estabelecida a exigência de diagnóstico da excepcionalidade e a ser feito sempre que possível em serviços especializados da LBA/MPAS. Onde não houver tais serviços recomenda-se que sejam aproveitados os serviços de natureza médico-psicossocial e educacional oferecidos pela comunidade. ( p. 77)

Nessa medida, o autor pontua que não há uma característica de educação escolar, visto que o atendimento apresenta um modelo clínico/ terapêutico e o encaminhamento da pessoa com deficiência aos sistemas educacionais é condicionado a um diagnóstico. Assim, a orientação da política educacional para essa área “revelam uma tendência de configuração da educação especial no campo terapêutico (preventiva/corretiva) e não no pedagógico mais especificamente escolar” (MAZZOTTA, 2011, p.79)

Dessa maneira, a área da Educação Especial apresentou, nesse momento, dois modos de organização. Assim, ora colocou a ênfase na especificidade dos alunos, o que acarretou na criação de um órgão para sua gestão, o que poderia apontar para um ensino paralelo, ora os alunos com deficiência são classificados como integrantes do ensino regular.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Nesse contexto, Jannuzzi (2006, 158) pontua a estrutura de ensino proposta nas diretrizes do CENESP: “classe especial em escola comum, sala de recurso, instituições especializadas, internamentos em caso de absoluta necessidade, equipe itinerante, oficinas empresas, oficinas pedagógicas...”. Dessa forma, nas décadas de 70 e 80, os princípios norteadores eram a normalização/integração da pessoa com deficiência, sendo oferecidos a elas ambientes e serviços mais próximos possíveis daqueles concedidos às pessoas normais. Acerca dessa filosofia Miranda (2008) faz a seguinte análise:

[...] não podemos negar que a luta pela integração social do indivíduo que apresenta deficiência foi realmente um avanço social muito importante, pois teve o mérito de inserir esse indivíduo na sociedade de forma sistemática, se comparado aos tempos de segregação. Se por um lado o princípio da integração foi criticado por muitos como sendo inviável numa sociedade de desiguais, por outro lado, é inegável a contribuição proporcionada por ele no sentido de inserir em seu discurso educacional a necessidade de considerar os direitos desses alunos.( p.38)

No entanto, a mesma autora aponta as contradições desse paradigma para a educação escolar, pois seguindo esses princípios o aluno deveria adaptar-se à escola, ou seja, tornar-se competente para acompanhar o ensino regular. Nessa perspectiva, não são consideradas as diferenças sociais e culturais dos alunos e a escola não necessita de mudanças em sua estrutura.

Outro ponto em destaque, até meados da década de 90, acerca da Educação Especial no Brasil é a predominância de uma política assistencialista, ou seja, um caráter mais assistencial do que educacional. Tal postura advém do modelo de privatização do ensino, privilegiado durante o Regime Militar.

Nesse sentido, Mendes (2010, p.100-101) adverte que “no I Plano Nacional para a Educação Especial nota-se nitidamente a tendência de privilegiar a iniciativa privada em detrimento dos serviços públicos de ensino especial”. Assim, a pessoa com deficiência

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

que estava inserida na educação, tinha duas opções, uma escola filantrópica, que vale salientar era financiada pelo governo, e não garantia a escolarização ou a classe especial na escola regular, que favorecia a exclusão dentro da instituição pública.

Logo após a Abertura Política, com o fim do Regime Militar e a redemocratização do país, é sancionada a Constituição Federal, de 1988. Esta, por sua vez, assegura a educação das pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular; além disso, ratifica, também, o atendimento educacional especializado.

Nesse contexto, uma nova posição diante da educação da pessoa com deficiência é endossada no Brasil, a chamada “Inclusão”. Tal paradigma aparece, principalmente, após a Declaração de Salamanca, que ocorre em 1994. Dessa maneira, destaca-se o seguinte trecho da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (1997):

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem na ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades... (p. 17-18)

Cabe registrar que a sociedade inclusiva passou a ser concebida como imprescindível ao desenvolvimento e manutenção do Estado Democrático. Portanto, mediante orientações internacionais e críticas aos serviços predominantes, o Brasil adota os princípios da educação inclusiva.

Seguindo esta linha, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394 de 1996, no Capítulo V, a Educação Especial aparece, no artigo 58, como: “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 2005, p.25). Na referida lei, também, são assegurados os serviços de apoio especializado; professores especializados e capacitados; atendimento desde a educação infantil; entre outros.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Entretanto, Mendes (2010, p.106) analisa que “os poucos alunos com necessidades educativas especiais que tem tido acesso a algum tipo de escola não estão necessariamente recebendo educação apropriada”. A autora adverte que essa situação deve-se à falta de profissionais qualificados e recursos.

Outro fator contrário à Educação Inclusiva é a política neoliberal, que preconiza a privatização em detrimento dos serviços públicos; sendo assim incentiva a continuidade de instituições filantrópicas para o atendimento à pessoa com deficiência, minimizando o papel do Estado.

### **Considerações acerca da História da Educação Especial**

A História da Educação Especial no Brasil é marcada tanto pela concepção de deficiência predominante na época, como por interesses políticos que a consideram relevante ou não, assim determinando os serviços, os investimentos e a direção dada a essa área.

Constata-se, então, que ocorreram períodos em que a pessoa com deficiência era segregada, assim não era uma preocupação e não havia serviços direcionados a ela; em seguida, vê-se a criação de instituições privadas e filantrópicas que seguiam uma linha de atendimento clínico/terapêutico, simultaneamente, surgem classes especiais dentro da rede regular de ensino pública; emerge, também, o modelo de integração/normalização e, por fim, verifica-se o paradigma da Educação Inclusiva que garante o acesso e a permanência na rede regular. Entretanto, a escola de qualidade para todos ainda necessita ser construída.

### **Referências bibliográficas**

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 2005, 65

p. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>

CORDE. *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (1944:Salamanca)*. Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 2 ed., 1997, 54 p.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 2 ed., 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 6 ed., 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010, pp. 93-109.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico. *Cadernos de História da Educação*; n 7, jan/dez, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997, 176 p.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**REFORMA REPUBLICANA E A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO ESTADO  
DE GOIÁS (1891-1898)**

Maria Aparecida Alves Silva (UFU)<sup>1</sup>  
Kênia Guimarães Furquim Camargo (PUC/GO)<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo, situado no âmbito da História e Historiografia da Educação, tem por objetivo verificar em que medida as modificações estabelecidas no ensino primário goiano, nos primeiros anos da República, atendiam às aspirações do regime republicano, disseminadas no país. Para tanto, contextualizamos as primeiras regulamentações republicanas para a instrução pública no estado de Goiás, destacando a participação municipal na criação e manutenção das escolas primárias, bem como o peso da herança imperial. A fase estudada se inicia em 1891, com a promulgação da primeira constituição goiana e se estende até 1898, quando é realizada nova reforma do ensino primário. Entre as primeiras reformas do projeto republicano, destacamos a Reforma do Ensino Primário de 1893 - objeto de estudo deste trabalho. Metodologicamente, optamos pela análise documental, por meio da análise de legislações - fonte primária de estudo, acompanhada das mensagens dos presidentes/governadores do estado, dados do censo, entre outras. Os resultados mostram que nos primeiros anos do projeto republicano goiano, a herança imperial permaneceu inoculada na instrução primária, ademais, sob os ideais políticos, deu-se importância ao ensino da educação moral, cívica e patriótica para legitimar o projeto republicano.

**Palavras-chave:** Instrução primária; Reforma republicana; Estado de Goiás.

### **Introdução**

Nos anos de 1880, os grupos políticos do estado de Goiás, insatisfeitos com a administração e com o fato de os presidentes da Província não possuírem vínculos com as famílias goianas, passaram “a lutar pelo nascimento de uma consciência política”

<sup>1</sup> Acadêmica do Doutorado em Educação. Contato: mariazinharv@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do Doutorado em Educação. Contato: keniafurquim2@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

(PALACIN; MORAES, 2008, p. 108). Para tanto, em 1878 fundaram o Partido Liberal e, em 1882, o Partido Conservador. Desde então, representantes da Província foram enviados à Câmara Alta (deputados e senadores), tendo início a formação das oligarquias políticas<sup>3</sup> que atuavam após a Proclamação da República.

Proclamada a República brasileira, no Estado de Goiás “as diferentes facções políticas (liberal, conservadora e republicana) procuraram assumir atitudes que lhes assegurassem o poder na nova ordem constituída” (PALACIN; MORAES, 2008, p. 125). Os Bulhões<sup>4</sup> amoldaram-se fortemente ao novo regime, afirmando que não cogitavam da forma de governo em si, desde que ela implantasse a federação “com corôa ou sem corôa” (MORAES, 1974, p. 111).

Com Floriano Peixoto na Presidência da República (1891-1894), os Bulhões consolidaram seu poder na política estadual. De acordo com Nasr Fayad Chaul:

A história política de Goiás, que se segue à renúncia de Deodoro, confunde-se e mescla-se com o domínio exercido pelos Bulhões na política local, bem como com suas relações com os governos federais. Este cenário só será modificado no governo de Hermes da Fonseca (CHAUL, 1997, p. 114).

Logo, foi no governo dos Bulhões que ocorreu a primeira reforma, no período republicano, da instrução pública do Estado de Goiás. Importa destacar que a primeira Constituição Brasileira republicana, de 1891, determinava que a União apenas legisse

<sup>3</sup> O termo originou-se do título dado a pessoas influentes que exerciam o posto de coronel na Guarda Nacional. A patente de coronel, gradualmente, deixou de relacionar-se unicamente com o exercício da função militar para se estender aos chefes políticos regionais mais importantes. E, a seguir, tornou-se um título outorgado aos grandes proprietários de terra que, em grande maioria, mantinham forças paramilitares. Nem sempre, porém, o coronel era um grande fazendeiro. Mas tinha que ter prestígio político [...] O coronel tem um chefe: o governo. O seu prestígio e poder emanam do número de favores que aquele lhe proporciona, favores geralmente consubstanciados em empregos e cargos públicos. Em troca, o coronel garante a permanência do situacionismo político, dando votos (AZEVEDO, 2012, p. 127).

<sup>4</sup> De acordo com Francisco Itami Campos (2003, p. 82), o domínio dos Bulhões teve início no Império, sendo Leopoldo de Bulhões o principal articulador da primeira oligarquia goiana.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

sobre a Educação na capital federal (Rio de Janeiro), sendo de responsabilidade de cada estado a organização de seu sistema educativo. Essa fragmentação tornava-se mais acentuada, quando a incumbência se estendia aos municípios – no caso de estados mais pobres.

Dessa forma, em Goiás, a primeira regulamentação republicana para a instrução pública foi a Lei n. 38, de 31 de julho de 1893, que reformou a instrução pública estadual; o Decreto n. 26, de 23 de dezembro regulamentou a Lei n. 38 quanto à instrução primária. Essa era uma exigência da Constituição Estadual, sancionada em 1891, que, em seu Artigo 65, previa o estabelecimento de uma nova legislação educacional.

**A reforma da instrução como exigência constitucional**

Promulgada no dia 1º de junho de 1891, a Constituição goiana fixava no artigo 65, §12 a competência de o Congresso Estadual legislar sobre:

A instrução superior do Estado, criando faculdades e universidades; sobre a secundária cumulativamente com as municipalidades, e prescrever em lei um tipo de organização cummum para as escolas primárias, nos termos desta Constituição (GOYAZ, 1891a, p. 7).

O §3º do artigo 30 determinava a alçada dos conselhos municipais para “Estabelecer casas de beneficencia; crear escolas publicas e quaesquer instituições de educação e instrução profiissional e artistica, ou auctorisar o custeio ou subvenção de taes estabelecimentos” (GOYAZ, 1891a, p. 3).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A implantação desses e de outros dispositivos constitucionais exigiam o estabelecimento de uma nova legislação educacional<sup>5</sup>, “de modo a criar um serviço público de educação que atendesse as diretrizes do regime constitucional que se implantava” (REIS FILHO, 1995, p. 90).

Em mensagem dirigida à Câmara Legislativa do Estado de Goiás, o governador do Estado, Gustavo da Paixão, ressaltava a necessidade de se reformar o ensino:

Este importante serviço, que absorve um terço das rendas do estado, não produz resultado compensador. O regulamento pelo qual se rege a instrução pública carece de reforma prompta e radical, de conformidade com os princípios e novas aquisições da sciencia pedagogica e attentos os recursos financeiros do estado (GOYAZ, 1891b, p. 11).

Como já exposto, a primeira reforma republicana voltada para a instrução primária no estado de Goiás ocorreu no ano de 1893. A Lei n. 38, de 31 de julho de 1893 normatizou a instrução pública, e, o Decreto n. 26, de 23 de dezembro, regulamentou a Lei n. 38 quanto à instrução primária. Por meio do Decreto n. 26 (Regulamento da Instrução Primária do Estado de Goyaz de 1893), o governo cumpria o estabelecido pela Constituição Estadual, ou seja, prescrevia um tipo de organização comum para as escolas primárias. Destarte, a legislação trazia em seu bojo um grande número de dispositivos estabelecidos pelo Regulamento da Instrução Pública de 1886, vigente até o momento.

Com relação à organização do ensino, o Título I do Regulamento da Instrução Primária do Estado de Goiás, de 1893, determinava que a instrução pública primária fosse dada nas escolas primárias, onde o ensino seria gratuito, leigo e obrigatório nas escolas que funcionassem dentro das cidades, vilas e povoações. Todavia, para que o

<sup>5</sup> Estava em vigor, no Estado de Goiás, a Reforma de Guilherme Francisco da Cruz, de 1886 (BRETAS, 1991, p. 259-260). Logo, a Constituição Estadual instituía o estabelecimento de uma legislação específica para o novo regime.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ensino fosse gratuito, o estado contaria com o apoio dos municípios: “Art. 4º - Correrão por conta do município as despesas com as escolas e com o vestuário dos alumnos que, por pobreza, não poderem freqüentá-las” (GOYAZ, 1893a).

As escolas primárias eram classificadas como de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias<sup>6</sup>. No entanto, a legislação não especifica os critérios necessários para admissão em cada segmento. Para cada entrância havia um grupo de matérias específicas, que seriam distribuídas a partir do seguinte currículo:

Art. 6º. – O ensino em geral abrange as seguintes materias: (art. 5º. da lei).  
Leitura e escripta.  
Calculo comprehendendo o systema métrico decimal.  
Calligraphia.  
Desenho linear.  
Historia e Geographia do Brazil e com especialidade e do Estado.  
Exercício de dicção e redacção.  
Insrtrução moral e cívica (GOYAZ, 1893a).

Em linhas gerais, a única diferença entre o currículo proposto pela reforma republicana e a reforma realizada no Império e ainda em uso nas escolas primárias foi a inclusão da Instrução Moral e Cívica. Em substituição ao catecismo estabelecido pela Reforma de 1886, a Instrução Moral e Cívica foi organizada como prática educativa de construção do sentimento patriótico, necessário à consolidação do projeto de identidade nacional que os governantes republicanos queriam protagonizar.

No que tange à participação municipal na criação e manutenção das escolas primárias, o Artigo 47 do Regulamento determinava que fosse de competência dos municípios organizados<sup>7</sup> a criação e supressão de escolas públicas e qualquer instituição de

<sup>6</sup> A Lei não detalha essa classificação.

<sup>7</sup> Quando pelo voto popular elegessem o Conselho, ou Câmara, composto de 5 a 11 conselheiros, conforme a importância do município; quando votassem suas leis básicas; quando elegessem seu Intendente e Subintendente, e quando nomeassem seus funcionários e montassem seu aparelho arrecadador (BRETAS, 1991, p. 452).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

educação e instrução profissional e artística, bem como a autorização e o custeio de tais estabelecimentos (GOYAZ, 1893a). No entanto, até que os municípios se organizassem, continuava sob a competência do estado essa responsabilidade, assim como a nomeação dos professores e fixação de seus ordenados.

As despesas com as escolas primárias ocorreriam por conta dos municípios e, o Estado, manteria financeiramente o Liceu, o curso normal da Capital e os que fossem criados pelo Estado (GOYAZ, 1893b). Caso o aluno não pudesse, por pobreza, frequentar a escola primária, caberia ao município arcar com as despesas do aluno, de modo a garantir a obrigatoriedade do ensino dentro das cidades, vilas e povoações, conforme determinava o Art. 1º do Decreto n. 26 (GOYAZ, 1893a, p. 1).

Para que os municípios pudessem arcar com as despesas relativas à instrução primária, o governo facultou-lhes o direito de arrecadar os seguintes impostos: valor locativo de prédios urbanos, direitos sobre tavernas e armazéns, taxas sobre rezes mortas para o consumo e sobre o gado suíno consumido no estado. Todavia, aos cofres estaduais incidia a maior arrecadação, ou seja, sobre a exportação de gado, ao passo que se eximia do custeio da instrução primária, que recaía sobre os municípios pobres de recursos (ALVES, 2007, p. 88).

Com relação à administração do ensino e à inspeção dos estabelecimentos de instrução primária, o Regulamento do Ensino de 1893 estabelecia o seguinte:

Art. 22. – A direcção suprema do ensino e a inspecção dos estabelecimentos de instrucção primaria serão exercidas pelo presidente do Estado e pelo intendente do municipio.

A direcção e inspecção do presidente do Estado ser fará por intermedio:

1º Do director chefe da directoria de instrucção, industria, terras e obras publicas;

2º De um conselho superior na capital;

3º De um conselho litterario no municipio (GOYAZ, 1893a).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O Conselho Superior era composto pelo diretor chefe da Diretoria de instrução, indústria, terras e obras públicas; por um professor da escola normal e por dois professores do Liceu (ambos designados pelo presidente do Estado) e por dois membros do conselho ou assembleia do município da capital (GOYAZ, 1893a).

O Conselho Literário Municipal seria organizado do seguinte modo:

Art. 26. – Os conselhos litterarios municipais se comporão. (art. 14 da lei):

1º De um delegado do director chefe da directoria de instrucção, industria, terras e obras publicas, por este nomeado;

2º De um membro da assembléa ou conselho municipal, da escolha deste;

3º De um cidadão eleito pelos paes ou tutores dos alumnos (GOYAZ, 1893a).

A eleição do cidadão que faria parte do Conselho Literário deveria ser realizada perante o Conselho Legislativo Municipal, em dia previamente divulgado em editais ou pela imprensa.

Várias seriam as atribuições do Conselho Literário Municipal:

1º Dizer sobre a criação e supressão das escolas primarias e em tudo quanto interesse a instrucção do municipio. (art. 15 da lei).

2º Inspeccionar as escolas do municipio. (idem).

3º Impôr aos professores, sem forma de processo, as penas do art. 33 deste regulamento, com approvação do intendente do municipio. (idem.).

4º Processar e julgar os mesmos professores nos casos do art. 32 deste regulamento, com recurso voluntario e suspensivo para o conselho superior. (idem).

5º Impor aos estabelecimentos particulares de instrucção as penas do art. 29 deste decreto. (idem).

6º Permittir que se fundem estabelecimentos particulares de instrucção primaria, nos termos do art. 2º deste regulamento. (art. 3 da lei).

7º Visitar semanalmente, ou mais vezes se fôr possível as escolas do municipio, podendo a visita ser feita collectivamente. (art. 15 da lei).

8º. Aconselhar e estimular por todos os meios ao seu alcance a frequencia das creanças ás escolas, não consentindo, e reclamando

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

providencias coercitivas, que chefes de familias tenham em sua companhia meninos ou meninas, de 7 á 14 annos de idade, não habilitados nas materias do ensino primario, sem matricular-os nas escolas publicas, ou proporcionar-lhes o ensino em estabelecimentos particulares, ou em suas casas. (art. 30 da lei).

9º Remetter ao intendente municipal a lista dos meninos que, por pobreza, não possuem frequentar as escolas, afim de que se tomem as necessarias providencias; 10º Transmittir a directoria de instrucção industria, terras e obras publicas, com seu parecer, os mappas timensaes da frequencia dos alumnos. (art. 15 da lei).

11º Organisar a lista que tem de servir de base a eleição dos professores, bem assim a relação dos paes de família da circumscripção da escola. (art. 16 da lei).

12º Presidir a eleição de que trata o § antecedente. (idem).

13º Dar attestados de cumprimento de dever aos professores. (art. 15 da lei).

14º Dar trimensalmente ao conselho superior informações reservadas aos Professores. (idem).

15º Dar posse aos professores eleitos e a seus substitutos. (idem).

16º Remetter em Janeiro de cada anno a directoria de instrucção, industria, terras e obras publicas um relatório circumstanciado sobre o estado da instrucção primaria do municipio. (idem).

17º Exercer todos os mais actos concernentes a instrucção primaria, que não sejam da competencia do conselho superior ou ao director chefe da directoria de instrucção, industria, terras e obras publicas;

18º Impôr a multa de que trata o art. 31, da qual haverá recurso, com effeito suspensivo para o intendente do municipio (GOYAZ, 1893a).

Ao Conselho Literário Municipal caberia a responsabilidade de opinar sobre a criação e supressão de escolas primárias, bem como inspecionar, no mínimo uma vez por semana, todas as escolas do município, remetendo ao intendente municipal a lista dos alunos que, por pobreza, não frequentassem as escolas primárias. O artigo 1º determinava que a instrução pública primária fosse gratuita e leiga e, nas cidades, vilas e povoações, era obrigatória (GOYAZ, 1893a).

Ao fundar os Conselhos Literários Municipais e trazer para eles a participação das famílias, “o Estado colocava em outras mãos a direção e inspeção escolar” (SILVA,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

1975, p. 97). Segundo a mesma autora, os pontos positivos dos Conselhos Literários eram:

Assistência mais próxima proporcionada à escola, permitindo fazer-se um juízo mais seguro sobre questões vitais para a comunidade, a criação e supressão de escolas, por exemplo. Os problemas educacionais do município seriam resolvidos *in loco*, exceção dos que, em grau de recurso, subiriam ao conselho superior (SILVA, 1975, p. 99, grifo da autora).

A família também era convocada para participar do processo de eleição dos professores. O Art. 12 definia que os professores de instrução primária seriam eleitos pelos pais de família, “que votarão em um nome dentre tres de uma lista organizada pelo conselho litterario municipal e o intendente. (art. 16 da lei)” (GOYAZ, 1893b). Poderiam concorrer ao cargo os bacharéis, os diplomados pelos cursos normais e os que exhibissem certificados de aprovação em português, francês, história, geografia e aritmética, emitidos pelo Liceu de Goiás (GOYAZ, 1893b).

Esse modo de selecionar os professores atrelava-se ao “advento das oligarquias rurais, articulado à hegemonia do mandonismo local” (BRZEZINSKI, 1987, p. 48), uma vez que eliminou o processo de admissão por concurso, conforme determinava o Regulamento da Instrução Pública de 1886, vigente até então: “Art. 4º – O provimento das escolas effectivas de 1º entrancia será feito mediante concurso” (GOYAZ, 1886, p. 2).

Os professores eleitos exerceriam o cargo por seis anos e seus ordenados ficariam sob a responsabilidade do poder municipal, com “uma gratificação não superior a 600\$rs anuaes pagos pelo Estado. (art. 18 da lei)” (GOYAZ, 1893a). Terminado o tempo de serviço, poderiam se candidatar novamente. No entanto, os municípios só assumiriam a responsabilidade pela nomeação dos professores e fixação dos seus vencimentos após estarem devidamente organizados.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

De acordo com Miriam Fábria Alves (2007), essa forma de contratação de professores possibilita vislumbrar algumas questões intrigantes:

De um lado, demonstra o caráter democrático que permitia aos pais um representante no conselho literário municipal e também fazia menção à eleição direta para escolher o professor, de outro, revela um dos grandes problemas da instrução pública à época: a ausência de professores formados para o exercício do magistério (ALVES, 2007, p. 84)

Além de serem responsabilizados pela criação, supressão e manutenção das escolas primárias, nomeação e fixação dos ordenados dos professores, os municípios ainda exerciam, por meio de seus Conselhos Literários, a função de supervisionar as escolas. Logo, a legislação estadual criava um arcabouço propício para que os municípios goianos se tornassem pedagógicos, além de administrativos, pois os dotava do encargo de acompanhamento e fiscalização do sistema escolar.

### **Considerações finais**

O Regulamento da Instrução Primária do Estado de Goiás, de 1893, trazia em seu bojo 47 artigos, distribuídos por títulos e capítulos que tinham como objetivo maior detalhar as normas a serem seguidas pelo ensino público goiano. O então presidente do estado, José Ignácio Xavier de Brito, colocou em ação a legislação que estruturou o ensino primário em Goiás – o Decreto n de 23 de dezembro de 1893, vigorando até 1898.

A primeira reforma republicana sobre a instrução pública goiana não apresentou as mudanças que o novo regime propunha. De um modo geral, o Regulamento da Instrução Primária de 1893 era uma cópia (quase fiel) do Regulamento da Instrução Pública de 1886, no que se referia ao ensino primário.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O ensino primário gratuito, obrigatório e leigo colocado pelo Regulamento de 1893 deveria acontecer sob o financiamento dos municípios. Logo, o Estado se abstinha do encargo de criar e manter escolas desse nível de ensino e, automaticamente, da responsabilidade de preparar o futuro cidadão republicano.

A análise da legislação nos permitiu verificar que não houve, por parte da elite política, o interesse em procurar alavancar o progresso do estado por meio da instrução. Invólucro no peso da herança imperial, à escola primária republicana cabia apenas a incumbência de ensinar a ler, escrever e contar, destacando-se a importância da instituição escolar como instância nuclear de educação moral, cívica e patriótica.

#### **Referências bibliográficas**

ALVES, Miriam Fábila. *Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República*. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

BRETAS, Genesco. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF, 1991.

BRZEZINSKI, Íria. *A formação do professor para o início da escolarização*. Goiânia: Ed. UCG/SE, 1987.

CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

GOYAZ (1886). *Regulamento da Instrução Pública de 1886*. Acto de 2 de abril de 1886. In.: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.). *Documentos de História da Educação de Goiás*, v. 1. Rede de Estudos de História da Educação de Goiás (REHEG). Goiânia, 2012. 1 CD.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

GOYAZ (1891a). Constituição do Estado de Goyaz. In.: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.). *Documentos de História da Educação de Goiás*, v. 1. Rede de Estudos de História da Educação de Goiás (REHEG). Goiânia, 2012. 1 CD.

GOYAZ (1891b). *Mensagem dirigida Camara Legislativa de Goyaz pelo Governador do Estado Major Dr. Rodolpho Gustavo da Paixão, no dia 05 de Dezembro de 1891*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u196/000013.html>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GOYAZ (1893a). Regulamento da Instrução Primária do Estado de Goyaz 1893. In.: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.). *Documentos de História da Educação de Goiás*, v. 1. Rede de Estudos de História da Educação de Goiás (REHEG). Goiânia, 2012. 1 CD.

GOYAZ (1893b). *Lei n. 38, de 31 de julho de 1893*. Disponível no Arquivo Público do Estado de Goiás. Documentação Avulsa. Caixa n. 433.

MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1974.

PALACIN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Ed. da UCG, Ed. Vieira, 2008.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1975.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**O PERCURSO HISTÓRICO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E AS  
INFLUÊNCIAS DO POSITIVISMO**

Michele Maria da Silva (UFG-RC)<sup>1</sup>  
Juliana P. de Araújo (UFG-RC)<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto que apresentamos se atrela a uma pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão, cujo objeto são os projetos de Ensino Médio existentes na região de Uberlândia para egressos do Ensino Fundamental no/do campo. Se justifica pela necessidade de fundamentarmos preliminarmente a compreensão sobre a origem e características das propostas que estruturam o Ensino Secundário, atual Ensino Médio e que tem no positivismo alicerce filosófico e metodológico. Desse modo, o objetivo deste artigo é justamente analisar o processo histórico de constituição do Ensino Secundário no Brasil, que emerge com a criação dos primeiros Liceus em 1834 e do imperial Colégio Pedro II em 1837, bem como as influências do positivismo sobre o ensino secundário brasileiro a partir análise dos textos das reformas educacionais mais relevantes para este nível de ensino, a saber Reforma Couto Ferraz (1854), Reforma Benjamin Constant (1890), Reforma Epiácio Pessoa (1901), Reforma Rivadária Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915) e Reforma Rocha Vaz (1925). A metodologia utilizada foi a análise do conteúdo e os resultados evidenciam que as reformas do ensino secundário ecoam o positivismo, ao adotarem elementos estruturadores do ensino secundário no Brasil, como por exemplo, a organização do ensino secundário em séries, além disso a laicização, liberdade e gratuidade da educação pública primária.

Palavras-chave: Ensino Secundário; Políticas Educacionais; República Velha, Positivismo.

O que assistimos nos dias atuais no cenário educacional do Ensino Médio são incongruências de projeto e indefinição de perspectivas ao mesmo tempo em que

<sup>1</sup> Graduado em Letras (UFU), Mestranda em Educação (UFG-RC). Contato: [michelems3@hotmail.com](mailto:michelems3@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia (UFSCar), Mestre em Engenharia de Produção (UFSCar), Doutora em Educação (UFSCar). Contato: [juliana.barrado@gmail.com](mailto:juliana.barrado@gmail.com)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

umentam os índices de evasão e se esvaziam sentidos concretos dos alunos para este importante estágio da escolarização. De modo geral persiste uma complexidade em compreendermos ancoradouros para a ideia e forma desta etapa da educação básica.

Entender este panorama é tarefa complexa com inúmeras possibilidades de compreensão (há o caminho dos dados estatísticos, o da análise sociológica, a análise documental e tantos outros). Para nós a análise do percurso histórico do objeto Ensino Médio, com enfoque nas reformas do período republicano em que ainda era chamado de Ensino Secundário é recurso pertinente na medida em que pesquisa de mestrado em desenvolvimento se estabelece nos liames da história da educação e das políticas educacionais.

Aqui, o interesse é problematizar sobre a influência da filosofia positivista nas reformas do ensino secundário para compreendermos aspectos da organização curricular e objetivos educacionais.

A filosofia positivista (para nós atrelada a Auguste Comte) principia no século XIX, sendo considerada uma reação ao idealismo, no qual opunha-se à razão, teologia ou metafísica, elementos esses pertencentes à tradição clássica, primando pelo mundo físico, ou seja, material. A propósito de uma definição mais objetiva utilizamos a de Cotrim (1993) que explica:

Por Positivismo compreende-se, agora de modo mais amplo, a filosofia desenvolvida por Augusto Comte que se caracteriza, conjuntamente, pela expressa confiança nos benefícios da industrialização, no otimismo em relação ao progresso capitalista, no culto à ciência e a valorização do método científico, voltados a uma reforma intelectual da sociedade. (p. 189)

É importante ressaltar que como informa Mesquita (2001) do ponto de vista histórico, observa-se que ideias positivistas eram reconhecidas no meio social antes de Comte. Influenciaram o filósofo, pensadores como Condorcet (1666-1790) que defendia a ideia de que toda e qualquer ciência da sociedade precisa se identificar com o que ele

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

chamava de matemática social. Para este, a ciência estava sendo controlada e submetida aos interesses de senhores feudais, à aristocracia e ao clero e carecia de objetividade. Era, portanto, necessário tirar o controle das ciências destas classes para que uma ciência natural pudesse se impor. Essa ampliação de entendimento nos leva a pensar que tais pressupostos claramente não foram bem recebidos por setores da sociedade como a igreja e as elites mais conservadoras como as oligarquias, porque Comte inspirava pensar a importância do conhecimento científico, não apenas como uma orientação epistemológica, mas uma maneira de pensar e de realizar as transformações sociais. “O pensamento positivista poderia garantir a organização racional da sociedade”, dizia ele. Isso explicará posteriormente o pouco tempo da Reforma Benjamin Constant.

Esse movimento de aproximação e rejeição das ideias positivistas pode ser verificada na dimensão das políticas educacionais do período da “República Velha” que foi marcado por uma sucessão de reformas. Houve em cerca de três décadas: a Reforma Benjamin Constant (1890); o Código Epiácio Pessoa (1901); a Reforma Rivadávia Correa (1911); a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925), todas de algum modo, preocupadas em organizar o ensino secundário.

A primeira, é a que mais demonstra uma associação ao pensamento positivista refletindo diretamente os primeiros contatos de brasileiros com a corrente filosófica que, segundo Lins (1967) aconteceram pela presença de estudantes brasileiros entre 1832 e 1840 na Escola Politécnica de Paris. Posteriormente a ampliação do pensamento positivista se dá pela atuação dos profissionais da biologia e da matemática. Os ideais que vão disseminando os valores ideológicos e métodos positivistas.

Não à toa o nome da Reforma, durante à República Velha, a remeter a Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) que se destaca como fortalecedor do pensamento positivista desde seu ingresso na Escola Militar onde encontrou ambiente



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

tomado pelas ideias de August Comte. Em 1890 assumindo o recém-criado Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos apresenta a Reforma Benjamin Constant (Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890) aprovou o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal.

Seu texto manifestou um rompimento com o modelo educacional do Brasil Colônia com sua tradição humanista. O foco principal dessa reforma era o ensino secundário para qual foi implantado um ensino enciclopédico, seriado, obrigatório e gratuito, que de acordo com esse novo modelo deveria ter duração de sete anos. A valorização do aspecto científico e das disciplinas correlatas orienta ações no que sem suprimir os tradicionais estudos do Latim e do Grego define a incorporação no currículo do estudo das ciências fundamentais, ampliando o tempo do curso para sete anos.

A organização curricular inspirada na classificação das ciências estabelecida por Augusto Comte o que explica a estruturação pela qual haveria: para o 1º ano – aritmética (estudo completo) e álgebra elementar (estudo completo); para o 2º ano – geometria preliminar, trigonometria retilínea e geometria espacial; para o 3º ano – geometria geral e seu complemento algébrico, cálculo diferencial e integral; para o 4º ano – mecânica geral; para o 5º ano – física geral e química geral; para o 6º ano – biologia e para o 7º ano – sociologia e moral, e noções de direito pátrio e de economia política.

Tal desenho curricular não foi consolidado tal qual previsto pelo seu implementador em algum grau pela falta de interesse que despertou nos alunos, porque não manifestava a bem quista preparação para o ensino superior e também porque se mostrava inexecutável. Desde o primeiro ano da proposição da reforma era perceptível sua rejeição inclusive com pedidos de revogação (SILVA, 1969).

Outra análise nos é oferecida por Xavier (1994) ao explicar que havia:

Um sentido originário na defesa desses princípios, que se encontrava na doutrina inspiradora, o Positivismo. Expressava o repúdio à ordem feudal, dominada por um estado clericalizado,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

submetido à Igreja, e um sistema de ensino monopolizado pela cultura religiosa (p. 109).

Porém a Reforma inova ao trazer a laicização do ensino público e a questão da liberdade de culto o que favoreceu a expansão dos colégios privados, fazendo crescer o número de escolas confessionais, a exemplo das metodistas.

Em 1901 o ensino secundário passa a ser tratado em conjunto com o ensino superior, por meio do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, decreto nº 3.890 de 1º de janeiro de 1901, mais conhecido por Código ou Reforma Epitácio Pessoa. Nesse documento a educação aparece ligada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e aspectos tratados na Reforma Benjamin Constant são concretizados por meio desta, como por exemplo a consolidação da estrutura seriada do modelo educacional.

Silva (1969) reflete que as mudanças propostas davam seguimento ao período iniciado pela reforma B. Constant mas sustenta que em comparação à reforma anterior ela representa profunda alteração no sentido da atuação federal no ensino secundário perceptível em dois pontos principais que foram: a) a consolidação da equiparação, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, ao Colégio Pedro II e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional e b) o sentido do encerramento do ciclo iniciado, logo após 1889, pela primeira reforma republicana do ensino secundário manifestos no currículo e a outros aspectos da organização didática do ensino secundário.

Nessa reforma o ensino secundário passa a ter duração de 6 anos e ainda aparece desvinculado da frequência, visto que, de acordo com o referido documento admitia-se duas classes de alunos, a dos matriculados e a dos não matriculados. Nesse sentido, os alunos matriculados deveriam obrigatoriamente frequentar a todas as aulas e cumprir todas as exigências previstas, e os alunos não matriculados poderiam frequentar os cursos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

teóricos e práticos. O que se observa é que não se constitui uma identidade para o ensino secundário desassociada do preparo para ensino superior.

Dez anos mais tarde, mais precisamente em 5 de abril de 1911, durante o mandato do Marechal Hermes da Fonseca, é promulgada pelo decreto nº 8.659, a Reforma encaminhada por Rivadavia Corrêa então ministro do Interior e que tinha formação positivista. A reforma se concretizava sob inspirações do positivismo, mas também do liberalismo e tinha a preocupação de extinguir a imagem propedêutica do ensino, ou seja, a imagem fortemente ancorada na ideia de curso preparatório para o ingresso no ensino superior.

Para Rocha (2012) a Reforma Rivadavia, por conter um traço forte da matriz de livre-ensino advinda do final do Império, herdado pela República, não conseguiu acompanhar os novos tempos que indicavam a “constituição do direito público da educação como direito dos indivíduos, no sentido mais pleno de um liberalismo renovado que incorpora a ação do Estado na educação” (p. 221). Porém ela teria pavimentado caminhos republicanos ao fortalecer a maior autonomia da gestão pública, ao invés de um Estado estritamente centralizador o que se configurará na década de 1930 “como uma das propostas dos pioneiros ou renovadores da educação” (p. 222).

Aos representantes das lideranças civis liberais a proposta acenava possibilidades mais aceitáveis para caminhos do ensino secundário de um país em profundas transformações. Para a História da Educação ela ficou marcada como uma iniciativa de excessiva desregulamentação. A Reforma Rivadavia Corrêa ficou vigente por um prazo de quatro anos, após esse curto período entrou em vigor a Reforma Carlos Maximiliano (decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915), que propunha uma reorganização do ensino secundário e superior.

Na contramão da última reforma, a Reforma Carlos Maximiliano cria os exames de vestibulares e torna obrigatória a conclusão do curso secundário, para ingresso no

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ensino superior. Cinco anos passa a ser a duração do ensino secundário. O caráter de oficialidade do ensino é retomado, bem como o controle do Estado sobre os estabelecimentos de ensino. No entendimento de Xavier (1994) a reforma que foi “talvez a menos lembrada, foi certamente a mais importante do período. Reoficializou o ensino, mantendo a equiparação em limites estreitos, controlados por rigorosa inspeção”.

Uma década depois, a última reforma da República Velha, conhecida como Reforma Rocha Vaz, foi promulgada pelo decreto nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925. Ela aperfeiçoou o exame vestibular e fixou o currículo no ensino secundário e superior. Com cinco de anos de estudos o aluno obtinha o certificado de aprovação e com seis anos recebia o grau de bacharel em Ciências e Letras. Ela reforça os ditames de classes em ascensão no período que era de transição para um modelo social urbano-industrial. Foi considerada reacionária, conservadora na medida em que retira a autonomia administrativa e didática concedida pela sua antecedente de modo que concorre para acentuar o período de crise política que resultaria na revolução de 30 pela qual o Estado passa a controlar ideologicamente o sistema de ensino. É pela Reforma Rocha Vaz que a instrução moral e cívica é inserida nos currículos primários e secundários orientando uma perspectiva de maior supervisão e controle sobre as ações da escola e seus profissionais.

### **Considerações**

O que consideramos após este estudo exploratório das reformas educacionais da República Velha com vistas a buscar compreensão sobre a influência do positivismo, é que essa corrente filosófica produziu, sobretudo pela Reforma Benjamin Constant, um reposicionamento quanto a importância das disciplinas científicas e das ciências como um campo de conhecimento e ação.

Entretanto, por conta da complexa disputa pelo poder travada entre a alta hierarquia do clero católico, os seguidores positivistas e as lideranças civis liberais, o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

positivismo sucumbe frente as propostas liberais e conservadoras que vão se tornando as ferramentas da estruturação da política de educação no país.

Assim, ao analisar as características principais de cada reforma e análises a respeito delas e de sua relação com o positivismo e outras correntes como o liberalismo, vão se fazendo concretas as bases interpretativas que justificam um ensino secundário frágil, e sem uma identidade própria. Vemos pelo percurso da história das políticas educacionais que ele nasce como proposta de preparação para cursos de ensino superior, assume por breves momentos um caráter mais cientificista que humanista, sem deixar de ser enciclopédico e elitista, ficando constantemente à mercê das necessidades de um modelo econômico que na transição do agrário ao industrial (ambos no domínio do capitalismo) mapeia na educação as formas de acesso, ascensão e submissão ao mundo do trabalho.

Ainda assim, é evidente que houve influências do positivismo como o rigor na estruturação dos níveis e da seriação com impacto nos currículos e exames de seleção. A lógica com a qual as escolas passam a se alinhar é reflexo de uma forma racional de pensamento que implica em uma lógica racional de funcionamento.

As formas com as quais as reformas avançam e tomam revés explicam como o positivismo assumindo ares reacionários (que incorrem pensar na manutenção de um sistema social desigual) e sobretudo o liberalismo (este sim assumindo o norte das proposições educacionais) concorrem para que ensino secundário não esteja de fato a serviço de uma educação que cultive o desenvolvimento como emancipação individual ou social. Durkheim vai se apresentando em nossa avaliação como difusor e inspiração de um pensamento educacional alheio as condições objetivas da existência.

Vemos dessa forma as razões pelas quais a gênese ideológica de nosso ensino médio nos conecta a um caráter majoritariamente propedêutico, ou à preparação de sujeitos para atenderem à demanda de uma sociedade que aos poucos vai se assumindo



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

capitalista e industrial. Não houve nas reformas do período qualquer menção ao sujeito-aluno deste nível de ensino na consideração da categoria juventude mas o afã pela constituição do adulto cívico, moral, com repertório de conteúdos universais e guiado para o trabalho.

### Referências

BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854*, Página 45 Vol. 1 pt I (Publicação Original) (EXEMPLO BRASIL. *Colleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857. v. 20)

BRASIL. *Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1032*. Diário Oficial - 9/4/1932, Página 6666 (Publicação Original)

BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil - 1890*, Página 3474 Vol. Fasc.XI (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854*, Página 45 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

BRASIL. *Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1032*. Diário Oficial - 9/4/1932, Página 6666 (Publicação Original)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

BRASIL. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 6/4/1911, Página 3983 (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 20/3/1915, Página 3028 (Republicação). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>

BRASIL. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 25/1/1901, Página 447 (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. *Regulamento n. 8 de 31 de janeiro de 1838*. Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. *Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República*. Campinas: UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado).

COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Império*. Ed. Grijalbo, 1972.

MESQUIDA, Peri. *Educação brasileira*. Apostila do Curso de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

MENDES, R. Teixeira. *BENJAMIN CONSTANT: Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Peças Justificativas. 1894.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império: subsídios para a história da educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 3v.;18cm. (Biblioteca pedagógica brasileira, Série 5, Brasiliana, v.66, 87, 121).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do estado imperial*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: Unesco, 2010.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *A lei brasileira de ensino Rivadávia Corrêa (1911): paradoxo de um certo liberalismo*. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 219-239, set. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982012000300011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000300011&lng=pt&nrm=iso)>acessos em 08 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000300011>.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v.94. (Atualidades Pedagógicas).



Universidade  
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

XAVIER, Maria E. S. P. *História da Educação; a escola no Brasil*. São Paulo: FTD,  
1994. (Col. Aprender & Ensinar).

1.168

SIMPÓSIO TEMÁTICO 23

História Regional em Perspectiva:  
temas, abordagens e fontes



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**CONHECENDO OS HABITUS DA COMUNIDADE RURAL DE CÓRREGO  
DOS BARRETOS - MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA (PI)**

Claudia Andréa da Costa Santos (UEG)<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente comunicação visa apontar alguns elementos do estágio atual do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Córrego dos Barretos (Luís Correia – PI): habitus, cultura popular e resistência à modernização. Córrego dos Barretos é uma comunidade rural surgida por volta dos anos de 1920, situada ao norte do Estado do Piauí. No presente texto, buscamos trazer algumas informações sobre esse lugar esquecido, tendo como principal objetivo refletir sobre nossas referências teóricas e metodológicas, sobretudo sobre os conceitos de habitus (Bourdieu, 1983) e cultura popular (Chartier, 1995), bem como sobre o trabalho com a História Oral, pois são fundamentais na pesquisa em andamento, uma vez que perseguimos a hipótese de que os habitus dos sujeitos da comunidade Córrego dos Barretos funcionam como resistência à modernização por meio da cultura popular. Além disso, buscamos fazer uma rápida caracterização da comunidade com base nos conceitos trabalhados e nas entrevistas realizadas.

**Palavras-chave:** Córrego dos Barretos; Habitus; Cultura popular; História Oral.

### **Introdução**

Estudar uma comunidade praticamente desconhecida e sem História oficial, como é o caso de Córrego dos Barreiros, é certamente um grande desafio. Esse desafio se torna mais complexo quando não se tem documentação precisa e o resgate das experiências socioculturais da comunidade apenas pode ser feito por meio da busca das memórias de seus moradores. É exatamente este desafio que no impulsiona na pesquisa em andamento, que nesta comunicação visamos expor alguns resultados. Nesse sentido, encaramos esse desafio a partir do campo da Nova História Cultural. Sandra Jatathy Pesavento, apontando

---

<sup>1</sup> Graduanda em História no curso de Licenciatura em História do Campus Morrinhos. Contato: cacostasantos92@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

mudanças ocorridas nos estudos históricos para a ocorrência da ascensão da Nova História Cultural, afirma:

Podemos, talvez, situar os sintomas da mudança nos anos de 1970 ou mesmo um pouco antes, com a crise de maio de 1968, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da New Left, em termos de cultura, ou mesmo a derrocada dos sonhos de paz no mundo pós-guerra. Foi quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História (PESAVENTO, 2005, p. 8).

Deste modo, a Nova História Cultural nos interessa na pesquisa em andamento, sobretudo porque esse campo dos estudos históricos, como afirma Robert Darnton “[...]se interessa pela forma como as pessoas pensam, como interpretam o mundo, conferem-lhe significado e lhe infundem emoção” (DARNTON, 1986, p. 4).

Partindo da hipótese de que os *habitus* dos sujeitos da comunidade Córrego dos Barretos funcionam como resistência à modernização por meio da *cultura popular*, e com base nos estudos de História Cultural, os conceitos de *habitus* e *cultura popular* vem para o centro de nossa reflexão. Com relação ao conceito de *habitus*, Pierre Bourdieu, ao buscar entender a mediação entre os indivíduos e a sociedade, define *habitus* como sendo:

Um sistema de disposições duráveis transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e toma possível a realizações de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências de esquemas. (BOURDIEU, 1983, p. 65)

A assimilação dos *habitus* no qual o indivíduo está inserido acontece de forma natural, pois o contato leva os indivíduos a entenderem manifestações culturais com as quais convive, trazendo a eles uma percepção de pertencimento à comunidade e sua forma de vida. Isso não quer dizer que os *habitus* sejam imutáveis. Como afirma novamente Bourdieu: “Sendo produto da história, o *habitus* é um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável!” (BOURDIEU, 2002, p. 83).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Assim, os *habitus* são sempre passados de geração a geração, pois, numa comunidade, praticamente todos aprendem e transmitem tal conhecimento e vivência adquirido ao longo do tempo, naturalmente com modificações. Como aponta Maria Setton:

*Habitus* surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002, p. 63).

Em outras palavras, com base no conceito de *habitus* é possível compreender a vivência dos indivíduos de Córrego dos Barreiros, especialmente procurando explorar informações sobre seu dia a dia e o modo como são passadas entre seus moradores.

Já com relação à *cultura popular*, pode-se afirmar que é um dos conceitos mais controvertidos abordados dentro da história e da antropologia. Existente desde o final do século XVIII, foi utilizado com vários objetivos e em contextos variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas. Para muitos estudiosos está ou sempre esteve em crise, tanto em termos de seus limites para expressar uma dada realidade cultural, como em termos práticos, pelo chamado avanço da globalização, responsabilizada, em geral, pela internacionalização e homogeneização das culturas (ABREU, 2003).

Para alguns historiadores, a *cultura popular* equivale ao folclore, entendido como o conjunto das tradições culturais de um país ou região; para outros, o popular desapareceu devido a pressão da cultura de massa, não sendo mais possível saber o que é do povo e dos setores populares. Já para outros, *cultura popular* consegue expressar certo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

sentido de diferença e estranhamento cultural em relação a outras práticas culturais (ABREU, 2003). Para Roger Chartier, que aponta a dificuldade de saber o que é original de um povo devido a ser impossível localizar a origem social das manifestações culturais,

A Cultura popular é uma categoria erudita. Por que enunciar, no começo de uma conferência, tão abrupta proposição? Ela pretende somente lembrar que os debates em torno da própria definição de Cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo à “cultura popular” (CHARTIER, 1995, p. 179).

O historiador aponta a *cultura popular* como pertencente à cultura erudita, já que suas práticas estão diretamente subordinadas a uma cultura dominante. Nesse sentido, expressa:

Assumindo o risco de simplificar ao extremo, é possível reduzir as inúmeras definições da cultura popular a dois grandes modelos de descrição e interpretação. O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irredutível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos, então, de um lado, uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrado em si mesmo, independente, e, de outro, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada. (CHARTIER, 1995, p.179).

Percebe-se que a definição de *cultura popular*, como afirma Chartier, é baseada em dois modelos. Um primeiro que faz alusão a uma cultura dominante, e um segundo, que a entende como um sistema simbólico que possui autonomia. A duas definições têm sido um modelo que se opõe a idade de ouro da cultura popular, onde era vista como algo sem qualificação, que levavam às situações constrangedoras.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Assim, Chartier enfatiza que as duas maneiras de expressar a *cultura popular* não podem ser isoladas, já que os dois modos muitas vezes são usados na mesma obra e pelo mesmo autor, portanto, colocá-las frente a frente pode ser considerado uma contradição. Por isso, Chartier (1995, p. 185) afirma que são nos modos de usar, como práticas sociais, que se deve encontrar o “popular” (CHARTIER, 1995: 185).

Em suma, Chartier ultrapassa as propostas de avaliação da *cultura popular* como universo simbólico autônomo ou dependente, revelando que a *cultura popular* não se encontra nos objetos, não é tocável, e se encontra sim nas práticas sociais que se adaptam. Com base nisso, encontrar nos *habitus* dos sujeitos de Córregos dos Barretos as manifestações populares da comunidade consiste em um dos motes da pesquisa em andamento.

Tendo em vista que a história da Comunidade de Córrego dos Barretos só é possível de ser traduzida em texto através das memórias de seus moradores, metodologicamente lidamos com a História Oral, pois as entrevistas com diversos moradores são fundamentais para compreender melhor a relação dos sujeitos com as suas manifestações e a forma como elas traduzem seu universo mental e simbólico. Nesse sentido, propomos a utilização de fontes orais, entendendo que as narrativas orais são umas das possibilidades de recuperação da memória, ou seja, que a memória elaborada dos sujeitos, em diálogo com o pesquisador, contribui para externar uma visão de mundo que cerca tais manifestações culturais e sociais.

Para isso é importante acentuar a mediação do pesquisador e sua participação na construção da narrativa dos sujeitos que narram, pois, como ensina Paul Thompson:

[...] quanto menos seu testemunho for moldado pelas perguntas do entrevistador, melhor. Contudo, a entrevista completamente livre não pode existir. Apenas para começar, já é preciso estabelecer um contexto social, o objetivo deve ser explicado, e pelo menos uma pergunta inicial precisa ser feita; e isso tudo, juntamente com os pressupostos não



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

expressos, cria expectativas que moldam o que vem a seguir  
(THOMPSON, 1992, p. 258).

Ainda para Thompson (1992), a História Oral não consiste apenas em encontrar com o entrevistado sem um preparo anterior, pois é necessário selecioná-los, esclarecer os objetivos da pesquisa e sua importância. Em síntese, a narrativa oral nos apresenta o único panorama possível para trazer para a presente pesquisa em andamento o funcionamento dos *habitus* dos sujeitos históricos da comunidade de Córrego dos Barreiros, especialmente o significado de suas manifestações culturais e o modo como são interpretadas e elaboradas a partir dos sujeitos entrevistados.

Em vista destes referenciais teóricos e metodológicos, nossa pesquisa está no estágio de interpretação das entrevistas e busca da compreensão dos *habitus* dos moradores de Córrego dos Barretos enquanto manifestações da *cultura popular*. Portanto, na seção que segue abaixo, nos restringimos à caracterização da comunidade estudada, bem como algumas possibilidades de reflexão sobre seus *habitus*.

### **Córrego dos Barretos– Município de Luís Correia (PI): caracterização**

Córrego dos Barretos é uma comunidade rural simples, situada ao norte do Estado do Piauí e vinculada político e economicamente ao município de Luís Correia (PI)<sup>2</sup>, que lhe é distante aproximadamente 30 quilômetros. Possuindo 33 moradias, uma escola

<sup>2</sup> Luís Correia é um município do Nordeste brasileiro, situado ao norte do estado do Piauí. Consiste no município com maior extensão de litoral do Estado, cerca de 46 km, mais da metade da área litorânea de todo o Piauí. Com base nos dados do IBGE (senso de 2010), a população era de 28.406 habitantes, com uma média de 26,52 habitantes por Km<sup>2</sup>. A estimativa do IBGE para 2017 é de 29.792 habitantes. Ainda conforme os dados do IBGE, “Em 2015, o salário médio mensal era de 1.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 219 de 224 e 17 de 224, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 5.544 de 5.570 e 3.109 de 5.570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 55.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 101 de 224 dentre as cidades do estado e na posição 414 de 5.570 dentre as cidades do Brasil” Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/luis-correia/panorama>. Acesso em 02/12/2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

municipal, uma capela cristã, uma casa de farinha coletiva, um curral coletivo e uma cisterna coletiva para reservatório de água potável, que chega semanalmente em um caminhão-pipa do município de Luís Correia (PI), a comunidade possui cerca de 60 moradores que sobrevivem economicamente da agricultura de subsistência (cultura de feijão, mandioca, milho, gergelim, melancia, abóbora), da pecuária (criação de gado, porco, cabra, galinha e pato) e da aposentadoria rural de seus moradores mais antigos (COSTA, 2018).

Córrego dos Barretos não conta com um conjunto de infraestrutura básica, tal como saneamento básico, pavimentação de ruas e serviços públicos de maior complexidade, como Posto de saúde<sup>3</sup>. Além disso, nos parece uma comunidade sem História, pois todas as ações dos homens no tempo ocorridas na comunidade estão resguardadas apenas na memória de seus moradores. Nesse sentido, a partir de entrevistas realizadas em viagem exploratória à localidade, pode-se destacar o surgimento da comunidade.

Em entrevista realizada com a senhora Raimunda Barreto dos Santos, obtivemos a informação de que a comunidade surgiu por volta da década de 1920. Como apontou a senhora Raimunda, quando questionada sobre o surgimento de Córrego dos Barreiros, a entrevistada inicia sua resposta afirmando: “Surgiu com meus avós por parte de pai, José Alves Barreto e Raimunda Ivo dos Santos, já falecidos” (SANTOS, 2018). Após essa afirmação inicial, mesma enfatizou que o casal fundador da comunidade se casou na região, construiu uma casa e foram residir na localidade.

---

<sup>3</sup> Na necessidade de serviços de saúde um pouco mais complexos, os moradores recorrem aos municípios de Luís Correia e Parnaíba, por meio de um ônibus pago que corre diariamente levando pessoas para tais municípios.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*



Primeira residência de Córrego dos Barreiros. Fonte: Acervo Pessoal. Fotografia tirada em 28/12/2017.

Ainda conforme informações da senhora Raimunda Santos, a casa não mantém a arquitetura original, pois foi sendo aumentada para acolher os filhos do casal. Sobre isso, a entrevistada afirma que seus avós (José Alves Barreto e Raimunda Ivo dos Santos), tiveram, como fruto do casamento, treze filhos (Manoel, Sebastião, Artur, Francisco, José Barreto, João, Chaga, Maria, Nazaré, Josefa, Eva e as gêmeas Raimunda). Nesse sentido, a família começou a crescer e, quando os filhos começaram também a se casar, foram construindo residências ao redor da de seus pais, constituindo, assim, uma comunidade familiar. Ainda de acordo com a senhora Raimunda Barreto, a única família que chegou na comunidade e não fazia parte da família Barreto foram os Jerônimos, cujos descendentes ainda residem em Córrego dos Barretos (SANTOS, 2018). Portanto, a comunidade de Córrego dos Barretos pode ser considerada uma comunidade familiar. Nesse sentido, como aponta Bourdieu (1996), a família é um lugar de produção e reprodução das práticas sociais do *habitus* desde a infância.

Com 33 moradias, Córrego dos Barretos não possui saneamento básico (água e esgoto encanados), fazendo com que a população tenha que consumir água potável apenas para beber, que chega uma vez por semana do município de Luís Correia por meio de um Caminhão-pipa. A água potável é armazenada em um reservatório comunitário, o qual

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

todos têm livre acesso. Já a água não potável, que é extraída inúmeros poços artesanais existentes nas residências, é utilizada para higiene pessoal, limpeza de residências, alimentar animais e demais necessidades básicas.

O processo de lidar com a água potável e não potável na comunidade, certamente pode ser considerado um *habitus* que é passado de geração em geração na comunidade de Córrego dos Barreiros. As práticas individuais e as condições de existência dos indivíduos da comunidade, fazem com que o processo de economizar água potável sem praticamente uma “regra social”, a partir da qual a coletividade, em ajuste aos interesses individuais, atenda a demanda de água existente. Como afirma Pierre Bourdieu,

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente reguladas e regulares sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87).

No que se refere à água não potável, certamente por existir inúmeros poços artesanais espalhados nas moradias da comunidade, essa experiência não aparece. Todavia, a solidariedade se expressa, pois os moradores que não possuem poços artesanais em suas moradias, são atendidos em suas necessidades pelos outros que possuem.

A comunidade possui apenas um local de alfabetização, a Escola Estadual Professor Antonio José da Costa Araújo, que possui apenas uma sala de aula multisseriada, uma cantina e uma coordenação.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*



Escola da Comunidade. Fonte: Acervo Pessoal. Fotografia tirada em 28/12/2017.

De certo modo, pode-se considerar que a educação formal da Comunidade consiste num desdobramento da família. E nesse caso, quando os moradores em idade escolar querem prosseguir em estudos formais de nível superior, migram para cidades próximas, como Luís Correia e Parnaíba.

Córrego dos Barretos também possui atividades que podem ser consideradas elementos de uma cultura popular. O primeiro a ser mencionado é a religiosidade. A senhora Raimunda Santos, em entrevista concedida, aponta que a comunidade possui uma Capela católica, a Capela São José, na qual praticamente todos os moradores se reúnem quase diariamente para rezar (nos termos da entrevistada “tirar terço”), ensaiar cânticos religiosos. (SANTOS, 2018).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*



Capela São José. Fonte: Acervo Pessoal. Fotografia tirada em 28/12/2017.

A Capela é coordenada por duas moradoras chamadas Flávia dos Santos Alves e Maria de Fatima Barreto da Costa, mulheres que tomam conta da manutenção e da programação religiosa da Capela (SANTOS, 2018). Flávia dos Santos Alves é vista pela maioria dos moradores de Córrego dos Barretos como líder religiosa da comunidade. A senhora Raimunda Barreto dos Santos, quando questionada sobre quem seria o líder da comunidade, sem titubear, afirma que comunidade possui apenas líder religioso, “A Flávia”, pois os mais velhos que exercia a liderança comunitária já faleceram não deixando ninguém em seu lugar (SANTOS, 2008).

É interessante notar que a entrevistada, apesar de apontar que as decisões da comunidade são tomadas individualmente e que as da Capela são tomadas em conjunto com todos os frequentadores, ainda sim atribui o caráter de líder religiosa a Flávia dos Santos Alves. Nesse caso, Flávia dos Santos Alves conquistou o status de líder religiosa

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

da Comunidade, em virtude de sua dedicação à Capela São José. Nesse sentido, como afirma Pierre Bourdieu,

A lógica do funcionamento da Igreja, a prática sacerdotal e, ao mesmo tempo, a forma e o conteúdo da mensagem que ela impõe e inculca, são a resultante da ação conjugada de coerções internas, inerentes ao funcionamento de uma burocracia que reivindica com êxito mais ou menos total do monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos e da gestão de bens e salvação [...] As coerções internas surgem como imperativo da economia de carisma que deseja confiar o exercício do sacerdócio, atividade necessariamente “banal” por ser cotidiana e repetitiva, a funcionários intercambiáveis do culto e dotados de uma qualificação profissional homogênea adquirida por um processo de aprendizagem específica, e aparelhados com instrumentos homogêneos capazes de possibilitar uma ação homogênea e homogeneizante (BOURDIEU, 2011, p. 65-66).

Flávia, em Córrego dos Barreiros, faz as vezes da pessoa que toma conta da burocracia, organizando todo o expediente da Capela São José, bem como transformando-se numa líder, devido à sua capacidade de coordenar os cultos religiosos. Nesse caso, a moradora também faz as vezes de sacerdote, pois, apesar de não possuir qualificação profissional formal, adquiriu por experiência prática o aprendizado necessário para exercer tais tarefas. Assim, não podemos descartar também seu carisma para com os demais moradores, fator essencial para seu status de líder religiosa.

Tendo como núcleo a Capela de São José, anualmente no mês de março, ocorrem os Festejos de São José, festa popular típica da comunidade. A realização da festa é organizada pelos frequentadores da Capela, que durante todo o ano fazem bingos com o intuito também de arrecadar fundos para a mesma, e coordenada pela líder religiosa Flávia, que cedeu entrevista sobre o evento. Os festejos contam com orações, bingos, leilões, barracas com comidas típicas da região, como creme de galinha, crepe, mingau de milho, etc. Os Festejos de São José recebem moradores de comunidades circunvizinhas, que frequentam as festividades para se divertir e orar (SANTOS, 2018a).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O outro elemento de *cultura popular* de Córrego dos Barretos é a atividade da *Farinhada*, ocorrida anualmente no mês de julho na Casa de farinha comunitária. Durante todo o ano os moradores plantam mandioca em suas “roças”. No mês de julho a mandioca é colhida e parte da colheita é vai para a produção de farinha, a *Farinhada*, que é consumida pelos moradores até o próximo ano. Na *farinhada* praticamente todos os moradores sem envolvem, pois, acordam ainda na madrugada para começarem os trabalhos, que são divididos entre mulheres (descascar e raspar a mandioca) e homens (colher a mandioca e transformá-la em farinha).



Casa de Farinha/Córrego dos Barreiros. Fonte: Acervo Pessoal. Fotografia tirada em 28/12/2017.

Tanto os Festejos de São José, quanto a *Farinhada*, podem ser considerados *cultura popular*, pois, o modo como essas práticas socioculturais são exercidas na comunidade trazem os elementos populares da simplicidade, da solidariedade entre os indivíduos, os rituais simbólicos e a noção de pertencimento à comunidade. Enfim, como aponta Roger Chartier (1995, p. 185), são nos modos de usar, como práticas sociais, que se deve encontrar o “popular” (CHARTIER, 1995: 185).

Em suma, até o presente estágio de nossa pesquisa em desenvolvimento, foi possível perceber os *habitus* mencionados e seus elementos de *cultura popular* dão



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

significação simbólica para a experiência de vida dos moradores de Córrego dos Barreiros. Passados a cada geração, esses habitus fomentam o significado da vida cotidiana desses moradores, que se dizem satisfeitos com seu estilo de vida.

### **Considerações finais**

Os moradores de Córrego dos Barreiros possuem uma vida pacata, economicamente, socialmente e culturalmente muito parecida. Nesse sentido, a desigualdade sociocultural praticamente não existe na comunidade, pois todos sobrevivem modestamente e forma tranquila, especialmente num ritmo familiar e alheio aos problemas e conflitos dos grandes centros urbanos do país. Ao entrar em contato com os moradores da comunidade, foi possível perceber um fator que Michelle Lindner, Flamarion Alves e Enéas Ferreira, destacam:

A concepção tradicional do rural como lugar do atraso e da rusticidade e o urbano como o lugar do progresso e da modernidade, não pode mais ser tida como absoluta. [...] a sociedade brasileira parece estar tendo um novo olhar sobre o rural, antes visto como uma fonte de problemas, passa a apresentar indícios de ser também portador de “soluções”, com o crescimento da busca por um maior contato com a natureza e o aprofundamento das relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo (ALVES, FERREIRA, LINDNER, 2009, p. 2)

Em vista disso, pode-se dizer que o dia a dia dos sujeitos da comunidade é bastante simples. Acordam bem cedo, sendo que os homens para trabalharem na pecuária e na agricultura (ambos de subsistência) e a mulheres para trabalharem nos afazeres domésticos. Hegemonicamente se entretém com rádio e televisores. As crianças brincam tranquilamente na comunidade. Os meninos de futebol, atividade sagrada, das 17:00 horas até pôr do sol. Suas vestimentas são simples, seu linguajar ainda mais. Todavia, é perceptível em suas feições a felicidade de viverem em Córrego dos Barreiros. Isso é

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

comprovado por duas moradoras entrevistadas, as senhoras Maria de Fatima Barreto da Costa e Raimunda Barreto dos Santos. Perguntadas se tinham vontade de se mudar da comunidade, sem titubear, afirmaram: “Não!” (COSTA, 2017; SANTOS, 2018).

### Referências

- ABREU, Martha. *Cultura popular, um conceito e várias histórias*. In: Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.
- ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente; LINDNER, Michele. *A presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19, Rio Claro – SP, 2009, p. 1-15.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Entrevistado por Maria Andréa de Loyola*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação*. São Paulo: Papius Editora, 1996.
- CHARTER, Roger. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-192.
- COSTA, Maria de Fatima Barreto da. *Entrevista realizada em 28/12/2017*.
- DARNTON, Robert. *O Grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro. Graal, 1986.
- IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/luis-correia/panorama>. Acesso: 02/12/2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SANTOS, Raimunda Barreto dos. *Entrevista realizada em 03/01/2018*.
- SANTOS, Flávia dos. *Entrevista realizada em 03/01/2018a*.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Revista Brasileira de Educação, nº. 20, Maio/Jun/Jul/Ago de 2002, p. 60-70.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**POLÍTICA GOIANA E CORONELISMO:  
ANÁLISE DAS REMINISCÊNCIAS DAS PRÁTICAS CORONELÍSTICAS NA  
POLÍTICA GOIANA ATUAL**

Fernanda Rosa de Oliveira<sup>1</sup>  
Júlio Cesar Meira<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende refletir a respeito dos traços coronelísticos ainda presentes na política de Goiás. Partindo do pressuposto que o coronelismo foi um fenômeno político-social da República Velha, com foco nas alianças entre o poder central e os mandatários políticos dos municípios, pretendemos, inicialmente, refletir sobre a forma como o coronelismo se estabeleceu em Goiás, tendo como arcabouço teórico autores como Itami Campos, Nasr Chaul, Victor Nunes Leal, entre outros. A partir da categorização, intentamos analisar as principais características do coronelismo local e, finalmente, buscar as formas de perpetuação de algumas dessas características até o presente. Finalmente, analisaremos uma dessas características, que é o mandonismo ou dominação partidária, demonstrando que, do ponto de vista das permanências, não só na política local (municipal), mas na própria política estadual remanesce o mandonismo coronelístico.

**Palavras-chave:** Coronelismo; atualidade; política goiana;

### **Introdução**

Esta comunicação tem como objetivo investigar as práticas políticas Coronelistas, vigentes do período da Primeira República (1889-1930), buscando estabelecer um paralelo com as práticas políticas atuais, a fim de verificar quais os

<sup>1</sup> Graduanda em História na UEG (Câmpus Morrinhos); [fr.nanda@hotmail.com](mailto:fr.nanda@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em História Social (UFU); Professor do Mestrado em Ambiente e Sociedade da UEG (PPGAS). Professor de História Moderna e Contemporânea da UEG (Câmpus Morrinhos); [juliohistoriador@gmail.com](mailto:juliohistoriador@gmail.com).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

componentes ou características do coronelismo ainda persistem na sociedade atual, em específico na política goiana.

O Coronelismo, em sua concepção mais básica, corresponde à prática política em que seu personagem principal é o Coronel, homem de posses e geralmente fazendeiro, chefe político de seu município que através de seu poder de mando, garante um número significativo de votos para um determinado candidato político de seu apoio, ganhando em troca benefícios de seu interesse.

Este sistema político teve grande força nas regiões interioranas de todo o país, assim como o estado de Goiás, que devido à sua posição de quase exclusão no ponto de vista econômico e político, permitiu que os Coronéis gozassem de força e de quase absoluta autonomia. Muitas práticas políticas da atualidade foram herdadas desse período histórico e mesmo com muitos historiadores defendendo o fim do sistema após o Golpe de 1930 – outros defendem o desaparecimento no processo do Golpe de 1964 – (LEAL, 1997; CAMPOS, 1987 – ações características desse sistema da República Velha permanecem sutilmente na nossa política atual, como patriarcado, familiocracia, patrimonialismo, a falta de limite entre o público e o privado e o mandonismo autoritário.

Dentre todas essas características, analisaremos o mandonismo político, cujas características mais conhecidas são o controle partidário pelo líder político, as barganhas e trocas de favores, o apadrinhamento de correligionários em postos-chave e a unção de herdeiros políticos.

A análise será bibliográfica, sendo que o arcabouço teórico conceitual inclui autores clássicos que pensaram o Coronelismo de forma abrangente, como Victor Nunes Leal (1997), bem como os que o pensaram a partir das especificidades locais, como Itami Campos (1987), Nasr Fayad Chaul e Luiz Sérgio Duarte (2009).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**O Surgimento do Coronelismo e suas principais características**

O Coronelismo está ligado à criação da Guarda Nacional, em 1831 (LEAL, 1997), que tinha no Coronel sua patente mais elevada. Era um cargo honorífico, decorrente do prestígio e do poder econômico do mandante local, os grandes fazendeiros que dominavam a política paroquial, sendo concedido a quem estivesse disposto a pagar o valor estipulado pelo poder público.

O Coronel na Primeira República exercia o papel de mediador entre as instituições políticas nacionais e estaduais e o eleitorado, exercendo sua influência – muitas vezes com violência – na garantia dos votos para seus candidatos, na troca de benefícios de seu interesse. Essa relação, de acordo com Campos (1987), garantiu o poder nas mãos das oligarquias locais ao longo de toda a República Velha, que se concretizava, na análise de Campos (1987), na seguinte estrutura:

Estes três elementos- chefia política municipal, situacionismo estadual e o governo federal- habilmente coordenados pela política dos governadores, vão formar o tripé de estabilização do sistema político brasileiro, conhecido também como arranjo coronelístico. Cada um destes parceiros vai ser corresponsável pelo funcionamento do sistema e cada um deles cabe as vantagens que o compromisso oferece. (CAMPOS, 1987, p. 19)

A estabilidade do tripé – governos federal, estadual e municipal –, como se vê, era o Coronel, que, a partir de sua autonomia real se tornava o ente político único, dada a ausência das demais instâncias, assegurando seu poder via controle e dominação partidária e econômica. Victor Nunes Leal (1986) descreve o exercício dessa dominação, mesmo que a autonomia, de fato, não encontrasse previsão legal:

[...] os chefes municipais governistas sempre gozaram de uma ampla autonomia extralegal. [...] É justamente nessa autonomia extralegal que consiste a carta-branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso típico do “coronelismo”. É ainda em virtude dessa carta-branca que as autoridades estaduais dão o seu concurso ou fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista, inclusive a violência e outras arbitrariedade. (LEAL, 1986; 71)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O poder do Coronel, ao exercer seu mandonismo, derivava, na maioria das vezes, do seu poder econômico, que, por sua vez, contribuía para aumentar ainda mais seu capital econômico. Principalmente pela predominância do modo de vida rural e das relações sociais resultantes disso, o que chama a atenção, pois como Leal (1997) percebeu, décadas depois “[...] a concentração da propriedade ainda é, nos dias atuais, o fato dominante em nossa vida rural.” (LEAL, 1986, p. 45). Mesmo passados vários anos depois da constatação do autor, as relações sociais ainda são relacionadas ao poder econômico, bem como o poder político, que necessita de financiamentos altíssimos.

### **O Coronelismo em Goiás**

Alguns autores apontam que o sistema coronelista não atuou hegemonicamente em todo país, houve adaptações feitas pelos líderes locais adequando a realidade do local. Itami Campos (1987) pontua que existe uma distinção entre o uso do poder do Coronel das *regiões urbanizadas* onde os Coronéis são figuras políticas que utilizam da estrutura e recursos políticos para se beneficiar, enquanto que nas *regiões rurais*, o coronelismo foi caracterizado pela posse do poder por pessoas detentoras de poder econômico e influência de mando, que moldam a estrutura para institucionalizar seus interesses.

Na visão de Campos (1987) Goiás, na Republica Velha, era um estado rural e periférico, inexpressivo na política nacional, fazendo com que essas particularidades tornassem os Coronéis locais, chefes políticos de fato, gozavam de uma autonomia e poder político muito maior do que seus congêneres de outros estados. Esse situação tinha seu lado positivo, como Campos (1987) destaca:

A situação de periferia em que o Estado de Goiás se encontrava é que mais leva-lo a ter uma maior autonomia, esta, por sua vez, vai permitir maior influência dos fatores internos nos arranjos políticos estaduais. A dominância



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

de um setor da economia sobre os demais leva a uma maior probabilidade de controle interno e a maior estabilidade política. (CAMPOS, 1987, 20)

A estabilidade (relativa) tinha seu preço. Um estado pobre, rural e periférico, longe dos centros econômicos e dos mercados consumidores, a despeito de ter entre seus poucos conterrâneos de prestígio um político urbano e com boa formação acadêmica, o Coronel Leopoldo de Bulhões, foi um dos últimos a ser alcançado pelos ramais ferroviários. Essa situação, de acordo com Campos (1987), acontecia como forma de manutenção do poder. O controle do atraso da região, impedindo a aproximação do Estado com o mercado nacional, perenizando o isolamento da população, sustentava a hegemonia do grupo político no poder.

José Leopoldo de Bulhões Jardim, chefe político goiano, é acusado de obstar o progresso de Goiás: “quanto pior, melhor” teria sido o seu lema e isto com a finalidade de mantendo o atraso, continuar dominando o Estado. Antônio Ramos (Totó) Caiado, também chefe político goiano com prestígio federal, é acusado de impedir “o quanto pôde o desenvolvimento de Goiás, econômico e cultural [para] Sua garantia de posse”. (CAMPOS, 1987, 64-65)

Somente nas primeiras décadas do século XX e apenas em poucos lugares, as ferrovias, ícones do progresso da época, finalmente chegaram a Goiás. Não que a integração tardia tenha mudado alguma coisa. Somente na década de 1930, com a intervenção derivada do golpe de Getúlio Vargas, houve alteração parcial da situação sócio-política e econômica. Outro grupo político, dos coronéis do sudoeste goiano, assumiu o poder através do “tenente” Pedro Ludovico Teixeira.

### **Heranças do Coronelismo na política goiana atual**

É apressado concluir pelo fim do sistema coronelista com o advento do golpe de 1930 e seus interventores estaduais que, em tese, teriam rompido com o monopólio das oligarquias locais no poder. É mais adequado constatar que o rompimento da ordem

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

política apenas colocou no poder outras oligarquias, que mantiveram os mesmos instrumentos e práticas coronelistas da República Velha.

Mesmo o fim do período Vargas e o restabelecimento democrático momentâneo, ou até a instauração de outro período ditatorial, em 1964, não extinguiram por completo as práticas coronelísticas. Elementos como a familiocracia e o patriarcado político se mantiveram na paisagem local, quase que como naturalizados. Essa reflexão facilmente se constata ao se analisar as árvores genealógicas da política estadual ao longo do século XX. Nomes como Bulhões, Caiado, Perillo, e Ballestra, com pequenos hiatos temporais, sempre estiveram presentes na crônica do poder goiana. Outros, como Ludovico Teixeira, Xavier de Almeida, Lopes de Moraes, mesmo não estando mais presentes, ainda se fazem sentir de forma muito impactante, com influências, principalmente nas direções partidárias, que permanecem. Alguns deles já com outros sobrenomes, por causa das alianças através de casamento entre membros pertencentes às mesmas oligarquias.

Gleudson de Oliveira Moreira (2009) analisou o exemplo da família Ballestra, que se uniu a outro membro da oligarquia local, os Rabelos, pelo casamento. Itami Campos (1987), por sua vez, mostrou que isso já era corriqueiro no início do século, com os exemplos das uniões via casamento entre Bulhões Jardim e Caiados, assim como Xavier de Almeida e a família Lopes de Moraes. Esta última, inclusive, foi o estopim de um conflito sério, que atingiu proporções inimagináveis, resultando na “Revolução de 1909” (CAMPOS, 1987), pois o jovem governador José Xavier de Almeida rompeu uma aliança anterior, em que prometera se casar com uma parenta de Leopoldo Bulhões Jardim.

Nem sempre a continuidade se dá a partir da filiação. Muitas vezes pode se dar pela escolha e unção de um herdeiro político, continuador da força e influência do patriarca líder político. Foi o caso da escolha feita por Pedro Ludovico Teixeira, no final

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

da década de 1970. Dispondo de três opções: seu filho Mauro Borges, Henrique Santillo e Íris Rezende, a escolha do velho interventor para a liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) goiano, que se tornou Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1980, foi por Íris Rezende. De acordo com Cileide Alves Cunha (2009), a escolha de Íris por Pedro Ludovico resultou, poucos anos depois na candidatura e consequente vitória ao governo do estado. Assim,

A escolha de Pedro Ludovico pela candidatura de Iris Rezende a governador, em vez de indicar seu próprio filho que fora deposto do governo do Estado pelos militares em uma intervenção violenta em novembro de 1964, tinha um significado político. (CUNHA, 2009, p.3)

Reginaldo Lima de Aquino (2009) demonstra que Pedro Ludovico escolheu Íris e não seu filho Mauro Borges como sucessor ao controle do partido em Goiás por conta da falta de experiência política deste, que nas eleições anteriores que disputou – e venceu –, tanto à Câmara Federal (1958) quanto ao governo do estado (1962), se escorou em sua genealogia familiar, em detrimento de sua falta de experiência política. Se a ausência de experiência política poderia ser um ativo importante, por outro lado não o habilitara às disputas e alianças político-partidárias.

Mauro não havia sido formado nas arenas da política goiana e, portanto, também não herdara as animosidades com que as disputas partidárias historicamente contaminam o espírito daqueles que compõem uma determinada agremiação partidária. Ou seja, Borges não havia sido enquadrado nas regras tradicionais do pessedismo goiano. (AQUINO, 2009, p.123)

A escolha de Íris Rezende por Pedro Ludovico se deu da mesma forma como, na República Velha, acontecia a sucessão partidária. Não apenas a posição no topo da hierarquia lhe garante a longevidade, mas como Cileide Alves (2009) percebeu, a própria personalidade do velho político e sua capacidade de dominação e controle das estruturas partidárias explicam sua manutenção no poder, o que já havia sido notado e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

estimulado por Pedro Ludovico. Afinal, foi na “[...] convivência com Pedro, [que] ele especializou-se na tarefa de liderar um partido e de manter controle sobre ele. [...] Com Ludovico, ele diz que aprendeu a „respeitar e valorizar os líderes”” (CUNHA, 2009, p.22).

A ideia de transparência e democracia interna, tão cara à democracia, ainda é algo raro no topo das estruturas partidárias. A própria experiência de Íris Rezende ilustra isso. Ungido sucessor em 1978 de Pedro Ludovico, quarenta anos depois o político goiano ainda domina com mão de ferro os destinos da atuação do PMDB (novamente MDB, desde 2017) em Goiás. Hajam vistas as situações das eleições das últimas décadas em que, mesmo lançando candidatos, o partido sempre se colocou à espera da decisão final do líder maior.

### **Considerações finais**

Como vimos, a despeito das tentativas de delimitar temporalmente o fenômeno coronelístico, diversas de suas práticas ainda se mantem na política, sobretudo no estado de Goiás. São práticas que vão à manutenção das mesmas famílias no cenário, passando pela dominação político-social e o mandonismo partidário.

Dentre todas essas práticas, o objetivo principal deste trabalho foi analisar a manutenção das estruturas partidárias nas mãos dos mesmos grupos, que se relacionam também no campo familiar através do estabelecimento de alianças efetivadas pelo casamento.

Mesmos nos casos em que as relações familiares são abandonadas em detrimento de outras pessoas, isso se dá a partir do reconhecimento da detenção de características de personalidade ou de liderança política que mantém a fidelidade aos valores ou princípios políticos do dirigente partidário do momento. É assim que a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

escolha, ou união das futuras lideranças mantém praticamente inalteradas as práticas políticas, resultando em dificuldades concretas de mudança e oxigenação.

No caso goiano, analisamos a experiência do MDB do final da década de 1970, em que o chefe político, Pedro Ludovico Teixeira, escolheu como sucessor a Íris Rezende. Este, quarenta anos depois da escolha, ainda mantém o controle partidário no estado, impedindo que novas lideranças surjam, tanto internamente quanto nas possibilidades de concorrer aos cargos que lhe interessam.

Uma hipótese é que a localização interiorana do estado de Goiás, assim como vários outros, bem como os modos de vida de valorização do conservadorismo, de apego às tradições e seu passado histórico, impeçam o efetivo rompimento com a perpetuação das práticas coronelísticas. Independente das causas se constata que muitas dessas práticas ainda são tão fortes e efetivas que ainda é muito difícil rompê-las, trocando-as por uma política partidária verdadeiramente transparente e democrática.

### **Referências Bibliográficas**

AQUINO, Reginaldo Lima de. A influência da contradição histórica na política goiana. In. CHAUL, Nasr Fayad. DUARTE, Luiz Sergio. (Orgs.). *História política de Goiás*. Goiânia: UFG, 2009.

CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1987.

CHAUL, Nasr Fayad. DUARTE, Luiz Sergio. (Orgs.). *História política de Goiás*. Goiânia: UFG, 2009.

CUNHA, Cileide Alves. A herança modernizadora de Pedro Ludovico e a memória de seu grupo político. In. CHAUL, Nasr Fayad. DUARTE, Luiz Sergio. (Orgs.). *História política de Goiás*. Goiânia: UFG, 2009.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia; Cegraf/UFG, 1990.

MOREIRA, Gleidson de Oliveira. Família italiana e política em Goiás. In. CHAUL, Nasr Fayad. DUARTE, Luiz Sergio. (Orgs.). *História política de Goiás*. Goiânia: UFG, 2009.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A ESTRADA DE FERRO E A DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO SUDESTE  
GOIANO**

Jairison da Paixão e Costa (UFG - RC)<sup>1</sup>  
Renato dos Reis Borges Cabral (UFG - RC)<sup>2</sup>  
Paulo Henrique Kingma Orlando (UFG - RC)<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste estudo debate-se a relevância da rede ferroviária para a ligação do sudeste goiano – também conhecida como Região da Estrada de Ferro – no início do século XX com os centros comerciais mais influentes no contexto nacional, especificamente aos estados do Sudeste do Brasil. O presente estudo está fundamentado na ideia de redes, fixos e fluxos apresentada por Milton Santos, estrutura-se ainda em leituras de trabalhos acadêmicos na área da Geografia que discorre sobre a formação econômica do estado e, na coleta de dados em sites oficiais dos governos estadual e federal referentes à história das ferrovias no Brasil e em Goiás, assim busca-se fazer uma leitura geográfica da história econômica de Goiás. As transformações regionais oportunizadas pelo advento da ferrovia no sudeste goiano ocorreram num contexto de intensas disputas entre as forças políticas a nível estadual que resultaram no desenvolvimento regional diferenciado, ou seja, o sudeste goiano viu acelerar o processo de rompimento gradual da dependência que tinha em relação ao Triângulo Mineiro, como as cidades de Araguari e Uberlândia (MG), enquanto outras regiões mantiveram a dependência entre os pequenos centros urbanos em relação aos polos regionais mais estruturados.

**Palavras-chave:** Redes; fixos; fluxos; estrada de ferro.

### **Introdução**

O presente artigo visa discorrer acerca da importância da estrada de ferro para a integração de Goiás ao mercado internacional. Considerando que a economia brasileira está fundamentada na exportação desde os primórdios da colonização, as ferrovias

<sup>1</sup> Graduado em Geografia (UFG/RC). Contato: jairison.17@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduado em Geografia (UFG/RC). Contato: cabral923@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduado em Geografia (UFJF), Mestre em Geografia (UNESP), Doutor em Geografia (UNESP). Contato: phorlando@yahoo.com.br.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

foram de extrema importância para a ligação da região central do Brasil ao litoral e o mercado global.

É importante salientar o caráter geográfico desta análise. Tomando como princípio a ideia de Santos (2006) de que o espaço é dotado de intencionalidade, veremos nos tópicos a seguir que as ações dos planejadores e gestores do território tiveram fundamental importância na configuração espacial e econômica de Goiás.

A rede ferroviária que corta Goiás não teve muitas mudanças no ponto de vista de expansão ou de criação de muitas rotas alternativas, deu-se prioridade de investimentos às rodovias. No entanto, o sistema ferroviário ainda é utilizado na atualidade para o transporte de cargas, interligando a região a diversos pontos de exportação destes produtos.

Este texto foi elaborado a partir da leitura de trabalhos voltados para a história da estrada de ferro em Goiás e no Brasil, sendo um objetivo a realização de futuros artigos que discutam acerca dos demais modais viários, responsáveis pelo escoamento das mercadorias agrícolas e minerais de Goiás para as diversas regiões do país e do mundo.

### **Metodologia**

A elaboração do presente artigo contou com uma etapa voltada para o levantamento bibliográfico acerca da história das estradas de ferro no Brasil e em Goiás. Nesta etapa de leitura também foram revisados textos do geógrafo brasileiro Milton Santos, para elucidar como a estrada de ferro não é apenas um meio de transporte, mas sim, parte de uma estrutura espacial construída a partir de intencionalidade de determinados grupos políticos, sociais e econômicos, que buscavam dinamizar a economia.

O segundo momento foi de redação do texto, edição e adequação às normas científicas na elaboração de trabalhos acadêmicos, estabelecidas pela Associação

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Portanto, foram duas as etapas de elaboração do presente artigo.

O texto foi elaborado para tratar da importância da estrada de ferro na inserção do estado de Goiás no contexto econômico global. Com o intuito de alcançar o objetivo geral, foram necessários definir dois objetivos específicos, a saber: a) fazer um levantamento histórico da relação da estrada de ferro e o estado de Goiás; b) analisar à luz da Geografia como a estrada de ferro ligou Goiás ao mercado internacional.

#### **Resultado e Discussões**

A mundialização das relações econômicas, hoje conhecida como o fenômeno da globalização, não se aplica apenas ao caráter econômico do termo, mas possui conotação política, cultural, social etc., tem suas raízes com os avanços mercantis a partir do século XVI, acerca disto, Santos (1988) deixa bem claro quando argumenta o seguinte:

Decerto, o que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no Planeta sofrem uma repentina transformação: as relações do Homem com a Natureza passam por uma reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados à disposição do primeiro. (SANTOS, 1988, p. 5).

Importa aqui destacar que as relações comerciais do Brasil com países da Europa, ou mesmo da Ásia, só são possíveis devido a estes avanços técnicos e científicos insinuados por Santos (1988), que por sua vez, se materializaram em maneiras mais eficientes de transporte de produtos e a comunicação entre os sujeitos das diversas partes do mundo. Obviamente, as condições do século XVI, ou mesmo dos séculos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

seguintes, não se comparam a eficiência das relações comerciais e de troca de informações dos dias atuais, devido a rusticidade dos meios de comunicação e a ainda os pouco eficientes meios de transporte de pessoas e mercadorias da época, se comparado às possibilidades atuais que contam com navios cargueiros, aviões, locomotivas, caminhões e toda a infraestrutura correspondente a cada um destes modais. A economia brasileira teve alguns marcos bem definidos e que sintetizam a importância que determinadas atividades tiveram para a geração de riquezas no país. Comumente a história econômica nacional é dividida em ciclos econômicos, um exemplo é tomado quando Prado Jr. (1945) discorre acerca da formação econômica brasileira:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras. (PRADO Jr., 1945, p. 14).

Embora desde os primórdios da colonização o Brasil já estivesse inserido numa lógica de mercado voltado para o além-mar, demorou mais de dois séculos para que o território goiano fosse inserido neste contexto.

Se o povoamento do litoral brasileiro se deu a partir do século XVI (PRADO JR., 1945), as terras de Goiás, por sua vez, apenas tiveram sua colonização efetivada a partir do ano 1722 (MAIA, 2005, p. 45), ou seja, dois séculos separam o período de surgimento dos primeiros núcleos de povoamento no litoral brasileiro e o movimento de ocupação colonizadora em Goiás.

Foi a busca pelo ouro encontrado nas cabeceiras do Rio Vermelho o fator motivador das incursões visando a ocupação das terras dos Goyazes (ESTEVAM, 1998, p. 35). Mas no século XIX a economia do estado ficou em situação bastante complicada pois, conforme Palacin (1986 apud CHAVES, 1997, p.30) “a dinâmica economia do



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ouro, sinônimo de lucro fácil, não encontrou de imediato um produto que a substituísse em nível de vantagem econômica”.

Estava, portanto, a economia goiana fadada a estagnação ou ao retrocesso assim que as jazidas exaurissem. Chaves (1997, p.30) se refere da seguinte maneira acerca deste período: “surgia, assim, uma economia agrária, fechada, de subsistência, produzindo apenas alguns excedentes para aquisição de gêneros essenciais como sal e ferramentas”. A estrada de ferro foi fundamental para que Goiás buscasse alternativas que dinamizassem a economia local.

A Estrada de Ferro Goiás foi a primeira via de transporte moderna a reduzir tempo e espaço entre o território goiano e os mercados do Sudeste. A ferrovia despertou o Estado de Goiás do isolamento em que se encontrava há séculos e possibilitou a inserção da economia regional na dinâmica capitalista. Construída na primeira metade do século como via de penetração, a Goiás, como ficou conhecida, serviu de instrumento na expansão da economia de mercado e da fronteira agrícola no Oeste. (BORGES, 2000, p. 35).

Estas linhas ferroviárias configuraram um tipo de rede geográfica que conectou Goiás na economia internacional. Corrêa (2011) conceitua rede geográfica da seguinte maneira:

[...] as redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. (CORRÊA, 2011, p. 200).

Para Santos (1988, p. 8) a inserção de dado espaço à economia internacional é condicionada ao aparato tecnológico e a conjuntos técnicos localmente presentes. O autor chama a estes conjuntos técnicos de fixos, dentro da sua concepção do que seria a Geografia, ou seja, em “uma primeira hipótese de trabalho, dissemos que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

fluxos” (SANTOS, 1978, apud SANTOS, 2006, p. 38). Tais fixos e fluxos são definidos pelo autor supracitado:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. (SANTOS, 1982, p. 53; SANTOS, 1988, p. 75-85, apud SANTOS, 2006, p. 38).

Os fixos então podem ser as estruturas físicas que viabilizam o estabelecimento e o desenvolvimento das relações sociais e econômicas – a estrada de ferro seria um fixo –, e os fluxos, por sua vez, podem ser as mercadorias – gêneros agrícolas, minerais, produtos industrializados – ou mesmo pessoas em deslocamento.

Logo, o estabelecimento das infraestruturas – fixos – condicionam as diversas configurações espaciais dos territórios e suas respectivas dinâmicas econômicas. Na atualidade as relações econômicas entre os diferentes territórios são possibilitadas pelas conexões entre os mesmos, assim as redes são as ferramentas que proporcionam a efetivação da organização e modernização do espaço. Sobre isso, Castilho (2014) argumenta:

A ampliação das conexões é cada dia mais evidente. Por isso, não há como compreender uma ação sem considerar a interdependência cada vez maior entre diferentes espaços e, portanto, o impacto dessa mesma ação em diferentes escalas. Falar de organização dos espaços, assim, demanda uma compreensão do modo como essas conexões são construídas e controladas. Demanda considerar e compreender as redes e o modo como, por meio delas, a modernização se efetiva. (CASTILHO, 2014, p. 26).

Conforme Vieira (1954), o que atualmente corresponde ao sudeste goiano, já estava inserido nesta rede ferroviária que ligava Goiás a importantes polos econômicos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

do Sudeste na primeira metade do século XX. Na década de 1950 a região já se articulava em uma rede bastante estruturada:

A linha mestra da Oeste Minas parte de Angra dos Reis, pôrto marítimo na costa sul do estado do Rio, cruza a Central do Brasil em Barra Mansa e vai ter a Goiandira, no estado de Goiás, onde se articula com a estrada de ferro deste nome. Passa por Lavras, Formiga, Bambuí, Patrocínio, Monte Carmelo e outros centros notáveis de Minas e dela partem a linha de Ibiá a Uberaba, pela qual se liga à Cia Mojiana de Estradas de Ferro, e o Ramal de Garças a Belo Horizonte, que passa por Divinópolis. (VIEIRA, 1954, p. 132).

Considerando o traçado e destino das ferrovias goianas, a maioria dos traçados não apresenta nenhuma mudança significativa e poucas novas rotas foram criadas. O sistema rodoviário talvez tenha apresentado maior evolução neste espaço de tempo, pois, conforme Borges (2000) discorre:

O transporte rodoviário desenvolveu-se em Goiás sob o signo da iniciativa privada e assim permaneceu até 1930. A construção, conservação e exploração econômica das estradas de rodagem ficaram quase que exclusivamente a cargo de empresas particulares. O poder público fazia as concessões a pessoas politicamente influentes ou a grupos econômicos, os quais recebiam o direito de construir e explorar rodovias com subsídios do erário estadual. (BORGES, 2000, p. 53).

Devido a esses acordos entre iniciativa privada e governo, e também devido aos altos custos de instalação da linha férrea se comparado às rodovias, a rede rodoviária cresceu vertiginosamente no estado, enquanto que as ferrovias não tiveram tantas mudanças.

Mesmo com o aumento dos investimentos nas rodovias em detrimento das ferrovias, as estradas de ferro foram fundamentais para a dinamização do território não só no âmbito goiano, mas também em escala nacional. Castilho (2014) discorre acerca disso e diz:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

As redes ferroviárias implantadas no Brasil foram meios estratégicos para o funcionamento do território. Constituíram-se como principais meios de circulação de bens, produtos e pessoas nos eixos do interior para o litoral na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. À medida que a modernização se expande por diferentes regiões, a necessidade por sistemas de transportes bem articulados é cada vez maior. (CASTILHO, 2014, p. 67).

Essas ligações viabilizaram a interação de Goiás e outros estados da Federação, mas isso não ocorreu por acaso. Conforme expressa Raffestin (1993):

[...] o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios. Esses sistemas de malhas não são únicos; existem diferentes tipos, de acordo com a própria natureza das ações consideradas. Observações análogas, senão idênticas, poderiam ser feitas para os nós e as redes. (RAFFESTIN. 1993, p. 149).

No caso do estado de Goiás, a substituição dos transportes rudimentares – carros de bois e tropas de muares, por exemplo – para um modal muito mais eficiente, como a estrada de ferro, possibilitava o escoamento de um grande volume de gêneros agrícolas (BORGES, 2000), de forma mais rápida e com menor custo. Cabe aqui considerar que a mundialização da economia não necessariamente vai corresponder a interesses propriamente ditos dos sujeitos locais, Ross, Shakow e Susman (1980 apud SANTOS, 1988, p. 8) “lembram, a propósito, que em nossos dias os projetos locais estão subordinados a constrangimentos de natureza mundial”.

Retomando o conceito de **rede geográfica**, abordado no presente artigo, Corrêa (2004) explica que uma rede de transporte também pode ser considerada uma rede geográfica:

Exemplifiquemos alguns tipos de redes geográficas existentes no mundo contemporâneo. Um primeiro é o de uma rede ferroviária, constituída por uma malha de trilhos que recobre uma dada área. Ao longo dos trilhos existem pequenas paradas nas quais nem todos os trens param, estações com paradas obrigatórias, porém breves, estações maiores, com paradas mais longas, segundo o movimento de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

passageiros, estações-entroncamento, onde cruzam-se duas ou mais linhas férreas, e que apresentam intenso movimento de passageiros e mercadorias, e uma estação-terminal, que abriga a sede ou gerência regional da empresa. (CORRÊA, p. 204).

Cabe retomar este conceito aqui para explicar que a rede ferroviária, enquanto rede geográfica, teve importante papel na configuração espacial do estado de Goiás. O escoamento rápido e eficiente de mercadorias é um importante condicionante para a dinamização econômica dos lugares. Santos (1988) fala sobre a importância dos transportes para as mudanças no cenário econômico dos lugares:

Com a difusão dos transportes e das comunicações cria-se a possibilidade da especialização produtiva. Regiões se especializam, não mais precisando produzir tudo para sua subsistência, pois, com os meios rápidos e eficientes de transporte, podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do Planeta, aquilo de que necessitam. (SANTOS, 1988, p. 18).

Logo, fica claro a conexão que existe entre a dinamização produtiva ou econômica nos diversos espaços em decorrência do incremento de tecnologias nos fixos que substanciam a economia local. Não é diferente com o estado de Goiás, sendo possível afirmar isto somente após toda a argumentação elaborada no corpo do presente artigo.

### **Conclusão**

Considerando a discussão realizada no decorrer do presente artigo, é possível afirmar que a rede ferroviária se mostra como um dos elementos geográficos que viabilizaram a ligação do estado de Goiás com importantes pontos comerciais do país, e também a consequente inserção do mesmo [o estado] na lógica do mercado internacional.

Vale então lembrar que a inserção de Goiás à economia mundial não se deu somente por vocação natural deste estado. A saber, foi construída historicamente e gradualmente foi se consolidando, não apenas no sentido de integração das relações



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

econômicas regionais ou nacionais, porém cada vez mais voltado ao âmbito internacional. A estrada de ferro teve importante papel neste contexto, conforme foi discutido nos tópicos anteriores.

Para realizar o diálogo entre a discussão pautada em preceitos da Geografia dialogando com fatos históricos, a elaboração do presente artigo exigiu pesquisa de publicações e documentos que tratassem não só dos conceitos geográficos abordados, mas que também tivessem informações quanto ao objeto focado neste estudo, a estrada de ferro em Goiás.

#### **Referências bibliográficas**

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES; SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS. **Subsistema Ferroviário Federal**. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/mapa\_\_subsistema\_ferrovi%C3%A1rio\_federal\_(a0).pdf>. Acesso em: 03 de fev. 2018.

BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.

CASTILHO, Dênis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Tese%20-%20Denis%20Castilho%20-%202014%20(1).pdf> . Acesso em: 08 de jan. 2018.

CHAVES, Manoel Rodrigues. **A Devastação Legal do Cerrado e a Produção De Carvão Vegetal em Catalão-GO**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1997.

CORREIA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **CIDADES**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 199-218, 28 jun. 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2378/2122>. Acesso em: 16 de jan. 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: Estrutura da Formação Econômica de Goiás.** Goiânia: Do Autor, 1998.

MAIA, Valter Estácio. **Economia de Goiás.** Goiânia: UCG, 1984.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1945. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLI NAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLI%20NAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Metamorfose\\_Do\\_Espa%C3%A7o\\_Habitado\\_-\\_Milton\\_Santos.PDF](file:///C:/Users/User/Downloads/Metamorfose_Do_Espa%C3%A7o_Habitado_-_Milton_Santos.PDF). Acesso em: 10 jan. 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção . - 4. ed. -** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Moacir M. F. Geografia das Estradas de Ferro Brasileiras em seu Primeiro Centenário (1854 - 1954). In: IBGE – Conselho Nacional de Geografia. **I Centenário das Ferrovias Brasileiras.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, 414 p. Disponível em: <[biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/centenarioferrovia s1954. Pdf](biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/centenarioferrovia%20s1954.Pdf)>. Acesso em: 12 jan. de 2018.

VIEIRA, Flávio. Os Caminhos Ferroviários Brasileiros. In: IBGE – Conselho Nacional de Geografia. **I Centenário das Ferrovias Brasileiras.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, 414 p. Disponível em: <[biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/centenarioferrovias1954. pdf](biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/centenarioferrovias1954.pdf)>. Acesso em: 12 jan. de 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA: PROBLEMATIZANDO O ACERVO  
EXISTENTE NO MUSEU HISTÓRICO FRANCISCO HONÓRIO DE CAMPOS  
DE JATAÍ GOIÁS.**

**João Maurício Melo de Carvalho (História - UFG/Jataí) <sup>1</sup>**  
Sandra Nara da Silva Novais - Orientadora (História - UFG/Jataí)<sup>2</sup>

**Resumo:** Os museus enquanto espaço de memória e esquecimento constrói uma determinada narrativa a partir de critérios próprios. Assim, os objetos que compõe o acervo de um museu são ordenados segundo os propósitos da instituição museológica que necessariamente considera o público ao qual se destina. Nesse contexto é que se insere o Museu Histórico Francisco Honório de Campos de Jataí, aberto ao público em maio de 1994, possibilitando que os visitantes pudessem conhecer não só a residência histórica do final do século XIX, que abriga em seu interior o museu, mais também uma versão/narrativa, que se pretende oficial, da história de Jataí. A primeira seção da exposição de longa duração do museu Histórico de Jataí é composta por material arqueológico encontrado em sítios da região. Procura mostrar a presença de grupos de caçadores e coletores por meio de alguns artefatos (machados, raspadores de pedra lascada, vasos de cerâmica, adornos) que permitem conhecer parte do cotidiano das populações indígenas que habitavam o cerrado do sudoeste de Goiás. As demais seções que tratam da história do município têm como referência obras de memorialistas da região que contam a história de “grandes homens” e “grandes feitos”, relegando personagens como indígenas, mulheres e negros a um papel de coadjuvante. Diante da superficialidade dada à cultura indígena nas escolas e da concepção comum relacionada aos nativos, muitas vezes pautada em estereótipos e generalizações, e da própria dinâmica do museu e sua relevância social, surge a seguinte questão: como problematizar o material que faz parte da primeira sessão da exposição de longa duração existente no museu histórico “Francisco Honório de Campos” de Jataí para conhecer melhor a história das populações indígenas que habitavam e habitam o cerrado do sudoeste de Goiás? O trabalho busca dialogar com os principais aportes teóricos e conceituais no estudo da história e cultura indígena na contemporaneidade, com destaque para Monteiro (1994), Almeida (2010), Rocha (2012). Terá foco na historicização dos conceitos de cultura, patrimônio e museologia no Brasil, por meio

<sup>1</sup> Graduando em História (UFG/Jataí). Contato: joaomauriciomc@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação (UFSC). Docente do curso de História (UFG/Jataí). Contato: novaisnara@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

das discussões levantadas por Choay (2006), Salvadori (2008), Oliveira (2008) dentre outros autores. Nota-se o crescente anseio por parte do estado de estabelecer uma “história oficial” que represente todos os indivíduos de uma nação a partir do uso do patrimônio como mecanismo de pertencimento. Além disso, as relações que os indivíduos estabelecem com os diferentes patrimônios são fundamentais para a preservação da memória, possibilita pensar outros tempos, compreender outros modos de vida, conhecer outras técnicas, pensar a diversidade de fazeres e saberes que permeiam o cotidiano das múltiplas culturas.

**Palavras-chave:** Museologia; Patrimônio; Cultura.

### **Introdução**

Os museus enquanto espaço de memória e esquecimento constrói uma determinada narrativa a partir de critérios próprios. Assim, os objetos que compõe o acervo de um museu são ordenados segundo os propósitos da instituição museológica que necessariamente considera o público ao qual se destina. Apesar das intencionalidades da produção da exposição, é preciso ponderar que o olhar do visitante também (re) significa o que vê o que sugere certa autonomia entre a produção da exposição e o olhar do visitante, demonstrando como aponta Santos (2002), que os museus podem contribuir para produção de diferentes sentidos e significados.

Nesse contexto é que se insere o Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos que passou a ser aberto ao público em maio de 1994, possibilitando que os visitantes pudessem conhecer não só a residência histórica do final do século XIX que abriga em seu interior o museu, mais também uma versão/narrativa da história de Jataí. Apesar de várias mudanças ao longo do tempo, o Museu Histórico, desde sua abertura, mantém como exposição de longa duração três seções respectivamente intituladas: A pré-história da região; História do Sobrado Francisco Honório de Campos e História de Jataí.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A primeira seção é composta por material arqueológico encontrado em sítios da região e procura mostrar a presença de grupos de caçadores e coletores por meio de alguns artefatos (machados, raspadores de pedra lascada, vasos, adornos), e parte do cotidiano das populações indígenas que habitavam o cerrado do sudoeste de Goiás. Encontram-se também nessa seção fragmentos do esqueleto do homem de 11 mil anos, encontrado em um sítio arqueológico próximo a cidade de Serranópolis. A segunda e terceira seção compõe-se de um conjunto de imagens fotográficas e de textos que tentam recontar uma versão da História de Jataí. Os demais espaços existentes no Museu são ocupados por exposições de longa duração que também remetem a história do município. Há ainda espaço para exposições temporárias, e a reserva técnica, restrita ao público com acesso permitido somente aos/as pesquisadores/as.

As seções que tratam da história do município têm como referência as obras: *Pioneiros de Basileu Toledo França* e *Nos porões do passado* de Dorival de Carvalho Mello. *Pioneiros* é descrita pelo autor como um romance histórico e, intenta reconstruir, como o próprio título indica, a vida dos pioneiros na região. O autor exalta o feito de “grandes homens” pertencentes às famílias Vilela, Carvalho e Bastos, destacando a importância desses sujeitos e suas famílias para a história da região e particularmente do município. Demais personagens como mulheres, negros, pobres e indígenas aparecem na obra apenas como coadjuvantes dessa história. A obra *Nos porões do passado* apresenta espaços, sujeitos e ações por meio de documentos encontrados em acervos particulares e públicos. Contudo, o trabalho do autor limita-se apenas em apresentar esses documentos sem submetê-los a crítica, problematização ou a uma análise histórica mais criteriosa.

Acompanhando a dinâmica do Museu Histórico de Jataí constata-se que a instituição recebe grande quantidade de alunos/as levados/as pelos/as seus/as professores/as com o propósito de conhecer a História da região. Partindo dessa



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

constatação lançamos inicialmente a seguinte questão de pesquisa: *Como problematizar o material que faz parte da primeira sessão da exposição de longa duração existente no museu histórico “Francisco Honório de Campos” de Jataí para conhecer melhor a história das populações indígenas que habitavam o cerrado do sudoeste de Goiás?*

A relevância social da pesquisa se justifica dada a constatação de que no contexto educacional brasileiro, a história e cultura indígena são abordadas superficialmente, a diversidade cultural e étnica dos mais de 230 povos indígenas que vivem atualmente no Brasil é apresentada de forma genérica, descontextualizada e estereotipada. A compreensão da diversidade implica dar sentido às experiências vividas no mundo contemporâneo de muitas formas, cores, cheiros e sabores, lugar onde nos tornamos sujeitos junto com outros sujeitos com diferentes experiências, vivências e histórias.

### **Quadro Teórico**

Para que possamos dar conta da análise proposta faz-se necessário historicizar o conceito de patrimônio. Patrimônio é um conjunto de bens que pertencem á uma pessoa, família ou comunidade, sendo um sinônimo de riqueza, contanto que sejam compreendidas como manifestação de uma série de valores, tradições que são produzidos de forma coletiva. Por ser algo digno de se preservar, conseqüentemente lidamos com outros aspectos relacionados, como identidade, memória e a própria história, confundindo-se, portanto, com a noção de propriedade herdada. O desenvolvimento do patrimônio se dá a partir da coleção de determinados objetos, que são poupados da dinâmica da atividade econômica e das ações humanas, sendo seu valor determinado pelas tradições que são assim representadas. A associação do patrimônio á instituições encontra-se com a necessidade de perpetuação de uma determinada dominação, em que, muitas vezes, perpassam pela ideia de monumento

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

edificado, como as gigantescas construções públicas do Império Romano e as grandes catedrais feudais.

O conceito moderno de patrimônio histórico está intimamente ligado á ideia de “invenção” de uma nação, que deve ser representada de forma simbólica para a construção de uma identidade nacional. Tal concepção encontrou terreno a partir da ascensão da burguesia liberal, no final do séc. XIX (tendo como exemplo principal a Revolução Francesa de 1789), momento em que o estado nacional assume o papel de preservar um conjunto de bens que seriam importantes para a memória e identidade do país, com o objetivo de criar uma unidade nacional e, de certa forma, evitar conflitos que poderiam questionar o governo vigente. Essa função do patrimônio por parte do estado tem como objetivo principal ser uma das bases de sustentação para a justificação do poder estatal sobre a população nacional. A ideia de posse dessa herança (reliquias, monumentos, dentre outros) é o que forma o vínculo do indivíduo com a pátria forjada, tornando-se um dos fatores principais para o advento do nacionalismo.

A princípio, o patrimônio histórico era baseado, principalmente, á cultura material, relacionando-se com o patrimônio edificado e urbanístico, além do patrimônio documental e demais bens integrados (tais como monumentos, edifícios, documentos oficiais, dentre outros), ou seja, objetos que justificassem e representassem uma suposta trajetória histórica defendida por uma nação (história oficial?). As noções de cultura no Brasil só foram oficialmente estabelecidas pelo estado, por volta das primeiras décadas do séc. XX. Antes disso, no período imperial, a cultura não era considerada como uma condição humana, mas sim algo que é obtido, estreitamente relacionado á uma visão europeia.

Assim, Salvadori (2008) mostra que:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

[...] Durante o Império a ideia de cultura foi aproximada das “belas artes” e pensada, quase sempre, enquanto assimilação de padrões de mentalidade e de comportamento estritamente europeus. Num país cindido pela escravidão a cultura não era entendida como um atributo humano, uma dimensão da existência social e sim como distintivo passível de aquisição apenas por parte dos grupos aristocráticos, legalmente instituídos como cidadãos; cultura não era “algo que se tem” e sim “algo que se compra” (SALVADORI, 2008, p. 15).

Portanto, a “cultura”, diretamente relacionada á um ponto de vista erudito e letrado, era inacessível para a maioria da população, estando disponível somente para as camadas superiores da sociedade brasileira. O pensamento cultural era desenvolvido e voltado para as elites. Essa perceptiva de cultura tem como influência, em certo modo, os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, composto por membros da elite da época, onde se contentavam a narrar os “grandes feitos” de “grandes heróis”, numa espécie de culto ao passado, enquanto a grande referência cultural para o país era a Europa – principalmente a França, que continuou sendo até as primeiras décadas do séc. XX.

Aliada á crescente emergência de novas classes trabalhadoras urbanas, o início do séc. XX. no Brasil foi marcado pela mudança na noção de patrimônio histórico. Perante esse novo cenário urbano, surge, a partir do estado, a necessidade de controle dessa parcela da sociedade que vinha tomando forma. Desse modo, entre o final dos anos 1910 e o início dos anos 1920, manifestam-se as primeiras propostas de proteção do patrimônio histórico no país. Tinham como ponto principal o entendimento de que certos objetos conseguiriam alcançar o passado brasileiro de maneira mais direta e clara. Essa perspectiva que ganha força no âmbito nacional reconhecia que, o suporte oficial e legítimo para se entender o passado e a história como todo, ou seja, a base documental escrita falhava substancialmente num ângulo significativo: ser demasiadamente restrita e excludente, devido ao fato de achar-se de difícil alcance para a grande maioria dos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

brasileiros da época, visto que a maior parte dos cidadãos era pobre e analfabeta, portanto apenas pertencendo á um pequeno grupo de especialistas letrados.

Destarte, Salvadori (2008) argumenta:

[...] O patrimônio serviria, assim, como uma “pedagogia” pública, capaz de mostrar ao brasileiro suas origens e, desse modo, igualmente instituí-lo. Tal como a história construída como identidade da nação, os bens entendidos como patrimônio deveriam ser objetos de culto, pois remeteriam á origem e á ancestralidade. (SALVADORI, 2008, p. 16).

Desse modo, mesmo que ainda atrelada á uma função doutrinadora, nota-se que, de maneira geral, mesmo que até então em menor grau, o início de uma considerável ampliação de como o patrimônio, a história e o passado é visto no Brasil, tendência que foi tomando proporções cada vez maiores nas décadas seguintes. Nesse primeiro momento, o governo federal não havia regulamentado de fato políticas públicas que tinham como base noções de patrimônio e cultura, algo que iria ocorrer, de forma decisiva, a partir da década de 1930. Este primeiro ciclo foi marcado pelo início do processo de reconhecimento do patrimônio nacional e sua necessidade de preservá-lo da ação do tempo, de depredações, e da própria atividade econômica da urbanização, que se encontrava num processo de franco crescimento. As primeiras medidas institucionais tomadas nesse sentido se manifestaram de forma descentralizada, com as chamadas “inspetorias estaduais”, órgãos criados em certos estados do país com o objetivo de defender e preservar espaços e monumentos históricos considerados como patrimônio para a comunidade. Exemplos de órgãos criados com este propósito seriam as inspetorias de Minas Gerais (1926), da Bahia (1927) e de Pernambuco (1928).

Seguindo nesse processo, o primeiro órgão federal com o objetivo de preservar o patrimônio, - a Inspeção dos Monumentos Nacionais – foi criado em 1934, a partir de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

uma ação de Gustavo Barroso. Em sua curta trajetória (desativada em 1936), teve como função recorrente a restauração de monumentos da cidade de Ouro Preto, considerada desde 1933 a principal referência no que se diz respeito ao patrimônio nacional a ser preservada. Para uma análise mais profunda, vale ressaltar aqui o papel de destaque das cidades históricas mineiras no desenvolvimento da intenção, por parte do estado, na necessidade de uma abordagem mais séria e oficial acerca do patrimônio nacional. Num contexto de criação de ideais e tradições, Minas Gerais representava múltiplos propósitos que deveriam ser explorados no ponto de vista institucional. Partindo de um ângulo cultural-artístico, o estado mineiro resguardava um riquíssimo acervo que seria digno de ser preservado, em grande medida representada pela temática barroca que é recorrente na arquitetura histórica mineira. Além disso, o ideal republicano, que o governo vinha ressaltando desde o seu início em 1889 poderia ser relacionado, de forma pertinente, à conjuração mineira, que tinha como palco a cidade de Tiradentes, que pertence á esse grupo de cidades mineiras.

Novamente, aqui vemos o anseio central por parte do estado na construção de uma ideia de nação unida, representada por todos os brasileiros, das mais diferentes origens e etnias, forjando uma tradição republicana, que seja suficientemente justificável, apoiada, em grande parte, na figura de Tiradentes como “herói” da nação, com o intuito de auxiliar na manutenção da estabilidade política do governo:

[...] A conjuração mineira de 1789 congregou no mesmo ideal de autonomia política e de governo republicano, intelectuais, militares, sacerdotes, magistrados, agricultores, comerciantes e trabalhadores, brasileiros, portugueses e escravos africanos, todos no anseio de fundar no Brasil uma pátria livre (LARA, 1992, p. 21).

Em 1936, com o decreto de repatriação dos restos mortais dos conjurados mineiros, ampliou-se a exigência da constituição de um órgão federal que fosse capaz



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

de cuidar do patrimônio (OLIVEIRA, 2008, p. 115). Diante dessa necessidade, foi criado, entre 1936 e 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado a partir da Lei nº 378, de janeiro de 1937, e pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano. Seu processo de formação parte de uma demanda feita por Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde, feita a Mário de Andrade, que tinha a função de formular um anteprojeto para a criação de um serviço nacional ao escritor Mário de Andrade e tendo influência direta final de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ambos pertencentes ao proeminente movimento modernista brasileiro. O pensamento modernista teve grande atuação na constituição do órgão onde personalidades referentes ao grupo tiveram presença considerável em sua história como Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira.

Durante boa parte de sua trajetória, o Sphan, (atual IPHAN) teve como principal princípio norteador o tombamento<sup>3</sup> de “bens excepcionais de valor” que eram baseados, em sua maioria, em espaços públicos edificados (como monumentos, igrejas, casarões) considerados dignos de preservação por especialistas que compunham o órgão. Estes técnicos eram, em sua maioria, arquitetos, engenheiros e artistas plásticos. Atuavam em nome dos “interesses nacionais”, da matriz luso-brasileira ademais, consideravam-se “intérpretes” e “salvadores” da cultura nacional. Segundo seus líderes, era possível restaurar e preservar o passado, autêntico e, a partir daí se construir um futuro melhor, ideia que se assemelha ao pensamento do Estado Novo, que se utiliza da tradição para a condução de uma nova consciência para o futuro. A atuação mais concentrada do Sphan, durante parte de sua história, se deu principalmente em Minas Gerais, por meio de determinadas ações empreendidas por técnicos da instituição.

<sup>3</sup>Tombar é inventariar (levantamento de dados relativos aos bens) registrar e classificar os bens culturais, recebendo-os como integrantes do patrimônio nacional, estadual ou municipal. O tombamento é um instrumento legal de preservação, um ato de reconhecimento do valor cultural de um bem, realizado pelo poder público por meio de leis (MACEDO, MACHADO, 2010, p. 15).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Seguindo este prisma, Oliveira (2008) aponta:

[...] O Sphan como uma academia, ou seja, como espaço da produção de um saber definiu o barroco como lugar de origem, e Minas como lugar da civilização brasileira. Daí a importância de salvar o passado da ruína e de transformá-lo em tradição. Se tínhamos uma civilização, ela advinha do barroco mineiro, que passou a ser considerado expressão da totalidade da nação (OLIVEIRA, 2008, p. 123).

Ou seja, essa visão essencialmente arquitetônica do patrimônio brasileiro, que pairou sobre políticas públicas direcionadas a esse fim, também chamadas de “pedra e cal”, executada e mantida conforme o estatuto do tombamento, ainda era em certa medida excludente, por deixar de lado outras formas e conceitos de patrimônio e cultura, algo que iria ocorrer no Brasil no período após a década de 1970. No entanto, as relações que os indivíduos estabelecem com os diferentes patrimônios são fundamentais para a preservação da memória, possibilita pensar outros tempos, compreender outros modos de vida, conhecer outras técnicas, pensar a diversidade de fazeres e saberes que permeiam o cotidiano das múltiplas culturas.

### **Considerações Finais**

Partindo dessas ponderações entende-se que as ações desenvolvidas pelos museus são valorosas ao propor representar, parte da cultura material ou imaterial e do legado de uma sociedade. Esse exercício de representação do passado pode fomentar a construção de história(s) e identidade(s) contribuindo, ou não, para a construção do sentimento de pertencimento, esquecimento e/ou lembranças.

Nesse sentido Figurelle (2012) aponta que:

[...] o museu enquanto espaço de memórias e referências culturais, deixa de cumprir o seu papel, pois não possibilita o exercício

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

individual e coletivo do sentimento de pertencimento, visto que através do patrimônio cultural o indivíduo é capaz de reconhecer-se membro de uma coletividade que partilha especificidades e particularidades (FIGURELLE, 2012, p. 60).

**Referências**

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. 4ª ed. Trad. de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Estação da Liberdade: UNESP, 2006. 282 p.

LIMA FILHO, M. F. B. Os caminhos do patrimônio no Brasil. Goiânia: Editora Alternativa. Resenha de: OLIVEIRA, L. M. Os caminhos do patrimônio no Brasil. Revista de Arqueologia, v. 19, p. 147-150, 2006.

MACEDO, A. P. R.; MACHADO, M. C. T. Patrimônio Cultural: que bicho é esse? Uberlândia: Aline Editora e Artes Gráficas. 2010. 50 p.

OLIVEIRA, L. L. Cultura é patrimônio: um guia. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 191 p.

OLIVEIRA, L. M.; OLIVEIRA, A. P. P. L. Educação patrimonial, memória e saberes coletivos. Revista de Arqueologia (impresso), São Paulo, v. 17, p. 75-84, 2004.

SALVADORI, M. A. B. História, ensino e patrimônio. Araraquara: Junqueira & Marin. 2008. 65 p.

SILVA, M. B., NOVAIS, S. N. S. Fragmentos de memória: o museu a sociedade e o ensino. Boletim do Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos. Jataí, v. 6, n. 1, p. 31-39, 2015.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**EMERGÊNCIA DE NOVOS PARADIGMAS NA ESCRITA E NO  
ENSINO DA HISTÓRIA INDÍGENA**

Joshua Almeida Chimiti (História – UFG/ Jataí)

[joshuaachimiti@gmail.com](mailto:joshuaachimiti@gmail.com)

Sandra Nara da Silva Novais – Orientadora (História - UFG /Jataí)

[novaisnara@hotmail.com](mailto:novaisnara@hotmail.com)

O trabalho apresentado foi redimensionado de um trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Licenciatura - Prolicen da Universidade Federal de Goiás. Teve como objetivo principal analisar a implementação do ensino da história e cultura indígena - Lei 11.645/2008 - no Ensino de História da rede Municipal de Ensino do município de Jataí-Goiás, buscando compreender os desafios, limites e possibilidades que permeiam a abordagem da temática indígena em sala de aula, especificamente na rede municipal de Ensino do Município de Jataí – GO. O desconhecimento sobre a diversidade cultural indígena é um indício de que, faz-se necessário no âmbito educacional, proporcionar debates que possam assegurar a esses povos serem respeitados na diferença e enquanto coletividades. Isso implica em conhecer os debates em torno de conceitos como cultura, identidade, etnia, fronteiras étnicas, território, para então compreender as lutas, resistências, conquistas, mudanças e permanências com as quais os povos indígenas se viram envolvidos, durante esses longos anos de contatos com a sociedade civil e o Estado brasileiro. Povos que, não estando congelados no tempo, foram aos poucos adquirindo elementos culturais novos, ressignificando práticas e até mesmo, criando outras formas de se relacionarem, uns com os outros e com a sociedade envolvente não-indígena. Diante das novas abordagens e possibilidades do fazer histórico e historiográfico, essa investigação se propõe a apresentar e discutir os principais aportes teóricos e conceituais para se pensar e compreender as populações indígenas na contemporaneidade. Problematicar as abordagens que permeiam o ensino da história e cultura indígena na educação básica e analisar a implementação de políticas públicas, bem como a implementação da Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena. Partimos da seguinte problematização: A emergência de novos paradigmas na escrita e no ensino de História tem possibilitado ampliar o conhecimento sobre as populações indígenas? A pesquisa em curso se utiliza das contribuições da Nova História Indígena cujo principal objetivo consiste em: “conhecer as ações e interpretações de sujeitos e povos indígenas, diante de realidades diversas, ao longo da história do Brasil” (Wittmann, 2015, p. 14). Utilizaremos das contribuições propostas por Cunha (1987), Monteiro (1994), Celestino de Almeida (2010), Silva (2015), Gruppioni (2009), Rocha (2012), entre outros. Entre

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

as principais fontes documentais podemos citar: Constituição Federal de 1988 enquanto ruptura de paradigmas, uma vez que as legislações anteriores visavam uma “incorporação” do indígena sociedade nacional através de políticas integracionistas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 que traz um capítulo sobre os índios e o direito de uma educação diferenciada que atenda os interesses de suas comunidades e povos. O Plano Nacional de Educação, a Lei 11. 645/ 2008 e o Plano Nacional de Livro Didático (PNLD).

**Palavras-chave:** História – cultura indígena – Ensino de história

### **Introdução**

A pesquisa em curso foi redimensionada de um projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Licenciatura - Prolicen da Universidade Federal de Goiás Regional Jataí. O objetivo principal consistiu em analisar a implementação do ensino da história e cultura indígena - Lei 11.645/2008 - no Ensino de História da rede Municipal de Ensino do município de Jataí-Goiás, buscando compreender os desafios, limites e possibilidades que permeiam a abordagem da temática indígena em sala de aula, especificamente na rede municipal de Ensino do Município de Jataí – GO.

Abud (2010) chama a atenção para o fato de que diante de contextos histórico/sociais marcados por preconceito, intolerância e discriminação, ensinar e aprender história requer dos/as professores/as redimensionar o papel formativo do ensino de história, da possibilidade educativa da história, e assumir o ofício de professor/a de História como uma forma de luta política. Nesse embate a relação ensino e aprendizagem devem constituir-se em desafios para educadores e educandos, na luta permanente contra toda forma de dominação, opressão, discriminação e violência.

O desconhecimento sobre a diversidade cultural indígena é um indício de que, faz-se necessário no âmbito educacional, proporcionar debates que possam assegurar a



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

esses povos serem respeitados na diferença e enquanto coletividades. Isso implica em conhecer os debates em torno de conceitos como cultura, identidade, etnia, fronteiras étnicas, território, para então compreender as lutas, resistências, conquistas, mudanças e permanências com as quais os povos indígenas se viram envolvidos durante esses longos anos de contatos com a sociedade civil e o Estado brasileiro. Povos que, não estando congelados no tempo, foram aos poucos adquirindo elementos culturais novos, ressignificando práticas culturais e até mesmo criando outras formas de se relacionarem uns com os outros e com a sociedade envolvente não-indígena.

Diante das novas abordagens e possibilidades do fazer histórico e historiográfico essa investigação se propõe a apresentar e discutir os principais aportes teóricos e conceituais para se pensar e compreender as populações indígenas na contemporaneidade, problematizar as abordagens que permeiam o ensino da história e cultura indígena na educação básica e analisar a implementação de políticas públicas bem como a implementação da Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena. Partimos da seguinte problematização: A emergência de novos paradigmas na escrita e no ensino de História tem possibilitado ampliar o conhecimento sobre as populações indígenas na educação básica?

A relevância social da pesquisa se justifica dada a constatação de que no contexto educacional brasileiro, a história e cultura indígena é abordada superficialmente, a diversidade cultural e étnica dos mais de 230 povos indígenas que vivem atualmente no Brasil é apresentada de forma genérica, descontextualizada e estereotipada. A compreensão da diversidade implica dar sentido às experiências vividas no mundo contemporâneo de muitas formas, cores, cheiros e sabores, lugar onde nos tornamos sujeitos junto com outros sujeitos com diferentes experiências, vivências e histórias.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Aportes teóricos e conceituais: para se pensar e compreender as populações indígenas na contemporaneidade**

A historiografia brasileira, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, têm se utilizado de diferentes abordagens rompendo com o paradigma positivista que privilegiava o estudo dos fatos passados apresentando-os numa sequência linear, progressiva e desprovida de problematização. Ao priorizar os documentos escritos na produção do conhecimento histórico o paradigma positivista considerava que povos sem escrita eram povos sem história, fato este que implicou na pouca atenção por parte dos historiadores dessa vertente ao estudo da história indígena. Contrapondo-se a essa maneira de pensar e produzir o conhecimento histórico, na contemporaneidade emergem diferentes modos de investigação e interpretação do passado. Autores como Foucault, Le Goff, Thompson, Hobsbawn, Certeau, Chartier, Hall, entre outros, tem trazido para o campo da produção historiográfica, novos temas, sujeitos, fontes, objetos e problemas.

Entender o debate em torno da questão indígena no Brasil faz-se necessário conhecer os pressupostos que nortearam as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas. Essa relação apresentou, desde seu início, segundo Cunha (1998) duas tendências diferentes. A primeira foi marcada pela dominação, por meio de políticas em que o Estado brasileiro buscava uma integração e homogeneização cultural. Essa política teve início ainda no período colonial brasileiro e permaneceu até o final dos anos de 1980 do século XX. A segunda começou a despontar por volta da metade dos anos de 1970 contando com o apoio de setores da população brasileira, que passaram a exigir a criação de entidades capazes de apoiar, colaborar e fortalecer a luta dos povos indígenas que puderam, a partir de então, se re-organizar e se opor ao processo de dominação que lhes fora imposto pela política integracionista e protecionista adotada

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

pelo Estado. No bojo dos debates que culminaram na promulgação da Constituição de 1988, organizações não governamentais se juntaram à luta dos povos indígenas abrindo novos espaços sociais e políticos de âmbito nacional e internacional fazendo com que a questão indígena fosse ganhando cada vez mais visibilidade e força.

A promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 gerou um intenso debate entre diversos setores da sociedade brasileira, os quais perceberam o momento de fortalecer suas lutas políticas e assegurar direitos que lhes eram negados pelas legislações anteriores. Esse foi um momento decisivo, tornando-se um marco histórico para o fortalecimento da luta dos povos indígenas, uma vez que significou a ruptura com a política integracionista adotada pelo Estado brasileiro ao reconhecer o direito dos povos indígenas à prática de suas formas culturais tradicionais próprias. Nas considerações de Guimarães (2002, p. 110): “A substituição da perspectiva incorporativista pelo respeito à diversidade étnica e cultural é o aspecto central que fundamenta a nova base de relacionamento dos povos indígenas com o Estado”. Todavia se pela primeira vez o Brasil admitira ser um país pluricultural e pluriétnico, pouco se sabe da história e da presença indígena.

Para Cunha (1986, p. 116), frente ao acelerado contato com a sociedade envolvente não indígena, a resistência indígena se manifesta no apego a alguns traços culturais que preservam a identidade do grupo. Para a autora, “[...] a seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo parece recorrente nos processos de afirmação étnica”. Sendo assim, a cultura ao invés de ser o pressuposto de um grupo étnico, deve ser entendida como sendo um produto dele, pois está em constante processo de ressignificação e reelaboração.

No mesmo sentido, as formulações de Hall (2011) apontam para a abertura do ser humano ao mundo e à sua capacidade de interagir e integrar-se às condições de seu tempo, como uma característica de todas as sociedades humanas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Como em todas as sociedades, os grupos indígenas historicamente têm se mostrado abertos à exterioridade, por meio dos contatos que estabelecem com outros grupos indígenas e com a sociedade não-indígena local, regional, nacional e internacional. Nesses contatos vão se apropriando de novos códigos culturais, ampliando seus horizontes culturais e afirmando seu pertencimento étnico e identitário.

Buscando ampliar a compreensão de que as culturas são processos dinâmicos e em constante movimento, Fiori (1986) salienta:

A cultura se diversifica e se determina pela forma particular de vida de um grupo humano, no qual se reconstitui a forma do homem — sua forma histórica. Se o respectivo grupo humano deve ser o sujeito de seu próprio processo histórico-cultural então a ele cabe o risco e a responsabilidade de auto-configurar sua forma particular de vida. Isto quer dizer que o homem desta cultura tem o direito de autovalorizar-se, segundo seus próprios valores. O sentido do processo de constituição do homem pela cultura, contém, pois, uma exigência de autonomia (FIORI, 1986, p. 7-8).

A autonomia da qual fala o autor confere aos indígenas o papel de sujeitos protagonistas de sua própria história e não o de vítimas do processo histórico-cultural. Ao se autovalorizarem, ressignificam práticas e concebem novas formas de interação por meio das trocas que estabelecem, vivendo em contextos interculturais. Contudo, no cotidiano de suas aldeias, criam estratégias por meio das quais legitimam o pertencimento étnico e resistem às tentativas de anulação indenitária por parte daqueles que têm como principal objetivo a negação de direitos, e não de privilégios, que são a eles assegurados, principalmente o direito aos seus territórios tradicionais.

Quando nos referimos aos povos indígenas na contemporaneidade, falamos de povos portadores de culturas e identidades próprias, que segundo Cunha (1998) foram equivocadamente chamados de índios, gentios, negros da terra, tupi e tapuia, nomenclaturas estas atribuídas por povos europeus, colonizadores ou religiosos,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

anulando as especificidades étnicas e a diversidade cultural existente em todo continente americano. No que diz respeito à história dos povos indígenas é importante frisar que se conhece pouco desses povos. Segundo Rocha (2012) os índios são vistos como “ilustres desconhecidos ou propositalmente esquecidos”. Para Ricardo (1995) um país que iria completar 500 anos em 2000 desconhecia e ignorava a história e sócio diversidade nativa dos povos indígenas, uma vez que não se sabe ao certo quantos são os povos e quantas são as línguas nativas.

Devemos frisar que os povos indígenas não estão congelados no tempo, muito menos sofrendo um processo de extermínio físico/cultural, uma vez que ressignificam suas práticas e até mesmo desenvolvem outras formas de se relacionar com eles mesmos e a sociedade não-indígena. Além disso, Grupioni (1994) enfatiza que os antropólogos já atestaram em diversos estudos, que faz parte da essência das culturas a mudança, a transformação. Partindo desse pressuposto é natural que tanto a nossa cultura quanto a dos indígenas mude, seguindo ritmos próprios e alheios quando são impelidos por agentes externos.

Segundo Novais (2013):

Como em todas as sociedades, os grupos indígenas historicamente têm se mostrado abertos à exterioridade, por meio dos contatos que estabelecem com outros grupos indígenas e com a sociedade não-indígena local, regional, nacional e internacional. Nesses contatos vão se apropriando de novos códigos culturais somando culturas, ampliando seus horizontes culturais e afirmando seu pertencimento étnico e identitário (NOVAIS, 2013, p.33).

Levando em consideração uma mentalidade que gira em torno da ideia da constante aculturação e eventual perda de sua identidade por parte dos indígenas, uma vez que estes incorporam elementos exteriores a sua cultura, torna-se fundamental frisar o critério utilizado para definir quem é índio no Brasil.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

De acordo com Almeida (2010), se levarmos em conta movimentos indígenas da atualidade eles vão evidenciar que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar seus direitos, e ter presença ativa na sociedade dos brancos assim como aprender seus mecanismos de funcionamento não o desqualifica da condição de índio, é apenas uma ferramenta que lhes permite defender seus direitos. Todavia, de acordo com Cunha (1987, p.15) apesar das mudanças uma cultura indígena só deixa de ser considerada assim quando os membros do seu grupo perdem a consciência de seu vínculo histórico com sociedades pré-colombianas. Ademais no Brasil é utilizado o critério de auto definição étnica para se determinar quem é índio.

### **Considerações finais**

Diante de contextos histórico/sociais marcados por preconceito, intolerância e discriminação ensinar e aprender história requer dos/as professores/as redimensionar o papel formativo do ensino de história e da possibilidade educativa da história, e assumir o ofício de professor/a de História como uma forma de luta política em que a relação ensino e aprendizagem devem constituir-se em desafios para educadores e educandos na luta permanente contra toda forma de dominação, opressão e violência. Um curso de história que negligencia a cultura indígena forma profissionais muitas vezes inaptos para discutirem o tema de maneira aprofundada, se equivocando em suas abordagens sobre os povos indígenas e tomando o livro didático como verdade absoluta. Ensinar História tendo como instrumento apenas o livro didático é uma atitude que contribui para empobrecer, limitar e restringir o conhecimento.

O debate sobre as políticas públicas nos permite questionar como essas políticas contribuem para ampliar o conhecimento sobre as populações indígenas. Partindo da premissa de uma análise a lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena, podemos constatar que esta lei é muito mais que apenas um

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

instrumento de orientação para o combate à discriminação étnico racial. Funciona como uma ação afirmativa reconhecendo a escola como locus responsável pela construção da cidadania ao promover a valorização das matrizes culturais formadoras da sociedade brasileira. De acordo com Grupioni a lei é importante, contudo, não será eficiente se não estiver aliada ao esforço por parte do Ministério da Educação (MEC) por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em incorporar nos manuais didáticos uma nova perspectiva sobre a história e a presença indígena.

#### Referências bibliográficas

ABUD, Kátia Maria. SILVA, André Chaves de Melo. ALVES, Ronaldo Cardoso.

*Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALVES, A. C<sub>2</sub>. Ensino de História e Cultura Indígena: trabalhando com conceitos, desconstruindo estereótipos. *Revista Espaço Acadêmico - ISSN 1519-6186*. Vol.XIV, Nº 168. pp.42--54.. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, Paraná- Brasil, p. 42 - 54, 15 maio 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos índios no Brasil*. 2ª ed, São Paulo: Cia da Letras, 1998.

FIORI, Ernani Maria. Conscientização e educação. *Educação e Realidade*, v. 11, n. 1, p. 3-10, 1986.

GRUPIONI, Luis D. Benzi: Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos livros didáticos, 2007.

GRUPIONI, Luis D. Benzi: Os índios e a cidadania. In: *Índios no Brasil*. 1994.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

GRUPIONI, Luiz Donizete. *Guia Prático para Professores de Ensino Fundamental 1.*, publicação mensal da Editora Lua ( entrevista do mês da edição de abril de 2009. Ano 06, No. 62). ISBN 1679-9879.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraeira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: LP&A, 2011.

LEVILLE, Cristia. *A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 199.

NOVAIS, S. N. S.. *Pedagogia Terena: afeto e diálogo na educação e formação social das crianças*. In: *XXVII Congresso de Educação do Sudoeste Goiano - Trabalho e Educação: formação do trabalhador e do educador*, 2013, Jataí - GO. *XXVII Congresso de Educação do Sudoeste Goiano - Trabalho e Educação: formação do trabalhador e do educador*, 2013. v. 01. p. 01-12.

ROCHA, L.M. ; MORAES, Crsitina de Cássia ; SCARAMAL, E. S. T. . *Educação para as relações etnorraciais*. 2ed. Ed. Goiania: FUNAPE UFG CIAR, 2012. V. 405p.

WITTMANN, Luisa T.. *Introdução ou a escrita da história indígena*. In: Luisa Tombini Wittmann. (Org.). *Ensino (d)e História Indígena*. 1ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015, v. 1, p. 9-19.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**IDENTIDADE GOIANA E O OLHAR DOS VIAJANTES:  
ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE DECADÊNCIA E ATRASO NA  
HISTORIOGRAFIA GOIANA**

Júlio Cesar MEIRA (UEG)<sup>1</sup>

**Resumo:** A proposta desta comunicação é refletir a respeito das concepções de decadência e atraso na Historiografia Goiana. Partimos do pressuposto de que essas representações, fundamentadas nas experiências econômicas da Capitania, depois Província de Goiás, se cristalizaram a partir dos relatos de cronistas e viajantes entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX, ao contrastar a realidade local com a dos seus locais de origem, mas também foram encontradas nas fontes oficiais esparsas, sendo encampadas na historiografia oficial do século XX, tornando-se hegemônicas, forjando a identidade goiana e contribuindo, também, para a afirmação da categoria de sertão. A construção de Goiânia, na década de 1930, foi saudada como a chegada da modernidade, o marco temporal simbólico do novo tempo, agora relacionado ao urbano. Nossa base teórica inclui autores clássicos da Historiografia Goiana, como Luís Palacín, Nasr Chaul, Eurípedes Funes, Paulo Bertran, entre outros.

**Palavras-Chave:** Decadência. Atraso. Identidade.

### **Introdução**

Esta comunicação é resultado de reflexões teóricas para o doutorado<sup>2</sup> de História. Buscando compreender as diferentes concepções de progresso na experiência histórica do município de Morrinhos, no sul goiano, percebemos que termos como Progresso, Moderno, Modernização e Desenvolvimento são, frequentemente,

<sup>1</sup> Doutor em História Social (UFU); Professor do Mestrado em Ambiente e Sociedade da UEG (PPGAS/UEG) e Professor de História Moderna e Contemporânea da UEG (Câmpus Morrinhos). Contato: juliohistoriador@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorado defendido no ano de 2017, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS/UFU), sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacy Alves de Seixas e co-orientação do Prof. Dr. Antônio Almeida. O título da tese foi: "Ideias de Progresso e Modernização: Projetos de (re)urbanização do município de Morrinhos/GO (1950-1970)".

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

relacionados aos seus opostos, pares dicotômicos a partir dos quais os termos se revestem de significados conceituais.

É dessa forma que, no estado de Goiás, a construção de Goiânia, na década de 1930, se torna no corte temporal a separar duas experiências históricas: a Modernidade, com seus conceitos auxiliares e instrumentais buscando explicar a emergência da urbanização incipiente e da economia capitalista como símbolos de progresso e modernização; e o período anterior, ligado ao modo de vida rural e de economia de subsistência, associada à ideia de decadência ao longo da maior parte do século XIX, retornando, no final do mesmo século e primeiros anos do século XX, na Primeira República, corporificada na concepção de atraso. Paradoxalmente, essa construção, na literatura historiográfica, foi erigida como comparação em relação ao momento anterior, da economia mineradora colonial, tida como período de esplendor econômico e social.

São dois os desafios que na pesquisa original nos impomos. Em primeiro lugar, entender o significado das ideias de decadência e atraso, associando-as, por oposição, aos conceitos de progresso e modernização. Pelo recorte do tema, trataremos do segundo desafio, que a tentativa de compreender as formas como se cristalizaram as ideias de decadência e atraso como representações do século XIX para a história de Goiás.

### **Esplendor e Decadência na Historiografia Goiana do Século XX**

Preliminarmente, partimos como um dado de que essas representações, fundamentadas nas experiências econômicas da capitania, depois província de Goiás, basearam-se, principalmente, nos relatos de cronistas e viajantes, bem como nas fontes oficiais esparsas e foram encampadas na historiografia oficial. Um dos principais responsáveis por sedimentá-las foi o historiador Luís Palacín, já na década de 1960, para quem,



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A partir da década de 1760, especialmente depois de 1770, a mineração declinou progressivamente, mergulhando a Capitania em estado de profunda depressão – em certas áreas, de miséria absoluta –, o qual se estendeu até depois do período colonial. Arraiais murcharam, sertões despovoaram-se, rendas governamentais despencaram, impostos, antes suportáveis, tornaram-se abusivos. Pouco a pouco, Goiás paralisou-se, voltando-se para o penoso auto sustento e para a agropecuária, que, entretanto, devido à situação geral de decadência, demoraria quase um século para firmar-se definitivamente (PALACÍN et al, 2001, p. 85).

O decano da historiografia goiana não foi o criador da tese da periodicidade esplendor/decadência, mas, sem dúvida, foi o principal (e maior) nome em seu desenvolvimento enquanto interpretação histórica. Apenas a título de exemplo, podemos citar o historiador Eurípedes Funes (1986), que analisou a história econômica da capitania de Goiás ao longo do século XIX, diagnosticando que:

Goiás, que possuía vários recursos naturais que lhe possibilitavam ser uma próspera Capitania da Colônia, foi, no entanto, uma das que mais penúrias conheceu; passou gradativamente do período de euforia e esplendor da mineração a uma crise econômica da qual saíria somente algumas décadas depois (FUNES, 1986, p. 27).

Contra essa visão hegemônica percebemos que até o início da década de 1990 foram poucas as vozes que se contrapuseram. Mesmo as que assim fizeram, de maneira episódica, quase sempre atuaram no sentido de contestar a forma como esta foi construída e introduzida na historiografia goiana até sua hegemonia enquanto ferramenta interpretativa do século XIX goiano. Foi o caso de Paulo Bertran, provavelmente o primeiro autor a questionar a forma como a tese da decadência se tornou o instrumento conceitual principal da interpretação e construção da história de Goiás, sem chegar, no entanto, a questionar a própria ideia de decadência.

Uma síntese do pensamento de Paulo Bertran pode ser percebida no prefácio da obra “Caminhos de Goiás”, de Nasr Fayad Chaul (2002), onde localizamos, pelo menos, dois momentos em que Bertran lidou com a ideia de decadência como um dado da

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

realidade, apontando que era percebida dessa maneira, inclusive, nos discursos de administradores da capitania ao longo do século XVIII e início do século XIX em Goiás.

Antes de mais nada, Bertran demonstra que expressões – apesar de não referenciá-las de forma adequada, por se tratar de um prefácio – como “dado à decadência destas minas”, “dado ao estado calamitoso desta capitania”, “dado à miserabilidade destes povos”, já frequentavam o vocabulário dos governadores da capitania de Goiás já no ano de 1731 em suas correspondências com a Coroa Portuguesa, ou seja, no período em que as minas goianas ainda estavam sendo descobertas e que mal se iniciara, de fato, a exploração do ouro.

A explicação, de acordo com Bertran, residia no fato de que propalar a decadência das minas era uma forma de defesa dos governadores ante a Coroa pelo fato de não alcançarem as metas de exploração de ouro e a consequente cobrança de impostos, seja pela corrupção, pela péssima administração ou, principalmente, pela sonegação ou contrabando de ouro. “Convinha, portanto às autoridades coloniais, como precaução política, antes bradar ao trono a decadência da mineração, do que por a mão no fogo pelo seu desempenho” (CHAUL, 2002, p. 14).

No primeiro momento, ao tratar da atividade mineradora na segunda metade do século XVIII, Bertran demonstra que a ideia de decadência se tornara cada vez mais associada ao “decréscimo da produção [mineradora] em patamares sucessivos de dificuldades geológicas e mineralógicas” (CHAUL, 2002, p. 14-15). Efetivamente o autor lembrou que a diminuição da produção mineral poderia ter se dado por outros motivos também, além da diminuição efetiva, como a falta de tecnologias apropriadas para a extração mineral em determinados lugares, ou a falta de controle das administrações oficiais, ampliando a ação dos contrabandistas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Independente das causas, a diminuição da produção aurífera ano a ano nas últimas décadas do século XVIII levou ao que se poderia chamar de decadência da mineração como atividade econômica e com ela toda a cadeia de atividades e de modos de vida construídos. A contestação de Paulo Bertran, em relação a isso, se refere a interpretações da relação obrigatória entre os discursos da decadência e o fim definitivo da atividade mineradora, pelo menos nesse momento, pois “até 1800 [...] há notícias de grandes minerações em Goiás” (apud CHAUL, 2002, p. 15). Não poderia ter sido naquele momento que teria se cristalizado no imaginário e na historiografia oficial goiana a ideia de decadência como representativa do modo de vida goiano.

É no segundo momento, quando finalmente a diminuição da produção econômica se efetivou, que a ideia de decadência se tornou a representação negativa de Goiás e do sertão interior do Brasil, persistindo até hoje no imaginário nacional. Uma decadência que abrangia todos os aspectos da existência, se constituindo como modo de vida, uma “decadência comum a todos, imagem gravada como se fosse a memória de um povo, como se fosse a realidade vivida por todos” (CHAUL, 2002, p. 41),

Retornando à visão hegemônica da decadência, que teve em Luís Palacín seu principal representante, esta não foi, a princípio, construída internamente. Palacín (1976) aponta que a principal consequência da decadência das minas goianas foi a ruralização, ou seja, a produção de um modo de vida material fundamentado nas culturas agropastoris, de subsistência, com pouca ou quase nenhuma ligação com os mercados consumidores nos moldes capitalistas. Ruralização que, para Palacín (1976), se tornou a prova definitiva da decadência de um modo de vida, pelo isolamento que representou – e representa – a ausência dos códigos e valores de uma sociedade capitalista, a começar pelo maior de todos, que é a economia monetária.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A nova configuração que adquire a Capitania com a decadência é a ruralização da vida: de uma população radicada, quase exclusivamente, em centros urbanos – por pequenas que estas povoações fossem – passa-se a uma dispersão atomizada da população pelos campos (PALACIN, 1976, p. 197/198).

De modo sub-reptício se percebe que o sentido negativo, tanto da tese da decadência quanto da ruralização, se encontram no fato de que o relativo isolamento que se abateu sobre Goiás acabou por significar uma regressão, em termos de valores civilizatórios, a modos de vida mais próximos da natureza, ou, como Palacín descreveu, “numa verdadeira indianização de grupos isolados” (PALACIN, 1976, p. 198), em que a ociosidade era o sintoma maior. Indolência e preguiça seriam os outros termos a compor a imagem do goiano que, na maioria dos casos, se fixou como traço característico da identidade nacional.

### **A Visão da Decadência no Olhar dos Viajantes**

Nasr Fayal Chaul (2002) problematizou as conclusões de Palacín e dos demais que se tornaram hegemônicas na historiografia goiana. Para Chaul (2002), a ideia de decadência em Goiás se deu em torno do “[...] embate entre o agrário e o urbano, o atraso e o desenvolvimento, o antigo e o moderno, pares antitéticos que se associam à representação mais abrangente e tradicional da relação campo x cidade” (CHAUL, 2002, p. 23). É a partir disso que, em sua interpretação, subjacentes à ideia de decadência, três fatores geralmente surgiam, como causa e legitimação: 1) as precariedades das estradas e transportes, logo, da comunicação em geral de Goiás com o restante do país; 2) a falta de incentivos financeiros da Coroa (primeiramente portuguesa e, posteriormente, brasileira) para com a província, o que resultaria em pouca circulação monetária e, conseqüentemente, pouco desenvolvimento urbano; 3) a letargia social da população goiana, observada pela expressa maioria dos viajantes europeus que passara por Goiás durante o século XIX.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Para Chaul (2002), o discurso da decadência se fundamentava em: 1) um mito criado e vivido pelos próprios agentes históricos de que a província goiana teria vivido uma época de auge e esplendor durante toda a mineração da segunda metade do século XVIII; 2) o olhar preconceituoso dos viajantes europeus que passaram no interior do Brasil por uma experiência de variação temporal singular, cujo âmago correspondia às disparidades entre uma Europa em processo de industrialização, um litoral brasileiro em vias de urbanização e “progresso”, um sertão goiano em completa alteridade com a “civilização” geográfica e temporalmente experimentada distante dali.

Os testemunhos nos quais a historiografia goiana se baseou para cristalizar a tese da decadência correspondem, geralmente, a relatos dos viajantes que estiveram no Brasil no século XIX.

Na verdade, entre os séculos XVI e XIX, dezenas, senão centenas de viajantes visitaram o Brasil. Muitos deles como convidados – alguns como membros de representações ou expedições oficiais – outros, ainda, a partir de projetos pessoais, que registraram suas impressões sobre o que viam, os modos e costumes, a paisagem, o clima, entre outros. Tanto estrangeiros quanto brasileiros, que saíam de grandes centros e percorriam os interiores remotos.

De modo geral, estrangeiro ou brasileiro, o olhar do viajante sobre o Brasil, para além dos testemunhos pretensamente oculares, diziam mais deles próprios, de sua cultura, sua visão de mundo, preconceitos e juízos de valor, do que da terra que peregrinavam.

Para Chaul (2002), essa imagem de decadência – “imagem gravada como se fosse a memória de um povo” – tinha como vício de origem o fato de os viajantes fazerem a leitura da paisagem e realidade local a partir do filtro da Europa em industrialização. Ao continente então mais urbanizado se contrapunha o sertão sem fim de uma terra ainda em fase de descoberta e conquista. Essa comparação foi diretamente



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

empregada por Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, quando analisou os povoados e edificações públicas em Goiás – e no interior do Brasil em geral – alertando, justamente, para que não houvesse a comparação.

Não devemos julgar os povoados do Brasil pelos nossos, pois em geral não passam de um amontoado de casebres miseráveis e de ruas lamacentas. [...] Quando de falo de prédios públicos não se deve imaginar que se trata dos enormes edifícios que se vêem na Europa. Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 25 e 51).

O olhar do viajante ia do entusiasmo e, muitas vezes, êxtase na descrição da paisagem agreste e praticamente virgem, bem como da hospitalidade quase que universal dos habitantes – não se pode deixar de levar em conta que eram pessoas “ilustres”, que viajavam com salvo-condutos e recomendações de autoridades – à crítica, frequentemente moral, que faziam dos hábitos e costumes. A partir de suas próprias experiências de vida, constituíram narrativas que iam além da imagem vista e descrita, tendo relação direta com o próprio ponto de vista, ou, como argumentou Meneses, a partir do olhar particular de cada um, entendendo que “o olhar, portanto, institui seu próprio objeto. A imagem não é só instituída historicamente, como é, também, instituinte” (1996 apud SOUZA, 2014, p. 15).

Dessa forma, o reparo que devemos fazer é que o olhar do viajante deve, desde já, ser tomado como uma representação da realidade, e não uma descrição pura e simples, mas que acabou por compor e formar o imaginário colonial e imperial do Brasil.

O olhar do viajante se fez, então, como lente, através do qual a realidade – e a paisagem – foi interpretada. Souza captou esse fenômeno da seguinte forma:

Trata-se, portanto, de um olhar que busca orientação em uma realidade marcada pela diferença, o que gera um processo de, ao mesmo tempo, simbiose e estranhamento. A partir daí, a alteridade é marcada em sua especificidade, mas esta é pensada em termos da realidade da qual o viajante

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

faz parte, o que gera uma dualidade [...]. Não se trata, portanto, apenas de documentar; trata-se de avaliar o que foi documentado e que, em sua estranheza, reforça a superioridade de quem o descreve, mas que pode surgir, também, como ameaça (SOUZA, 2014, p. 21).

Retomando a ideia de que o sintoma maior da decadência do período pós-mineração era a preguiça e a indolência e que estas se fixaram como sinônimas da própria identidade nacional no imaginário dos viajantes, Barreiro demonstrou que os brasileiros, para o olhar estrangeiro, “caracterizam-se basicamente pelo ócio, porque o estágio da „economia natural“, baseada na coleta, não requer o trabalho disciplinado, estimulando o desenvolvimento de hábitos ligados à indolência” (BARREIRO apud Souza, 2014, p. 213).

E Souza acrescentou que “de fato, as descrições do cotidiano no interior do país apontam para o que é certamente, a principal característica negativa da população brasileira na perspectiva dos viajantes, que é sua indolência: o brasileiro e sua preguiça” (SOUZA, 2014, p. 213).

A partir desse olhar, pares antitéticos foram estabelecidos, fazendo com que tempo e espaço fossem pensados como enganadoramente paralelos para, em seguida, voltarem a se distanciar. É assim que presente (dos viajantes) e passado (também deles) se cruzaram e se distanciaram, demarcaram as fronteiras entre o rural e o urbano, o antigo e o novo, o progresso e o atraso.

### **Considerações Finais**

O olhar dos viajantes sobre o Brasil – e Goiás em particular – indicam, de acordo com Nasr Chaul, não apenas uma visão preconcebida, baseada em suas origens e experiências na Europa Ocidental urbana e industrializada do início do século XIX, mas, também, um desconhecimento profundo do local que visitavam. Sua representação tão negativa dos modos de vida, dos usos e costumes dos habitantes da província de Goiás apontavam para o estranhamento próprio do encontro de dois mundos tão

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

diferentes, pois, ao narrarem suas viagens e experiências “estes guias (viajantes) fazem, ao mesmo tempo, o registro da realidade e sua idealização” (SOUZA, 2014, p. 15), sempre da perspectiva deles, sempre a partir do momento do encontro, em que o estranhamento, assim como o deslumbramento estavam mais vívidos.

Mesmo Saint-Hilaire – que publicou seus diários de viagem quase trinta anos após ter estado pela primeira vez em Goiás – apesar das inúmeras correções e notas explicativas de rodapé, manteve praticamente intactas as descrições e reflexões realizadas inicialmente.

Longe de perceber nas narrativas uma tentativa de compreender a realidade do outro numa perspectiva em que são reforçados os vínculos e as semelhanças, buscava-se a diferença. As narrativas dos viajantes, nesse sentido, adquirem novo significado com sua publicação, porque, entre a escrita inicial e a publicação, a avaliação e a seleção do material escrito revelavam a intenção dos viajantes.

A nossa avaliação é que devemos partir dessa perspectiva para entender os escritos dos viajantes que buscaram interpretar o Brasil, pois não se trata apenas de documentar, mas, na análise de Souza, de avaliar o que foi documentado e que, em sua estranheza, reforça a superioridade de quem o descreve e que pode surgir, também, como uma ameaça.

As narrativas construídas pelos viajantes, em seus esforços de reforçar a superioridade do modo de vida europeu, cristalizaram uma representação da realidade de Goiás e do interior do Brasil que se colocou, ao longo de quase dois séculos, como verdadeira identidade goiana e sertaneja na própria historiografia local e nacional.

Dessa forma, a imagem construída se tornou a imagem estabelecida, várias vezes apropriada e reafirmada até fazer parte indelével da identidade de um povo, cristalizada e legitimada pela historiografia local.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O progresso, fruto da modernização das estruturas físicas desse imenso país, estava muito longe, na visão dos viajantes estudados. Do ponto de vista da transformação da paisagem urbana seria necessário esperar o alvorecer do século XX para que suas bases pudessem ocorrer.

### Referências Bibliográficas

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: Do indígena ao colonizador.** Brasília: Solo, 1994.

BORGES, Barsanulfo G. **O despertar dos dormentes.** Estudos sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1902-1922. Goiânia: Editora da UFG, 1990. (Coleção Documentos Goianos).

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade,** 2ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária.** Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas Províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.** São Paulo: Editora da USP, 1975.

LEITE MORAES, J. A. Leite. **Apontamentos de viagem.** São Paulo/SP: Penguin & Companhia das Letras (Versão Kindle), 2011.

MEIRA, Júlio Cesar. **Ideias de Progresso e Modernização: Projetos de (re)urbanização do município de Morrinhos/GO (1950-1970).** 2017. 243 f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2017.

PALACIN, Luiz. **Goiás – 1722-1822.** Estrutura e Conjuntura Numa Capitania de Minas. 2ª ed. Goiânia: Oriente, 1976.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Ledônias Franco; AMADO, Janaína. **História de Goiás em Documentos: I. Colônia.** 1ª reimpressão. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**: empreendida nos anos de 1817 a 1821 e publicada por ordem de sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro. Rio de Janeiro: Editora Instituto Nacional do Livro, 1951.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **O Paraíso precisa ser modernizado**: os viajantes do século XIX e a identidade nacional. Uberlândia: EDUFU, 2014.

Willians, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**GERALDINHO NOGUEIRA: *HOMO RIDENS***

Lucas Pires Ribeiro (UEG- Porangatu), Mestre em  
Ciências Sociais e Humanidades (TECCER – UEG)  
e-mail: lucas\_nister@hotmail.com

**Resumo:**

O artigo tem o intuito de pesquisar o contador de causos, goiano, Geraldinho Nogueira. Para isso se vale das construções narrativas e da relação de Geraldinho, enquanto sujeito, com o riso. Após as primeiras aparições televisivas, em meados da década de 1980, Geraldinho se tornou sucesso de crítica e aceitação popular, transmitindo uma alegria contagiante, manifestada, principalmente, por meio de seus causos, como, por exemplo, *O Causo do Osso*, *O Causo da Bicicleta*, *O Causo do Soldado*, entre outros, assim como pela sua atuação enquanto artista/sujeito, porque demonstrou ser, também, um indivíduo engraçado por “natureza”, ou *homo ridens*, sujeito do riso, com capacidade para provocá-lo. Diante da relevância dos causos para a cultura popular, a pesquisa procura compreender a historicidade de essa literatura oral no Brasil, tendo em Cascudo (1984) um dos principais referenciais teóricos. A relação contador/comunidade é entendida como pertencente à cultura do lúdico, das brincadeiras e dos elementos risíveis, representadas por meio das atividades de Geraldinho. A fundamentação do artigo está centrada em Bergson (1993), Bakhtin (2013), Huizinga (2014), Silva (2015), Ribeiro (2017) entre outros importantes referenciais.

**Palavras-chave:** Causos; Riso; Geraldinho; Popular.

**Introdução**

O riso, em suas diferentes manifestações, se encontra presente na esfera dos olhares vigilantes das ciências humanas, como destaca Georges Minois (2003). Porém, o riso como objeto de estudo data de uma longínqua tradição. Por exemplo, Aristóteles foi um dos primeiros a se interessar pelo tema, com destaque para a defesa enfática que faz, assegurando que o homem é o único animal que ri. De fato, essa excepcionalidade humana é um fator distintivo entre o homem e os outros animais. No entanto, Henri

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Bergson (1993) acrescenta que o homem não é somente o único animal que ri, mas também o único animal que faz rir, sendo também um objeto risível.

Diante da última observação de ser afeito ao riso, e ao mesmo tempo provocador do riso, a presente pesquisa procura pensar a relação de Geraldinho Nogueira com o riso enquanto fenômeno social, e também como elemento indispensável para a sua vida. Diante das atividades artísticas desenvolvidas, tendo nos causos a principal representação, Geraldinho pode ser considerado um *homo ridens*, ou mais precisamente, um sujeito do riso, quando esse valor cultural não foi, meramente, um “escape”, mas uma filosofia de vida do contador de causos.

### **O Universo de Geraldinho Nogueira**

Para início de conversa é importante apresentar uma pequena trajetória biográfica de Geraldo Policiano Nogueira, com o intuito de “familiarizar”, minimamente, o leitor/a com o universo de vivência e convivência do artista que ficou conhecido, tanto em seu meio, quanto a nível estadual, como Geraldinho Nogueira. O contador de causos nasceu em 1918, na fazenda Aborrecido, em Bela Vista de Goiás, município localizado a 45 quilômetros da capital Goiânia. Geraldinho, em grande parte de sua vida, viveu na fazenda Nuelo, situada nas proximidades da cidade interiorana. No ano de 1993, aos 75 anos, veio à falecer, vítima de trombose intestinal.

Segundo Ribeiro (2017), Geraldinho não teve oportunidade de frequentar a escola formal, e em decorrência desse fator, a construção dos seus saberes esteve centrada nos valores de cunho tradicional/artesanal, tendo como parâmetro a memória coletiva, que se desenvolveu por meio da experiência de vida, através do contato frequente com as pessoas da região, em especial, com os indivíduos mais experientes, pelo fato de possuírem inúmeras histórias para “contar”. Sobre a memória coletiva, Halbwachs assevera:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. (2003, p. 39)

Como evidenciado é justamente a base comum que molda o pensamento e os saberes de Geraldinho, tendo como ponto de referência os meandros socioculturais da cultura popular, caracterizada, historicamente, como defende Bakhtin (2013), pelo determinismo do riso como meio de expressão, comunicação e autoafirmação social. Geraldinho soube, como poucos, se valer dos valores proporcionados pelo riso para se construir como indivíduo, tendo na produção e no compartilhamento do riso, enquanto fenômeno social, a principal diretriz de sua vida.

No entanto, a relação com o fenômeno somente foi possível por meio das práticas orais, sendo representada pela capacidade e disposição de Geraldinho para as longas e intermináveis conversas. No universo popular as conversações se constituem como o principal meio de aprendizagem, construção e difusão de conhecimento, pelo fato de estarem relacionadas às vivências cotidianas, e também aos valores tradicionais pertencentes as gerações anteriores. No âmbito histórico, Cascudo reconstrói a manifestação das cantigas, contos, causos e rodas de conversas no Brasil:

Depois da ceia faziam roda para conversar, espaiar, dono da casa, filhos maiores, vaqueiros, amigos, vizinhos. Café e poranduba. Não havia diálogo mas uma exposição. Histórico do dia, assuntos do gado, desaparecimento de bois, aventuras do campeão, façanhas de um cachorro, queda num grotão, anedotas rápidas, recordações, gente antiga, valentes, tempo da guerra do Paraguai, cangaceiros, cantadores, furtos de moça, desabafos de chefes, vinganças, crueldades, alegrias, planos para o dia seguinte. Todos sabiam contar histórias. Contavam à noite, devagar, com gestos de evocação e lindos desenhos mímicos com as mãos. (1984, p. 16)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Geraldinho cresceu dentro do universo descrito na citação, estabelecendo estreita ligação com os pares. Para se tornar contador de causos, desenvolveu, por meio da experiência, a arte de aprender e de (re)transmitir o aprendizado. O último ato exigiu muito de sua capacidade, porque as inúmeras conversas e ações que chegavam, muitas das vezes, desordenada até ele, tiveram que passar por um processo de construção e reconstrução concatenada para se transformarem nos divertidos causos<sup>1</sup>.

A capacidade para construir enredos duradouros e, principalmente, para divertir por meio desses enredos, proporcionou com que Geraldinho se tornasse famoso na região de Bela Vista, fazendo dele uma pessoa bem quista nos lugares que frequentava, pelo fato de trazer consigo uma aura de felicidade, no mínimo, contagiante, envolvendo todos, de alguma forma, no universo de suas comunicações.

O sentido agradável, no âmbito de estar próximo a Geraldinho, pode ser percebido por meio de seus deslocamentos para a cidade de Bela Vista, de forma mais precisa, para o Bar do Pedro Santiago. Diante, e como consequência de sua chegada, rapidamente o bar se enchia de pessoas interessadas e ansiosas para ouvirem as conversações do artista local. Segundo Walter Lemes, o rodear em torno do contador de causos se desenvolvia da seguinte forma:

O Bar do Pedro Santiago, em frente à Cooperativa Agropecuária de Bela Vista de Goiás, era o local a que Geraldinho Nogueira, todas as manhãs de sábado, chegava, puxava uma cadeira para perto de uma parede no canto do bar. Nem bem ali assentava, já se via rodeado de amigos e curiosos para ouvirem seus causos. Mal começava a relatar

---

<sup>1</sup> Entre os causos mais conhecidos de Geraldinho Nogueira é possível destacar *O Causo da Bicicleta*, *O Causo do Osso*, *O Causo do Rádio*, *O Causo do Marimbondo* e *O Causo do Mutirão*. No entanto, existem outros enredos que possuem grande aceitação junto ao público. Além dos mencionados, é possível encontrar, praticamente, toda a Literatura Oral produzida por Geraldinho por meio do site de compartilhamentos *YouTube*.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

suas estórias, o bar enchia e as risadas se sucediam, cada vez mais fortes; pois a cada momento chegava mais gente. Difícil para *Geraldinho* era sair dali. Também não tinha pressa. O prazer de relatar suas estórias tinha a mesma dimensão de sua calma inalterável. Contava o mesmo caso por duas ou mais vezes, pois sempre chegava e saía gente do referido local. Nem mesmo assim, *Geraldinho* perdia a paciência, um grande dom que Deus lhe dera, ao lado de sua memória que jamais o traía, pois sempre repisava os fatos, com a mesma clarividência, com a mesma eloquência. (2008, p. 29)

No âmbito do universo integrado, essencial para o reconhecimento do contador de causos, enquanto indivíduo da comunidade, é possível identificar, valendo do termo defendido por Thompson (2008), a presença de costumes em comum. Assim, não é somente o contador quem cultiva a cultura do riso, mas o ato de cultivar pode ser ampliado, porque os companheiros de jornada também entendem a importância do fenômeno para a vida: “O riso deve preencher certas exigências da vida em comum, deve ter um significado social” (BERGSON, 1993, p. 21). Nessa situação, a valoração se encontra representada pela ansiedade da comunidade, enchendo o bar, para ouvir e se divertir com o sujeito do riso, com o *homo ridens*, com *Geraldinho* Nogueira.

Há, dentro do universo dos contos e causos populares uma relação quase que umbilical entre contador e comunidade de ouvintes, e no tocante a *Geraldinho* a relação não foi diferente, principalmente pelo fato de os amigos se sentirem representados pelos personagens do enredo, quando os acontecimentos, minuciosamente narrados, eram incorporados como memória coletiva, primeiro da comunidade de Bela Vista, posteriormente da ampla maioria de goianos que tiveram à oportunidade de acompanhar as desinibidas performances de *Geraldinho* por meio dos espaços televisivos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O sucesso midiático alcançado por *Geraldinho* Nogueira se desenvolveu devido as suas primeiras aparições televisivas, que começaram a acontecer em meados da década de 1980, quando contava com mais de 65 anos de idade, no programa *Frutos da Terra*, comandado pelo apresentador e publicitário Hamilton Carneiro. Nesse contexto, o programa era exibido na TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo no estado de



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

É possível perceber o sentimento de pertencimento por meio de muitos causos, entre esses, provavelmente, o mais conhecido de Geraldinho, a saber, *O Causo da Bicicleta*<sup>3</sup>. Geraldinho Nogueira, como destaca Lemes (2008), possui o linguajar do “caipira autêntico”, quando as palavras desassociadas do contexto podem dificultar o processo de compreensão, entretanto, inseridas nos causos são de fácil entendimento, demonstrando toda a sabedoria poética popular, transmitida de geração em geração, sendo materializada no artista goiano. Assim, há, de nossa parte, a tentativa de transcrever o causo de acordo com a fonética do contador:

Uai rapaiz, eu via falá na tal bicreta mais achei que aquilo não saía pras nossas banda não. E foi logo o trêim butuco lá rapaiz (risos). E deu até de isbarra nimim rapaiz, me esfolô demais. Numa ocasião à muié rumô uma pirringuiça encrecada e não miorava, aquela gimura. Aí eu tentei leva ela pru cumércio pra ficá perto dum ricursu pra vê se um dotor dava uma reforma nela pra mim né (risos). Mais eu num podia fica lá, eu tinha sirviço na roça, era mei longe (...) Mais eu vô dá um repasse nela é hoje memo. Peguei ela rapaiz e fui lá pro campo de vião, lá é prainim mínimo, puerão. Cheguei lá, aprontei bem, dei um tapa na aba do chapéu e tranquei no (risos) chifre dela rapaiz, quando eu joguei a perna no pelo dela, ela refugô pra cá e eu anelei na pueira (risos). Levantei, limpei o zói, tornei atravancá, quando eu joguei a perna no lombinho dela sô, ela negô pra ota banda e eu tornei aterrizá na pueira. E aí foi até que a hora venceu, e eu nessa labuta rapaiz (...) Aí quando cedin, eu levantei sô, e a rua lá na porta tinha um mei discampadin ânsim, falei: “Ah, vô começá o jogo é aqui memo” (risos). Aprontei e prumei no chifre dela sô e joguei a perna no pelo dela, ela imbalô ânsim mei divagá, e eu saí aquele trêim, uma hora duma banda, otá hora dota, pelejano pra panhá aquele prumo, e ela foi arterano aquela tuada,

Goiás, sendo, provavelmente, a atração televisiva com maior índice de audiência dentro do período em questão. As primeiras aparições televisas contribuíram para Geraldinho se tornar conhecido nacionalmente. No entanto, é importante ressaltar, como defende Ribeiro (2017), Geraldinho já era percebido como um famoso contador de causos em sua região. Nesse sentido, a televisão não fez dele um artista, “apenas contribuiu” para que sua arte alcançasse outros patamares de circulação.

<sup>3</sup> O respectivo causo pode ser encontrado por meio do CD *Trova Prosa & Viola* – volume I, assim como por meio de vários canais no *YouTube* que disponibilizam-no. Em alguns canais *O Causo da Bicicleta* ultrapassa as sete milhões (7.000.000) de visualizações.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

porque a descida foi aumentano. E eu pensei que era daquele jeito memo, e ela tem um estrivim que é uma burrachinha atrás, dentô de um fornim que é pra mingué a tuada, mais ela num tinha não. Quando ela azedô sô, eu prumei, mais num sabia administra ela num rumo que pricisiva não, num rumo que ela imbalasse era isso memo, eu só frimei irriba. Quando eu vi sô, lá em baixo tinha uns lote cercado de arame aí, e ela marcô num rumo do arame, aí eu pensano naquilo, a tuada tava do jeito que pulá fora num podia, e o trêim vai de male a piô (risos). Quando eu vi que dava perigo até de morre, eu lembrei: “Eu vejo o povo falá que santo acode a gente rapaiz, agora sô aborreceno ezi memo” (risos). É aí rapaiz, eu gritei um, ele num tava em casa, gritei otô, ele tava acudino otô que tava passando mais perigo, foi ânsim até que eu gritei os santos que eu cunhecia tudo e o trêim vai da mesma tuada. Aí eu gritei um mais agraduado rapaiz, mais já tava cheganu no arame, e eu já tinha armado pra pega o istamo no arame, mas quando eu gritei rosado, ele num deu conta de pulá adiante, mais judô torá o arame pra nós passa. Aí eu lembro, quando nós passo ela fez: “Vaap”. Eu tumei só um arraiãozin aqui e passemos [...] (CD *Trova Prosa & Viola* – volume I).

O caso em si, guardadas as proporções, sintetiza os enredos cômicos do contador de causos goiano, que têm no elemento da auto derrisão, do anti-herói, do escárnio para consigo mesmo, os principais elementos risíveis. Às pesquisas voltadas para se pensar os causos de Geraldinho Nogueira, com destaque para Lemes (2008), Castro (2010), Silva (2015) e Ribeiro (2017), são unânimes quando pensam a trajetória/estratégia do contador de causos para fazer as pessoas rirem, no qual se valeu da arte do riso oriundo da desgraça alheia, sendo, na sua situação, sua própria desgraça, porque é ele, enquanto personagem, que está, na maioria das vezes, envolvido nas peripécias desafortunadas, como destaca Castro: “Em Geraldinho, contudo, observamos que a épica de seus personagens tende à deformação do próprio conceito de herói, dado o próprio fim cômico das peripécias” (2010, p. 61)..

*O Caso da Bicicleta* é um exemplo elementar da auto derrisão no universo estratégico do contador de causos. Na narrativa, Geraldinho é o personagem principal,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

tentando controlar desesperadamente a bicicleta que acabara de adquirir. Como era de se esperar, a primeira tentativa foi um fracasso, já que o personagem nem sequer conseguia caminhar ao lado do novo objeto, beijando, literalmente, o chão quando se aventurava a subir e pedalar. Todo o enredo é construído por meio da diretriz do infortúnio, do desespero diante das situações perigosas, caso da cerca, levando ao delírio cômico diante das frustradas tentativas. Quanto mais sofre o personagem, mais a comunidade se alegra.

Geraldinho tinha plena consciência de que a desgraça, enquanto objeto risível, possui um excelente potencial cômico, principalmente se estiver relacionada a uma situação que envolva alguém conhecido. Diante da leitura empírica, fez com que seus casos fossem permeados de infortúnios pessoais e, diante de raríssimas exceções, de embaraços coletivos. São raras as situações em que algum dos personagens consegue resolver os embaraços que esteve envolvido, se saindo relativamente “bem” dos percalços enfrentados durante a trama.

Entre os casos que suavizam a dor do ator principal, é possível destacar o embaraço do personagem Geraldinho, com o velho Bastião, quando o desenrolar do enredo parecia nenhum pouco favorável, pelo fato de o personagem, de alguma forma, ter “aprontado” com o senhor mais velho, e diante da “estripulia”, imaginou que seu fim seria a morte. Porém, diante da imaginação, tentou morrer antes de ser morto. Por meio da análise do enredo em si é possível perceber que o personagem teve um final feliz, principalmente se comparado for essa narrativa com as demais. A construção e reviravoltas dessa aventura estão presentes no *Causo do Carro de Boi*:

[...] Aí eu cheguei lá um dia cedo pra trabaia prelé, ele tinha um sistema de pruziá cagente com o dedo mindim no canto da boca, quando ele saiu lá que eu ia chegano (...) Eu falei: “Bençã Bastião”. Ele: “Sempre”. Ele num falava Deus te abençoe não, era sempre, eu num sei o quê que é isso. Aí, ele disse: “Hoje é procê mais o Aforso tirá uma lenha da roça do cumpade Badé”. Aí, sô, eu já virei pra traiz pra reuni os boi e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

marremo no carro, eu e o minimo dele saiu. Era pra tirá duas carrada lá pu espigão dispejá, e nas três levá o carro chei. Nós já tinha tirado a primeira carrada, dispejemo lá, quando nós incostó o carro lá no monte de lenha, ele chegô lá muntado numa mula veia que ele tinha. Chegô, apió da mula, marrô ela num toco lá e vei caquelas perna dura, pezão inchado, aí falo: “Eu vó ajudá o Gerardin que o Aforso é mei fraco”. E subiu lá e eu fui dano madeira prele, fui dano, quando deu do mei pra riba, eu dei num pau muito pesado lá no monte de lenha, mexi cule e vi que tava muito pesado, falei prele: “Ô senhô Bastião, esse pau nós laiga ele”. Ele aico e: “Não, esse é de i”. Rapaiz, eu nuvelei no pé desse pau e fui esfregano ele pú rudero do carro arriba, fui inchano, até que eu puis ele no rodero do carro (...) Quando chegô nesse pau que eu queria laiga, era um pau cumprido só, pesado pra daná, quando nós levô ele aqui pra jogá ele pus fuero, eu fiquei esperano ele, e ele falô vá, eu mandei. Ele falô vá e num jogô rapaiz. Hum, minino, oia, quando o pau bateu a ponta no chão lá, e deu um coice no subaco dele, virou ele de costa, e enriba de um boi de coice, um boi azogado minino (...) Quando eu vi que ele esparramô lá no meio do cerrado, e ele era mau demais, e bruto memo, e ele cum macaco de trinta e oito na cintura rapaiz, quando eu vi que ele espraio, eu ainda fiquei lá: “Tomara que Deus ajuda quele acaba de morre e eu tô fora” (...) Quando eu vi, ele mexeu cunha perna, manei, mais esse marvado vai aprumá e vai me matá. Aí eu manei, mais eu vô vê se eu dô conta de morrê antes dele miora, eu não sinto a dor da bala. Aí eu deitei de bruço dento do carro e parei o forgo. Falei: “Agora eu morro memo, não tomo forgo e quero vê”. Quando num dava mais, eu ia sortano de pouquin ansim, e oiano ele. Tornava juntá, e agora eu morro memo. Pois eu lutei até disacussua e não dei conta de morrê rapaiz (...) Aí ele oio ne mim caquelê zói niblinado: “Mais o Gerardin não tem culpa não, foi eu memo que falei vá”. Aí eu tomei forgo ligero pra disconta aqueze atraso, e fiquei pensano, se eu tivesse dado conta de morre, eu tinha perdido o traibaio rapaiz. (CD *Trova, Prosa & Viola* – volume II).

No transcórre do causo, é perceptível que a tragédia e os infortúnios, enquanto objetos risíveis, também se fizeram presentes, possuindo o mesmo potencial cômico. No entanto, no final, o personagem de Geraldinho conseguiu tomar “forgo ligero”, soltando uma baita gargalhada, como símbolo de vitória, pelo fato de não ter conseguido morrer, e também por não ter sido morto. Enquanto ator principal, o causo, em destaque, é o



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

menos sofrível para o personagem Geraldinho, o que possibilita ter dimensão maior do teor dos seus enredos narrativos.

Geraldinho não foi o primeiro, tampouco será o último “humorista” a se valer da tragédia como elemento risível. Mas, indubitavelmente, entre aqueles/as que possuem à incumbência de fazer rir, são poucos/as que tiveram, ou terão capacidade para se valer da tragédia tão bem como o contador de causos goiano, principalmente pelo fato de ter conseguido suavizar à dramaticidade do enredo, substituindo-o pelo lúdico coletivo, envolvendo a comunidade, de alguma forma, na comunicação.

O contador de causos conseguiu jogar, brincar, se divertir, rir, enquanto *homo ridens*, perante os acontecimentos do cotidiano, fazendo, aproximando e confundindo o lúdico com a realidade. Na importante pesquisa que faz sobre os jogos e os valores culturais, Huizinga (2014) entende o jogo como momento de escape, de fuga do jogador e de todos envolvidos, quando deixam as ações cotidianas distante dos espetáculos. Diante disso, os protagonistas possuem à consciência de que àquilo, o jogo, não é real.

No entanto, o lúdico propiciado pelo artista goiano, não foi o lúdico como distanciamento da realidade, mas foi a própria realidade. Seus personagens, por mais contraditório que possa parecer, são reais, ele enquanto personagem é real, as “invenções” no enredo são reconstruções de acontecimentos do cotidiano. Geraldinho não foi *homo ridens* somente quando esteve contando os causos, foi *homo ridens* em quase todas às circunstâncias da vida. Não colocou a máscara do bufão, porque era ele próprio o bufão, quando o riso e todas as variantes desse fenômeno sociocultural se manifestaram nele, quase que, naturalmente.

Com a morte de Geraldinho, em 1993, o humor, e conseqüentemente o riso em Goiás, sofreram um profundo impacto, porque mesmo com o surgimento de inúmeros artistas, ora tentando imitá-lo, ou construindo suas próprias carreiras, não há, ainda, humoristas que se aproximem da autenticidade de Geraldinho. Talvez o distanciamento



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

esteja no fato do sujeito, Geraldinho, se confundir com o contador de causos, fazendo do riso não somente um meio de construção artística, mas uma filosofia de vida.

### **Considerações Finais**

O presente artigo, que temporariamente se finda, não tem a pretensão de fechar a discussão sobre o riso em torno de Geraldinho Nogueira, pelo contrário, intenta ser um preâmbulo para vindouras pesquisas. Isso porque, Geraldinho, enquanto objeto de estudo, ainda não foi “encontrado” pela historiografia, tendo pouquíssimos trabalhos publicados sobre, sendo que a maioria se encontra presente no artigo em questão.

Indubitavelmente, Geraldinho foi e será um dos mais importantes contadores de causos do Brasil, principalmente por conseguir transmitir uma filosofia de vida por meio dos enredos cômicos, por meio do riso contagiante, desdramatizando as dores oriundas de uma vida sofrida, possibilitando o verdadeiro desnudar sociocultural da cultura popular goiana. Por fim, Geraldinho, por meio dos causos, e conseqüentemente do riso, por ser um *homo ridens*, soube, como poucos, jogar com as “brabezas” da vida, transmitindo os saberes das camadas populares, que se manifestam, principalmente, pelas expressões artísticas.

### **Referências:**

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

BERGON, Henri. *O Riso: ensaio sobre o significado do cômico*. 2ª ed. Tradução de Guilherme de Castilho. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

CARNEIRO, Hamilton. *Trova, Prosa e Viola*. Goiânia: Anhanguera Discos, 2001. 01 CD.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

CARNEIRO, Hamilton. *Trova, Prosa e Viola* – volume 02. Goiânia: Anhanguera Discos, 2003. 1 CD.

CASCUDO, Luis da Camara. *Literatura oral no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed, Itatiaia; São Paulo: USP, 1984.

CASTRO, Carolina do Carmo. *Práticas e representações da cultura popular sertaneja: um contador de “causos”*, Geraldinho Nogueira. Goiânia, 2010. 103p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Câmpus Samambaia, Universidade Federal de Goiás.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Tradução de João Paulo Monteiro. 8ªed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

LEMES, Walter Carlos. *Janelas do Tempo* – Geraldinho Nogueira e outros escritos. Goiânia: Kelps, 2008.

MINOIS, Georges. *História do Riso e do Escárnio*. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. São Paulo: UNESP, 2003.

RIBEIRO, Lucas Pires. *Geraldinho Nogueira e a Narrativa Artesanal: Tradição & Modernidade na arte do narrador*. Anápolis, 2017. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades). Faculdade de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis, Universidade Estadual de Goiás.

SILVA, Ademir Luiz da. O domador de bicicletas: cultura, identidade e originalidade em Geraldinho Nogueira. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de (Orgs.). *Saberes & Modernização no Cerrado*. Goiânia: Ed. PUC-Goiás, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. 8.ed. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**UM ESTUDO LINGUÍSTICO-HISTÓRICO DE AUTOS DE PARTILHA  
OITOCENTISTAS DA CIDADE DE CATALÃO-GO**

Maria Gabriela Gomes Pires<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como propósito apresentar a análise filológica e linguística realizadas em autos de partilhas oitocentistas lavrados na região de Catalão, nos anos de 1968, 1878, 1880 e 1888. Os resultados, além de revelar dados históricos da região, servem para demonstrar o quão meritório são estas informações para a construção e compreensão do domínio da própria língua que possibilita a plena participação social de um indivíduo, pois é por dela que o homem se comunica, tem acesso às informações, expressa e defende pontos de vistas, além de produzir conhecimentos. Esse trabalho se embasou nos estudos filológicos e lexicográficos: a primeira auxiliando na leitura, edição e compreensão do *corpus*; e a segunda, na análise dos dados coletados. Para tanto, fundamentou-se em filólogos, como Spina (1995), Megale e Toledo Neto (2005), Fachin (2006); e em postulações de lexicógrafos, como Biderman (2001) e Paula (2005). Destarte, os dados gerados a partir do manuscrito subsidiaram, junto às teorias das áreas anteriormente citadas, para a compreensão e identificação de parte das práticas culturais nomeadas nas unidades lexicais da população catalã no século XIX.

**Palavras-chave:** Auto de partilha; Catalão; Filologia; Linguística Histórica.

**Considerações Iniciais**

O propósito principal desse texto é realizar sucintas considerações sobre o contexto cultural das primeiras décadas da região de Catalão, na condição de cidade. Para isso, tivemos como escora para a análise quatro auto de partilha lavrados nos oitocentos, de onde foram arrolados os bens deixados como heranças descritos nos testamentos, inventários e partilhas dos processos.

---

<sup>1</sup>Graduada em Letras (UFG), Mestre em Estudos da Linguagem (UFG). Contato: piresmagg@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

As análises foram realizadas com o apoiado em uma perspectiva interdisciplinar entre a Filologia e a Lexicologia. A primeira, no auxílio da leitura e da edição dos manuscritos e, a segunda, na inventariação e análise das lexias que dizem respeito ao patrimônio dos sujeitos da região catalã.

Acredita-se que conhecendo os bens que compunham o cotidiano de Catalão estaremos conhecendo a sua configuração sociocultural, isto porque, toda informação acerca de uma realidade física e abstrata de uma comunidade são expressas por intermédio dos conjuntos vocabulares de uma língua, isto porque, “o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes” (SAPIR, 1969, p. 45).

Cada comunidade possui um sistema lexical que é organizado e construído de acordo com as perspectivas culturais adotadas. Esse sistema é estruturado com base nos modelos formais da língua que organizam as categorias lexicais de todo universo conceptual de uma língua natural. Essas categorias lexicais são nomeadas com base no mundo extralinguístico, por esse motivo, o léxico torna-se “o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo” (VILELA, 1994, p. 6).

Ressalva-se que um determinado conjunto vocabular pode ser recorrente em mais de um grupo social de diferentes lugares. Sabendo disso, conjecturamos que os bens lidos nos processos em análise também podem ser usuais em outras regiões, por isso não podemos chamá-lo de exclusivo de Catalão. Admite-se, ainda, o material em análise por serem documentos jurídicos exarados em linguagem diplomática por instituições e indivíduos do âmbito forense, apresentam características que em sua gênese tem a função de conferir autenticidade e veracidade ao conteúdo descrito, sendo assim, é possível conferir que os bens descritos nesses testemunhos são verídicos e que de fato representam os valores das famílias catalanas, portanto, tudo que foi descrito nesses processos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

representavam os bens de valores que regiam o cotidiano dos sujeitos que viviam na vila do Catalão no século XIX.

### **Caminhos metodológicos**

Spina (1977, p. 77) elabora três funções inerentes à prática filológica: a função substantiva, encarregada do trabalho de edição e publicação, a função adjetiva atribuída do trabalho de verificação de originalidade e autenticidade de autoria, datação etc e, por fim, a função transcendente dedicada ao trabalho histórico na busca do conhecimento do conteúdo narrado e as suas motivações de criação revelando, dessa maneira, aspectos históricos e culturais contidos nos manuscritos.

Para alcançar o objetivo almejado nesse trabalho fez-se necessário atingir duas, das três funções supra descritas, a substantiva e a transcendente. A primeira efetivada através da leitura e edição do códice e a segunda através da compreensão dos fatos narrados e da inventariação lexical dos bens deixados em herança. Acredita-se que ambas as funções nos propiciou conhecer, mesmo que de forma breve, parte da realidade cultural de Catalão nos oitocentos.

Para assegurar que as duas funções propostas a esse trabalho fossem alcançadas, foi necessário adotarmos os seguintes métodos: a) inicialmente, a edição semidiplomática em formatação justalinear seguindo as normas postuladas em Megale e Toledo Neto (2005). Optamos por essa edição, pois ao mesmo tempo em que ela prima pelo conservadorismo da estrutura e da língua do original também permite que o editor realize intervenções que são assinaladas na edição que facilitam, além da leitura de leigos com ortografia da época, o nosso trabalho nos estudos linguísticos que exigem inúmeras consultas ao material. Neste trabalho, essa edição se fez muito conveniente nas remissões aos bens e na compreensão dos fatos narrados, visto que, por se configurar como uma

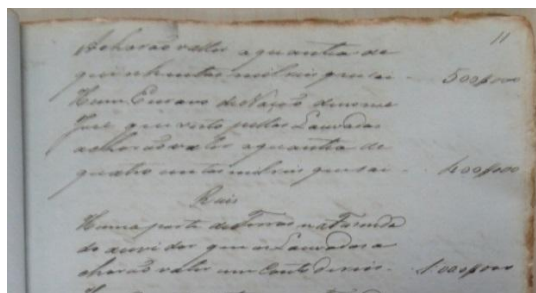


II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

espécie de documento judicial, o escrivão utilizou inúmeros termos forenses, que foram assinalados em nota de rodapé e de inúmeras abreviaturas, desenvolvidas e marcadas em itálico. Vide exemplo:

**Imagem 01** - Excerto do fac-símile 11 recto, do auto de partilha de 1851



**Fonte:** LALEFIL (2016)

Acharaõ vallor aquantia de  
quinhentos mil reis que sai - <500\$000> Hum Escravo de Nação denome  
Jose que visto pellos Louvados acharaõ valor aquantia de  
quatro centos mil reis quesai - <400\$000> Rais  
Humaparte deTerras naFasenda do ouvidor que os Louvados a  
charaõ valer um Conto déreis - <1:000\$000>  
Huma parte deterras naFasenda da Lagoa compradas atres donos  
aquantia de quatro centosmil reis <400\$000> Huma outra parte deTerras na  
Fasenda deSanto Antonio da  
quantia de cem mil reis - - <100\$000>

Edição semidiplomática 11 recto do auto de partilha de 1851

b) posteriormente, realizamos a inventariação e descrição dos bens arrolados no inventário dos auto de partilhas tendo como subsídios teóricos da vertente lexical. Essa etapa exigiu, primeiramente, que recorrêssemos a uma classificação tipológica que indicasse a função de cada parte do processo (BELLOTTO, 2002) que auxiliou na identificação de uma vasta

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

tipologia documental, entre elas, termos, autos, inventários, partilhas, avaliações, testamentos, etc. Essa variedade documental é habitual nesse tipo de processo dada a dimensão dos assuntos abordados. Identificado e compreendido os tipos, verificamos que a menção aos bens são expressas somente nos testamentos, inventários e partilhas do processo, estes ainda são bem assinalados o que facilitou a listagem dos mesmos. Passado essa etapa, realizamos a descrição elaboradas com o auxílio das consultas aos dicionários Houaiss (2009) e Moraes Silva (1813) e ao trabalho dissertativo de Siqueira (2013).

#### **Os manuscritos em análise**

O *corpus* utilizado nesse trabalho fazem parte dos códices utilizados na pesquisa de mestrado “De bens de herança a bens culturais: um estudo linguístico de autos de partilhas oitocentistas de Catalão-GO”<sup>2</sup>. Estes manuscritos estão constantes no arquivo do Fórum da Comarca de Justiça de Catalão e do acervo digital do Laboratório de Estudos de Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALFIL), da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. As digitalizações são resultados do projeto “Em busca da memória perdida: estudos sobre a escravidão em Goiás”, com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e coordenado pela Profa. Dra. Maria Helena de Paula.

O auto de partilha de 1868 foi lavrado pelo escrivão Felisberto Baptista Leite Junior, manuscrito em 19 fólios, em recto e verso. Nele são descritos o inventario e a partilha de Francisco Nunes da Costa entre os seus herdeiros de direito. O processo de 1878 foi exarado pelo escrivão de órfãos Isaac Lange da Cunha, que narrou a repartição dos bens entre os herdeiros de Francisco José de Carvalho. Esse códice é composto por 55 fólios,

---

<sup>2</sup> Pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

em recto e verso. O auto de partilha de 1880 foi elaborado na comarca de Catalão, pelo mesmo escrivão dos outros processos. Nos 45 fólios, escritos em recto e versos, são aquinhoados o patrimônio de Joaquina Maria de Jesus. O auto de partilha de 1888 foi confeccionado por João Gonçalves Lima. Nele são arrolados os bens deixados por Alexandre Rodrigues de Siqueira. O códice totaliza 31 in-fólios.

Todos estes códices possuem uma estrutura em comum, sendo formados pelos tipos documentais: autos, certidões, testamentos, inventários, termos e partilhas, confeccionados em consonância com as Ordenações das Filipinas (1870).

Quanto ao estado físico do material, verificamos durante as digitalizações que os *fac-símiles* se encontravam em um estado de conservação um pouco debilitados devido às ações irreversíveis do tempo e do desgaste ocorrido pelo manuseio e armazenagem. Algumas dessas questões ocasionaram lacunas na edição do material. Quanto à grafia, verificamos que foi utilizado papel almaço sem pautas e tinta de pincel.

### **Catalão nos oitocentos**

De acordo com Palacín (1994), Catalão foi descoberto por volta de 1722 com a passagem das Bandeiras comandadas por Bartolomeu Bueno Silva durante o ciclo do ouro. Paula (2005) informa que nesse período a região não se configurou com terras auríferas, mas como um estratégico itinerário para os polos de mineração localizados nas vilas do sul de Goiás, e, principalmente, como um favorável *Pouso* para a hospedagem das bandeiras que encontraram terras fecundas para o cultivo agropecuário.

Findado o ciclo do ouro, Catalão, assim como no restante da região Goiana, formou-se com ajuda dos fazendeiros que aqui ficaram após a passagem das bandeiras e com a criação de uma capela que encetou a formação do arraial, em seguida Vila em 1834 e, por

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

fim, o município de Catalão em 1859. Tais informações estão publicadas em Azzi (1937). De acordo com as informações do autor, a passagem de categoria de arraial para vila de Catalão perpassou a vigência da república e o último ano do império. O município nesse período já se dispunha de uma configuração urbana como cartórios, igreja, etc.

Historiadores que versam sobre a história da região, como Palacín (1994), Azzi (1937), Paula (2005), entre inúmeros outros, atestam que Catalão teve sua economia e prática social assentadas em atividades rurais. Tal informação vem sendo corroborada com as lexias descritas nos processos dos autos de partilhas em estudo que se referem às nomeações dos patrimônios utilizadas pelos sujeitos a época dos testemunhos.

### **Considerações culturais de um Catalão oitocentista**

A língua molda, organiza e expressa todas as relações de culturas vigentes em sociedade (BIDERMAN, 2001). Os aspectos extralinguísticos que representam a cultura são extremamente influenciadores no processo de organização e formação do significado e significante para a formação de um signo linguístico, ou seja, um novo signo recebe uma nomeação durante os processos de cognição levando em consideração a sua influência e função dentro de uma comunidade. Sendo assim, os autos de partilhas de onde decorrem os patrimônios nos oferecem atentados e minuciosos elencos vocabulares utilizados em Catalão nos oitocentos.

As lexias arroladas foram distribuídas em campos. Adotamos como critério de classificação as mesmas utilizadas pelos escrivães em processos do período de município da mesma região, isto é, processos de 1859 adiante. Processos anteriores a esta data, descreviam os patrimônios de forma aleatória nos testamentos, inventários e partilhas.

Seguindo os modelos de processos da cidade de Catalão, listou-se seis tipos de campos: o campo *Moveis* que se alude ao conjunto dos bens pertencentes ao uso

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

mobiliário; o campo *Semoventes* que listam os animais deixados em herança; o campo *Raiz* que arrolam as propriedades rurais totais e parciais pertencentes ao falecido; o campo dos *Metaes* que se refere as joias; o campo *Escravos* que descrevem os cativos e o campo *Dinheiro* que descrevem a posse de valores em dinheiro.

Os escravos descrevem nos inventários além do nome, a quantidade e características do objeto informando. Por exemplo, se é velho ou novo, idade e características adjetivas do patrimônio. Estes aspectos interferem diretamente no cálculo dos valores atribuídos pelos avaliadores do processo.

O cativo foi um dos bens recorrentes em todos os processos, estes que foram dispostos no campo *Escravos*. O documento do ano de 1868 inventaria e partilha três escravos; o manuscrito de 1878 descreve sete escravos; o códice de 1880 descreve dois escravos; e o processo de 1888 arrola dois escravos. Tais informações contribuem para os inúmeros estudos que procuram atestar a existência de escravos em regiões do interior e a condição de mercadoria que lhes foram conferidos.

O campo moveis também foi recorrente nos quatro autos. O documento de 1888 traz os bens *eixo chato* e *eixo goiva*, ferramentas utilizadas por artesãos para talhar os contornos de peças de madeira, metal ou pedra, e o *trado*, um tipo de verruma usada para abrir buracos largos em peças de madeira de grande espessura. *Machado* e *serrote* foram arrolados nos inventários de 1878 e 1888. Todos estes bens dizem respeito ao trabalho com marcenaria, para a confecção dos bancos, caixas, mesas, carros de bois, etc. São arrolados alguns utensílios para traçar animais, como *basto* (auto de 1878, 1888), partes acolchoadas e paralelas do lombilho que se apoiam no lombo da cavalgadura; *arreio* (auto de 1878, 1880 e 1888), peça com que se prepara a cavalgadura para montaria.

Encontramos também uma variedade de moveis de uso doméstico (utilizados dentro de casa), como: uma *canastra* (autos de 1878, 1880 e 1888), uma variedade de cesta quadrangular entretecida com ripas flexíveis de madeira; *mesa* (autos de 1878, 1880 e



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

1888); um *banco de balsamo* (auto de 1888); *catre* (auto de 1888), um tipo de cama dobrável; *banco* (auto de 1878); *armário* (auto de 1888); *almofariz*, recipiente utilizado para triturar e homogeneizar substâncias sólidas (auto de 1888); *tamborete* (auto de 1888); *caixas e caixão* (autos de 1880 e 1888), um utensílio utilizado para armazenagem de açúcar (MORAIS SILVA, 1813); *garraão* (auto de 1888), utilizados para armazenagem de aguardente. Presumimos estas duas funções para estes dois últimos bens citados, pois no mesmo documento que foi encontrado também são arrolados outros utensílios utilizados para este tipo de produção, por exemplo, é deixado como herança um alambique e um engenho.

Os códices de 1878 e 1888 arrolam um *tear* com seus pertences, além de *rodas de fiar*. Bens que, provavelmente, eram utilizados para a confecção de tecidos, pois a época, a própria família confeccionava as vestimentas (PAULA, 2007). São inventariados no código de 1878 alguns itens destinados ao vestuário, sendo: um *ponche*, *sobrecasaca*, ambos uma espécie de casaco, e um *Chapéu de Chile*.

O *carro de boi* foi arrolado em todos os quatro autos de partilhas, pois, à época, era o principal meio de transporte de mercadorias, quanto de deslocamento humano (SOUZA, 2003). Como bem imprescindível, suas partes constituintes também eram de extrema valiosidade, daí termos encontrados arrolados os bens *arreata para carro* (documento 1880), *madeira para roda de carro* (documento 1880), *mesa de carro* (documentos de 1880 e 1888), *pau de cheda* (documento 1888) e *cabeçalho de carro* (documento 1888). O inventário do ano de 1888 também traz descrito um *carro de carneiro*, o que conjecturamos ser uma espécie de carro de boi traçado por animais de porte menor, no caso, o carneiro.

O *tacho*, recipiente de ferro, cobre, alumínio, barro etc., com asas ou cabo, utilizado especialmente para fins culinários, foi arrolado nos documentos de 1868, 1878 e 1888. É inventariado no código de 1888 um *portão* e *telhas* no código de 1880.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

No campo raiz foram arrolados *alambique de cobre* (auto de 1868 e 1888), aparelho utilizado para destilação. Encontramos ainda, sítio - estabelecimentos rurais com moradia-, e *partes de terras em sítios com benfeitorias*, isto é, lavouras (auto de 1868, 1878, e 1888). No processo de 1888 também são arrolados um *moinho*, um *engenho* e uma *casa*.

No campo semovente foram inventariados bens referentes ao labor em lidas rurais e/ou alimentação: em todos os autos foram arrolados *bois*; *vacas* e *novilhos* foram descritos nos autos de 1878, 1880 e 1888; no código de 1968 foi deixado de herança um *cavalo russo*, espécie de equino de pelagem branca; o processo de 1878 traz arrolados dois *cavalos* e três *leitões*; *porcos*, *capados* e um *cavalo queimado*, tipo de equino com pelagem escura, foram deixados de herança no código de 1880; o código de 1888 é o processo que mais apresenta itens, uma *égua*, um *cavalo* e um *poldro* (cavalo novo) *queimada(o)*, uma *égua*, um *poldro castanha(o)* e um *cavalo rosilho*. Estes predicativos se referem às cores das pelagens, respectivamente, preto, marrom e tonalidade avermelhada entremeado de branco, que dá um aspecto de cor rosada.

### **Considerações Finais**

Antemão realizarmos uma discussão acerca dos métodos filológicos e do material, em seguida apresentamos uma breve contextualização histórico dos fatos mais meritórios da região catalana no século XIX. Nos finais, realizamos uma amostragem dos bens deixados em herança e presentes nos processos das primeiras décadas do Catalão na condição de cidade.

Tais lexias nos mostra as bases de trabalho, como podemos ver pelos materiais descritos nos campos Escravo, Moveis, Semoventes. Os territórios onde as bases do trabalho eram desenvolvidas e onde residiam os indivíduos moradores da cidade do

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Catalão como visto pelos bens descritos no campo Raiz.

Todos estes bens e suas respectivas funções demonstram que Catalão no período de Catalão se estruturava nas práticas rurais que foram deixadas pelas Bandeiras que utilizaram o território no seu período de pouso. Esses bens atestam com veracidade as informações que são contadas e mostrada em várias narrativas orais expressas por indivíduos rurais que ainda fazem usos de tais posses nas suas práticas diárias (SIQUEIRA, 2013).

As exposições apresentadas procuraram demonstrar, ainda, que tais análises podem ser aplicadas em documentos retirados de qualquer outra localidade, permitindo que conheçamos a história sociocultural do lugar e, conseqüentemente, a língua que faz uso.

### Referências

AZZI, Antonio Jorge. *Catalão Ilustrado*. São Paulo: Linotecnica, 1937.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. v. 1. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001. p. 13-22.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

*LIVRO de Iuízo de orfaons do ano 1868*. 19 fólhos. Acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística do Departamento de Letras da UFG-CAC: Catalão-GO, 2013.

*LIVRO de Iuízo de orfaons do ano 1878*. 55 fólhos. Acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística do Departamento de Letras da UFG-CAC: Catalão-GO, 2013.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

*LIVRO de Iuízo de orfaons do ano 1880.* 45 fólhos. Acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística do Departamento de Letras da UFG-CAC: Catalão-GO, 2013.

*LIVRO do ano 1888.* 44 fólhos. Acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística do Departamento de Letras da UFG-CAC: Catalão-GO, 2013.

*Ordenações Filipinas*, vols. 1 a 5. Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870. Disponível em:  
<[http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm?inp=savigny&qop=\\*&outp](http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm?inp=savigny&qop=*&outp)>.  
Acesso em: 28 set. 2014.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. *Por minha letra e sinal: Documentos do ouro do século XVII*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

PALACÍN, Luís; CHAUL, Nars Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. *História política de Catalão*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

PAULA, Maria Helena de. *Traços de conservação no português falado no Brasil: um estudo de manuscrito bandeirante oitocentista e de narrativa oral contemporânea*. Linguagem – Estudos e Pesquisas, Catalão, vol. 6-7, p. 143-173, jan./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. *Rastros de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano*. 2007. 521 fls. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara. 2007.

SIQUEIRA, Gisele. *Campos lexicais e cultura no caminho das bandeiras*. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

SOUZA, Bernardino Jose de Souza. *Ciclo do carro de bois no Brasil*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 2003.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. [1921]. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almeida, 1994.



1.264

SIMPÓSIO TEMÁTICO 24

Religião e Modernidade: Interfaces

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**PROTESTANTISMO VS. CATOLICISMO: O CONFLITO RELIGIOSO EM  
GOIÁS E A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CRISTIANÓPOLIS**

Joelma Eliz Alves Xavier<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende analisar o conflito religioso entre catolicismo e protestantismo no fim do século XIX e início do século XX, no estado de Goiás, tomando como objeto de análise a fundação da cidade de Cristianópolis. Assim, abordaremos temas como o fim do Regime de Padroado Régio, movimento ultramontano e combate ao protestantismo pela Igreja Católica, partindo do pressuposto de que foi necessário à Igreja Católica esse combate para que a mesma pudesse resgatar seu monopólio sobre a oficialidade religiosa no Brasil.

**Palavras-chave:** Reforma; conflitos; catolicismo; protestantismo; Cristianópolis.

### **Introdução**

O presente artigo pretende analisar os conflitos entre católicos e protestantes que ocorreram em Goiás, no fim do século XIX e início do século XX. Esse conflito, entre essas respectivas religiões, iniciou-se pelo abalo que a Igreja Católica sofreu com o fim do Regime de Padroado Régio, em 1890, inspirado pelo advento da Proclamação da República (1889). Uma vez estabelecido o regime republicano no Brasil, o governo provisório teve a atitude de separar oficial a Igreja do Estado, processo que já durava décadas em discussões no parlamento brasileiro, visando à modernização do país e, com

---

<sup>1</sup>Joelma Eliz Alves Xavier (Graduação em Pedagogia pela UEG câmpus Pires do Rio-GO. Especialização em Gestão Escolar (EAD), pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto-SP. Pós-graduação Lato Sensu em Formação Docente Interdisciplinar: diversidades goianas, pela UEG câmpus Pires do Rio-GO. Pós-graduação Lato Sensu em Educação e Diversidade: relações étnico-raciais e de gênero, pela UEG câmpus Pires do Rio-GO. Pós-graduanda em Letramento, Alfabetização e Inclusão, pela UEG câmpus Pires do Rio-GO. E-mail: joelmaeliz30@hotmail.com);

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

isso, implantando diversas medidas, como o incentivo à imigração, o que abriu as portas para a entrada do protestantismo no Brasil. Desde então o protestantismo foi visto pela Igreja Católica como um entrave para a volta de sua hegemonia.

Pretendemos também analisar o papel do ultramontanismo, neste momento de abalo do poder da Igreja Católica, focando nos objetivos desse movimento, abordando os conflitos religiosos nesse período, e ainda analisar como a Igreja Católica combateu e rechaçou essa nova religião que adentrava o país.

A partir desta análise, discutiremos como a fundação da Vila Gameleira (mais tarde Cristianópolis) em Goiás está ligada a esse conflito, e como se deu o conflito religioso entre católicos e protestantes em Santa Cruz de Goiás até a criação de Gameleira, a partir da análise de relatos de alguns missionários protestantes, daquela época, que fizeram um importante trabalho em Goiás, como F. C. Glass e A. Tipple.

Desse modo, temos como problemática pensar de que maneira a fundação da cidade de Cristianópolis está ligada ao conflito entre protestantismo e catolicismo no estado de Goiás. Para a elaboração deste artigo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que estuda e analisa diretamente fontes científicas.

### **1 – O conflito entre catolicismo e protestantismo em Goiás.**

O movimento ultramontano no século XIX se caracterizou em uma tentativa de sobreposição da Igreja ao Estado em resposta às novas tendências políticas e movimentos intelectuais como o liberalismo, provindo do Iluminismo, que se desenvolveram após a Revolução Francesa (1789-1815), pregando a secularização da sociedade moderna, o que se mostrava um “perigo” contra o poder da Igreja Católica. Para que a Igreja Católica alcançasse a sua soberania, os ultramontanos defendiam o poder do papa sobre os Estados. A definição da infalibilidade papal aconteceu entre 1869-1870, no Concílio Vaticano I, mas essa definição que fortalecia o poder papal, não chegou a todas as esferas, como

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

afirma Santirocchi (2010): “o fortalecimento da autoridade pontifícia, consolidado com a definição da infalibilidade papal [...], foi um dos momentos culminantes da vitória ultramontana no âmbito eclesiástico, mas não nas suas relações com os Estados do século XIX”. (SANTIROCCHI, 2010, p.24).

No Brasil, no mesmo século, católicos ou eclesiásticos que contrapunham ao liberalismo eram “taxados” de ultramontanos<sup>2</sup>. Os ultramontanos realizaram um movimento de Reforma Católica ou Romanização buscando “demarcar a própria identidade e autoconsciência dos católicos, neste sentido atingiu também as práticas religiosas populares herdadas da tradição lusitana, quando buscou integrá-las as diretrizes dos Concílios de Trento e Vaticano I” (SANTIROCCHI, 2010, p.24).

O Regime de Padroado Régio, visto pelos liberais como “princípio atrasado”, teve seu fim no Brasil no ano de 1890, após o advento da Proclamação da República (1889), quando o governo provisório decretou a separação Igreja/Estado visando a modernização do país com a secularização do Estado, implantando o casamento civil, a laicização do ensino, secularização dos cemitérios e a liberdade de culto. Neste momento o movimento ultramontano com a reforma católica no país era indispensável devido ao enfraquecimento do poder da Igreja. Outros aspectos também incitavam a reforma católica, como o liberalismo brasileiro e o catolicismo popular, abalando a estrutura clerical, nos aspectos administrativos, políticos, econômicos e litúrgicos.

No Brasil Império, com o Regime de Padroado, a Igreja Católica era a religião oficial do país, sendo oficial por mais de três séculos, não precisava se preocupar com fatores que pudessem abalar sua hegemonia, como cita Araújo (2004) “antes da inserção protestante em Goiás, não havia a necessidade, por parte do catolicismo, de se proteger contra outro tipo de religiosidade, haja vista o seu fator de hegemonia no país”. (ARAÚJO, 2004, p.139). Neste sentido, a Igreja passou por uma grande crise sem a

---

<sup>2</sup> Cristãos adeptos do movimento ultramontano que defendiam a autoridade pontifícia sobre os Estados.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

concessão dos privilégios do Padroado Régio, e agora com a concorrência de novas religiões vindas de doutrinas liberais, modernidade, ciência, bem como a maçonaria. Araújo (2004) expõe alguns fatos que foram determinantes para a crise da Igreja nesse período:

A ausência de concordância, entretanto, dentre outros privilégios que a Igreja Católica teve durante o regime do Padroado Régio, como exclusividade e oficialidade, proteção e manutenção econômica do Estado por meio de pagamentos dos salários dos vigários, da sustentação de seminários, concedendo-lhes verbas públicas e construindo prédios eclesiais, acabou por ser eliminada oficialmente após a proclamação da República. (ARAÚJO, 2004, p.139).

Nessa nova perspectiva política do país, a Igreja se viu em meio a uma crise não só econômica, mas também administrativa e clerical.

Uma das propostas ultramontanas era a de “controlar” o catolicismo popular, adequando-o ao de Roma, colocando como centro a figura do papa e sua autoridade sobre os Estados,

As principais diretrizes a serem seguidas diziam respeito a visitas pastorais e à criação de colégios católicos (Nogueira dos Santos, 1984); à valorização da hierarquia eclesiástica que se contraporía ao leigo catolicismo popular da época do padroado; à devoção à figura do papa em oposição a práticas regalistas e galicanas associadas ao clero liberal; e à reforma clerical efetivada por ordens religiosas estrangeiras, priorizando o zelo com os seminários e com a propagação das ideias ultramontanas no país. (SANTOS, 2008, p.141-142).

Havia também a preocupação com a questão econômica da Igreja, com diretrizes que se preocupavam em dominar a administração de festas e romarias religiosas, administradas por leigos e pelas Irmandades, visando, dentre outros aspectos, o financeiro. Neste sentido pode-se citar o bispo Dom Eduardo Duarte da Silva, maior nome do clero ultramontano em Goiás que, após conflitos com a população, dentre outras “vitórias”, conseguiu tomar controle da mais famosa romaria da época, a de Barro Preto (atual Trindade), ainda no final do século XIX e primeiros anos do século XX.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Como já citado, após a proclamação da República, o pensamento liberal se desenvolvia com mais força no Brasil, e com a situação estrutural em que se encontrava a Igreja Católica, formaram um terreno propício para a inserção mais efetiva do protestantismo e de outras religiões. O protestantismo, visto como “progresso”, de cunho liberal, se inseriu no Brasil apoiado principalmente pelo Estado e pela alta sociedade, que eram ligados ao caráter liberal, visando à modernização, já que viam na secularização a resposta para tal modernidade. Nesta perspectiva, pode-se citar os Bulhões em Goiás, oligarquia dominante que apoiava o protestantismo e dessa forma financiavam ações protestantes das missões. Vale analisar que nenhuma dessas esferas estavam envolvidas com o protestantismo em sua forma religiosa, mas sim, com seu caráter liberal, de origem europeia e, como sendo outra religião, contrapunha ao catolicismo. Araújo (2004) destaca,

No âmbito do debate inter-religioso, diversos homens públicos e importantes tomaram partido dos missionários, não porque simpatizavam com o seu discurso, mas porque eram defensores da liberdade de pensamento e de expressão. Eram liberais influenciados pelos ideais dos enciclopedistas franceses, da maçonaria e do positivismo, que visualizavam no protestantismo uma fonte de progresso para o Brasil, como ocorrera aos países do norte. (ARAÚJO, 2004, p.138).

O protestantismo no Brasil é herdeiro do protestantismo de imigração e de missão. Em 1810 o protestantismo se inseriu no Brasil com a entrada de imigrantes anglicanos por meio do Tratado de Comércio e navegação e de Aliança e de Amizade assinados entre Portugal e Inglaterra: “os primeiros dissidentes religiosos a se estabelecerem em maior número na América Meridional foram os imigrantes luteranos que aportaram aqui em 1824. Com eles, surgiu o que se convencionou chamar de protestantismo de imigração”. (DREHER, 2003, p.45).

A partir do ano de 1824, houve o incentivo à imigração alemã para o desenvolvimento econômico brasileiro. De acordo com Martin Dreher (2003, p.49) “ao

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

todo o Brasil recebeu, entre 1824 e 1945, cerca de 300 mil imigrantes alemães, além de suíços luxemburgueses e alguns holandeses. Estima-se que 60% deles eram protestantes.”

Com a inserção imigrante, e em sua maioria protestantes, os mesmos reproduziam aqui sua religião, com isso houve a preocupação de enviarem missões protestantes para conduzirem esses novos imigrantes em sua religiosidade, onde, nas novas terras, a religião oficial era a católica,

A partir dos anos 30 do século XIX, os primeiros missionários, que eram comissionados para trabalhar no Império Brasileiro, tinham como principal objetivo exercer a atividade religiosa nos portos ou em colônias estrangeiras – inglesas ou alemãs – a fim de assisti-los em termos religiosos para que não se “contaminassem” com os costumes da terra. (ARAÚJO, 2004, p.24).

Com a vinda de imigrantes e posteriormente de missões protestantes, primeiramente com o objetivo de assistir os imigrantes em sua nova terra, o protestantismo chegou em Goiás com o objetivo de difusão de sua doutrina:

Em Goiás o protestantismo entrou quase que exclusivamente através do protestantismo de missão. Os missionários protestantes ligados á várias missões, chegaram a Goiás visando [...] conhecer o povo sertanejo e oferecer-lhes uma alternativa religiosa e cultural que tenha ressonância na vida social e diminua a influência romana mais incidente, segundo acredita, no interior em cujo lugar assume características peculiares em função do isolamento religioso a que é submetido. (ARAÚJO, 2004, p. 98).

Com a inserção do protestantismo no território brasileiro, a hegemonia da Igreja Católica, já abalada pelos reflexos do fim do Padroado Régio, abalou-se ainda mais, pois a nova religião se mostrou uma forte concorrente. Com a concorrência imposta pela ação protestante, não restou alternativa para a Igreja Católica, se não, combater esse “mal”. O combate protestante em Goiás se deu principalmente pelos meios de comunicação, na tentativa de evitar a adesão, por parte do povo, desta nova religião.

Jornais e periódicos foram um dos principais meios de embate em Goiás entre o catolicismo e o protestantismo principalmente, mas também contra o espiritismo e a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

maçonaria. Um periódico do final do século XIX que teve bastante representatividade neste embate foi a “Revista Catholica - A cruz”, que criticava essencialmente a interpretação da bíblia segundo o protestantismo, interpretação pautada no livre exame, como se pode ver neste trecho:

Os quinze primeiros séculos do christianismo foram séculos da fé viva e ardente caridade, até chegar a hora em que Lutero lançou no mundo o princípio do livre exame e desfraldou o estandarte da rebelião contra toda autoridade legítima e divinamente constituída. (Revista Católica – A Cruz, 13 de maio de 1890, Apud ARAÚJO, 2004, p. 140).

Esse periódico já fazia um combate ao protestantismo, mesmo antes dele se estabelecer no país de fato. Em seus artigos incitava-se aos leitores “a não aceitação do discurso a ser proposto pelos missionários protestantes, em viagem por todo país desde a década de 30 do século XIX.” (ARAÚJO, 2004, p.140).

O Jornal Santuário de Trindade (1922-1931), fundado pela congregação católica Redentorista, também se mostrou um forte meio de combate ao protestantismo.

O combate religioso não se resumia apenas aos meios de comunicação, chegando às vezes a combates físicos e perseguições. Outra forma de combate por parte da Igreja Católica foi o roubo de livros e escritos protestantes. Como um dos métodos de propagação do protestantismo era a distribuição de folhetos, livros e bíblias, o catolicismo precisava desenvolver algum meio de não deixar que esses escritos chegassem aos fiéis e lhes sugerisse uma nova visão religiosa. Sobre esse fato há uma notícia no Jornal “Goyaz” de 26 de julho de 1900, um trecho da notícia diz:

Si esse é o meio de combater as doutrinas dessidentes da religião cathólica romana, achamo-lo mau; é criminoso. O meio de que se servem pessoas de educação para combater doutrinas contrárias ás que pregão é outro e muito lícito: a palavra escripta ou falada. Este é mais (ilegível) meio de explicar os erros dos contrários. (Jornal Goyaz – Órgão Democrata, 26 de julho de 1900, Apud ARAÚJO, 2004, p. 151-152).

Os meios de comunicação de cunho católico instruía seus fiéis em como deveriam agir se chegassem a ter contato com a “heresia”, como era chamado tudo de caráter

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

protestante. Em uma carta pastoral de Dom Prudêncio Gomes da Silva de 1918 o bispo goiano afirma que os fiéis deveriam renunciar o protestantismo, “fechar os ouvidos” às propagandas protestantes, não participar de nenhum tipo de reunião, e não consentir que seus filhos estudassem em colégios linha protestante. Todas essas formas de combate por parte do catolicismo podem ser entendidas como uma tentativa de restaurar sua hegemonia religiosa e sua união com o Estado, resgatando os privilégios que a Igreja tinha no Regime de Padroado.

Desse modo, podemos inferir que “O movimento da reforma da Igreja Católica, buscando uma identidade própria, ou uma autoconsciência, não pode ser apresentado somente como „repressor“ como insinua o conceito romanização, porque fundamentalmente não o era”. (SANTIROCCHI, 2010, p.33). Pode-se concluir que este momento em que se passava a Igreja Católica Apostólica Romana, a necessidade de uma reforma católica era inevitável, por ser a igreja um campo estrutural, estruturante e estruturado<sup>3</sup>, que tem o dever de zelar por sua identidade e hierarquia.

## **2 – A fundação de Cristianópolis e o conflito religioso em Goiás.**

O conflito religioso entre católicos e protestantes em Goiás (mas, não somente neste estado) assumiu uma característica física e de perseguições, como já citado anteriormente. Dentro deste contexto, a fundação da cidade de Cristianópolis se instituiu a partir de um momento conflituoso entre essas respectivas religiões, tendo início na cidade centenária de Santa Cruz de Goiás, no início do século XX.

A história da fundação de Cristianópolis foi citada em narrativas de importantes missionários protestantes do início do século XX, como nos livros de F. C. Glass e A.

<sup>3</sup> Para Bourdieu (2007), existem vários campos dentro da sociedade, o campo religioso é um campo simbólico, um campo de poder, com regras, não um campo geográfico. A religião é uma estrutura, pois como um campo da sociedade estrutura, de forma direta ou indireta, vários outros campos, é estruturado por outros campos, e é estruturante porque estrutura outras estruturas. (BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Tipple, intitulados “Aventuras com a bíblia no Brasil” (s/d) e “Bandeirantes da bíblia no Brasil central” (1972).

Santa Cruz de Goiás, foi o palco que iniciou o surgimento de Cristianópolis. A religião Católica era a oficial no Brasil no século XIX, grande parte das cidades eram Católicas e, como o próprio nome já sugere, Santa Cruz não era diferente.

Com a entrada do protestantismo e de outras religiões no Brasil, com o abalo da religião católica, devido aos fatos já citados, que enfraqueceram o poder da Igreja, Goiás foi recebendo cada vez mais missionários protestantes em seu território, e estes chegaram a Santa Cruz de Goiás.

Segundo o missionário A. Tipple (1972), as pregações protestantes chegaram a Santa Cruz no início do século XX, “na velha cidade e antiga capital do Estado, Santa Cruz, o Evangelho foi pregado primeiro em 1904” (TIPPLE, 1972, p.22).

O protestantismo tinha um discurso político em favor da República: a modernidade vindo com o pensamento liberal. A nova religião trouxe com ela além de novas vertentes religiosas, um processo de modernização para o país com a chegada da estrada de ferro, pois “a inserção do protestante em Goiás acompanhou o processo inicial de modernização da região centro-sul em direção à região centro-oeste trazendo, via estrada de ferro, inúmeros missionários oriundos do estado paulista de especial modo”. (ARAÚJO, 2004, p.88).

Quando Glass e Ranken<sup>4</sup> chegaram a Santa Cruz era véspera da festa do Espírito Santo, costume enraizado no catolicismo popular com procissões e missas. Como crítica as festas religiosas católicas, Glass (s/d) relata que quando chegou a Santa Cruz:

Era a véspera da grande festa romana do Espírito Santo, reinando a orgia, a bebedeira e os vícios de tôdas as descrições, que sempre acompanham essa festa na América do Sul. O povo se havia preparado para ela com o período usual de <jejum>, ou abstinência de carne, coisa

<sup>4</sup> Chegou ao Brasil no ano de 1904, inglês, teve grande contribuição no trabalho missionário em Santa Cruz, e posteriormente em Gameleira, juntamente com Glass.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

que, nessas regiões, é pouco usada e não apreciada. Eles podem tomar aguardente, podem fumar, jogar, dançar, e muitas coisas mais, mas comer carne é um pecado mortal, a não ser, naturalmente, que eles possuam dinheiro suficiente para comprar uma indulgência, e então o pecado mortal desaparece. (GLASS (s/d), p.127/128).

Um momento culminante do conflito entre católicos e protestantes em Santa Cruz foi o instante em que um dos novos convertidos à religião protestante, em dia da Festa do Espírito Santo, arremessou na rua uma imagem de São Sebastião, santo padroeiro da cidade, antes do momento da procissão.

Motivado por esse procedimento, e também pelo abalo de um sacristão da Igreja Católica, Benedito Rodrigues, ter se convertido ao protestantismo, começou uma perseguição ainda maior dos católicos com os protestantes.

Os missionários A. Tipple e F. C. Glass narraram esse momento de grande perseguição: “o chefe político, Sr. Lôbo, ouvindo falar que o santo padroeiro estava em perigo, foi prestar socorro, acompanhado por duzentos homens armados.” (TIPPLE, 1972, p. 22-23). E cita ainda, “a perseguição na cidade de Santa Cruz aumentou cada vez mais, e afinal os crentes foram expulsos, sendo que o próprio prefeito aí mandou apedrejá-los. Conta-se que, tempos depois, um doido atirou uma pedra grande na cabeça do prefeito e matou-o”. (TIPPLE, 1972, p.23). Nas palavras de Glass (s/d) narra: “logo em seguida a isto, começaram a fazer uma tão terrível perseguição aos crentes, naquela aldeia, que muitos ficaram aterrorizados, temendo por suas vidas; passamos muitas noites sem poder conciliar o sono.” (GLASS (s/d) p.96).

É evidente que as tentativas da Igreja católica em tentar impedir o avanço protestante em Goiás, se tornaram de fato violentas e com aspectos físicos. O objetivo da Igreja Católica, naquele momento, era sim o de rechaçar e combater o protestantismo.

Após esse episódio, um fazendeiro chamado José Pereira, que morava em uma fazenda perto da velha capital do estado, teve conhecimento das perseguições contra os crentes, e como sendo um novo convertido e batizado, convidou os protestantes que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

estavam sendo perseguidos em Santa Cruz de Goiás, para se abrigar em sua fazenda. Segundo o missionário Tipple (1972), o fazendeiro doou um terreno, mais ou menos quatro alqueires de terra, para que os protestantes pudessem construir uma aldeia e se proteger das perseguições e viver tranquilamente a sua fé. A doação foi aceita e, de acordo com Glass (s/d) “os documentos do terreno foram passados para o nosso nome, com tôdas as formalidades legais.” (GLASS (s/d), p.96).

O terreno foi denominado Gameleira, onde foram construídos pequenos ranchos e se tornou uma pequena vila. Esse lugar ficou conhecido como “Vila dos Crentes” ou “Aldeia Evangélica”. A aldeia foi crescendo e prosperando. Segundo a narrativa de Tipple (1972), que narra sobre este acontecimento:

Assim foi fundada a vila de Gameleira. Havia apenas três ruas: a da Fé, da Esperança e da Caridade. Logo mais foi edificada uma pequena Igreja e o Sr. Ricardo José do Vale foi enviado para lá para pastorear o pequeno rebanho e evangelizar aquela região. Tornou-se cena das primeiras convenções e, à medida que o Evangelho se propagava, maior número de crentes vinha às convenções. Ali gozavam de belos dias de bênçãos como nunca tinham experimentado. Oradores de São Paulo e outras cidades vieram para visitar esta vila crente e com suas palestras animavam os crentes convencionais. Dentro de pouco tempo o templo rústico tornou-se pequeno e teve que ser ampliado, pois os fazendeiros, suas famílias e empregados foram todos se convertendo. (TIPPLE, 1972, p.24).

Gameleira ficou conhecida pelos novos convertidos como uma cidade de refúgio, um paraíso onde não havia perseguições, nem coisas que consideravam profanas, pois tinha as suas próprias regras, como descreve Glass (s/d):

Por um mútuo acôrdo não eram permitidos nesta aldeia evangélica bebida, rapé, tabaco, jôgo ou dança [...] quando algum dos membros da comunidade infringia suas regras [...] o transgressor tinha de abandonar a aldeia e uma casa desocupada ficava à espera de nôvo pretendente. (GLASS, (s/d), p.97).

Gameleira, o reduto protestante em meio ao catolicismo, evidencia a fronteira religiosa em Goiás. Araújo (2004) fala sobre esses aspectos fronteiros em relação à “vila

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

dos crentes” pautados no núcleo protestante, sendo um ideal religioso e um espaço de refúgio:

A fundação da “vila crente” ou “aldeia da bíblia” – como ficou conhecida nos 25 idiomas em que o livro de Glass fora traduzido – era a possibilidade de se proteger dos excessos do tradicionalismo católico e de vivência protestante na região. Muitos conversos eram atraídos pelo convite para viverem em uma terra com liberdade religiosa, de vivência comunal e prosperidade econômica muitas vezes comparada ao “paraíso”. (ARAÚJO, 2004, p.155).

Em relação ao reduto protestante, Araújo (2004) faz uma análise interessante, sobre a visão de Vasconcellos (1991), que estuda os movimentos sociais religiosos, e conclui que em todos eles há a presença de uma “mitologia da esperança”<sup>5</sup>, o que pode ser visto na organização de Gameleira, contendo todas as suas regras, organização econômica, política e principalmente religiosa.

Já, com o passar do tempo, Gameleira cresceu e foi se desenvolvendo cada vez mais, passou a ser palco das primeiras convenções protestantes em Goiás, recebendo muitos convertidos, como um lugar em que a fé protestante poderia ser vivenciada sem perseguições e conflitos.

No ano de 1927, a Vila Gameleira passou a ser denominada Cristianópolis, como sugestão do então Senador do Estado Adolfo Teixeira. Esse nome foi escolhido em função de sua população ser em seu total protestante, nome este que significa cidade de Cristo.

Com o seu crescimento, Cristianópolis foi se elevando de categoria. Em 1931, Santa Cruz, através de um decreto municipal, elevou Cristianópolis à categoria de Distrito, sob sua jurisdição. Já em 1943, continuou como Distrito, mas sob jurisdição de Pires do Rio.

<sup>5</sup> “Essa é a crença grupal na realização de um projeto da sociedade perfeita, ou seja, a construção de uma utopia. Nessa sociedade inexistirão os males e servirá a mesma de exemplo às outras sociedades. A justiça se fará de acordo com os critérios religiosos do grupo e no reduto desaparecerão a doença e a fome. Baseados nesta crença, os líderes propõem a formação de cidades santas onde não haverá ricos ou pobres, mas onde todos os irmãos busquem uma causa comum – a felicidade”. (VASCONCELLOS, 1991, p. 32, Apud ARAÚJO, 2004, p. 156).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Cristianópolis tornou-se cidade em 23 de junho de 1953, quando se emancipou e teve como subprefeito Alcindo Rodrigues Chaveiro, mas continuou comarca de Pires do Rio.

Após Cristianópolis ser elevada de categoria, passando de vila para cidade, foi necessário abrir as portas do reduto protestante e permitir a entrada de alguns elementos sociais que antes eram proibidos, e que Araújo (2004) diz que pode ser descritos como “mundanos”, em relação às ideologias-religiosas protestantes e as regras do reduto. A esse respeito cita:

Tal interferência, por um lado, pode ser descrita como “mundana” com a permissão de atitudes contrárias àquelas antes submetidas à rigidez puritana: a comercialização de bebidas alcoólicas, de fumo e a permissão de danças decorrentes a realização de bailes na localidade e, por outro, como religiosa em virtude da construção de uma capela católica [...]. (ARAÚJO, 2004, p.159).

A construção de uma capela católica em Cristianópolis foi possível graças à doação de um terreno (como aconteceu com Gameleira) perto das terras da vila, doadas por um fazendeiro chamado José Abdala Tuma. Após a capela ser assumida por alguns padres, foi entregue a frades franciscanos.

É notório que os conflitos entre protestantes e católicos que aconteceram entre Santa Cruz e Cristianópolis, foram sem dúvida um reflexo do combate católico à entrada e evangelização protestante em Goiás.

### **Conclusão**

Durante toda a pesquisa percebe-se que o ultramontanismo no Brasil foi um movimento em oposição às novas tendências liberais que ganharam força com o fim do Regime de Padroado Régio, em 1890, resultado da Proclamação da República, ocorrida um ano antes.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Esse movimento ultramontano tinha como objetivo fazer uma reforma na religião católica, tentando demarcar sua identidade no país e definir a infalibilidade papal, fortalecendo a autoridade pontifícia sobre a esfera do Estado.

Nesse momento o pensamento liberal se intensificou e foi um dos principais fatores que estimularam a entrada do protestantismo, e também de outras religiões no Brasil. Essa entrada do protestantismo no país foi resultado das medidas tomadas pelo Governo provisório e também de personalidades “enraizadas” no pensamento liberal, visando a modernização do Brasil.

Fica claro que o protestantismo foi ganhando cada vez mais espaço, inicialmente por erigir dos países do hemisfério Norte, pois era considerado um exemplo de modernidade. Assim, a Igreja Católica se viu em crise em meio à nova perspectiva política do país, tendo como inimigo a nova religião que se fortalecia cada vez mais, principalmente com a Liberdade Religiosa e a Liberdade de Culto.

Os conflitos que ocorreram em Goiás (mas não somente nesse estado) entre as duas religiões foram tentativas da Igreja Católica em resgatar seus privilégios que tinha durante muito tempo com o Regime de Padrado Régio. Dentre eles pode-se destacar principalmente a manutenção econômica e a oficialidade religiosa no país.

Ao longo da pesquisa, a problemática central que consistia em pensar de que maneira a fundação da cidade de Cristianópolis está ligada ao conflito entre protestantismo e catolicismo no estado de Goiás foi respondida. Devido o momento em que se encontrava a Igreja Católica, os conflitos contra a religião protestante que ocorreram em Santa Cruz de Goiás deram início à fundação de Cristianópolis, sendo fundada a partir da ocasião em que os protestantes foram expulsos, por reações ideológicas e de interesse no poder.

Pode-se perceber ainda que o combate à nova religião que adentrava o país foi intenso, por meio, principalmente, dos veículos de comunicação, como jornais, revistas e



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

periódicos, mas também conflitos físicos, como a perseguição e a expulsão dos protestantes de Santa Cruz de Goiás.

**Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. *História do protestantismo em Goiás (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade federal de Goiás, Goiânia, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DREHER, Martin N. “*Protestantismo na América Meridional*”. In: GUERRERO, Silas (org.). *Estudo das religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo: Paulinas, 2003.

GLASS, Frederich Charles. *Aventuras com a bíblia no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Evangélica Limitada, [s/d].

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “*Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo - reforma*”. *Temporalidades: revista discente do programa de pós-graduação em história da UFMG*. Vol. 2, n. 2, ago/dez, 2010.

SANTOS, Leila Borges Dias. *Ética da súplica: catolicismo popular em Goiás no final de século XIX*. Goiânia: UCG, 2008.

TIPPLE, Archibald. *Bandeirantes da bíblia no Brasil central*. Goiânia: Aplic, 1972.

VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia: Cegraf/ UFG, 1991.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**AS VOZES QUE NÃO SE CALARAM: SABERES E RELIGIOSIDADE NO  
MEIO POPULAR (PIRES DO RIO E PALMELO)**

Luene Gonçalves dos Santos<sup>1</sup>

Eduardo Gusmão de Quadros<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma reflexão sobre o tema das benzedeadas. A prática benzimento é um ritual de cura por meio da fé construído a partir do universo simbólico, rico em detalhes e singularidades. O nosso objetivo foi analisar a prática da cura a partir do ofício das benzedeadas. Para tanto, contaremos com depoimento das benzedeadas das cidades Pires do Rio e Palmeiro, elementos fundamentais para composição deste estudo, que por meio de suas histórias de vida e experiências com a benzeção revelaram os aspectos integrantes deste ritual de cura religiosa. Os casos observados durante o trabalho de campo procuram também expor como outras denominações religiosas são articuladas pelas benzedeadas para a reelaboração de suas práticas terapêuticas.

**Palavras-chave:** Benzedeadas; Ritual; Cura; Dom

**Universo das Benzedeadas: Aprendizagem e Ritual**

Entende-se que a benzeção é uma herança de valores e medicina popular que se caracteriza como práticas de cura ligadas ao misticismo e religiosidade. É importante observar que os processos de cura popular podem ser ensinados ou aprendidos de diferentes maneiras e a transmissão feita por laços de parentesco é o mais comum.

A maioria das benzedeadas entrevistadas relatou que sua aprendizagem se deu através da família, como avó, tia ou com a própria mãe, há também aqueles que justificam

<sup>1</sup> Professora do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás, Campus de Pires do Rio, Mestra em História Pontifícia Universidade Católica de Goiás/Goiânia. E-mail: luenehistoriadora1@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor Orientador Dr. Eduardo Gusmão de Quadros.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

os seus conhecimentos através da mediunidade. Corroborando com essas informações, dona Maria Abadia<sup>3</sup> declara:

Minha avó tudo que ela benzia sarava, depois ela ficou muito doente, eu olhava ela o dia inteiro, e ela foi me ensinando benze e foi assim eu comecei a benzer meus netos, filhos sobrinhos e foi sarando, corto cobreiro sara, benzo espinhela sara ai a casa a ferve de gente. (Informação verbal).

Neste depoimento podemos observar que as benzedeiças geralmente são iniciadas por parentes próximos, como mães ou avós. Já a senhora Abadia<sup>4</sup> embora não sabendo ler e nem escrever, disse ter aprendido as rezas de cura com sua tia e que só sabia cortar cobreiro e sapinha. Quando perguntamos por que ela não aprendeu outros tipos de benzeção sendo que parte da família a benzia a mesma relatou:

Até que tive vontade, mais não aprendi não como diz não guardei na cabeça, ne, não sabia ler e nem escrever nada, o meu nome eu ia assinar tava errando demais, tirei outra carteira de identidade como analfabeta. Meu pai não deixava frequentar escola, ele achava que ia ficar escrevendo cartinha pra namorado. Naquele tempo a mulher ficava mais em casa; só saia quando o pai saia pra fazer serviço de roça, panhar café, algodão”. (Informação verbal).

Já Dona Matilde<sup>5</sup>, afirmou ter obtido os conhecimentos das rezas através de sua avó. Quando perguntamos se alguém quisesse aprender a benzer ela ensinaria suas orações.

Já ensinei e ensino pra quem quiser agente tem que repartir o que Deus dá pra nós, eu vou morrer e ninguém vai saber ensinar oração não

<sup>3</sup> 75 anos profissão do lar residente Pires do Rio, entrevistada em junho

<sup>4</sup> 77 anos, profissão do lar, entrevistada em junho

<sup>5</sup> 57 anos profissão do lar, reside em Palmelo, entrevistada em junho

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

enfraquece, vai da fé. Eu benzo quebrante, vento virado, mau-olhado, espinhela caída, sol na cabeça, mau de engasgo, mal de umbigo. (Informação verbal).

É comum, ainda, na narrativa desses depoentes, a presença do trabalho desde cedo, seja ajudando a mãe em casa ou no trabalho doméstico em casas de família para complementar a renda familiar. Dona Fabiana que é viúva, mãe de quatro filhos, adepta da religião Espírita Kardecista, residente em Palmelo, atribuiu a sua mediunidade como origem de seus ensinamentos que a predispôs a capacidade de realizar curas.

As benzedeadas entrevistadas foram questionadas se já haviam enfrentado algum tipo de preconceito e a maioria disse que sim, principalmente as espíritas, se mostrando desapontada quando tratada como feiticeira. Nesse sentido, Dona Fabiana<sup>6</sup> nos relatou que “as pessoas acham que espiritismo é macumba, eu até queria saber fazer feitiços mais não sei, isso porque as benzedeadas são capazes de desfazer um feitiço, mas jamais fazer um. Pra mim macumba é uma árvore africana”. (Informação verbal). Outra entrevistada, a Dona Matilde, também, declarou que já sofreu preconceito,

Já teve pessoa de me chamar de macumbeira, pois quem benze para muitos falam que são macumbeiros; não tem nada haver a benzeção com macumbaria ou feitiçaria é bem diferente. A benzeção agente ta fazendo o bem; agora a feitiçaria já é outro motivo, tenho encontrado muito preconceito até mesmo da própria família. (Informação verbal).

O receio de ser rotulada de feiticeira é uma preocupação moral que perpassa o discurso da maioria das benzedeadas, principalmente aquelas mais conhecidas nas cidades e por aquelas que exercem outros tipos de ofícios, que não seja apenas benzer. Por isso, faz

---

<sup>6</sup> 61 anos, profissão do lar, reside em Palmelo entrevista junho.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

questão de diferenciar das práticas de macumba, pois essas práticas estavam ligadas às crenças e ritos de matrizes africana considerada como demoníaca.

Na medida em que aconteciam as entrevistas, verificamos que, havia algumas semelhanças e diferenças na maneira de conceber essa prática, as semelhanças eram maiores. Quando chegamos à casa do senhor Sebastião<sup>7</sup>, na nossa conversa ele foi relatando a sua relação com a prática do benzimento e perguntamos se ele ensinaria suas orações a quem quisesse aprender. Ele nos disse que não, pois seu avô que era benzedor com quem ele aprendeu, pediu para ele não ensinar pra ninguém justificando que os jovens não querem saber disso, ter responsabilidade de benzimento é muito difícil.

No caso da dona Rita<sup>8</sup>, mora com os filhos, o aprendizado se deu através da sua avó, observamos que na sua casa não constava nenhuma imagem de santo ou outro símbolo que caracterizava a sua religiosidade como já havia passado muito tempo que não havíamos o que sabíamos que era benzedeira católica. No decorrer da nossa conversa, dona Ruth relatou que não era mais católica “hoje sou evangélica, mais continuo acreditar na benzeção; se agente não acredita numa coisa agente não faz direito, o pastor proíbe, por isso agora eu quase não benzo; mais as pessoas que me procura eu acolho”. (Informação verbal).

Perguntamos a ela se as pessoas ainda procuram muito pela “benzeção” e a mesma respondeu que “aqui em casa ainda vem muita gente cortar cobreiro, sapinha, o povo agora não acredita mais nisso, prefere ir ao médico, as benzedeiros está acabando tudo. (Informação verbal). A partir da resposta da dona Ruth surgiram algumas inquietações no sentido de entender se poucas pessoas a procuraram pelo fato de não ser mais católica. Mas em nenhum momento dona Ruth desqualificou a religião católica, as experiências vividas no catolicismo foram tão intensas que ela não conseguiu se desligar dela.

---

<sup>7</sup> 72 anos, profissão do lar, reside em Pires do Rio entrevistada em junho

<sup>8</sup> 70 anos de idade, viúva, aposentada, reside em Pires do Rio, entrevistada em junho



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Outro entrevistado, o senhor Cosme<sup>9</sup>, que é católico diz que aprendeu a benzer com a sua mãe “que era de grande sabedoria”. (Informação verbal) e que quando passou a benzer,

Minha mãe era viva, uma vez chegou uma senhora para benzer, minha mãe disse vou benzer porque vou fazer uma viagem muito longa mais vou deixar uma pessoa ser encarregado meu. Depois de muito tempo essa velha apareceu de novo, bateu palma e perguntou; menino quem é benzedor aqui respondi é eu. Vou te contar uma história um dia tive na sua casa pra sua mãe me benzer e disse que ia fazer uma viagem muito longa e ia ficar um no seu lugar; quer dizer que é você, sou eu. Então eu benzi essa velha, ela foi embora e desse dia pra cá ficou eu na história. (Informação verbal).

No caso de receber o dom de outro benzedor ou benzedeira, a pessoa escolhida traz em si o conhecimento de cada passo do ritual, inclusive das palavras, além disso, herda a reputação conquistada pelo antigo benzedor ou benzedeira.

### **Os Rituais das Benzedoiras**

O ofício da benzeção não se limita ao ato de benzer, orar, impor as mãos, pois além de benzer, elas exercem também, a função de conselheira com objetivo de tentar reduzir a angustia de quem as procura. Cada benzedeira possui um rito próprio, uma maneira singular de benzer, mesmo quando se trata da mesma benzeção. Benzedor ou benzedeira, que possui uma força espiritual é capaz de visualizar o que está acontecendo com a pessoa benzida, se é alguma “doença de benzedeira” ele consegue ver e indicar algum tipo de remédio, para o mal que lhe aflige.

---

<sup>9</sup> 49 anos, casado, lavrador, reside em Pires do Rio entrevistado em junho.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Sobre esse assunto, o entrevistado e benzedor Cosme confidenciou-nos que ao iniciar o ritual de cura puxa para si o que a pessoa está sentindo, e a partir deste momento sabe interpretar o problema com maior exatidão, já que pode sentir em seu próprio corpo o mal que atinge a pessoa. Assim podemos dizer que as práticas das benzedoras é uma atitude que invoca além de respeito, proteção, confiança e, sobretudo, solidariedade. Na prática da reza, dependendo do tipo de doença ou problema que precisa de uma orientação, o benzedor faz uso de rituais de cura de diferentes maneiras e circunstâncias.

No caso de cobreiro, assim como outras doenças, também tem suas formas de cura através da benzedura, pois segundo a benzedora dona Alice se não acudir a tempo espalha pelo corpo e apresentou uma forma bem peculiar de rezas contra esta doença que procedia da seguinte forma com uma faca e talos de mamona, corta o talo e pergunta ao cliente:

Benedeira: O que é que eu te corto?

Cliente: Cobreiro bravo.

Benedeira: Eu corto a cabeça e a ponta do rabo. Com os poderes de Deus tu estarás curado. (Informação verbal).

Algumas contavam com orgulho sobre suas práticas e o sucesso das suas curas, como por exemplo, a Dona Matilde que relatou um caso de cura de uma criança com mal de umbigo.

A mãe chegou era mais ou menos meia noite, esse caso me deu trabalho, eu achei que não dava conta de resolver não, é claro abaixo de Deus, só Deus que pode agente não é nada, o menino tá vivo. Quando eu vejo que não é trabalho para benzedora encaminho para o médico, isso aqui não é pra mim. (Informação verbal).

O que nos chamou, particularmente a atenção é o respeito e a responsabilidade em relação ao desenvolvimento desse ofício, sendo que um dos fatores que classifica a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

eficácia desses agentes é o relacionamento com a comunidade, mesmo assim eles só exercem sua prática de cura das doenças que são de competência a seu ofício, caso não seja encaminhado a um médico, sabendo que isso não irá desqualificar o seu trabalho.

Em todas as casas que chegamos para realizarmos as entrevistas observamos que no quintal havia uma grande variedade de plantas medicinais como pinhão roxo, mangerona, alecrim, arruda, guine, romã, entre outras e, são a partir destas plantas medicinais que realizam parte do seu ritual de cura.

Dona Matilde salientou sobre eficácia das plantas que tem em seu quintal em frente à casa cujo objetivo é proteger dos males e algumas usadas como remédio na manipulação de chás e não em garrafada “ pois isso é muito perigoso as pessoas não guardam dieta bebe como se fosse água”. (Informação verbal).

Com relação às condições de moradias das benzedeadas, observamos que suas casas eram simples, paredes de tijolo nem sempre rebocada, com poucos compartimentos e, em muitas, a sala e a cozinha ocupavam o mesmo espaço, o fogão a lenha era o divisor entre esses cômodos e também já em aspecto bem desgastado havia a presença de fogão a gás.

Aliados ao processo de reza e benzeção, na casa de um benzedor e benzedora a presença de um oratório com imagens dos santos católicos não poderia faltar onde eram celebrados os ritos e as rezas. Chegando a casa Sr. Dorasio<sup>10</sup>, percebemos uma diferença entre as demais, mantém em uma sala onde expõe algumas imagens e enfeites em homenagens aos santos de sua devoção, no altar pode-se constatar a existência de imagem de Nossa Senhora Aparecida, São Jorge, velas brancas, rosário, e alguns símbolos ligados às religiões de matriz africana entre outros.

Percebemos no ritual deste benzedor um sincretismo religioso que ao mesmo tempo era espírita Kardecista, mas também transitava entre diversas denominações

---

<sup>10</sup> 78 anos reside em Pires do Rio entrevistada em junho/2015.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

religiosas. Adepto do espiritismo não impede que construa uma relação de proximidade com outras práticas para realização do seu trabalho de cura, deixando claro que:

Desde que seja para o bem. Eu adoro espiritismo; mais o espiritismo não aceita esse negócio de benção, muitas pessoas são contra. Mas porque contra se fala da palavra de Deus, se você benze uma pessoa não estou desejando o mal, porque não pode fazer”. (Informação verbal).

Soma-se a esse ingrediente a presença de sincretismo religioso, mais isso não prejudicava a sua relação com cliente, pessoas evangélicas, espíritas, católicas batiam em sua porta em busca de solução para o mal que aflige. Àqueles que recorrem aos serviços dos benzedores e benzedoras acreditam que tais agentes são capazes de fornecer-lhe uma explicação de cunho oculto para seus malefícios.

Fica evidente por parte de algumas benzedoras e benzedores o fato de pertencer uma religião não teria que se despir da sua experiência, principalmente em se tratando das questões que afirmaram não fazer o mal. A fala dona Balbina<sup>11</sup> vai de encontro a essa afirmação: “Vou ao centro, mais também freqüento culto evangélico, quando estou passando mal elas oram pra mim eu melhora; tudo é de Deus, ele é um só”. (Informação verbal). Desta forma, quando questionada sobre o que seria benzer, a depoente, explicou a partir de suas experiências de cura.

Benzer é um tipo de passe, agente benze as pessoas melhora, toda a vida existiu benzedora, mas evangélico não gosta não eles dizem para eu parar de benzer é por isso que eu fico doente e quando eu benzo demais eu adoço mesmo porque vem gente de todo jeito. Quando as pessoas que está com mau olhado a pessoa que ta benzendo ela puxa eu vejo o que está acontecendo. (Informação verbal).

---

<sup>11</sup> 80 anos, profissão do lar, reside em Palme entrevistada em junho/2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A benzedeira dona Balbina, também revelou sobre os males que ela benzia:

Eu benzo de tudo, cobreiro, dor de cabeça a pessoa vem eu benzo, ela melhora. Problema de casal, mais esse negócio de mulher tomar o marido de outra isso eu não benzo; antes eu benzia agora não, eu vejo tudo por causa da minha vidência. (Informação verbal).

Este poder de ver as coisas que está acontecendo ou irá acontecer com os clientes que a procuram o benzedor talvez seja uma das qualidades que faz ser tão procurado pelas pessoas da comunidade.

Sobre a liberdade de transitar por religiões distintas Birmam (2001) afirma que: “O indivíduo contemporâneo deteria um poder maior de escolha, portanto, ganharia a liberdade de transgredir dogmas, ultrapassar fronteiras, desobedecer a ortodoxias e, sobretudo desrespeitar a unidade doutrinaria que estas divisórias buscam defender”. (BIRMAM, 2001, p. 66). No caso do depoente Cosme pelo fato de estar usando um enorme crucifixo no pescoço logo deduzimos ser católico em seguida confirmado por ele, em alguns momentos sentíamos confuso mediante a sua fala, termos por ele atribuído era contraditório a religião que ele afirmava ser.

Meu irmão Damião que eu amo demais queria ir embora para Anápolis, falei não vou deixar ele ir embora vou conversar com a minha mãe é hoje, cheguei La bati três vezes no tumulto dela, bati três vezes e falei assim, mãe não deixa o Damião ir embora não, rezei um terço para mãe, no outro dia o Damião arrumou emprego aqui. Os mortos têm mais poder que nos vivo. (Informação verbal).

No entanto, parece-nos plausível afirmar que o campo religioso popular é diversificado e sincrético, em outras palavras, não há religiões ou culturas puras ou não sincréticas, mas de um catolicismo mestiçado pela inserção de várias crenças e práticas



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

religiosas; embora se mantenha uma relação com a religião oficial, isso não impediu que outras denominações religiosas fossem incorporadas. Podemos utilizar como exemplo a cidade de Palmelo, por ser uma cidade onde predomina a doutrina espírita há, no entanto, uma diversidade religiosa. Nesse espaço de atuação, as benzedeadas corroboram com a dinamicidade da prática, mantendo o espiritismo como o seu principal meio de referência. Não se coibiu a incorporação de elementos de outras denominações religiosas entre elas, prática das benzedeadas. Nesse sentido, Sanchis, (2001) aponta que:

O Cristianismo no Brasil tornou-se plural. E entre as benzedeadas não poderia ser diferentes. Esta pluralidade de crenças está presente no cotidiano, seja nos objetos sagrados religiosos, nas rezas, nas crenças e visões de mundo. Já se percebe no ritual deste benzedeador um sincretismo religioso que na qual ele transita entre diversas denominações religiosas. (SANCHIS, 2001, p.11).

Na prática da reza, dependendo do tipo de doença ou problema que se precisa de uma orientação, o benzedeador faz uso de rituais de cura de diferentes maneiras e circunstâncias. De acordo com o depoente Cosme, o ritual da reza não é uma tarefa fácil, pois é preciso ter muita sabedoria para entender o que as pessoas sentem, e mais, saber dar uma orientação correta.

Durante o trabalho de campo realizado com as benzedeadas, nas suas práticas do ritual da cura percebemos que acontecem reações tanto do corpo das benzedeadas quando dos clientes. O corpo no ritual de cura é um elemento essencial, pois tanto manifesta os sintomas dos clientes, como ajuda as benzedeadas a encontrar um melhor diagnóstico.

A partir das informações cedidas pelos depoentes, observamos que um dos maiores itens de procura para oração é contra o mau-olhado. Segundo a crença popular essa doença pode levar a morte. Esta procura decorre da crença de que algumas pessoas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

possuem olhos carregados de inveja que podem trazer o mal, tanto para as pessoas, como plantas e animais. Sobre esse assunto o senhor Dorasio relata que:

Às vezes você amanhece desorientado, descrente, você vai ao médico, toma remédio ao invés de fazer bem, faz mal porque não é aquilo que é, talvez você ta com influência. Você veste uma roupa bonita,fulana,vê você que blusa bonita,você podia arrumar para mim onde comprou. Você veste ela já não quer mais por causa que muitas pessoas por inveja colocam o “olho gordo em cima”. (Informação verbal).

O tratamento do mau olhado consiste no uso de reza especifica ramos verdes e os gestos em forma de cruces sobre o cliente. Ainda sobre o mau-olhado Quintana (1999) nos esclarece que:

O mau-olhado,então, pode ser considerado um ato inconsciente e, portanto, não premeditado;o seu portador não tem percepção do mal que seu olhar pode causar sobre outra pessoa.Conforme retratamos anteriormente. É em busca dessa linguagem que as pessoas procuram uma benzedeira. (QUINTANA, 1999, p.121).

O mau-olhado pode atingir pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade, bem como plantas e animais os sintomas geralmente são sonolência, abrição de boca, falta de ânimo e de acordo com Cascudo (1978), “o mau-olhado mata devagar, secando, animais, mulheres homens, rapazes envelhecem em poucos meses. As criaturas enrugam o rosto, tremem as mãos, cambaleiam o andar, tem insônias, mal-estar. As crianças são vítimas preferidas”. (CASCUDO, 1978, p.65).

Observamos que cada benzedor tem uma maneira diferente de curar, pois cada um recebe dons diferentes. Nos depoimentos os entrevistados afirmam que a fé é a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

garantia da eficácia que auxiliarão na cura, uma vez que ambos acreditam na eficácia do ritual.

### **O Dom de Cura e a Gratuidade**

Geralmente, o serviço de benzedura é gratuito, pois acredita-se que o dom é dado por Deus, portanto esse serviço não deve ser cobrado. Conforme Quintana (1999), “se a benzedora colocasse um preço no seu trabalho, ela o estaria desvalorizando, pois ele é algo de ordem do sagrado, que não pode ser medido na ordem material”. (QUINTANA, 1999, p.89). Sobre esse assunto Dona Maria expressa sua opinião esclarecendo que:

Apalavra de Deus não pode ser cobrada. Deus não cobra de nós, as pessoas que vão benzendo e curando o outro começa a dar dinheiro para ele, vai ficando empolgado, vai enriquecendo, cai porque Deus larga dele, porque a oração não é vendida. (Informação verbal).

Uma vez que consideradas privilegiadas por terem recebido esse dom de Deus a benzedora deve doar seu dom aos outros e, para tanto, não cobra pelos seus serviços. O benzedor Senhor Sebastião, deixa claro que não cobra nada, mas, que se alguém quiser dar um “agradinho” ele aceita, mas não como forma de pagamento. Sobre essa questão Quintana (1999) esclarece que, “o que se recebeu de graça se deve dar. Entre as benzedoras, é uma constante fazer referência o que nunca se deve cobrar nada de ninguém. No entanto, é explícito que, se alguém quer dar alguma coisa, será bem aceita”. (QUINTANA, 1999, p.87).

Percebemos uma semelhança entre o pensamento dos senhores Sebastião e Cosme, no que diz respeito ao receber um “agrado”, pois o senhor Cosme explica que a benção não pode ser cobrada, a pessoa que cobra não é benzedor, “mas se as pessoas quiserem

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

me dar um agrado. A minha mãe era do mesmo jeito ela não cobrava, portanto, a geladeira estava sempre cheia, ela repartia com outras pessoas senão perdia”. (Informação verbal).  
Sobre a gratuidade, Quintana (1999), afirma que:

Uma cobrança por parte da benzedeira viria a manchar, a sujar tanto o trabalho realizado como a imagem de quem o realiza. Ao colocar um preço e vender os seus serviços, ela estaria deixando de ter as qualidades de bondade e pureza, as quais lhe possibilitam sustentar um lugar especial em manter o dom. (QUINTANA, 1999, p.89).

Os benzedores e as benzedoiras não podem receber uma remuneração por sua ação. Baseando seu discurso na idéia de que deve-se dar de graça o que de graça se recebe, aceitam apenas agrados, tais como gêneros alimentícios, entendidos como gestos de gratidão pelo bem que se fez. Aceitar pagamento é renegar o dom que foi dado, ou seja, a graça divina. E a dona Abadia relata a sua grande satisfação ao encontrar com alguém depois que foi benzida com semblante mais alegre. Da mesma forma que atividade da reza desenvolve por algumas benzedoiras não limita-se apenas em realizar cura em sua casa como relata o Senhor Dorasio, com muito orgulho, os feitos realizado pela sua avó, sempre disposta ir aonde o mal estava desorganizado. “As pessoas naquela época eram muito valentes, quando acontecia uma briga chamava ela e acalmava tudo”. (Informação verbal).

A partir das falas dos depoentes observamos que os “agrados” são feitos em forma de objetos simples e que em nenhum momento elas citam ter recebido dinheiro. Alguns clientes se sentem na obrigação de agradar as benzedoiras porque percebem o esforço e disponibilidade oferecida por elas de realizar seus serviços de cura sem estabelecer um preço. Os agrados ou presente como é denominado, mais comum eram gêneros alimentícios, em sinal de agradecimento. As doações representam pequenas contribuições para o sustento dos agentes da benzeção, uma vez que vivem de suas próprias rendas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A situação socioeconômica das benzedeadas e benzedores são testemunha que esse ofício não tem preço pela situação que vivem, uma casa simples, algumas moram com filhos, e mesmo já com idade aposentar não foi possível, pois não tivera condições de pagar a previdência. Estudar era para poucas, pois precisava trabalhar para ajudar no sustento da casa, conforme dona Matilde a única riqueza que tinha era o dom que Deus deu.

Para justificar a gratuidade da benzeção dona Matilde argumenta que “não é certo cobrar pelo benzimento esse é um dom que Deus dá, não tem preço; o preço maior é sentir que as pessoas se sentiram bem isso é bem mais gratificante que qualquer tipo de dinheiro; Deus não cobra nada da gente”. (Informação verbal).

O privilégio do dom também determina que a benzedora não deva negar ajuda àquele quem a procura. Sempre a disposição de quem precisa e sem cobrar nada, os benzedores costumam dizer “benzer é um dom gratuito de Deus a qual o escolhido não pode fugir”. (Informação verbal). Partindo dessa premissa, benzer é visto como uma missão, conforme relata dona Maria Abadia

Quando nós subir tem que levar qualquer coisa para apresentar a Deus, quando a gente chegar lá; você não fez nada de bom para seu próximo; agente benze em nome de Deus; pois nos somos igual um grão de mostarda na frente do nosso senhor Jesus Cristo agente pede em nome dele pra aquele irmão que chegou doente. (Informação verbal).

Essa ligação com as forças sagradas que o benzedor adquire com um dom que Deus lhe deu, possibilita obter orientações e forças necessárias para curar os seus clientes, agindo como intermediário. “O benzedor é um intermediário, é alguém que tem como particularidade especial uma comunicação privilegiada com o sagrado”. (QUINTANA, 1999, p.94). Essa ação realizada pelo benzedor que age como intermediário segundo Quintana (1999) é feita uma benção onde:



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A benção não tem somente a função de cura, ela também é indispensável para justificar o diagnóstico, permite que a benzedura conheça o problema e suas causas. Durante a benção, como se fosse um transe, se revela á benzedeira toda a problemática do paciente. È como se, ao passar a carga do cliente ás brasas, a benzedeira conseguisse perceber tanto a carga, como a origem desta. Assim a benzedura ao mesmo tempo, omal daquele que está tratando. (QUINTANA, 1999, p.103).

Para que a benzeção seja bem-sucedida se faz necessário que o cliente esteja em sintonia com o benzedor e acreditar que vai alcançar a resposta do que procura. Dessa forma, podemos dizer que é a fé na divindade que possibilita a cura e não a benzedeira em si, por isso elas são “intermediarias”. O reconhecimento onde à benzedeira está inserido é fundamental para legitimar sua prática religiosa e de cura, como nos esclarece Oliveira (1985):

Não basta apenas que a própria benzedeira reconheça a existência de um dom na vida. É necessário também que apropria comunidade onde ela mora, onde ela atua seus vizinhos, sua família, as pessoas que lhe são chegadas partilhem com ela desse momento singular. (OLIVEIRA, 1985, p.39).

Desse modo, a prática da benzeção é uma prática social reconhecida pelos grupos de pertencimento da benzedeira e é a eficácia da oração que faz com que as benzedeiros sobrevivam neste universo.

### **Considerações Finais**

No decorrer da pesquisa intitulada “Saberes e Religiosidade no Meio Popular: a Benzeção em Pires do Rio e Palmelo” muitas indagações surgiram, principalmente, quando estivemos em contato com as benzedeiros, pois algumas respostas foram

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

encontradas e outras não, pelo menos neste curto espaço de tempo. Nesta pesquisa, buscamos investigar se o ofício das benzedeadas continuou mesmo depois que na cidade chegou médico e hospitais.

A riqueza da cultura popular em Pires do Rio e Palmelo nos conduziram ao encontro com a fascinante arte de curar e a fé daqueles que são curados. Por isso, dar voz a estas agentes de cura foi importante, porque somente por meio de leituras teóricas torna-se inviável a compreensão destes saberes mágicos, míticos, correndo-se o risco de nos tornarmos simplistas, por lidar com um universo permeado de linguagem e elementos simbólicos. No entanto, é evidente que, as leituras sobre o tema das benzedeadas foram relevantes para restabelecer um diálogo entre o que era observado empiricamente e as ideias tratadas pelos autores.

Na relação com as benzedeadas que conhecemos, chamou-me atenção a fila de pessoas que aguardavam para ser atendidas em busca de resposta ou cura para seus anseios. Isso demonstra que a procura por estes agentes de cura não devia-se somente ao fato de no passado haver o número reduzido de médicos diplomados. Apesar da avançada tecnologia, a tradição das benzedeadas ainda resiste, como no caso das cidades que elegemos para realizar as entrevistas.

Acreditando ou não no poder das rezas, há sempre aqueles que procuram nelas e nas bênçãos uma cura, por isso em pleno século XXI a crença em benzimento ainda faz-se presente, pois, tem doença, tem males, que o médico não cura, mas existem outros que só a medicina pode resolver. Isso porque os homens precisam de constante reafirmação de que podem realizar os seus anseios na medicina popular realizada pelas benzedeadas, as quais podem apontar uma direção. As práticas de benzeção são antes de tudo práticas sociais de grupos, que experimentam no seu cotidiano as agruras da vida, pela luta contra as próprias limitações.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Notamos que as benzedeadas videntes são as mais procuradas, principalmente, em se tratando de doenças ou outros tipos de problemas difíceis de solucionar. Observamos que, o conhecimento de certas práticas de cura, tanto poderia acontecer entre as camadas hegemônicas, quanto entre as camadas populares. Sendo assim, não eram apenas as pessoas de setores pobres a se beneficiar por esta prática, pois identificamos situações ambíguas, em que membros da elite recorriam aos saberes destas agentes não oficiais.

A partir da fala de algumas pessoas que buscavam esta prática, percebemos a contribuição dada por essas mulheres e homens para a constituição da chamada medicina popular. Percebemos que, a prática de cura não se restringe apenas a mulheres, mas também aos homens, dando assim à prática de cura um pluralismo que a faz tão fascinante.

Para encontrá-las não há uma rede de informação, porém, basta perguntar nas ruas onde encontrar uma benzedeadas, que logo alguém conhece ou já ouviu falar de uma. Vale destacar que, a contribuição dos moradores para nosso mapeamento dos lugares, onde as benzedeadas residiam, foi fundamental. Assim, a realização deste trabalho tornou-se relevante, pois além de dar visibilidade à prática das benzedeadas, contribui como referência para as pessoas que precisam dos seus serviços e não sabem onde encontrá-las.

Na origem deste saber, bem como às suas crenças religiosas, deparamos com benzedeadas católicas, espíritas e evangélicas. Entendemos no decorrer de nossa pesquisa, que cada religião tem o seu próprio modelo de ação e as práticas de benzimento foram recriadas nos moldes de cada uma.

Embora a pesquisa seja empírica, as benzedeadas afirmavam ter recebido um dom. Notamos que, na maioria delas o dom foi despertado mediante um acontecimento marcante em suas vidas. Com relação à aprendizagem, todas as benzedeadas entrevistadas afirmaram ter aprendido por meio do uso da oralidade na transmissão do saber. Geralmente, o conhecimento destes agentes de cura é transmitido por parentes próximos,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

que dominavam ou dominam os saberes das rezas. No entanto, existem aquelas que dizem ter adquirido o conhecimento por mediunidade. Cada benzedor tem uma maneira peculiar de benzer, pois cada um recebe dons diferentes, atendendo a todos sem distinção, não cobrando nada pelos seus serviços.

Desde o início deste trabalho, ficou patente o contato com as benzedadeiras. O período de pesquisa foi muito gratificante e percebemos “que todos os dias a gente aprende e nunca termina de aprender”. Assim sendo, por meio de suas histórias, observamos cada aspecto de sua prática religiosa de cura, que por sua vez, revelaria a visão de mundo destas terapeutas-religiosas.

A relação estabelecida com as benzedadeiras, além da posição crítica, enquanto pesquisadores, sem deixar de nos levar pela emoção, percebemos que, benzer é bem mais do que uma prática religiosa de cura, pois assumem múltiplas funções, certamente, tais práticas minimizam o sofrimento da população de um modo geral.

A intenção era trazer um novo olhar sobre o ofício das benzedadeiras, que pudesse contribuir para a ampliação da discussão a respeito desta prática, por se tratar de um assunto amplo. Haja vista que, por mais que o pesquisador se debruçasse sobre o tema não esgotaria as possibilidades de entendimentos do assunto, necessitando de novas contribuições e aprofundamento.

Para compor o ritual de cura, deparamos com diferentes elementos simbólicos: imagens de santos espalhadas pelas paredes e altares ocupados por santos populares, orixá, Ogum, terço, figa, mostrando que os rituais de benzedeira são bem sincréticos. Consideramos que muitas questões aqui levantadas poderão ser objeto de uma análise mais detalhada, o que não foi possível neste momento como, por exemplo, a maioria das benzedadeiras faz questão de não serem confundidas com macumbeira, afirmando que suas rezas são para o bem. Pois, estas práticas estavam ligadas aos ritos de religiões de matrizes africanas consideradas como demoníacas. Nos seus rituais e altares são visíveis a presença de elementos das religiões afro-

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

brasileiras. Outras inquietações surgiram diante dessa mistura de crenças religiosas. Em que acreditar?

Observamos que, muitos sujeitos procuravam estes agentes de cura para resolver problemas do cotidiano, já sabiam o que iam encontrar. No caso de algumas benzedeadas, que benzem e aplicam passe, afirmavam não haver diferença entre estas duas práticas, pois o cliente se relaciona conforme sua crença.

Diante da complexidade das crenças de cada agente de cura, foi possível verificar que esse pluralismo religioso não interfere na relação entre cliente e benzedeadas ou benzedor. Como mencionado, esgotar o assunto sobre o referido tema seria impossível, porque muitas questões precisam ser melhor detalhadas. Isso faz com que seja aguçada a nossa curiosidade e o desejo de aprender um pouco mais sobre o universo das benzedeadas. Porém, acredita-se que esta pesquisa lançou bases para novos olhares, valorizando o trabalho destes agentes que lidam cotidianamente com a arte de curar.

### **Fontes Orais**

ABADIA DA SILVA. (nome fictício). Depoimento (junho). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Município Pires do Rio-GO: 70 anos.

BALBINA MARTINS FONTES. Depoimento (junho/2015). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Município de Palmelo-GO: 80 anos.

COSME JOSÉ HOLANDA. Depoimento (junho/2015). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Município Pires do Rio-GO: 42 anos.

DORACÍLIO ANDRADE. Depoimento (junho/2015). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Município Pires do Rio-GO: 78 anos.

FABIANA (nome fictício). Depoimento (julho/2015). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Município de Palmelo-GO: 61 anos.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

MARIA. (nome fictício). Depoimento (junho/2015). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Município Pires do Rio-GO: 75 anos.

MATILDE ELIODORA TEIXEIRA. Depoimento (junho/2015). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Município Pires do Rio-GO: 57 anos.

ALICE (nome fictício). Depoimento (junho/2015). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Pires do Rio-GO.

RUTH (nome fictício). Depoimento (junho/2015). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Palmelo-GO: 72 anos.

SEBASTIÃO ESPÍNDOLA. Depoimento (julho/2015). Entrevistadora: Luene Gonçalves dos Santos. Município de Palmelo-GO: 75 anos.

### Referências

BIRMAN, Patrícia. Conexões políticas e bricolagens religiosas e questões sobre pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. In: SANCHIS, Pierre. (Org.). *Fies e cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro; EUERJ, 2001, p. 59-86.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Meleagro*. 2ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. *O que é benzeção*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *A religião e a dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

QUINTANA, M. Alerto. *A ciência da benzedura*. São Paulo: Ed. Universidade do Sagrado Coração, 1999.

SANCHIS, Pierre. Religiões - Alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro. In: (org.). *Fies e cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 9-57.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**SÃO FRANCISCO DE ASSIS: A RESIGNAÇÃO DE UM SANTO**

Maria Eduarda Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O século XII é marcado por um desenvolvimento demográfico e econômico, que reconfigurou a sociedade medieval. O cenário inicial desse desenvolvimento é o centro de poder representado pelas cidades, caracterizadas por um fluxo crescente de comércio, redesenhado por nuances de liberdade conquistada por um grupo comercial em contraste ao poder tradicional. As desigualdades recriadas por esta nova sociedade determinaram a premência de readaptação da Igreja. Com a reforma gregoriana, surgem novas ordens religiosas, dentre elas os Umiliati que esperavam alcançar uma comunidade espiritual, por meio de obras ativas. Francisco de Assis responde a essa espera de seus contemporâneos? Este personagem, de suma importância para a Igreja, que o canonizou dois anos após sua morte, corresponde ao Francisco de ações insubmissas dos Umiliati? A Igreja avalizou seus atos, suas ideias, ou reconfigurou sua trajetória, pela importância de sua atuação na época medieval? Este trabalho de pesquisa, tem por objetivo mostrar a face deste personagem, que se tornou um dos principais santos da Igreja Católica, além de compreender como ele mudou toda uma visão, uma interpretação que se tinha, acerca dos ensinamentos bíblicos.

**Palavras-chave:** São Francisco de Assis; Ordens Mendicantes; Igreja Católica; Idade Média;

### **Introdução**

Francisco foi um simples homem que transformou sua vida, sua Igreja e, sua época. Abdicando da riqueza e abraçando a pobreza, ele passou da soberba para a humildade e tentou fazer o mesmo com a Igreja Católica e com a sociedade medieval. Podemos afirmar que ele era um homem revolucionário e apesar disso a Igreja o eternizou santo, e não herege como outros reformadores, como Martinho Lutero.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em História (UEG). Contato: me.oliveira1@hotmail.com

<sup>2</sup>Obviamente que deve-se analisar o contexto diferente de ambos reformadores. Francisco viveu na época de Inocêncio III, um papa moderno e também reformador. Já Lutero viveu sob regime do papa Leão X, um papa conservador.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A história deste homem foi biografada inicialmente por Tomas de Celano logo após a sua morte, porém ele não conseguiu mostrar Francisco como ele realmente era, com todas as suas incertezas, contradições e até mesmo tentações. Esse biógrafo retratou um homem domesticado e inofensivo para a Igreja Católica. Talvez ele adere a essa visão de forma inocente ou talvez não era interessante para a Igreja que surgissem novos reformadores, e com certeza a história de Francisco poderia incentivar novas reformas.

Uma das principais dificuldades da historiografia de Francisco é a existência de duas tendências distintas dentro da Ordem Franciscana (Rigoritos e Moderados), e a disputa feroz que nasce entre elas, com o objetivo de atrair o fundador para si, interpretando em benefício próprio suas palavras e seus ensinamentos.

### **Vida de Francisco**

Francisco de Assis nasce em 1181 ou 1182, não se sabe ao certo, recebe a priori o nome de João, dado por sua mãe, porém seu pai o chamava de “Francisco, o francês”, o que acabou por se tornar seu nome. Ele era um homem generoso, humilde e alegre, e cresceu em uma família que possuía boa condição financeira. Tinha o sonho de se tornar cavaleiro, e participava de muitas batalhas, até que certa vez ficara preso em Perúgia por cerca de um ano. Volta para casa enfermo, o que o deixa desolado sem saber como prosseguir com sua vida. Nada o satisfazia, nem as riquezas ou as mulheres, muito menos seu sonho de ser um grande cavaleiro fazia mais sentido

Entretanto, ele fica sabendo que um nobre de Assis se preparava para tomar armas e ir combater em Perúgia, e, na esperança de ser nomeado cavaleiro por este nobre, nasce novamente a vontade de guerrear. Praticamente implora a seu pai para que o deixasse ir, afinal estava enfermo ainda, mas, com bastante insistência, seu pai permite que ele vá.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Nesse meio tempo Francisco teve um sonho e o interpreta como um bompresságio e se convence de que se tornaria um grande príncipe, porém não chega longe. Ele passa mal em Spoleto e, segundo Chiara Frugoni (2011), ouve uma voz que provavelmente seria a voz de Deus pedindo para ele voltar e interpretar melhor o sonho que tivera antes de partir para Perugia.

Francisco que sempre fora um homem de boa situação financeira, era acostumado a ser nobre, gastava todo seu dinheiro com festas, bebidas e mulheres, não somente para ele, mas também para seus amigos. Ao se ver enfermo, parece nascer dentro dele outra visão de mundo, onde ele começa a conhecer os verdadeiros ensinamentos de Cristo, e que nem sua vida e nem a vida da Igreja Católica, condiziam com o Evangelho. É neste ponto que ocorre as primeiras passagens e transformações na vida de Francisco, onde ele passa da soberba para a humildade. Mas para isso ocorrer ele precisava se desvencilhar de tudo, exatamente tudo, de todos seus benefícios e riquezas, e ele o faz. Até mesmo a roupa que estava em seu corpo ele tira, veste trapos velhos, e parte, em sua missão, no início incerta e cheia de dúvidas, mas ele passa a ter certeza de que está no caminho certo.

### **Transformações promovidas pelo santo**

Assim como o homem, a vida da Igreja Católica era baseada na soberba, e necessitava de mudança. Aqueles altares esplendorosos, cálices e crucifixos de ouro, batinas na mais fina seda, e tudo isso por quê? Esse era o questionamento principal de Francisco. Qual a diferença da cruz de ouro para a de madeira? Por que existem catedrais gigantes, com decorações em ouro e prata, mas que continuavam vazias em essência? Por que as capelas humildes estavam abandonadas?

O santo com seu exemplo de vida conseguiu reunir seguidores que se despuseram a viver exatamente o Evangelho, a pregar a verdadeira face de Cristo com ações, e não

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

com palavras. Então ele passou a agir no meio dos excluídos, dos marginalizados, dos discriminados. Fez algo que somente Jesus fez, abraçou os leprosos, quando ninguém os queria por perto. Promoveu a caridade, o amor e a paz, porém ainda eram poucos que o seguia e fazia o mesmo.

Nesse ponto, Francisco de Assis viu a necessidade de ter com a Igreja, e parte para ter com o Papa Inocêncio III, para que o mesmo aceite e reconheça sua ordem e suas regras de vida. Ao conseguir conversar com o papa, este o manda então pregar aos porcos, zombando do modelo de vida que Francisco pregava. Para a surpresa de todos, ele realmente foi e se deitou com os porcos, se sujando inteiramente de lama. Após esse feito ele volta ao papa, que, ao ver o estado de Francisco, ele cai em si e reconhece a humildade como verdadeira face de Deus. Inocêncio III então pede que ele se lave e volte para conversar, onde Francisco explica inteiramente sua regra de vida, de como viver o Evangelho. A princípio o Papa achou essa regra demasiada severa, porém foi aconselhado por um cardeal de que, se não aceitassem essa regra, estariam admitindo para o mundo que é impossível viver o Evangelho:

Mas, quando Francisco consegue submeter o texto de sua “Regra” a Inocêncio III, o papa se mostra espantado com a severidade dela. O Evangelho integral, que loucura! Mas o cardeal de São Paulo acha o argumento bom para comover o pontífice, um argumento religioso e político simultaneamente. “Se rejeitarmos o pedido desse pobre sob tal pretexto, isso não será afirmar que o Evangelho é impraticável e blasfemar contra Cristo, seu autor?” (LE GOFF, 2001, p. 73)

Obviamente que Inocêncio III se abalou com tal afirmativa, e até mesmo se envergonhou, porém não se convenceu totalmente, e sugere a Francisco que vá rezar e pedir para que Deus manifeste sua vontade, o que foi de vital importância e proveito para a ordem de Francisco. O papa teve um sonho, e nesse sonho ele viu a basílica de Latrão inclinada como se estivesse desabando, e um pequeno e feio religioso a sustentava com



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

suas costas para que esta não fosse ao chão. O homem desse sonho não seria outro senão Francisco, era ele quem restauraria e salvaria a Igreja.

**Figura I** – O sonho de Inocêncio III, de Giotto di Bondone



**Fonte:** <https://pt.churchpop.com/o-sonho-sobrenatural-que-convenceu-o-papa-aprovar-ordem-franciscana/>

Foi graças a esse sonho que o papa aprovou o texto e a regra de Francisco. Mas ele aprovou com algumas precauções, como, não realizou nenhum acordo escrito com a ordem, somente verbal, e impôs aos frades obediência a Francisco, e a Francisco obediência aos papas. E com isso os autorizou a pregar, e pregar somente. Segundo Tomás de Celano, o papa, em sua despedida, os abençoou dizendo:

“Ide, meus irmãos, ide com o Senhor e que o Senhor vos inspire, pregai a todos a penitência. Quando o Senhor todo-poderoso vos multiplicar em número e em graça, voltai alegremente a mim e eu vos concederei

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

mais favores e vos confiarei, com uma confiança maior, maiores missões. (LE GOFF, 2001, p.74)

É fato que Francisco nunca se satisfez por completo com sua ida à Roma, porém nunca desistiu ou desviou de sua missão, e sempre usava de seu verbo e de sua oratória para convencer seus companheiros do mesmo. É aí que se começa a divisão de dentro da ordem, onde alguns de seus seguidores radicais tentaram associar a imagem de Francisco a um extremista que coloca a Igreja Católica e Roma como a maldita babilônia.

Matheus Paris, segundo o benedito Roger de Wendover, situa um episódio célebre da vida de São Francisco: a pregação dos pássaros. [...] O santo, ferido pela acolhida dos romanos, por seus vícios e suas torpezas, teria chamado os pássaros do céu – e os mais agressivos entre eles, aqueles de bicos perigosos, aves de rapina e corvos- e lhes teria ensinado a boa palavra, não a dos miseráveis romanos. Vê-se de onde se origina essa historinha. Foi tomada ao Apocalipse (19, 17-18): “E vi um anjo, de pé ao sol, e ele gritava com voz forte e dizia a todos os pássaros que voavam no céu: Vinde e reuni-vos ao grande banquete de Deus; comi a carne dos reis, a carne dos tribunos, a carne dos gloriosos, a carne dos cavalos e dos cavaleiros, a carne dos homens livres e dos escravos, dos pequenos e dos grandes.” (LE GOFF, 2001, p. 75)

Vemos então que foram construídas duas imagens acerca de Francisco: a primeira de um homem reformador mas passivo diante da Igreja, doce e gentil, até mesmo com os que odeiam, e a segunda de reformador extremista, que fomentou um ódio pela Igreja após sua ida e má recepção em Roma. Porém o Francisco, o santo Francisco real se identifica mais com a primeira, sendo realmente um homem gentil e humilde, entretanto não passivo, mas resignado à Igreja, não contente nem convencido, mas ciente e proposta a trazer mudanças sem desestabilizar a Igreja, disposto a salvá-la, e não a separá-la, como foi o caso de Lutero alguns séculos depois. Por isso de fato Francisco conseguiu seu objetivo, ele salvou a Igreja. E até os dias atuais a ordem mais importante, a que ainda



Universidade  
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

mantém o catolicismo de pé, a que ajuda os pobres e miseráveis, que cuida dos doentes e dos feridos, e que mais converte à fé católica, é justamente a ordem dos frades menores franciscanos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Referências bibliográficas**

FRUGONI, Chiara. *A vida de um homem: Francisco de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

1.308

SIMPÓSIO TEMÁTICO 25

Mundos e visões da Antiguidade e  
Medievo



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A ESTIRPE DE ODIN NA ESCANDINÁVIA MEDIEVAL: ASPECTOS  
CULTURAIS E RELIGIOSOS NA SOCIEDADE VIKING**

Max Henrik Marquezan Silva <sup>1</sup>

**Resumo:** A religiosidade viking tem um papel fundamental para o entendimento da sociedade nórdica. A economia, a política, o eixo social, enfim, tudo que envolve esses povos é diretamente influenciado pela mitologia pagã. Ao mesmo tempo que o paganismo nórdico dita as ações e os costumes do povo, essa religião é construída a partir do princípio da necessidade, seja na caça, na agricultura, na pesca ou nas pilhagens, os deuses sempre são invocados em auxílio, por meio de rituais e sacrifícios. Da mesma forma que a mitologia grega, a mitologia nórdica abarca inúmeros deuses, cada qual com sua função obrigatória no panteão. Existem deuses da agricultura, da fertilidade, da caça e do matrimônio, mas, principalmente na Era Viking, percebemos a frequência de deuses guerreiros. Nesse ponto entra a questão: A influência de deuses soldados, a mítica da “Fúria Odínica”, possibilitaram a formação de uma sociedade guerreira? Ou, uma sociedade que tem em seu eixo central a guerra, criou esses deuses combatentes, conforme a sua necessidade? Este questionamento é de suma importância para decifrar os enigmas da Era Viking pré-cristã e objetiva compreender a relevância do panteão para a sobrevivência deste povo.

**Palavras-chave:** Escandinávia; Vikings; Mitologia Nórdica

### **Introdução**

Existem alguns problemas que são comuns aos estudiosos dos povos nórdicos, os famosos vikings, e dos povos celtas, também chamados de druidas, e um deles é a inserção da “mitologia”<sup>2</sup> nas análises e estudos da vida desses povos. Primeiramente

<sup>1</sup> Graduando em História (UEG). Contato: maxmarquezan@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Apesar de não compactuar com esse termo que foi criado com o intuito de inferiorizar outras religiões e culturas que não a cristã (mesma premissa da criação do termo “bárbaros”), o utilizarei para maior compreensão. (Nota do autor)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

vamos diferenciá-los. Os vikings eram povos que habitavam a região da Escandinávia (Suécia, Dinamarca, Islândia, Noruega e Finlândia), viviam da agricultura, caça e pesca, mas principalmente sua economia era regida a partir de saques e pilhagens, e a partir dessas ações surgiu o termo viking, que se refere à pirataria. Eram navegadores e sobretudo guerreiros, porém, ao contrário do imaginário popular, construído pelas indústrias cinematográficas, os nórdicos não usavam elmos de chifre. Essa caracterização é uma alusão aos primeiros contatos com os cristãos, que os chamavam de bestas e demônios. Já os povos celtas, habitavam principalmente as regiões da Península Ibérica, Bretanha e Gália, mas ao longo dos séculos habitaram outros lugares, como as regiões germanas. São povos mais antigos que os vikings, e sua origem é remonta à Idade do Ferro. Apesar de serem também povos guerreiros, não viviam de saques e pilhagens, mas de conquistas e controles de comércio, e se tivessem uma organização social além de tribos e clãs, teriam formado um dos maiores impérios que o mundo já conheceu. Eles, ao contrário dos vikings, realmente usavam elmos ornamentados com os chifres do primeiro animal caçado, como uma espécie de ritual de iniciação na vida guerreira.

Muitos acadêmicos levam o estudo destes povos, ignorando completamente a mitologia, acreditando que esta tornará seus estudos por demais fantasiosos, não que a fantasia seja algo ruim de se submeter em um artigo, mas, para eles, esquecendo a verdade essencial por de trás dos contos e baladas mitológicas, isso seria um fim catastrófico para seu trabalho, que deve conter a verdade, e nada mais que a verdade. Meu estudo porém, apesar de não misturar acontecimentos mitológicos com acontecimentos humanos, leva em conta toda a mitologia, no caso a nórdica e a celta, para o estudo de todos aspectos dessa sociedade, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Seguirei o exemplo de J..R.R. Tolkien<sup>3</sup>, e analisarei o mito como a verdade essencial da vida dos povos nórdicos.

---

<sup>3</sup> Autor de "O Hobbit" e "O Senhor dos Anéis", além de escritor literário, Tolkien foi um grande estudioso e filólogo dos povos e das línguas dos nórdicos e dos saxões. Vemos a influência dessas culturas em todas suas obras, principalmente com nomes de personagens.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Não tem como falar das organizações sociais sem falar do panteão celta e da tríade. Meu foco nesse presente artigo será o estudo dos povos nórdicos, portanto não tem como falar dos guerreiros vikings denominados berserkers<sup>4</sup>, sem falar da divindade Óðinn<sup>5</sup>. Tratarei de alguns aspectos que tangem à religiosidade viking, e como ela influencia os costumes daquela sociedade.

### **Runas de Odin**

Seguindo a ideia de estudar os vikings exteriorizando a religião como mero mito, alguns estudiosos dizem que os historiadores tentam tornar esses povos mais pagãos do que jamais foram. Ora, é fato que os nórdicos não agiam de acordo com o imaginário popular, como viver de orgias, beber sangue animal e serem povos carentes de cultura e escrita, apenas bárbaros (no sentido da palavra usado pelos cristãos). Eles, ao contrário do que se pensa, adotavam o matrimônio monogâmico como prática essencial para a vivência social, havendo também uma tradição de se casar virgem, assim como nas sociedades cristãs. Quanto a beber sangue animal, e até mesmo de humanos, havia sim a prática, porém somente entre os guerreiros berserkers, quando queriam alcançar o êxtase da Fúria Odínica antes das batalhas. E, como se percebe ao estudar a mitologia nórdica, há uma riqueza imensa no panteão nórdico, bem como em suas históricas e contos, e sim, esse eram povos dotados da escrita.

A escrita nórdica se dava a partir das runas, gravadas em pedras, chamadas runas de Odin. O uso destas, além de registrar normas, era principalmente mágico, apesar de não ser essa a visão de muitos estudiosos. Alguns vão afirmar que o uso das runas em rituais de magia é moderno, e que elas sequer devem ser associadas a poemas místicos ou

---

<sup>4</sup> Guerreiros campeões inspirados por Óðinn através de um ritual frenético antes das batalhas. (BIRRO: 2011, P.87)

<sup>5</sup> Odin, em nórdico antigo Óðinn.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

com previsões de sorte e baboseiras similares. (FAULKES, 2011). Porém, as runas eram de fato utilizadas para manipular a natureza, ou seja, magia. Usava-se das runas em enfermos, colocando uma pedra ou semente com alguma letra rúnica debaixo do travesseiro do sujeito doente. Também era comum as runas do amor, marcadas na mão e nas unhas, runas da vitória, que eram gravadas nas espadas e machados antes de uma batalha, e as runas para acalmar o mar. Sabe-se porém que o uso das runas era limitado, não era qualquer um que detinha o conhecimento necessário para se usá-las em práticas mágicas, e essas práticas não eram realizadas levianamente. Por conta disso o uso das runas se dava mais para a leitura e escrita de comunicados, avisos e regras.

Existem diversas teorias de como os povos escandinavos conheceram ou desenvolveram as runas. Alguns defendem que ela se deu a partir do contato com outros povos, como os romanos, os gregos e os etruscos. É mais provável que tenha sido a partir dos etruscos, devido à semelhança dos grifos e das formas de escrita. Há também a explicação religiosas atribuída ao conhecimento das runas. Elas teriam sido dadas por Odin aos humanos, após seu sacrifício próprio. Esse sacrifício é relatado na tradição nórdica em um poema denominado *Hávamál*, de autoria anônima:

Veit ek at ek hekk | vindga meiði á | nætr allar níu | geiri undaðr |  
ok gefinn Óðin | sjálfr sjálfum mér | á þeim meiði | er manngi veit |  
hvers hann af rótum renn,  
Við hleifi mik sældu | né við hornigi | nýsta ek niðr | nam ek upp rúnar  
œpandi nam | fell ek apr þaðan  
[...]  
Þá nam ek frævask | ok fróðr vera | ok vaxa ok vel hafask | orð mér af  
orði | orðs leitaði | verk mér af verki | verks leitaði.  
Rúnar munt þú finna | ok ráðna stafi | mjök stóra stafi | mjök stinna  
stafi | er fáði fimbulþulr | ok gørðu ginnregin | ok reist Hroptr rogn.  
Óðinn með ásum | en fyr álfum Dáinn | ok Dvalinn dvergum fyrir |  
Ásviðr jotnum fyrir | ek reist sjálfr sumar.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Eu sei que eu pendi numa árvore<sup>6</sup> balançada pelo vento por nove noites inteiras, ferido por uma lança, e dedicado a Odin, eu mesmo a mim mesmo; naquela árvore que não sei de onde suas raízes vêm.

Eles não me consagraram com pão, nem com qualquer chifre; eu contemplei lá embaixo, eu peguei as runas, gritando as peguei e de lá eu caí.

[...]

Então eu comecei a entender e fiquei sábio, e cresci e prosperei muito bem, minhas palavras a partir de palavras e palavras encontrei, minhas proezas a partir de proezas e proezas encontrei.

Runas você pode encontrar e letras auxiliadoras, letras muito poderosas, letras muito fortes, as quais o sábio poderoso pintou e os deuses fizeram, e que Hrotr<sup>7</sup> dos deuses gravou.

Odin entre os deuses, e Dainn diante dos elfos, e Dvalinn<sup>8</sup> diante dos anões, Asvid diante dos gigantes: eu mesmo gravei algumas.<sup>9</sup>

Entendemos então como se deu, para os contos nórdicos, o achado das runas por Odin e sua distribuição para a humanidade, e a importância que os vikings davam à escrita, a relatando como sinônimo de sabedoria, crescimento e prosperidade, e o ato de dominá-las é uma proeza sem igual.

### **Tolkien – acerca de nórdicos e saxões**

Bem como se sabe John Ronald Reuel Tolkien foi um grande escritor, considerado o pai da fantasia moderna, autor de obras como “O Hobbit” (1937) e “O Senhor dos

<sup>6</sup> Essa árvore a qual ele se refere é provavelmente Yggdrasil, a árvore da vida, que é o eixo do universo cosmológico da mitologia nórdica.

<sup>7</sup> Odin

<sup>8</sup> Dainn e Dvalinn – Tolkien deu esses nomes a dois anões de seu universo, Dáin pé-de-ferro e Dwalin. Outros nomes de personagens ele também retirou das Eddas Poéticas, como Gandalf, Durin, Bombur, Nori, Óin, Fili, Kili, Dori, entre outros retirados principalmente da Edda Völuspá.

<sup>9</sup> Texto original, tradução e comentários disponíveis em: MEDEIROS, Elton O. S. Hávamál: tradução comentada do Nórdico Antigo para o português, *Mirabilia* 17 (2013/2), p. 591-592.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Anéis” (1954). Ao escrever essas obras ele desenvolveu todo um universo, denominado Terra-média, repleto de raças e criaturas, como homens, elfos, anões, orcs, hobbits, dragões, entre outros. Além de criar inúmeros personagens ele desenvolveu toda uma geografia de Arda (Terra), de forma bastante complexas, com cadeias de montanhas, correntes marítimas, morfologia, geologia, composição atmosférica, e outros. Criou também organizações sociais, políticas e econômicas, culturas de comércio, divisões e quadros sociais, e até mesmo um panteão fantástico.

Em todos essas criações vê-se intensamente a influência das culturas nórdicas e celtas. Mas o maior trabalho de Tolkien em relação à Terra-média, foi as línguas que ele desenvolveu. Ora, Tolkien além de escritor de literatura e fantasia, era um exímio estudioso de línguas antigas, um filólogo especializado em anglo-saxão e inglês antigo. Traduziu a balada de Beowulf, um poema saxão antigo, escrito aproximadamente no século X, na ilha britânica já cristianizada, mas que mantinha a tradição dos pagãos que ali viviam. Esse conto é de autoria anônima. Foi a partir dessa tradução que o mundo passou a olhar para aquelas culturas do norte da Europa. Foi traduzido para o português em 2015.<sup>10</sup>

Tolkien era professor de anglo-saxão na Universidade de Oxford, e também de inglês e de literatura inglesa. Ao contrário do que se pensa, ele primeiramente criou suas línguas, que aparecem em O Senhor dos anéis, e depois desenvolveu a mitologia para acompanhá-las. Criou, baseado no galês, no finlandês e nas línguas antigas como anglo-saxão e nórdico, os idiomas *Quenya e Sindarín*, que compõe o universo da Terra-média, línguas estas são movidas pela eufonia e pela estética. Criou também a língua negra e a língua dos anões. Mas a principal influência da mitologia nórdica nas línguas aparece justamente na língua dos anões, onde seu alfabeto *Cirth* foi baseado no alfabeto rúnico

<sup>10</sup> TOLKIEN, J.R.R. Beowulf: uma tradução comentada, incluindo o conto Sellic Spell; editado por Christopher Tolkien; tradução Ronald Eduard Kyrmse – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Fuþark<sup>11</sup>. Obviamente que seria, visto que os anões são elementos essenciais para a cultura viking<sup>12</sup>.

**Figura I – Runas Cirth**



**Fonte:** [https://www.geocaching.com/geocache/GCPBV8\\_cirth-erebor-auckland?guid=c4cc2e28-bd76-4136-95a5-13991b73185f](https://www.geocaching.com/geocache/GCPBV8_cirth-erebor-auckland?guid=c4cc2e28-bd76-4136-95a5-13991b73185f)

<sup>11</sup> A escrita nórdica através das runas de Odin, tem esse nome devido aos primeiros caracteres, assim como o abecedário.

<sup>12</sup> Os anões, para a mitologia nórdica, trabalham nas grandes forjas, onde eles fazer as armas e armaduras dos deuses. Também são vistos como agouros de sorte, e assistem na descoberta e coleta de minerais, como o ouro.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**Figura II** – Runas Futhark



**Fonte:** [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Runic\\_letters\\_elder\\_futhark.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Runic_letters_elder_futhark.svg)

### **Proselitismo**

Os vikings, como dito anteriormente, eram de fato pagãos. Cultuavam um panteão politeísta, praticavam rituais e sacrifícios pelos deuses, e utilizam das runas para a manipulação da natureza, de acordo com sua necessidade. E como era rico o panteão nórdico, com diversas deidades, cada qual com suas respectivas funções a serem realizadas. Odin, Thor, Tyr, Freya, Freyr, Frigg, Heimdallr e Loki, são os principais de muitos deuses presentes nessa cultura. Também existem inúmeros outros seres mitológicos, como anões, valquírias, dragões, lobos, serpentes, trolls, e até mesmo elfos (este último é mais atenuante na mitologia celta).

Porém tudo isso acabou com um processo violento e sangrento de proselitismo e conversão ao cristianismo. Com a expansão da Igreja Católica, era claro que esta alcançaria todo o globo, incluindo o tão próximo norte da Europa. Esse processo de conversão ao cristianismo se deu de forma violenta, apesar de ter-se iniciado por missionários, e após esse primeiro contato ela se deu de dentro pra fora, por agentes

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

locais. Além de tudo, o processo de cristianização da Escandinávia foi uma ação estratégica e política, o que facilitou, no início, a aceitação por parte dos vikings.

Existem duas tendências acerca da introdução do cristianismo naquela sociedade: o primeiro é que a cristianização foi um processo longo de transformações das bases culturais, e o segundo é que esse processo é marcado por eventos que se deram em etapas e que foram peças-chaves para a conversão dos vikings. Ainda se dividem nessas tendências enfatizando o papel de agentes internos e externos decisivos para a cristianização da cultura nórdica.

É claro que ao trocar de uma religião, a sociedade de uma determinada região perde os valores religiosos da antiga, porém permanecem os costumes e a tradição. Há, com isso, um sincretismo religioso entre as duas religiões, o que se percebe desde os primeiros passos da cristianização. Ora, as fontes escandinavas da época colocam o processo de conversão para o cristianismo como uma batalha entre Thor e Jesus.

Porém, o processo de conversão das regiões da Escandinávia se diferem entre si. O primeiro país a se converter foi a Dinamarca, e posteriormente a Noruega, onde coexistiram as duas religiões por muito tempo. Apenas no século X, com Olaf Haraldsson<sup>13</sup>, que a Noruega foi completamente cristianizada, através de assassinatos e torturas. Já na Suécia o cristianismo só foi ser aceito e introduzido no ano de 1160. O Processo de conversão da Islândia foi demorado, devido à sua localidade geográfica, mas aconteceu, de maneira poética, como retratada por alguns cristãos, após uma “batalha” entre padres e sacerdotes pagãos, onde estes realizavam milagres ou magias para comprovar sua fé. Mas de fato também foi violento como noutros países.

Portanto, apesar de muitos pagãos terem morrido, sua cultura e tradição, mesmo que enfraquecida, permanece até os dias atuais, em práticas casuais do dia a dia que mostram a influência dessa mitologia presente ainda no seio dos descendentes dos

---

<sup>13</sup> Santo Olavo para os cristãos, considerado um mártir da Igreja Católica.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

vikings, e aos pouco vêm crescendo novamente as práticas nórdicas de adoração a Thor e a Odin, principalmente na Suécia. Acredito que não voltará com a força de outrora, e que se manterão em apenas eventos de datas comemorativas, em grupos pequenos, chamados de seitas.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**Referências bibliográficas**

BIRRO, Renan Marques. *Rex perpetuus Norvegiae: A sacralidade régia na monarquia norueguesa e a santificação de Óláfr Haraldsson (c.995-1030) à luz da literatura nórdica latina e vernacular (sécs. XI-XII)*. Niterói: [s.n.], 2013.

BIRRO, Renan Marques. *Uma história da Guerra Viking*. Vitória: DLL/UFES, 2011.

FAULKES, Anthony. *A new introduction to Old Norse, part II*. London: Viking Society for Northern Research, 2007.

GRAMMATICUS, Saxo. *Gesta Danorum (Historia Danesa)*. Libros I – IV. Valencia: Ediciones Tilde, 1999.

GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. *A ideia de paganismo de Adam de Bremen em suas Gesta Hammaburgensis*. São Paulo: Calamus 1, 2017.

GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. *O INÍCIO DA MISSÃO CRISTIANIZADORA DA ESCANDINÁVIA E SUA INTERPRETAÇÃO NAS GESTA HAMMABURGENSIS DE ADAM DE BREMEN*. São Paulo: Revista Signum, 2016, vol. 17

LINDOW, John. *Norse mythology: a guide to the Gods, Heroes, Rituals, and Beliefs*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MEDEIROS, Elton O. S. *Hávamál: tradução comentada do Nórdico Antigo para o português*. São Paulo: Mirabilia 17 (2013/2), p. 591-592.

TOLKIEN, J.R.R. *Beowulf: uma tradução comentada, incluindo o conto Sellic Spell*; editado por Christopher Tolkien. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

TOLKIEN, J.R.R. *Árvore e folha*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

1.320

SIMPÓSIO TEMÁTICO 26

FIGURAÇÕES DO TEMPO E

CIDADES: Narrativas, Sensibilidades e

História

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**A LÍNGUA DE MH E AS RELAÇÕES INTERATIVAS DE ACORDO COM A  
ECOLOGIA DA INTERAÇÃO COMUNICATIVA**

Cleber César da Silva

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objetivo analisar a interação comunicativa de MH, uma ouvinte, que por problemas de saúde faz uso de uma língua mista. O recorte teórico que dá sustento a nossa pesquisa é a Ecolinguística, mais precisamente a Ecologia da Interação Comunicativa. No decorrer fazemos uma breve discussão de língua de acordo com a visão da Ecolinguística. O método de pesquisa é um estudo de caso, numa abordagem qualitativa a vista da análise linguística. Por fim, observamos que MH, faz uso de uma língua mista (oralizada e gestual), que faz referência com o ambiente em que a mesma está inserida, desta forma, ela cumpre com algumas regras interacionais e estabelece relações com uso das regras sistêmicas.

**Palavras-chave:** Ecologia da Interação Comunicativa. Análise Interativa. Língua de MH.

## 1 INTRODUÇÃO

A língua é comunicação, é com essa premissa da Ecolinguística que tomamos como ponto de partida para justificar a nossa pesquisa. Pois, de acordo com os estudos que envolvem a língua e o meio ambiente em que a população está inserido, e que faz uso para proceder com a interação.

A linguagem humana é sobretudo interação e não pode, pois, ser explicada apenas em termos de sua estrutura semântica e formal, mas também deve-se analisá-la em sua função social. Desta forma, o desenvolvimento linguístico e intelectual do indivíduo caminham juntos, pois ambos são a base da abstração e categorização, pois “toda língua reflete as condições da sociedade e do círculo cultural que se fala” (ANDRADE, 2010, p. 99).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

De acordo com Couto (2007) em todo ecossistema, o que prevalece são as inter-relações. E, no ecossistema da Ecologia Integral da Língua, chamado também de Comunidade, a interação mais comum é construída pelos atos de interação comunicativa, que formam a subecologia intitulada de Ecologia da Interação Comunicativa (EIC). Nesta perspectiva é que se insere esta pesquisa.

É no ato da interação comunicativa, que a língua se manifesta, e nesse processo que se constata a interação do indivíduo com outros, isso se dá em um ambiente, desta forma, se estabelece as relações entre L(íngua) – P(opulação) – T(erritório). E, ao fazer essa relação observamos que o meio ambiente da língua é de natureza tríplice: natural, mental e social. E, com isso, para uma interação efetiva e que estabeleça uma boa comunicação é necessário buscar na EIC e no fluxo interlocucional, as regras interacionais e as sistêmicas.

## **2 A ECOLOGIA DA INTERAÇÃO COMUNICATIVA, PRINCÍPIO DA ECOLOGIA LINGUÍSTICA**

A Ecologia Linguística/Ecolinguística é uma disciplina relativamente nova em nossa área de pesquisa, que vem sendo explorada por alguns estudiosos brasileiros e ganhando espaço com pesquisas em nível internacional, e, tem como princípio estudar as relações de língua e meio ambiente. De acordo com Couto (2014), foi nos anos noventa que iniciou o que hoje se chama de Ecolinguística. Com base na Ecologia Biológica, tendo como conceito central no ecossistema, que consta de uma população de organismos e suas inter-relações com o meio ambiente o qual estão inseridos, o importante para a Ecologia são as inter-relações, tanto entre os membros da população quanto entre eles e o meio. Desta premissa, entendemos os conceitos basilares da Ecolinguística, “o primeiro

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

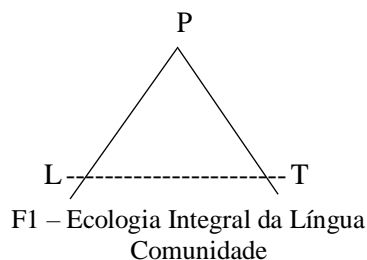
*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

tipo de inter-relação corresponde à interação linguística ou comunicação, enquanto que o segundo equivale à referência” (COUTO, 2014, p. 46).

E, buscamos em Couto (2014, p. 46), informações precisas acerca da Ecolinguística e seus conceitos,

A primeira pergunta que devemos fazer é sobre quais são os equivalentes linguísticos dos quatro conceitos ecológicos, além dos dois já vistos. Melhor dizendo, quais são os conceitos centrais da Ecologia Linguística, ou Ecolinguística. Vejamos a opinião do leigo. Sempre que ele se defronta com o nome de uma língua de que nunca ouvira falar, a primeira pergunta que faz é que povo a usa. Diante da resposta, ele pode querer saber onde (território) esse povo se encontra. Ora, o povo (P) é igual à população biológica, enquanto que o habitat se equipara ao seu território (T). Quanto à língua (L) é equiparável às inter-relações, uma vez que, para o interacionismo, ela é constituída basicamente inter-relações, por interações. O todo formado pelo povo, vivendo em seu território e usando a própria variedade linguística é o ecossistema linguístico, às vezes também conhecido como comunidade (comunidade de língua e comunidade de fala). Ele é o ecossistema fundamental da língua, também chamado de ecossistema fundacional da língua.

Assim, usamos a imagem F1 (abaixo), como forma de representação, para justificar a resposta do leigo na cita anterior. E, desta forma podemos observar que na triangulação, a população está intermediando as relações entre língua e território, posto isso, não é prudente dissociá-los, pois juntos formam o que hora denominamos de ecossistema linguístico, ou comunidade.



De acordo com o Ecossistema Integral da Língua, a língua está contida nos três meio ambiente: i) meio ambiente natural; ii) meio ambiente mental e iii) meio ambiente



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

social. Os aspectos exoecológicos (externos a língua) e endoecológicos (internos a língua) são necessários para a Ecolinguística e seus desdobramentos, enquanto disciplina e constituinte da interação, pois só ocorre no processo de  $L \rightarrow P \rightarrow T$ . Dessarte a isso, constatamos que:

O verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos. A língua existe somente nas mentes de seus usuários, e só funciona relacionando esses usuários uns aos outros e à natureza, isto é, seu meio ambiente social e natural. (...) A ecologia da linguagem é determinada primordialmente pelo povo que a aprende, usa e transmite a outros (HAUGEN, 2016, p.58).

Assim, o ecossistema da língua, se dá em: i) natural, a língua do ponto de vista natural (articulatório, biológico, proxémico, cinésico, paralinguístico) da comunicação, o meio ambiente é o lugar de interação da língua  $P_1, T_1$ ; ii) mental, a língua é do ponto de vista mental (mente, cérebro), o meio ambiente mental da língua:  $P_2, T_2$ ; iii) social, a língua é do ponto de vista social (como fenômeno social), o meio ambiente social da língua:  $P_3, T_3$ . A partir das relações que integram os ecossistemas da língua: natural, mental e social, surge o Ecossistema Integral da Língua (Comunidade), onde observa-se as comunidades de Língua e de Fala.

É no Ecossistema Integral da Língua, que nasce a Ecologia da Interação Comunicativa (EIC), pois um dos componentes mais importantes da linguística ecossistêmica é a ecologia da interação comunicativa. Visto que há a necessidade dos membros de uma dada comunidade se interagirem. Contudo,

Na Ecolinguística, como vimos, o *hablar* de Coseriu é chamado de atos de interação comunicativa, que fazem parte de um todo denominado ecologia da interação comunicativa. Esta vai muito além do modelo fechado do circuito da fala de Saussure e dos engenheiros da comunicação. Ela inclui não só falante, ouvinte e mensagem, mas também todo o contexto em que a interação entre os dois primeiros se dá (COUTO, 2014, p. 47).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

No contexto da Ecolinguística, o modelo da Ecologia da Interação Comunicativa, o fluxo interlocucional. A interação comunicativa se dá em uma alternância entre a solicitação de um membro (p<sub>1</sub>) da população e do atendimento por outro (p<sub>2</sub>), isso se dá no fluxo interlocucional (diálogo). E, para que a interação comunicativa seja positiva, é necessário que F e O entrem em comunhão, estejam em sintonia e sejam capazes de abrir, manter e fechar o canal de comunicação (COUTO; COUTO; BORGES, 2015).

E, é no processo da interação comunicativa, que a partir de EU, TU, ELE (1 e 2), que todas as pessoas do discurso (pronomes) emergiram. Assim, estabelecendo essas relações é que se explica a origem da língua na EIC, e, ao relacionar isso, surge a necessidade de P em se situar em T e fazer referência o que está a sua volta, ou, ao que tenha a necessidade de fazer qualquer relação, desta forma, explica o surgimento, do vocabulário na EIC, que são os dêiticos, pronomes, nomes e outros.

É na continuidade da interação comunicativa, na convivência e a multiplicação dos atos interacionais, que aumentam também as próprias necessidades comunicativas. Assim, é perceptível que muitos itens lexicais emergem da EIC, praticamente como tudo na língua emerge do meio ambiente, via EIC. É na base da interação, que surgem as necessidades da comunicação entre os membros da comunidade, e assim:

A interação comunicativa parte do primeiro tipo de interação, motivo pelo qual sua denominação mais comum é **comunicação**. Mas, como comunicação sobre alguma coisa, que é a **referência** (interação indivíduo-mundo), esse segundo tipo de interação também faz parte da comunicação. A interação comunicativa, por seu turno, pressupõe (a) um **falante**, (b) um **ouvinte**, (c) um **assunto** de que falam, um conjunto de hábitos interacionais que chamamos de **regras** (interações e sistêmicas) e (d) um **cenário** em que a interação se dá. Isso constitui a **ecologia da interação comunicativa** (COUTO; COUTO; BORGES, 2015, p. 109. Grifos dos autores).

Muitos são os itens lexicais que emergem da EIC. Com isso, os “pronomes” que fazem parte da maioria das línguas. Os outros itens lexicais vão surgindo à medida que a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

interação entre F e O o requeira, o que significa que os aspectos e fenômenos do meio ambiente recebem nome quando necessário para orientar a interação entre os membros da comunidade. Com a necessidade de se comunicar vão surgindo o nome das coisas que substitui os pronomes, e com a ação surge os verbos, as demais categorias surgem mais tarde na língua: adjetivos, advérbios, preposições e conjunções. E, é nas regras interacionais que estão as regras sistêmicas, que estabelecem as relações sistêmicas da língua. Desta forma, vale ressaltar que:

O falante é um indivíduo qualquer ou pessoa (p1) da população (P), enquanto que o ouvinte é outro indivíduo qualquer ou pessoa (p2) de P. o início da interlocução se dá quando p1, como falante (F), faz uma solicitação a p2, que, nesse momento é ouvinte (O), e, em geral, dá uma satisfação ou **atendimento** a essa solicitação (COUTO; COUTO; BORGES, 2015, p.110. Grifo dos autores.)

Ainda, com a continuidade da convivência e a multiplicação dos atos de interação comunicativa, aumentam também as próprias necessidades comunicativas. Surgem também a necessidade de raciocínio, de combinação de pensamentos. É nesse momento que começa a imergir a sintaxe. O importante a reter é que a sintaxe emerge por motivos de clareza na comunicação, ela é que estabelece a relação das palavras, ela nasce na EIC. Assim, a sintaxe existe para o entendimento, para a eficácia da interação comunicativa.

Ainda, no contexto da sintaxe via EIC, tem-se a necessidade de utilizar algumas classificações e especificações no ato do processo comunicacional, surgindo aí os dêiticos, que designam os elementos no contexto da comunicação; os nomes que vieram para substituir os pronomes; os adjetivos que surgem com a necessidade de diferenciar especificar as palavras; os verbos para designar as ações.

## 2.1 As regras interacionais e regras sistêmicas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O fluxo interlocunional (diálogo) da Ecologia da Interação Comunicativa depende das regras interacionais e sistêmicas, bem como dos aspectos da paralinguagem, que se interseccionam com as regras interacionais.

As regras interacionais não podem ser infringidas, pois se isso ocorrer não irá acontecer o processo de comunicação e interação entre falante e ouvinte, pois ocorre consequências negativas e até mesmo sanções sociais a quem comete. As 15 regras interacionais vão desde a relações de posicionamento no ato de fala, tomada de turno, o tom de voz até o processo de entendimento do enunciado. Por fim, na regra 15 se constitui as Regras Sistêmicas, e, nela que é observada a gramática da língua, essas regras podem e são infringidas constantemente. Nesse contexto, cabe mencionar que para a Ecolinguística, errado é o que causa sofrimento a alguém.

De acordo com Couto; Couto; Borges (2015, p. 118)

A língua como sistema (gramática) é apenas mais um dos componentes da interação comunicativa, e não o mais importante. Antes das regras sistêmicas é necessário haver dois interlocutores, um o cenário (contexto) e regras interacionais. As regras sistêmicas não são mais do que uma parte dos hábitos interacionais. Aquilo que chamamos até certo ponto inadequadamente de “língua”, na verdade compreende (a) cenário, (b) interlocutores (F, O), (c) hábitos interacionais, no interior dos quais é necessário destacar as (c’) regras sistêmicas. A esmagadora maioria das demais teorias linguísticas chamam apenas (c’).

No quadro que segue trazemos as regras interacionais e sistêmicas, de acordo com os estudos realizados no âmbito da Ecolinguística, as quais são fundantes na análise dos dados desta pesquisa.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**Tabela 1** – Regras Interacionais e Sistêmicas.

Regras Interacionais (RI) e Regras Sistêmicas (RS)	
01	F e O ficam próximos um do outro; a distância varia de uma cultura para outra ou conforme as circunstâncias.
02	F e O ficam de frente um para o outro.
03	F e O devem olhar para o rosto um do outro, se possível para os olhos.
04	F deve falar em um tom de voz mediano: alto demais será agressivo; baixo demais, inaudível.
05	A uma solicitação deve corresponder com uma satisfação.
06	Tanto solicitação quanto satisfação devem ser formuladas em um tom cooperativo, harmonioso, solidário, com delicadeza.
07	A solicitação deve ser precedida de algum tipo de pré-solicitação ( <i>por favor, oi</i> etc.).
08	A tomada de turno: enquanto um fala, o outro ouve.
09	Se o assunto da interação for sério, F e O devem aparentar um ar de seriedade, sem ser sisudo, carrancudo; se for leve, um ar de leveza, com expressão facial de simpatia (leve sorriso, se possível); a inversão dessas aparências pode parecer antipática, não receptiva etc.
10	F e O devem manter-se atentos, “ligados” durante a interação, sem distrações, olhares para os lados.
11	Durante a interação F e O de vez em quando devem sinalizar que estão atentos, sobretudo na interação telefônica, que ainda “estão na linha”.
12	Em geral, é quem iniciou a interação que toma a iniciativa de encerrá-la; o contrário pode ser tido como não cooperativo, não harmonioso.
13	Adaptação mútua: F deve expressar-se como acha que O entenderá e O interpretará o que F disse como acha que é o que ele quis dizer.
14	O encerramento da interação comunicativa não deve ser feito bruscamente, mas com algum tipo de preparação; quem desejar encerrá-la deve sinalizar essa intenção ( <i>tá bom, tá, é isso</i> etc.).
15	Regras Sistêmicas – auxiliares no processo de interação comunicativa (parte gramatical das sentenças).

**Fonte:** adaptado de Couto; Couto; Borges (2015).

As regras apresentadas fazem parte do processo de interação comunicativa dos interlocutores, então, elas são basilares para uma comunicação eficaz, de forma a colocar os membros de uma dada comunidade em constante comunhão. E, por fim, de acordo



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

com Couto (2007), verifica-se que a comunicação é tipo de adaptação. O falante se adapta ao ouvinte que, por seu turno, se adapta ao falante. Ambos se adaptam ao meio ambiente e procuram adaptar o meio ambiente em si. E, nesse excerto, nos referimos da importância das regras interacionais e sistêmicas no processo de Comunhão/Comunicação.

### **3 UMA DISCUSSÃO ACERCA DE LÍNGUA NA VISÃO ECOLINGUÍSTICA**

Desde os tempos iniciais a língua era pensada como interação/comunicação, isso já com os pensadores gregos (precursores da Ecolinguística). Heráclito (540 – 470) com o método dialético, via a língua como algo em eterna mudança, para a Ecolinguística seria a visão de que ela seria dinâmica e existiria na interação entre as pessoas, assim, reside a origem da ideia ecológica. Sócrates (470 – 399), com o método maiêutica, procura a verdade por meio de investigação (perguntas), que fazia o outro chegar a verdade, desta forma, a língua, também, é interação/comunicação.

Na idade moderna, Helder (1744 – 1803) associou língua e povo (L – P), a língua é uma criação humana, L – P formam uma unidade, pois L é parte da identidade de P e criada do mesmo modo e há semelhança entre as línguas do mundo. Humboldt (1767 – 1835), também, associou língua a nação. Para ele a língua era dinâmica, estava sempre evoluindo, é parte do gênero humano e cada povo tem suas especificidades, mas os povos todos do mundo são feitos no mesmo molde. Ambos estudiosos antecipam a ideia de que a língua é antes de tudo interação.

Além de conter ideias de Helder e Humboldt, a hipótese Sapir-Whorf, baseada em Edward Sapir (1884 – 1939) e Benjamin Lee Whorf (1897 – 1941), apresenta uma versão radical e outra moderada: i) a radical afirma que nossa visão de mundo é determinada pela nossa língua e só vemos no mundo aquilo que temos palavra (P – L – T); ii) a versão moderada da hipótese é aceitável pela ecolinguística, tendemos a ver aquilo para que temos nome.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Já na Europa, outros estudiosos antecipariam a Ecologia da Interação Comunicativa (EIC): i) Bakhtin via a língua como dinâmica, interação e sempre evoluindo, o núcleo da língua está na interação verbal; ii) para Coseriu a língua é antes de tudo “fala” e está sempre mudando, uma definição aceitável pela ecolinguística é em vez de ser “um conjunto de regras para formar frases para a comunicação” a língua é “o modo tradicional de pessoas da comunidade comunicarem entre si”; Benvenisti, propôs a “teoria da enunciação” que, segundo ele, é mais importante do que o “enunciado” (frase, estrutura), a teoria da enunciação antecipa a EIC da Ecolinguística.

Para tanto, Sapir (1884 – 1939), quem primeiro associou língua e meio ambiente, mas o pai da Ecolinguística é Haugen (1906 – 1994), que a define, o estudo das interações que se dão no ecossistema linguístico. Fazer essa retomada dos estudos que envolvem língua desde os pensadores gregos é elementar para concretizar os estudos ecolinguísticos, pois em suas bases a língua é interação/comunicação e suas relações estão em L – P – T, uma língua não tem como existir sem um território, e mais, a mediação entre L – T é via população, P.

A língua no contexto sócio-histórico-cultural nada mais é que o resultado de um processo histórico, um produto revelador da cultura de uma dada comunidade (CÂMARA JR, 1975). Em seus estudos, Paula (2007) menciona que a língua é um metassistema, ela “não é só objeto; ela é, nas relações sociais mais diversamente possíveis, também instrumento de investigação distinto que ajuda a entender os outros sistemas sociais” (PAULA, 2007, p. 90). Posto isso, convém rever alguns conceitos que remetem à face social da língua, seu caráter eminentemente social, mais condizente com o recorte epistemológico feito por Saussure (2008, p. 17):

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

De acordo com Fiorin (2013, p. 17), “a língua não é um sistema de mostraçõ de objetos, porque permite falar do que está presente e do que está ausente, do que existe e do que não existe, porque possibilita até criar novas realidades, mundos não existentes.” A língua é um produto social e por meio dela se criam e recriam realidades, podendo então se justificar as práticas sociais por meio de atos linguísticos.

Sapir (1980) ressalta a estreita ligação entre língua e território, e suas relações com a cultura, já que, para o autor:

Toda língua tem uma sede. O povo que a fala, pertence a uma raça (ou a certo número de raças), isto é, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. Por outro lado, a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado por práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas (SAPIR, 1980, p. 165).

O autor, ainda nos revela, que “toda língua está de tal modo construída, que diante de tudo que um falante deseje comunicar, por mais original ou bizarra que seja a sua ideia ou a sua fantasia, a língua está em condições de satisfazê-lo” (SAPIR, 1969, p. 33). É nessas condições de satisfazer ao falante ou à comunidade que ele pertence, que a língua se justifica como interação, e, mais, ela se configura no tempo e é capaz de transmitir de gerações a gerações, através de atos linguísticos, as manifestações culturais e realidades sociais. O autor vai além, chega a comparar a língua com arte, “a língua é a arte mais ampla e maciça que se nos depara, cúmulo anônimo do trabalho inconsciente das gerações” (SAPIR, 1980, p. 172), pois ela é criação humana, nesta cita podemos perceber a presença marcante de P sobre L e T.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

E, ainda, nos é revelado pelo mesmo autor, a cultura está nitidamente no léxico da língua, e este pode ser considerado como todo o conjunto de ideias, interesses e ocupações que abrangem a atenção da comunidade. Assim,

O estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam; e, ainda mais, que o aspecto relativamente transparente ou não-transparente do próprio léxico nos permite deduzir o grau de familiaridade que se tem adquirido com os vários elementos do ambiente (SAPIR, 1969, p. 49).

É possível ressaltar que o léxico da língua contém um recorte da realidade feito à sua maneira, que revela visões de mundo. Os elementos culturais que matizam, dão o colorido de significação ao léxico, mostram de diferentes maneiras as relações que ambas, língua e cultura, têm com o ambiente, seja físico ou social, pois toda complexidade dessa inter-relação pode ser anunciada e enunciada no uso da linguagem.

Segundo Sapir (1969) a linguagem possui o papel de produzir e organizar o mundo mediante o processo de simbolização. Contudo, a realidade é mostrada por meio da linguagem, o que significa dizer que não há mundos iguais, visto que não há línguas iguais. De acordo com estas observações, cabe ressaltar o relativismo linguístico, “Hipótese de Sapir-Whorf”, a linguagem determina a forma de ver o mundo, e consequentemente, de se relacionar com esse mundo. De acordo com Couto (2007) em relação entre língua e meio ambiente mental, o que vem primeiro à tona são as relações entre língua e pensamento, desta forma a ecologia linguística aceita a tese de a teoria da relatividade linguística, que afirma que nossa língua de certa forma direciona nosso modo de ver o mundo, embora não de maneira mecânica.

Essas premissas acerca da língua, vem elucidar o que a Ecolinguística propõe, a língua é comunicação, pois é por meio dela que acontece todo o processo de interação e nela que estão as regras interacionais e sistêmicas. O conceito geral de L como sendo o modo de os membros de P interagem entre si no território T em que convivem (COUTO,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

2007). Nesse contexto, nos vale observar a preocupação de Garner (2004) em estudar a língua ecologicamente, acarando a língua como um elemento natural e pertencente a humanidade e intrínseco aos processos de comunicação, de comunidade, de sociabilidade e da cultura.

No âmbito da Ecolinguística, a língua é parte do ecossistema L (língua) – P (população) – T (território), e para que exista L, é necessário que pré-exista um T em que P viva e conviva. E, com a necessidade de interação entre a população é que acaba emergindo a língua. Tudo em L tem a ver com as inter-relações mantidas pela população (seus membros, inclusive seus cérebros) e com o território em que ela vive (COUTO, 2007). Assim, ratificamos que

A língua só pode ter emergido de tentativas de comunicação, vale dizer, na interação indivíduo-indivíduo. Além disso, a língua só vive nos atos de interação comunicativa. Só se pode dizer que ela está viva enquanto é usada em atos de interação concretos, logo, adaptando-se às novas necessidades comunicativas de seus usuários, e, com isso, transformando-se (COUTO; BORGES, 2015, p.110).

As transformações ocorridas na língua só podem ser feitas, porque a população necessita disso, bem como traz consigo as necessidades de comunicação, nomeação, nesse processo, podemos mencionar a lexicalização, que é recorrente e auxilia nessas necessidades de comunicação, interação e nomeação, juntamente, com a EIC, que é um dos componentes importantes da ecologia linguística. E, com vistas nisso,

Não podemos ter a pretensão de abordar a dinâmica e a evolução da língua ecologicamente sem incluir FALANTE como o fator ecológico externo mais direto, uma vez que ele/ ela provoca variação na língua emergente, sempre em evolução, além de participar de: 1) a propagação ou eliminação de variantes mediante as seleções que ele/ela fazem entre as variantes em competição (sejam elas línguas ou traços linguísticos); 2) a emergência de novas normas; e 3) às vezes a emergência de novas variedades. Os falantes agem no âmbito de estruturas populacionais específicas, as quais limitam com quem (não) podem interagir quotidianamente e quando (não) acomodar-se às práticas de



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

outros falantes e, com isso, convergir com elas ou divergir delas (MUFWENE, 2016, p. 483).

Doravante, a evolução e variação da língua está presente no seio da comunidade, pois o membro da população que faz uso recorrente da língua, necessita de se interagir com outros membros, e muitas das vezes é necessário se adequar ao ambiente que está inserido, e se não se adequar a ele, pode haver a não comunicação ou não estar em comunhão com os outros membros, isso até mesmo com a quebra das regras interacionais. Contudo, a língua é reflexo de tudo isso, já que ela pertence aos ambientes natural, mental e social do falante/ouvinte.

#### **4 O CONTEXTO, SUJEITO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

A linguística tem a língua como seu principal objeto de estudo, a qual é produto da experiência acumulada historicamente na cultura de uma sociedade. A língua é ecologicamente comunicação, é produzida e determinada socialmente, por membros de uma dada comunidade que necessitam se interagir em um ambiente, e nesse ambiente, os membros necessitam referenciar o que dele e nele existe. Ademais, é um importante símbolo da identidade de um grupo. E, é no comportamento linguístico de uma dada comunidade, que se reflete a busca de aprovação social ou a acentuação de diferenças (COSERIU, 1977). É por meio da língua, enfim, que um indivíduo adquire a cultura e a própria língua do lugar em que vive, já que

A função básica da Linguística é o estudo direto da 'língua viva e falada', por observação e análise objetiva de seus fenômenos, postas de lado todas as forças e influências que se manifestem muitas vezes através dela, e todos os antecedentes que possam ter dado origem ao estado atual (MAURER JR., 1967, p. 30).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

É na conjuntura de a língua ser objeto de estudo e interação/comunicação de membros de uma dada comunidade. Então, justifica tomarmos como objeto de estudo nesta pesquisa, a língua falada de MH, uma ouvinte, que faz uso de uma língua mista (oralizada e gestual), devido a um problema de saúde na infância a parte cognitiva foi afetada e não desenvolvendo a fala por completo, ela cria seus próprios sinais para se comunicar com outros membros que estão a sua volta.

O sujeito de nossa pesquisa, é do sexo feminino, tem 48 anos, mora no interior do estado de Goiás, com sua família (mãe e irmãos), ela está inserida na comunidade de fala ouvinte e seu convívio é com pessoas da comunidade a que pertence (família, vizinhança e igreja). MH não é alfabetizada, mas frequentou uma escola para pessoas com necessidades especiais, isso depois de adulta, o que então pode evidenciar o seu não êxito, já que no ambiente ocorreu a distorção idade e série escolar.

A nossa pesquisa no que tange a parte metodologia, vamos ao encontro do que as pesquisas ecolinguísticas tem feito e de acordo com Couto (2017) a ecometodologia pode ir nas duas direções, partindo preferencialmente da empiria e indo na direção da teoria. E assim, esta pesquisa se justifica como um estudo de caso, que é específico, e por hora particular nosso. Tomaremos uma abordagem qualitativa, apenas de análise linguística de acordo com a Ecolinguística, na subecologia da Ecologia da Interação Comunicativa, mais precisamente no fluxo interlocucional e as regras interacionais e sistêmicas.

Desta forma, vale justificar em relação a metodologia, que:

Ao se realizar uma avaliação das propostas de metodologia para a ecolinguística, a que se apresenta como mais apropriada é a multimetodologia (COUTO, 2013), também conhecida como ecometodologia, ao ser adaptada à abordagem ecológica da linguagem. Tal avaliação se justifica por diversos fatores, sendo os principais algumas falhas encontradas nas demais propostas discutidas neste trabalho (ALBUQUERQUE, 2015, p.138).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

De acordo com essa alegação, as etapas da pesquisa foram divididas da seguinte forma: i) definição do tema da pesquisa e levantamento do *corpus*, que foi realizado por meio de observações e gravação do fluxo interlocucional de MH com os membros que convive; ii) levantamento do referencial teórico que dá suporte a pesquisa; iii) análise do *corpus* e escrita do texto final, com os resultados obtidos. E, por fim, esperamos que esta pesquisa possa contribuir com os estudos ecolinguísticos, no que concerne à Ecologia da Interação Comunicativa. No decorrer procedemos com a análise dos dados.

## 5 A LÍNGUA DE MH E O PROCESSO DE INTERAÇÃO

A Ecologia da Interação Comunicativa, parte da interação, a qual é a base da comunicação, assim, estabelece para que ocorra o fluxo interlocucional (diálogo), é necessário de elementos básicos, como já anunciara Jakobson com a função fática (funções da linguagem/elementos da comunicação), a referência, é o processo de interação entre o indivíduo e o mundo. Nesse processo interacional, presume-se a um falante e um ouvinte; um assunto de que falam; os hábitos, que são chamados de regras, pois estabelecem relações importantes para uma boa comunicação; e, por fim, um cenário, o qual podemos compreender como o ambiente onde se dá todo o processo de interação entre os indivíduos.

A partir disso, nesta pesquisa trazemos o recorte de um diálogo de MH, com sua mãe e avó, o qual é a nossa base de análise, que fazemos neste tópico. Para situar, o assunto que se referem é sobre uma estrutura de madeira construída para apoiar uma pedra de mármore, ou seja, uma mesa. Segue abaixo o fluxo interlocucional (diálogo).

**MH – Si, Si, issu qui?**

Avó – Isso aí foi seu ti Pedo que fez isso e pois um pezinho embaixo.

**MH – A mãe, a inha qui ó.**

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Mãe – Eu tava aqui fazeno a novena das mãos insanguentadas [...] eu tava aqui fazeno e minha biblinha tá rasgada.

Avó – Agora sua tia Jeroma que qui seu ti Pedo faz uma pra ela.

**MH – A inha, eim?**

Mãe – Fazê o que?

Avó – Esse trem aqui ficou bom, a pedra ficou mais firme.

Mãe – Ah, nem vi que a senhora pois issu aqui.

**MH – Essi qui vó?**

Avó – Issu aqui ficou em 153 reais.

Mãe – Se ele fizesse issu aqui ele ganhava dinheiro, né?

Avó – Ele disse que agora vai experimentá fazê umas cadeira.

Mãe – Essa aqui era bom fazê umas cadeira pra ela.

**MH - Ou, uma raiva titiu, titiu ó.**

[...]

O diálogo é constituído por três membros, mas o que nos interessa é apenas um desses, que é MH, a qual iremos analisar o seu processo de interação a partir das regras interacionais e sistêmicas, que fazem parte do fluxo interlocucional, estudado na EIC. O que no decorrer nos chama atenção, é que MH sempre faz uma solicitação e espera uma satisfação, e quando percebe que isso não irá ocorrer, ou poderá demorar, eleva o tom de voz, a princípio ela viola uma regra interacional, a de número 04 (F deve falar em um tom de voz mediano: alto demais será agressivo; baixo demais, inaudível).

Os atos de interação comunicativa, segundo Couto (2007), se dão na EIC e contam das relações entre os interlocutores que se encontram juntos em um dado contexto. Aqui, referimos, ainda, no momento em que MH faz um assalto ao turno de fala, Couto; Couto; Borges (2015, p. 112) mencionam que “assalto ao turno, quando alguém toma a palavra

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

sem esperar sua vez, frequentemente sobrepondo-se à fala de outrem.” Neste ato, *Avó – Isso aí foi seu ti Pedro que fez isso e pois um pezinho embaixo./ MH – A mãe, a inha qui ó.* Ela faz um assalto ao turno, infringindo a regra interacional 08 (a tomada de turno: enquanto um fala, o outro ouve.).

A língua de MH é mista, como já mencionada, se constitui em oralizada e gestual, gestos criados por ela mesma, mas que fazem referência a ação que quer designar, no ato “*MH - Ou, uma raiva titiu, titiu ó.*”, ela conta que ficou com raiva do cachorro, por que o mesmo comeu a perna de sua cadeira, o *ó* designa na oração a ação do cachorro em comer a perna da cadeira e nesse instante ela faz o gesto com a mão de comer (abrindo e fechando a mão). Ainda, o termo *ou* usado por ela no início da oração é para chamar a atenção de alguém, assim, a regra 10 (F e O devem manter-se atentos, “ligados” durante a interação, sem distrações, olhares para os lados.), é infringida por um dos membros que faz parte do fluxo interlocucional.

É interessante, que em outro momento MH infringe a regra interacional 13 (adaptação mútua: F deve expressar-se como acha que O entenderá e O interpretará o que F disse como acha que é o que ele quis dizer.) “*MH – A inha, eim?/ Mãe – Fazê o que?*”, neste ato a mãe não compreende o que MH quer dizer, isso devido a sua própria língua que é mista, mas a mãe é praticamente a única pessoa que a compreende totalmente, essa relação de não compreensão imediata não ocorre com frequência.

As outras regras interacionais, não são infringidas neste diálogo, já que MH se coloca sempre próxima dos outros membros que falam, está sempre atenta, se vira e olha para quem fala ou com quem quer falar. Por fim, no momento em que as regras são infringidas, MH acaba sofrendo alguma sanção social, ou deixa de ser compreendida, ou é repreendida pela mãe, no caso quando eleva o tom de voz. Isso, já é revelado pelos estudiosos da EIC, que quando as regras interacionais são infringidas o membro da população sofre alguma sanção social por cometer tal ato.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A regra interacional 15, são as regras sistêmicas (auxiliares no processo de interação comunicativa – parte gramatical das sentenças). E, de acordo com Couto; Couto; Borges (2015), a gramática é mais um componente da interação comunicativa, e não o mais importante. Por isso, ela pode ser infringida sem danos sociais, e, sempre acontece, como podemos observar no exemplo retirado do diálogo, “*Avó – Ele disse que agora vai **experimentá** fazê umas cadeira.*”. Ocorreu a quebra da regra, mas não comprometeu o entendimento da mensagem.

As regras sistêmicas, são parte dos hábitos interacionais, no entanto ela é a última regra interacional, e para sua efetivação é necessário todos os componentes que fazem parte do fluxo interlocucional: interlocutores, cenário, referente e assunto. Nessa circunstância, fazemos menção a sintaxe, que foi a última parte a surgir na EIC, pois, emerge por motivos de clareza na comunicação, ela é que estabelece a relação das palavras. De acordo com as regras sistêmicas, tomamos algumas frases ditas por MH, para proceder com o a análise de uso das classes de palavras usadas por ela, mas baseado na relação da sintaxe na visão da EIC.

A mãe a inha qui ó!

Haim...

Essi qui vó?

Titi vó?

Ou, uma raiva titiu, titiu ó.

A inha aham.

Mãe, quele lá

A inha não vó.

A nenê lá, ó.

A essi, a oi?

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

A mãe não nenê, não?

Am mãe?

A inha não, nenê.

Mãe do céu qui tá ó.

A inha não, né. (Eu não, né)

Iiii a inha, tem aqui ó?

Cê, vó?

O pai do céu deitá, ó.

A oi, nenê!

Oua!

Mãe do céu!

A tiu.

Manhê, a inha mar não ó?

Os itens lexicais acabam se emergindo da EIC, com a necessidade de P se situar em T, surge a necessidade de nomear e fazer referência ao que está a sua volta, inclusive dos membros e de si mesmo. Consoante a Petter (2011, p. 11) “a linguagem é relativamente autônoma; como expressão de emoções, ideias, propósitos, no entanto, ela é orientada pela visão de mundo, pelas injunções da realidade social, histórica e cultural de seu falante”.

Assim, MH, usa como pessoas do discurso, *inha* (eu) *nenê*, *oi* (ele) e *cê* (você), percebemos que ela faz uso apenas da primeira e terceira pessoa do discurso. Ainda, é relevante pautar que o uso de dêiticos aparecem em pronomes demonstrativos como *essi* (esse) e *quele* (aquele). O interessante, que ela faz uso recorrente do artigo *o* (*O pai do céu*) ou *a* (*a inha*), antes de um pronome, percebe-se, que está relacionado de acordo com o gênero masculino ou feminino.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Quanto a necessidade do membro de dada comunidade manter a continuidade da interação, surge a sintaxe, e partir daí vão surgindo o nome das coisas que substitui os pronomes, e com a ação surge os verbos, as demais categorias surgem mais tarde na língua: adjetivos, advérbios, preposições e conjunções. MH com a necessidade de se interagir e manter uma comunicação com outro membro que está inserido no mesmo ambiente, cria palavras em um processo de redução ou até mesmo uma outra palavra de acordo com sua necessidade e capacidade humana.

Para designar ação, MH faz uso de alguns verbos, no diálogo ela acaba utilizando apenas dois, *tem* (ter) e *deitá* (dormir) outras ações ela acaba designando por meio de gestos. O que ela não consegue verbalizar utiliza o termo *ó*, acompanhado por algum gesto. E, no processo de nomeação, os substantivos alguns são representados por *titi* (tio), *pai do céu* (Deus), *mãe do céu* (Nossa Senhora e ou igreja) e *tiu* (cachorro).

No entanto, estão presentes no discurso outras classes de palavras, como: advérbio de lugar *qui* (aqui) e *lá*, e, é recorrente o uso do advérbio de negação *não*; conjunção *mar* (mais); expressões interjetivas, *mãe do céu* (quando esquece de algo). Não podendo deixar de mencionar que faz uso de vocativo, sempre que quer chamar algum membro, como o caso de *mãe* e *ou*.

Na interação de MH, consideramos que no contexto de uso de uma língua mista, ela consegue fazer referência ao que está a sua volta e se comunicar de forma satisfatória e compreensiva, dentro de suas possibilidades. Mesmo quando ocorre a quebra de algumas das regras interacionais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne aos objetivos de nossa pesquisa, partindo do conceito de língua, que é comunicação, pela Ecolinguística, que é de onde emerge a Ecologia da Interação

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Comunicativa. Procedemos com a análise do processo interacional/comunicativo de MH, ouvinte que faz uma de uma língua mista (oralizada e gestual), e, nesse ínterim tivemos como primordial, investigar no fluxo interlocucional as regras interacionais e sistêmicas.

Segundo Petter (2011, p. 11) o fascínio que a linguagem exerce sobre o homem vem do poderio que permite não só de nomear/criar/transformar o universo real, mas também da possibilidade de trocar experiências, falar sobre o que existiu, poderá vir a existir, e até mesmo imaginar o que não precisa nem pode existir, e mais, fazer referência ao que está inserido em seu ambiente e tomar aqui para si e estabelecer relações de interação com o outro.

Empunhando como base a língua, na EIC, que por meio dela o indivíduo se comunica com os outros, com a necessidade de continuar o processo de interação e estabelecer uma comunicação contínua, surge também os pronomes e as pessoas do discurso, para referir de si e aos outros; bem como os itens lexicais e a sintaxe, que existe para o entendimento e a eficácia da interação comunicativa.

Ao que tange a nossa pesquisa, as regras interacionais analisadas, por mais que algumas são infringidas, a interação/comunicação de MH é estabelecida com os demais membros que com ela convive, pois eles já tomaram conhecimento do léxico por ela utilizado, seja ele oralizado ou gestual. Assim, por mais que ela sofra qualquer sanção social, devido à quebra de uma ou outra regra, consegui manter o fluxo interlocucional.

Já as regras sistêmicas, por mais difícil que seja, até mesmo para outros membros da população, elas podem ser infringidas sem qualquer dano ou sanção social. MH, faz uso dessas regras, inclusive é perceptível, como mostrado na análise no tópico anterior, no âmbito da sintaxe, SVO, ela faz uso de forma coerente. No momento em que não tem uma palavra para designar a ação/atividade/objeto/pessoa, utiliza um sinal que tenha uma ligação de significado para o que quer expressar.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Por fim, proceder com este estudo acerca da teoria da Ecolinguística, foi fundamental para a compreensão da EIC, de acordo com o que é estabelecido no fluxo interlocucional e nas regras interacionais e sistêmicas, em função do uso de uma língua mista (oralizada e gestual), que é usada por uma ouvinte, MH. E, em nossos estudos não conseguimos encontrar outra pesquisa que tenha a mesma vertente que esta, talvez isso nos impossibilitou de fazer algo tão profundo. No entanto, registramos que outras observações podem e devem serem feitas, com vistas a contribuir com a área dos estudos Ecolinguísticos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Davi Borges. *Palavras iniciais sobre metodologia em ecolinguística*. Via litterae. Anápolis-GO, v. 7, n. 1, p. 131-142, 2015.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: ATITO*. Goiânia-GO: Ed. PUC Goiás, 2010.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. 6ª edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes LTDA, 1975.

COUTO, Hildo Honório do. *A metodologia na linguística ecossistêmica*. 2017. Disponível em: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2017/09/a-metodologia-na-linguistica.html>. Acesso: out. 2017.

COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. *Análise do discurso ecológica – ADE*. Campinas-SP: Pontes, 2015.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

\_\_\_\_\_. *A concordância e a função da linguagem: uma visão ecolinguística.*  
Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro-RJ, n. 46, p. 45-  
77, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente.* Brasília-DF:  
Thesaurus, 2007.

COSERIU, Eugênio. *Princípios de semântica estrutural.* Madrid-Espanha: Gredos,  
1977.

FIORIN, José Luiz. *A linguagem humana: do mito à ciência.* In: \_\_\_\_\_. *Linguística?  
Que é isso?* São Paulo-SP: Contexto, 2013, p. 13-43.

GARNER, Mark. *Language: An ecological view.* Oxford: Peter Lang, 2004.

HAUGEN, Einer. *Ecologia da Linguagem.* In: COUTO, Hildo Honório do. et al. (Org.).  
O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguístico clássicos e  
contemporâneos. Goiânia-GO: Editora UFG, 2016, p. 57-76.

MAURER JR, Theodoro Henrique. *Linguística Histórica.* Alfa Revista de Linguística.  
São José do Rio Preto-SP, v. 11, p. 19-42, 1967.

MUFWENE, Salikoko S. *Ecologia da Língua: algumas perspectivas evolutivas.* In:  
COUTO, Hildo Honório do. et al. (Org.). O paradigma ecológico para as ciências da  
linguagem: ensaios ecolinguístico clássicos e contemporâneos. Goiânia-GO: Editora  
UFG, 2016, p. 473-500.

PAULA, Maria Helena de. *Rastros de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo  
catalano.* 2007. 521f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara,  
Araraquara-SP, 2007.

PETTER, Margarida. *Linguagem, língua, linguística*. In: FIORIN, José Luiz (org.).  
Introdução à Linguística. Volume I. São Paulo-SP: Contexto, 2011, p. 11-24.

SAPIR, Edward. *A Linguagem*. São Paulo-SP: Perspectiva, 1980.

\_\_\_\_\_. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro-RJ: Livraria Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 30ª ed. São Paulo-SP: Cultrix,  
2008.

WHORF, Benjamin Lee. *Language, Pensamiento y Realidad*. Barcelona-Espanha: Barral  
Editores, 1971.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**A CONSTRUÇÃO DE BONITO E O MITO DO SINHOZINHO EM MS**

Layanna Sthefanny Freitas do Carmo<sup>1</sup>

**Resumo:** Essa proposta busca compreender a influência de Sinhozinho, no município de Bonito – MS, na história de fundação da localidade durante 1948. Sua existência é misteriosa e conectada a história local que alterna entre o hostil e o religioso. A problematização permite descobrir se há um mito que produz a realidade desse agente na região. Historicamente ela é formada entre conflitos de poder, bem como o mito e a devoção desse agente no passado em torno de 1940, em um contexto de lutas armadas entre bandoleiros enviados à mando de Getúlio Vargas que já é posterior a fragmentação do Estado de Mato Grosso no Estado novo (1937-1945). O aporte teórico circunscreve a interpretação cultural e política da historiografia mato-grossense em uma abordagem que envolve: passado, presente e futuro, na experiência que identifica as relações rivalizadas entre o período da colonização que se conserva entre os séculos XVI e XVIII, e na transição para o século XX. Em outro momento, o governo de Getúlio Vargas, corresponde a luta entre os bandoleiros armados com uso da resistência mesclada com as devoções dos devotos em Sinhozinho. A metodologia consiste na coleta de dados do campo que está em andamento desde 2017, com a seleção de algumas fontes recolhidas, como: relatos biográficos e imagens. Com os resultados parciais foi possível entender através da escrita local que a formação do município e sua narrativa é fragmentada com a presença de atores políticos, culturais, econômicos e religiosos que deram sentido a história da localidade. A passagem de Sinhozinho é mascarada na fala dos moradores do espaço que se tornaria Bonito na emancipação de Miranda, na década de 1940, relacionada a posse do território rural tensionada por ser um núcleo de fronteira à margem de sensibilidades, afetos, poder e instabilidades.

**Palavras-chave:** Mito; Poder; História Local; Devoção.

**Introdução:**

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista Capes.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

O objeto de estudo neste artigo é referente ao Sinhozinho de Bonito que vem sendo destacado nesta pesquisa que está sendo desenvolvida no mestrado Interdisciplinar em ciências sociais e humanidades, pelo programa de pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). Consiste em compreender a relação entre Sinhozinho e a formação do espaço em que se configurou como Bonito no contexto de 1940, em Mato Grosso. Este é cenário da expansão desta região que foi sendo modificada com as transições econômicas e políticas na extensão da fronteira com o Paraguai, tendo como partida um projeto luso-português ao ampliar a monopolização comercial agrícola da empresa matte laranjeira e no governo federal.

A passagem para a Primeira República (1889-1930) e a mudança para o Estado Novo (1937-1945), foram eventos históricos que dimensionam a tensão entre posseiros, coronelistas e demais autoridades que dividiram espaço com a migração e fixação de povos no território do mato grosso ao conhecer um ícone religioso popularmente chamado de Sinhozinho. Este ocupou as fazendas dos proprietários rurais e propagou o mito para a população local ao não só presenciarem os seus milagres como fazer com que o legado esteja vivo entre essas propriedades, conversas e identificação dos devotos que tem a devoção nesse agente que diversifica o poder religioso e o poder das grandes elites na construção da cidade como reflexo desses acontecimentos.

O mito e o poder na história local ultrapassa a dimensão de uma objetividade acerca de Sinhozinho que é um fenômeno religioso e cultural. Aquilo que não pode ser dito na totalidade, mas carrega uma essência que transcende o entendimento do povo, entra na história não só como uma narrativa importante, mas como uma força e poder divino capaz de afastar os perigos malignos e confortar as almas que padecem de seus milagres e sentidos sociais. Por tudo isso, o poder religioso é um motivador que aproxima os atores coletivos do fenômeno e o assume como protagonista da construção de Bonito na mítica de sua legitimação real entre os narradores.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**1- Mato Grosso: Usos do Passado Histórico na Formação do Distrito da Paz de Bonito**

A história que construiu Mato Grosso perpassa um caminho conflitivo em que as elites portuguesa e espanhola, lutaram pela posse do território durante o processo histórico da colonização e expansão das frentes pioneiras que mobilizaram o lugar que seria configurado como Mato Grosso entre os séculos XVI e XVIII. Nesse sentido, o poder e a busca pelas riquezas foram marcas evidentes do período mineratório em que se deu as expedições pelos sertões que se transformaram em terras demarcadas entre as realzas na frente de povoamento. Sendo assim, Corrêa diz o seguinte:

O deslocamento de um grande contingente populacional para Mato Grosso, no segundo decênio do século XVIII, foi resultado da rápida propagação da notícia da descoberta de ouro na região. Era composto, em sua quase totalidade, por indivíduos que procuraram obter o que lhes fora negado na terra de origem: a riqueza. Deste confronto posse da terra versus natureza resultou não só numa nova expressão de violência, como também numa sociedade com características instáveis e com intensa mobilidade (CORRÊA, p.58, 2009).

Observa-se que a descoberta do ouro foi o principal atrativo para a mistura de culturas e fins comerciais que promoveram a movimentação de pessoas que chegaram movidas pelo sentimento de que o local tinha atrativos econômicos para que pudessem explorar as minas durante as expedições bandeiristas. A instabilidade dessas terras é uma amostragem que aponta o clima invasivo e os reflexos da hostilidade na chegada e saída desses sujeitos impulsionados pelas suas impulsividades estrategistas na ambição e no forjar das relações ligadas ao capitalismo. É interessante observar que a discussão pautada sobre a colonização enquanto ocupação com seus fins comerciais e habitacionais objetivando a fundação de cidades que se tornaram projeções políticas e culturais é abordado em Nars Chaul (2004).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Este é um dos estudiosos que pesquisou o sertão do interior de Goiás e as bandeiras empreendidas por grupos que se formavam entre viagens e a concretização material do lugar nas margens dos rios e na existência de um mito religioso fundador. Isto é apontado por diversos pesquisadores e estudiosos no campo religioso desses arraiais que surgiram com a invocação de seus santos protetores batizando e experienciando com a mística da devoção, a intersecção e o apego do povo aos seus referenciais espirituais que também são vistos como líderes religiosos nesses locais. Nesse caso, o ciclo do ouro, além de ter sido palco das disputas políticas de seus postos em relação a administração de Portugal com a fiscalização da colônia, se transveste nas aproximações familiares que se mantiveram por laços de parentesco.

A estrutura das conjunturas familiares e políticas nos tempos coloniais é uma realidade que sustentou o interior dos sertões e principalmente na criação de vínculos pessoais externalizados nas posições dos sujeitos históricos ao longo do tempo. Em outra citação, Corrêia (2009), diz o seguinte:

O tipo de exploração incentivado por Portugal em Mato Grosso, região de mineração e área de fronteira, foi moldado pelos mesmos traços de violência típicos da relação metrópole-colônia. E mecanismos de controle foram os principais elementos reguladores da economia dentro do espírito mercantilista da época. Assim, as relações de exploração existentes entre metrópole e colônia, súditos e natureza, assumiram a violência como forma de garantir a posse da terra conquistada, transformando o homem e a natureza em instrumentos de uma política espoliativa (CORRÊIA, 2009, p. 59).

A concepção de poder nas reações mediadas pelas coroas portuguesa e espanhola na defesa de seus territórios se explica pelos seus domínios estratégicos na fundação de núcleos conhecendo os potenciais geográficos em que o confronto diante das impossibilidades do meio, não foram determinantes quando a coroa portuguesa estava decidida a enfrentar os percalços e adentrar com seus mecanismos de defesa como foi posteriormente referenciados pelo autor. Desse modo, as distâncias e a resistência do

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

lugar, bem como a picada de insetos e outros empecilhos não paralisaram esses aventureiros e comerciantes que estavam dispostos a penetrar no ambiente a princípio, não se tornando uma ameaça para os seus projetos de defesa na conquista da terra.

Em outro momento, Silva (2013), aponta o processo de formação da capitania de Mato Grosso, do seguinte modo:

A capitania de Mato Grosso foi criada em 1748, desmembrada da capitania de São Paulo. A posição estratégica da capitania permitia aos portugueses conter as tentativas de avanço espanhol e, ampliar a sua ocupação territorial. “Mato Grosso, como capitania constituída, assegurava e consolidava os princípios do *uti possidetis*”. Deste modo, a instalação efetiva do poder metropolitano nesta região se deve a duas características peculiares da capitania de Mato Grosso que agregava o espaço de fronteira e áreas de mineração, portanto uma capitania fronteira-mineira.4 (SILVA, 2013, p.01).

A capitania de Mato Grosso foi criada em 1718, sendo desmembrada de São Paulo, somente em 1748. A exploração do ouro no século XVIII, durante o contexto colonial na formação das vilas e arraiais na vigência metropolitana, tem sido bastante explorado na historiografia do cerrado. Vila Bela da Santíssima Trindade se tornou a primeira capital de Mato Grosso em 1752, na fundação que ocorreu mediante as recomendações para uma demarcação do espaço por ordens de parentesco da realeza ao fixar colonos e expandir fronteiras.

Os grupos que habitaram as vilas também eram compostos por indígenas, pois esses sujeitos fazem parte de uma composição influente de seus diversos conflitos desde o número de componentes até as atuações dos mesmos que sobreviviam com seus costumes cotidianos, como é o caso da sua alimentação a base da lavoura e alimentos como milho, batata e legumes, confecção objetos como a flecha e o aldeamento. Em outro momento, participaram de ataques, mescla-se com isso ao extermínio, às mortes, destruição de aldeias, violência e lutas. A presença desses protagonistas se difunde com as reações e projetos no intuito de povoar e estabelecer vínculos populacionais.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Inserir-se a ideia de um movimento que é a mesma ao perpassar os elementos naturais e ambientais como a fauna, a flora e as sensibilidades de uma riqueza étnica segundo Teixeira (1999). Sendo assim, há expressividade entre os sentimentos do encontro com as etnias, as formas de linguagem e culturas ao se expandir nas relações sociais e sobretudo, na territorialização do espaço que é introjetado no encontro e nas relações simbólicas. Há a presença do português, indígena e a figura do sertanejo, produzindo diferentes significados. Com isso, Teixeira (1999), considera que as contribuições de Sérgio Buarque e Richard Morse são relevantes para o tema norteador pelo sertão e a imaginação social. A reinserção do espaço é catalisadora de envolvimento pessoal e social que sela uniões e desentendimentos nas bases inconclusivas, conduções sagradas e conservação e suas culturas entre ambiciosos, religiosos e viventes de um constante apesamento, fabricação e absorção de costumes que tornou os bonitenses um conjunto simbólico e representativo desses povos que por aqui passaram.

## **2- Devoção e Poder: O Sinhozinho do Povo**

A história do homem que chegou ao território que se inclina em um movimento migracional no período de 1940, tem se tornado um mito a partir da construção e vivência histórica e religiosa de Bonito, na fala dos moradores da região que transformam as narrativas da sua existência no real, que associa a produção de significado na linguagem local. Esta se insere na formação do lugar que é palco de possibilidades e reinvenções da região em uma vivência coletiva com diversos atores e protagonismos dentro do cenário religioso e político na readaptação do poder, seja o poder dos proprietários rurais ou mesmo da gestão política vigente e do sagrado como transcendente.

As narrativas e escritos, ainda que escassos, tratam de sua vivência em sites como o portal da educativa no município de Bonito, Bonito informa e demais blogs da região,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

apresentando o Sinhozinho em seus escritos de modo subjetivo. Isso inclui, situá-lo como um messiânico, um santo popular que foi capaz de imprimir sua marca de um milagreiro entre os seus seguidores e sobretudo, sendo inserido na linguagem popular em que o significado nas representações culturais segundo Pesavento (2005), se associam ao real que forma uma realidade sentida pelos grupos ao sentimentalizarem a sua ausência com os signos dessas sobrevivência na mentalidade do povo.

O senhor ou Sinhozinho de Bonito, chegou nas terras sertanejas, sem nome ou destino certo. Posto isso, trouxe o sentido da paz para um passado de violências entre armas e bandidos somadas as descobertas no povoado que segundo Corrêia (1999), foi determinante pela companhia Matte Laranjeira, sendo uma empresa cobiçada por coronéis e posseiros. Ao entrar em contato com as suas mensagens, se revezando entre os seguidores religiosos e rezas, até a prática do bem entre essa sociedade migrante de paulistas, mineiros, baianos e nordestinos que se curvaram aos seus milagres. Esta é a mesma que reconhece nessa figura, tecida pela população, uma mudança que descreve a luta contra o mal e o catolicismo sendo a principal influência e legado vivenciado nas manifestações religiosas em torno de sua presença. Os moradores narram que Sinhozinho apareceu abaixo de uma árvore em uma das fazendas da região do Mato Grosso, do proprietário Hilário Sanches. A inserção da religiosidade popular no presente, tem sido uma das principais práticas que acontece na capela do Sinhozinho, no dia 12 de outubro no município de Bonito, como força simbólica desse sujeito, tanto no cotidiano dos devotos, quanto na história que se associa a sua passagem.

Para Eliade (1972), o mito se relaciona aos acontecimentos exemplares que estruturam as relações para um grupo de pessoas. Por causa disso, o transmissor emite aquilo que se torna relevante para explicar eventos e reconhecer os fatos e experiências como sendo algo recuperado e vivido. Nessa perspectiva, o resgate de Sinhozinho na narrativa formadora de histórias e da crença em suas características físicas são

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

constantemente renovadas entre os saberes dos grupos que conviveram e que passaram a conviver com a trajetória oculta de sua vida.

Rocha (2006), entende que o mito é algo que não é revelado plenamente na fala e por isso tem sentido refletindo na situação que o indivíduo se encontra no mundo, não como uma figura qualquer, pois seu entendimento ultrapassa a explicação comum da vida cotidiana. Retomando a posição de Eliade (1972), os mitos explicam os fenômenos do mundo e sua condição vivida.

Os mitos e as experiências religiosas são uma das principais funções norteadoras que compreende a essência de Sinhozinho como uma revelação dentro de uma reconfiguração espacial da posse referente a fazenda Rincão Bonito, conforme é possível observar em pesquisas da região, como a de Costa (2010), ao enfatizar que a compra dessa fazenda. Em seus apontamentos, o período da década de 1930 e 1940, foram os principais mediadores de uma migração incentivada durante o governo de Getúlio Vargas em Miranda. Bonito se emancipou de Miranda, somente em 1948 como município.

Na presente citação, é possível acrescentar nos relatos de Theodorico Goés Falcão a descrição do processo de emancipação de Bonito:

O município de Bonito teve sua emancipação política em 2 de outubro de 1.948, pela lei n. 145, por ato do governador Dr. Arnaldo Estevão Figueiredo. O primeiro prefeito foi o Sr. Hipólito C. Monteiro, que foi nomeado pelo governador para exercer o cargo até a primeira eleição que se realizou no dia 10 de março de 1.949, sendo eleito o Sr. Candido Luiz Braga e os seguintes vereadores: Silvestres/ Prado de Souza, Antônio Cardoso dos Santos, Dudileu Ramos Brum, Janes Monteiro Leite e Osório Jacques Sobrinho. Todos tomam posse no dia 20 de junho de 1.949 [...] (FALCÃO, 1980, s/p).

Observa-se que o relato se trata de um decreto que confirma a emancipação de Bonito e em seguida, a posse dos respectivos governadores que atuaram em seus governos com incentivo de terras devolutas para o seu desenvolvimento, sendo que a natureza e os



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

recursos naturais existentes nesse espaço são as características que definem as atividades e produtos alimentares agrícolas. Em outra passagem, nota-se a descrição exposta:

Fundada em 27 de fevereiro de 1.927, por Manoel Ignácio de Farias, a cidade de Bonito era uma fazenda que se chamava rincão Bonito. Na ocasião estiveram presentes, entre outros as seguintes pessoas que já moravam na região: Luiz da Costa Leite, Vicente Flores, Arthur Leite Falcão, Bonifacio Gomes, Otávio Nogueiro, Dorvalina Teixeira, Manoel Jacques, José Ciriaco de Oliveira, Pedro Nolasco, Liberato Ovando, Catarino dos Santos, João Valencio, Julio L. Sanches (FALCAO, 1980, s/p).

Em outro relato, nota-se uma outra referência ao ambiente que narra da seguinte forma:

Natureza: Banhado por rios de águas cristalinas, Bonito recebeu da natureza inúmeros atrativos. Seus rios como o Miranda, Formoso e o Mimoso, favoreceram inclusive a pesca submarina e são paraíso para o pescador. As grutas que são inúmeras, fornecem um espetáculo inesquecível ao visitante. A maioria delas continua inexplorada até hoje. A mais famosa é a gruta do lago azul, tombada pelo patrimônio histórico e artístico nacional em 1.979 situada a 22 KM da cidade. Descendo os seus vinte e seis metros de profundidade, encontra-se em um salão interno de quatrocentos metros de largura e 60 de altura, um espetáculo de estalactite e estalagmites de todos os tamanhos, foram de côres [...] (Falcão, 1980, s/p).

Theodorico, mais conhecido como seu biju é um narrador que conta os episódios da história local, quando se desenvolveu o núcleo habitacional que se liga ao religioso. No vale de Miranda havia mineiros, paulistas e rio-gradecesses, sendo atraídos pelas pastagens, pelo solos, pelas roças, de subsistência do gado e das glebas de terras em que os colonos adquiriram. O povoamento se deu no núcleo habitacional. Uma das atividades realizadas nesse contexto, se ligam a economia agropastoril, ao engenho de cana, à fábrica de açúcar, aos carros de boi e a mandioca como produto alimentício. Este pluralismo de fatores traçam os valores sociais e se alinham até os municípios vizinhos, como Bela Vista, Porto Mortinho, Nioaque, e Mirandense de passado pastoril.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Ainda segundo Correia (1999), deve-se entender que na fronteira Sul, um dos principais indicadores de ocupação, provém da exploração de nativos, entre as regiões de Dourados e Ponta Porã. A indústria extrativa de erva mate foi uma das responsáveis pelas divergências de interesse comercial que se entrelaçam com a ocupação do sul. Os principais reflexos dessa fronteira se explica com a estagnação provocada pela guerra do Paraguai (1864-1870). A sua modificação é espelhada com a linguagem expressiva “terra de ninguém”. Posto isso, não haviam autoridades governamentais e imposições da ordem de segurança. Entre os grupos que adentraram entre a cobiça, no espírito desbravador, já tratado em Corrêa (1999), haviam ex-soldados brasileiros, paraguaios, desertores, e muitos desses sujeitos, superando as dificuldades e os limites na ordem de um tempo de avanços e retrocessos com as consequências provocadas pela guerra e pelas disputas à prova de bala.

Segundo Ceadoro (2014), no governo de Getúlio Vargas houve a implantação do sistema de colônias agrícolas, com a colônia agrícola nacional de Dourados em 1948. Com o eixo de uma política de colonização, foi possível receber inúmeros grupos de pessoas como: nordestinos, paulistas e mineiros, havendo a expansão de atividades como a pecuária extrativista, e a policultura com o plantio de arroz, algodão, amendoim, feijão, café e mandioca. A economia do sudeste intensificou a migração que alterou as condições econômicas com o desenvolvimento integrado ao crescimento industrial de São Paulo, quando os cafezais paulistas se deslocavam para o interior e para a exploração das fronteiras. Entre as atividades econômicas associadas a esses trajetos, estão a policultura dos campos, o cerrado, o estabelecimento de locais e o aumento do rebanho, da infraestrutura, da construção da usina e nas áreas de transporte.

As bases da agricultura é somada com a naturalização desse município que é visto internacionalmente pela sua capacidade de produzir e comercializar os atrativos que se ligam ao turismo como uma das áreas de atuação das empresas e trabalhadores que estão

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

nesses meios. Por tudo isso, o ruralismo é uma das características mais influentes em vista dos rios, das grutas, dos alimentos comercializados que são exportados de outros locais para a cultura local de Bonito e com isso desenvolve os potenciais de trocas que são compartilhadas com os habitantes.

O Sinhozinho sendo o mito que as pessoas acreditam que faz parte não tão somente do imaginário, mas da própria formação desse território, tendo uma conexão com essa realidade, não só por ser a realidade religiosa que os devotos cultuam com a romaria, mas por ter sido um sujeito que realizou mudanças por onde passou em 1940, e deixou suas cruzes com seus ensinamentos de obediência e preservação do meio ambiente que se reforça com as orações, constrói uma imagem do sagrado. O sagrado nesse contexto passa a ser uma expressividade e sensibilidade perante as adversidades de uma vida latifundiária marcada pela desordem e pelas funções de mando em que o clima instável de doenças e intrigas fez com que essa população construísse o santo popular.

Em várias passagens na internet, como Bonito Cultural, Wixsite entre outros, há compreensão de sua ação como um ser iluminado ou mestre divino que fez a diferença com seus gestos de curas das enfermidades, sua simplicidade e maneira de aproximar as pessoas à sua volta com sua condução e mensagens reveladoras de que os indivíduos deveriam semear a fraternidade e se manterem fortalecidas com as forças espirituais. Sendo assim, Eliade (1992), entende que a experiência religiosa é parte da criação do homem sobre o fenômeno sagrado que forma as relações pessoais com os seres invisíveis. O contato com o ser superior e a sua força que agrega a confiança e a busca pelo divino é comum entre as percepções terrenas e superiores entre o sagrado.

O poder e o mito se redimensionam pelo risco e pela exclusão que se associa a habitação e a desabitação dos movimentos entre tropas policiais, coronéis e questões político partidárias que transformaram o sul do mato grosso em ondas de impunidade entre bandos e bandidos. Segundo Corrêa (1999), a ausência de leis e da ordem, facilitou

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

as desavenças entre o controle dos velhos coronéis e a onda de revoluções e perseguições por mandos e domínios. Entre revanchismos e vencedores, as fazendas entre trabalhadores que buscam melhores condições de subsistência e oportunidades.

Os moradores que se habituaram esses locais de lavoura e criadores de venda de erva matte, com bebidas em ranchos hervateiros como empreendedores das desordens, em bandos como o de Sylvino Jacques, Flores, Pacas, Baianinhos, Galbas e Netos. Sylvino lutou em 1932 nas forças governistas na região de Porto Murтинho, como capitão da brigada militar. As mortes e sua participação no movimento pela divisão de Mato Grosso segundo Corrêia (1999), gerou a procura por grupos armados, aprisionando outros sujeitos na bandeira progressista contra os fazendeiros reacionários onde o povo que passou a ser espelho de seu discurso à frente da marcha pela mudança nas estruturas agrárias, também com bandos menores no roubo de gado, extorsões e castigos.

O processo de atuação do governo do Estado Novo na repressão aos bandos que tentaram se infiltrar entre as polêmicas diversionistas e articuladas entre a repressão e a omissão mediadas com o DEIP (departamento estadual de imprensa e propaganda) em 1943, é palco das imposições da ditadura estadonovista em que as forças ocultas do poder armado gerou a preocupação entre os episódios sangrentos e a vida de um povo que careceu do Santo Sinhozinho como o curador e amenizador do medo dessa gente que fez da devoção uma harmonia. No wix sit., as descrição de Sinhozinho como um profeta e santo, para além de sua figura de um andarilho que deixava os locais de zona rural após difundir os seus conhecimentos celestes.

O ato de esconder o braço e se comunicar com mímicas faz da sua existência um mito onde o indizível na concepção de Rocha (2006), acompanha a experiência dos devotos que consideram Sinhozinho como uma realidade que não só se desenvolve no presente, como é capaz de contextualizar o histórico de formação de Bonito. A cidade, além de sofrer diversas alterações desde a produção econômica, até a mobilização de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes  
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

inúmeros povos que fundaram a localidade e deixaram como herança a visão de um local fronteiriço, resguarda os passos de Sinhozinho como algo marcante com continuidade nas manifestações religiosas. A devoção e os conflitos sociais concretizam em sua atuação como mito uma movimentação de ritmos de tempos e sensibilidades pessoais e coletivas que constrói a trama do município.

**Considerações finais:**

O Sinhozinho de Bonito que tece a configuração do local em sua orientação da religiosidade popular, não foi somente um homem preocupado com os seus devotos, mas alguém engajado entre os rostos não revelados no período de 1940, rompendo com o anonimato que reinsere a sua localização no Estado do Mato Grosso do Sul, como um personagem, a criação do povo. Com a alteração do território que de fazenda Rincão Bonito se tornou Distrito da Paz na década de 1940, o vínculo entre a sua vinda para esse espaço sendo transformado na projeção de uma cidade.

A construção de Bonito atravessa o mito do Sinhozinho como um ser que viveu e que ainda vive nos detalhes, nos objetos e nas histórias que fazem do relato uma contextualização que se remete aos eventos políticos e se ligam as práticas religiosas e crenças ao longo do tempo. O poder e a devoção se intercalam na mística de sua conduta de um indivíduo que encantou esse povoado sendo desvinculado de outro território e apropriado pelos grupos que abraçaram as suas caracterizações, trazendo transcrições de fé, crenças, seguimentos e encantamento desses mundos que se separam e retomam no mito um sentido de pertence do local.

Considera-se que ao observar a fala dos moradores no município, há uma atribuição a Sinhozinho com um vínculo histórico que resulta na religiosidade popular do povo ao renovarem suas perspectivas com suas adorações e construções da história local com a



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

sua jornada espiritual ao aliviar o povo de suas contradições e violências, aprisionados com seus problemas existenciais e libertos com a realidade desse mito na história local. A história de Sinhozinho entre suas andanças e devoções os acompanhantes ao crerem que a sua existência simboliza a cidade como espelho da religiosidade popular como expressiva e marcante.

#### Referências Bibliográficas

BOTÊLHO, Sérgio. *Sinhozinho: O santo que encantou os moradores da cidade de Bonito*. Senador Moka, 2015. Disponível em:  
<http://www.senadormoka.com.br/noticias/item/342->

CUNHA, José. *Entre o Mistério a Lenda e a Realidade = A História do "Sinhozinho"*. Disponível em: <https://josecunhaportugal.wixsite.com/jose-cunha--portugal/bonito-ms>.

NAVEIRA, Guto. *Arte e Cartoon*.  
<http://gutonaveira.blogspot.com.br/2014/06/sinhozinho-by-guto-naveira.html>.

PELLIN, Kemila. *Em Bonito, Dia da Padroeira do Brasil tem pedalada e romaria até Capela de 'Sinhozinho'*, 2016. Disponível em:  
<http://www.portaldaeducativa.ms.gov.br/em-bonito-dia-da-padroeira-do-brasil-tem-pedalada-e-romaria-ate-capela-de-sinhozinho/>.

CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 2014.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

CORRÊIA, Valmir Batista. *Fronteira Oeste*. Campo Grande, Editora: UFMS, 1999.

CORRÊIA, Valmir Batista. *História e Violência Cotidiana de um "povo armado"*. Projeto História, São Paulo, n.39, pp. 57-73, jul/dez. 2009.

COSTA, Groenendal Gressler Patrícia. *Cidade Das Águas na Trilha das Construções Indentitárias de Mato Grosso do Sul (1948-2010)*. (Dissertação de mestrado em História), Dourados: (Universidade de Grandes Dourados) UFGD, 2010.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

FALCÃO, Theodorico de Goés. *Bonito. A terra prometida*. Prefeitura municipal de Bonito, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História cultural*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROCHA, Everaldo. *O que é o mito*. Editora Brasiliense, 2006.



Universidade  
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*

*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

SILVA, Vanda da. *Da forma que me convém: a ocupação dos espaços rurais na capitania de Mato Grosso*. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**MODERNIZAÇÃO EM PORTO NACIONAL: FRANCISCO AYRES E O  
CULTO AO FUTURO**

Radamés Vieira Nunes (UFT)<sup>1</sup>

**Resumo:** Perambulando no interior do labirinto de vocábulos do jornal Norte de Goyaz deseje-se descortinar sentidos e formas possíveis de se vivenciar a modernização da/na região de Porto Nacional, no século da eletricidade, momento em que se acreditou, ou se quis acreditar, que não havia impossíveis para o homem. Dimensões da vida moderna são evidenciadas a partir das experiências de Francisco Ayres da Silva, no início do século XX, quando o anúncio do novo e a avalanche do progresso provocaram no chamado Norte goiano, dentre outras sensações, expectativas de esplendoroso devir.

**Palavras-chave:** modernização; Cidade; Francisco Ayres; Tempo.

Nos termos de Reinhart Kosseleck, pode-se afirmar que as histórias são compostas por experiências vividas e pelas expectativas das pessoas, forma privilegiada de lidar com o tempo histórico, visto que conseguem entrelaçar as diferentes temporalidades. Nessa perspectiva, proponho observar a experiência de Francisco Ayres da Silva<sup>2</sup> diante do processo de modernização vivenciado em Porto Nacional<sup>3</sup>, especialmente pelo viés das expectativas. O que segue é uma tentativa de perceber que tipo de futuro constituiu o presente de Francisco Ayres. No momento em que viveu qual

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Professor da Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional. Contato: radamesnunes@uft.edu.br.

<sup>2</sup> Francisco Ayres da Silva (1872-1957) foi um cidadão Portuense que, dentre outras coisas, foi deputado federal, médico formado no Rio de Janeiro e Jornalista dono da tipografia *Nortense*. Um entusiasta da modernidade em sua região. No projeto de modernização que idealizou para Porto Nacional e para o norte de Goyaz o que se colocou como as mais prementes necessidades, entre outras, foram: navegação fluvial pelo rio Tocantins para grandes embarcações a vapor, viação férrea, estradas de rodagem, comunicações telegráficas, serviço postal, instrução, aquisição de inventos modernos, urbanização, dinamização da produção agrícola e indústria pecuária.

<sup>3</sup> Conforme os documentos preservados no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, o Município de Porto Nacional, do Estado do Tocantins, tem o seguinte histórico: Em meados de 1738 era povoado de Porto Real do Pontal; em 1809 “o lugarejo foi elevado à categoria de julgado”; com a denominação de Porto Imperial tornou-se vila pelo decreto de 1831; pela lei provincial de 1861 ganhou a condição de cidade; em 1890 o município de Porto Imperial, passou a ser denominada de Porto Nacional. Situado na parte central do Estado do Tocantins foi uma das principais cidades do então Norte goiano, antes da divisão do Estado de Goiás.

era a relação com o porvir, com o ainda-não realizado de seu tempo? Dito de outro modo, o que foi previsto por ele, o que apareceu em sua existência como não experimentado, ou seja, como “futuro presente”. Por intermédio do *Jornal Norte de Goyaz* se pode ter uma noção de como o novo espaço de experiência que se abriria no futuro foi antecipado como expectativa, por sua vez constituída de “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade” (KOSELLECK, 2006, p.306-310).

Viajar no lombo de animais, depois embarcar num trem, sair dele para um navio a vapor e ao longo do percurso se deparar com obras em diferentes estágios de realização, movimentação de trabalhadores a serviço de alguma Companhia se preparando para o início de uma obra, ou acampamentos desfeitos de uma obra abandonada e ainda inconclusa. Trilhos sendo instalados, postes erguidos para receber as linhas telegráficas, andar pelas ruas e se deparar com construções suntuosas sendo edificadas, automóveis perambulando sobre avenidas pavimentadas desviando das multidões, ou passar por lavouras e se deparar com homens que trabalham manipulando instrumentos até então desconhecidos. Conversar com amigos ou estranhos nos belos jardins iluminados pela luz elétrica sobre as últimas notícias que leu nos jornais ou que ouviu dizer em conversas informais sobre as mudanças, polêmicas e conflitos que ocorreram em determinadas cidades devido aos melhoramentos recebidos, ou sobre as últimas invenções ou tendências pelo mundo que atiçaram a imaginação. Acompanhar as sessões da câmara e se deparar com diferentes projetos pleiteando melhoramentos de toda sorte, tomar conhecimento e partido sobre as mais recentes pretensões do poder público em parceria com engenheiros para dar continuidade às obras de viação. Alegrar-se por saber que projetos que preveem melhoramentos para a região onde vive foram aprovados e que possivelmente as obras se iniciariam a qualquer momento, ter a sensação de que muitas obras realizadas pelo poder público estão prestes a se aproximar do lugar onde se tem empreendimentos, o que facilitaria e dinamizaria os negócios. Enfim, eis uma parte do cenário que compôs o universo do mais cosmopolita portuense do início do século XX.

Mediante o emaranhado de símbolos da modernidade, ou pelo menos dos burburinhos sobre os mesmos, muitos goianos nutriram expectativas, e Francisco Ayres foi invadido por elas, evidente que as suas expectativas não representam necessariamente as expectativas de todos, mas como homem da imprensa e da política pode-se dizer que trabalhou veementemente para reproduzir o mesmo horizonte de



expectativa ao ponto de torná-lo comum a todos que acreditava representar, sinalizando o que o processo de modernização foi capaz de gerar nos ditos nortenses. Nas representações feitas para as páginas do jornal portuense se identifica uma excitação com o futuro, um desejo ardente e otimista quanto ao porvir, pois nele estaria a realidade ideal para os que pensavam como Francisco Ayres da Silva. Não havia grande preocupação quanto à realidade atual ou passada, pois se acreditava que essa seria automaticamente superada por aquela que viria por meio dos novos meios de comunicação e transporte. Ayres dizia que estava próxima “A nova era, a era de esperanças risonhas, o norte confia no futuro, Goyaz espera e sonha por um progresso real”.<sup>4</sup>

Motivados pela vontade e pela convicção de que em breve se deparariam com a navegação a vapor, a ferrovia, o telégrafo e outros símbolos da modernidade alterando o cenário das cidades nortenses, acreditaram que essas tecnologias fariam o norte de Goiás progredir aceleradamente ao ponto de alcançar o patamar de civilização das grandes cidades modernas, acertando o compasso com as mesmas. Ayres, comentando sobre a possibilidade de um empréstimo para fomentar vias rápidas, principalmente a rede de navegação fluvial, afirmou que “em breve estamos certo, tudo será remodelado, caminharemos trilha verdadeiramente nova, ocuparemos distintivamente papel saliente na vanguarda da federação brasileira”. Ou ainda sobre a “questão momentosa”, ou seja, os rumores de que se planejava construir uma estrada de rodagem que ligasse o chamado Vale Tocantins a um ponto de navegação a vapor na Bahia, dizia “é crença nossa que a estrada é problema vencido, é crença que o norte vai progredir”.<sup>5</sup>

As expectativas que permearam a população de Porto Nacional, bem como do Norte de Goiás, estavam cada vez mais distantes das experiências vividas até então. Ora concebiam um tempo novo, espécie de futuro aberto na contemporaneidade, quando ainda estavam destituídos da maioria, mais precisamente, dos principais objetos do desejo que, para eles, o promoveriam. As expectativas eram extraídas mais da crença de uma vida que certamente viveriam do que propriamente da condição de que já desfrutavam. Pensava-se num futuro diferente da/na realidade atual, absolutamente melhor e que não poderia ser projetado a partir do presente. Esse espectro, denominado progresso, com traços iluministas, interferia com intensidade crescente no cotidiano das

<sup>4</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/08/1906. p.1.

<sup>5</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/06/1907. p.1; 31/12/1906. p.1.

cidades do interior do Brasil que esperavam não apenas se modificarem, mas melhorarem.

A cada notícia de inauguração não necessariamente das obras, mas do início delas, em qualquer uma das cidades dos estados vizinhos, aumentava a sensação de que esse porvir estava mais próximo, renovando as esperanças. Assim aconteceu, por exemplo, quando em 1908 se inaugurou o primeiro trecho de linha férrea que de Minas Gerais chegaria a Goiás até os rios Araguaya e Tocantins, aproximadamente trinta e seis quilômetros de ferrovia de Formiga a Arcos. O jornal comemorava com entusiasmo ressaltando que “os trabalhos continuam acelerados e mui brevemente novas inaugurações prometem se fazer”. Ou ainda a simples informação de que existe um projeto em discussão no senado sobre um traçado ferroviário que passaria pelo norte, noticiado por um jornal da cidade Goyaz, que por sua vez transcreveu uma nota do *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, já ganhava tom de celebração. “A grata noticia do novo traçado que, em futuro não remoto, vem proporcionar ao nosso sertão as auras bemfazejas da civilização e do progresso”. No *Norte de Goyaz* as notícias que reafirmavam a proximidade do porvir almejado se multiplicavam alimentando as expectativas. Havia pouca preocupação quanto à procedência das informações, o que indicava uma perspectiva repleta de otimismo. A exemplo do que comentou um correspondente de Natividade que, assinando com pseudônimo *Prim*, por ocasião da passagem de uma comitiva de trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil disse: “nos informou o dr. Chefe da turma que dentro de 5 annos poder-se-a ouvir na cidade de Palma o silvar extridente da locomotiva, esse porta voz do progresso”.<sup>6</sup>

Ainda nesse sentido, os exemplos são inúmeros, sobre a possibilidade do telégrafo chegar a Porto Nacional, afirmou-se, “tudo nos diz que uma era de progresso encaminha-se para os nossos sertões. Quando com as mais animadoras esperanças vemos em andamento a linha telegraphica.” Sobre a possibilidade da navegação a vapor no alto Tocantins, “é dizer-se que o sol da civilização reflete para nós os seus raios luminosos, tudo constatando que não longe nos aguarda uma phase de prosperidade”. Sobre a desobstrução dos rios “A noticia que nos trouxe (...) é por demais consoladora e enche-nos de verdadeiras esperanças”. Sobre a estrada de rodagem prevista num projeto de lei apresentado por Francisco Ayres, “descortinando nos um horizonte todo de esperanças vira em futuro não remoto, proporcionar à nossa zona sertaneja, se for

---

<sup>6</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/06/1908. p.3; 15/01/1909. p.3; 15/11/1911, p.1; 15/12/1911. p.1.

convertido em lei, como o esperamos ser, grandes benefícios. Sobre os melhoramentos urbanos é de crer-se que em breve se poderá contar no numero dos mais adeantados do Estado”. Nas representações construídas para tratar sobre os melhoramentos, as expressões que mais se repetem são aquelas que demonstram um vir a ser, algo a ser feito, ou que está se fazendo, sempre inconcluso, ainda não presente, mas certo para o futuro próximo cada vez mais perto. Tais como as expressões, “vão chegando mais e mais”, “não longe”, “a ideia vae se tornando mais e mais prática”, “muito em breve”, “em futuro não remoto”, “há esperanças de que amanhã”, “amanhã será”, “com certeza brevemente estarão”, “está surgindo”, “vae ser”, “começará um nova era”, “eis que novos dias nos surgem prenes das mais risonhas esperanças”, “começa romper as malhas com grandes esperanças para os dias de amanhã”, “novos horizontes começam a entreabrir” etc. Os exemplos são muitos e largamente utilizados pelos produtores e colaboradores do impresso.<sup>7</sup>

O jornal cumpriu o papel de fazer a manutenção do entusiasmo dos habitantes da região pelo “grandioso futuro não muito remoto que a fácil via de comunicação terá de proporcional-a”, que acompanhavam cada rumor com satisfação e esperança, embora houvesse muita “gente da opinião de S. Thomé: quer ver para crer na fuctura ferro-via dos nossos anhelos”. A menção do personagem religioso, ainda que tratando dos que divergiam dos produtores do jornal, é uma evidência importante do que representavam as expectativas geradas naquele contexto em torno dos melhoramentos modernos, pois se assemelhava com a fé definida pelos cristãos no livro de Hebreus, ou seja, “a certeza das coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não veem”. Somente com uma crença semelhante à depositada na religião seria possível vislumbrar, antecipar o futuro. Nesse contexto, as palavras de lideranças religiosas como Frei Reginaldo Tournier tiveram peso importante na reafirmação da crença num futuro, ainda que não subtraído das experiências do presente. Dizia ele, “amanhã será o Porto Nacional tal qual o sonhamos, grande, ilustrado, prospero, exemplar em tudo”.<sup>8</sup> O hebdomadário estrategicamente, quando tratava sobre os pontos dos projetos que defendia, não separou muito espaço para a descrença, quando o fez a tratou pejorativamente.

Homens como Francisco Ayres da Silva, sempre enredados nos pleitos políticos, começavam a se destacar dando visibilidade não apenas pelo trabalho que realizavam no

<sup>7</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/12/1922. p.4; 15/10/1921. p.1; 30/12/1910. p.1; 15/09/1914. p.4; 30/06/1909. p.1; 15/06/1908. p.3.

<sup>8</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 31/01/1912. p.2; 15/01/1909; 15/04/1912. p.3

presente, mas pelo trabalho que lembrasse o futuro. Nada no presente parecia mais urgente que o futuro esperado com desejo e curiosidade por uma parcela da sociedade. Ayres, o “fiel interprete pelo bem estar desta terra que lhe serviu de berço”, colocou-se então como o homem do progresso que já tomava providências para as inaugurações das obras no norte que, por certo, brevemente chegariam dando uma direção mais desenvolvida.<sup>9</sup> No espaço da política não haveria melhor forma de ampliar o capital político do que se apresentar como aquele capaz de realizar aquilo que o progresso prometia, incessante e insistentemente, cumprir.

Porto Nacional, apesar ou por causa da distância geográfica dos grandes centros urbanos, foi inundado pela modernidade no seu sentido de progresso otimizador, e tomou parte das (im)previsíveis possibilidades despertadas pelos avanços tecnológicos. Mesmo não gozando de uma transformação expressiva, numa época em que as transformações foram bruscas, a assimetria entre expectativa e experiência teve elasticidade maior do que qualquer momento anterior. A cidade parecia a partir de então incapaz de projetar outro futuro que não fosse aquele, como afirmou Reinhard Koselleck, que “mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um novo mundo” (KOSELLECK, 2006, p. 326). Esse novo mundo deve ser entendido mesmo como melhor.

Para se ter uma noção de como não havia limites para a esperança e a certeza de novos progressos, um colaborador do *Norte de Goyaz*, com relação às supostas descobertas de um cientista do instituto Pasteur, afirmou que num prazo de menos de cem anos seria possível tratar e curar a velhice, como se curava uma doença como bronquite. Considerou que logo poderiam ter “a esperança de viver tanto tempo quanto os patriarcas da Bíblia”.<sup>10</sup> A máxima em voga era destacar que a noção de impossível deveria ser frequentemente questionada, a crença depositada nas novas tecnologias e descobertas, modernas e modernizadoras, parecia ter feito o impossível perder completamente seu sentido. Se a velhice, um dado da natureza, foi entendida como doença, acima de tudo uma doença curável, pode-se supor o que se imaginou como realização dos melhoramentos cogitados, como a navegação, ou seja, que não haveria nenhum impedimento que não pudesse ser sobrepujado.

<sup>9</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/01/1909.

<sup>10</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/05/1908. p.1.

está surgindo nova era de esperanças, novo momento promissor. [...] não seremos mais as paréas desprezadas, nossas necessidades serão postas em foco e os verdadeiros problemas de Goyaz entrarão em solução, certos como estamos de que nosso estado somente começara cantar victoria quando pudermos ser, através principalmente da navegação fluvial, o celeiro abastecedor dos estados (...)

Novos horizontes começam a entreabrir para nosso paiz, e o interior vae ser definitivamente incorporado no convívio da civilização. [...] hoje que se entreabre para nós uma era nova, força é desejar-se que ella seja em tudo benéfica, sinão para nós, ao menos para os cidadãos de amanhã aos quaes cumpre aos dirigentes preparar-lhes o espírito, a inteligência, para os surtos do progresso.<sup>11</sup>

Na modernidade portuense o culto ao futuro foi muito presente. Junto com o novo horizonte de expectativas vieram também inevitavelmente as frustrações. Os impulsos provocados pela tese universal do progresso, experimentados de múltiplas maneiras, chegaram ao norte do estado goiano em forma de notícias, projetos, aspirações, anseios, perplexidade e também das respectivas frustrações. Se na modernidade, conforme observa Kosselleck, as expectativas estavam na ordem inversamente proporcional às experiências, ou seja, quanto maior o conteúdo da experiência menor as expectativas que se pode deduzir delas, pode-se afirmar, como já analisado, que as expectativas em torno das transformações promovidas pelos melhoramentos modernos foram enormes e abundantes na região de Francisco Ayres, porque o conteúdo de experiência nesse quesito foi parco (KOSELLECK, 2006, p.326). Como elas eram eivadas de desejos e esperanças da mesma monta se conclui que as frustrações tiveram proporcional correspondência.

Nas cidades nortenses as frustraões têm peculiaridades se comparadas com as de outras cidades consideradas modernas. Nos centros urbanos onde se vivenciou transformações concretas promovidas pelos melhoramentos modernos, as frustraões se explicam mais pelo desgaste das expectativas nas novas experiências. Dito de outro modo, a título de exemplo, uma cidade se frustrava normalmente quando nutria expectativas pela construção da ferrovia e do telégrafo em seu território, mas durante ou depois de receber os benefícios, diante das novas experiências abertas pelos mesmos, tomavam consciência de que não teriam os resultados que esperavam. No Norte de Goiás as frustraões, em grande parte, explicam-se de maneira diferente, mais pela própria impossibilidade de ter suas expectativas fracassadas ou satisfeitas. O projeto de modernização esboçado na imprensa portuense não se concretizou, os planos fralharam

---

<sup>11</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 30/06/1912. p.2; 15/11/1912. p.1.



e não saíram conforme o esperado, por isso não se frustra com o que conquistou, mas por não ter conquistado. A angústia e a tragédia da modernidade em Porto Nacional se constituíram em ver um novo ser substituído por outro novo e logo se tornar antiquando, sem nunca ser experimentado.

Francisco Ayres da Silva, como fomentador de um projeto de modernização, que se identificou mais com o futuro do que com sua realidade presente, acreditava que o progresso material era o único meio do norte se transformar, mas as condições materiais estavam sempre em débito com seu pensamento e sensibilidade em muitos aspectos reconhecidamente modernos, sobretudo pelo desejo de desenvolvimento (BERMAN, 1986, p. 34-35). A cada plano não realizado a sensação parecia semelhante a de quem perdeu um objeto já conquistado, embora a conquista de determinados objetos não tenha sido efetivada. O sentimento de perda era real, porque a crença de que seus desejos seriam satisfeitos também era real. O Norte de Goyaz em função dos seus propósitos dedicou espaço limitado à exposição de desesperanças, não haveria de ser diferente, por mais que seus ideais fossem frustrados; as decepções quase sempre apareciam como um “não percamos a esperança”<sup>12</sup>, como forma de reavivar os ânimos. Mas, o sentimento de não ter satisfeito ou realizado as exigências do ideal pretendido, ainda que nem sempre escancarado, era uma incômoda e inseparável companhia.

Sobre as mudanças desejadas no sistema de correio se lamentou que tudo ficasse na ordem dos planos, mas nunca chegasse a se efetivar, “terão caído no esquecimento os planos de melhoramentos tão uteis e tão ansiosamente esperados”. É interessante observar que nesses momentos se fazia clara diferenciação entre plano e realização, o que não ocorria nos períodos de entusiasmo quando plano e realização se confundiam, pareciam sinônimos, como se no primeiro já estivesse embutida automaticamente a segunda. Os planos ou projetos considerados importantes para a região sempre eram largamente comentados, mas quando se demonstravam impraticáveis, ou eram preteridos em detrimento de outros menos interessantes, o jornal se manifestava lamentando o fato de nunca saírem do papel, ou de não conseguirem transpor a pasta do congresso apesar da importância e utilidade para o norte goiano. Francisco Ayres argumentava que muitos projetos exaustivamente discutidos tinham o efeito do fogo, ou seja, “fátuos: impressionam momentaneamente e desaparecem”, sobretudo, os

---

<sup>12</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 10/09/1925.p.3

relacionados à ferrovia e à navegação, dois tópicos que “fazem doer de desesperança a todo aquele que aspira pelo progresso de Goyaz”.<sup>13</sup>

A analogia feita por Francisco Ayres é significativa e, guardadas as proporções e peculiaridades, expressa uma sensação semelhante a que teve Walter Benjamin, relatada em *Infância Berlimense*, ao tratar sobre suas impressões dos incêndios, quando afirmou “todos os dias a cidade voltava a prometer-nos, e todas as noites me ficava a dever o prometido”. Apesar da frustração, o político portuense agia como os bombeiros descritos por Benjamin, que “mais pareciam protetores de um fogo invisível do que seus inimigos”, não tinha também preocupação em demonstrar claramente sua participação naquilo que se tratava de fogo posto, alimentado com papel de jornal, por isso que impressiona pelas labaredas, apesar de ser rapidamente extinto (BENJAMIN, 2013, p.106).

Resta observar que boa parte dos momentos de desencanto nas páginas do *Norte de Goyaz* coincide com críticas contra as lideranças políticas opositoras que estavam no poder ou com as quais Ayres disputava o poder, o que não minimiza ou relativiza as frustrações, apenas acena o esforço para desassociar essa incômoda e indesejável sensação da imagem daquele que deveria aparecer sempre como o maior incentivador do progresso nortense. Não se deve imputar ao periódico a total responsabilidade por essa desconfortável condição que possivelmente existiria, ainda que com atenuações, a despeito dele, todavia é inegável a maneira estratégica como se apropriou e explorou esse sentimento a seu favor. Para depreciar a administração estadual gerida por Urbano Gouvea, Ayres colocou em evidência os projetos de linha telegráfica para o norte, que, segundo o mesmo, “não mais faz vibrar o sentimentalismo goyano, cançado já, estafado mesmo, diante da eterna reiteração da mesma promessa, sem nunca vel-a em via de execução”.<sup>14</sup>

A movimentação de engenheiros e trabalhadores fazendo estudos de reconhecimento ou iniciando construções; aprovação, alteração e engavetamento de projetos de intervenção urbana e viação; cancelamento e renovação de contratos com companhias responsáveis por promover a navegação e ferrovia; pedidos de empréstimos; promessas de auxílios por parte dos governos; intercâmbio de notícias entre jornais e os rumores das ruas; inaugurações de melhoramentos em cidades de outros estados; obras repentina e repetidamente anunciadas com euforia e entusiasmo;

<sup>13</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 31/05/1907.p.1; 15/07/1909.p.1-2; 31/08/1907.p.1;

<sup>14</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/01/1910. p.1.

toda essa agitação ocupou as cidades nortenses por anos. Especialmente as que margeavam o rio Tocantins, como Porto Nacional, pareciam próximas ao novo, que por sua vez insistia em escapar. Mas, o novo fugidio para o vale do Tocantins não se trata necessariamente da perpétua desintegração e renovação de que fala Marshall Berman, ou da renovação incessante que implica em obsolescência súbita apontada por Antonie Compagnon, ou seja, a capacidade por excelência do moderno de criar o novo, ou como diria Nietzsche o eterno retorno do mesmo que aparece como outro.<sup>15</sup> Trata-se de não conseguir alcançar o mesmo novo que por décadas foi perseguido, ainda que noutros lugares este já surgisse como outro. A passagem do novo para o velho que se tornou quase instantânea colocou o norte do estado goiano numa posição incômoda e inquietante.

Os questionamentos e dúvidas apareciam aqui e ali nas entranhas dos mais otimistas discursos “será ou não em breve uma realidade esses benefícios tao ansiosamente esperados?” Diante das notícias das construções de vias rápidas de comunicação os sentimentos oscilavam “do maior bocado do coração do povo tomou conta a maior desesperança”, porque os melhoramentos para o norte não passavam do “quadro de projectos”, dos quais “após breve lapso de tempo já se não ouve mais falar daquilo que teve num momento o cordão de alvoraçar o coração de um povo”.<sup>16</sup> O próprio Francisco Ayres da Silva, comentando sobre o prolongamento da Ferrovia Central do Brasil, chegou a afirmar que fazia parte “daquelles que consideram uma utopia a realização do grande tentame por tantas vezes anunciado”. Mesmo ponderando não acreditar mais na possibilidade de uma ferrovia que de Pirapora chegaria a Goiás seguindo o curso do Rio Tocantins até Belém, bastaram novas informações de jornais da capital do estado e da capital da República de que engenheiros estariam estudando o percurso para que ele voltasse a falar do “magno assunto” dando as suas sugestões.<sup>17</sup>

A crença do médico, jornalista e deputado portuense nas possibilidades da/na modernidade, seu desejo de usufruir das tecnologias modernas em solo goiano, suas expectativas e entusiasmo pelo porvir não foram absolutamente acrílicos. Ainda como parte e defesa do seu projeto, observou o processo de modernização em curso nas principais cidades brasileiras criticamente, ao menos naquilo que julgava impedir a

<sup>15</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.; COMPAGNON, Antonie. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-40.

<sup>16</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/10/1916. p. 1.

<sup>17</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 30/08/1918. p. 2.

materialização dos seus anseios para o norte. Mesmo admirando a urbanização, a remodelação de cidades que se submetiam a grandes reformas modificando incisivamente sua fisionomia, Francisco Ayres considerava o aformoseamento uma inversão de valores, tendo em vista sua convicção por um progresso integral para o

Brasil que atingisse a todos os estados ao mesmo tempo. Estabelecia uma hierarquização de prioridades, em que o mais essencial e urgente seria munir todos os estados com melhoramentos de viação, para depois investir em reformas urbanas, pois,

“enquanto as arcas do tesouro se esgotam em aformoseamentos de cidades (...) ao interior do paiz se negam uns vinténs para adaptar um rio a servir melhor os naturaes”.<sup>18</sup>

Certamente suas críticas nesse sentido foram motivadas pela própria vontade de promover urbanização acelerada e aformoseamento de Porto Nacional e outras cidades nortenses, mas entedia que o caminho mais curto para isso ocorrer era pela desobstrução do Tocantins e pela inserção da região no circuito da malha ferroviária. Não se tratava de ser simplesmente contra, apenas de não aceitar a ideia de remodelar uma cidade

quando muitas outras ainda careciam do básico, era melhor cuidar deste para posteriormente cuidar daquele. Assim, consistia mais numa censura sobre a forma de gerir e as prioridades do poder público do que numa aversão às transformações urbanas. Para ele, o surto para progredir dependia de melhoramentos mais práticos e funcionais, do que de melhoramentos essencialmente estéticos de pouco proveito sob o ponto de vista da nação. Não entendia porque os brasileiros que copiavam os Estados Unidos em

tudo não tomavam como modelo o investimento destinado em transportes que os tornaram numa grande potência, superando o estado combalido de outrora. Portanto, defendia com verve que o Brasil ganharia mais “si, porventura, nossos políticos das altas administrações deixassem, por alguns instantes, a ideia fixa de aformoseamento das grandes capitães e bipartissem a atividade ao favor da viacção interna do paiz”.<sup>19</sup>

Assim, Francisco Ayres, no contexto da Primeira Guerra Mundial ou no período entre guerras, valia-se de anúncios de escassez de alimentos para evidenciar a miséria e a fome na “admirável metrópole de luxo e vaidade”, onde, em meio à grandeza e conforto, muitas famílias padeciam sem o primordial para a manutenção cotidiana da vida. Como se quisesse incentivar a procura pelo norte goiano, criticava o aglomerado de pessoas e o intenso interesse pelas populosas capitais, em detrimento da reduzida procura pelos sertões do interior, onde considerava a vida mais fácil pela abundância

<sup>18</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 30/04/1908. p.1.

<sup>19</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/01/1916. p.1.

dos elementos básicos como terra e alimento. Reformas como as que ocorreram no Rio de Janeiro foram apresentadas por ele não apenas pelas vantagens que proporcionavam, mas também pelo “doloroso espetáculo de sofrimentos” que causavam. Nesse aspecto, as cidades nortenses apareciam como preferíveis aos grandes centros urbanos onde a população vivia “vestida a seda e com a barriga pregada ao espinhaço”.<sup>20</sup>

Após mais de uma década na câmara federal sem ter os pontos principais do seu projeto contemplados para o norte, o entusiasmo parecia ceder espaço às críticas contra a política de modernização nacional republicana em curso, em sua opinião, até então avessa aos interesses da região que representava, ou melhor, a seu projeto de desenvolvimento regional. Comparando o país com uma casa, em que os cômodos seriam os estados, Francisco Ayres apresentou uma explicação interessante para os problemas de falta de alimentos que os grandes centros urbanos supostamente enfrentavam, reforçando a ideia da necessidade de um progresso integral, uniforme e não apenas de alguns estados privilegiados porque hegemônicos politicamente, além de recolocar sua admoestação contra o “fenômeno anormal” de aformosear a sala de visita sem antes preparar a “sala de jantar e a dispensa”.<sup>21</sup>

As esperanças falhavam recorrentemente e a desilusão saltava aos olhos, até o próximo sopro de vida que reascendia as esperanças para as subseqüentes frustrações. O *Norte de Goyaz* alimentava uma expectativa ingênua de certo porvir de progresso sempre anelado, mas nunca atingido. Nos termos do filósofo inglês Chesterton, “progresso deveria significar que estamos sempre caminhando para a Nova Jerusalém. Realmente significa que a Nova Jerusalém está sempre se afastando de nós” (CHESTERTON, 2007, p.112). Ayres defendia que para progredir seria indispensável melhoramentos de viação para aproximar Porto Nacional das possibilidades civilizadoras. Mas, como os melhoramentos desejados não se materializavam, duas décadas depois do surgimento do jornal, ou seja, no último ano da sua primeira fase, foi desferido um parecer conclusivo, espécie de desabafo que sintetiza o misto de sensações vivenciadas simultaneamente, que dizia “todo sonho de progresso parece uma utopia”.<sup>22</sup> O progresso aparece como sonho, sua realização não é, mas apenas se assemelha, à utopia, difícil, porém não irrealizável. O fato de crer num futuro de prosperidades, que teimava em não chegar, embora já presente em outros lugares, tal qual imaginou Ayres,

<sup>20</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 31/07/1924.p.2; 15/05/1925. p.1-2

<sup>21</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/05/1925. p.1-2.

<sup>22</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/04/1925. p. 2.



de ver a mais viva esperança sendo “golpeada de morte”, fazia os sentimentos fervilharem, deixando certa uma percepção, ao que tudo indica compartilhada, de que “Sentimo-nos mal”.<sup>23</sup> A percepção desse sentimento indica que a expectativa pelo futuro e suas correspondentes imagens de uma cidade, região e/ou estado do futuro talvez seja antes de qualquer coisa uma forma de negação do presente.

Esse estado emocional, sentimento desconfortável e incômodo porque algo parecia estar errado, provocado graças ao processo de modernização em curso no mundo, que fez muitos nativos estranharem sua própria terra natal, ou mudarem sua percepção sobre ela, pelo simples fato de a mesma ter permanecido como é, foi determinante para a construção de imagens e representações do Norte de Goiás, como lugar atrasado, isolado e abandonado.

## Referências

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2001.

CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no Plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História) – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

COMPAGNON, Antonie. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

IHGB. *Comissão directora do dicionário histórico, geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1917.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

---

<sup>23</sup> *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 31/01/1911. p. 2.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

**IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO: NO PER(CURSO) DO TEMPO, DA  
HISTÓRIA E DA MEMÓRIA<sup>1</sup>**

Vera Lúcia Silva Vieira (UNESP-Franca)<sup>2</sup>

**Resumo:** A partir de diferentes registros textuais, procurei investir sobre a produção do escritor e jornalista Ignácio de Loyola Brandão. Recorri ao diálogo com seus escritos para problematizar as redes tecidas entre memória, tempo e história, indagando a sua escrita política e seu papel na construção de múltiplas sensibilidades urbanas, bem como seu exercício de apreensão, testemunho e registro do tempo. O escritor mobiliza diferentes processos de rememoração, reconstrução e reinvenção do passado; recolhe da memória e da história recursos materiais, simbólicos e afetivos para o processo criativo. Nessa comunicação pretendo recortar, em especial, algumas figurações e percepções de tempo e cidade(s) que, não raras vezes, são captadas pela dimensão afetiva. Itinerários em que cidade(s), história(s) e memória(s) pessoais e coletivas se cruzam e condensam parte das preocupações do escritor. Cidades plurais e ambivalentes que, percebidas em sua própria materialidade, são transformadas em objeto de reflexão. É na observação das formas plásticas da cidade que Loyola Brandão vai elaborando a sua apreensão e percepção temporal. Interpreta o tempo na textura das experiências e vivências no cenário urbano, em percursos que se aproximam de temas caros aos historiadores.

**Palavras-chave:** História; Literatura; Memória; Tempo; Cidades.

Pretendo recortar, em especial, as figurações de cidade(s) e tempo(s) que aparecem nos escritos de Ignácio de Loyola Brandão<sup>3</sup>, escritor e jornalista. Cidade(s), não raras vezes, percebidas pela dimensão afetiva. Cidades plurais e ambivalentes que, percebidas na sua materialidade, são transformadas pela escrita em matéria de reflexão a partir de

<sup>1</sup> Este artigo constitui um recorte da tese *Poéticas do tempo, da memória e da história: Escritas da cidade e seus personagens nos diálogos de Ignácio de Loyola Brandão*, defendida em 2017 na UNESP-Franca, sob orientação da prof. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara.

<sup>2</sup> Doutora em História e Cultura Social (UNESP-Franca). E-mail: veravieira.luci@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Como cronista do jornal *O Estado de S. Paulo* desde 1993, escreve quinzenalmente às sextas-feiras.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

operação que articula a memória como substrato. A minha proposta é caminhar junto com a literatura em um diálogo que não a toma como mero documento, mas também como objeto de reflexão partilhada entre os campos, procedimento em que o vínculo entre literatura e história é percebido na relação entre a escrita e o tempo vivido, acompanhando o pensamento de Daniel Faria (2016). Nesse sentido, busco ler historicamente a escrita literária na procura por pensar as políticas da escrita, longe de indagar, numa postura ilustrativa, os acontecimentos políticos que retrata.

Independentemente do quanto de ficção se aloje num discurso (político ou literário, dentre outros), há a produção de um imaginário que adquire potencialidade de ação, ou seja, pode *penetrar no mundo e agir*, conforme o pensamento de Wolfgang Iser (2013), produzindo efeitos na medida em que podem atuar no exercício de práticas sociais e políticas. Para Jacques Rancière (2005),

O real precisa ser ficcionado para ser pensado [...]. Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção [...]. Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade. Isso não tem nada a ver com nenhuma tese de realidade ou irrealidade das coisas [...]. A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem “ficções”, isto é, rearranjos *materiais* dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer [...]. Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real [...]. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos do fazer e modo do dizer (RANCIÈRE, 2005, p.58-59).

Considerando a literatura como espaço de circulação de afetos, percepções e sensibilidades que, longe de estabelecer uma relação de verdade, traduz visibilidades e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

*partilhas do sensível* (RANCIÈRE, 2005), ênfase a importância da escrita. Há uma luta pela apropriação do passado nos mais diferentes campos e nas manifestações artísticas não é diferente. Concordo com Daniel Aarão Reis Filho (1997) quando diz que “a ficção é frequentemente muito mais poderosa, para a apropriação da memória de uma época, do que os tratados sociológicos e históricos mais sérios” (REIS FILHO, 1997, p.106). Apesar da aparente discrepância, a ficção não é tomada na perspectiva de oposição aos “tratados sociológicos e históricos mais sérios”. A analogia serve muito mais para intensificar a importância da ficção na construção de uma determinada leitura de mundo.

Tanto os enunciados políticos, históricos, filosóficos ou literários fazem efeitos no real; mobilizam sensibilidades e subjetivações que atuam no exercício das ações dos homens e na própria reflexão e constituição da realidade. Apontamentos que guardam proximidades com as perspectivas de Luiz Costa Lima (2006), Wolfgang Iser (2013), Jacques Rancière (2005) e Hans Ulrich Gumbrecht (2014), autores que, de diferentes maneiras, afirmam que não há nada na conformação de um texto que o caracterize como ficcional. Perspectivas em que se destaca a capacidade do texto literário de inquietar e provocar o pensamento, na procura por relacionar as condições em que são criados os textos literários e as realidades que a própria literatura cria e provoca. Formas em que a escrita literária é vista como capaz de atingir as disposições afetivas dos leitores provocando múltiplas condições de experiência estética, sensível e histórica. A questão que sobressai não é a da verdade que a literatura traz, mas os valores, os códigos culturais e as sensibilidades que ganham visibilidades também pelo texto literário.

Conceito fundamental nesse percurso é o de *Stimmung* de Hans Ulrich Gumbrecht (2014). Para o teórico, uma das funções mais importantes dos textos literários é o que denomina de *potencial oculto da literatura*: a perspectiva da materialidade da linguagem em acometer a dimensão afetiva dos sujeitos, envolvendo corpos e sensações. *Stimmung* – palavra polissêmica e de difícil tradução – frequentemente usada como *disposição*, pode

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

designar, entre outros sentidos, clima ou atmosfera numa perspectiva mais metafórica. A raiz etimológica da palavra *Stimmung* é *Stimme* que significa voz. Climas, atmosferas e sons exercem sobre as pessoas uma experiência que também é física, embora invisível; trazem nuances que desafiam nosso poder de discernimento e de descrição pela dificuldade da linguagem para as captar.

*Stimmung* implica uma sensação interna associada a sentimentos íntimos incapazes de ser integralmente controlados e descritos. Destaca-se a possibilidade da literatura em produzir experiências que também são físicas, na produção de encontros que afetam os corpos e suas percepções e leituras de mundo – diz respeito ao sentir-se impactado: “ser tocado, como que de dentro” (GUMBRECHT, 2014, p.13). Por isso o uso da metáfora dos sons para aquilatar o conceito de *Stimmung*, como um sentimento subjetivo, uma sensação interior e tão privada que não pode ser circunscrita com precisão.

A partir da análise de *corpus* documental constituído por diferentes formas narrativas (contos, crônicas, romances, relatos de viagens, entre outras), adentrei a produção textual híbrida – constituída no entrecruzamento dos campos literário e jornalístico – de Loyola Brandão. Mobilizando diferentes processos de memorização, reconstrução e reinvenção do passado, o escritor recolhe da memória e da história recursos materiais, simbólicos e afetivos para o processo criativo. Tramas que sinalizam a pertinência do escrutínio de sua escrita política e de seu papel na construção de múltiplas sensibilidades em torno do urbano, bem como seu exercício de apreensão, testemunho e registro do tempo.

Em suas múltiplas narrativas, Loyola Brandão não deixou de inscrever sua própria vida em literatura. A sua história liga-se, de certa forma, também à história do cotidiano, à história da imprensa, à história de São Paulo, à história conturbada e violenta dos anos 1960-70 e aos importantes debates que se desdobraram na sociedade brasileira nos últimos 50 anos. Todavia, longe da perspectiva de *contar uma vida*, procuro refletir e



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

problematizar as redes tecidas entre a escrita e o tempo vivido. Formas possíveis de apreensão de narrativas políticas híbridas que recorrem também à memória, dela recolhendo traços e rastros de uma vida. Nas tramas políticas da escrita, trama-se a trajetória do intelectual, pesquisador, escritor e jornalista que recorre ao curso da vida, da história e da memória como forma de agir, sentir, imaginar e estar no mundo.

Os escritos de Loyola Brandão percorreram os últimos 50 anos. O escritor nascido em 1936 assistiu a muitas mudanças e impactou-se com elas. Desejou registrá-las no contato com a escrita: “Vi todas as mudanças [...], o homem descer na lua. Vi chegar o celular, o computador. Trabalhei em jornal quando era com linotipo e clichê de zinco e trabalho [...] hoje com toda essa informática” (BRANDÃO, 2016). O escritor é testemunha e registra o tempo que passa. Destaca-se o desejo de testemunhar, pela construção de uma memória, a dinâmica dos tempos, as mudanças e alterações vividas e observadas. Desejo condensado em frase significativa: “*vi todas as mudanças*”.

História como importante patrimônio do passado que é vista por diferentes grupos como depositária de importante papel na transmissão de saberes entre gerações colaborando “para o situar-se no presente, no contemporâneo, numa relação de continuidade e de compartilhamento com os feitos e fatos do passado, com os homens do presente e/ou com o homem/humanidade em geral” (NAXARA, 2010, p.165). Questões que parecem importantes para Loyola Brandão, no seu cuidado e zelo em *documentar* e *testemunhar*, considerando a construção de vínculos entre tempos e gerações.

Tematizando o cenário urbano, com destaque para as cidades de São Paulo, Araraquara<sup>4</sup> e Berlim<sup>5</sup>, o escritor não deixa de impactar-se com o apagamento e/ou a transformação de determinadas referências e marcas identitárias na(s) cidade(s).

<sup>4</sup>Loyola Brandão nasceu em Araraquara. Em 1957 deixou sua cidade natal para viver em São Paulo.

<sup>5</sup>Como bolsista pela instituição cultura alemã DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst), o escritor morou em Berlim de março de 1982 até julho de 1983.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Narrativas que indiciam a configuração de novos referenciais e novas sensibilidades que, tecidas no curso da(s) cidade(s) representam o próprio *curso da história*.

Para condensar as diversas reflexões sobre o espaço urbano sem, contudo, reduzir o debate, tomo aqui a perspectiva de Maria Stella Bresciani (2002) ao afirmar que é na cidade que a história se exhibe. O encontro com a multifacetada cidade de São Paulo compõe grande parte da produção textual de Loyola Brandão:

Uma cidade como São Paulo caracteriza-se pela mutação dinâmica dos seus referenciais. *As esquinas de ontem desaparecem*. Cinemas tornam-se supermercados ou igrejas [...]. *Ruas se alargam, quintais se dissolvem* [...]. Antes, pontos de referência [...] permaneciam anos e anos no mesmo lugar [...]. O visual se transmuta velozmente, como um videoclipe que roda sem cessar. *Nossos olhos jamais repousam nesta cidade* (BRANDÃO, 1998: 18-20).

A cidade é captada, em grande medida, pela sensibilidade moderna com argumentos de forte apelo afetivo que destacam as constantes alterações urbanas. Falas que evocam imagens densas de significados: *ruas que se alargam* para atender à crescente demanda da malha urbana; os quintais – espaço do lúdico e, por vezes, também reservado ao culto à natureza por meio de jardins –, *se dissolvem*. Uma cidade inquieta que jamais *repousa*, na percepção e provocação de *Stimmung* e atmosfera marcada pela dinâmica movediça.

A vida na cidade, para Bresciani (2004), ultrapassa qualquer possibilidade de apreensão do saber analítico, ou seja, apresenta o paradoxo de se oferecer num só olhar, recusando-se, contudo, a um conhecimento integral. Pelo olhar de Loyola Brandão pode-se captar a cidade transitória que se transforma continuamente, velozmente, negando-se a qualquer sensação de estabilidade. Em *Pega ele, silêncio* (1969), a personagem Ana Maria caminha pela cidade: “Olhando lojas, lendo placas de ruas, vendo os restos das últimas mansões que começam a *desaparecer*, parando diante das construções”. A cidade

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

é lugar de múltiplas experiências, em ruas de “trânsito confuso”, onde os indivíduos “comem rapidamente” e logo “atrás deles, em pé, têm outros esperando a vez”. Cidade “coalhada de gente” onde todos se movem apressados e indiferentes na imagem sintetizada no forte enunciado “ninguém vê” (BRANDÃO, 1996, p.18-30).

Para Loyola Brandão, o paulistano, “venha de onde vier”, precisa aprender a conviver com a rápida dinâmica que modifica a “face da cidade” em curtos períodos e habituar-se a não sofrer com as transformações:

Uma cidade necessita de seus pontos de referência constantes e São Paulo brinca de gato e rato, provocando mudanças instantâneas [...], edifícios caem, outros surgem, *outdoors* violentam a paisagem e são trocados [...]. A árvore que some, a loja que fecha, a igreja que vira danceteria, o cinema que amanhã será supermercado, o boteco que vendia café [...], a rua que se alarga, a praça que desaparece, o viaduto que come a rua (BRANDÃO, 1986, p.09-10).

Entendo que Loyola Brandão assume, de maneira ambivalente, o desejo de testemunhar a dinâmica dos tempos propondo uma visão crítica desse processo. Como forma de observação da(s) cidade(s), entre os hábitos do escritor está o de anotar tudo o que está à sua volta – experiências vividas ou observadas – como memórias que se entrelaçam constituindo elementos desencadeadores da criação literária que, dessa forma, guarda relação simultânea com o vivido, com o observado e com a ficção.

Se no romance *Bebel que a cidade comeu* (1968), o desejo dos personagens é viver na cidade grande, caminho inverso pode ser percebido em *O ganhador* (1987), no qual personagens procuram fugir do “sufoco” que ela representa. Numa fuga “sem rumo”, ao distanciar-se de São Paulo, Yvone/Candelária encontra novos espaços de sociabilidades e a tensão que antes fazia “parte do seu sangue” se dissolve:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

E caminhava devagar, olhava para as coisas, sem pressa. Descobrimo detalhes numa casa de árvore, janela de uma casa, olhar de uma pessoa [...]. Parou de olhar as horas a todo momento e abandonou. O relógio numa gaveta [...]. Começou a ganhar pequenos conhecimentos. Coisas que antes julgava inúteis e sem sentido (BRANDÃO, 1987: 59-60)

Longe da cidade grande é possível observar e olhar as coisas “sem pressa”, no tempo necessário para vicejar afetos, descobrindo “detalhes” sem a presença opressora do “relógio”, captando saberes e conhecimentos deflagrados na contemplação silenciosa e vagarosa da natureza. Em São Paulo, “a massa caminhava e sumia”, a imensidão dos edifícios e os blocos de concreto e aço “eram pesados e insuportáveis para essa gente frágil” (BRANDÃO, 2001, p.292-293). Figurações que apresentam formas diferenciadas de apreensão da vida, do tempo e do espaço que, flagradas nas distinções operadas entre o interior e a cidade grande, revelam a pluralidade de expectativas, experiências e sensibilidades. Destaque pode ser atribuído às percepções de tempo. Se em São Paulo, o ritmo é apressado, rumo ao interior não há “pressa”, nem necessidade de “olhar as horas” a todo momento. Pode-se abandonar o tempo: o “relógio numa gaveta”. Se no interior, é possível “maravilhar-se” com os saberes da natureza, em São Paulo, os “blocos de concreto” oprimem e esmagam.

Em *Depois do Sol* (1965) a cidade vive o barulho das máquinas: a “imensa cidade, prédios e prédios, muitos em construção”; “a Paulista é uma sucessão de prédios novos, as casas velhas vão caindo, foram abandonadas ou estão em demolição, restam poucas [...]. Casas *tristes*, sem luz, sabendo que vão *morrer*” (BRANDÃO, 2005, p.18-24). A morte como possível metáfora que simboliza a fragilidade e o caráter perecível da cidade. Enunciados que se destacam pela antropomorfização da cidade a ela atribuindo características humanas: “casas *tristes*”, “sabendo que vão *morrer*”. Questões que, à primeira leitura, podem sinalizar uma possível perspectiva nostálgica do escritor.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

De acordo com Svetlana Boym (2007), a nostalgia não consiste em um sentimento *anti-moderno*. Muito menos uma expressão de saudade, mas o resultado de uma nova compreensão do tempo e do espaço. Boym afirma que o passado da nostalgia muitas vezes nem é o passado; pode ser apenas um outro tempo, ou um mais lento – um tempo fora do tempo (*time out of time*). De modo que a nostalgia nem sempre é retrospectiva; pode ser também prospectiva. Para Andreas Huyssen (2014), olhar para trás tornou-se um modo dominante de vivenciar e pensar o mundo moderno desde o surto de crescimento da memória na década de 1990. Acompanhando o pensamento de Huyssen e de Boym, pode-se dizer que a nostalgia não é o desejo de retorno ao passado ou de recuperação do que está perdido, mas refere-se à preocupação com a finitude humana, uma reflexão sobre a história e a passagem do tempo. Nesse sentido, a saudade e o pensamento crítico não são opostos, pois as memórias afetivas não impedem que o indivíduo tenha sensibilidade, julgamento e reflexão crítica (BOYM, 2007).

Considerações que ajudam na compreensão dos enunciados de Loyola Brandão que trazem um sentimento de desajuste que se mostra como crítica e preocupação com a fragmentação da sociedade contemporânea. Ou seja, uma espécie de dispositivo de defesa em tempos de constantes transformações e de ritmos de vida cada vez mais sentidos e vividos como acelerados. A antropomorfização da cidade, atribuindo à ela características humanas – “casas *tristes*”, “sabendo que vão *morrer*”, “pontes *enrugadas*”, “viadutos *dessossegados*” – longe de mero sentimento de perda, embora não se possa descartar a ambivalência de tais sentimentos, pode significar muito mais a procura por aproximar cidades e homens na sua condição de precariedade, fragilidade e finitude.

Cidade de São Paulo que, para Loyola Brandão, também está perdendo a sua memória:



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Cidade sem memória. Mas a culpa não é da cidade e sim dos homens. Que jamais se preocupam em conservar qualquer dos traços que poderiam documentar épocas, períodos, fases. Casas, bairros, edifícios, quadras, monumentos, de tempos diferentes, correspondem dentro de uma cidade quase que a camadas geológicas. Assim um geólogo observando sucessivas camadas de solo pode determinar com precisão a sua idade e a sua história. Numa cidade, a contemplação de diferentes estilos nos leva à documentação de épocas diversas. Acaso a Paulista antiga não correspondia a um período áureo do café [...]? Cidade sem memória, porque estamos consentindo (BRANDÃO, 1988, p.49-50).

Destaca-se o desejo de prolongar no presente as marcas e os sinais do passado. Traços considerados na sua capacidade de “*documentar épocas, períodos, fases*”. Construções urbanas diversas que, para Loyola Brandão, condensam “*tempos diferentes*” dentro de uma mesma cidade, aproximando-se “*quase que a camadas geológicas*”. A passagem do tempo é percebida na aproximação com os estratos geológicos; multiplicidades de tempos percebidos na comparação com as “*sucessivas camadas de solo*” que permitem determinar a sua idade e a sua história.

Lembro aqui a utilização da metáfora espacial por Reinhart Koselleck (2014) também para indicar as diversas camadas do tempo histórico, com durações diferentes e origens distintas e que atuam simultaneamente. Para compreender a multiplicidade de camadas e tempos históricos simultâneos, Koselleck recorre à geologia, na compreensão de que a história também permite uma conotação espacial, a de conter estratos ou camadas:

Precisamos usar metáforas ao falar sobre o tempo, pois só podemos representá-lo por meio do movimento em unidades espaciais [...]. O historiador precisa servir-se dessas metáforas retiradas da noção espacial se quiser tratar adequadamente as perguntas sobre diferentes tempos [...]. Graças aos “estratos do tempo” podemos reunir em um

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos mais reveladores (KOSELLECK, 2014, p.09-10).

Loyola Brandão também a seu modo buscou na geologia a metáfora para pensar o tempo histórico e a cidade. Estratos de tempo como metáfora para pensar a multiplicidade de tempos que compõem, em relações de concomitância, a experiência humana. Estratificação temporal que diz respeito às diferentes velocidades das mudanças históricas que permitem pensar os tempos plurais. Metáfora dos estratos do tempo que, para Loyola Brandão, aparecem também na imagem do muro de Berlim. Em *O verde violentou o muro* (1984), o escritor comenta que, a partir do final dos anos 1960, foram colados no muro milhares de fotografias, bilhetes, folhetos e mensagens. A partir desse momento, várias pessoas encontraram ali um “espaço para manifestação”. O muro condensaria o “espírito dos tempos” através das manifestações que acolheu:

Se cada fase/frase tivesse sido registrada fotográfica/cronologicamente ou através de filmes e vídeos, seria possível montar-se um documentário sobre o que representou cada época. Com o tempo, esgotados os espaços, pinturas foram se sobrepondo. Nos fragmentos que restaram será preciso utilizar técnicas de reconstituição de afrescos para retomá-las. Grafites, afrescos modernos (BRANDÃO, 2000, p.323)

No período em que residiu na Alemanha, Loyola Brandão experimentou uma relação intensa com Berlim, sentindo-se estranhamente atraído pela cidade dividida. Ali, conta que vivia uma *consciência surreal* que a todo instante o tocava: o sentimento de desajuste e descompasso com relação à percepção do tempo. Observar o muro trazia a sensação de que se tratava de um lugar fronteiro não apenas espacialmente, mas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

também temporalmente. Para o escritor, era como se o muro instituísse também uma fratura no tempo, apartando temporalidades distintas:

De um lado, a ordem, a cidade restaurada, o novo, o velho reconstruído. Do outro, manchas de desolação [...]. A impressão contínua é a de *deslocamento no tempo e no espaço*. Aqui não estamos. A época é outra. Um botão não funcionou e fomos atirados a um momento da história que não existe, ainda que insista em permanecer (BRANDÃO, 2000, p.81)

O recurso de me deslocar no tempo, conseguindo a atmosfera, a reconstituição de um clima particular, meu. Viajo por dentro de um tempo, cuja luz e ambiente eu determino, segundo uma memória que me ativa. Ou segundo aquilo que penso que seja memória [...]. Apenas sinto que em Berlim me aproximei de meu santuário privado, pátio interior, sombreado e impreciso. (BRANDÃO, 2000, p.293)

A “estranha Berlim” dividida proporcionava uma experiência “fascinante” de “intemporalidade” e “eliminação de barreiras”. Tem-se aqui uma atmosfera e *Stimmung* de *deslocamento no tempo* como se estivesse desgarrado, numa viagem *por dentro do tempo* – como se a materialidade da cidade de Berlim trouxesse uma sensação que apagasse as balizas temporais e nela pudesse sentir não o tempo cronológico, mas o tempo interior ou o tempo da memória.

A fluidez do tempo também pode ser percebida na fisionomia e nos traços dos personagens: Bebel, a personagem de *Bebel que a cidade comeu*, buscava alcançar sucesso a qualquer preço, mas logo estaria decadente, o rosto “um pouco balfo”, “papada nascendo”, “rugos debaixo dos olhos” (BRANDÃO, 2001, p. 114); Danilo, personagem de *Dentes ao sol*, volta para sua cidade natal depois de quinze anos: “O Danilo que desce a escadas tem quase a idade do pai [...]. Tem o rosto enrugado, mãos pesadas” (BRANDÃO, 2002, p.15-16). Caducidade do tempo apreendido nas minúcias do

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

cotidiano, nas formas moventes da cidade e na finitude da vida. Para Koselleck (2006), quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve

contemplar as rugas do rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas; que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofridos por diferentes meios de transporte [...], permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras (KOSELLECK, 2006, p.14-15).

Em *O ganhador* (1987), a atmosfera e *Stimmung* que Loyola Brandão evoca também é o desajuste, a impossibilidade de acompanhar o ritmo do tempo. O personagem Máxi é um homem “sem endereço”, sem “ponto de referência”, não se prende a nenhuma cidade. A sensação é de inquietude e aflição. Questões complexas que podem tocar de perto as problemáticas que envolvem a apreensão do tempo e sua textura nas sociedades contemporâneas, além das condições espaço-temporais. A cidade fascina, mas também apavora, segrega e, muitas vezes, dissipa o tempo e a duração necessária para a configuração plena de afetividade (HAROCHE, 2008).

Em larga medida, os textos de Loyola Brandão afirmam sua oposição ao tempo na figura de seus símbolos de regulação temporal, relógios e calendários. Em contrapartida, enfatiza-se, nas minúcias, a poética da passagem natural do tempo na observação dos ritmos da natureza que vem romper com a velocidade da vida urbana:

A aranha descia do teto, num fio. Subia e descia [...] devagar, subia um pouco, um ioiô mortífero [...]. O que havia de errado em mim é que eu estava fora do ritmo. E o ritmo ali era o da aranha. Ela subia e descia

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

vagarosamente e era a cadência deste lugar (BRANDÃO, 2010, p.120).

Tudo o que quero é poder me sentar, nesta praia, a qualquer hora. Chegar no quebrar da barra, ficar até a boca da noite. (BRANDÃO, 1987, p.316)

Sentado num banco frio, há uma hora contemplo as árvores, vendo folha por folha se desprender, sem interrupção, uma atrás da outra. A haste frágil se solta, a folha revoluteia, desce dançando e se deposita com suavidade sobre o cascalho negro [...]. A folha que se desprende me prende. (BRANDÃO, 2000, p.311)

Trechos que evocam *atmosferas* do tempo e buscam a sensação da textura do tempo longe de ser mensurado por relógios e calendários (POMIAN, 1993). Momentos que indiciam uma pausa, um hiato, um espaço de espera para melhor deter-se sobre o tempo que passa. As cenas ocorrem após longo percurso de experiências vividas e nessas pequenas pausas estão contidas metaforicamente toda essa extensa trajetória de vida. Espécie de suspensão do tempo constituindo intervalos em que passado e presente se articulam, numa visão simultaneamente densa de sentidos. Relações ambivalentes podem ser apreendidas:

Precisava enxergar o relógio da torre, sentia-se abandonado sem o mostrador, ainda que, daquela distância, não distinguisse as horas [...]. No entanto, o importante era sentir a presença do relógio, saber que estava marcando horas. Sem ver os ponteiros, tinha a sensação de que o tempo tinha se perdido [...]. Tinha pavor de, um dia, as horas deixarem de existir e não se saber mais se o tempo estava parado ou continuava a passar. Ele gostava de sentir o tempo existir, era uma carícia sobre o seu corpo. Vê-lo agir sobre a pele, os dentes, os olhos, desgastando tudo devagar, era a certeza de estar vivo (BRANDÃO, 1999: p.40)

O sentimento de ambivalência entre o sentir-se desajustado e *desgastado* pelo tempo que passa e a necessidade de sentir a evidência física do tempo como possível sensação



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

de controle e segurança, como se a presença do *tempo* garantisse proteção e estabilidade ou até mesmo impedisse “o mundo de entrar em colapso” (GUMBRECHT, 2000: 237). Ou seja, como se a presença simbólica do relógio pudesse oferecer certa sensação de segurança em meio às transformações sentidas e vividas como aceleradas.

Loyola Brandão tematiza as angústias do homem contemporâneo. Escritos que incidem sobre a implacável passagem do tempo, a finitude da vida, além da ambivalência inscrita no sentir-se desajustado e agredido pelo tempo que passa. O escritor/jornalista procura, na textura do vivido e da escrita, registrar e testemunhar o movimento do tempo. Esforço que não constitui desolação pelo que foi – refere-se muito mais à possibilidade de atestar as mudanças, mostrar-se testemunho do seu tempo e, sobretudo, indagar pelo que virá. Costurando tempos, experiências e memórias, o escritor transforma a *cidade que se oferece* em matéria de reflexão. Tributário de uma consciência pessimista da história (BOLLE, 2002), questiona as perspectivas do progresso, convicções tão caras ao projeto moderno.

### Referências

BOYM, Svetlana. Nostalgia and its discontents. In: *The Hedgehog Review: Critical Reflections on Contemporary Culture*. Volume 09, n. 2. p.07-18. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org>. Acesso em: 16/dez./2016.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2000.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. [1965] *Depois do Sol: contos*. 2ª ed., São Paulo: Global, 2005.

\_\_\_\_\_. [1968] *Bebel que a cidade comeu*. 6ª ed. São Paulo: Global, 2001.

\_\_\_\_\_. [1969] *Pega ele, Silêncio*. 5.ed. São Paulo: Global, 2008.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

\_\_\_\_\_. [1996] *O verde violentou o muro: vida em Berlim, antes e depois*. 13. ed. São Paulo: Global, 2000.

\_\_\_\_\_. *O ganhador*. 1.ed. São Paulo: Global, 1987.

\_\_\_\_\_. [1975] *Zero*. 13.ed. São Paulo: Global, 2010.

\_\_\_\_\_. [1976] *Dentes ao Sol*. 5ªed. São Paulo: Global, 2002.

\_\_\_\_\_. *A rua de nomes no ar*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

\_\_\_\_\_. *O homem que odiava a segunda-feira*. São Paulo: Global, 1999.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Maria Fernanda Rodrigues. *O Estado de S. Paulo*. 27/07/2016.

\_\_\_\_\_. Seleção de ícones conta a história da cidade. *O Estado de S. Paulo*, 29/01/1998.

\_\_\_\_\_. Frutas nascem no cimento – gigantismo/intimismo. In: BOCCATO, André (Org.). *São Paulo, gigante & intimista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella. O literato, o cronista e o urbanista. Imagens de São Paulo nos anos 1910-1920. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, Linguagem, Objetos: Leituras de História Cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.116-152.

\_\_\_\_\_. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.16-35.

FARIA, Daniel. Os roteiros poéticos das viagens de Fernando Pessoa e as condições espaço- temporais do mundo contemporâneo. In: *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v.17, n.1, p.115- 129. 2011. Disponível em: <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/1514> . Acesso em: 27 set. 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: Sobre um potencial oculto da literatura*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2014.

\_\_\_\_\_. *Em 1926, vivendo no limite do tempo*. Trad. Luciano Trigo. Rio de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes*  
*UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

HAROCHE, Claudine. *A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente*. Trad. Jacy Alves de Seixas; Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

HYUSSEN, Andreas. O jardim como ruína. In: \_\_\_. *Cultura do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Trad. Vera Ribeiro. 1ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014. p.83-90.

ISER, Wolfgang. [1991] *O fictício e o imaginário: Perspectivas de uma Antropologia Literária*. Trad. Johannes Kretschmer. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NAXARA, Márcia R.C. Traços do passado: inventariar, preservar, classificar e narrar histórias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.171, n. 448:159-177, jul./set. 2010.

POMIAN, Krzysztof. Tempo/temporalidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 29. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: Estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. In: \_\_\_\_\_ et ali. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p.101-106.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (Res) sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

